MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 2023

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Com o desejo de que o ano legislativo que se inicia seja próspero e benéfico para nosso Estado e todos os paranaenses e no uso das atribuições constitucionais que me são conferidas no artigo 87 da Magna Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa Mensagem Governamental com caderno expositivo das atividades deste Poder Executivo no Exercício de 2023.

Curitiba, fevereiro 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

AUTORIDADES

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

AUTORIDADES

PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior - Governador

Darci Piana - Vice-Governador

GABINETE DO GOVERNADOR

Darlan Scalco - Chefe de Gabinete

CASA CIVIL (CC)

João Carlos Ortega – Chefe da Casa Civil

CASA MILITAR (CM)

Tenente-Coronel Sérgio Vieira Benício

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)

Coronel Fernando Raimundo Schunig– Coordenador da Defesa Civil

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)

Luciano Borges dos Santos- Procurador Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)

Luciana Carla da Silva Azevedo - Controladora Geral do estado

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPL)

Luiz Augusto Silva - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO (SECOM)

Cleber Mata - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI)

Marcelo Rangel Cruz de Oliveira - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Elisandro Pires Frigo - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES (SECID)

Eduardo Pimentel Slavieiro - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)

Aldo Nelson Bona - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SEEC)

Luciana Casagrande Pereira Ferreira - Secretária de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA (SEDEF)

Rogério Helias Carboni - Secretário de Estado

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEDEST)

Valdemar Bernardo Jorge - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEED)

Roni Miranda Vieira - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE (SEES)

Helio Renato Wirbiski– Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Renê de Oliveira Garcia Junior - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (SEIC)

Ricardo Barros - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)

Sandro Alex Cruz de Oliveira - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJU)

Hilton Santin Roveda - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA (SEMIPI)

Leandre Dal Ponte - Secretária de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Carlos Alberto Gebrim Preto - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

Cel. Hudson Leôncio Teixeira - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA (SETR)

Mauro Moraes - Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETU)

Márcio Nunes - Secretário de Estado

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ (AMEP)

Gilson de Jesus dos Santos - Diretor-Presidente

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ (ADAPAR)

Otamir Cesar Martins - Diretor-Presidente

AGÊNCIA REGULADORA DO PARANÁ (AGEPAR)

Reinhold Stephanes - Diretor-Presidente

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ (CEASA)

Eder Eduardo Bublitz - Diretor-Presidente

CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA (CCTG)

Cleverson Luiz Cavalhero - Diretor-Presidente

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ (CEP)

Laureci Schimitz - Diretora Geral

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)

Jorge Luiz Lange - Diretor-Presidente

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (*SANEPAR*)

Claudio Stabile - Diretor-Presidente

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)

André Gustavo Souza Garbosa - Diretor-Presidente

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)

Fernando Furiatti Sabóia - Diretor-Geral

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN)

Adriano Marcos Furtado - Diretor-Presidente

ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE (FERROESTE)

André Luis Gonçalves - Diretor-Presidente

FOMENTO PARANÁ

Heraldo Neves - Diretor Presidente

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT)

Everton Luiz da Costa Souza - Diretor-Presidente

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IDR)

Natalino Avance de Souza - Diretor-Presidente

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO PARANÁ (IPEM)

Cesar Antonio Tuoto Silveira Mello - Diretor-Presidente

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)

Celso Romero Kloss - Diretor-Presidente

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Jorge Augusto Callado Afonso –Diretor-Presidente

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIOANL (FUNDEPAR)

Eliane Teruel Carmona - Diretora-Presidente

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ (JUCEPAR)

Marcos Sebastião Rigoni de Mello - Presidente

LOTERIAS DO ESTADO DO PARANÁ (LOTEPAR)

Daniel Romanowski - Diretor-Presidente

PARANÁ ESPORTE

Walmir da Silva Matos - Diretor-Presidente

PORTOS DO PARANÁ (APPA)

Luiz Fernando Garcia da Silva - Diretor-Presidente

RECEITA ESTADUAL (REPR)

Roberto Zaninelli Covelo Tizon - Diretor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

Marta Regina Gimenez Favaro - Reitora

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

Leandro Vanalli - Reitor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)

Miguel Sanches Neto - Reitor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ (UNICENTRO)

Fabio Hernandes – Reitor

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP)

Fábio Antonio Néia Martini – Reitor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)

Alexandre Almeida Webber – Reitor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR)

Salete Paulina Machado Sirino - Reitora

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE AÇÃO SOLIDÁRIA (SGAS)

Eugenia Angela Cristina Ricordi – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (SAM)

Aparecido José Weiller Junior - Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR)

Marcio Claudio Wozniack - Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (SGRI)

Katia Bandeira - Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS (SDBH)

Francisco Caetano Martin – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÕMICO E SOCIAL (SGDES)

Keli Cristina de Souza Gali Guimarães - Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGOE INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS)

Roland Rutyna - Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO REGIONAL (SPER)

Rogério José Lorenzetti - Superintendente

EQUIPE TÉCNICA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPL)

Diretoria de Planejamento

Breno Pascualote Lemos – diretor

Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

Thiago de Angelis – coordenador

Alyf de Ramos Melo

Cristiano Colaço

Apoio da CMA

Álvaro Possato de Avila Neto

Leandro Weverson Lima Pimenta

Louise Ronconi de Nazareno

Jessica de Fatima Dombroski (até dezembro)

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Coordenação de Planejamento Setorial (CSP)

Bernardo Piccoli Medeiros Braga - coordenador

Eduardo Amaral de Paula Minga

Adriana do Rocio de Barros Ribeiro - NPS SECID

Arthur Cassemiro Bispo - NPS CASA CIVIL

Ariel Marochi - NPS SECOM

Blanda Hellen Zamoinski Ferreira - NPS SETR

Carlos Eduardo Martins - NPS SETI

Carla Holler Alves – NPS SEEC

Cristina Viana de Jesus - NPS SEMIPI

Diovani Magrin - NPS SEI

Eriane Budziak - NPS SEIC

Jorge Souza - NPS SEFA

Juliana Gonçalves Schneider - NPS SETU

Luciano Henrique Busato - NPS SEAP

Luiz Paulo Siqueira - NPS SEED

Maria Helena Paes - NPS SESP

Mateus Vinicius Stoekly - NPS SEIL

Ourival Santos Netto - NPS SEDEST

Pedro Américo Vieira - NPS SEDEF

Rafaelli Bueno Sampaio - NPS SEAB

Rodrigo da Silva Nicolau - NPS SEJU

Thiago Galvão Gomes – NPS SEES

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Jorge Augusto Callado Afonso - Diretor-Presidente

Julio Takeshi Suzuki Junior - Diretor do Centro de Pesquisa

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

SUMÁRIO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

SUMÁRIO

A ECONOMIA PARANAENSE EM 2023 24

1. CASA CIVIL 32

1.1. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS) 33
1.1.1 Principais Realizações 33

1.2. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE RELAÇÕES INTITUCIONAIS (SGRI) 34
1.2.1. Principais Realizações 34

1.3. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SGDES) 35
1.3.1. Principais Realizações 35

1.4. ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERGDF) 37
1.4.1. Principais Realizações 37

1.5. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE) 38
1.5.1 Principais Realizações 38
1.5.1.1. Desempenho Operacional 38
1.5.1.2. Principais Contas Patrimoniais e Resultado 39
1.5.1.3. Principais Atividades 39

1.6. AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ) 41
1.6.1 Principais Realizações 41

1.7. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN-PR) 44
1.7.1 Principais Realizações 44
1.7.1.1 Tecnologia 44
1.7.1.2 Parceiros 44
1.7.1.3 Educação 45
1.7.1.4 Habilitação 45
1.7.1.5 Infrações 45
1.7.1.6 Veículos 46
1.7.1.7 Infraestrutura 46
1.7.1.8 Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI) 47
1.7.1.9 Coordenadoria de Recursos Humanos 47
1.7.1.10 Ouvidoria 48
1.7.1.10 Exames médicos 48
1.7.1.11 Leilão 48

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.7.1.12 Unidades Descentralizadas de Trânsito 48
1.7.1.13 Controladoria de Inspeção e Auditagem 49
1.7.1.14 Coordenadoria Financeira 49
1.7.1.15 Coordenadoria Administrativa 49
1.7.1.16 Comunicação Social 50

1.8 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR) 51
1.8.1. Principais Realizações 51
1.8.1.1. Âmbito Institucional 51
1.8.1.2 Âmbito Regulatório 51
1.8.1.3 Destaques da Regulação Econômica: 52
1.8.1.4 Destaques da Fiscalização e do Monitoramento da Qualidade: 52
1.8.1.5 Participação E Premiações 52

1.9 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (*COPEL*) 53
1.9.1 CONCLUSÃO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO EM CORPORAÇÃO 53
1.9.2 Geração de Energia Elétrica 54
1.9.2.1 Operação e Manutenção de Usina 54
1.9.2.2 Outras Fontes de Energia Renovável 55
1.9.2.3 Empreendimentos de Transmissão 55
1.9.3 Distribuição de Energia Elétrica 57
1.9.3.1 Ações Relevantes da Distribuidora 57
1.9.3.2 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente 59
1.9.4 Comercialização de Energia Elétrica 59
1.9.5 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial 60
1.9.5.1 Principais Melhorias em Governança Corporativa 60
1.9.6 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental 61
1.9.7 Gestão Empresarial 62
1.9.7.1 Tecnologia da Informação 62
1.9.7.2 Gestão de Gente 63
1.9.7.3 Centro de Serviços COPEL 64
1.9.8 Resultados Econômico-Financeiros 65
1.9.9 Reconhecimentos 67

1.10 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR) 68
1.10.1 Sistema de Abastecimento de Água – principais realizações 68
1.10.2 Sistema de Esgotamento Sanitário 69
1.10.2.1 Implantação 69
1.10.2.2 Ampliação e Melhorias 70
1.10.3 Mercado e Investimentos 71
1.10.4 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente 72
1.10.4.1 Água Solidária 73

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.10.5 DESTAQUES 74
1.10.5.1 Resultados Financeiros 74
1.10.5.2 Resultados Operacionais 74
1.10.5.3 Inovação 75
1.10.6 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial 76
1.10.6.1 Principais avanços em Governança Corporativa 76
1.10.6.2 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental 77
1.10.7 Gestão Empresarial 77
1.10.8 Tecnologia da Informação 77
1.10.9 Gestão de Pessoas 78
1.10.10 Reconhecimentos 79

1.11 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR) 85
1.11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 85
1.11.1.1 Governo Digital 85
1.11.1.2 Soluções para a Educação 86
1.11.1.3 Soluções para a Junta Comercial do Paraná 86
1.11.1.4 Soluções para a Saúde 86
1.11.1.5 Soluções para o DETRAN/PR 86
1.11.1.6 Soluções para a Fazenda 87
1.11.1.7 Soluções para o Turismo 87
1.11.1.8 Soluções para os municípios 88
1.11.1.9 Inclusão digital 88
1.11.1.10 Melhorias internas na companhia 88

1.12 INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR) 90
1.12.1 Principais Realizações 90
1.13 CASA MILITAR 93
1.13.1PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 93
1.13.1.1 Ações Administrativas 93
1.13.1.2 Segurança das Instalações Físicas do Palácio Iguaçu 93
1.13.1.3 Transporte Terrestre 93
1.13.1.4 Transporte Aéreo 94
1.13.1.5 Cerimonial e Relações Internacionais 94

2. COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC) 95
2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CEDEC 95
2.1.1 Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC 95
2.1.2 GESTÃO DE DESASTRES 96
2.1.2.1 Ocorrências registradas 96

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

2.1.2.2 Ajuda Humanitária 98
2.1.2.3 Fundo Estadual Para Calamidade Pública - FECAP 98
2.3 GESTÃO DE RISCOS 99
2.3.1 PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA (PBEDCE) 99
2.3.2 Ações de Gestão de Risco efetuadas pelos Comitês 100
2.3.3 Voluntariado 100
2.3.3.1 Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER) 100
2.3.3.2 Rede Estadual de Manejo de Animais em Desastres (REMAD) 100
2.1.4 OUTRAS AÇÕES DE DESTAQUE 100

3. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE) 102
3.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 102
3.1.1 Ações Judiciais de Grande Relevância 102
3.1.1.1 Defesa das obras de engorda da orla de Matinhos 102
3.1.1.2 Defesa das obras de construção da ponte de Guaratuba 102
3.1.1.3 Defesa da Lei Geral das Universidades (LGU) 102
3.1.1.4 Defesa da constitucionalidade do novo marco civil do saneamento básico 102
3.1.1.5 Negociação, acordo e homologação do acordo com Banco ITAÚ UNIBANCO 103
3.1.1.6 Negociação, acordo e homologação do acordo com CLUB ATHLETICO PARANAENSE 103
3.1.1.7 Defesa na transformação da *COPEL* em corporação 103
3.1.1.8 Negociação, acordo e homologação em processos que pretendiam a recomposição do Fundo Estadual de Saúde 103
3.1.1.9 Reverção de anulação de auto de infração de valor superior a R$ 600 milhões 103
3.1.1.10 Redução de mais de R$ 550 milhões em débito previdenciário 104
3.1.2 Dívida Ativa do Estado 104
3.1.2.1 Cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado do Paraná (Execução Fiscal e Protesto) 104
3.1.2.2 Arrecadação da Dívida Ativa Ajuizada e Enviada a Protesto 104
3.1.2.3 Atuação contra grandes devedores 104
3.1.3 Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs 104
3.1.4 Câmaras de Conciliação de Precatórios 105
3.1.5 Pagamento de honorários da advocacia dativa (Lei Estadual 18664/2015) 105
3.1.6 Pagamento de honorários periciais 105
3.1.7 Consolidação da aplicação do Decreto Estadual n.º 10.086/22 105
3.1.7.1 Treinamentos 105
3.1.7.2 Aperfeiçoamento Legislativo 105
3.1.7.3 Padronização 106
3.1.8 Consultoria Jurídica referente a Obras e Serviços de Engenharia 106
3.1.9 Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres 106
3.1.10 Consultoria Jurídica em Recursos Humanos 107
3.1.11 Aprimorar a comunicação com o Estado e a Sociedade 108

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

3.1.11.1 Instrumentos padronizados criados pela PGE e os procedimentos das unidades consultivas....108
3.1.11.2 Reconhecimento de Iniciativa do Paraná em prêmio do Conselho Nacional de Justiça....108

4. CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)....109
4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES....109
4.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção....109
4.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão....111

5. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPL)....113
5.1 PLANEJAMENTO MACRO GOVERNAMENTAL....113
5.1.1 Ações de Monitoramento e Avaliação....113
5.1.2 Ações de Planejamento Setorial....115
5.1.3 Ações de Planejamento de Contratações....116
5.1.4 Ações de Desenvolvimento Organizacional....116
5.1.5 Ações de Gestão de Processos....117
5.1.6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROJETOS ESTRUTURANTES E PARCERIAS....118
5.1.6.1 Ações de Integração Econômica....118
5.1.6.2 Paraná Produtivo....118
5.1.6.3 Programa Conecta399....118
5.1.6.4 Ações de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes....119
5.1.6.4.1 Projeto Paraná Eficiente....120
5.1.6.4.2 Sistemas de Gerenciamento e Monitoramento....120
5.1.6.4.3 Rede de Parcerias....120
5.1.6.5 Ações de Gestão de Programas de Parcerias do Paraná....121
5.2 ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E AVALIAÇÕES SOCIOECONÔMICAS....122
5.3 PROMOÇÃO, ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS....123
1.1.1 Paraná Projetos: Projetos Previstos no Plano de Trabalho....123

6. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO (SECOM)....124

7. SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI)....125
7.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES....125
7.1.1 Óculos Amigo....125
7.1.2 Sala multidisciplinar para crianças e adolescentes neurodivergentes....125
7.1.3 Wi-fi Paraná Inovador....126
7.1.4 Conectividade Rural....126
7.1.5 Ideathon Paraná....126
7.1.6 Paraná Anjo Inovador....126
7.1.7 Inova Juro Zero....126
7.1.8 Agência Regional de Inovação - Coworking....127

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

7.1.9 Ambientes promotores de inovação 127
7.1.10 Criação de Observatório de Transformação Digital e Gestão Sustentável do Estado do Paraná (OTDGS) 127
7.1.11 Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná (PECTI) 128
7.1.12 *Building Information Modeling* (BIM) 128

8. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP) 129
8.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA 129
8.1.1 Coordenação das Atividades dos Grupos Administrativos Setoriais e Demais Unidades Administrativas 129
8.1.2 Definição de Metodologia, Normas e Procedimentos 130
8.1.3 Padronização de Serviços contínuos 130
8.1.4 Ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) 130
8.2 GESTÃO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS 131
8.3 GESTÃO RECURSOS HUMANOS 131
8.3.1 Capacitações 133
8.3.1.1 Pós-Graduação e Programa de Residência Técnica (RESTEC) 134
8.3.1.2 Programas de Capacitação nos Municípios 134
8.3.1.3 Articulação com Centros Formadores 135
8.3.1.4 Parcerias 135
8.3.1.5 Laboratório de Inovação 135
8.4 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA ESTADUAL 136
8.5 SAÚDE DO SERVIDOR 137
8.5.1 Perícia Médica – Sistema De Avaliação Pericial Dos Servidores 137
8.5.2 Assistência a Saúde do Servidor e Dependentes (SAS) 137
8.5.2.1 Núcleo de ouvidoria SAS 138
8.5.3 Saúde ocupacional 138
8.6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO 138
8.7 GESTÃO DO TRANSPORTE OFICIAL 140
8.8 GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO 140
8.9 GESTÃO DE LOTERIAS 140

9. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB) 143
9.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 144
9.1.1 Competitividade e Renda 144
9.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar 146
9.1.3 Produção Sustentável 148
9.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural 149

10. SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES (SECID) 154
10.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE 156
10.1.1 Gestão de Contratos de Desenvolvimento Regional 156
10.1.1.4 Transporte Urbano da Região Metropolitana de Curitiba 157

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

10.1.2 Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM) 157
10.1.3 Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) 157
10.1.4 Ações de Apoio Institucional 158
10.1.4.1 Portal dos Municípios 158
10.1.4.2 PARANACIDADE INTERATIVO 158
10.1.4.3 Bases Cartográficas 158
10.1.4.4 Planos Diretores Municipais (PDMs) 158

10.2 AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS (AMEP) 159
10.2.1 Uso e ocupação do solo 159
10.2.2 Planejamento 159
10.2.3 Inteligência geográfica 159
10.2.4 Transporte Coletivo 160
10.2.4.1 Linhas 160
10.2.4.2 Tarifa 160
10.2.4.3 Novos ônibus 160
10.2.4.4 Ônibus movidos a Gás Natural Veicular 161
10.2.4.5 Estação Tubo Carlos Gomes 161
10.2.4.6 Auditoria 161
10.2.4.7 Abrigos para pontos de ônibus 161
10.2.4 Infraestrutura 161

10.3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR) 162
1.3.1 Produção de Novas Moradias 162
10.3.1.1 Valor da Entrada 162
10.3.1.2 Viver Mais 162
10.3.1.3 Nossa Gente 163
10.3.1.4 Vida Nova 163
10.3.1.5 Parcerias 164
10.3.1.6 Financiamento direto pela COHAPAR 165
10.3.1.7 Obras Rurais 166
10.3.2 Regularização Fundiária 166
10.3.2.1 Escritura na Mão 166
10.3.2.3 Escrituração Direta 167
10.3.2.4 Regularização Fundiária Própria 167
10.3.3 Obras de Infraestrutura 168

10.4 MICRORREGIÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (MRAE-1, MRAE-2 E MRAE-3) 168
11. SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI) 169
11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 169
11.1.1 Regulação de Cursos e Instituições 169

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

11.1.2 Ensino a Distância 170
11.1.3 Programa de Residência Técnica (RESTEC) 170
11.1.4 Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC) 171
11.1.5 Ensino Superior, Ciência e Tecnologia 171
11.1.6 Programa de Fomento à Pós-Graduação (*Stricto sensu*) (PFPG) 172
11.1.7 Vestibular Indígena 172
11.1.8 Agências para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI) 172
11.1.9 Rede Paranaense de Laboratórios Multiusuários (RIMPP) 173
11.1.10 Vale do Genoma e Desenvolvimento de Biomarcadores 174
11.1.11 Anel de Conectividade para Pesquisa e Inovação 174
11.1.12 InovaHUB Paraná - Plataforma Inova Digital (PID) 174
11.1.13 Geração Paraná Digital 174
11.1.14 Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia 175
11.1.15 Universidade Sem Fronteiras 175
11.1.16 Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT/PR) 175
11.1.17 Fomento, formação e disseminação 176
11.1.18 Gestão do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (Separtec) 177

12. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SEEC) 178
12.1 POLÍTICAS CULTURAIS 178
12.2 MUSEUS 180
12.3 PATRIMÔNIO CULTURAL 181
12.4 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ (BPP) 182

12.5 CENTRO CULTURAL DO TEATRO GUAÍRA (CCTG) 185

13. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA (SEDEF) 187
13.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 188
13.1.1 Políticas de garantia de direitos 188
13.1.1.1 Pessoas com Deficiências 188
13.1.1.2 Criança e Adolescente 189
13.1.1.3 Juventude 190
13.1.2 Desenvolvimento e Assistência Social 192
13.1.2.1 Gestão do SUAS, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial 192
13.1.2.2 Nossa Gente Paraná, Oficina Primeira Infância, Energia Solidária e Comida Boa 198
13.1.3 Ação Solidária 200

14. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEDEST) 201
14.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 201
14.1.1 Ação Climática 202
14.1.2 Biodiversidade 202
14.1.3 Educação Ambiental 203

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

14.1.4 Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos 204
14.1.4.1 Programa de Soluções Regionalizadas 204
14.1.4.2 Plano Estadual de Resíduos Sólidos 204
14.1.4.3 Programa Estadual de Fomento à Reciclagem 205

14.2 INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT) 206
14.2.1 Unidades de Conservação 206
14.2.2 Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos 206
14.2.3 Gestão Territorial 209

14.3 SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ – SIMEPAR 210

15. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEED) 211
15.1. MELHORIA DA APRENDIZAGEM 211
15.2. EFICIÊNCIA NA GESTÃO 218
15.3. INOVAÇÃO PEDAGÓGICA 219
15.4. INFRAESTRUTURA ESCOLAR 221
15.4.VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 222

16. SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE (SEES) 223
16.1 PROGRAMAS ESTRUTURANTES 223
16.1.1 O ESPORTE QUE QUEREMOS 223
16.1.2 ENCONTRO DE GESTORES 223
16.1.3 O PARADESPORTO QUE QUEREMOS 224
16.1.4 ESCOLA DO ESPORTE 224
16.2 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 224
16.2.1 Verão Maior Paraná 224
16.2.2 Jogos De Aventura E Natureza 225
16.2.3 Jogos Regionais 225
16.2.4 Jogos da Terceira Idade 225
16.3 JOGOS OFICIAIS 225
16.4 INCENTIVO E FOMENTO 226
16.4.1 GERAÇÃO OLÍMPICA E PARALÍMPICA DO PARANÁ 226
16.4.2 NOTA PARANÁ 226
16.4.3 PROESPORTE 227
16.5 INFRAESTRUTURA E EVENTOS 227
16.5.1 PROJETOS DA SEDE 227
16.5.2 PEDALA PARANÁ 227
16.5.3 GINÁSIO DO TARUMÃ 227
16.5.4 GRANDES EVENTOS 228
16.5.5 CENTRO NACIONAL DE TREINAMENTO EM ATLETISMO (CNTA) 228

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

17. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA) 229
17.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES 229
17.1.1 Diretoria de Orçamento Estadual (DOE) 229
17.1.2 Gestão da Dívida Pública e Operações de Crédito 230
17.1.3 Sistemas do Tesouro Estadual 230
17.1.4 Diretoria de Contabilidade Geral do Estado (DCG) 231
17.1.5 Assessoria de Assuntos Econômicos-Tributários (AAET) 233
17.1.6 Repasses de Recursos aos Municípios 233
17.1.7 Programa Paraná Competitivo 234
17.1.8 PROFISCO e Modernização Fazendária 235
17.1.9 Nota Paraná e Paraná *Pay* 236
17.1.10 Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação 237
17.1.11 Comunicação Institucional 238
17.1.12 Escola Fazendária do Paraná (EFAZ) 239

17.2 RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ (REPR) 239
17.2.1 Gestão Tributária 239
17.2.2 Fiscalização 240
17.2.3 Tributação 241
17.2.4 Arrecadação 241
17.2.5 Cobrança 243
17.2.6 Tecnologia e Inteligência Fiscal 244
17.2.7 Relacionamento com o Contribuinte 244

18. SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (SEIC) 245
18.1. Principais realizações 245
18.1.1 Trabalho direto com os municípios 245
18.1.2 Núcleos Regionais da SEIC. 246
18.1.3 Promover o desenvolvimento econômico com maiores incentivos em regiões de menores IDH's 246
18.1.4 Certificado Paraná Reconhece. 246
18.1.5 Descomplica Paraná Baixo Risco. 246
18.1.6 Barracões Industriais. 246
18.1.7 Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná – FOPEME. 247
18.1.8 Competitividade Energética do Estado sobre a ótica ESG. 248
18.1.9 Marketplace 248

18.2 JUCEPAR 248
18.2.1 Descentralização do Atendimento 249
1.1.2 RedeSIM / Empresa fácil 249
18.2.2.1 Implantação 249

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

18.2.2.2 Ferramenta de Acesso a Informações e Estatísticas de Empresas no Paraná e reestruturação do site da JUCEPAR. 250
18.2.3 Digitalização 250
18.2.4 Decreto de baixo risco 250

18.3 INVEST PARANÁ 251

18.4 IPEM 255
18.4.1 Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade 255

19. SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL) 257
19.1. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA 257
19.1.1 Gestão e Planejamento 257
19.1.1.1 Modal Rodoviário 257
19.1.1.2 Modal Aeroviário 257
19.1.1.3 Modal Aquaviário 258
19.1.1.4 Modal Ferroviário 258
19.1.2 Fomento Municipal 258
19.1.2.1 Modal Rodoviário 258
19.1.2.2 Klabin 259
19.1.2.3 Itaipu 259
19.1.3 Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras Públicas 260
19.1.3.1 Inovação Tecnológica 260
19.1.3.2 Ações de Fomento ao BIM e Aceleração Digital nas Obras Públicas Estaduais 261

19.2. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER) 262
19.2.1 Obras Rodoviárias 262
19.2.2 Programa de Seguranças Viária das Rodovias Estaduais (PROSEG) 263
19.2.3 Rodovias Concessionadas 263
19.2.4 Integra Paraná 264
19.2.5 Operação de Tráfego Rodoviário 264
19.2.6 Centro de Operações Integradas (COI) 264

19.3. ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE (FERROESTE) 265
19.3.1 ESTRUTURA 265
19.3.2 NOVA FERROESTE 266
19.3.2.1 Revitalização E Ampliação 266
19.3.2.2 Acesso ao Porto de Paranaguá 266

19.4. PORTOS DO PARANÁ - APPA 267
19.4.1 RELAÇÃO PORTO-CIDADE 267
19.4.2 ILHAS DA BAÍA DE PARANAGUÁ 269
19.4.3 MOEGÃO 269

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.4.4 PROJETOS ESTRUTURANTES 269
19.4.4.1 INFRAESTRUTURA MARÍTIMA 269
19.4.4.2 INFRAESTRUTURA TERRESTRE 270

20. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJU) 271
20.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 271
20.1.1 Garantia de Direitos 271
20.1.2 Migrantes e Refugiados 272
20.1.2.1 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas 273
20.1.3 Defesa dos Direitos Humanos 274
20.1.4 Proteção a vidas 274
20.1.5 População em Situação de Rua 275
20.1.6 Consumidor 275
20.1.7 Socioeducativo 276

21. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA (SEMIPI) 278
21.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 278
21.1.1 Políticas Públicas para as Mulheres 278
21.1.1 Fomento ao Protagonismo Feminino 279
21.1.2. Enfrentamento às Violências contra as Mulheres 280
21.2 Política da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 281
21.2.1 População Negra 282
21.2.2. Povos Indígenas 282
21.2.3. Povos Ciganos 283
21.2.4. Povos Matriz Africana 283
21.2.5. Comunidades Quilombolas 284
21.3. Políticas Públicas para a Pessoa Idosa 284
21.3.1. Fortalecimento e Descentralização de Direitos da Pessoa Idosa 284
21.3.2. Disque Idoso Paraná 285
2 1.3.3. Inclusão Digital para a pessoa idosa 285
21.3.4. Autonomia e Lazer 285

22. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA) 287
23. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP) 298
23.1. DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS 298
23.1.1. Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG) 298
23.1.2 Centro Integrado de Denúncias - 181 299
23.1.3 Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) 299
23.1.4 Mediações de Conflitos da Terra 300
23.1.5 Núcleo Estadual de Política sobre Drogas 301
23.1.6 Coordenação de Operações Integradas 302
23.1.6.1 SULMASSP 302

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.1.6.2 Programa Mulher Segura 302
23.1.6.3 Gabinete de Gestão Integrada 303
23.1.6.4 Operação Cidade Segura 303
23.1.6.5 Operação Safra 303
23.2 DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ 304
23. 3. DIRETORIA DE GESTÃO EM SEGURANÇA 305
23.3.1 Planejamento Estratégico e Projetos 305
23.4 DIRETORIA ESTRUTURAL 305
24.4.1 Prumos 305
23.4. 2 Programa Paraná Seguro – BID 306

23.5. FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA 307
23.5.1. Polícia Militar 307
23.5.2. Corpo de Bombeiro Militar 310
23.5.3. Polícia Penal 313
23.5.4. Polícia Civil 315
23.5.5. Polícia Científica 317

24. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA (SETR) 320
24.1. Rede do Sistema Nacional de Emprego – SINE/PR 320
24.1.1 Resultados Rede SINE/PR 320
24.1.1.1 Mutirões e Eventos de Emprego 321
24.1.1.2 Emprega Mais 321
24.2. Programa Cartão Futuro 321
24.3. Economia Solidária. 322
24.3.1 A mostra Paranaense de Economia Solidária 322
24.4. Fomento Paraná – Microcrédito Fácil 322
24.5. Qualificação Profissional 323
24.5.1 Qualifica Paraná 323
24.5.2 Carretas do Conhecimento 323
24.5.3 Bora Paraná 323
24.5.4 Mais Qualificação 324
24.5.5 Plataforma Êxito 324
24.5.6 Projeto Educação Empreendedora - 324
24.6. Aluno de Sucesso 324
24.7. Empregabilidade 325

25. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETU) 326
25.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 326

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

ECONOMIA PARANAENSE

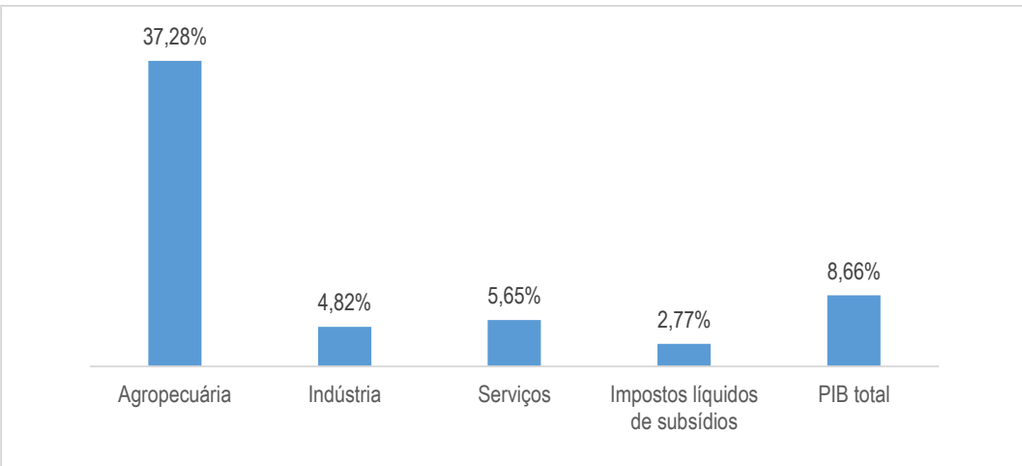
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A ECONOMIA PARANAENSE EM 2023

Após registrar moderada taxa de crescimento em 2022, derivada principalmente da forte quebra da safra agrícola com a prolongada estiagem, a economia paranaense vem apresentando desempenho notável em 2023. Segundo estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado registrou ampliação real de 8,66% no primeiro semestre de 2023, como resultado da expansão do setor primário, da ordem de 37,28%, indústria (4,82%) e serviços (5,65%), sendo menos pronunciado o crescimento dos impostos líquidos de subsídios (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO PIB - PARANÁ – 1º SEMESTRE DE 2023



FONTE: IPARDES
NOTA: Em comparação a igual período de 2022. Os resultados setoriais referem-se ao Valor Adicionado.

Na agropecuária, merece destaque a elevação de 84,5% da produção de soja, com a colheita da oleaginosa saltando de 12,2 milhões de toneladas no ano passado para 22,5 milhões no presente exercício (tabela 1). Ademais, podem ser mencionados os incrementos produtivos de 9,5% do milho e 13,8% do trigo, em trajetórias contrárias ao decréscimo anotado pelas lavouras de feijão (-10,3%).

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS, SEGUNDO PRINCIPAIS LAVOURAS - PARANÁ - 2022-2023

LAVOURA	PRODUÇÃO (t)		VARIAÇÃO (%)
	2022	2023	
Soja	12.185.395	22.485.000	84,5
Milho	16.258.500	17.802.700	9,5
Trigo	3.386.749	3.855.200	13,8
Feijão	756.785	678.600	-10,3
Outras lavouras	749.006	811.700	8,4
Total - cereais, leguminosas e oleaginosas	33.336.435	45.633.200	36,9

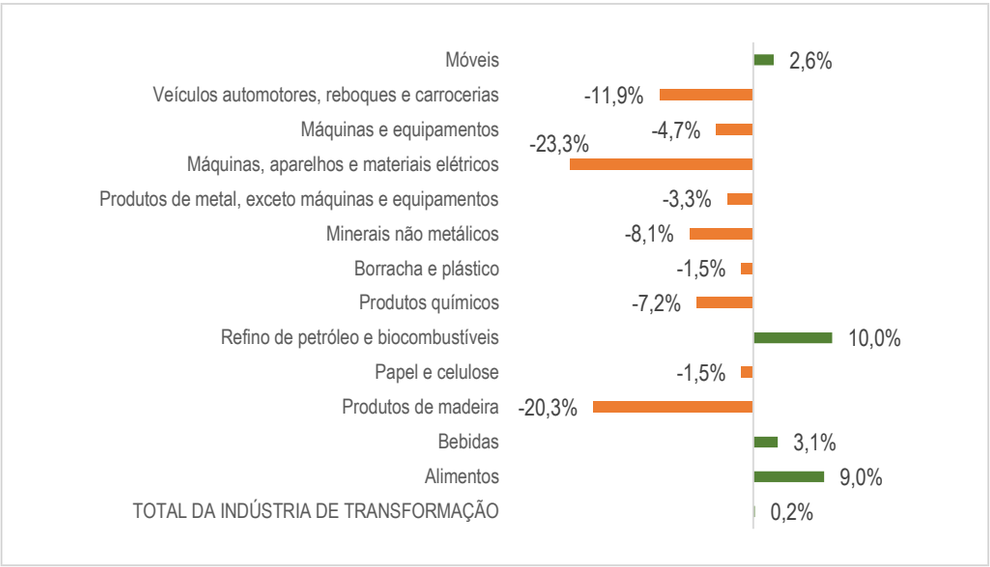
FONTE: IBGE-LSPA

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Especificamente no âmbito da pecuária, vem sendo contabilizado aumento de produção pelos segmentos avícola e suinícola, opostamente à queda observada no ramo de bovinos. Nesse último caso, houve retração de -2,1% dos abates estaduais, caindo de 628,5 mil cabeças nos seis primeiros meses de 2022 para 615,5 mil em igual período deste ano, de acordo com o IBGE. Por outro lado, os abates de frangos avançaram 7,7%, de 1,00 bilhão para 1,08 bilhão de cabeças, mantendo o Estado como o maior produtor nacional, enquanto os abates de suínos progrediram 3,4%, com salto de 5,7 milhões para 5,9 milhões de cabeças.

Já em relação à indústria, verifica-se crescimento de 0,2% da produção física da indústria de transformação paranaense no acumulado de janeiro a setembro de 2023 (gráfico 2). Entre as atividades manufatureiras que registraram expansão, sobressaem as indústrias alimentícia e de refino de petróleo, com taxas de 9,0% e 10,0%, respectivamente, contrapondo-se ao forte declínio dos ramos de produtos de madeira, material elétrico e veículos automotores, que também vêm apresentando relevantes números negativos em nível nacional. A diferença entre os desempenhos do PIB do secundário, acima citado, e da indústria de transformação é explicada pelos bons resultados dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), que incluem, entre outras atividades, a geração de energia elétrica.

GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2023

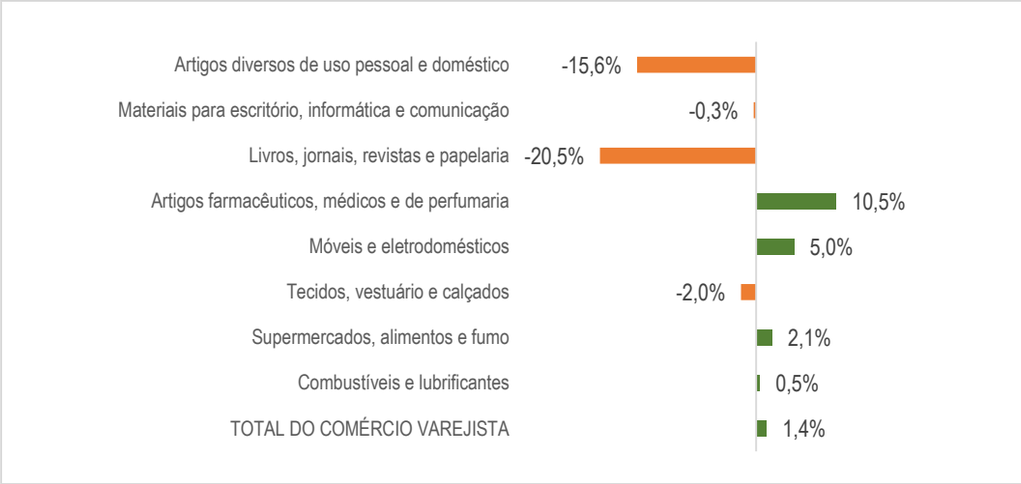


FONTE: IBGE - PIM-PF
NOTA: Em comparação ao mesmo período de 2022.

Da mesma maneira, o comércio varejista estadual vem exibindo heterogeneidade de performance entre os seus subsetores, com o volume de vendas variando de queda de -20,5%, no caso do segmento de livros, revistas e papelaria, a aumento de 10,5%, que foi registrado pelo ramo de artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria no acumulado dos nove primeiros meses de 2023, em comparação a idêntico intervalo de 2022. No cômputo geral, o volume de vendas do varejo paranaense cresceu 1,4% de janeiro a setembro deste ano (gráfico 3).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

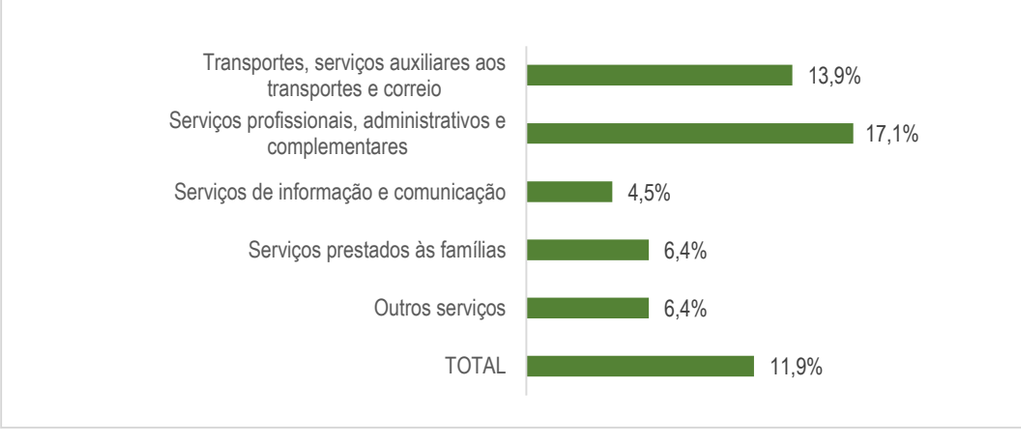
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADES - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2023



FONTE: IBGE - PMC
NOTA: Em comparação ao mesmo período de 2022.

Diferentemente do comércio, há razoável equilíbrio entre os segmentos do setor de serviços do Estado, que asseguraram, no resultado geral, um expressivo crescimento de 11,9% (gráfico 4). Com expansão de 17,1% no acumulado até setembro de 2023, os serviços profissionais e administrativos lideraram entre os ramos do terciário, seguidos das atividades de transporte e dos serviços prestados às famílias.

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE SERVIÇOS - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2023

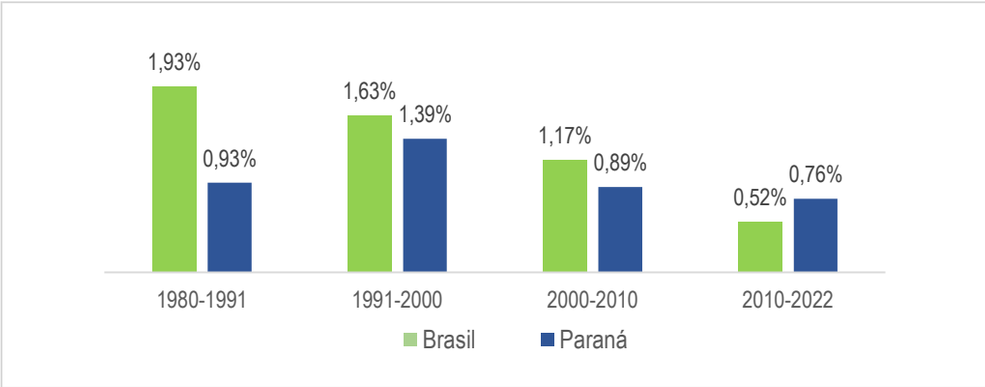


FONTE: IBGE - PMS
NOTA: Em comparação ao mesmo período de 2022.

Por fim, apesar dos dados terem como referência o ano de 2022, cabem comentários a respeito dos primeiros resultados do Censo Demográfico, recentemente divulgados pelo IBGE. De acordo com o instituto, a população residente do Estado somou 11.444.380 de pessoas em 2022, o que representou acréscimo absoluto de 999.854 e relativo de 9,57% em relação ao resultado do Censo 2010. Em termos de taxa média geométrica anual, a expansão estadual suplantou a nacional no período 2010-2022 (0,76% ante 0,52%), o que não ocorria há décadas (gráfico 5).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

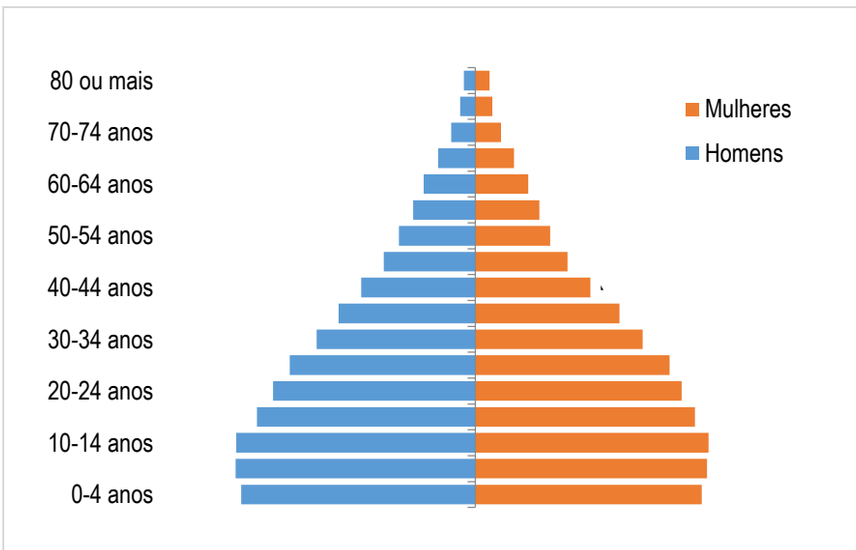
GRÁFICO 5 - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO POPULACIONAL - PARANÁ E BRASIL - 1980-1991 / 1991-2000 / 2000-2010 / 2010-2022



FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Mesmo assim, prosseguem os movimentos de redução do crescimento e de envelhecimento da população do Paraná (figuras 1 e 2), o que deve ser considerado pelas políticas públicas. No ano de 1991, por exemplo, as pessoas idosas (com 60 anos ou mais de idade) representavam apenas 6,8% da população paranaense, sendo agora 16,5% em 2022.

FIGURA 1 - COMPARAÇÃO DAS PIRÂMIDES ETÁRIA - PARANÁ – 1991 e 2022

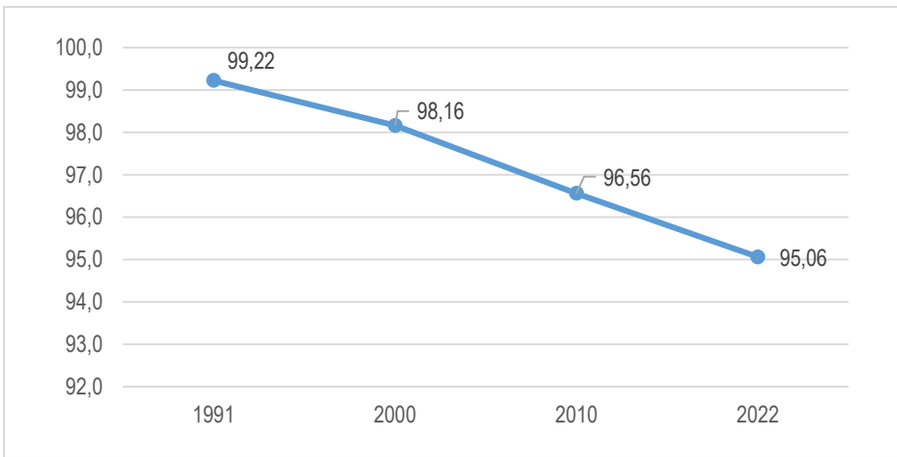


Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1991 E 2022

Em um outro parâmetro, havia 20,5 pessoas com 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 indivíduos com até 14 anos no Estado em 1991, muito abaixo do índice de 86,2 registrado em 2022. Em trajetória também ascendente, a participação feminina na população local vem evoluindo, conforme pode ser observado por meio da razão de sexo, representada pelo número de homens para cada 100 mulheres.

GRÁFICO 6 - RAZÃO DE SEXO - PARANÁ - 1991-2022



FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Em 1991, havia 99,22 homens para cada grupo de 100 mulheres no Paraná (gráfico 6), passando para 98,16 em 2000, para, 95,06 em 2022, justificando as ações governamentais para o público feminino.

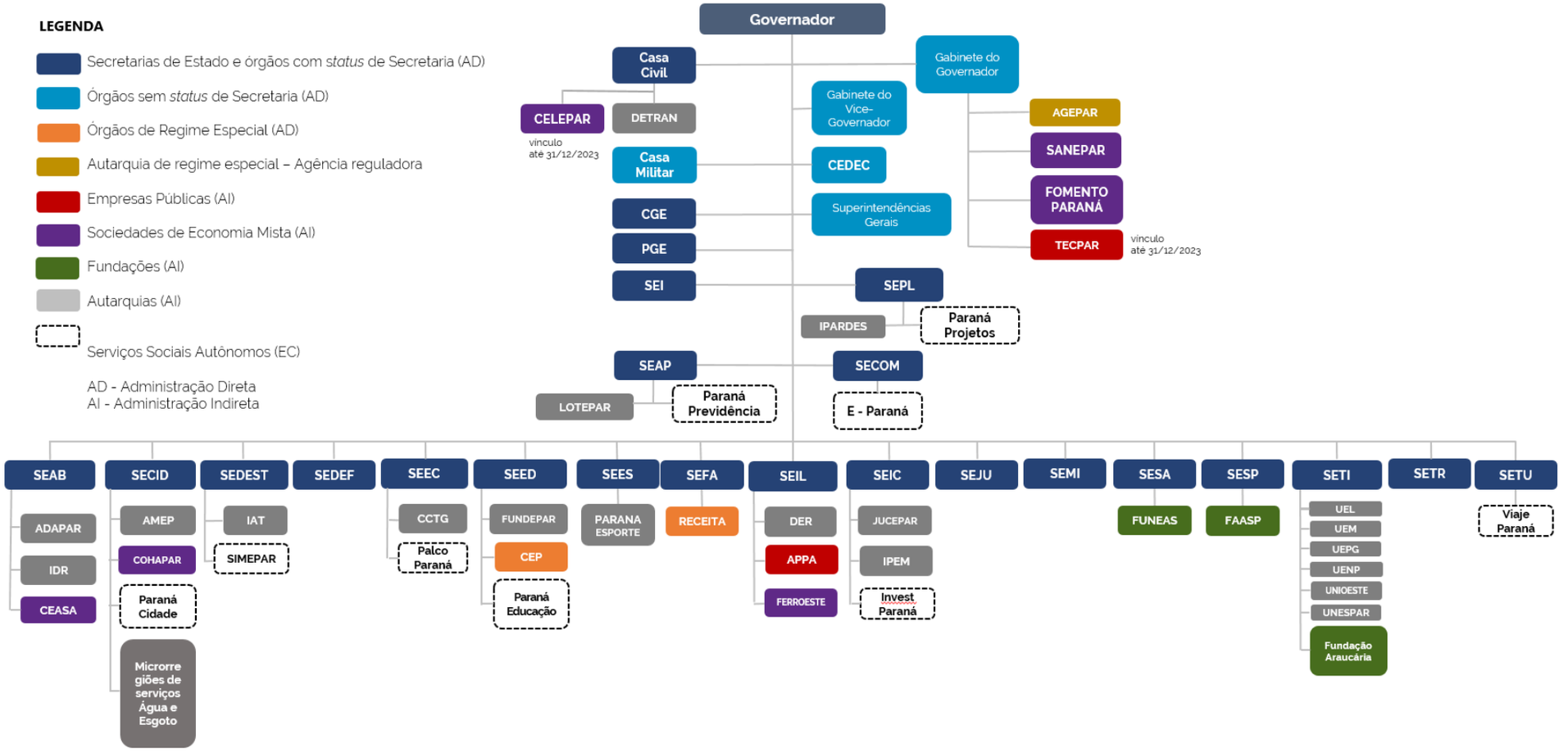
Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

PODER EXECUTIVO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO – ADMINITRAÇÃO DIRETA E INDIRETA



FONTE: PARANÁ, Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, Anexo I – Relação de Órgãos e Entidades.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

GOVERNADORIA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1. CASA CIVIL

A Casa Civil (CC) é um órgão de assessoramento e apoio direto ao Governador. Dentre suas atribuições, destacam-se a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; o relacionamento público com autoridades civis, políticas, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, Poderes Legislativos Estadual, Municipal e Federal e com outras esferas de Governo; entre outras.

O campo de atuação da Casa Civil envolve atribuições, tarefas de apoio e responsabilidades diretas típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo. No nível de gerência estão localizados o Diretor-Geral, o Diretor de Articulação Estratégica e Acompanhamento Fiscal, o Diretor de Integração Institucional e o Diretor-Legislativo.

À Diretoria Legislativa (DL) da Casa Civil compete a atividade legislativa realizada em diálogo entre o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e Deputados Estaduais, o desenvolvimento de Projetos de Lei no âmbito da Casa Civil e a elaboração de sanções e vetos aos Projetos de Lei enviados pela Assembleia, submetendo à análise do Governador do Estado, bem como a análise de Decretos Normativos e organização da Comissão de Revisão Normativa. Em 2023, foram analisados 417 Projetos de Lei para sanção e elaboração das respectivas Leis, sendo 405 Leis Ordinárias e doze Leis Complementares. No mesmo período, oito Projetos de Lei foram vetados total ou parcialmente. Na ocasião, a Diretoria Legislativa elaborou 190 mensagens governamentais com respectivos anteprojetos de Lei encaminhados à ALEP, respondeu 518 requerimentos de Deputados e expediu 291 informações de órgãos estaduais à Assembleia sobre Projetos de Lei em tramitação, visando orientar a Liderança do Governo.

À Diretoria de Articulação Estratégica e Acompanhamento Fiscal (DAE) compete a coordenação de realização de estudos especializados sobre governança fiscal em âmbito estadual e promover a prestação de suporte técnico e operacional ao funcionamento do Comitê de Governança Fiscal – CGF. À Diretoria de Integração Institucional (DII) compete coordenar a gestão estratégica dos arranjos institucionais no âmbito da Casa Civil, de modo a garantir o seu pleno funcionamento e viabilizar o efetivo cumprimento de suas finalidades com excelência, transparência e resultados positivos para a sociedade.

À Diretoria-Geral da Casa Civil possui, dentre outras atribuições, a de promover a intelecção e a liderança técnica e estratégica do processo de integração interna, bem como a de ordenar as atividades relativas aos meios administrativos necessários ao funcionamento da Pasta. Em 2023, coordenou a preparação dos despachos e o recebimento, estudo e triagem dos expedientes encaminhados ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil; estabeleceu e coordenou o sistema de relacionamento com as Secretarias de Estado e com os órgãos regionais da Casa Civil, submetidos ao Chefe da Casa Civil, além de desempenhar variadas atividades correlatas, zelando pela boa governança institucional.

Na execução de suas atribuições, destaca-se o apoio das seguintes unidades e núcleos sistêmicos:

- Centro de Redação de Atos (CRA): até 30 de novembro, foram lavrados quantitativo dos seguintes atos: 4.274 Decretos, 520 Resoluções e 40 Portarias, sendo estimada até 31 de dezembro a confecção de mais 300 Decretos e 100 Resoluções e 5 portarias.
- Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE): foram elaborados, digitados/processados e expedidos, via e-protocolo ou expresso aproximadamente 6.050 expedientes.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Às Superintendências-Gerais competem o planejamento, a coordenação e a execução das atividades integrantes da área de atuação definida como de interesse prioritário, compatibilizando-as com as diretrizes gerais do Governo do Estado e o apoio estratégico ao Governador, ao órgão ou entidade no desempenho de suas competências institucionais visando ao aprimoramento da gestão governamental da área estabelecida como de interesse prioritário.

1.1. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS)

A Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS), mantém o propósito de fortalecer o diálogo com instituições da Sociedade Civil Organizada, como Movimentos Sociais, Organizações Não Governamentais, Coletivos do Terceiro Setor, Associações e entidades correlatas. Como atuação essencial é um órgão de Diálogo e desempenha o papel de mediador, ao identificar demandas comunitárias e encaminhá-las aos órgãos responsáveis, assegurando a efetiva prestação de serviços às comunidades.

É parte integrante do compromisso do Governo do Paraná em envolver os cidadãos na construção e aplicação de políticas públicas, promovendo uma sociedade articulada com resultados provenientes da participação ativa. Busca compreender os programas já implementados dentro do governo, como eles podem ser aplicados e a quem se aplicam e, ao perceber a necessidade de uma comunidade, encaminha a demanda ao órgão responsável, fazendo com que o atendimento chegue de fato a quem precisa. Além disso, analisa as demandas apresentadas pela sociedade e estabelece o diálogo entre órgãos e comunidades para construção conjunta de medidas efetivas para solução das questões reais.

No início de 2023, a SUDIS reestruturou suas ações e planejamento, estabelecendo novos micro e macro objetivos em seus principais eixos de trabalho: Participação Social, Mediação de Conflitos Fundiários, Economia Solidária e Moradia em Autogestão.

1.1.1 Principais Realizações

Entre as ações realizadas em 2023, destacam-se:

- Participação Social: criado um eixo de trabalho específico para conselhos e órgãos correlatos, visando participação ativa, o acompanhamento e o fortalecimento da presença desta Superintendência nos conselhos em que representa a Casa Civil. Além disso, estabeleceu-se como objetivo acompanhar e observar outros conselhos com diversos temas, auxiliando no desenvolvimento de novas estruturas, ou aprimoramento das já existentes, para garantir a representatividade e eficácia de seu funcionamento.
- Mediação de Conflitos Fundiários: presidiu a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários, promovendo soluções pacíficas com representantes da Administração Pública e órgãos jurídicos; contribuição para a Campanha Despejo Zero, realizando cinco reuniões com mais de 80 participantes. A pauta se concentra nas reivindicações dos Movimentos Populares de Direito à Moradia e à Terra e ocupações do campo e da cidade de diferentes localidades do Paraná. Por fim, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Paraná e CELEPAR, a SUDIS apresentou o projeto de Mapeamento Interativo de Conflitos Fundiários, que tem como objetivo unir todos os dados sobre conflitos fundiários e áreas sub judice, para que eles fiquem disponíveis a todos os órgãos envolvidos no processo.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Economia Solidária: incentivo a inclusão da política de Economia Solidária nos Planos Plurianuais das secretarias estaduais, com o objetivo de fortalecer a política e facilitar a captação de recursos; participação na definição do Paraná como projeto piloto para o novo Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários, fortalecendo a política e realizando feiras descentralizadas pelo estado em parceria com a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR e por meio do Conselho Estadual de Economia Solidária, que ajudou a instaurar em 2022.
- Moradia em Autogestão: continuação do trabalho na habilitação de entidades para projetos de Habitação de Interesse Social na modalidade de autogestão.
- Parcerias Estratégicas: estabelecimento de parcerias, como Invest *Paraná* no projeto de Vocações Regionais Sustentáveis; e a *Mondelez International*, colaborando no evento *Mondelez Change Day*.

1.2. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE RELAÇÕES INTITUCIONAIS (SGRI)

Compete à Superintendência Geral de Relações Institucionais a promoção, o estímulo e o diálogo com o terceiro setor por meio de programas, projetos, ações e iniciativas de mobilização relacionados a prática do bem comum, em suas diversas manifestações.

1.2.1. Principais Realizações

- Apoio em ações da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI);
- Participação em atividades e processo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Atuação no processo de regularização de propriedades e terrenos sob jurisdição do Serviço do Patrimônio da União (SPU);
- Defesa de pautas e questões de relevância para o governo, buscando estratégias para sua efetivação e apoio;
- Representação do governo em diferentes instâncias, eventos ou reuniões, transmitindo posicionamentos e diretrizes do governo;
- Assessoramento direto e imediato ao Governador, auxiliando-o no desempenho de suas responsabilidades e funções;
- Contato e colaboração com as instituições de ensino superior do Paraná;
- Interlocução e representação do governo estadual com o executivo federal, facilitando a comunicação e a busca por apoio em questões de interesse mútuo;
- Atuação na regulamentação da Hidroviária Travessia Pontal do Paraná/Ilha do Mel;
- Acompanhamento e monitoramento das atividades, projetos ou programas desenvolvidos na Ilha das Cobras;
- Acompanhamento o progresso e desenvolvimento das obras em curso na Ilha do Mel e dos projetos direcionados para o saneamento básico na ilha.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.3. SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SGDES)

Compete à Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES) a participação na elaboração, aprovação e acompanhamento de projetos prioritários do governo estadual com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas Estratégias Ambientais, Sociais e de Governança (ESG); a colaboração mútua com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes) em suas atribuições e atividades; a participação na proposição, estímulo e divulgação das políticas públicas e dos projetos prioritários de interesse do governo do Estado do Paraná sob a perspectiva da quádrupla hélice, oriundos dos Governos federal, estaduais e municipais, setor privado, academia e sociedade civil, relativos aos ODS e Agenda 2030, em conjunto com o Cedes; entre outras.

1.3.1. Principais Realizações

Entre as ações realizadas em 2023, destacam-se:

- Caravana da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI): participou da primeira temporada do Programa "Caravana Paraná Unido pelas Mulheres", que teve como foco o tema Modelos de Governança. Em dez encontros, a Caravana percorreu todo o Estado, buscando sensibilizar e capacitar os 399 municípios no o tema. A SGDES fez apresentações sobre os ODS relacionados à igualdade de gênero, saúde da mulher e trabalho e renda. Nessas apresentações, destacou o desempenho dos municípios (agrupados por Associações) em uma série de indicadores, como, por exemplo, a diferença de renda entre homens e mulheres e a proporção de cadeiras ocupadas por mulheres no Legislativo.
- Relatório Missão ODS, Indicadores Municipais: com o intuito de auxiliar o monitoramento da implementação da Agenda 2030 e auxiliar o processo de tomada de decisão dos gestores municipais, o Relatório Missão ODS apresenta um panorama municipal relativo aos ODS da Agenda 2030. O Relatório apresenta um conjunto de indicadores relacionados às metas selecionadas como aplicáveis ao Estado do Paraná e seus municípios. Em setembro de 2023, foram gerados e enviados 399 Relatórios Missão ODS, um para cada município em particular.
- Revisão dos indicadores que compõem a ferramenta de *Business Intelligence* (BI) "Paraná de Olho no ODS": em 2023, iniciou-se o processo de revisão dos indicadores que compõem o referido BI. Para tanto, foram criados e aplicados procedimentos para validação de dados e analisar coerência e consistência dos indicadores integrantes do BI ODS.
- Cooperação com o IPARDES: para fortalecer o processo de revisão de indicadores, foram elaborados um Termo de Cooperação Técnica e um Plano de Trabalho de médio prazo entre SGDES e IPARDES.
- Cooperação com a Fundação Araucária (FA): ao longo de 2023, a SGDES contribuiu em dois Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) específicos: a) NAPI Agenda 2030 e b)

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

NAPI de Gestão e Difusão da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (GDCTI). No NAPI Agenda 2030, o papel da SGDES é trabalhar na articulação de membros da academia, governança, sociedade civil organizada e setor privado, para a construção do pré-projeto de NAPI e sua submissão à fundação. Já no NAPI GDCTI, o papel é contribuir com a análise transversal de resultados e impactos gerados pelos NAPIs já estabelecidos, bem como com a criação de uma estrutura básica comum para gestão dos NAPIs.

- Portal Boas Práticas e FAE Centro Universitário: como parte de um projeto de extensão, quatro grupos de alunos do quarto período do curso de graduação em Negócios Digitais da FAE apresentaram propostas de melhorias para o Portal Boas Práticas. Para tanto, a SGDES fez uma apresentação inicial sobre o Portal aos alunos, destacando os principais problemas e anseios de melhoria. A SGDES também participou do processo de avaliação das soluções apresentadas pelos estudantes.
- Colaboração com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA) da Secretaria do Planejamento (SEPL): a SGDES está apoiando a CMA no processo de alinhamento das entregas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 aos ODS. Pela primeira vez, incluíram-se nas marcações do PPA o conjunto de indicadores ODS da base de dados do BI "Paraná de Olho no ODS".
- Missão OCDE 2023: advindo da parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a última fase do Programa "Uma Abordagem Territorial dos ODS", ocorreu em maio de 2023. A missão de sondagem ocorre com *stakeholders* parceiros do Governo do Estado com objetivo de fazer o levantamento de projetos e ações que colaboram para a aceleração da Agenda 2030.
- Projeto Rede Oceano Limpo: capacitação de servidores da SGDES e reuniões periódicas para estruturação da Rede. Receptivo da comitiva técnica *da SWEDISH ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY* de 06 a 08/02/2023. A SGDES recebeu a Gerente de projetos e especialista em gestão de resíduos Åsa Bergérus Rensvik, Project acompanhada da Gerente assistente de projetos Nadya Maslova. Realizou-se visitas com a UFPR / CEM (Centro de Estudos do Mar), Volvo e Prefeitura de Curitiba com foco no programa de enfrentamento do lixo no mar.
- Programa da União Europeia IURC - *International Urban and Regional Cooperatrion* - Objetivo de aproximar os ecossistemas de inovação entre o Estado do Paraná e a Província da Silésia na Polônia. Assinatura de Termo de Cooperação entre os dois governos em abril de 2023. Encontro internacional sobre Soluções de Economia Circular em Fortaleza – Ceará organizado pelo IURC-LA & CITINOVA em maio de 2023.
- Projeto de Capacitação de Lideranças Locais: em parceria entre o Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR) e a Organização Mundial da Família (WFO), para capacitar autoridades e líderes locais para o desenvolvimento sustentável multidimensional e integrado, além de desenvolver mecanismos para aceleração da implementação e acompanhamento dos ODS no Paraná.
- Cooperação Técnica com o Estado de Córdoba: esforços entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo do Estado de Córdoba visando formatação de mecanismos de estímulo à implementação e acompanhamento local da Agenda 2030 e dos ODS, conforme os Planos de trabalho elaborados acerca de: Energias Renováveis, Agricultura Sustentável e Agenda 2030.
- POLIS - Programa para Promoção dos Objetivos Locais Integrados e de Desenvolvimento Sustentável: a SGDES desenvolveu para integrar os ODS no planejamento dos municípios paranaenses contribuindo para que a Agenda 2030 e a pauta da sustentabilidade sejam

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

incorporadas no processo de desenvolvimento local, considerando as dimensões ambientais, sociais e econômicas. Esse processo contará com a comunidade local, por meio das prefeituras, instituições, universidades e empresas, para acessar informações e participar de dinâmicas de planejamento, e com instituições públicas e privadas, como Secretarias de Estado e o Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT e SESCOOP.

- Morretes, cidade do pólen: programa foi apoiado desde o início pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes) e, posteriormente, também pela SGDES que segue prestando apoio institucional e de articulação com os atores envolvidos. A iniciativa, capitaneada pela Prefeitura Municipal de Morretes, visa à conservação da maior faixa contínua remanescente de Mata Atlântica do País, com apoio à meliponicultura.
- Piraquara 100% Orgânico - Apoiada pelo Cedes/SGDES, a iniciativa capitaneada pela Prefeitura Municipal de Morretes visa a conservação da maior faixa contínua remanescente de Mata Atlântica do País, com apoio à meliponicultura.
- Etapa de Treinamento em Gestão de Resíduos Sólidos: parte do programa "Estratégias Municipais de Gestão Integrada de Resíduos", que conta com o apoio da Agência de Proteção Ambiental da Suécia (SEPA). O treinamento incluiu um Webinário denominado "Impactos e Soluções para o Desperdício de Alimentos nas Escolas", com a palestra "Prevenção do Desperdício de Alimentos no contexto dos ODS", ministrada pela servidora Mariam El Tasse. O evento fez parte dos trabalhos de capacitação de servidores municipais e técnicos da região noroeste do Estado na temática Gestão de Resíduos Sólidos.

1.4. ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERGDF)

Ao Escritório de Representação do Governo em Brasília (ERGDF) compete a representação e defesa dos interesses do estado do Paraná nas diversas instâncias do Governo Federal, organismos internacionais, Congresso Nacional, representações de outros países, observadas as diretrizes estabelecidas pela Casa Civil; entre outras.

1.4.1. Principais Realizações

- Apoio aos atendimentos de logística prestados ao Governador e à Governadoria, suas comitivas e a outras autoridades do Estado, em cumprimento de agendas oficiais em Brasília e participação em audiências presenciais e virtuais com autoridades das Embaixadas, com o objetivo de firmar acordos, promover a cooperação governamental, além de divulgar o estado do Paraná internacionalmente.
- Comunicação e divulgação aos Municípios, Secretarias Estaduais e Organizações da Sociedade Civil das Propostas Voluntárias e Proponentes Específicos disponibilizadas em 2023, junto ao sistema federal da Plataforma transferegov.br pelos Ministérios, perfazendo neste período um total de 63 programas federais.
- Articulação junto à Bancada Federal do Paraná na apresentação por parte da Governadoria e Secretarias Estaduais de sugestões de Emendas Parlamentares Individuais e Emendas de Bancada ao Orçamento Geral da União.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Ações em demandas oriundas de política pública do Governo do Paraná junto aos Órgãos da esfera Federal, como, acompanhamento das operações de crédito internacional e suas alterações contratuais do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense e Programa Paraná Seguro.

1.5. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) foi fundado em 15 de junho de 1961 pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de fazer o Sul do Brasil prosperar. É uma Instituição financeira pública de fomento, controlada pelos três estados do Sul, com autonomia financeira e administrativa. Está sujeito ao acompanhamento e controle do Tribunal de Contas, bem como à fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua estrutura administrativo-organizacional é determinada por Regimento Interno estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e fundamentada por Atos Constitutivos aprovados pelas Assembleias Legislativas dos Estados-Membros.

1.5.1 Principais Realizações

1.5.1.1. Desempenho Operacional

Contratações por Segmento: no período de janeiro a outubro de 2023, o BRDE no Paraná realizou novos contratos em um montante de aproximadamente R$ 1,40 bilhão, 23% superior ao contratado no mesmo período de 2022.

Neste período, o segmento econômico de maior destaque foi o terciário em termos de valor contratado e o primário em número de contratos, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Out/ 2023)

SETOR	VALOR CONTRATADO	
	R$	%
Primário	R$ 346.768.766,07	25%
Secundário	R$ 325.817.474,48	23%
Terciário	R$ 734.499.348,37	52%
TOTAL	R$ 1.407.085.588,92	100%

FONTE: BRDE/AGPR/SIG

Contratações por Porte das Entidades - na segmentação por porte das entidades observa-se uma concentração em produtores rurais quanto à quantidade de contratos. No âmbito empresarial, destacam-se os valores contratados com pequenas e médias empresas. A Tabela 2

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

mostra as contratações realizadas pelo BRDE no Paraná de janeiro a outubro de 2023, segregando por porte da entidade.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES - JAN/OUT - 2023

ENTIDADE/PORTE	VALOR CONTRATADO	
	R$	%
Produtor Rural	R$ 275.729.734,57	20%
Microempresa	R$ 9.651.670,70	1%
Pequena Empresa	R$ 275.410.731,73	20%
Média Empresa	R$ 301.556.207,33	21%
Grande Empresa	R$ 524.086.224,15	37%
Prefeituras	R$ 20.651.020,44	1%
TOTAL	R$ 1.407.085.588,92	100%

FONTE: BRDE/AGPR/SIG

1.5.1.2. Principais Contas Patrimoniais e Resultado

A seguir os principais números do BRDE no período compreendido entre janeiro e outubro dos anos de 2022 e 2023 apresentados na Tabela 3. Com destaque para a carteira de operações de crédito e o patrimônio líquido que, em outubro de 2023, eram 15% e 10% respectivamente superiores ao realizado no mesmo período de 2022.

TABELA 3 - PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAS E RESULTADO - JAN/OUT - 2023

PRINCIPAIS CONTAS	VALOR CONTRATADO	
	2022	2023
Ativo Total	R$ 18,2 bilhões	R$ 20,5 bilhões
Operações de Crédito	R$ 14,5 bilhões	R$ 16,7 bilhões
Patrimônio Líquido	R$ 3,8 bilhões	R$ 4,1 bilhões
Lucro Líquido	R$ 357,8 milhões	R$ 313,0 milhões

FONTE: BRDE/AGPR/SIG

1.5.1.3. Principais Atividades

Em 2023, o BRDE completou 62 anos de atuação, renovando o compromisso com sua missão de liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social da Região Sul. Estima-se que no final do ano as contratações da agência paranaense do BRDE alcancem a cifra história de R$ 2 bilhões. O BRDE manteve o amplo apoio financeiro e técnico ao agronegócio, à inovação e aos projetos de energia renovável. O setor da terciário teve destaque, seguido do Comércio e Serviços, com ênfase aos investimentos direcionados às pequenas empresas.

Neste ano, a Região Sul voltou a sofrer dos impactos climáticos, seja pela estiagem em alguns momentos, seja pelo excesso de chuvas em outros. Nesse contexto, o BRDE liderou ações

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

junto aos principais provedores de *fundings* de suas operações buscando alternativas para atender os clientes atingidos.

A estratégia de diversificação do portfólio de linhas de crédito também continuou sendo implementada, permitindo ao BRDE estabelecer novos relacionamentos de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD) e o *New Development Bank* (NDB). Cerca de R$ 2 bilhões em recursos captados, com apoio imprescindível dos Estados Controladores do BRDE, que vão fortalecer a economia da Região do Sul e desenvolver projetos públicos e empresariais voltados à resiliência, sustentabilidade e inovação. Na outra ponta da estratégia, o BRDE vem renovando parcerias com diversos provedores de recursos internacionais como o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Banco Europeu de Investimentos (BEI), bem como com os provedores de recursos nacionais como o BNDES, FINEP, FGTS, FUNGETUR, FCO e FDCO.

No segmento de inovação, o BRDE continua se inserindo no ecossistema de inovação do Paraná e promoveu mais uma edição do BRDE Labs, programa que insere o tema da inovação nas empresas do Estado, promovendo capacitação, aproximando-as com soluções inovadores e, acima de tudo, criando oportunidades para o desenvolvimento das *startups*. Cabe destacar, que neste ano, o BRDE também participou do programa como uma das empresas âncoras, sendo a primeira instituição pública que implementou na prática o Marco Legal das Startups – Lei Complementar n.º 182, de 1º de junho de 2021 – trazendo a inovação para dentro de casa, o que trará ganhos para os processos operacionais do banco. E esta iniciativa teve reconhecimento pela Escola Nacional de Administração Pública (*Enap*), em sua 27ª edição, premiando o BRDE em terceiro lugar na categoria de Inovação Ambiental.

Maior repassador nacional de recursos da Financiadora de Recursos e Projetos (Finep) há mais de uma década, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) operou até final de outubro 44% desse subsídio da linha Finep Inovacred, em apoio de projetos destinados ao desenvolvimento de novos produtos ou processos e indústria 4.0. A Finep é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. De acordo com a gerência regional Sul da Finep, de R$ 1 bilhão repassados desde o dia 1º de janeiro desse ano aos agentes credenciados em todo Brasil, R$ 440 milhões foram para o BRDE, divididos em partes iguais nos três estados em que atende. No Paraná, R$ 130 milhões foram investidos nesse período, em 32 projetos.

A valorização da marca de Banco Verde está no cerne e cultura das ações do banco. Temos 78% das operações contratadas de janeiro a outubro de 2023 alinhadas com ao menos um dos ODS, com destaque para ações voltadas para: ODS 2 – Segurança Alimentar; ODS 12 – Produção e Consumo Sustentável; ODS 13 – Ação Climática; ODS 10 – Energias Renováveis; ODS 10 – Redução das Desigualdades; entre outros.

Destacamos também a continuidade e fortalecimento do programa Banco do Agricultor Paranaense, iniciativa realizada a partir de política pública estabelecida pelo Governo do Estado, que alcançou 288 produtores rurais de agricultura familiar no período de janeiro a outubro de 2023, foram R$ 38,2 milhões contratados, sendo R$ 23,72 milhões destinados para implantação de sistemas fotovoltaicos. A principal novidade é o atendimento diferenciado a mulheres incluídas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) interessadas em investir em suas propriedades. O Estado vai assumir 100% dos juros dos empréstimos contraídos para esse fim.

Não podemos esquecer o programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários para a Agricultura Familiar do Estado do Paraná que tem sido destaque no apoio aos produtores rurais de agricultura familiar, com área rural de 12 a 80 hectares e renda bruta anual de até R$ 500 mil. De janeiro a outubro de 2023, alcançou a cifra de R$ 33,41 milhões aplicados, representados por 239 contratos formalizados. O programa, que é uma parceria entre a SEAB, o IDR-Paraná, a Fomento

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Paraná, agentes financeiros e cooperativas de crédito, além de fabricantes de implementos, equipamentos, tratores e máquinas agrícolas, facilita o financiamento de máquinas como tratores, pulverizadores e colhedoras para pequenos produtores.

Plano Safra 2023/2024 apresentou aportes de R$ 54,3 bilhões captados de diversas fontes, entre elas o Banco do Brasil, cooperativas de crédito e o BRDE. Esse pacote é destinado a custeio e investimentos dos agricultores familiares e dos médios e grandes agropecuários. A iniciativa, a maior da história do Estado, visa tanto apoiar financeiramente os produtores quanto estimular atividades cada vez mais sustentáveis. BRDE, com expectativa de financiar R$ 800 milhões nesta safra. Na safra anterior, o BRDE registrou um total de R$ 1,6 bilhão em operações e o Paraná foi responsável por 35% deste total, o equivalente a R$ 560 milhões. Além disso, o BRDE financiou a atividade rural em mais de R$ 135 milhões, com recursos livres, totalizando R$ 695 milhões nesse período.

Em seu papel de agente de desenvolvimento social, econômico e cultural da região onde atua, o BRDE tem como política apoiar projetos culturais, audiovisuais, esportivos, voltados a crianças, adolescentes e idosos, aprovados para captação por meio das leis de incentivo fiscal. De janeiro a outubro/2023, o BRDE apoiou com R$ 2,09 milhões projetos de ação social, esporte e culturais.

O desempenho do BRDE no Paraná é resultado das boas estratégias de operação estabelecidas pelos governos dos estados-controladores, que se soma à alta capacidade técnica dos seus gestores e colaboradores que as implementam com excelência.

1.6. AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ)

A Fomento Paraná é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o estado do Paraná como acionista majoritário.

É submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social, no âmbito local e regional, buscando ampliar a base produtiva e promover a inovação no Paraná.

A instituição financia projetos dos municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros. E fornece crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios em todas as regiões do Estado.

1.6.1 Principais Realizações

- A Fomento Paraná contratou R$ 173,2 milhões em operações de crédito até 31 de outubro, tendo atendido 8.175 empreendimentos privados, nas diversas linhas, dos

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

quais R$ 77,4 milhões são referentes a 7.516 operações de microcrédito (até R$ 20 mil). Para chegar a esses números foram realizados mais de 41 mil atendimentos.

- O Banco da Mulher Paranaense atendeu 3651 empreendimentos liderados por mulheres de janeiro a outubro de 2024, com contratos que somam R$ 37 milhões. Desde que foi lançado, em 2019, mais de 16.180 empreendimentos foram beneficiados pelo programa, com R$ 182,6 milhões em crédito liberados, principalmente para microcrédito.
- As contratações do Setor Público, até outubro, somaram R$ 230,9 milhões em 44 operações. As liberações de crédito de operações deste segmento somaram R$ 322 milhões, fruto de um esforço concentrado em conjunto com SECID e Paranacidade envolvendo principalmente operações contratadas em anos anteriores.
- A Fomento Paraná renovou a linha de crédito Fomento Energia, com recursos da CAF, para financiar projetos de investimento de micro, pequenas e médias empresas para aquisição e instalação de componentes de sistemas de geração de energia de fontes renováveis, até o limite de R$ 500 mil.
- O BNDES divulgou em abril de 2023 o limite de crédito da Fomento Paraná para os doze meses seguintes. O valor de R$ 183 milhões representa um aumento de 20% em relação ao limite estabelecido nos 12 meses anteriores.
- Retomou a oferta do programa Paraná Recupera para auxiliar a retomada de atividades comerciais em municípios diante de situações de emergência que provocam grandes prejuízos as atividades econômicas. Nestes casos, operações de microcrédito e da linha Fomento Giro Fácil oferecem condições diferenciadas, com taxa de juros anual fixa, subsidiada pelo FDE. Até 28 de novembro, foram liberados mais de R$ 64,5 milhões, atendendo mais de 1.443 empreendimentos nesta ação.
- Renovado acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda para disponibilizar acesso ao programa de microcrédito nas Agências do Trabalhador, em especial a unidade de Curitiba.
- Recebidas duas novas tranches recursos do Fungetur/Ministério do Turismo, somando R$ 29,3 milhões, para apoiar projetos de empreendimentos ligados ao turismo.
- Capacitou seis novas turmas de agentes de crédito em parceria com o SEBRAE Paraná, totalizando 106 novos agentes para a Rede de Parceiros, que atualmente está presente em 331 municípios, atuando em Agências do Trabalhador, Salas do Empreendedor e outras estruturas definidas pelas prefeituras.
- Colocou em funcionamento o FIME/PR, criado com base no Estatuto da Microempresa. O FIME/PR é usado para subvencionar a taxa de juros em linhas de crédito da FINEP operacionalizadas pela Fomento Paraná para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito das MPEs, por meio do programa Fomento Inova Juro Zero.
- Fez parcerias, sendo uma das instituições financeiras participantes do programa Crédito Inovação, uma parceria entre Finep e Sebrae para fornecer crédito com taxas de juros mais baixas e prazos ampliados de pagamento para micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades de inovação.
- Promoveu três leilões exclusivamente eletrônicos, do tipo maior oferta de preço, sendo um deles para venda de bens imóveis e dois para venda de bens móveis

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

havidos em processos de execução judicial, ou recebidos em dação em pagamento, ou ainda inservíveis, de propriedade da Fomento Paraná, ou sob sua gestão.

- Recebeu visitas de agências de fomento e bancos de desenvolvimento para intercâmbio de informações sobre processos de financiamento com equipes das Agência de Fomento de Goiás, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Alagoas e Piaui. Com mesmo propósito equipe da Fomento Paraná esteve em Santa Catarina para intercambio com BADESC, em São Paulo, na Desenvolve SP e em Minas Gerais, visitando o BDMG. A troca de informações entre instituições do Sistema Nacional de Fomento é incentivada pela ABDE.
- Assinou Termo de Cooperação Técnica com Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) para estudar e avaliar os efeitos das políticas públicas voltadas ao fornecimento de crédito aos empreendedores paranaenses e ao setor público, por intermédio da Fomento Paraná. A parceria considera a necessidade de mensuração dos retornos gerados pelas operações de crédito da Fomento Paraná, construção de indicadores para processos decisórios no âmbito da instituição e desenvolvimento de instrumentais de planejamento econômico.
- Apresentou o programa Fomento Turismo, Pesca e Náutica, com linhas de crédito destinadas a fortalecer empreendimentos voltados ao turismo náutico e pesqueiro no Estado, desenvolvido em parceria com a Superintendência de Pesca e Bacias Hidrográficas da SEDEST, Secretaria do Turismo (SETU) e Federação Paranaense de Pesca Esportiva (FEPAP). Os recursos da nova linha são do Fungetur/Ministério do Turismo e Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).
- Realizou, em conjunto com o Sebrae /PR, seis encontros regionais e um encontro estadual de agentes de crédito dentro do programa de capacitação continuada dos profissionais que atuam na Rede de Parceiros nos municípios.
- No Encontro Estadual de Agentes de Crédito, fez a entrega do Prêmio Estadual de Microcrédito, que reconhece os municípios que se destacam na intermediação de operações e gestão da carteira de microcrédito da Fomento Paraná. O município de Francisco Beltrão foi 1º lugar geral — pela 5ª vez. A premiação é segmentada em categorias de acordo com o porte populacional.
- Firmou com o Sebrae/PR um termo de cooperação para ampliar a parceria no apoio aos pequenos negócios. A cooperação aumenta o compartilhamento de informações no âmbito do Programa Nacional de Crédito Produtivo Orientado para ampliar a oferta de capacitações e soluções de crédito para empreendedores, com foco principalmente naqueles que tem, suas propostas recusadas pela Fomento Paraná.
- Renovou as condições da linha de crédito para emissoras de rádio. Com limite de R$ 500 mil, a linha oferece condições diferenciadas para projetos de investimentos de emissoras com registro na Anatel e localizadas no Paraná, com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões. Apresentação aconteceu no 26º Congresso Paranaense de Rádio e TV.
- Finalizou o primeiro ciclo de visitas aos municípios para abordagem de prefeitos, destores municipais e lideranças empresariais visando apresentar a instituição e as oportunidades de financiamento para ampliar as parcerias e o acesso ao crédito para os pequenos negócios no estado. Foram visitados 398 municípios, sendo 122 no ano de 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Realizou mais uma edição da Caravana de Crédito Turismo percorrendo mais de 30 cidades para levar recursos ao setor de turismo. O movimento contou com a participação da SETU. O objetivo foi de orientar empreendedores e oferecer crédito para auxiliar nos preparativos para a temporada de férias de verão. As linhas atendem pousadas, hotéis, restaurantes, bares e estruturas como parques e centros de eventos, além do comércio ligado ao turismo.

1.7. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN-PR)

O Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), tem como missão executar as políticas de trânsito no Estado do Paraná com agilidade e eficiência, para oferecer um serviço de qualidade ao cidadão. Sua visão institucional é sensibilizar a população paranaense para um trânsito mais seguro e tornar o processo de veículos e de habilitação menos burocrático, simplificando os serviços prestados por meio de ações de planejamento capazes de promover a modernização e o cumprimento da sua missão. Estão entre seus objetivos estratégicos:

1.7.1 Principais Realizações

1.7.1.1 Tecnologia

Com investimentos na grandeza de mais de R$ 13 milhões, as inovações tecnológicas para o exercício 2023 são:

- Exame prático digital: Desenvolvimento de novo sistema e aplicativo para exames práticos visando maior eficiência. Eliminação do uso de listas físicas e inserção manual de resultados. O aplicativo permite registro de tempo, marcação de faltas, fotos e anotações. Resultados são disponibilizados automaticamente após o exame;
- Entrega CNH on-line: Novo serviço de entrega de CNH (Carteira de Habilitação) suspensa de forma on-line, via site DETRAN-PR;
- Laudo de exame médico especial digital: Novo serviço de laudo de exame médico especial disponibilizado de forma on-line, via site DETRAN-PR;
- 1º Emplacamento on-line: Novo serviço de 1º emplacamento 100% on-line;
- Atendimento ao Cidadão via *WhatsApp*: Projeto "CoPiloto" para atendimento ao cidadão via *WhatsApp*;
- Foram realizadas as entregas de 102 notebooks e 2004 estações de trabalho e 600 coletores biométricos.

1.7.1.2 Parceiros

Visando a desburocratização dos processos e procedimentos da COOGS, estão realizando estudos para a atualização dos normativos de habilitação e credenciamento de entidades vinculadas ao DETRAN PR. Os normativos e sistemas estão sendo desenvolvidos sob a ótica da

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

transformação digital com foco na satisfação do cidadão. As principais realizações da coordenadoria no exercício são:

- Conclusão da nova Portaria de Habilitação de Despachantes;
- Conclusão de habilitação de Estampadoras;
- Nova portaria de Habilitação de empresas de parcelamento de Débitos;
- Prorrogação da idade da frota de Centros de Formação de Condutores (CFCs).

1.7.1.3 Educação.

A área da Educação de Trânsito promove suas atividades essencialmente visando o atendimento dos eventos e ações de educação para o trânsito, contemplando toda a programação que consta o calendário alusivo ao trânsito da SENATRAN, assim como a oferta de cursos e palestras, como atividades do DETRANzinho e do DETRAN na Escola. Nesse ano, de janeiro a outubro foram realizadas 954 ações, campanhas, feiras, exposições, dentre outros eventos, que alcançaram mais de 300 mil pessoas. Para o DETRAN na Escola, no exercício de 2023, foram distribuídas 200 mil cartilhas, que são destinadas ao atendimento de alunos do 1˚ ao 5˚ ano do Ensino Fundamental I.

1.7.1.4 Habilitação

Foram emitidas até o final do mês de novembro 1.400.406 de habilitações e 20.237 de Permissões Internacionais para Dirigir (PID), com projeção de expedir até 31 dezembro de 2023 serem emitidas 1.480.450 CNHs e 20.900 PIDs. A seguir as principais realizações da área de habilitação:

- Aumento da captura biométrica em CFC, chegando ao número de 160 CFC's realizando captura biométrica, gerando agilidade de atendimento ao candidato e condutor;
- Banca Itinerante: A implantação de exames práticos de direção veicular está sendo realizada em diversos municípios do Estado, além de CFCs. O objetivo principal é proporcionar maior agilidade aos candidatos no processo de obtenção da CNH. Além disso, os exames teóricos estão sendo aplicados em 37 municípios;
- Continuação de Implantações e cadastros de Plataformas para cursos de Reciclagem para Condutores Infratores com a CNH suspensa na forma EAD;
- Intérprete de libras: Foi contratado um profissional especializado em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para realizar atendimentos durante os exames do processo de habilitação.

1.7.1.5 Infrações

A Coordenadoria de Infrações (COINF) recebeu, ao longo do ano de 2023, um total de 59.538 processos, englobando defesas prévias de autuação, defesas prévias de CNH e identificações de condutor para análise. Até outubro de 2023, cerca de 59% dos processos recebidos foram analisados.

No mesmo ano, houve a capacitação de 140 novos agentes de trânsito municipais, enquanto 481 estão em processo de designação e 8.063 já foram designados. Outras realizações da área:

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Implementação do Talonário Eletrônico em todo o Estado do Paraná via aplicativo (GIT MOBI) com previsão de implantação até maio de 2024;
- Melhoria dos serviços para a Carteira Digital de Trânsito, como envio de notificação eletrônica e identificação de infrator, entre outros;
- Implementação de nova versão do aplicativo GIT MOBI referente a autuação via talonário eletrônico;
- Correção e melhoria no fluxo de protocolização de processos, identificação de condutor, defesa e recursos de autos de infração de trânsito ou suspensão/cassação da CNH, quando competência do DETRAN/PR (implementação continuada).

1.7.1.6 Veículos

- As principais melhorias na área de veículos foram:
- Ajustes para aceitar o 1º Emplacamento com blindagem;
- Automações de auditorias em processos de veículos, trazendo rapidez ao atendimento;
- Disponibilização de site para consulta de licenciamento para fiscalização;
- Disponibilização de site online para consulta de certidão ANTT;
- Ajustes no sistema de veículos para carregar as informações da CNH;
- Convênio com a PRF para execução de tarefas de leilão;
- Dispensado a declaração do banco quando o veículo possuir restrição financeira.

Projetos:

- Criação automática do número do motor;
- Pagamento por PIX de todas as taxas de veículos;
- Finalizando o projeto para Frotistas.

1.7.1.7 Infraestrutura

Com investimentos de mais R$ 5 milhões, os serviços de reparos e manutenções, com projeção das metas até dezembro do corrente ano são:

- Concluídas: Curitiba (recuperação telhado Bloco A, copa e estacionamento), Apucarana (reforma Ciretran), Cidade Gaúcha (reforma Ciretran), Umuarama (reforma Ciretran);
- Andamento: Curitiba (cobertura policarbonato Bloco D), Nova Aurora (reforma Ciretran), Nova Londrina (reforma Ciretran), Nova Esperança (reforma Ciretran);
- Licitações encaminhadas e publicadas para o dia 30/11/2023: Jacarezinho (reforma na pista de exames práticos), Cianorte (reforma na Ciretran), Altônia (reforma na Ciretran).

Quanto à Sinalização Viária, em até o mês de novembro de 2023, foram aplicados mais de R$ 9 milhões na execução de projetos de sinalização viária urbana. Esses projetos estão em processo

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

de implantação em 45 municípios do Paraná, enquanto outros 43 municípios encontram-se em fase de licitação para a implantação, envolvendo um investimento superior a R$ 11 milhões. O montante total de investimento atinge a quantia de mais de R$ 20 milhões.

1.7.1.8 Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI)

As JARIs são órgãos colegiados, componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários.

Foram julgados pela Junta 4.462 processos de recursos contra infrações de trânsito e 7.484 recursos de penalidades impostas contra a CNH, com projeção de mais 1.614 recursos a serem julgados até o final do exercício.

O novo Regimento Interno das JARIs aprovado em junho de 2022 proporcionou melhorias na estrutura como:

- Ampliação de 3 JARI - No mês de junho de 2023, foi ampliado o número de Juntas Administrativas de Recursos de Infração para 12 (doze), tendo em vista a demanda de processos entrantes ter sido aumentada progressivamente;
- Revisão de processos deferidos - Foram analisados 478 processos "deferidos" com 24 proposituras de correção nos fluxos dos processos nas áreas envolvidas conforme Art. 288 - Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
- Manutenção da biblioteca - Atualização no sistema Gestão Eletrônica de Processos (GEPROC) do DETRAN/PR a qual proporciona aos Membros Julgadores da JARI facilidade em obter informações completas da legislação vigente;
- Plenárias (capacitação de julgadores) - Ao longo do exercício de 2023 foram apresentadas palestras para auxiliar os Membros Integrantes da JARI na manutenção da qualidade nos julgamentos;
- Até o mês de novembro, foram concluídos 12.345 processos, e a projeção para o mês de dezembro é a conclusão de 1.205, totalizando um número de 13.550 processos no ano de 2023.

1.7.1.9 Coordenadoria de Recursos Humanos

O Departamento de Trânsito do Paraná possui um corpo funcional composto por 1.090 colaboradores, dos quais 722 são servidores estatutários e 368 ocupam cargos em comissão. Durante o exercício de 2023, 28 servidores se aposentaram. As principais realizações no exercício incluem:

- Realizadas seis palestras para os servidores do DETRAN/PR;
- Em parceria com a Escola de Gestão e com a Escola Nacional de Administração Pública, foram ofertados quatro cursos e cinco palestras na modalidade a distância;
- O DETRAN participou de cinco campanhas beneficentes parceria com a Superintendência Geral de Ação Solidária, Defesa Civil, Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná (HEMEPAR);

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Campanha Natal Solidário, com a proposta de arrecadar brinquedos para 122 crianças do Centro Municipal de Educação Infantil Conjunto Araguaia;
- Foram realizados dois processos de Seleção de Frases para os servidores, com os seguintes temas: Dia do servidor Público e Assédio Moral.

1.7.1.10 Ouvidoria

Ações realizadas pela Ouvidoria até dezembro do ano de 2023:

- Registrou 19.020 atendimentos ao cidadão através do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias- SIGO;
- Realizou 650 atendimentos na modalidade presencial sendo todos concluídos no prazo Legal, Lei Federal nº13.460/2017;

Computa-se 1.816 denúncias, 138 elogios, 8.837 reclamações, 8.040 solicitações, 136 sugestões e 53 Lei de Acesso à Informação-LAI.

1.7.1.10 Exames médicos

As Juntas Médicas e Psicológicas, que antes eram realizadas apenas em Curitiba, hoje são feitas em seis cidades em todas as regiões do Estado, sido realizado em 2023 o total de 1.010 recursos de Avaliação Psicológica e 1.778 Exames Médicos Especiais, totalizando 2.788 Exames de Aptidão Física e Mental.

1.7.1.11 Leilão

No ano de 2023 foi realizado o Leilão n.º 001/2023 na Modalidade Reciclagem em 24/08/2023 com o total de 17.391 veículos e o valor arrecadado foi de R$ 4,9 milhões, este foi o primeiro leilão realizado e conduzido por Leiloeiro Administrativo.

Com relação a previsão dos próximos certames, esclarecemos que, estamos com mais quatro aberturas de leilão na modalidade de circulação e uma na modalidade de reciclagem em andamento, aguardando a definição dos prazos das publicações legais para definição da data dos certames.

1.7.1.12 Unidades Descentralizadas de Trânsito

Atividades realizadas pelo Núcleo de Unidades Descentralizadas de Trânsito (NUD) do decorrente ano:

- Inauguração do Posto Avançado de Piraí do Sul no dia 03/08/2023;
- Instalação e acompanhamento de 37 Bancas Itinerantes de exame prático de direção veicular, onde os candidatos são avaliados na estrutura do próprio Centro de Formação de Condutores;
- Desenvolvimento do projeto para instalação do Posto Avançado de Pontal do Paraná, previsto para a segunda quinzena de dezembro/2023;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Realização de mutirões de exame prático de direção veicular, nos finais de semana, nas cidades de Curitiba, Araucária, Cascavel, Ponta Grossa, Paranaguá e São José dos Pinhais;
- Elaboração do Convênio de Renovação da Operacionalização dos Postos de Atendimento junto aos Municípios do Estado;
- Elaboração e aprovação de layout de Unidades Operacionais, devido à implantação de novas Unidades, mudanças de endereço ou reformas;
- Realização de Encontros Regionais envolvendo as Diretorias, Coordenadorias, Assessorias, Núcleos e as Unidades Operacionais, em todas as 6 regiões intermediárias do Estado.

1.7.1.13 Controladoria de Inspeção e Auditagem

A Controladoria de Inspeção e Auditagem (COIA) buscou, com a transformação digital, tecnologias que otimizem as práticas do dia a dia, automatizando os processos, realizando correções e eliminando o máximo possível de papel, controlando entrada e saída dos processos, atendendo Ouvidorias e respaldo de informações para o cidadão paranaense. Durante o ano de 2023, foram realizadas 1.484 visitas de fiscalização, 858 protocolos finalizados e até o mês de novembro foram realizados 25 processos administrativos.

1.7.1.14 Coordenadoria Financeira

A arrecadação de janeiro até outubro de 2023 foi de R$ 1,5 Bilhões, até o final do exercício é previsto o total de R$ 1,8 bilhão. O orçamento para o ano de 2023 foi de R$ 559,8 milhões.

1.7.1.15 Coordenadoria Administrativa

- Aquisição de 10 veículos no modelo Toro, duas vans no modelo Master novos para o Departamento, considerando a necessidade de atualização da frota, compatíveis com as necessidades da Autarquia.
- Locação de Veículos: celebrada a contratação de veículos locados para composição da disponibilidade da frota veicular para atendimento a todas as unidades do Estado visando a atualização da frota, para deslocamentos operacionais no âmbito Estadual;
- Doações de veículos considerados inservíveis para o DETRAN/PR, doados para prefeituras municipais e secretarias de Estado;
- Repactuação de Preços dos Contratos de vigilância Presencial e Contratos de Limpeza: ao conceder a repactuação a administração age de forma a equilibrar as condições dos contratos assegurando serviços essenciais garantindo as atividades do DETRAN/PR;
- Implantação, normatização e manuseio da Ferramenta Taxi-Gov no DETRAN/PR: Foram realizados procedimentos para Instituição de Normativa quanto a utilização do *software* de transporte com a utilização do aplicativo Taxi-Gov no âmbito do DETRAN/PR.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.7.1.16 Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social (ACS) do DETRAN do Paraná é responsável por divulgar as ações, projetos e atividades da autarquia, bem como dos canais oficiais, site, intranet, *YouTube* e redes sociais. Segue abaixo algumas atribuições executadas por esta assessoria durante o ano de 2023:

- Criação e divulgação em redes sociais, sites e mídias externas e internas de ações educativas, eventos, e atividades realizadas pelo Departamento;
- Criação e execução de eventos relacionados ao Departamento, interno e externo;
- Divulgação, criação e gestão de campanhas publicitárias envoltas ao tema trânsito;
- Atendimentos via *call center* em mídias sociais;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.8 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), tem a incumbência de exercer a regulação e fiscalização dos contratos das rodovias do Anel de Integração do Paraná, concedidas à iniciativa privada, além de regular o transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros e das travessias marítimas, fluviais e lacustres (em especial da travessia da baía de Guaratuba pelo sistema de *ferry boat*).

1.8.1. Principais Realizações

1.8.1.1. Âmbito Institucional

Reestruturação e ampliação do Quadro Próprio da AGEPAR – QPA, por meio da ampliação de vagas no Concurso Público regido pelo Edital n.º 1/2018, sendo realizada a nomeação de dois servidores para o cargo de Auxiliar de Regulação (nível médio) e de cinco servidores para o cargo de Especialista em Regulação (nível superior);

Contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e realização do Ciclo de Capacitação, ao longo do ano, sobre temas diversos da Regulação, para o treinamento dos servidores.

1.8.1.2 Âmbito Regulatório

- Regulamentação dos procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados;
- Implementação do Sistema de Gestão da Taxa de Regulação;
- Tratativas com municípios de Campo Mourão, São José dos Pinhais e Rolândia visando a formalização de convênio para que a AGEPAR regule as futuras PPPs dos serviços de resíduos sólidos a serem contratados nas localidades, bem como prestou subsídios técnicos acerca do Editais e Minutas de Contrato apresentados;
- Análise e apresentação de determinações sobre o Termo de Referência para Concessão do Terminal Público Aquaviário de Pontal do Sul e dos Editais de Chamamento Público referentes à Travessia da Ilha do Mel;
- Análise e apresentação de determinações acerca da minuta de Termo de Referência para a licitação do Transporte Público Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana;
- Elaboração da Cartilha sobre os Fundos Municipais de Saneamento Básico, com o objetivo de orientar os Municípios acerca dos procedimentos necessários para a utilização dos recursos provenientes;
- Conclusão das consultorias do Programa QualiREG da Controladoria Geral da União nas áreas de "Fiscalização e Riscos Regulatórios" e de "Aspectos regulatórios e contratuais do saneamento", respectivamente. Cada uma com cinco produtos

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

entregues com diagnósticos, planejamento e recomendações para a ampliação da capacidade institucional para a regulação.

1.8.1.3 Destaques da Regulação Econômica:

- Elaboração da metodologia para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro cabível na hipótese de eventuais atrasos na homologação do reajuste tarifário para a futura concessão de pátios veiculares;
- Conclusão da 2ª Fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica do saneamento básico, relativo à Companhia de Saneamento do Paraná (*SANEPAR*), em que apresentou como inovações a nova estrutura tarifária e a metodologia do Fator Q – Fator de Qualidade;
- Administração da Conta Gráfica para recuperação das variações no preço do gás natural nas tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado e início da 1ª Revisão Tarifária do Serviço.

1.8.1.4 Destaques da Fiscalização e do Monitoramento da Qualidade:

- Execução das atividades de planejamento e de fiscalizações corretivas e preventivas previstas no Plano de Fiscalização constante no Plano Anual de Fiscalização e Qualidade dos Serviços aprovado para 2023;
- Fiscalização visando a inspeção em campo da Base de Ativos do Saneamento, referentes às contas contábeis de "terrenos", "equipamentos" e "construções civis";
- Instauração de Ações Fiscalizadoras Extraordinárias para apuração de notícia de fatos;
- Elaboração e aprovação das as sistemáticas para o monitoramento da qualidade do serviço da Travessia Marítima da Ilha do Mel e para o monitoramento da qualidade do serviço de Distribuição de Gás Canalizado.

1.8.1.5 Participação E Premiações

- Participação no XIII Congresso Brasileiro de Regulação e Expo ABAR, considerado o maior evento da América Latina para a temática de regulação, com um estande próprio para divulgação dos materiais produzidos pela AGEPAR;
- Servidores da AGEPAR tiveram artigos selecionados e os apresentaram no XIII Congresso Brasileiro de Regulação;
- Servidores da AGEPAR apresentaram no Fórum Estadual "A Cidade e o Saneamento – Fundo Municipal de Saneamento Básico" a Cartilha elaborada para orientar os Municípios sobre as providências que devem ser tomadas pelos Municípios para assegurar o repasse de verbas oriundas da tarifa paga pelos consumidores;
- Servidoras da AGEPAR tiveram artigo selecionado e o apresentaram no Congresso de Governança Pública, realizado pela Controladoria Geral do Estado – CGE;
- Premiada, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com 3 Selos de Boas Práticas Regulatórias, sendo um na modalidade Ouro e dois na modalidade Prata.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.9 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (*COPEL*)

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

A COPEL, por ser uma empresa de capital aberto, alinha suas práticas às exigências estabelecidas para as empresas listadas no Nível 1 de Governança da B3 atendendo aos dispositivos das Leis Federais n.º 6.404/1976 e n.º 13.303/2016 (até a conclusão do processo de Transformação em Corporação), regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Companhia cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission (SEC)* e da *NYSE*, nos Estados Unidos; do *LATIBEX* da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha.

1.9.1 CONCLUSÃO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO EM CORPORAÇÃO

Em 11 de agosto de 2023, ocorreu a liquidação financeira de oferta base secundária de ações de titularidade do Estado do Paraná ("Oferta Base Secundária") e da oferta base primária de novas ações da *COPEL* ("Oferta Base Primária" e, em conjunto com a Oferta Base Secundária, a "Oferta Base"), resultando na transformação da Companhia em sociedade anônima de capital disperso e sem acionista controlador ("Transformação em Corporação").

Com a liquidação da Oferta Base, o Estado do Paraná reduziu sua participação nas ações com direito de voto de 69,66% para cerca de 32,32%, de modo que a *COPEL* deixou de ser sociedade de economia mista integrante da administração pública indireta do Estado do Paraná e de se sujeitar às disposições previstas na Lei Federal n.º 13.303/2016 ("Lei das Estatais"). Caso seja exercida a opção de colocação do lote suplementar equivalente a até 15% da Oferta Base, a participação do Estado do Paraná nas ações com direito a voto poderá ser reduzida, ainda, para até 26,96%.

À vista da Transformação em Corporação, verificou-se o implemento da condição suspensiva de eficácia das deliberações tomadas pela 207ª Assembleia Geral Extraordinária ("AGE 10.7.2023"). Todas as deliberações da AGE 10.7.2023 que estavam subordinadas à Transformação em Corporação produzem, nesta data, efeitos imediatos e independente de qualquer formalidade adicional.

Assim, foi criada uma ação preferencial de classe especial, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei das S.A., e em conformidade com a Lei Estadual n.º 21.272, de 30.11.2022 ("Lei Estadual 21.272/2022"), de titularidade exclusiva do Estado do Paraná, com poder de veto sobre determinadas matérias e preferência no reembolso do capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, nos termos aprovados na AGE 10.7.2023 ("*Golden Share*"), de forma que uma ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de titularidade do Estado do Paraná é convertida na *Golden Share*.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Além disso, entrou em vigor, produzindo todos os seus efeitos a partir desta data, o estatuto social consolidado aprovado no item 8.8 da ata AGE 10.7.2023 (“Estatuto Corporação”), incluindo os dispositivos que:

- disciplinam a *Golden Share* titularizada pelo Estado do Paraná;
- excluem regras previstas na Lei das Estatais;
- estabelecem que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto em cada deliberação;
- atualizam a composição dos comitês estatutários;
- preveem que todos os membros do Conselho de Administração sejam eleitos pela assembleia geral de acionistas, observado o direito de voto em separado pelos acionistas detentores de ações preferenciais que preencham os requisitos previstos no art. 141, § 4º da Lei das S.A.;
- alteram a composição do conselho fiscal da Companhia para três membros efetivos e respectivos suplentes, com prazo de mandato de um ano, permitida a reeleição;
- estabelecem que o valor de reembolso das ações dos acionistas dissidentes será calculado, exclusivamente, com base no valor patrimonial contábil por ação, conforme patrimônio líquido constante das últimas demonstrações contábeis aprovadas pela assembleia geral;
- adaptam a estrutura da *COPEL* para companhia com capital disperso e sem acionista controlador;
- protegem a dispersão acionária (*poison pill).*

Cumpre esclarecer que a liquidação financeira da Oferta Base não implica no encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da *COPEL* como um todo, que inclui ainda eventual lote suplementar de 82.375.650 ações ordinárias (“Oferta”). As datas previstas para liquidação de eventual lote suplementar de ações e para o anúncio de encerramento foram divulgadas no cronograma previsto no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia Paranaense de Energia e no Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia Paranaense de Energia.

1.9.2 Geração de Energia Elétrica

1.9.2.1 Operação e Manutenção de Usina

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- Usina Hidrelétrica (UHE) Governador José Richa (GJR) - Em andamento processo de modernização do sistema de proteção elétrico dos geradores e transformadores elevadores. Em 2023 três das quatro unidades geradoras foram modernizadas, restando uma para o primeiro semestre de 2024.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Usina Hidrelétrica (UHE) Governador José Richa (GJR) - Em andamento processo de reforma parcial com implementação de melhoria do isolamento do estator dos geradores. Em 2023 três das quatro unidades geradoras foram revisadas, restando uma para o primeiro semestre de 2024.
- Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Chopim 1 (CIM) – prevista conclusão do processo de modernização das duas unidades geradoras, retomado pós inundação da casa de força, decorrente de evento severo de cheia ocorrido em 11/10/2022. A modernização da unidade geradora 1 foi concluída em 05/08/2023 e a unidade geradora 2 tem previsão de conclusão em 22/12/2023.
- Pequena central Hidrelétrica (PCH) Chaminé (CHE) - conclusão do processo de modernização dos reguladores eletrônicos de velocidade e tensão, das quatro unidades geradoras.

1.9.2.2 Outras Fontes de Energia Renovável

A *COPEL* possui 43 parques em operação, constituídos em oito complexos eólicos no estado do Rio Grande do Norte, e uma usina instalada no Estado do Paraná: Brisa Potiguar, com 183,6 MW, São Bento, com 94,0 MW, Cutia, com 180,6 MW, Bento Miguel, com 132,3, Jandaíra, com 90,09 MW, Vilas, com 186,7 MW, Aventura, com 105 MW, Santa Rosa e Mundo Novo, com 155,4 e a Usina Eólica de Palmas, com 2,5 MW, totalizando 1.130,2 MW de capacidade instalada.

Adicionalmente, a Companhia possui 53,15 MW de capacidade instalada referente à participação societária de 49,0% na São Miguel do Gostoso I Participações S/A, proprietária do Complexo Eólico Carnaúbas, no estado do Rio Grande do Norte.

1.9.2.3 Empreendimentos de Transmissão

Resoluções Autorizativas - a *COPEL* GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas, com o objetivo de ampliar e melhorar as instalações existentes. São elas:

- Resolução Autorizativa n.º 8.543/2020 (alterada pela Resolução Autorizativa n.º 8.951/2020)**:** recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho - Santa Mônica, recapacitação da linha de transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho e implantação de reforços nas respectivas subestações 230kV Santa Mônica, Bateias e Pilarzinho, com investimento total de cerca de R$ 32,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,2 milhões, a partir da entrada em operação comercial. A recapacitação da linha de transmissão 23 kV Bateias – Pilarzinho foi concluída, com início da operação comercial em agosto de 2022, com mais de quatro meses de antecipação. A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho – Santa Mônica foi concluída, com início da operação comercial em fevereiro de 2023.
- Resolução Autorizativa n.º 9.219/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Guaíra, com investimento de cerca de R$ 38,8 milhões e RAP de aproximadamente R$ 6 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.
- Resolução Autorizativa n.º 9.564/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Sarandi, com investimento de cerca de R$ 21 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial. O empreendimento foi totalmente concluído, com início da operação comercial em maio de 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Resolução Autorizativa n.º 9.741/2021: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Campo Comprido - Santa Quitéria, com investimento de cerca de R$ 4,3 milhões e RAP de aproximadamente R$ 577,7 mil, a partir da entrada em operação comercial. A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Campo Comprido – Santa Quitéria foi concluída, com início da operação comercial em maio de 2023.
- Resolução Autorizativa n.º 10.688/2021: implantação de reforços na subestação 230 kV CIC, com investimento de cerca de R$ 24,4 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.
- Resolução Autorizativa n.º 12.638/2022: implantação de reforços na subestação 230 kV Campo do Assobio, com investimento de cerca de R$ 65 milhões e RAP de aproximadamente R$ 9,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.
- Resolução Autorizativa n.º 12.892/2022: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Gralha Azul - Umbará, com investimento de cerca de R$ 8,1 milhões e RAP de aproximadamente R$ 1,3 milhão, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025
- Resolução Autorizativa n.º 13.573/2023: seccionamento da linha de transmissão 230 kV Cascavel – Salto Osório C1 na subestação Foz do Chopim, com a implantação trecho de circuito duplo entre o ponto de seccionamento e a subestação Foz do Chopim e dois módulos de entrada de linha na subestação Foz do Chopim, com investimento total de cerca de R$ 25,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é fevereiro de 2026.
- Resolução Autorizativa n.º 14.531/2023: melhorias de grande porte (substituição de transformadores e reatores) nas subestações Maringá, Cascavel, Campo Comprido, Figueira, Londrina COT, Ponta Grossa Sul e Uberaba, com investimento total de cerca de R$ 135,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 22,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos, cujo prazo previsto pela Aneel é maio de 2026.
- Resolução Autorizativa n.º 14.711/2023: implantação de reforços na subestação 230 kV Umuarama Sul, de concessão da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da *COPEL* GeT, com investimento de cerca de R$ 33,9 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.
- Regularização Fundiária
- Reassentamentos Usina Hidrelétrica Governador José Richa - em 2023 foram transferidas 17 matrículas nas Fazenda Flamapec, Fazenda Refopas, Fazenda Nova Prata e Fazenda Varguinhas, totalizando até novembro, 585 matrículas transferidas, ou 72% das áreas destinadas aos reassentados e Associações, também tiveram sequência os processos de regularização das Fazendas Agroibema, Fazenda Liasi e Fazenda Três Barras;
- Usina Governador Ney Braga - transferência de 18 matrículas das áreas comunitárias do reassentamento Segredo II, totalizando até novembro, 281 matrículas transferidas, ou 87,8% das áreas destinadas aos reassentados e Associações. Com relação ao Projeto Segredo a *COPEL* encerrou todas as atividades de regularização e todas as

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

matrículas já foram criadas, faltando agora, documentos dos reassentados, para a conclusão do projeto;

- Continuação das ações referentes ao Programa de Alienação de Imóveis, com destaque para as ações destinadas a alienação das "Vilas" da *COPEL* localizadas em Pinhão, Reserva do Iguaçu, Capitão Leônidas Marques e Antonina. Em 2023 o projeto permitiu a disponibilização para alienação, de pouco mais de 130 imóveis da *COPEL* Geração e Transmissão, entre casas, terrenos urbanos e rurais;
- Liberação fundiária para os seccionamentos de LT Fazenda Rio Grande - Campo do Assovio e Salto Osório - Cascavel;
- Gestão de contratos de arrendamento em virtude da aquisição de projetos eólicos referentes ao Complexos Santa Rosa Mundo Nova e Aventura.

1.9.3 Distribuição de Energia Elétrica

O incremento de ligações observado no ano de 2023 (acumulado até outubro) é de 73.507 consumidores, com influência principal da classe residencial. Caso esta tendência se mantenha, estima-se que ao término do ano serão faturados 5,1 milhões de consumidores, número 1,8% superior ao verificado em 2022.

1.9.3.1 Ações Relevantes da Distribuidora

Lançado em 2019, o Programa Paraná Trifásico, que visa construir 25 mil km de redes trifásicas nos entroncamentos das áreas rurais da rede da *COPEL* até 2025, abrangendo toda a área de concessão da Companhia com um orçamento de R$ 2,1 bilhões. Em 2023, o objetivo é alcançar a marca de 15.250 km de redes construídas.

Em 2019, a *COPEL* DIS lançou o projeto ADMS, acrônimo do inglês para Sistema Avançado de Gerenciamento de Distribuição. Trata-se de um projeto de tecnologia de ponta em gestão de redes de energia. Em 2022, houve a implantação parcial do Sistema, conforme planejamento inicial, especificamente para o módulo SCADA (Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados), habilitando a companhia a utilizar tal ferramenta para a gestão dos seus ativos, nesse caso mais de 450 Subestações de Alta e Média Tensão estão sendo controladas de maneira unificada pela solução implantada. Em 2023, o projeto se encontra na fase final de implantação, como módulo SCADA disponível para mais de 2 mil alimentadores de rede, possibilitando dessa maneira o controle de diversos equipamentos automatizados da rede de distribuição.

Com o projeto Rede Elétrica Inteligente, a Companhia iniciou a implantação da rede de distribuição mais moderna do Brasil. Na primeira fase, contratada em 2020, foram previstos investimentos de R$ 252 milhões nas regiões Centro-Sul e Sudoeste, atendendo 462 mil consumidores em 73 municípios. Na segunda fase, iniciada em agosto de 2022, serão R$ 209 milhões contemplando 28 municípios da região metropolitana de Curitiba e região Centro-Sul, além da Ilha do Mel, atendendo 511 mil consumidores. Tais investimentos serão realizados até o ano de 2025. No ano de 2023 o projeto está atendendo 77 municípios com um total de 600 mil consumidores já aderentes à nova tecnologia. Além disso, no ano de 2023 já foram investidos R$ 74 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O Projeto Confiabilidade Total foi criado com o intuito de modernizar o sistema de distribuição de energia da *COPEL*. O Projeto, com previsão inicial de conclusão no final de 2022 e orçamento de R$ 300 milhões, prevê o reforço dos sistemas de distribuição de energia e de comunicação com as equipes de campo da empresa. O Projeto sofreu uma ampliação de prazo de execução e uma ampliação também em seu orçamento para 2023, tal ampliação foi da ordem de R$ 70 milhões. Com isso, em 2023 foram atendidos os requisitos do projeto quanto à comunicação com as equipes de campo e atendimento aos demais requisitos do Projeto, passando de 83% do previsto inicialmente.

A Lei n.º 9.991/2000 e a Resolução Normativa Aneel n.º 920/2021 determinam a aplicação de recursos financeiros no Programa de Eficiência Energética, visando a promoção do uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Em 2023 foram selecionados, por meio de chamada pública, 29 novos consumidores para execução de projeto de eficiência energética e instalação de sistemas de geração distribuída em suas instalações. Ao longo de 2023, foram realizados projetos com consumidores selecionados em chamadas públicas anteriores, em especial, 41 hospitais beneficentes que estão recebendo usinas de geração fotovoltaica.

O Programa de P&D da *COPEL* DIS, regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL n.º 754/2016, tem como objetivo a capacitação tecnológica da empresa e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características. A missão é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais, gerando e agregando valor para a *COPEL* DIS e toda a sociedade. Por meio do programa a Empresa proporciona aos pesquisadores/empregados a participação em cursos de mestrado e doutorado em linhas de pesquisas específicas alinhadas ao seu negócio, além de promover maior interação e proximidade com universidades e institutos de pesquisa.

A Geração Distribuída se divide entre microgeradores com potência até 75kW e minigeradores com potência entre 75kW e 5MW. No estado do Paraná são mais de 100 mil unidades ligadas em residências, comércios e indústrias, além das pequenas centrais hidrelétricas e fazendas solares. De forma geral, estas instalações visam aproveitar o potencial energético disponível no local e possibilitam sua interação com a distribuidora por meio de duas modalidades. Na modalidade de compensação de energia, a energia gerada é consumida pela própria unidade consumidora, possibilitando que o excedente de geração, quando houver, seja injetado na rede e gerado, desta maneira, um crédito de energia, que não pode ser revertido em dinheiro, mas pode ser utilizado para abater o consumo da unidade consumidora nos meses subsequentes ou em outras unidades consumidoras de mesma titularidade (desde que todas as unidades estejam na mesma área de concessão), com validade de 60 meses. Na modalidade de autoprodutor ou produtor independente, o objetivo passa a ser a comercialização da energia gerada. Ambas as modalidades operam de forma que, quando o sistema da concessionária for interrompido, estas são desligadas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.9.3.2 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente

O Caminho do Cliente foi concebido para promover rapidez e eficácia no atendimento presencial. Neste conceito, o cliente é encaminhado prioritariamente a ambientes onde o processo é automatizado, por meio do autoatendimento em totens onde é possível realizar e solicitar diversos serviços sem a necessidade da interação com um Atendente. O autoatendimento tem proporcionado uma redução de 55,9% dos atendimentos realizados presencialmente onde estão instalados.

Foram mantidos os investimentos no atendimento telefônico na Unidade Resposta Audível (URA), que identifica e supõe quais são as necessidades de atendimento, retendo aproximadamente 57,1% das ligações.

Mantidos em 2023 o atendimento pelo *chatbot* no *WhatsApp* e no site da *COPEL*. Juntos os *chatbot*s do *WhatsApp* e do site somam em média mais de 600 mil atendimentos por mês em 2023. Incluída a funcionalidade de envio de primeira via de faturas pelo *WhatsApp*.

Mantida a equipe de atendimento telefônico com os contratos efetivados por licitação, o que possibilita manter adequado o contingente de atendimento humano conforme a demanda com agilidade e, como consequência, contribuindo no mercado de trabalho para o povo paranaense.

Implantadas novas funcionalidades no Aplicativo *COPEL* para dispositivos móveis, incluindo funcionalidades exclusivas de acompanhamento do consumo em tempo real para unidades atendidas pela Rede Inteligente, com design centrado na experiência do cliente, atendimento preditivo e que já conta com mais de 1,2 milhão de downloads nas lojas de aplicativos *Android* e IOS.

Mantido e aumentado o tratamento automatizado de parte das solicitações recebidas pelo site da *COPEL*, o que possibilita oferecer ao cliente um atendimento mais célere e o acompanhamento de seus pedidos de forma simplificada pelo site.

1.9.4 Comercialização de Energia Elétrica

Com foco na abertura do mercado livre de energia, em 2023 foram consolidadas ações voltadas à dinamização de processos, com a adoção de ferramentas de gestão do relacionamento com clientes e de gestão de contratos do mercado livre.

Em 2023 foram intensificadas a comercialização dos Certificados de Energia Renovável (I-REC) reforçando o portfólio de produtos comercializados pela *COPEL* Mercado Livre. Os I-RECs atestam que a energia consumida é oriunda de fonte renovável e rastreável, e podem ser utilizados por empresas que elaboram Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Programa Brasileiro GHG Protocol para neutralizar as emissões devidas ao consumo de energia elétrica.

Ao longo do ano de 2023 a *COPEL* Mercado Livre está entre as sete maiores comercializadoras no ranking de volume de energia comercializada no mercado livre de energia por empresas do mesmo segmento, de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O volume de energia comercializada pela *COPEL* Mercado Livre até setembro de 2023 foi de aproximadamente 2.552MW médios, fornecendo energia para mais de 1.600 clientes, em 24 estados. Deste total de clientes, 71,6 % estão localizados fora do estado do Paraná.

1.9.5 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de governança corporativa da COPEL baseia-se nos princípios de integridade, transparência, equidade, responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade, buscando os melhores resultados para as partes interessadas, seguindo as melhores práticas do mercado e tendo como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com base nesses princípios, a Política de Governança da COPEL estabelece o padrão e as diretrizes para as subsidiárias integrais da Companhia, permanentemente conduzida por princípios éticos e regida pelo Código de Conduta, desenvolvido em consonância com os valores da COPEL e com os Princípios do Pacto Global.

1.9.5.1 Principais Melhorias em Governança Corporativa

Além da modernização do Estatuto Social da Companhia, considerando a transformação em Corporação, foram contemplados outros avanços em governança corporativa:

- Transformação da COPEL em corporação (companhia de capital disperso e sem acionista controlador);
- Atualização dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários;
- Quatro comitês de assessoramento (Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Investimento e Inovação; Comitê de Desenvolvimento Sustentável e Comitê de Gente);
- Nível 2 de Governança da B3;
- Aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2022;
- Aprovação do Informe de Governança 2023; e
- Revisão das Políticas Corporativas: a)Política de Integridade; b) Política de Saúde e Segurança do Trabalho; c) Política de Biodiversidade; d) Política de Engajamento com Partes Interessadas; e) Política de Direitos Humanos; f) Política de Relacionamento Institucional; g) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses; h) Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos; i) Política de Dividendos; j) Política de Remuneração dos Órgãos Estatutários; k) Política de Governança Corporativa; e l) Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética; m) Política de Indicação; n) Política de Inovação; e o) Política de Tecnologia da Informação.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.9.6 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Reforçando o compromisso com o Pacto Global, em 2016, a COPEL aderiu à Agenda 2030, proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse sentido, a companhia priorizou ações para a geração de energia renovável e universalização / eficiência energética (ODS 7 - Energia Limpa e Acessível); investimento em inovação tecnológica (ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura); dedicação especial aos direitos humanos e à saúde e segurança do trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional (ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico); engajamento das comunidades locais e programas específicos para cada região onde possui instalações (ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis); além da aprovação de diversas medidas de mitigação dos efeitos da mudança do clima, bem como estudos de adaptação (ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima). Em novembro de 2022, a Companhia priorizou o ODS 4 – Educação de Qualidade.

Assim, no âmbito da sustentabilidade, a COPEL adota as melhores práticas de mercado para direcionar e avaliar o desempenho, e comparar as práticas com as referências mundiais e nacionais e reportar o desempenho empresarial e engajar as partes interessadas.

Entre os resultados alcançados no período, destacam-se:

- Permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE);
- Participação no *Corporate Sustainability Assessment (CSA);*
- Permanência na carteira do *FTSE 4GOOD Index Series; e*
- Ambição pelos ODS - a *COPEL* fez parte do grupo global de 650 empresas pioneiras da primeira turma da iniciativa Ambição pelos ODS (*SDG Ambition*).

Programas e projetos de sustentabilidade empresarial e gestão socioambiental:

- Plano de Neutralidade de Carbono - visa reduzir as emissões próprias de gases de efeito estufa da Companhia até o ano de 2030. O plano inclui o aprofundamento dos estudos para descarbonização da matriz de geração em sintonia com o planejamento estratégico da Companhia.
- Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade – a iniciativa tem como objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para as empresas, assim como o papel fundamental que as organizações podem desempenhar na conservação e uso sustentável destes recursos a partir de padrões sustentáveis de consumo e produção.
- Programa Cultivar Energia - Em 2023, o programa atingiu 13 hortas comunitárias; 445 famílias atendidas, 1.700 pessoas beneficiadas diretamente e 3.400 indiretamente.
- EletriCidadania - programa corporativo de voluntariado, teve, até agosto de 2023, 172 participações de empregados nas ações de voluntariado, totalizando 1.117 horas. Entre as iniciativas, destacam-se o projeto de voluntariado com Migrantes e Refugiados e o Programa Empoderando Refugiadas, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a com a Cáritas Brasileira Regional Paraná.
- Programa Energia Solidária - mantido em parceria com o Governo do Paraná, o Programa concede isenção total da fatura das unidades consumidoras classificadas

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

como residenciais de baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh. Até setembro de 2023, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi de R$ 96 milhões, com uma média mensal de 391 mil famílias atendidas.

- Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo levar aos alunos e professores das redes municipais de ensino da área de concessão da COPEL, orientações de caráter informativo e preventivo sobre sustentabilidade, uso eficiente e seguro da energia elétrica, utilização dos recursos naturais e a destinação correta dos resíduos. Até outubro, cerca de 53 mil alunos participaram do Programa por meio de atividades educativas, como acesso a vídeos didáticos, participação das palestras nas escolas, teatro, games, entre outros.
- Tarifa Social para Comunidades indígenas - para garantir acesso à energia por comunidades indígenas. Até outubro de 2023, 1.544 unidades consumidoras estavam inscritas.
- Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas – Foram realizados: a) inventário de gases de efeito estufa, verificação por terceira parte e divulgação das informações nos registros públicos (Programa Brasileiro *GHG Protocol* e Registro Público do Estado do Paraná); b) pesquisas e estudos de modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões no setor elétrico; c) participação no fórum Paranaense de Mudança do Clima e no fórum Municipal de Mudança do Clima (Curitiba).
- No último ano, a nota da *COPEL* no *Carbon Disclosure Project* (CDP) manteve o conceito B conquistado no ano anterior.
- Direitos Humanos - em 2023 a *COPEL* continuou o seu trabalho para promover avanços na sua atuação relativa ao tema de Direitos Humanos, em consonância com as melhores práticas de mercado, com os ODS, e, buscando aprimorar sua performance em avaliações de sustentabilidade das quais participa, publicou normativa sobre o tema, que alinhada à sua política, estabelece as bases para um processo de *due diligence* em direitos humanos. Adicionalmente, vêm sendo realizado treinamentos específicos, comunicações e participações de grupos de trabalho que discutem o tema e contribuem para a construção de documentos e orientações para o setor.
- Diversidade - a Comissão Permanente de Diversidade realizou eventos para a promoção do da equidade e respeito às diferenças, por meio do Programa de Diversidade da *COPEL*.
- Integridade e Compliance - Movimento Transparência 100% - Pacto Global da ONU.
- ISO 37.301 - atesta as melhores práticas de gestão de compliance nas empresas.

1.9.7 Gestão Empresarial

1.9.7.1 Tecnologia da Informação

No âmbito da tecnologia da informação as principais realizações foram:

- Construção do *Roadmap* digital para produtos digitais e engajamento do cliente;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Implantação de equipamento para Computação de Alto Desempenho (HPC) para processo de democratização de dados;
- Implantação de ferramenta de Virtualização de Dados Denodo;
- Implantação da solução *Success Factors* para gestão de empregados;
- Implantação da solução SAP TRM Bônus de Outorga, UBP e RBSE;
- Renovação da ferramenta EDR (*Endpoint Detection and Response) Crowdstrike*, que provê segurança cibernética;
- Renovação da ferramenta de acesso privilegiado (cofre de senhas) *Cyberark*;
- Contratação de ferramenta de gerenciamento de vulnerabilidades *Tenable*;
- Implementação de ações de conscientização da plataforma KnowBe4 como testes de *phishing* e programa de treinamentos em segurança da informação.

1.9.7.2 Gestão de Gente

A COPEL conta com 5.829 empregados próprios no seu quadro de pessoal, sendo 1.132 da Carreira de Nível Superior, 3.241 da Carreira Profissional de Nível Médio, 1.438 da Carreira Profissional de Nível Técnico e 18 empregados de nível operacional (quadro de 31/10/2023).

As principais realizações ocorridas até outubro foram:

- Monitoramento do clima interno, por meio da pesquisa realizada pelo *Great Place To Work* – GPTW;
- Realização de Pesquisa e Censo de Diversidade e Inclusão;
- Realização do Programa de Demissão Voluntária - PDV 2023;
- Mapeamento de posições críticas por processos e identificação de sucessores;
- Avaliação de desempenho referente ao ciclo anterior (2022) e estabelecimento de planos individuais de desenvolvimento para todos os empregados;
- Capacitação para desenvolvimento dos profissionais de acordo com as necessidades identificadas a partir da avaliação de desempenho;
- Capacitação e desenvolvimento dos líderes formais e supervisores (aproximadamente 800 pessoas) em temas alinhados ao planejamento estratégico da *COPEL*, por meio do Programa de Desenvolvimento de Lideranças - PDL, realizado em parceria com o ISAE/FGV – Escola de Negócios;
- Preparação de mulheres em posição de liderança para novos e maiores desafios, por meio do Programa de Desenvolvimento de Liderança Feminina, que contou com a participação de 50 gestoras;
- Implantação de novas tecnologias e plataformas para os processos de Gente: a) Portal da Gente - novas funcionalidades relacionadas a cadastro e gestão de gente, como por exemplo avaliação de desempenho, feedback, treinamentos, acompanhamento da aprendizagem da equipe, dentre outros; b) Plataforma de Aprendizagem da Universidade Corporativa - nova plataforma que utiliza da inteligência artificial para identificar conteúdos e treinamentos adequados às necessidades de cada profissional, personalizando assim o processo de aprendizagem, além de permitir que o desenvolvimento aconteça com autonomia e flexibilidade.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Saúde e Qualidade de vida:

a. Implantação do programa redefinindo valores, com o objetivo de educação financeira para uma longevidade sustentável;

b. Implantação do programa de gerenciamento de afastados;

c. Gerenciamento de absenteísmo e CIDs críticos;

d. Gestão de saúde populacional;

e. Ações e eventos de cuidado com a saúde e saúde mental, com o objetivo de prevenir doenças e promover a saúde integral.

1.9.7.3 Centro de Serviços COPEL

O CSC tem por objetivo prover soluções para os processos de apoio aos negócios mediante prestação de serviços eficiente, ágil, com tecnologias inovadoras, seguindo os princípios de compliance e visando a redução dos custos operacionais.

Em complemento ao seu planejamento de expansão, incorporou no ano de 2023, novos processos, centralizando em sua superintendência desta forma, as atividades de segurança patrimonial, *facilities* e compras de pequeno valor, estas compreendidas até R$ 50 mil. Foi também incorporado parte dos processos de Tecnologia de Informação, os quais compreendem as atividades de rotina de serviços de TI.

Ainda este ano, o CSC definiu 19 projetos estratégicos, estes compõem o programa de transformação do CSC, alinhado ao plano estratégico, que busca a maximização da eficiência dos processos gerando valor para o cliente. Tanto os projetos quanto seus percentuais de realização até outubro/23, podem ser observados na listagem abaixo:

- FRW- Versão 2 – 100% realizado;
- Portal do Fornecedor – 98% realizado;
- Segurança empresarial 4.0 - 97% realizado;
- *Chatbot* – Atendimento Service Desk – 100% realizado;
- Melhoria do Processo Frequência - 100% realizado;
- Uso racional de Água e Energia – 96% realizado;
- Estabelecer canais de contato com CSC- 100% realizado;
- Modernização telegonia Usinas – 88% realizado;
- Alavancar o nível de maturidade do CSC – 90%realizado;
- Centralizar pedidos de Contratos – 95% realizado;
- Locação de Frota Elétrica - 89% realizado;
- Preparação para Certificação Well – 86% realizado;
- Aumentar reservas de Hotéis *Online* – 85% realizado;
- Plano de Manutenção e Revitalização Predial – 80% realizado.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Estes projetos são acompanhados pelas lideranças do CSC em reuniões mensais estruturadas e contam com o acompanhamento diário da equipe de gestão de projetos, capacitada para instigar os líderes a entregarem o melhor do objeto, utilizando a referência do Guia PMBOK.

O CSC procura inovar suas operações de maneira a trazer a melhor experiência para o cliente e diante de tal desafio, apresentamos as principais realizações do ano de 2023:

- Incorporação de 30 carros elétricos a sua frota, buscando a descarbonização da frota;
- Entrega de *carports* na capital e interior;
- Aumento no desempenho das pesquisas de satisfação do cliente;
- Gestão de aproximadamente R$200 milhões em custeio e R$ 25 milhões em Investimento;
- Robotização de diversos processos operacionais, trazendo eficiência para os clientes;
- Simplificação de aproximadamente 13 processos;
- Realização de treinamento para todos os atuais 357 empregados do CSC;
- Repactuação de Contratos;
- Contratação de nova ferramenta de gestão de demandas, buscando melhor atuação junto aos clientes.

1.9.8 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a setembro de 2023 a receita operacional bruta da Companhia foi de R$ 21.848,6 milhões, montante 12% inferior aos valores apresentados de R$ 24.822,2 milhões relativos ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R$ 1.910 milhões, com variação negativa de 46,6%, representando uma redução de R$ 1.667,8 milhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R$ 3.536,2 milhões, montante 6,7% superior ao do mesmo período do ano anterior (R$ 3.315,1 milhões).

O lucro líquido totalizou R$ 1.384,4 milhões, nos primeiros nove meses de 2023, montante 163,3% maior que os R$ 525,8 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. O programa de investimentos realizado de janeiro a setembro de 2023, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R$ 1.637,9 milhões, dos quais R$ 177,5 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R$ 1.424,8 milhões em obras de distribuição e R$ 35,6 milhões na Holding e demais subsidiárias.

Quanto ao desempenho das ações na B3, de janeiro a setembro de 2023, as ações ON (CPLE3) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R$ 8,41 com variação positiva de 22,4%; as ações PNB (CPLE6) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R$ 8,96 com variação positiva de 13,3%. No mesmo período o IBOVESPA teve variação positiva de 6,2%. As UNITs (CPLE11) estiveram presentes em 100% dos pregões fechando o período cotadas a R$44,49 com variação positiva de 15,6%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as UNITs (ELP) estiveram presentes em 100% dos pregões fechando o período cotadas a US$8,77 com variação positiva de 21,3%. O índice DOW JONES teve variação de 0,9% no período

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB são negociadas sob o código XCOP, estiveram presentes em 49% dos pregões, fechando o período cotadas a €1,70 com variação positiva de 25%. No mesmo período o índice LATIBEX teve variação positiva de 2,2%. As UNITs sob o código XCOPU, neste período estiveram presentes em 5% dos pregões fechando o período cotadas a €8,35 com variação positiva de 29,5%.

Os quadros a seguir sintetizam o comportamento das ações da *COPEL* até o final de setembro de 2023:

NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES	TIPO DE AÇÃO					
	ON		PNB		UNIT	
(Jan a Set 2023)	Total	Média diária	Total	Média diária	Total	Média diária
B3						
Negócios	919.689	4.892	3.287.166	17.485	296.123	1.575
Quantidade	542.555.100	2.885.931	2.796.442.900	14.874.696	48.894.500	260.077
Volume (R$ mil)	4.220.361	22.449	22.203.200	118.102	1.889.431	10.050
Presença nos pregões	188	100%	188	100%	188	100%
Nyse						
Quantidade	-	-	-	-	82.247.940	437.489
Volume (US$ mil)	-	-	-	-	647.065	3.442
Presença nos pregões	-	-	-	-	188	100%
Latibex						
Quantidade	-	-	136.247	1.481	12.788	1.279
Volume (€ mil)	-	-	192	2	103	10
Presença nos pregões	-	-	92	48%	10	5%

	CÓDIGO/ÍNDICE	PREÇO/PONTOS				Var. (%)
		30/09/2023		31/12/2022		
Brasil, Bolsa, Balcão - B3	CPLE3	R$	8,41	R$	6,87	22,4
	CPLE6	R$	8,96	R$	7,91	13,3
	CPLE11*	R$	44,49	R$	38,49	15,6
	Ibovesp	R$	116.565		109.735	6,2
New York Stock Exchange - NYSE	ELP (**)	US$	8,77	US$	7,23	21,3
	Dow Jones	US$	33.508	US$	33.221	0,9
Bolsa de Valores de Madri – Programa LATIBEX	XCOP	€	1,70	€	1,36	25,0
	COPU	€	8,35	€	6,45	29,5
	La ti bex		2.372		2.322	2,2

(*) UNIT - Pregão a partir de 26/04/2021

(**) UNIT - Pregão a partir de 28/04/2021

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.9.9 Reconhecimentos

Em 2023, a *COPEL* recebeu os seguintes reconhecimentos:

- COPEL GeT foi vencedora do Prêmio Melhores em Gestão®, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Recebeu o troféu de nível Ouro;
- COPEL GeT é finalista do PMO *Brazil Awards* que reconhece a excelência e o desempenho de Escritórios de Projetos, ou Project Management Offices (PMOs) no Brasil;
- COPE*L* GeT ganhou o prêmio da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), que avalia o nível de transparência contábil das empresas ligadas ao setor elétrico brasileiro;
- COPEL DIS - 1º lugar no Prêmio Aneel de Ouvidorias – relativo à Grandes Concessionárias;
- COPEL DIS - 3º lugar no Prêmio Abradee de Qualidade de Gestão;
- COPEL DIS - 4º lugar no Prêmio de Avaliação pelo Cliente ISQP da Abradee;
- COPEL DIS - 4º lugar no Prêmio de Responsabilidade Socioambiental da Abradee;
- COPEL DIS - 3º lugar no Prêmio de Melhor Distribuidora do Sul do Brasil, também da Abradee;
- COPEL DIS - 2º lugar no Prêmio do Relatório Socioambiental da Associação Brasileira das Companhias Abertas – Abrasca, pelo segundo ano consecutivo;
- COPEL recebeu Selo Clima Paraná;
- *COPEL* recebeu Selo Ouro GHG Protocol - Inventário GEE;
- Gestão Ouro no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida - PNQV promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida;
- 2º lugar com o Programa Plenamente no Prêmio Ser Humano promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.10 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

A SANEPAR é uma empresa brasileira de economia mista e capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cabendo a este, determinar as políticas e estratégias operacionais e eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. O Estado é titular direto de 20% do total das ações da Companhia e de 60% das ações ordinárias – posição em 31/10/2023.

A empresa é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e a Porto União, em Santa Catarina, além de 297 localidades de menor porte. Em termos de coleta e tratamento de esgoto, a Companhia vem apresentando taxa de crescimento de aproximadamente 1,5% ao ano, nos últimos 10 anos. Na área de resíduos sólidos, a empresa opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte, atendendo no total, sete municípios.

Tem como missão assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, e como propósito, levar Saúde e Sustentabilidade para a Sociedade.

1.10.1 Sistema de Abastecimento de Água – principais realizações

O acesso à água e a otimização do uso desse recurso natural é prioridade para a Companhia, a seguir destacamos algumas obras concluídas em 2023 e outras em andamento em função de sua relevância:

- Curitiba - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Curitiba e Região Metropolitana-SAIC- Curitiba II- Sistema Santa Quitéria; Sistema Sítio Cercado; Sistema Bacacheri. Concluída em junho/23, faz parte do conjunto de obras definidos pelo Plano Diretor de Abastecimento de Água do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba e Região Metropolitana-SAIC. As etapas previstas incluem as criações do Centros de Reservação CR Santa Quitéria e CR Sítio Cercado, além das ressetorizações das redes de distribuição dos Bairros Santa Quitéria, Sítio Cercado e Bacacheri, além das Estações Elevatórias de Água Tratada e Obras Suportes para as novas configurações do sistema de distribuição nesses bairros. As obras visam garantir de forma segura e contínua o abastecimento de água para essas regiões, prevendo de forma ordenada e antecipada os aumentos do consumo e da demanda de água nestas localidades;
- Guarapuava - Ampliação do SAA de Guarapuava – Captação (barragem, elevatórias e subestação), adutora de água bruta, ETA compacta, tanque PAC, tanque de produtos químicos e caixa de ligação com a captação. Obra concluída em junho/23, imprescindível para dar continuidade ao processo de melhorias no sistema de abastecimento de água de Guarapuava, garantindo o abastecimento e assegurando a eficiência do sistema, a ETA compacta de 100 l/s complementou a produção para horizonte até 2029;
- São José dos Pinhais - Implantação da barragem Miringuava - Fase I. Obra em andamento, parte integrante do plano diretor de abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Visa garantir a regularização de uma vazão de 2 m3/s na captação, atendendo a demanda de água atual e futura da região

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

metropolitana de Curitiba beneficiando cerca de 650 mil habitantes. Com a implantação da barragem, o sistema Miringuava poderá atender uma população adicional e eliminar o déficit atual em períodos de estiagem, proporcionando mais confiabilidade ao sistema;

- Londrina – Ampliação do SAA de Londrina com a execução de Elevatórias de Água Tratada (EET-12, EET-13 e EET-52), adutoras de água tratada "Noroeste", adutora Penitenciária, dois Reservatórios apoiados RAP "Noroeste" com capacidade de 2.600 m^3 cada, dois reservatórios RAP "Penitenciária" com capacidade 3.950 m^3 cada, rede de distribuição de água na bacia Noroeste e na bacia Penitenciária. Obra em andamento com previsão de conclusão em fevereiro/24, necessária para reduzir o consumo de energia atual na operação do SAA de Londrina, reduzindo perdas de carga e ampliando o horizonte de atendimento dos reservatórios atingidos, além de integrar ao sistema global a região da bacia Penitenciária que opera isoladamente.

1.10.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

A coleta, afastamento e tratamento do esgoto são outra vertente nas ações da companhia, nos municípios onde já está implantado são priorizadas as demandas de melhorias e ampliação, já nos demais municípios em busca da universalização, preconizada na nova Lei do Saneamento, seguimos ampliando o acesso da população as redes coletoras de esgoto. A seguir destacamos algumas das obras concluídas em 2023 e em andamento.

1.10.2.1 Implantação

- Vitorino - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vitorino com a execução da ETE Vitorino de 10 l/s incluindo: Interligações hidráulicas, sistema de entrada, reator anaeróbio de lodo fluidizado (RALF), filtro anaeróbio, leitos de secagem, caixa de escuma e areia, estação elevatória de recirculação, laboratório, urbanização, pavimentação, emissário, instalações elétricas, água potável e drenagem; interceptores, rede coletora de esgoto e ligações prediais de esgoto. Obra concluída em julho/23. IARCE atingido de 30%. O empreendimento disponibilizou à população um sistema de coleta e tratamento de esgoto com destinação adequada do efluente, o que resulta em melhores condições ambientais e em qualidade de vida;
- Capitão Leônidas Marques – - Implantação do sistema de Esgotamento sanitário com execução da ETE Capitão Leônidas Marques de 36 l/s incluindo: desarenador, abrigo de compressores, calha Parshall 01, CDFL01 tanque de aeração, abrigo de sopradores, elevatória de recirculação de lodo, tanques de produtos químicos, abrigo de bombas de produtos químicos, calha Parshall 02, CDFL02, decantador secundário, elevatória de recirculação e descarte de lodo, leito de escuma, SKID de desidratação e inertização de lodo, unidade de gerenciamento de lodo, urbanização, pavimentação e instalações elétricas e automação; rede coletora de esgoto, ligações prediais de esgoto, interceptores, que atendem as Bacias 01 e 02 e emissário final. Obra em andamento com previsão de conclusão em janeiro de 2024, nesta primeira etapa de obras, estima-se o índice de IARCE de 44%. O empreendimento proposto tem como objetivo disponibilizar à população um sistema de coleta e tratamento de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

esgoto com destinação adequada do efluente, o que resultará em melhores condições ambientais e em qualidade de vida, com redução de doenças de veiculação hídrica;

- Pérola - Implantação do sistema de Esgotamento sanitário com a execução da Estação de Tratamento de Esgoto de 30 L/s incluindo: laboratório; sistema de entrada, desarenador, reator anaeróbio, caixas divisoras de fluxo, filtro biológico, decantador secundário; caixa de areia, estação elevatória de recirculação de lodo e efluente, caixas de manobra, leitos de secagem; pátio de cura; drenagem; urbanização e instalações elétricas; rede coletora de esgoto, ligações prediais de esgoto, coletores e emissário de lançamento final. Obra em andamento com previsão de término em fevereiro de 2024, estima-se o índice de IARCE de 64%, a referida obra possibilitará ao município maior desenvolvimento, com melhoria de IDH e redução das despesas com saúde pública.

1.10.2.2 Ampliação e Melhorias

- Curitiba – Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Curitiba com o fornecimento e instalação de Sistema de Secagem Térmica de Lodo na estação de tratamento Atuba Sul, contemplando obras civis, elétricas, serviços eletromecânicos, infraestrutura, proteção e urbanização, além de comissionamento de equipamentos e processos, pré-operação, operação assistida, treinamentos e capacitação da equipe técnica da companhia. Obra concluída em maio/23, possibilitando o processamento do lodo gerado pela ETE Atuba Sul, com redução significativa de volumes para destinação final, possibilitando o descarte adequado de lodo das unidades de tratamento e assegurando, assim, a operação da ETE. O empreendimento foi concebido após período de pesquisas e desenvolvimento por parte da Companhia, que incluíram a implantação e acompanhamento de "unidade piloto" em Estação com situação similar, a prospecção de mercado (fornecedores nas esferas local, regional, nacional e internacional) e a realização de benchmarking em unidades operacionais similares no setor industrial e sanitário;
- Curitiba – Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Curitiba – ETE Atuba Sul, com a execução de obras de melhorias no tratamento preliminar, reabilitação e conversão dos reatores anaeróbios em reatores aeróbios por lodos ativados, visando a ampliação de capacidade hidráulica da ETE Atuba Sul para 2.100 l/s ou 18.760 m^3/d, incluindo decantadores, elevatórias, sopradores entre outras unidades auxiliares. Contrato assinado em setembro/2022 e com previsão de conclusão em janeiro de 2025, a ETE Atuba Sul é parte integrante do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário de Curitiba e Região Metropolitana (SEIC), atendendo atualmente de forma parcial ou integral a oito munícios na região de Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais. Este empreendimento assegura melhoria da qualidade do efluente tratado, dos atuais 40 a 90 mg/L de DBO (2020), para 26mg/L, beneficiando a sociedade quanto à qualidade dos cursos d´água, diminuição de odores gerados no processo de tratamento, redução da movimentação de cargas na região pela redução da produção de lodo, e consequente melhoria da qualidade de vida;

- Pato Branco - Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Pato Branco com a execução da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Pato Branco - 210 L/S (Obra

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Civil e Elétrica) e interceptor com 10 travessias aéreas. Obra em andamento com previsão de conclusão em fevereiro de 2024, a nova estação proporcionará a desativação da atual estação de tratamento de esgotos - ETE Ligeiro (localizada em área bastante urbanizada), com a implantação de interceptor para direcionamento do fluxo de esgoto que atualmente chega na ETE Ligeiro, até o local onde será implantada a nova estação – ETE Pato Branco, além disso possibilitará o tratamento de volume a maior que o atual tratado na ETE existente, bem contribuirá significativamente para a melhoria ambiental e social da região;

- Arapongas - Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Arapongas com a ampliação da estação de tratamento de esgotos - ETE Campinho. Obra em andamento, com previsão de conclusão em março de 2024. Aumentará a capacidade de tratamento de 60 l/s para 115 l/s no município, atendendo as metas progressivas das outorgas de lançamento de efluentes, assegurando o atendimento a legislação e a eficiência do sistema.
- Arapongas - Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Bandeirantes envolvendo: Sistema de Entrada, Tanque de Lodos Ativados, Casa de Sopradores, Estação Elevatória – EE de Lodo, Estação Elevatória – EE de Carga, Decantadores, Reator 40, Desidratação de Lodo, Interligações, Gás, Recuperação de Reatores, Laboratório, Emissário, Urbanização, Drenagem, Instalações elétricas e automação. Obra em andamento, com previsão de término em fevereiro/2024, visa a redução de gases de efeito estufa, aumento da eficiência energética, além da adequação para atendimento à legislação ambiental vigente, tendo como meta estabelecida em outorga prévia de lançamento de esgoto o DBO de efluente de 20 mg/L, mantendo o atual ponto de lançamento da ETE, beneficiando a sociedade quanto à qualidade dos cursos d´água e diminuição de odores gerados no processo de tratamento.

1.10.3 Mercado e Investimentos

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e a cobertura com coleta de esgoto é de 80,2% das áreas urbanas sob concessão, com um índice de tratamento de 100%, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,8% do total de ligações de água existentes em 30 de setembro de 2023. O número de ligações de água, em setembro de 2023, é 1,3% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2022, representando um incremento de 44.995 ligações de água. O número de ligações de esgoto em setembro de 2023 é 2,9% superior ao número de ligações existentes em setembro de 2022, representando um acréscimo de 71.539 novas ligações de esgoto.

Os investimentos realizados no 3º trimestre de 2023foram de R$491,4 milhões, a seguir:

Comparativo de Investimentos em R$ Milhões - 2022 e 2023

	3º TRIMESTRE	Var. %	9 MÊS DO ANO	Var. %

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

INVESTIMENTOS - R$ MILHÕES	2023	2022		2023	2022	
Água	202,4	189,4	6,9	535,1	509,0	5,1
Esgoto	272,4	265,7	2,5	767,9	661,2	16,1
Outros Investimentos	16,6	43,2	-61,6	68,7	91,8	-25,2
Totais	491,4	498,3	-1,4	1.371,7	1.262,0	8,7

FONTE: Release de Resultados 3T23 – 10/11/2023.
Nota: https://ri.SANEPAR.com.br/docs/SANEPAR-2023-09-30-zFdbfLCL.pd

1.10.4 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente

A Diretoria Comercial é responsável pelos processos comerciais e de relacionamento com o cliente. Sua estrutura é composta pela Gerência Geral Comercial, que, por sua vez, engloba as Gerências Comerciais Regionais e respectivas Coordenações Comerciais Regionais, a Gerência de Relacionamento Comercial, a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Comercial e a Gerência de Relação com o Poder Concedente.

O desempenho dos planos, projetos e processos comerciais é monitorado e avaliado via Acordos de Gestão firmados entre a Diretoria e suas Gerências e o acompanhamento dos indicadores gerenciais e estratégicos de entrega. As Áreas de Planejamento, Desenvolvimento e Relacionamento Comercial emanam regras e procedimentos para os processos de relacionamento com o cliente, comercialização, cadastro, faturamento, arrecadação e cobrança, alinhadas às normas legais e regulatórias. Outro papel destas Áreas é de, frente às necessidades e expectativas dos clientes, desenvolver e implementar ferramentas, inovar e melhorar os processos.

As Gerências Comerciais Regionais operacionalizam os processos comerciais e interagem diretamente com os clientes e os representantes municipais, desempenhando um papel fundamental no cuidado com as centrais de relacionamento presencial, existentes em todos os Municípios atendidos pela Companhia.

Visando a melhoria do atendimento das necessidades dos clientes, a Companhia vem investindo cada vez mais em inovação e tecnologia, para estreitar o relacionamento e facilitar a comunicação, permitindo o livre acesso a consultas e solicitações de serviços.

A *SANEPAR* realiza pesquisa de satisfação com clientes residenciais e não residenciais, por meio de contratação de empresa especializada, bem como, define planos de ação para melhoria da satisfação dos clientes externos.

Regras de negócio, fluxos de processos, programa de capacitação, documentos normativos e sistemas informatizados corporativos foram adequados para atender ao novo regulamento do Saneamento, em vigor desde junho de 2020, que incentiva melhorias nos processos visando proporcionar maior mobilidade aos clientes, novos canais de relacionamento e agilidade no atendimento.

A modernização das centrais de relacionamento presencial, a ampliação da estrutura de teleatendimento, a implantação da Fatura Digital, o lançamento do canal de relacionamento pelo *WhatsApp*, a disponibilização de ferramentas digitais cada vez mais intuitivas e implantação de programa de parcelamento das pendências com condições diferenciadas, além de empregados capacitados, visam oferecer atendimento ágil, potencializando a satisfação do cliente. Reclamações sobre a SANEPAR podem ser encaminhadas via 0800, Fale Conosco, e-mail,

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

WhatsApp, site, Ouvidoria, Centrais de Relacionamento e Canal de Denúncias. A SANEPAR ainda disponibiliza no site, *Link* direto para a agência reguladora (AGEPAR).

A SANEPAR trabalhou com intensidade e foi ágil para reverter os efeitos da crise hídrica e da pandemia que ainda repercutiram em suas atividades ao longo de 2023, além das inundações que ocorreram durante o ano, que termina com uma equação positiva: a Companhia superou as dificuldades graças à sua capacidade de resposta, eficiência, planejamento e execução de ações.

No ano de 2023 houve a retomada do corte no abastecimento de água, por falta de pagamento, de forma gradativa.

Em função do grande volume de chuvas em 2023, que resultaram em inundações, a SANEPAR adotou as seguintes medidas:

- os imóveis com danos ocasionados pelas chuvas intensas e cadastradas pela Defesa Civil do Estado do Paraná terão faturamento pelos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no valor simbólico de R$ 1,00 nos próximos dois meses;
- suspensão dos cortes de água para as unidades domiciliares e comerciais afetadas pelas graves chuvas e que estejam cadastradas pela Defesa Civil do Estado do Paraná;
- fornecimento de água envasada e/ou outras ações que possam auxiliar nas medidas necessárias para atendimento da população com água potável;
- auxílio na limpeza de vias públicas atingidas pelas enchentes com atendimento através de caminhões hidrojato.

As ações priorizadas incluem negociações de prazos com áreas parceiras que podem envolver a necessidade de outros recursos, como TI, investimentos, etc., podendo ainda, de forma pontual, ser priorizadas em detrimento de outras programadas para o período, no intuito de mitigar ou remediar impactos negativos, levando em consideração normas ou padrões internacionais, como no caso do atendimento às metas ODS's.

1.10.4.1 Água Solidária

SANEPAR mantém o benefício da Água Solidária para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água, com consumo de até 10m^3/mês, considerados os valores de R$ 13,10 para faturamento até 5m^3 e de R$ 0,40/m^3 para faturamento de 6 a 10m^3. Para o esgotamento sanitário a tarifa é de 50% sobre o valor da água. Até outubro de 2023, cerca de 345 mil famílias no Estado estavam cadastradas no programa. Os percentuais de redução da conta são de 78% (tarifa água mais esgoto) e 73% (tarifa água), resultando em subsídio acumulado de R$ 217,8 milhões. (Considerada a tabela de tarifas vigente conforme Resolução Homologatória n.º 012/2023 - AGEPAR).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.10.5 DESTAQUES

1.10.5.1 Resultados Financeiros

Até o terceiro trimestre de 2023, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R$ 4.595,8 milhões, superior ao resultado líquido de R$ 4.198,4 milhões registrado no mesmo período de 2022.

QUADRO 1 -. COMPARATIVO DE INDICADORES ECONÔMICO DA COMPANHIA EM R$ MILHÕES, SEGUNDO TRIMETRES E MÊS DO ANO DE 2022 E 2023

INDICADORES ECONÔMICOS R$ MILHÕES	3º TRIMESTRE		Var. %	9 MÊS DO ANO		Var. %
	2023	2022		2023	2022	
Receita Operacional Líquida	1.605,8	1.432,4	12,1 %	4.595,8	4.198,4	9,5 %
Lucro Operacional	656,1	465,3	41,0 %	1.749,2	1.292,2	35,4 %
Lucro Líquido	396,8	274,9	44,3 %	1.138,5	800,6	42,2 %
% Margem Operacional	34,2	26,5	7,7 p.p.	31,6	24,7	6,9 p.p.
% Margem Líquida	24,7	19,2	5,5 p.p.	24,8	19,1	5,7 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	4,3	3,3	1,0 p.p.	12,5	9,9	2,6 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses)	1,6	1,7	-0,1 p.p.	1,6	1,7	-0,1 p.p.

1.10.5.2 Resultados Operacionais

E2m 2023, sob o olhar operacional podemos destacar:

- Manutenção da acreditação e ampliação do escopo da ISO 17025, assim como a manutenção das certificações da ISO 9000 e ISO 14000;
- Evolução nos trabalhos de mapeamento dos processos operacionais;
- Aprimoramento do processo Esgoto, com incremento nos controles de perdas nos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES, nas cinco maiores cidades do Estado;
- Atingimos 41.827 km de rede coletora de esgoto assentada, o que representa um crescimento de 1.399 km em relação ao mesmo período de 2022. São 2.497.239 de ligações de esgoto, que alcançam um índice de atendimento de 80,2%;
- No que diz respeito à captação, tratamento e distribuição de água, até setembro de 2023 são 61.086 Km de rede assentada, para abastecer 3.442.529 ligações de água, um crescimento de 1.261 Km de rede e 44.995 ligações de água em relação ao mesmo período de 2022.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.10.5.3 Inovação

A *SANEPAR*, em consonância com seu planejamento estratégico corporativo, traz a inovação como processo transversal da cadeia de valor. Com o propósito de fomentar e aculturar a inovação em todos os níveis da Companhia, podemos destacar em 2023 os seguintes projetos:

- Um sistema piloto de geração de energia elétrica com potência média de 18 kW está instalado e operou continuamente ao longo de 2023 no Centro de Reservação Aeroporto, no município de São José dos Pinhais. A geração é feita por meio de uma bomba instalada na adutora que leva a água até o reservatório, que funciona como uma turbina e aproveita a energia hidráulica, anteriormente apenas dissipada por uma válvula. Projetos para a implementação de novos sistemas dessa natureza estão em andamento, incluindo o aproveitamento de potenciais hidráulicos na saída de estações de tratamento de esgoto;
- A *SANEPAR* aproveita o lodo de esgoto na agricultura, fruto das pesquisas que desenvolve desde a década de 1990, em parceria com instituições do Brasil e do exterior. Somente nos últimos três anos, a Companhia destinou mais de 60 mil toneladas de lodo higienizado a agricultores, para adubação de diferentes culturas. O projeto foi reconhecido como boa prática de gestão sustentável dos recursos naturais por uma publicação especializada do Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- A água doce não é um bem infinito e antever desafios futuros relacionados a esse fato faz parte das ações da *SANEPAR*. Nesse sentido, a Companhia está desenvolvendo estudos de viabilidade econômico-financeira, em parceria com a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA), visando à implementação de um sistema de reuso industrial no município de Araucária;
- desenvolvimento de sistema inteligente de monitoramento e segurança de barragens, em parceria com o PTI-BR;
- realização de epidemiologia baseada no esgoto para monitoramento da COVID-19, em parceria com Universidade Federal do Paraná, a Agência Nacional de Água e o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia;
- contratação de nove projetos junto ao Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental, executado em parceria com a Fundação Araucária;
- condução de estudo de pré-viabilidade para uso de fibra ótica em redes coletoras de esgoto, em parceria a *International Finance Corporation* (IFC), do Banco Mundial;
- migração para o mercado livre de energia, em parceria concessionária do Estado do Paraná, *COPEL*;
- elaboração do Plano Diretor de Energia da *SANEPAR*;
- elaboração de diretrizes para plano de mitigação e adaptação a mudanças climáticas, conforme o modelo da *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* - TCFD, em parceria com o IFC; realização de estudos hidrometeorológicos e valoração de soluções baseadas na natureza, e criação de estratégias para resiliência climática na região do Miringuava;
- condução de estudo de alternativas para sistemas descentralizados de tratamento de esgoto;
- avaliação de biocubos para otimização de fossas sépticas;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- monitoramento inteligente de sistema de abastecimento de água, em parceria com a Scubic/C3D Ecotech, de Portugal;
- detecção inteligente de perdas de água em redes de distribuição, em parceria com a Amanco-Wavin, da Holanda, e a Takadu, de Israel;
- desenvolvimento de diretrizes para a contratação de novo sistema de gestão de faturas de energia elétrica e monitoramento em tempo real em mais de 800 unidades consumidoras da *SANEPAR*;
- capacitação de profissionais da América Latina e da África no âmbito do Treinamento para Terceiros Países, iniciativa conduzida em parceria com a ABC/JICA, do Japão;
- avaliação em escala piloto da secagem térmica de lodo com microondas e produção de pavers (blocos pré-moldados de concreto ou paralelepípedos), em parceria com a Brooks Intertech; e produção de hidrogênio renovável a partir da reforma catalítica a seco do biogás, em projeto junto à Financiadora de Estudos e Projetos, em parceria com a *COPEL*.

1.10.6 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de Governança Corporativa da *SANEPAR* baseia-se em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado, tendo como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), buscando os melhores resultados para suas partes interessadas. Visando garantir a condução de suas atividades por princípios éticos, a Companhia é regida pelo Código de Conduta, desenvolvido em consonância com os valores da Companhia, os Princípios do Pacto Global e os Princípios de Governança Corporativa Nível 2 da B3, em conformidade com o disposto nas Leis 12.846/2013 e 13.303/2016.

1.10.6.1 Principais avanços em Governança Corporativa

Em 2023 a Companhia avançou no processo de mapeamento de riscos de seus processos, objetivando possibilitar a avaliação dos sistemas de controles internos e a identificação de necessidades de correções e aperfeiçoamentos, assegurando a boa gestão em todos os níveis da Companhia. O processo de mapeamento é priorizado de acordo com critérios de materialidade das diretorias e com as orientações do Comitê de Gerenciamento de Riscos e o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Todo o trabalho é regido pela Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que estabelece os mecanismos de gestão e controle, visando preservar e gerar valor, em alinhamento à Missão, Visão, Valores e Propósito, assim como aos objetivos estratégicos da Companhia.

Ainda em 2023, visando minimizar os impactos negativos em suas relações comerciais, estabeleceu que as empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria-público privada com a Companhia, cumpram o disposto no Programa de Integridade da Companhia e Programa de Integridade para Terceiros. O Programa de Integridade para Terceiros junto com a versão revisada do Código de Conduta e Integridade para Terceiros, vigentes desde 01/03/2023, adota procedimentos mais eficientes e dando mais atenção nas relações juntos aos seus terceiros, contribuindo para um ambiente efetivo de detecção e prevenção de práticas contra

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

atos lesivos e corrupção e consequentemente promovendo ambiente com melhores práticas de governança aliado principalmente a Lei Anticorrupção e Lei das Estatais.

No decorrer de 2023 a *SANEPAR* não foi citada ou investigada em operações especiais relacionadas a fraudes e/ou atos ilícitos por sua administração e gestão de contratos, fato este que reflete o resultado dos trabalhos realizados pela equipe de *Compliance* quanto à intensificação e monitoramento do Programa de Integridade da Companhia junto aos seus empregados e partes relacionadas.

1.10.6.2 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Em 2016 a *SANEPAR* aderiu à Agenda 2030 proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido, reforçando o compromisso assumido em 2016, aderiu ao Pacto Global, outra iniciativa da ONU, para chamar empresas a alinharem suas estratégias e operações à princípios universais em Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Desde então, foram realizadas análises de impacto e oportunidades para a Companhia, assim como a priorização de ODS para alinhamento aos objetivos estratégicos da Empresa. Como resultado deste trabalho, priorizaram-se os ODS: 03- Saúde e Bem-estar; 05- Igualdade de gênero; 06- Água Potável e Saneamento; 12- Consumo e Produção Responsáveis; 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima, todos com ações efetivas da Companhia. Em 2023 podemos destacar:

- Participação na Seleção da Carteira ISE B3 2024;
- Reportes do desempenho empresarial visando engajamento dos públicos, cumprindo o que determina a Lei 13.303/2016 e recomendações da CVM;
- Adesão ao Movimento NET ZERO do Pacto Global Brasil;
- Sistematização das respostas de indicadores de frameworks externos.

1.10.7 Gestão Empresarial

Com o objetivo de aculturar cada vez mais a sustentabilidade nas atividades da Companhia, fortalecendo o alinhamento da agenda ASG ao Plano de Negócios, desdobrados em planos estratégicos, podemos destacar em 2023:

- Evolução dos trabalhos do Comitê Estratégico ASG, com apresentação ao Conselho de Administração de recomendações para amadurecimento dos conceitos ASG nos processos transversais da Companhia;
- Avanços significativos no planejamento e acompanhamento do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), através de aprimoramentos na matriz de priorização de investimentos e no fluxo de apresentação de demandas;
- Inclusão de cláusulas ASG em editais para contratação de serviços terceirizados.

1.10.8 Tecnologia da Informação

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

No âmbito da tecnologia da informação, as principais realizações foram:

- Consolidação do Sistema de Preços e Orçamentos – SPO, ferramenta de eficiência e otimização de tempo na elaboração de orçamentos, com rastreabilidade e segurança;
- Lançamento do PL eletrônico, automatizando o processo de fluxo e aprovação, garantindo a rastreabilidade e agilidade no procedimento. Os serviços administrativos já estão completamente implantados no PL eletrônico, restando o desafio da migração gradual e planejada, de novos processos de obras e serviços de engenharia;
- Avanços em investimentos em segurança da informação digital;
- Investimentos de aproximadamente R$ 59 milhões nos últimos 2 anos;
- Disponibilização de nova plataforma de educação a distância, com acesso para todos os empregados, estagiários e aprendizes;
- Implantação e difusão de ferramenta WEBINAR, com possibilidade de realizar palestras, cursos e seminários, on-line, disponível para todos os empregados da Companhia;
- Lançamento de projeto pioneiro de Game Corporativo, o ETICS – Empreendendo Trajetos de Integridade e *Compliance* na *SANEPAR*, que traz a integridade como pilar central das decisões diante de desafios no dia a dia de trabalho, com o objetivo de tornar mais lúdico o aprendizado e a experimentação de situações reais do cotidiano.

1.10.9 Gestão de Pessoas

A SANEPAR investiu fortemente em ações humanizadas e programas relacionados à segurança, saúde e bem-estar, buscando proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e seguro, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida dos empregados e em extensão de seus familiares. Ações que refletiram na última pesquisa de clima organizacional realizada em 2023, com o maior resultado de satisfação da história, com 84,6% dos empregados se manifestando felizes por trabalhar em nossa Companhia.

Além de investir fortemente em desenvolvimento de pessoal por meio de treinamentos e oportunidades de qualificação e aperfeiçoamento, a atuação de um Serviço Social interno encabeça diversas frentes que buscam assegurar a integridade física, psicoemocional e social dos empregados, livre de qualquer tipo de assédio.

De braços dados com as áreas de *Compliance* e comitês de Conduta e de Diversidade, Equidade e Inclusão (denominado Comitê Existir), a área de Gestão de Pessoas está atenta à atualização de normas e à disseminação de práticas de acolhimento e respeito na convivência corporativa. Em destaque, algumas ações realizadas em 2023:

- Celebração de Termos de Cooperação com as Associações de Empregados e o Rotary Internacional, por meio do Rotary Club Corporativo *SANEPAR* - o primeiro Rotary Corporativo do Brasil. Parcerias fundamentais para a realização de campanhas sociais e eventos corporativos;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Lançamento do Programa do Voluntariado Corporativo e criação de Comitê específico. A promoção de voluntariado ganhou força em 2023, como destaque a campanha "Inverno Solidário", que arrecadou milhares de peças de roupas e cobertores, para atender as pessoas que mais precisavam. No mês de outubro, em alusão ao "Outubro Rosa", os empregados se uniram para doar lenços para entidades que atendem à saúde da mulher, mais especificamente de câncer de mama e colo do útero. A SANEPAR também promoveu uma campanha para arrecadação de kits com itens de limpeza para as vítimas das enchentes na região de União da Vitória: mais de 300 cestas foram distribuídas para a população local;
- Como forma de estimular práticas para melhoria da qualidade de vida dos empregados, a integridade física e mental e o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, durante o ano em que se celebrou os 60 anos da empresa, a SANEPAR promoveu diversas ações de reconhecimento e valorização, como as corridas de rua patrocinadas pela SANEPAR, que ocorreram em diversas localidades do Estado, reunindo centenas de empregados da SANEPAR e milhares de pessoas da sociedade;
- Em 2023 o RH da empresa implementou de forma digital o Cadastro Espontâneo de Intenção de Transferência (CEIT). Esta ferramenta visa, de forma dinâmica e transparente, divulgar o desejo de movimentações e transferências dos empregados efetivos da Companhia, facilitando a identificação das demandas pessoais e o melhor aproveitamento do capital humano dentro da empresa;
- A mitigação de passivos trabalhistas também tem sido um cuidado constante. Sob coordenação de uma Comissão de Relação Sindical, a Companhia atua na construção de soluções para o cumprimento da legislação trabalhista e, por meio dos Acordos Coletivos de Trabalho e da Política de Gestão de Pessoas, ampara a *SANEPAR* nas definições de benefícios sociais, trabalhistas e ações afirmativas que buscam promover o respeito a todos os empregados;
- A SANEPAR, por meio da Gerência de Gestão de Pessoas e do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, lançou o 1º Censo da Diversidade SANEPAR. Uma pesquisa breve e simples que coleta características demográficas dos empregados por autodeclaração, para mapear como é composto o perfil do quadro funcional da empresa. Isso contribui nas ações e definições de metas e indicadores para o programa, alinhados aos princípios de Ambiental-Social-Governança (ASG) e objetivos GPTW, tornando a SANEPAR ainda mais humana e melhor para se trabalhar.

E visando ampliar os projetos de gestão de pessoas em 2024, neste ano a *SANEPAR* assumiu publicamente compromissos relacionados a questões ASG e aderiu aos movimentos do Pacto Global "Salário Digno" e "Mente em Foco". Esses esforços são imprescindíveis para o reconhecimento e a valorização das diferenças na Companhia, promovendo um ambiente de trabalho ainda mais respeitoso, justo, seguro, inclusivo e acolhedor.

1.10.10 Reconhecimentos

- Certificação Internacional LEED (*Leardership in Energy and Environmental Design*) - O projeto do novo prédio da sede administrativa da *SANEPAR*, em Curitiba, atende a requisitos da certificação internacional LEED (*Leardership in Energy and Environmental Design*), concebida por um órgão americano de construções sustentáveis, a *United States Green Building Council*. O prêmio foi conferido pelo KNX Awards 2020, um fórum

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

especializado que reconhece os melhores projetos inteligentes no mundo inteiro que utilizam a tecnologia KNX;

- Troféu Transparência - O Troféu reconhece a qualidade dos demonstrativos financeiros referentes ao ano de 2022, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC). É a décima vez, sendo o sexto ano consecutivo, que a *SANEPAR* é premiada pela ANEFAC com o Troféu Transparência, na categoria de receita líquida de R$ 5 bilhões até R$ 20 bilhões;
- Troféu Destaque de Melhor Demonstração Contábil - A avaliação das demonstrações é feita por uma comissão julgadora formada por experts da área contábil. Significa que a Companhia está no caminho certo de divulgar informações com transparência, conforme as regras contábeis, e de maneira que os dados fiquem claros e acessíveis às partes interessadas. Este é o décimo prêmio conquistado pela *SANEPAR* e o sexto ano consecutivo. Troféu concedido pela ANEFAC;
- Certificação de Títulos Sustentáveis *Blue e Social Bonds* - *Sitawi* Finanças do Bem - Primeira empresa pública do país a emitir Título Sustentável e Título Azul em debêntures. A debênture azul, ou *blue bond*, é um papel alinhado aos Green Bond *Principles* e movimenta recursos exclusivamente dedicados a financiar atividades que contribuem para a proteção dos oceanos e uma melhor gestão de recursos hídricos. O enquadramento do título como *blue bond* segue diretrizes da *International Finance Corporation* (IFC). Os recursos serão alocados em até 24 meses em novas estações de tratamento, armazenamento e abastecimento de água potável; expansão de infraestrutura já existente; e estações de tratamento de esgoto. Após este prazo, será confirmada a classificação dos títulos sustentáveis e azuis com a verificação dos projetos por empresa independente. E, em 2022, a SANEPAR já havia captado R$ 600 milhões com a emissão de debêntures certificadas como sustentáveis (*green e social bonds*) por estarem vinculados a projetos de investimentos que promovem benefícios sociais e ambientais. Conforme a certificação, os projetos de saneamento atendem aos princípios ASG e estão alinhados aos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 6 (Água potável e Saneamento), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 14 (Vida na Água) da ONU, que define as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030;
- Selo Ouro Inventário de gases efeito estufa do Programa Brasileiro GHG *Protocol* (PBGHGP) - O Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE) produzido pela *SANEPAR* referente ao ano de 2022 recebeu, em novembro, o Selo Ouro do PBGHGP. O Programa, que certifica os inventários corporativos, tem o objetivo de estimular a cultura corporativa para a elaboração e publicação de IGEE. As atividades desenvolvidas pela SANEPAR e contempladas no IGEE são esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos e atividades administrativas. O Programa, gerido pela Fundação Getúlio Vargas, atribui o selo como o mais alto nível de reconhecimento às empresas que demonstram o atendimento de todos os critérios de transparência na publicação de seus dados de emissões de gases de efeito estufa. Este foi o sétimo Selo Ouro recebido pela Companhia, reconhecendo o compromisso ambiental da SANEPAR;
- Certificação de Acreditação ISO IEC 17.025:2017 - Manutenção do escopo de acreditação a NBR ISO17025 dos quatro laboratórios da GACF junto ao Inmetro e Renovação da Certificação dos quatro laboratórios da GACF junto ao IAT (Instituto de Água e Terras); Os laboratórios de análises da SANEPAR em Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá tiveram novamente o reconhecimento pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) de que seus processos são executados de forma precisa e de acordo com padrões de excelência definidos pela norma ISO/IEC

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

17.025:2017, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta norma é exclusiva para laboratórios de ensaio e calibração. Ela possui vários requisitos que visam garantir a competência do laboratório para fornecer resultados válidos, imparciais e confiáveis;

- 1º lugar no Setor Infraestrutura do Prêmio Valor Inovação Brasil 2023 do jornal Valor Econômico em parceria com a *Strategy&* - A Companhia foi premiada, pela terceira vez consecutiva, como a empresa mais inovadora do setor de infraestrutura no Brasil pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2023. A premiação reconhece as líderes de inovação em 25 setores de atividade e as 10 mais inovadoras no ranking geral, que premia empresas com maior capacidade de inovação, ao avaliar competências como criatividade, capacidade para gerar conhecimento e a aplicação estratégica das novas tecnologias. A publicação é a mais significativa de inovação do país, realizada pelo jornal Valor Econômico em parceria com a A *Strategy&,* consultoria estratégica da PwC. Segundo o Valor Econômico, um dos destaques da *SANEPAR* é adoção de geração aeróbica e anaeróbica de biogás em suas estações de tratamento de esgoto, tornando algumas unidades autossuficientes no consumo de energia. Outra iniciativa é a destinação de lodo para a agricultura, que aumentou 40% recentemente, passando de 16 mil toneladas em 2021 para 23 mil toneladas em 2022;
- Certificação NBR ISO 9001:2015 - A ISO 9001 refere-se ao Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), com requisitos e ferramentas de padronização. O escopo na *SANEPAR* abrange os processos de água, esgoto, administrativo, avaliação de conformidade, manutenção de redes, atendimento ao cliente, projetos e obras, gestão de pessoas, gestão da informação e gestão de materiais. Em 2023, a SANEPAR mantém a certificação ratificada pela 1ª Auditoria de Supervisão, realizada no mês de agosto, no escopo da ISO 9001:2015, em diversos dos seus sistemas. Foi, também, a primeira Companhia de Saneamento Latino-Americana a ter o Certificado de Qualidade ISO 9002 e de Qualidade Ambiental ISO 14001, mantidos até hoje. a ISO 9001 foi responsável pela criação da Política da Qualidade na SANEPAR, criação e evolução do Sistema Normativo e pela padronização de procedimentos, principalmente, do processo de produção e controle de qualidade da água, gestão de produtos químicos utilizados na produção de água e tratamento de esgoto, com a implantação da seleção e da avaliação dos fornecedores, pela padronização do recebimento e do aceite dos produtos em toda a SANEPAR, sistematização do gerenciamento de projetos e obras, além da criação de indicadores corporativos que resultaram em melhor gestão de processos;
- Certificação ISO 14.001:2015 - 1) SGA_ Aterro Sanitário de Cianorte 2) SGA_ Foz do Iguaçu - 1) O Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos de Cianorte está com a certificação do SGA baseado na NBR ISO 14001:2015. O escopo do SGA do Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos de Cianorte, compreende os processos relacionados ao recebimento, disposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as atividades de suporte operacional, administrativas e monitoramento do aterro; 2) A certificação do Sistema de Gestão Ambiental – SGA Foz do Iguaçu - O Escopo do SGA de Foz do Iguaçu compreende: Captação, tratamento e distribuição de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário. Manutenção e operação de redes de água e esgoto. Processos administrativos da Gerência Regional Foz do Iguaçu (GRFI). Processos administrativos para o Atendimento ao cliente e comercialização de serviços de ligação de água e esgoto da Coordenação Comercial Foz do Iguaçu (CCFI). Processos administrativos da Gerência Projetos Obras Sudoeste (GPOSO). Manutenção eletromecânica da Gerência Regional Eletromecânica Sudoeste

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

(GEMSO) para o Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Foz do Iguaçu – PR;

- Prêmio Campeão da Inovação do Sul – Revista Amanhã/Grupo Amanhã - A SANEPAR recebeu, pela sétima vez, o Prêmio Empresa Campeã em Inovação da Região Sul do Brasil, da Revista Amanhã, conquistando o 1º. lugar na categoria Estatais e Filantrópicas que abrange empresas públicas e entidades filantrópicas dos mais diversos setores da economia. A pesquisa Campeãs da Inovação adota o *Innovation Management Index*, ferramenta da metodologia do Global *Innovation Management Institute* (Gimi) aplicada pelo IXL-Center, de Cambridge, região metropolitana de Boston (EUA). O Gimi é uma organização global sem fins lucrativos criada por um time de executivos, acadêmicos e consultores especializados em inovação, que auxilia pessoas, empresas e regiões a desenvolver competências em gestão da inovação por meio de padrões, métricas, protocolos de teste e certificações globais. Entre os destaques está a cooperação em andamento com a Itaipu Binacional e com o Parque Tecnológico de Itaipu visa a garantia da segurança hídrica e energética em torno do reservatório de Itaipu, a partir da coleta e tratamento avançado e inovador de efluentes domésticos. Outro destaque são os projetos com foco em energias renováveis e economia circular, tais como o sistema de secagem térmica e a combustão de lodo de esgoto em pré-operação na Estação de Tratamento de Esgoto Atuba Sul, em Curitiba, ambientalmente sustentável por utilizar, na secagem, o biogás e a biomassa produzidos na própria estação;

- Manutenção do Rating Nacional de Longo Prazo da SANEPAR em 'AAA(bra) na Classificação Perfil Econômico - A Agência de Classificação de Risco Moody's manteve o rating da SANEPAR, pela terceira vez consecutiva, em (nota) triplo A (AAA), o que indica a solidez da Companhia e o seu grau de investimento de baixo risco. Rating é uma nota que uma agência classificadora de risco atribui a um governo, empresa ou emissão, quanto a sua capacidade de honrar as dívidas assumidas por ela. Estar bem avaliada, no nível máximo, significa ter uma avaliação positiva de risco de crédito, o que favorece as condições de captação no mercado, contribuindo para as atividades de investimentos, ou seja, o rating indica o seu nível de risco, quanto maior a sua nota, mais segura é a empresa;

- Prêmio Casos de Sucesso & ESG - Universalização do Saneamento Básico e Redução de Perdas de Água - A SANEPAR e o Município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, receberam o prêmio na categoria Melhores Evoluções em Perdas de Água, na 7ª edição do Prêmio "Casos de Sucesso & ESG". A premiação é organizada pelo Instituto Trata Brasil em parceria com o Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas (CEISA-FGV). O destaque de São José dos Pinhais é por ser uma das três cidades brasileiras que mais reduziram as perdas de água potável nos sistemas de distribuição, conforme dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) analisados pelo Trata Brasil. O índice está alinhado com os padrões de excelência em perdas, inferiores a 25% em perdas na distribuição, conforme a meta estabelecida para 2034 pelo marco legal do saneamento. A Companhia vem aplicando uma metodologia de balanço hídrico e nível econômico de perdas, chamada de *International Water Association* (IWA), para a elaboração dos planos de ações, principalmente com relação ao direcionamento de pesquisa de vazamento e controle de pressão;

- Prêmio Líderes Regionais - Paraná 2023 - Líder em ESG - Responsabilidade Ambiental - A premiação é promovida pela Lide Paraná, que reconhece as empresas que promovem o empreendedorismo e a economia paranaense. A SANEPAR foi finalista

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

na categoria “Líder em ESG - Responsabilidade Ambiental”. A premiação ocorreu em quatro fases. A primeira foi a indicação das empresas com faturamento acima de R$ 50 milhões, a segunda com a votação popular e a terceira teve a seleção feita pela auditoria da Lide. A última etapa foi a de divulgação dos premiados. Também concorreram na categoria de Responsabilidade Ambiental a Klabin e a Itaipu Binacional;

- 500 Maiores do Sul no Setor de Serviços Públicos - A SANEPAR conquistou o 19º lugar no ranking da 500 Maiores entre os três estados do Sul do Brasil. A Edição 500 Maiores do Sul é um projeto realizado há 32 anos pelo Grupo AMANHÃ é o mais importante ranking regional de empresas do Brasil. O levantamento é produzido com o apoio técnico da PwC - Brasil- Auditoria e Asseguração de balanços e utiliza vários indicadores para mostrar as maiores e mais competitivas companhias da Região Sul, além dos destaques em 28 setores da economia;
- Prêmio Melhor Planta Sustentável de Saneamento do País - Saneamento Básico - A Estação de Tratamento de Esgoto Ouro Verde, de Foz do Iguaçu, foi premiada como a melhor planta sustentável de saneamento do país, durante o 5º Fórum Sul Brasileiro de Biogás e Biometano. A unidade da *SANEPAR* trata o esgoto coletado dos moradores da região sul da cidade de forma sustentável e inovadora. Os projetos desenvolvidos têm foco na microgeração de energia distribuída híbrida, que é a aplicação conjunta de biogás, energia solar e hidroenergia. A ETE Ouro Verde foi a primeira do país a aderir ao sistema de compensação de energia elétrica, certificada pela ANEEL, com energia movida a biogás;
- Prêmio Sesi ODS 2022 em Desenvolvimento Sustentável e Práticas ASG - A SANEPAR recebeu o Selo ODS, entregue pelo Ses) do Paraná como reconhecimento a instituições que trabalham pelo alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e desenvolvem práticas ASG. A *SANEPAR* inscreveu o “Programa de Intervenção em Obras de Saneamento”, cujas atualizações nos últimos dois anos aprimoraram a execução, o monitoramento, a análise e a avaliação das ações desenvolvidas, com novas metas e indicadores. O Programa, que existe desde 2003, foca na atuação socioambiental da Companhia em novos empreendimentos, almejando assegurar acesso da população aos serviços públicos de qualidade, gestão segura da água, respeito à diversidade e às características locais de cada grupo beneficiado, promovendo desenvolvimento socioeconômico. Em 2022, o Programa incorporou a Agenda 2030 e os ODS, os eixos ASG e um novo portfólio com ações de grande impacto na sociedade alinhadas ao nosso negócio, como o Curso de Manutenção Hidráulica para Mulheres, os Jardins de Mel e as oficinas educativas Sustentabilidade da Escola ao Rio;
- Prêmio Valor 1000 em Saneamento Básico - Recebeu o Prêmio Valor 1000, na primeira posição do setor Água, Saneamento e Serviços Ambientais. É a única empresa pública vencedora em 2023 que destaca empresas reconhecidas em seus ramos de atuação pelo desempenho financeiro e por suas ações voltadas às práticas ASG. É o maior e mais importante anuário de empresas brasileiras, elaborado pela Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP_FGV), e em parceria com a Serasa *Experian*, que avalia critérios contábeis e financeiros, como receita líquida, margem Ebtida, rentabilidade patrimonial, alavancagem financeira e cobertura de juros;
- IDIVERSA – Diversidade B3 - A Companhia foi selecionada a fazer parte da primeira carteira do Índice de Diversidade (IDIVERSA), que integra os índices de práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) da B3. O IDIVERSA tem por objetivo tornar

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e gerar comparabilidade no desempenho das empresas, induzindo-as a adotarem as melhores práticas em relação à diversidade.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.11 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)

Fundada em 1964, a CELEPAR foi a primeira empresa pública de tecnologia da informação do país. Tem o objetivo de identificar, desenvolver, implantar e operar soluções digitais para a sociedade, que transformam o Estado em um prestador de serviços mais simples, digital e intuitivo, otimizando processos, eliminando burocracias e simplificando a relação entre governo e cidadão.

A companhia busca o aprimoramento do desempenho e inovação da administração pública, melhorando os resultados do Governo do Estado em termos de operação e gestão, com a consequente melhoria dos serviços prestados.

1.11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

1.11.1.1 Governo Digital

Foram implementados e aprimorados canais de comunicação entre o Governo do Estado e o cidadão paranaense, incluindo mecanismos de comunicação com inteligência artificial, focados no acesso por dispositivos móveis, para tornar mais prático o atendimento ao cidadão, possibilitando que ele tenha acesso online a serviços. Em junho, por exemplo, foi lançado o Primeiro Emplacamento Digital de Automóveis, para o DETRAN/PR. Com ele, proprietários de veículos do Paraná podem fazer o primeiro emplacamento de forma 100% online, pelo computador ou celular. Até dezembro, foram quase 3.000 emplacamentos registrados.

Além disso, o Paraná Inteligência Artificial (PIÁ) passou por uma reformulação para se tornar ainda mais prático. As adaptações tornaram a interface adaptável, a qual permite se moldar ao celular do cidadão, adaptando-se às dimensões da tela — o que facilita a rápida identificação dos ícones relativos a cada serviço que o cidadão precisa acessar.

O PIÁ é uma solução de inteligência artificial para oferta de serviços públicos à população de forma simples e intuitiva. São mais de 600.000 usuários cadastrados usufruindo de mais de 716 serviços publicados, distribuídos entre Governo do Estado do Paraná, municípios e serviços federais.

Diversos processos são facilitados pelo PIÁ, como consulta, geração de código para pagamento e emissão da segunda via da conta de água e luz; consulta ao crédito no Nota Paraná; verificação do boletim escolar dos filhos; matrícula na rede estadual e agendamento de horário para procurar vaga de emprego na Agência do Trabalhador; emissão de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio eletrônico (CRLV-e); acionamento do Botão do Pânico Virtual, destinado a vítimas de violência doméstica; e serviços de abertura, alteração e fechamento de empresas da Junta Comercial.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.11.1.2 Soluções para a Educação

Desde fevereiro, foi implementada em 1.700 colégios da rede estadual de ensino do Paraná a Chamada Inteligente, uma solução de reconhecimento facial que agiliza o processo de chamada nas salas de aula. Agora, basta que o professor tire de uma a quatro fotos da turma para que o sistema reconheça os estudantes nas imagens (comparando as fotos às imagens cadastradas de cada aluno) e conceda a presença automaticamente. Tudo é feito por meio do aplicativo Escola Paraná Professores ou pelo Registro de Classe Online (acessado em um navegador de internet). As fotos do cadastro biométrico e do registro da frequência não ficam armazenadas no dispositivo. As imagens são enviadas ao servidor da CELEPAR, criptografadas e não podem ser acessadas diretamente, somente via data center da companhia, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

1.11.1.3 Soluções para a Junta Comercial do Paraná

Graças à praticidade da plataforma Descomplica Paraná (desenvolvida para atender ao programa de desburocratização para abertura de empresas e emissão de licenças e alvarás), o Paraná ocupou neste ano o segundo lugar entre os estados mais ágeis para abertura de empresas, ao lado do Piauí e de Roraima. O ranking foi elaborado pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM). O Paraná leva uma média de 12 horas para abrir uma empresa, enquanto no Brasil, o tempo médio de abertura é de um dia e nove horas, totalizando 33 horas.

1.11.1.4 Soluções para a Saúde

O sistema online de notificação de síndromes e doenças raras, conhecido como Sidora, teve 116 carteiras emitidas desde o seu lançamento, em março deste ano. As pessoas registradas no sistema recebem uma carteirinha com QR *Code*, garantindo que profissionais de saúde tenham acesso rápido a informações relevantes em situações de emergência. Desenvolvido para a Secretaria de Estado da Saúde, o Sidora permitiu ampliar e aperfeiçoar as ações voltadas às pessoas com doenças raras, por meio de um banco de dados com informações importantes para o atendimento e tratamento multiprofissional para cada caso.

Graças ao sistema, foi possível neste ano o acompanhamento de cerca de 1 milhão de chamadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no estado.

1.11.1.5 Soluções para o DETRAN/PR

Desde seu lançamento, em junho, o Primeiro Emplacamento Digital já foi utilizado para emplacar quase 3.000 veículos no Paraná. O serviço online pode ser feito pelo celular ou computador e representa uma economia de R$ 52,10 para o cidadão, graças à dispensa da etapa de vistoria.

Lançado em agosto, o sistema Renave Usados foi criado para dar mais agilidade e segurança aos processos de transferência de veículos seminovos e usados no Paraná. O Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) foi aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A finalidade é fortalecer a segurança e o controle de estoque das concessionárias e revendedoras de veículos, trazendo segurança jurídica aos processos de transferência de propriedade.

Em outubro, passou a ser possível que condutores entreguem as carteiras cassadas ou suspensas de maneira online. Em processos de suspensão ou cassação de Carteira Nacional de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Habilitação (CNH), os condutores, até então, tinham de entregar o documento de habilitação presencialmente, na sede do DETRAN ou em algum Centro de Formação de Condutores (CFC). Agora, esse processo pode ser feito online, pelo site do DETRAN/PR.

Também em outubro, o processo de emissão de laudo especial passou a poder ser realizado online. Pessoas com deficiência que são condutoras podem obter o laudo especial no DETRAN para solicitar isenção de impostos como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A nova funcionalidade, atualmente em fase piloto, agiliza esse processo. A solução disponibiliza o laudo médico de maneira online, logo após a consulta, sem necessidade de buscar o documento presencialmente no DETRAN.

Graças a um sistema desenvolvido pela CELEPAR, o Paraná figura entre os estados mais ágeis no envio de dados de acidentes de trânsito para registro nacional. Em ranking elaborado pelo Monitora Pnatrans, plataforma nacional que busca acompanhar e analisar os resultados das ações implementadas pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), o Paraná ganhou destaque em agosto, ao lado do Amazonas e de Minas Gerais, como um dos estados mais ágeis no envio de dados sobre o tema. Isso se deveu à automatização da coleta de dados sobre acidentes de trânsito, por meio da integração com a base nacional de dados do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest). Através do Boletim de Acidente de Trânsito Eletrônico Unificado (BATEU), os dados são enviados de forma automática.

Além disso, neste ano, foram emitidas 140.000 primeiras habilitações e 980.000 carteiras renovadas via sistema.

1.11.1.6 Soluções para a Fazenda

Nos últimos dois anos, o Programa Nota Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, registrou quase 1 milhão de novos usuários, agora são aproximadamente 5 milhões de participantes. Criado em agosto de 2015, o Nota Paraná tem se firmado como um dos mais eficazes instrumentos de cidadania fiscal no País. Sua missão principal é incentivar a emissão de notas fiscais por estabelecimentos comerciais e recompensar os consumidores que solicitam notas nas compras.

No exercício, foram emitidas 310.000 notas fiscais eletrônicas e 1,7 bilhão de notas fiscais do consumidor eletrônicas no estado.

Em setembro, foi lançado o Portal de Devedores do Paraná, desenvolvido para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e a Receita Estadual do Paraná. A plataforma oferece uma série de funcionalidades tanto para os contribuintes quanto para os órgãos envolvidos na arrecadação e controle de débitos fiscais. O portal permite, por exemplo, a consulta de devedores por CNPJ ou por nome. É possível filtrar as buscas por tipos de créditos e valores. Isso significa que qualquer cidadão, empresa ou entidade pode acessar informações detalhadas sobre os devedores junto ao Estado, tornando o processo de cobrança e controle mais acessível e transparente. Além disso, os contribuintes podem acessar dívidas e gerar a guia de recolhimento simplesmente clicando no *Link* correspondente ao débito, sem a necessidade de fornecer informações adicionais. Essa funcionalidade economiza tempo e torna mais eficiente a regularização de pendências fiscais.

1.11.1.7 Soluções para o Turismo

Será lançada para o cidadão, em fevereiro de 2024, o aplicativo turístico Viaje Paraná+, em parceria com as secretarias de Estado do Turismo e das Cidades. A plataforma terá informações sobre atrativos, hospedagem, alimentação, comércio, serviços e infraestrutura dos destinos paranaenses. Desde outubro deste ano, uma versão de testes foi disponibilizada às prefeituras e

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

órgãos municipais do setor para que alimentem a plataforma com informações de suas cidades. Inicialmente, o aplicativo abrangerá os 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Posteriormente, todas as cidades paranaenses deverão ser adicionadas. Também serão incluídos dados fornecidos pelas secretarias estaduais da Cultura e do Esporte. Para o cidadão, o Viaje Paraná+ funciona como um guia turístico digital, apresentando informações sobre gastronomia, arte, cultura, esporte e aventura em cada destino escolhido — assim como no portal Viaje Paraná. Também será possível encontrar locais por geolocalização, planejar rotas temáticas de acordo com o estilo de turismo preferido, além de checar o calendário de eventos e compartilhar as experiências. Já para os gestores públicos, o aplicativo tem outras funcionalidades. Ele fornece um painel de gestão, com indicadores como palavras mais buscadas, mapa de calor (de concentração de turistas), segmentação turística por região, além de dados do Cadastro do Ministério do Turismo (CADASTUR) e estudos de demanda. Assim, a partir da identificação de preferências e demandas, os gestores podem mapear oportunidades e criar estratégias para desenvolver o potencial turístico e, consequentemente, econômico de seu município.

1.11.1.8 Soluções para os municípios

Lançada a plataforma Paraná Negócios, ferramenta que promove o encontro entre municípios e empresas com interesses em comum. Com ela, as indústrias ou companhias podem buscar a cidade que melhor atende às suas necessidades, analisando informações como capacidade logística, terrenos disponíveis, incentivos fiscais, mão de obra especializada, fornecedores e consumidores em potencial. Os municípios, por sua vez, podem encontrar grandes empresas que estão chegando ao estado e utilizar a plataforma como uma vitrine, apresentando seus benefícios para atrair investidores.

Em novembro, foi disponibilizado um novo recurso ao Portal dos Municípios, criado para a Receita Estadual do Paraná. Com ele, as cidades paranaenses têm a possibilidade de acessar o Relatório de Produtor Rural. Dessa forma, disponibiliza-se às gestões municipais do Estado informações relacionadas às notas fiscais emitidas por produtores rurais registrados em suas respectivas áreas de jurisdição. A ferramenta permite um acompanhamento mais eficiente da produção rural nos territórios municipais e, consequentemente, promove melhor fiscalização e uma visão mais abrangente sobre aquilo que é produzido localmente.

1.11.1.9 Inclusão digital

Foram promovidos diversos workshops gratuitos de tecnologia voltados a pessoas idosas em diferentes municípios paranaenses. Ao longo deste ano foram mais de 600 participantes. Parte dos cursos é destinada ao ensino do uso de smartphones. Neste caso, as atividades têm foco desde as funcionalidades do celular (como ligar e desligar, tirar fotos e fazer ligações, por exemplo) até o uso da Internet e de aplicativos. Na última edição, realizada em dezembro, na Assembleia Legislativa do Paraná, houve também conteúdo voltado à prevenção contragolpes.

1.11.1.10 Melhorias internas na companhia

- Foi implementado o Programa de Reconhecimento e Valorização, que contemplou 710 funcionários. Eles receberam, a partir de setembro, um acréscimo na remuneração, baseado em índices relacionados ao mérito profissional. O investimento total com o programa e a implantação das progressões representa um acréscimo de aproximadamente 3% nas despesas com folha.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Foi realizada também a revisão do planejamento estratégico, que consistiu em reuniões, em formato de workshop com as lideranças, com o objetivo de revisar o planejamento, identificando o que deveria ser mantido e o que precisaria ser readequado. Assim, as equipes se envolveram ativamente nos processos e puderam visualizar sua atuação dentro dos objetivos do planejamento estratégico.
- A companhia passou a investir mais em um portfólio focado em produtos escaláveis, que podem atingir um grande número de clientes rapidamente. O portfólio da empresa contempla mais de 60 produtos nesse novo modelo. Alguns exemplos são "Mural Digital", "Central de Obras BIM", "Documentos Digitais" e "Farmácia Especializada".
- Aconteceu, ao longo do ano, o projeto Liderança Conectada. A iniciativa visa à internalização da estratégia e cultura da empresa, além da construção de uma comunicação corporativa transparente. Esses objetivos foram atingidos por meio de ações como diálogo entre as lideranças, preparação dos líderes para melhor se conectarem com seus times, alinhamento de informações corporativas e estímulo da escuta ativa, trabalhando pautas relevantes para a companhia e reunindo perspectivas diversas sobre os mesmos temas.
- Criação de uma diretoria de Governança e Gestão Estratégica responsável por implantar e manter as melhores práticas de gestão e controle na companhia e trazendo mais eficiência e estratégia ao negócio. Dentre as principais atribuições estão o planejamento estratégico, sustentabilidade empresarial, governanças corporativas, de processos e projetos, de tecnologia de informação, além de gerenciamento de riscos, controle interno e compliance em todos os serviços oferecidos pela CELEPAR ao estado.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.12 INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), empresa pública do Governo do Estado, fundada em 1940, é um instituto de ciência e tecnologia que, com seu corpo técnico, apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil.

Com 83 anos, tem como missão atuar em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, e na Produção e Soluções Tecnológicas, que agreguem valor aos clientes e à sociedade. Com objeto social de colaborar com a consecução de políticas públicas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico e da produção e disseminação para a área da saúde e oferta de bens e serviços para os setores público e privado, provendo soluções científicas, tecnológicas e inovadoras, por meio da mobilização de competências que favoreçam a competitividade da economia brasileira, em consonância com as orientações estratégicas do Estado do Paraná e atuando sob o princípio da indissociabilidade entre educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, soluções tecnológicas e difusão tecnológica e inovação.

1.12.1 Principais Realizações

Três pilares sustentam sua atuação: o empreendedorismo tecnológico inovador, a indústria da saúde e o desenvolvimento tecnológico e inovação. Entre as ações para seu fortalecimento, destacaram-se:

- o início da obra do novo Laboratório de Pesquisa e Produção de Insumos para Diagnósticos Veterinários, que fabricará insumos para o diagnóstico da brucelose, tuberculose e leucose bovina. O investimento do Governo do Estado para a construção da planta é de R$ 41,5 milhões, com recursos do Fundo Paraná, administrados pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).
- Ampliou o rol de países que aceitam o laudo do teste de sorologia antirrábica em animais de estimação com a inclusão da China em seu portfólio. O TECPAR é o único laboratório do Sul do Brasil credenciado para a emissão do documento a tutores com destino ao país asiático. Agora, o laudo do TECPAR é aceito em 37 países.
- Lançou um programa para apoiar empresas interessadas na validação e verificação de projetos e inventários de carbono e de gases de efeito estufa. O TECPAR Certificação avalia a metodologia utilizada na elaboração de projetos que mensuram a emissão, redução e remoção de carbono e atesta se ela foi aplicada corretamente.
- Foi selecionado para integrar o Programa Tecnoparque, da Prefeitura de Curitiba, que prevê que parte dos impostos municipais possam ser investidos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O projeto aprovado trata da pesquisa e desenvolvimento de um novo método de produção da vacina antirrábica veterinária sem o soro fetal bovino, insumo que representa cerca de 75% do custo total dos componentes utilizados para produzir o imunizante.
- O TECPAR foi uma das 19 instituições contempladas com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O projeto aprovado prevê R$ 14 milhões para laboratórios multiusuários de saúde e meio ambiente.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Foi aprovado no edital voltado ao financiamento de projetos que visam dar suporte às atividades de pesquisa científica e tecnológica no Estado. O recurso destinado ao TECPAR é de R$ 300.000,00, valor que será investido na modernização de três complexos laboratoriais.
- Sediou o Encontro Estadual do Programa Paraná Mais Orgânico (PMO), evento que reuniu aproximadamente 300 pessoas, incluindo técnicos, gestores e servidores públicos estaduais.
- Renovou o termo de cooperação técnica com o Ministério Público do Paraná (MP-PR) para realização de perícias para instrução de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais patrocinados ou presididos por membros do MP-PR.
- Renovou a parceria com o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR) para a realização de serviços que contribuem para a segurança de motoristas e pedestres que circulam pelas ruas e estradas do Paraná. O instituto é responsável por avaliar a sinalização viária de 247 municípios do Estado.
- Assinou um acordo com a Polícia Penal do Paraná (PPPR) para garantir a qualidade em compras de produtos e serviços que atendam às necessidades do órgão, que é responsável pelo sistema prisional do Estado.
- O TECPAR Certificação chegou à marca de 21.000 auditorias em sua atuação no Estado e no Brasil, iniciada em 1997.
- O TECPAR concedeu a certificação ISO 14001 para a unidade de Curitiba da Central de Abastecimento do Paraná (Ceasa), que se tornou a primeira do Brasil a receber o reconhecimento que atesta sistemas de gestão ambiental.
- O TECPAR foi credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para fazer análises de fertilizantes no Brasil, ao lado de outras duas instituições do País. O credenciamento atesta que o laboratório opera dentro das normas e legislações vigentes, com sistema de qualidade competente para 48 tipos de ensaios em fertilizantes e corretivos.
- Para apoiar o desenvolvimento dos municípios paranaenses, o TECPAR renovou a parceria com Associação dos Municípios do Paraná (AMP) para levar as soluções tecnológicas a cada vez mais cidades do Paraná. Os dois órgãos assinaram um novo termo de cooperação em um encontro que reuniu gestores municipais e 26 prefeitos na sede do Instituto.
- O Paraná está se organizando para liderar a produção nacional de hidrogênio renovável. Entre as medidas adotadas pelo Governo do Estado está a cooperação técnico-científica entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), a Fundação Araucária e o TECPAR, que prevê a elaboração de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção e inovação industrial no campo do hidrogênio renovável de baixo carbono.
- O Governo do Estado reforçou as ações para combater novos casos de mortandade de abelhas nos campos do Paraná. As investigações feitas pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), que buscam descobrir as causas das mortes repentinas em colmeias e apiários e prevenir novas ocorrências, passaram a contar com o apoio do TECPAR.
- Assinou um memorando de entendimentos com a SETI e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) para fortalecer ações conjuntas entre seus parques tecnológicos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Coordenador do segmento da saúde do *Roadmap* Biotecnologia 2031, proposto pelo Sistema FIEP. O Instituto é o articulador de ações de curto, médio e longo prazo no segmento da saúde, incentivando a indústria com aplicação de biotecnologia orientada para a saúde humana e animal. Foram realizadas pelo grupo diversas reuniões e eventos para debater o tema.
- Promoveu uma capacitação em Direitos Humanos para colaboradores, em parceria com a Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania (SEJU). A capacitação teve a participação de 80 colaboradores – cerca de um quarto do quadro de funcionários da empresa.
- O TECPAR foi uma das empresas contempladas com o Selo Sesi ODS 2023, na categoria Inovação para Sustentabilidade. O motivo do prêmio foi o "Ciclo de Profissões", inciativa que faz parte do projeto Capacitação, desenvolvido por voluntários do TECPAR em Ação, em parceria com a *COPEL*.
- Lançou um chamamento público para prospecção de novos parceiros interessados em transferir tecnologia para produção de fármacos à base de *Cannabis*, em conjunto com a instituição. O objetivo é analisar junto ao mercado se houve atualizações tecnológicas no setor.
- Lançou o novo edital para atração de startups ou empresas com base no conhecimento para o ingresso à Incubadora Tecnológica do TECPAR (Intec). O conceito de startups ou empresas com base no conhecimento abrange empreendimentos cujos produtos, design, processos ou serviços sejam decorrentes dos resultados de suas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de inovação.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

1.13 CASA MILITAR

À Casa Militar (CM), órgão essencial da Governadoria do Estado, a qual compete as atividades de assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos militares, coordenação das relações e dos expedientes da Chefia do Poder Executivo com autoridades militares, a segurança pessoal do Governador, entre outros. Além das atribuições legais atua, ainda, por meio de Termo de Cooperação Técnica, em apoio às atividades da Secretaria de Estado da Saúde no transporte de órgãos e tecidos humanos (Central Estadual de Transplantes do Paraná - CET/PR).

1.13.1PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No exercício de 2023, entre as realizações no âmbito de gestão da Casa Militar, tem-se a capacitação dos agentes públicos, ações de Gestão e Governança, ações visando a segurança das autoridades constituídas e das instalações do Palácio Iguaçu, transporte terrestre e aéreo, e ações de Cerimonial e Relações Internacionais.

1.13.1.1 Ações Administrativas

- Foi realizada a capacitação dos agentes públicos que atuam na unidade, em temas como: segurança de dignitários e emprego/utilização de arma de fogo. Em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021), os agentes públicos participaram de cursos para conhecimento da plataforma do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e outros relativos ao tema. Foram realizados, ainda, treinamentos voltados aos Sistemas de Registro de Preços, de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), do novo Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro e Contábil (SIAFIC), além de procedimentos envolvendo gestão de recursos humanos;
- Houve a renovação de 34% do parque de informática, com a padronização e implementação de maior capacidade de processamento de dados. Readequação do sistema de videomonitoramento do Palácio Iguaçu, com melhor definição de imagens e implementação do sistema móvel de reconhecimento facial. Atualização da gestão patrimonial e dos bens incorporados, visando a racionalização na utilização e organização material;

1.13.1.2 Segurança das Instalações Físicas do Palácio Iguaçu

- Recepção e honras militares a autoridades nacionais e estrangeiras, por ocasião de visitas oficiais de ministros de estado, embaixadores e cônsules de diversos países;
- Segurança nos consulados sediados em Curitiba em diversos eventos;

1.13.1.3 Transporte Terrestre

- Renovação de parte da frota de veículos utilizados no transporte de autoridades e dignitários, com a transferência dos veículos substituídos a outros órgãos;
- Melhorias nas instalações físicas da Divisão de Transporte Terrestre;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Melhorias e atualização de equipamentos do Setor de Preparo Físico, Esporte e Lazer, destinado ao condicionamento físico dos agentes públicos.

1.13.1.4 Transporte Aéreo

- Contratação de cursos (*Full Flight Simulator*) iniciais e de revalidação das carteiras de habilitação técnica dos pilotos da aeronave King Air 350I, por meio de Pregão Eletrônico Internacional;
- Contratação de cursos em simulador *Full Flight Simulator* para os pilotos das aeronaves de asas fixas, capacitando as tripulações a melhor reagir em condições de normalidade e de emergência, por meio de Pregão Eletrônico Internacional;
- Realização de treinamento de emergência para os comandantes de aeronaves de asas rotativas, em centro de treinamento credenciado pela FAA (Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos), de modo a garantir maior segurança nas missões de transporte aéreo;
- Revitalização das áreas externas e internas do hangar da Casa Militar;
- Realização de missões em apoio às atividades da Secretaria de Segurança Pública (SESP) e da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, atuando em eventos como das enchentes no Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e ainda no evento da explosão de um silo de grãos em Palotina/PR. Em 2023, até o início de dezembro, foram realizadas 43 missões dessa natureza, totalizando 279:11 horas de voo, representando um aumento de aproximadamente 98% em relação à quantidade de missões do ano de 2022;
- Reconhecimento do Estado do Paraná como referência em transplante de órgãos e tecidos humanos no país, consolidando-se como primeiro colocado nacional em número de transplantes por 100 mil habitantes. Em 2023, até o início de dezembro, foram realizadas 122 missões de apoio à Central de Transplantes, totalizando 328:50 horas de voo, representando um aumento de aproximadamente 55% em relação à quantidade de missões do ano de 2022.

1.13.1.5 Cerimonial e Relações Internacionais

- Organização e atendimento de mais de 880 eventos oficiais na capital e interior do Estado, com a presença de aproximadamente 278 mil expectadores, entre autoridades, lideranças representativas e público convidado;
- Contratação de empresas especializadas para atendimento das demandas de cerimonial e grandes eventos;
- Organização da estrutura e cerimonial público dos eventos relativos à Semana da Pátria.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

2. COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL (CEDEC)

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, é um dos órgãos essenciais que integram a Governadoria do Estado responsável pela prevenção de eventos desastrosos, o socorro e a assistência aos atingidos por tais eventos e a recuperação dos danos causados por eles no Estado. As principais atribuições da Defesa Civil são: a) gestão de riscos e desastres em articulação com os integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC, sendo a coordenadora do sistema; b) minimização e redução dos efeitos do desastre na comunidade; c) coordenação do voluntariado em proteção e defesa civil do Estado do Paraná; d) monitoramento de ameaças potenciais geradoras de desastres e emissão de alertas em articulação com organizações afetas ao tema; e) acompanhamento dos desastres, suporte técnico e apoio complementar aos municípios atingidos; f) apoio aos municípios para o desenvolvimento de ações prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.

2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CEDEC

2.1.1 Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC

O Sistema informatizado de Defesa Civil - SISDC, utilizado para o controle das ações de defesa civil, em especial quanto ao registro dos desastres, é continuamente revisado para garantir maior eficiência, o que implica em novas ferramentas e padrões de ações que possam garantir mais rapidez e melhor reposta à população e estruturas de atendimento. As inovações incrementais, apesar de pouco visíveis, por vezes significam num grande ganho à segurança da população. Foram realizadas no ano inovações como:

- distribuição automática de ocorrências para analistas: implementou-se ferramenta para distribuir automaticamente e de maneira equânime entre os analistas disponíveis as ocorrências, além da possibilidade de atribuição de ocorrências, o que permite o maior controle do chefe do CEGERD;
- inserção de prazos: mecanismo para que os prazos possam ser inseridos, facilitando o andamento da ocorrência e um fluxo de andamento dos acompanhamentos;
- retificação dos analistas nas ocorrências: mecanismo para que os analistas, ao identificarem inconsistências, falhas ou lacunas de informação, retornem o formulário para preenchimento via sistema, num fluxo com determinação de prazo a cada nova interação;
- pré-preenchimento de alertas: ferramental para auxiliar que o plantonista necessite inserir a menor quantidade de informações possível, levando menos tempo para que informações de alerta cheguem à população

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

2.1.2 GESTÃO DE DESASTRES

2.1.2.1 Ocorrências registradas

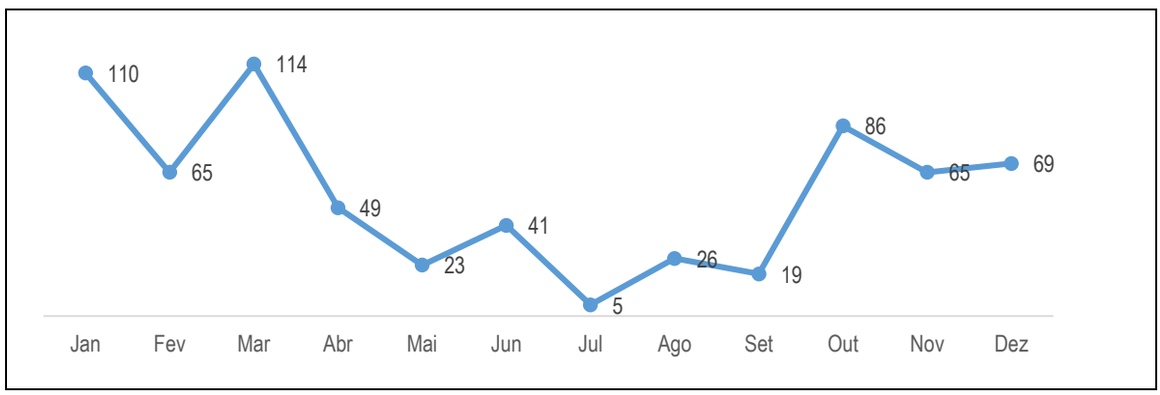
No ano de 2023, foram registradas 620 ocorrências de desastres, que abrangeram 253 municípios paranaenses, afetando mais de 534 mil pessoas, 23 levadas à óbito (FIGURA 1).

FIGURA 1: DADOS GERAIS DE ATENDIMENTO

FONTE: BI/ Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC.
NOTA: Relatório de 9 de dezembro de 2023.

Quanto aos alertas totalizaram 672 ao longo do ano, vide gráfico 1.

GRÁFICO 1: ALERTAS EMITIDOS POR MÊS EM 2023 - PARANÁ

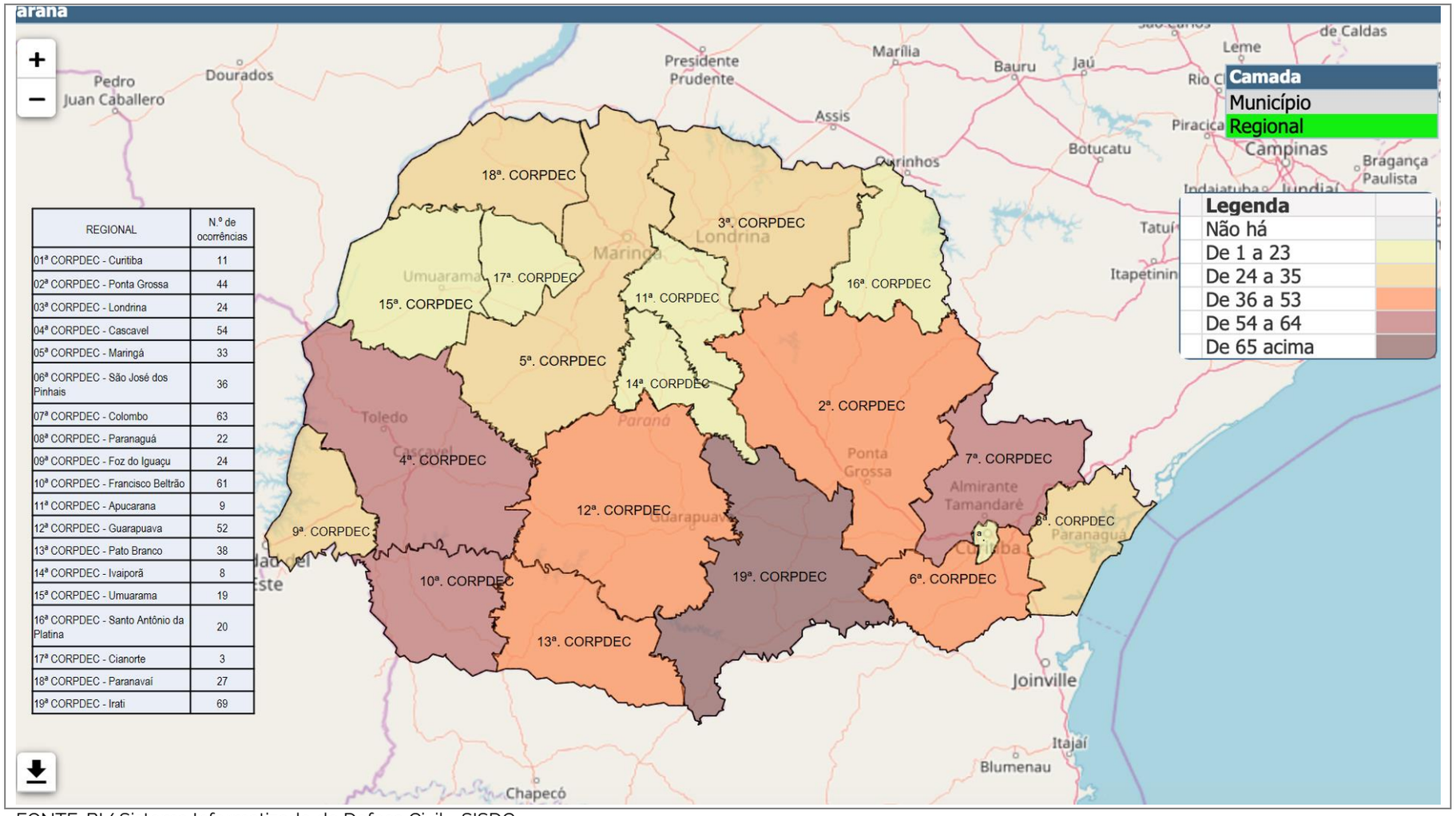


FONTE: BI/ Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC.
NOTA: Relatório de 9 de dezembro de 2023.

Das ocorrências registradas, houve 150 com situação de emergência e 4 com estado de calamidade pública registrados diretamente pelo governo municipal e 15 registradas em Decreto de Estado de Calamidade Pública Estadual. As regiões mais afetadas estavam na metade sul do Paraná, em decorrência das fortes chuvas que atingiram esta região, especialmente nos meses de outubro e novembro.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

FIGURA 2: DISTRIBUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS POR REGIONAL DE DEFESA CIVIL.



REGIONAL	N.º de ocorrências
01ª CORPDEC - Curitiba	11
02ª CORPDEC - Ponta Grossa	44
03ª CORPDEC - Londrina	24
04ª CORPDEC - Cascavel	54
05ª CORPDEC - Maringá	33
06ª CORPDEC - São José dos Pinhais	36
07ª CORPDEC - Colombo	63
08ª CORPDEC - Paranaguá	22
09ª CORPDEC - Foz do Iguaçu	24
10ª CORPDEC - Francisco Beltrão	61
11ª CORPDEC - Apucarana	9
12ª CORPDEC - Guarapuava	52
13ª CORPDEC - Pato Branco	38
14ª CORPDEC - Ivaiporã	8
15ª CORPDEC - Umuarama	19
16ª CORPDEC - Santo Antônio da Platina	20
17ª CORPDEC - Cianorte	3
18ª CORPDEC - Paranavaí	27
19ª CORPDEC - Irati	69

FONTE: BI/ Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC.
NOTA: Relatório de 9 de dezembro de 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Os dez municípios com maior número de ocorrências tiveram de 7 a 14 registros e são, em ordem decrescente: Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa, Almirante Tamandaré, Guarapuava, Guaratuba, Rio Branco do Sul, Prudentópolis, Pinhão, Capitão Leônidas Marques. Outros dados do SISDC pormenorizados podem ser solicitados à CEDEC.

2.1.2.2 Ajuda Humanitária

Tendo registro desses desastres, a CEDEC promove o apoio à mitigação dos seus efeitos. Os materiais de ajuda humanitária são destinados a auxiliar os municípios no atendimento às necessidades da população por ocasião do acontecimento de desastres que extrapolam as capacidades locais de atuação. São itens como cestas básicas, cobertores, colchões, kits dormitório, limpeza ou higiene, que podem auxiliar para a recuperação das famílias. Ressalta-se que além do adquirido durante o exercício pela CEDEC, também o estoque existente é utilizado para atendimento às famílias.

TABELA 1: QUANTIDADE DE AJUDA HUMANITÁRIA, SEGUNDO ITEM ENTREGUE PELA CEDEC NO EXERCÍCIO

ITEM	QUANTIDADE
Cestas Básicas	74.605
Kit Dormitório	7.008
Colchão	8.029
Kit Higiene	4.165
Kit Limpeza	4.185
Telha	147.660
Bobinas de Lona	1.606
TOTAL	Não se aplica

FONTE: BI/ Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC.

2.1.2.3 Fundo Estadual Para Calamidade Pública - FECAP

O Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP foi criado a partir da Lei estadual n. º 21.720, de 31 de outubro de 2023, com o objetivo de subsidiar total ou parcialmente as ações de resposta e recuperação a desastres de municípios que tiveram situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo estado.

Os recursos do FECAP são valores monetários autorizados na Lei Orçamentária Anual do Estado e seus créditos adicionais. Foi repassado o montante de mais de R$ 28 milhões para 71 municípios no ano. Os recursos do Fundo Estadual são transferidos diretamente aos fundos indicados pelos municípios, passando por órgãos de controle externo para acompanhamento. Os gastos devem ser realizados em conformidade com as necessidades informadas pelos municípios para o atendimento ao desastre.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

2.3 GESTÃO DE RISCOS

2.3.1 PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA (PBEDCE)

O Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola foi instituído pela Lei Estadual n.º 18.424, de 08 de janeiro de 2015, regulamentado pelo Decreto n.º 4.587, de 13 de julho de 2016, sendo uma parceria entre a CEDEC, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), por meio do Corpo de Bombeiros, com vistas à promoção de ações para assegurar a integridade física e o bem-estar da comunidade escolar junto às redes estaduais e municipais públicas de ensino e às instituições de ensino na modalidade de educação especial parceiras, bem como construir uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar.

TABELA 2 - AÇÕES DAS BRIGADAS ESCOLARES, SEGUNDO ATIVIDADE REALIZADA PELA CEDEC NO EXERCÍCIO

AÇÕES	REALIZAÇÕES
Brigadistas Escolares formados	74.605
Simulados de abandono emergencial da edificação escolar	7.008
Porcentagem de emissão de Certificados de Conformidade	8.029
Número de edificações escolares que receberam o Certificado de Conformidade	4.165
NRE´s que atingiram 100% de emissão de Certificado de Conformidade	4.185
Edificações escolares que receberam o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros*	147.660
TOTAL	Não se aplica

FONTE: PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA - PBEDCE.
NOTA: * Período considerado: 01/01/2023 – 08/12/2023, com CNPJ da SEED.

O Programa conta com o Sistema de Gestão do Programa Brigadas Escolares (SISBRIGADAS) para seu gerenciamento. Ele é uma ferramenta digital que condiciona dados educacionais das instituições de ensino, geridos pela SEED-PR, e apresenta uma plataforma, com acesso online, de registros e fluxos de tramitação para validação do Atestado de Conformidade e emissão do Certificado de Conformidade, em tempo real, por meio do acesso aos bancos de dados da SEED-PR, e dos fluxos entre os colaboradores - escola, Núcleo Regional de Educação, SEED-PR, CEDEC-PR e FUNDEPAR. Além disso, é importante relatar os seguintes desenvolvimentos:

- expansão a mais municípios e suas instituições de ensino: iniciaram as ações piloto junto a 25 municípios, capacitando aproximadamente 5.100 servidores do ensino municipal e encaminhando-se para os procedimentos de adesão e operacionalização para a implementação do Programa nessas instituições públicas municipais;
- ampliação e modernização do Sistema de Gestão do Programa Brigadas Escolares (SISBRIGADAS): a expansão do programa projetou a possibilidade de que 5.100 instituições de ensino públicas municipais acessem o sistema, por isso está em andamento procedimentos para receber estes novos usuários e fluxos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

2.3.2 Ações de Gestão de Risco efetuadas pelos Comitês

A Coordenadoria Estadual do Paraná coordena comitês voltados à discussão de ações para a gestão de risco: a Comissão Estadual P2R2 (Produtos Perigosos); o PREVINA (Incêndios Florestais) e o Comitê de Barragens. Estes comitês tiveram continuidade em suas ações, mantendo as discussões sobre o tema, participando de debates promovidos pela a ALEP e dando prosseguimento à elaboração de planos de contingência e planejamentos estruturados e integrados de resposta. Os comitês contam com a participação de outras instituições para a discussão e desenvolvimento dos temas

2.3.3 Voluntariado

Uma das ações de importância para o auxílio nos desastres é o voluntariado.

2.3.3.1 Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER)

No voluntariado uma das frentes mais proeminentes é a Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER), contando com voluntários especializados, que desenvolveram as seguintes ações no ano:

- simulado da REER: envolveu os diversos radioamadores voluntários em atividades que visam utilizar as ferramentas de comunicação para auxiliar no momento do desastre;
- entrega de maleta de comunicação em Londrina, Maringá, Toledo e Curitiba – maleta com materiais de comunicação para rápida mobilização no estabelecimento de comunicação em lugares afastados.

2.3.3.2 Rede Estadual de Manejo de Animais em Desastres (REMAD)

Criação da Rede Estadual de Manejo de Animais em Desastres (REMAD), instituída pelo Decreto Estadual n.º 3589, de 6 de outubro de 2023, fruto de uma articulação entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST), a CEDEC e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR).

A rede tem por objetivo desenvolver ações de gestão de risco nas esferas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação para minimizar o impacto dos desastres sobre os animais. Ela é composta, além da SEDEST, CEDEC e CRMV, também pelo Instituto Água e Terra (IAT), pela Secretaria de Segurança Pública (SESP) Batalhão de Polícia Militar Ambiental e Delegacia de Meio Ambiente, pela ADAPAR, e pelo Conselho Regional de Biologia.

2.1.4 OUTRAS AÇÕES DE DESTAQUE

- apoio a outros estados: a expertise dos profissionais da Defesa Civil do Paraná permitiu que o Paraná se faça presente no auxílio às demais unidades federativas, auxiliando com a documentação do desastre e no prosseguimento das demandas, por exemplo com apoio realizado em São Paulo (fevereiro), em Manaus (março) e no Rio Grande do Sul (setembro);

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Plano Nacional de Contingência: o Paraná foi escolhido para recepcionar os participantes da Reunião do Plano Nacional de Defesa Civil - Região Sul, que faz parte da metodologia para a elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Participaram várias instituições dos três estados da região sul, incluindo as esferas de atuação que mais se relacionam ao atendimento aos desastres: Defesa Civil, áreas de assistência, saúde, universidades, sociedade civil;
- Simulado no Porto de Antonina: em 24 de fevereiro foi realizado um simulado, participando cerca de 60 pessoas, com vistas a preparação de atendimento a desastres naturais ou tecnológicos, no Porto de Antonina para treinamento das diversas equipes, desde a primeira intervenção com a brigada do Porto em Ponta do Félix, para o atendimento a possíveis vítimas, acolhimento de pessoas em abrigos, resgates com aeronaves e demais estruturas que poderiam ser necessárias nos atendimentos;
- Integração CODESUL: iniciado debate de parceria na gestão de riscos, por meio da integração de dados que serão compartilhados entre as Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil dos estados participantes, permitindo maior qualidade da informação existente e resultando em alertas mais precisos, por meio de elaboração de protocolos compartilhados, troca de conhecimentos, treinamentos conjuntos, compartilhamento de expertises e ajuda mútua em caso de desastres.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

3. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, a PGE, com 77 anos de existência, é órgão do Poder Executivo, vinculado à Governadoria, com as competências fixadas no artigo 132 da Constituição Federal e artigo 124 da Constituição Estadual, destacando-se dentre outras: a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias; a consultoria jurídica da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e a cobrança judicial da dívida ativa do Estado e suas autarquias.

3.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.1.1 Ações Judiciais de Grande Relevância

3.1.1.1 Defesa das obras de engorda da orla de Matinhos

Defesa com sucesso do Estado do Paraná em processos que podiam impedir as obras de engorda da orla em Matinhos, macro e micro drenagem e restauro da restinga.

3.1.1.2 Defesa das obras de construção da ponte de Guaratuba

Defesa, com sucesso, nos processos que apresentaram demandas que pretendiam impedir a obra de construção da ponte de Guaratuba e assessoramento do procedimento de contratação integrada de empresa para elaboração do projeto básico e executivo e execução das obras de implantação da ponte e seus acessos, entre Matinhos/PR e Guaratuba/PR, na PR-412.

3.1.1.3 Defesa da Lei Geral das Universidades (LGU)

Atuação em defesa da Lei Geral das Universidades (LGU) que dispõe sobre parâmetros para o financiamento e a distribuição de recursos entre as Universidades Estaduais do Paraná, fixa regramento para pagamento de pessoal e estabelece critérios para a gestão universitária.

3.1.1.4 Defesa da constitucionalidade do novo marco civil do saneamento básico

Atuação e vitória nos principais pontos em defesa da constitucionalidade do novo marco civil do saneamento básico objeto da Lei Complementar Estadual 237/2021.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

3.1.1.5 Negociação, acordo e homologação do acordo com Banco ITAÚ UNIBANCO

Negociação, acordo e homologação perante o STF - Supremo Tribunal Federal do acordo entre o Estado do Paraná e Banco Itaú Unibanco sobre o contrato de aquisição de títulos públicos que eram do BANESTADO e que envolvia caução das ações ordinárias do Estado do Paraná na *COPEL* – Companhia Paranaense de Energia.

3.1.1.6 Negociação, acordo e homologação do acordo com CLUB ATHLETICO PARANAENSE

Negociação, acordo e homologação do acordo entre Estado do Paraná, Município de Curitiba, CLUB ATHLETICO PARANAENSE, CAP S/A – ARENA DOS PARANAENSES e FOMENTO PARANÁ sobre os custos para reforma do estádio para Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba.

3.1.1.7 Defesa na transformação da *COPEL* em corporação

Defesa com sucesso do Estado do Paraná nos processos que pretendiam impedir a transformação da *COPEL* – Companhia Paranaense de Energia em corporação.

3.1.1.8 Negociação, acordo e homologação em processos que pretendiam a recomposição do Fundo Estadual de Saúde

Negociação, acordo e homologação nos processos que pretendiam a recomposição do Fundo Estadual de Saúde em razão de despesas que o Judiciário entendeu não se enquadrar nos respectivos requisitos constitucionais e legais.

3.1.1.9 Reverção de anulação de auto de infração de valor superior a R$ 600 milhões

Obtenção de vitória em julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR que reverteu a anulação de auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda cujo valor atualizado superou R$ 635 milhões. A atuação da PGE evidenciou a legalidade da autuação fiscal de modo a reconhecer a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS em operações de prestação de serviços indevidamente denominados de "assinatura mensal". O acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, ainda sem trânsito em julgado, reconhece que a obrigatoriedade do recolhimento de ICMS no caso não viola a coisa julgada.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

3.1.1.10 Redução de mais de R$ 550 milhões em débito previdenciário

Processo judicial ajuizado contra a União, para interromper a prescrição para revisão de parcelamento de débito previdenciário do Estado do Paraná. A União reviu o parcelamento, reduzindo o saldo devedor de aproximadamente R$ 1,1 bilhão para cerca de R$ 572 milhões.

3.1.2 Dívida Ativa do Estado

3.1.2.1 Cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado do Paraná (Execução Fiscal e Protesto)

Foram ajuizadas, até o dia 31 de outubro de 2023, 17.680 certidões de dívida ativa em 2.643 processos de execução fiscal, no valor total de mais de R$ 2,4 bilhões. No mesmo período foram enviadas a protesto extrajudicial 124.221 certidões de dívida ativa, no valor total de aproximadamente R$ 199,3 milhões.

3.1.2.2 Arrecadação da Dívida Ativa Ajuizada e Enviada a Protesto

Até o dia 31 de outubro de 2023 a arrecadação da dívida ativa ajuizada e enviada a protesto somou aproximadamente R$ 469,4 milhões. Esse resultado representa um acréscimo de quase 25% em relação à arrecadação do mesmo período no ano anterior. A arrecadação da dívida ativa ajuizada somou cerca de R$ 430 milhões, sendo aproximadamente R$ 60 milhões em pagamentos à vista e cerca de R$ 369,8 milhões por meio de parcelamentos e a arrecadação da dívida ativa protestada somou aproximadamente R$ 39,3 milhões.

3.1.2.3 Atuação contra grandes devedores

No ano de 2023 foram promovidas diversas medidas judiciais de combate à sonegação e à fraude fiscal, em oposição a manobras ilícitas de blindagem e ocultação patrimonial. Nesse contexto, entre outras, destacam-se 36 medidas judiciais especiais para a recuperação de créditos tributário sendo 14 Incidentes de Desconsideração de Personalidade Jurídica – IDPJ, 15 pedidos de reconhecimento de sucessão ou incorporação empresarial, dois pedidos de declaração de formação de grupo econômico de fato, uma ação cautelar fiscal, um pedido de bloqueio de créditos em poder de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e 3 pedidos de fraude à execução contra grandes devedores.

3.1.3 Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs

Entre 01 de janeiro de 2023 e 17 de novembro de 2023 foram analisados 1.654 autos de precatório perfazendo aproximadamente R$ 334 milhões e no mesmo período foram analisadas 9.282 requisições de pequeno valor que somaram cerca de R$ 66,8 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

3.1.4 Câmaras de Conciliação de Precatórios

O valor quitado em precatórios, com igual valor de arrecadado pela 6ª e pela 8ª Câmaras de Conciliação de Precatórios, em acordos diretos, de 01 de janeiro de 2023 a 17 de novembro de 2023, soma um total arrecado de aproximadamente R$ 369,8 milhões em acordos diretos.

3.1.5 Pagamento de honorários da advocacia dativa (Lei Estadual 18664/2015)

Em 2023, incluindo os valores previstos para o mês de dezembro, foram 158.000 requerimentos administrativos que representaram cerca de R$ 128 milhões e apenas 310 pagamentos por Requisições de Pequeno Valor (RPVs) que somaram aproximadamente R$ 1,3 milhão.

3.1.6 Pagamento de honorários periciais

A PGE atuou para assegurar a conformidade dos valores arbitrados a título de honorários periciais com os parâmetros definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Até 17 de novembro de 2023, a quantidade de processos superou a de 2022, foram recebidos 9.432 novos processos com perícia em Assistência Judiciária Gratuita (R$ 5,5 milhões em RPVs), tendo aumentado em comparação com 2021 (R$ 2,3 milhões em RPVs) e 2022 (R$ 4,8 milhões em RPVs).

3.1.7 Consolidação da aplicação do Decreto Estadual n.º 10.086/22

O Decreto Estadual n.º 10.086/22 tem grande importância já que regulamenta, no âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação.

3.1.7.1 Treinamentos

- 12 Webinarário acerca da Lei n.º 14.133, de 2021.
- Cinco oficinas para elaboração do Estudo Técnico Preliminar.
- Simpósio Paranaense “Lei de Licitações e Contratos Administrativos nos Municípios”.

3.1.7.2 Aperfeiçoamento Legislativo

- Confeccionada uma versão da Lei 14.133/2021 com anotações referentes a decisões do TCU – Tribunal de Contas da União e Legislação Estadual.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Criação de Comissão para aprimoramento da legislação estadual funcional e previdenciária.

3.1.7.3 Padronização

- 21 minutas padronizadas de licitações, contratos e demais instrumentos congêneres.
- Três minutas para EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, sem repasse de recursos financeiros ou descentralização de cota financeira do Tesouro entre unidade descentralizadora e descentralizada.
- Elaboração de 11 Pareceres Referenciais.
- Elaboração de Orientação Administrativa que trata do pagamento a maior ao servidor público estadual. Circunstâncias em que é possível – ou não – exigir o ressarcimento ao Erário.

3.1.8 Consultoria Jurídica referente a Obras e Serviços de Engenharia

Entre janeiro e novembro de 2023, entre os protocolados analisados pela Procuradoria Consultiva de Obras, referente a Obras e Serviços de Engenharia, destacaram-se as seguintes ações:

- Termos aditivos ao Contrato sub-rogado ao Estado, relacionado a ponte Brasil/Paraguai e seus acessos, que totalizaram R$ 32,8 milhões;
- Na área de educação foram 207 escolas estaduais atendidas, entre reparos e novas construções, totalizando o valor de R$ 482,4 milhões;
- Na área da saúde foi aprovado edital de manutenção predial no montante de R$ 62,2 milhões, bem como dentre outros, foi aprovado um Termo de Convênio de grande relevância econômica que tem por objeto a Conclusão da edificação da Unidade Hospitalar Regional no município de Cianorte no montante de R$ 68,5 milhões.

3.1.9 Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres

Entre janeiro e novembro de 2023 foram elaboradas 1.186 informações e 392 despachos perfazendo o montante aproximado de R$ 22 bilhões. Dentre as análises realizadas destacaram-se:

- Edital de Credenciamento para contratação de serviços assistenciais à saúde de natureza ambulatorial e hospitalar para atendimento dos pacientes do SUS, abrangendo todo o Estado do Paraná no valor total máximo estimado de R$ 17,2 bilhões.
- Edital de Licitação para prestação de serviços contínuos de nutrição, cocção e fornecimento de refeições para os CENSES e Casas de Semiliberdade, no valor estimado de R$ 51,1 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Dispensa de Licitação para contratação da *COPEL* para fornecimento de energia elétrica para os colégios estaduais e unidades da SEED, no valor total máximo estimado de R$ 65,9 milhões.
- Edital de Licitação para aquisição de viaturas de combate a incêndio, estimado R$ 39 milhões.
- Dispensa de Licitação de contratação da CELEPAR para a prestação de serviços de TIC em favor da SESA, no valor total estimado de R$ 197,4 milhões.
- Edital de Licitação para a contratação de serviços contínuos de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda dos Presídios, Cadeias e Carceragens, no valor total máximo estimado de R$ 556,6 milhões.
- Dois convênios cujo objeto é a conjugação de esforços para aquisição de medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, a serem destinados a pacientes insulinodependentes, um referente aos recursos repassados pela União de aproximadamente R$ 228,5 milhões e outro referente aos recursos estaduais de mais de R$ 172,1 milhões.
- Dois Editais de Licitação para aquisição de carnes congeladas da merenda escolar, cujos valores totais máximos estimados somados perfazem R$ 449,2 milhões.
- Termo Aditivo de prorrogação do convênio firmado referente à gestão do Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT, no valor total estimado de R$ 108 milhões.
- Contratação direta para a contratualização da realização de testes nos recém-nascidos, dentre os quais o Teste do Pezinho, pelo período de 60 meses, no valor total de R$ 77,8 milhões.
- Dois Editais de Licitação para aquisição de medicamentos, cujos valores totais máximos estimados somados perfazem R$ 121,9 milhões.

3.1.10 Consultoria Jurídica em Recursos Humanos

- Lavratura de parecer que versa sobre os efeitos extrapenais de perda do cargo, emprego ou função pública aplicáveis ao servidor definitivamente condenado pelo crime de tortura.
- Análise da minuta de edital para abertura do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de vagas para o cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM.
- Análise dos anteprojetos de lei de reestruturação das carreiras: a) Técnica Universitária; b) da Procuradoria-Geral do Estado; c) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR; d) do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS; e) do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC; f) do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO.
- Análise do anteprojeto de lei que estabelece o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

3.1.11 Aprimorar a comunicação com o Estado e a Sociedade

3.1.11.1 Instrumentos padronizados criados pela PGE e os procedimentos das unidades consultivas.

Foram publicados cinco Guias práticos de licitações e contratos. Os materiais foram criados com o objetivo de auxiliar os órgãos da administração pública nos processos de contratação de bens, serviços e obras, com formato de passo-a-passo para produzir os documentos e como instruir os protocolados:: a) E-BOX – Estudo Técnico Preliminar: Solução: Aquisições de Bens e Serviços em Geral; b) E-BOX – Estudo Técnico Preliminar: Solução: Obras e Serviços de Engenharia; c) E-BOX – Estudo Técnico Preliminar: Solução: Tecnologia da Informação e Comunicação; d) E-BOX – Termo de Referência: Solução: Aquisições de Bens e Serviços em Geral; e e) E-BOX – Gerenciamento de Riscos.

3.1.11.2 Reconhecimento de Iniciativa do Paraná em prêmio do Conselho Nacional de Justiça.

A iniciativa conjunta da PGE, da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que garante um atendimento mais rápido aos pacientes que precisam de medicamentos fornecidos pela União, ficou em segundo lugar na categoria “Sistema de Justiça” do Prêmio Justiça e Saúde, outorgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele reconhece a eficácia e a relevância de ações voltadas para aprimorar as soluções de conflitos no âmbito da saúde pública e suplementar. Desde sua implementação o projeto garantiu ao Governo do Paraná um ressarcimento de aproximadamente R$ 47 milhões, devido à aquisição de medicamentos que, embora de competência federal, foram prontamente providenciados pelo Estado para atender às necessidades imediatas dos pacientes.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

4. CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE)

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 2.741, de 19 de setembro de 2019, alterado pelo Decreto n.º 6.929, de 22 de fevereiro de 2021, é composta pelos Sistemas de Controle Interno e Auditoria, de Transparência e Controle Social, de Corregedoria, de Ouvidoria e de Integridade e Compliance. Como órgão central do Sistema Estadual de Controle Interno do Poder Executivo, compete à Controladoria auxiliar o Governador do Estado na coordenação da ação governamental, atuando no desempenho das funções de planejamento, coordenação, controle, avaliação, promoção, formulação e implementação de mecanismos no combate à corrupção, bem como de regulamentação e normatização dos sistemas de controle do Poder Executivo Estadual. Essa coordenação, por sua vez, se dá de forma descentralizada em cada órgão/entidade da Administração Pública, por meio dos agentes, integrantes dos Núcleos de Integridade e Compliance setoriais, que atuam na avaliação in loco.

4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

4.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção

• Continuidade das atividades previstas em convênios: a) estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro (ENCCLA); b) conselho nacional de controle interno (CONACI); c) fundo estadual de combate à corrupção (FUNCOR); d) programa de fortalecimento de corregedorias (PROCOR); e) sistema de correição do poder executivo federal (SISCOR); e f) conselho administrativo de defesa econômica (CADE).

• Participação das Câmaras Técnicas IA-CM - A câmara técnica do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM) conta com representantes de várias controladorias estaduais e da Controladoria-Geral da União, onde são debatidos temas e uniformizados entendimentos sobre o IA-CM e as normas internacionais de auditoria.

• Avanço para o nível dois de maturidade da Matriz IA-CM - O IA-CM é uma sigla em inglês cuja tradução significa modelo de capacidade de auditoria interna. Ele é um conjunto de práticas internacionalmente reconhecidas, que identificam os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva, de modo a atender às necessidades da administração da organização e às expectativas profissionais da função. Os processos concluídos no nível dois foram de aproximadamente 22,3%. Esses avanços se relacionam à elaboração de manuais, realização de autoavaliação dos avanços da auditoria e participação em 11 cursos de capacitação com o Instituto dos Auditores Internos (IIA), totalizando 212 horas de capacitação por servidor.

• Resolução CGE n.º 57, de 14 de junho de 2023 – Instituiu o grupo específico de auditoria tendo por objetivo promover a auditoria nos procedimentos adotados para a retomada das obras do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Realizado a fase de planejamento e análise preliminar do objeto.

• Averiguação de denúncias sigilosas feitas através do canal de denúncias da CGE, referente a temas como possíveis irregularidades em processos licitatórios e possíveis condutas inadequadas de agentes públicos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

• Realização de inspeção, avaliação e recolhimento amostral em licitação de R$ 75 milhões referente aos uniformes dos Colégios Cívico-Militares, realizando oito recomendações quanto a melhoria dos processos, controles e gestão.

• Realização de auditoria em contratos de Tecnologia da Informação no âmbito da CGE, objetivando o subsídio da alta gestão na tomada de decisão, bem como a avaliação da atuação de gestores e fiscais dos contratos, resultando na emissão de relatório analítico com nove recomendações de melhoria emissão de relatório de gestão e seis com recomendações de melhoria.

• Elaboração e revisão metodológica de documentos e fluxos de trabalho, objetivando melhoria nas práticas de apuração de denúncias e combate a irregularidades.

• Prevenção ao assédio sexual e moral – Instituiu a Resolução CGE n.º 50, de 18 de abril de 2023, que especifica o procedimento para recebimento e tratamento de denúncias sobre assédio sexual praticado por agentes públicos contra servidoras, no âmbito da administração pública direta do poder executivo estadual.

• Controla Paraná - acordos de cooperação com municípios do Estado, visando dar mais segurança aos responsáveis pelo controle interno dos municípios, por meio da troca de experiência e capacitação em um fórum permanente de discussão. 52 novas adesões (das 121 aprovadas) e 105 municípios ao todo fazem parte do programa.

• Acompanhamento de 56 termos de ajustamento de conduta celebrados após a vigência da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

• Realização de inspeções ordinárias em órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

• Foram instaurados e são monitorados ao todo 1.979 processos administrativos correcionais.

• Instauração de procedimentos investigativos preliminares (PIP), verificações preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

• Condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares a pedido de outros órgãos e entidades da administração direta e indireta do poder executivo estadual. Encontram-se em procedimentos nove processos administrativos de responsabilização da lei anticorrupção.

• Realização de mais de 25 análises e cruzamento de dados para verificação de possíveis irregularidades, com destaque para: a) irregularidades em contratações; b) terceirização em serviços de órgãos públicos; c) contratos de prestação de serviços aero médicos; d) análises de vínculos entre fornecedores, e entre fornecedores e servidores públicos; e) contratação de empresas de publicidade; e f) correlação entre registros de viagens de servidores e registros de frequências do Sistema de Registro de Ponto Eletrônico (SPE).

• Através da definição de nove trilhas de auditoria, foram avaliadas mais de 619.000 viagens, compreendidas entre 2019, 2020, 2021, 2022 e agosto de 2023, com um montante total de recursos envolvidos na ordem de R$ 261 milhões de reais, resultando em mais de 238.000 indícios de desconformidade e futuro encaminhamento às áreas de controle interno e auditoria.

• *Due Diligence* na contratação de pessoal para ocupação de cargo de provimento em comissão e função de gestão pública, estabelecido pelo Decreto n.º 8.038, de 30 de junho de 2021. Para operacionalizar esta verificação foram identificadas 25 listas restritivas, definidos os graus de risco e automatizada a consulta, possibilitando a verificação de forma ágil. Desde a publicação do Decreto, em 30 de junho de 2021, até 22 de novembro de 2023 foram realizadas mais de 4.240 verificações, sendo 1.780 entre janeiro e novembro de 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

• Automatização e homologação de 100 Trilhas da Auditoria da Folha de Pagamento, onde todos os scripts de programação foram gerados e os dados resultantes homologados.

• Contribuição para o desenvolvimento de uma *Application Programming Interface* (API) que analisa o endereço de fornecedores cadastrados no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), utiliza inteligência artificial, reconhece, distingue fachadas e emite alertas de risco.

• Programa de Integridade e Compliance - implementação do programa de integridade e compliance nas novas secretarias de governo. Realização de retestes nas Secretarias de Comunicação, Administração e Previdência e Desenvolvimento Sustentável e no Serviço Social Autônomo Paraná Previdência. Totalizando a entrega de 10 planos de integridade nos órgãos e/ou instituições.

• Prevenção ao assédio sexual e moral - continuidade da campanha com distribuição de cartazes e cartilhas nos órgãos e entidades estaduais, ampliando a divulgação dos canais de denúncia. Capacitações internas e externas aos agentes de Compliance. Foram ministradas 34 palestras de combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho em órgãos e/ou instituições. Alcançando mais de 3.000 servidores.

• Controle Interno - foram enviados dois formulários para os 79 órgãos do estado, incluindo a Administração Direta e Indireta. Esses formulários continham 22.120 quesitos que geraram 6.114 achados e 1.831 recomendações. Ainda foram realizadas 317 informações técnicas, 1.466 despachos, 110 memorandos e 2.536 protocolos analisados em outras atividades correlacionadas.

• Acompanhamento dos acórdãos exarados pelo TCE na prestação de contas do chefe do Poder Executivo e nas ressalvas, recomendações e determinações aos órgãos e entidades do Poder executivo exarados pelo TCE.

• Monitoramento dos acórdãos emitidos pelo TCE referente a prestação de contas do chefe do Poder Executivo, assim como as ressalvas, recomendações e determinações dirigidas aos órgãos e entidades do Poder Executivo.

• Realizado em torno de 20 horas de atividades de capacitação para os agentes de controle interno.

• Congresso de Governança Pública da CGE-PR – 4º Simpósio Paranaense de Combate à Corrupção: 10 anos da LAC: Reflexões & Desafios e 2ª Semana de Ouvidoria. Totalizando 957 Inscritos.

• Atualização e Capacitação - Promoção de cursos, nas modalidades presencial e a distância, seminários e palestras voltados ao aperfeiçoamento quanto ao uso de novas legislações e disseminação de conhecimentos necessários para efetivo controle e combate à corrupção. Foram promovidos mais de 100 horas de cursos de oferta permanente, capacitando mais de 3.000 servidores em todo o estado.

•

4.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão

• O Portal da Transparência do Estado atingiu a marca de 9 milhões de páginas visitadas, por 1,3 milhão de usuários, que representa o crescimento de cerca de 20% de cidadãos no acesso à plataforma, e aumento de 27% no número de páginas visualizadas em relação ao ano de 2022. Foram solicitados 124 pontos de melhorias da plataforma, o que corrobora o crescimento do interesse da sociedade.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

• Foram monitoradas mensalmente mais de 3.000 consultas individualizadas disponibilizada nos portais institucionais dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, além de outras 120 consultas gerais, que englobam todas as estruturas estaduais, visando a garantia da transparência e promoção ao controle social.

• Foram atendidos mais de 1.800 pedidos individualizados registrados via sistema integrado de gestão de ouvidorias (SIGO), para atendimento de solicitações respaldadas pela Lei de Acesso à Informação, solicitados por cidadãos e Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

• Publicação da cartilha da lei de acesso à informação, bem como do manual dos agentes, para cumprimento da lei de acesso à informação.

• Selo Diamante - atingiu o mais alto conceito na avaliação da transparência do poder executivo, no Levantamento Nacional de Transparência Pública, do Programa Nacional de Transparência Pública, de iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e dos Tribunais de Contas.

• Ao longo do ano foram realizadas diversas ações do programa CGE Itinerante, incluindo pesquisas de satisfação e ações do fomento à transparência, participação e controle social nas áreas de educação, saúde, segurança pública e trânsito, em 24 municípios do Estado, totalizando mais de 4.000 entrevistas, em mais de 220 locais de prestação de serviço público.

• Foram realizadas 60 capacitações exclusivas aos agentes de transparências designados, com foco no atendimento da legislação de transparência aplicável.

• Ouvidoria da mulher servidora – foi criado um canal de atendimento especializado no atendimento de denúncias formalizadas por agentes públicos.

• Registro de 171.000 manifestações no Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO), um aumento de 11%, quando comparado com o mesmo período de 2022.

• Aperfeiçoamento na análise e categorização das denúncias e reclamações recebidas no estado do Paraná.

• Premiações no VI Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias, realizado pela Controladoria Geral da União (CGU). Foram conquistadas premiações em duas categorias diferentes, a de as medidas de proteção ao denunciante, que conquistou o primeiro lugar, e o programa CGE Itinerante, que foi classificado em segundo lugar.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

5. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPL)

A Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL) é o órgão de assessoramento e apoio direto ao governador do Estado para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Compõem sua atuação, dentre outras atividades, a elaboração, coordenação e apoio ao desenvolvimento de projetos estruturantes, estratégicos e prioritários do Governo Estadual; a formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de caráter multissetorial; implementação de medidas de desestatização e fomento de parcerias com o setor privado; a coordenação da política de desenvolvimento integrado do território paranaense visando à sustentabilidade local e regional; a formulação de políticas públicas de indução e de estímulo ao desenvolvimento produtivo integrado voltado à sustentabilidade econômica local e regional, bem como a execução e o acompanhamento da implementação pelos órgãos e entidades competentes; a coordenação da elaboração, monitoramento, revisão e atualização do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e a análise de resultados; a coordenação da elaboração da Mensagem Anual do Governador à Assembleia Legislativa do Paraná; o planejamento e modernização da estrutura organizacional de órgãos e entidades estaduais, com a respectiva criação, remanejamento, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública; desenvolvimento de metodologias e ferramentas para melhorar a gestão de processos na Secretaria de Estado do Planejamento e em órgãos estaduais; orientação e estabelecimento de diretrizes para o Plano de Contratações Anual dos órgãos estaduais, consolidando informações para criar o PCA do Estado; e a coordenação técnica e funcional do Sistema Estadual de Planejamento.

Vincula-se à Secretaria de Estado do Planejamento: o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), entidade autárquica da Administração Indireta; e o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, que se vincula à Pasta por contrato de gestão, elaborando e executando projetos específicos estabelecidos por meio de Plano de Trabalho.

5.1 PLANEJAMENTO MACRO GOVERNAMENTAL

5.1.1 Ações de Monitoramento e Avaliação

Cabe à SEPL, por meio da Coordenação de Monitoramento e Avaliação, a orientação normativa e metodológica aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual no desenvolvimento dos respectivos programas de Governo, com o intuito de assegurar linguagem uniforme, universalização de conceitos e execução integrada e tempestiva das atividades. Responsabiliza-se também pela definição de metodologias e pela coordenação da elaboração, consolidação, acompanhamento e monitoramento do Plano Plurianual – PPA. Realiza também o

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

acompanhamento e monitoramento sistemático do desempenho das Secretarias de Estado na consecução dos objetivos expressos em seus programas do PPA.

Plano Plurianual (PPA) 2024- 2027 – O ano de 2023, sendo o primeiro ano da gestão eleita, tem como grande entrega a elaboração do Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento público de médio prazo (quatro anos), previsto na Constituição Federal e dos Estados, sendo a base do sistema que deve indicar o que será feito nos três últimos anos do mandato do Governo e no primeiro ano de mandato da gestão subsequente.

O PPA 2024-2027 trouxe como inovação a integração com o Plano de Governo 2023-2026, possibilitando a identificação de entregas relacionadas ao que foi proposto pelo Governador eleito, além daquelas que se relacionam às políticas públicas específicas de igualdade de gênero, igualdade racial, dos direitos da criança e adolescente, de desenvolvimento produtivo regional e que se impactem nos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Ranking de Competitividade dos Estados e Indicadores IPARDES.

O PPA 2024-2027 foi elaborado seguindo esta nova metodologia, estabelecida pela Resolução SEPL n.º 11/2022, de acordo com as seguintes etapas: 1. Estabelecimento de diretrizes; 2. Consulta pública para coletar demandas sociais; 3. Diagnóstico temático setorial; 4. Definição de programas e indicadores; 5. Previsão de receitas e projeção orçamentária; 6. Ações orçamentárias e entregas; 7. Audiência pública; 8. Entrega do anteprojeto de lei.

Ao longo destas etapas, foram realizadas mais de 130 reuniões com técnicos e gestores das Secretarias de Estado e da Administração Indireta do Poder Executivo, além de representantes a Assembleia Legislativa (ALEP), Tribunal de Contas (TCE-PR), Tribunal de Justiça (TJ-PR), Ministério Público (MPPR) e Defensoria Pública (DPE-PR), que resultaram na estruturação de 35 programas, 202 indicadores de resultado, 285 ações orçamentárias e 1.192 entregas.

Destaca-se também a relevância da participação popular. Ao longo processo de elaboração, a população foi ouvida em três momentos, por diferentes canais. No início, por meio de Consulta Pública Online, que ocorreu entre 29 de março e 16 de abril, contando com 2.853 contribuições; nos eventos presenciais do "Rede399 – Pacto pelo Futuro", promovidos pela SEPL em ao menos oito municípios; e ao final do processo, no evento de Audiência Pública, realizado no dia 15 de setembro no município de Foz do Iguaçu.

Plano Plurianual 2020- 2023 – A SEPL coordenou também o processo de acompanhamento do PPA 2020-2023 dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública, referente ao exercício 2022, com consequente elaboração e entrega de relatório para compor a prestação de contas junto ao TCE no primeiro trimestre de 2023. Em paralelo à elaboração do novo PPA, foi coordenado também o acompanhamento quadrimestral das Metas do Plano Plurianual para o ano de 2023, apresentando aos órgãos do Executivo e dos outros Poderes, relatórios resumidos do desempenho de implantação de suas Metas no PPA, relativos aos períodos janeiro a abril (1Q 2023) e janeiro a agosto (2Q 2023), oportunizando aos gestores públicos avaliar e realizar ajustes ou correções de execução, quando necessários.

Mensagem à Assembleia Legislativa – Coube à pasta também, a coordenação do processo de elaboração da Mensagem à Assembleia Legislativa - 2023, compreendendo os relatórios de atividades das pastas do poder executivo, contendo as principais realizações do governo, com o objetivo de cumprir com o previsto no inciso X do artigo 87 da Constituição do Estado do Paraná.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Plano de Governo 2023-2026 – Conclusão, em dezembro, do acompanhamento da realização das propostas contidas no Plano de Governo referentes ao período de janeiro a novembro de 2023.

5.1.2 Ações de Planejamento Setorial

O objetivo da Coordenação dos Núcleos de Planejamento Setorial (CNP) é promover o gerenciamento da ação de planejamento setorial de forma alinhada à estratégia governamental, em conformidade com as diretrizes técnicas estabelecidas pela SEPL. Dentre as ações realizadas em 2023, destacam-se:

Por meio da integração permanente com a unidade central de coordenação do Sistema Estadual de Planejamento, os Chefes de Núcleo de Planejamento Setorial (NPS) desempenharam um papel ativo na elaboração, monitoramento, revisão e atualização do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e PCA-e. Este processo foi realizado com a orientação das coordenações responsáveis.

A SEPL estabeleceu ações para elaboração dos planejamentos estratégicos das demais secretarias e suas vinculadas como subsidio a importante estruturação do plano de longo prazo – Paraná 2040.

A inclusão do curso "Introdução às Ferramentas de Inteligência Artificial", desenvolvido pela coordenação, representa um avanço significativo na incorporação de inovações tecnológicas nos processos de planejamento.

A capacitação dos Chefes de Núcleo de Planejamento Setorial (NPS) consistiu em uma trilha de formação abrangente que inclui cursos como Modelagem de Indicadores, Planejamento Governamental e Planejamento Estratégico. Tal iniciativa fortaleceu as competências técnicas dos Chefes de Núcleo de Planejamento. O aperfeiçoamento dos processos de planejamento por meio de ações e ferramentas inclui:

- Repositório de informações do PPA 2024-2027 em plataforma online – Foi elaborada uma rede de conhecimento integrado, publicado em site, que apresenta os cinco eixos programáticos. A partir desses eixos, é possível navegar pelos 35 programas do PPA, subdivididos em centenas de objetivos, indicadores de resultado, ações orçamentárias e suas entregas, oferecendo uma interface de navegação simples e transparente ao cidadão.
- Compilação dos Dados dos Indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados em um *Dashboard* Interativo – A criação deste *dashboard* para compilar e analisar dados de indicadores representa um avanço nos processos de planejamento e tomada de decisão, oferecendo uma visão clara das tendências do Estado, sustentando a tomada de decisão estratégica em relação às políticas públicas.
- Compilação dos Dados de Investimento do Plano de Aplicação de Recursos da *COPEL* e estruturação de *Dashboard* – Os NPS, junto à coordenação, promoveram a coleta de dados de fundamentais para a elaboração de *dashboard* contendo informações sobre o andamento dos projetos e alocação dos recursos oriundos da alienação da participação societária na *COPEL*. O objetivo é oferecer ferramenta acessível e transparente para que qualquer cidadão possa acessar e monitorar a aplicação de tais recursos, diretamente pelo site da SEPL. Em parceria com as secretarias executoras dos projetos, procura-se promover uma cultura de responsabilidade e clareza na apresentação da destinação de recursos públicos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Gamificação para Produtividade e Colaboração na Secretaria – Implementação de técnicas de gamificação, utilizando recompensas, metas desafiadoras e feedbacks constantes para elevar a produtividade e a colaboração interna. Esta abordagem moderniza os processos da secretaria, tornando as tarefas mais atraentes e motivadoras, e consequentemente, aumentando a eficiência e a eficácia do trabalho realizado.

5.1.3 Ações de Planejamento de Contratações

Outra atribuição da pasta é a orientação e o estabelecimento das diretrizes para a elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, consolidando as informações recebidas com o objetivo de elaborar o Plano de Contratações Anual do Estado - PCA-E, em cumprimento às disposições contidas no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022.

Foi elaborado o primeiro Plano de Contratações Anual do Estado do Paraná – PCA-E, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022. O PCA-E consolida as demandas de compras, obras, serviços em geral e de engenharia e soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo paranaense, visando a uma maior previsibilidade das contratações estaduais, à transparência e à racionalidade no uso dos recursos públicos.

O PCA-E de 2024 contém mais de 70.000 itens planejados e distribuídos entre os órgãos e entidades estaduais. Esse conteúdo encontra-se disponível no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado do Paraná e na página oficial da Secretaria de Estado do Planejamento. Além disso, os dados foram disponibilizados em formato de *Business Intelligence* (BI), proporcionando uma interpretação e visualização mais acessíveis e eficazes.

5.1.4 Ações de Desenvolvimento Organizacional

A SEPL, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Organizacional, atua no desenvolvimento e coordenação de políticas de modernização e estruturação da administração pública estadual. Suas funções incluem análises técnicas para a criação, modificação ou extinção de unidades administrativas e cargos, além da avaliação de regulamentos e regimentos internos das entidades estaduais.

Para fortalecer a inovação na estrutura do Poder Executivo, foi iniciada a implementação da nova organização administrativa, conforme a Lei n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023. Um "Guia para Elaboração do Regulamento" foi fornecido a 37 órgãos e entidades estaduais, auxiliando 60% deles na tramitação dos processos para formalizar suas estruturas organizacionais básicas.

Ações colaborativas com órgãos e entidades resultaram na publicação de novos regulamentos e na análise de propostas para diversos órgãos estaduais. Publicações incluem regulamentos da Casa Civil e do IPARDES, enquanto propostas para SECOM, SEPL, SEI, SESP, SETI, SEES, SETR, SETU, e Paraná Esporte foram enviadas à Casa Civil. Pareceres favoráveis foram emitidos para regulamentos da CGE, SECID, SEJU, SEDEF, AMEP e FUNDEPAR. Análises preliminares foram feitas para minutas de SEIL, SEIC, SEMIPI, SEEC, CCTG, DER, DETRAN/PR e IPEM/PR.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Foram realizadas ações de reestruturação e modernização institucional em várias áreas do Poder Executivo Estadual, incluindo:

- Desenvolvimento regional: Análise do protocolo de intenções do COSUD.
- Qualificação de Organizações Sociais: Análise e prosseguimento nas áreas da Cultura e Saúde.
- Serviços sociais autônomos: Invest Paraná, Viaje Paraná, e Palco Paraná.
- Educação: Criação e regulamentação de Núcleos Regionais.
- Defesa civil: Regimento da CEDEC e criação da REMAD.
- Justiça e cidadania: Alterações na Lei n.º 21.352/2023 e criação de funções privativas socioeducativas.
- Fazendária: Regimento Interno da Receita Estadual.
- Defesa agropecuária: Anteprojeto de lei para ADAPAR.
- Segurança pública: Diversas ações no Corpo de Bombeiros Militar, Departamento de Polícia Penal, Polícia Militar, Polícia Científica e SESP.

Essas ações visaram o desenvolvimento das estruturas organizacionais estaduais.

5.1.5 Ações de Gestão de Processos

Por meio da Coordenação de Gestão por Processos é realizado o desenvolvimento de metodologia e a proposição de ferramentas para a gestão de processos organizacionais a ser aplicada na Secretaria de Estado do Planejamento e nos demais órgãos e entidades estaduais, com o objetivo de atualizar, padronizar e melhorar a atividade de mapeamento de processos, com vistas à elaboração e integração de informações estratégicas que subsidiarão a automatização dos processos, a qual será revisada e gerenciada pela Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital.

- Promoção de seis encontros envolvendo as Secretarias de Estado, de forma fracionada, para a realização de diagnóstico inicial, relacionado à confecção dos Regulamentos Internos, com vistas a definir os respectivos organogramas Institucionais e iniciar as tratativas de implementação da metodologia de mapeamento de processos para posterior elaboração de manuais de procedimentos, tanto para processos internos, quanto para processos intersetoriais.
- Modelagem e mapeamento de processos internos da Secretaria de Estado do Planejamento.
- Diagnóstico, junto à Escola de Gestão, com o objetivo de identificar servidores que concluíram o Curso de Gestão de Processos ofertado pela Instituição, para verificar a possibilidade colaboração destes profissionais na elaboração e aplicação do novo modelo de Modernização Institucional.
- Abertura de intenção de análise e estudo para a celebração de Termo de Cooperação Técnico com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, objetivando a formalização de uma Turma de residência técnica – RESTEC otimizada, com vistas à formação de especialistas na área de gestão por processos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

5.1.6 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROJETOS ESTRUTURANTES E PARCERIAS

5.1.6.1 Ações de Integração Econômica

A Coordenação de Apoio ao Planejamento Municipal é responsável pela coordenação técnica da política de desenvolvimento integrado do território paranaense, visando à sustentabilidade local e regional, bem como pelo planejamento e o fortalecimento dos canais de relacionamento territorial do Estado e a promoção da cultura do planejamento estratégico.

5.1.6.2 Paraná Produtivo

Em 2023, foi iniciada a segunda fase do Programa, destacando-se as seguintes entregas no período:

- Inclusão de Regiões: Sete novas regiões foram incluídas, totalizando 15 regiões, cada uma com um Conselho Gestor Regional. Foram realizadas reuniões e oficinas técnicas em regiões específicas para integrá-las ao Programa.
- Banco de Informações Regionais: Implementado em parceria com o IPARDES, utilizando a Base de Dados do Estado, este relatório de *Business Intelligence* (BI) oferece dados atualizados e relevantes para o planejamento regional.
- Projeto Paraná Eficiente: Contemplando o Paraná Produtivo, este projeto de cinco anos visa melhorar a prestação de serviços públicos, além de apoiar a recuperação econômica pós-pandemia com financiamento do BIRD. O Programa apresentou os relatórios diagnósticos regionais, os quais compreendem a primeira meta firmada no Acordo com o BIRD.
- Integração com o Novo Plano Plurianual: Mais de 700 demandas foram identificadas e priorizadas, incluindo as demandas das novas regiões. O novo PPA considerou essas demandas para a estruturação das entregas dos programas. Ao todo, foram 60 entregas marcadas como "Paraná Produtivo", o que permite maior nível de transparência e controle do acompanhamento do cumprimento das metas.

5.1.6.3 Programa Conecta399

O Programa foi implementado em 2023, objetivando subsidiar o planejamento e o desenvolvimento territorial sustentável do Paraná. Destacando-se as seguintes entregas no período:

- Formação da Rede de Interlocutores: Formação de uma rede com servidores municipais, para atuação junto ao Conecta399. Até novembro a rede possuía 721 interlocutores.
- Participação Ativa na Rede de Parcerias: Inovações normativas e procedimentais alcançadas através de fóruns regionais e reuniões de gestão.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- 18º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias: Evento realizado em abril para integrar todos os atores envolvidos nas transferências da União, com mais de 600 participantes.
- Curso de Formação Inicial: Capacitação online para servidores municipais, preparando-os para atuarem como interlocutores do Programa. Inicialmente foram capacitados 686 servidores.
- Novo PAC Seleções: Primeira etapa focada em políticas públicas essenciais, com R$ 65,2 bilhões disponibilizados. O Conecta399 facilitou a participação estadual e municipal, resultando na apresentação de 2.057 projetos no âmbito Estadual.
- Curso da Plataforma TransfereGov: Capacitação atualizada para operacionalizar a plataforma, que reúne modalidades de transferências de recursos da União, sendo lançada em agosto.
- Curso do Gestão.gov.br: Formação de pontos focais para a melhoria contínua da gestão de órgãos/entidades operando transferências da União, distribuídas estrategicamente pelo estado.

5.1.6.4 Ações de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes

A Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC), sob a presidência da SEPL e criada pelo Decreto Estadual n.º 4757, de 28 de maio de 2020, tem o papel de analisar, avaliar, deliberar e monitorar operações de crédito e garantias de órgãos estaduais. Em 2023, a COPEC supervisionou a contratação de uma operação de crédito interna com o Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 1,5 bilhão, destinada ao financiamento parcial do projeto Avança Paraná II. Este projeto visa financiar obras de infraestrutura logística e mobilidade executadas pelo DER, AMEP e SEAB, coordenadas pela SEPL.

1. Programa de Habitação (COHAPAR - BID): Financiamento de US$ 150 milhões, com contrapartida estadual de US$ 37,5 milhões, para o Programa Estadual de Habitação no Paraná - Projeto Vida Nova.

2. PR Empreendedor (Fomento PR - BID): Financiamento de US$ 50 milhões, mais contrapartida estadual de US$ 5 milhões, destinado a financiar programas da Fomento Paraná para crédito ao setor produtivo.

3. Programa de Aceleração do Desenvolvimento – PAD/PR: Operação de crédito interna de R$ 2,7 bilhões, a ser realizada em múltiplas contratações, através de Chamamento Público, para financiar programas de infraestrutura logística, urbana e regional, modernização digital e elaboração de estudos e projetos.

A COPEC também deliberou sobre um financiamento sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), referente ao financiamento do CAIS LESTE – MOEGÃO com o BNDES, no valor de R$ 495,6 milhões. Sendo a APPA uma empresa pública não-dependente, o contrato de empréstimo será firmado diretamente com a instituição financeira, sem garantia da União ou contragarantia estadual. Assim, este financiamento não afetará o espaço fiscal do Estado do Paraná junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Atualmente, o Paraná possui 11 operações de crédito contratadas, com recursos pendentes de desembolso que totalizam cerca de R$ 3,1 bilhões, a serem liberados nos próximos anos.

5.1.6.4.1 Projeto Paraná Eficiente

Por meio da Coordenação de Captação de Recursos (CCR), a SEPL continuou a atuar no Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública no Paraná - Projeto Paraná Eficiente, uma operação de crédito externa de US$ 130 milhões com o Banco Mundial (contrato n.º 9378-BR). O projeto multissetorial envolve instituições como SESA, SEPL, SEAP, IAT e CGE. As atividades principais no exercício incluíram:

- Missões de Apoio à Implementação: Duas missões foram realizadas com a presença de diretores e especialistas do Banco Mundial, executores do projeto e a equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP). A primeira, de 8 a 15 de maio, focou em reuniões com o governador em exercício e discussões técnicas sobre a implementação e desafios do projeto. A segunda, de 2 a 6 de outubro, avaliou resultados, discutiu questões técnicas, gerenciamento financeiro e salvaguardas ambientais e sociais, além de verificar a trajetória de desembolsos.
- Treinamentos: Entre março e abril, foram ministrados dois treinamentos pelo Banco Mundial sobre gerenciamento financeiro e salvaguardas ambientais e sociais para a equipe da UGP e instituições envolvidas.
- Relatórios de Progresso e Desembolso: Foram entregues Relatórios de Progresso ao Banco Mundial e um relatório elaborado pelo IPARDES/IVA para o primeiro desembolso de mais de US$ 30,1 milhões.

5.1.6.4.2 Sistemas de Gerenciamento e Monitoramento

O Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), é a plataforma oficial para gerenciar as operações de crédito do Estado. Após a implantação do módulo de carta consulta, em 2021, o SIGMA-PP está tendo seu módulo financeiro aprimorado. Este aperfeiçoamento visa melhorar o monitoramento dos indicadores de desembolso e controle de gastos, especialmente para o Projeto Paraná Eficiente financiado pelo BIRD. Novas funcionalidades estão sendo incorporadas a este módulo para atender às exigências de validação da Agência de Verificação Independente (IVA) e para facilitar a auditoria interna conduzida pela CGE.

5.1.6.4.3 Rede de Parcerias

O Paraná aderiu à Rede de Parcerias (anteriormente Rede +Brasil) através do Acordo de Cooperação Técnica n.º 15/2020, firmado entre a Secretaria de Gestão do Governo Federal e a SEPL. O gerenciamento das ações do acordo foca em três pilares:

- Melhoria da Gestão: Processos de transferência da União operacionalizados pela Plataforma +Brasil.
- Capacitação: Promoção e realização de ações de capacitação, incluindo o Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias – Etapa Paraná, realizado em abril de 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Comunicação e Transparência: Aprimoramento e implementação de estratégias de comunicação e transparência nas operações.
- Além disso, a SEPL, por meio da Rede de Parcerias, atuou também:
- No incentivo à implantação do Modelo de Excelência em Gestão – gestao.gov.br nos órgãos e entidades estaduais e municipais.
- No processo de adesão do estado ao Novo PAC Seleções e às políticas culturais Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo
- No apoio às transferências de recursos da União para os municípios do Paraná, incluindo a divulgação de programas, cursos, reuniões e informações do Transferegov.br

5.1.6.5 Ações de Gestão de Programas de Parcerias do Paraná

O Programa de Parcerias do Paraná, regulamentado pelo Decreto n.º 1953, de 05 de julho de 2019, foca em desestatização e parcerias com o setor privado. É gerenciado pelo Conselho do Programa de Parcerias do Paraná (CPAR) e pela Unidade Gestora (UGPAR), responsáveis pela coordenação e supervisão das ações do programa.

Foram aprovados e estruturados nove novos projetos, com posterior integração ao Programa de Parcerias, os quais abrangem áreas como educação, turismo, cultura e mobilidade urbana. Após isso, foram delegados à iniciativa privada, visando atrair investimentos significativos, melhorar serviços públicos e gerar emprego e renda.

As propostas dos projetos foram divulgadas em vários eventos, incluindo o Fórum de Competitividade e Oportunidades entre o Setor Público e Privado (24 de maio) e o Fórum de Infraestrutura Regional Edição Sul e Sudeste (31 de outubro).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

5.2 ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E AVALIAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Em 2023, a Diretoria de Pesquisa do IPARDES realizou diversas atividades, destacando-se:

- Cálculo do Produto Interno Bruto do Estado do Paraná do ano de 2021;
- Cálculo do Produto Interno Bruto dos 399 municípios paranaenses do ano de 2021;
- Cálculo do Produto Interno Bruto trimestral do Estado do Paraná (2023);
- Construção de árvores de problemas e desenvolvimento de indicadores para o PPA 2024-2027;
- Monitoramento dos programas financiados pelo BIRD (Paraná Eficiente);
- Apoio ao Programa Paraná Produtivo da Secretaria do Planejamento;
- Fornecimento de estatísticas socioeconômicas para a Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- Apoio à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (desenvolvimento de BI);
- Apoio à Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (subsídios para o desenho de programas);
- Elaboração de diagnóstico socioeconômico para o Plano Estadual de Saúde;
- Fornecimento de estatísticas para a Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços;
- Atualização dos indicadores do Plano Estadual de Educação;
- Apoio à Fomento Paraná (estudos previstos em Termo de Cooperação);
- Apoio à Invest Paraná (estudos previstos em Termo de Cooperação);
- Apoio à Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (estudos previstos em Termo de Cooperação);
- Disponibilização de novos números da Publicação Análise Conjuntural;
- Produção do boletim mensal do comércio exterior do Paraná.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

5.3 PROMOÇÃO, ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS

1.1.1 Paraná Projetos: Projetos Previstos no Plano de Trabalho

- Hidrogênio Renovável: Estruturação do Plano de Desenvolvimento Setorial para o mercado de H2 renovável do Paraná, com um diagnóstico do cenário atual e sugestões de incentivos governamentais.
- PPP Parcerias: Estruturação de propostas para parcerias público-privadas em diversos ativos, incluindo estudos para modelos de exploração e apoio em consultas e audiências públicas.
- Planejamento Estratégico para as Secretarias: Consultoria para planejamento estratégico governamental, abordando diagnósticos, cenários e modelagens para execução de projetos.
- Revisão Técnica - PR Produtivo: Revisão e complementação de relatórios diagnósticos em oito regiões pré-estabelecidas, visando fortalecer a gestão do sistema de governança do programa.
- Estruturação da Unidade de PPP: Estruturação da Unidade Gestora de Parcerias Público-Privadas, com treinamento técnico e desenvolvimento de portfólio de projetos.
- Revitalização do Litoral: Projetos de engenharia e arquitetura para revitalização em cidades litorâneas do Paraná, focando em turismo, infraestrutura, desenvolvimento sustentável e ambiental.
- Plano Estratégico de Gestão Patrimonial: Estruturação de base digitalizada e colaborativa do patrimônio do estado, com uso de ferramentas e metodologias inovadoras em ambiente tecnológico de ponta, atendendo à legislação em vigor, a exemplo do *Building Information Modeling* (BIM). Objetiva atribuir de forma ágil e atualizada valor econômico, histórico cultural e estado de conservação dos itens patrimoniais para decisões de gestão.
- Plano Mobilidade Urbana Fazenda Rio Grande: Elaboração de plano de mobilidade e projetos de arquitetura e infraestrutura para o município de Fazenda Rio Grande.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

6. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO (SECOM)

A Secretaria de Estado da Comunicação do Paraná (SECOM) é o órgão responsável pela comunicação institucional do governo do Estado, tendo como missão divulgar as atividades do Estado, promover a transparência da gestão pública e fortalecer a imagem do Paraná no cenário nacional e internacional. É responsável pelo monitoramento do desempenho das campanhas, ações e políticas de comunicação do governo do Paraná, incluindo o acompanhamento das mídias tradicionais, como a imprensa escrita e televisiva, e das mídias sociais. No ano de 2023, a Secretaria de Estado de Comunicação do Paraná cumpriu com ética e eficiência a sua missão institucional, ao garantir, com transparência, a divulgação de informações de interesse público entre o governo estadual e a população e gerenciar e coordenar a interação institucional,

Baseado em um plano estratégico rigorosamente fundamentado na prestação de serviço aos cidadãos, a SECOM/PR elaborou um total de 43 grandes campanhas de comunicação, divulgadas nos principais órgãos de mídia do Estado, em rádio, televisão, *internet* e veículos impressos. Tais campanhas tiveram o propósito de levar informação de qualidade, clara e objetiva sobre as principais ações e serviços essenciais ao desenvolvimento econômico e social da sociedade paranaense.

Dentre os enfoques destas campanhas, foram produzidos anúncios publicitários para informar corretamente a população sobre questões cruciais para o bem-estar coletivo, como vacinação, combate à violência contra a mulher e doação de órgãos:

- A ampla divulgação de informações precisas e confiáveis sobre os benefícios e a importância da imunização é ferramenta poderosa na promoção da saúde pública.
- No caso da violência doméstica, que vitimou 44.000 mulheres paranaenses em 2022, a divulgação de campanhas incentivando a denúncia desempenha um papel fundamental para reprimir este tipo de crime e restabelecer a dignidade feminina.
- No que se refere à promoção da doação de órgãos, os informes publicitários possibilitam a disseminação da importância desse ato solidário que salva vidas, esclarecendo dúvidas e encorajando mais pessoas a se tornarem doadoras.

Na relação com órgãos de imprensa, a Secretaria produziu mais de 6.150 releases informativos com ampla divulgação regional e nacional. Isto possibilitou o estabelecimento de um relacionamento direto com jornalistas e influenciadores de todo o estado e do Brasil, garantindo o acesso à informação e a transparência na divulgação de maneira imparcial e democrática.

Graças ao trabalho árduo e incansável da Agência Estadual de Notícias, o Governo do Paraná foi citado positivamente em 95% dos casos, em 182.494 matérias de 1.242 veículos de comunicação de todo o Brasil, entre janeiro e outubro de 2023. O potencial de público destes veículos, somados, atinge nada menos do que 235 milhões de pessoas.

Sempre seguindo como norte a transparência e responsabilidade, a Secretaria de Comunicação do Paraná desempenhou uma função vital na informação e sensibilização da sociedade paranaense, promovendo o respeito aos direitos humanos e a promoção do bem-estar coletivo. Tendo isso em mente, a SECOM objetiva elevar ainda mais o grau de desenvolvimento do Estado do Paraná, com foco no atingimento de elevado nível de progresso e conscientização democrática, oportunizando a participação da população nas políticas públicas, por meio da comunicação, do estímulo ao diálogo e à interação saudável entre governo e sociedade.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

7. SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SEI)

A Secretaria de Inovação, Modernização e Transformação Digital - SEI é responsável por um amplo espectro de funções estratégicas no Estado. Suas atribuições incluem desde a formulação e coordenação da política estadual de inovação até a integração de órgãos e entidades envolvidos na área. Isso abrange a simplificação de processos administrativos, a promoção de uma gestão pública mais eficaz e transparente por meio da transformação digital, o estímulo à qualificação de recursos humanos para inovação, o controle da qualidade dos serviços oferecidos, até o incentivo a ambientes propícios para atração de investimentos e empresas inovadoras.

Além disso, a SEI também está encarregada do monitoramento e coordenação de políticas para elevar a competitividade e os índices estaduais no cenário nacional, desenvolvendo de forma transversal as áreas de inovação e transformação digital. A SEI desempenha um papel central na gestão da inovação e transformação digital no Estado, abarcando desde a formulação de políticas até a coordenação de ações práticas. Suas competências incluem a simplificação burocrática, a promoção da transparência e efetividade na gestão pública, o estímulo à qualificação de recursos humanos para a inovação, o controle da qualidade dos serviços digitais oferecidos e o fomento de ambientes propícios à inovação.

7.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES

7.1.1 Óculos Amigo

Compra dos óculos *Orcam MyEye* 2.0 para todos os 147 estudantes com cegueira total da rede estadual de ensino. Investimento de aproximadamente R$ 2,2 milhões, com recursos do Fundo para Infância e Adolescência - FIA. O dispositivo é entregue para o aluno utilizar no seu dia a dia, e não apenas no ambiente escolar. O aparelho possui uma câmera inteligente que é capaz de ler instantaneamente textos de qualquer superfície, reconhecer produtos, cores e cédulas de dinheiro, identificar de rostos, e traduzir por mensagens de voz, auxiliando na qualidade de vida de alunos com deficiências visuais.

7.1.2 Sala multidisciplinar para crianças e adolescentes neurodivergentes

Projeto para instalação de salas multidisciplinares, equipada para educação e terapias de reabilitação de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH. O espaço oferece recursos como simuladores de vento e chuva, difusores de essência olfativa, colunas transparentes com bolhas, piscina de bolinhas iluminadas, feixe de fibras ópticas sensoriais, equipamento para emissão de bolhas de sabão, entre outros, além de *softwares* de produção de filmes sensoriais e para testes

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

cognitivos. Esta iniciativa é inédita no Governo do Paraná e o projeto-piloto está em funcionamento, com uma sala instalada em Carambeí, na região dos Campos Gerais.

7.1.3 Wi-fi Paraná Inovador

O Projeto tem como objetivo ampliar o acesso aos serviços de conexão à internet nos municípios, em especial nas áreas com menor desenvolvimento, com a instalação de *wi-fi* público e gratuito em locais com grande circulação de pessoas. A instalação de *wi-fi* em prédios públicos também é um passo para modernização dos municípios, principalmente os de menor porte, elevando as alternativas para implementação de projetos de governos digitais por parte das prefeituras nas áreas de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. O início da implantação está previsto para janeiro/2024.

7.1.4 Conectividade Rural

O projeto busca solucionar problemas de conectividade em áreas rurais do Paraná. Ao longo do ano de 2023 foram realizadas reuniões com representantes do setor agrícola (Sistema FAEP), cooperativas (Sistema OCEPAR), indústrias (Sistema FIEP), órgãos governamentais (IDR, Casa Civil, SEPL, SECID, SEAB), operadoras de telecomunicações (TIM, Claro, Vivo e Ligga), a Associação dos Provedores e empresas do setor de telecomunicações. O objetivo foi entender as necessidades específicas de conectividade nessas áreas e desenvolver soluções eficazes. O plano inclui a análise de questões tecnológicas cruciais, adaptando soluções às características particulares de cada região.

7.1.5 Ideathon Paraná

Maior maratona estudantil de inovação do Estado, voltada para estudantes do sexto ao oitavo ano do Ensino Fundamental II, e do primeiro e segundo ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas. A edição de 2023 teve como tema Cidades Inteligentes, para desenvolver soluções que tornem as cidades mais conectadas, eficientes e sustentáveis. Foram realizados um total de sete eventos, com uma média de 150 alunos por evento, sendo esses nos municípios de Curitiba, Apucarana, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Maringá, Ponta Grossa e Londrina.

7.1.6 Paraná Anjo Inovador

O Paraná Anjo Inovador é o maior projeto do Brasil de incentivo financeiro público destinado às empresas privadas. No total, o Governo do Paraná destinou R$ 20 milhões nesta primeira fase. Os projetos aprovados irão receber um subsídio de até R$ 250.000,00 cada. Na primeira edição do programa foram selecionados e aprovados 73 projetos inovadores de empresas paranaenses, enquadradas por lei como startups, para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores nas áreas de saúde, educação, agricultura e gestão pública. Os valores não utilizados na primeira etapa serão somados ao subsídio da próxima fase, que será ainda mais ampla e com valor total a ser definido.

7.1.7 Inova Juro Zero

O Inova Juro Zero é um programa voltado para empresas que desejam inovar. Consiste na redução integral de taxas de juros de linhas de crédito da Finep, empresa pública vinculada ao Governo Federal, operacionalizadas no Estado pela Fomento Paraná, por intermédio do Fundo de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná - FIME. São R$ 3 milhões para iniciar a subvenção econômica, reduzindo os juros em operações de crédito para inovação, contratadas pela Fomento Paraná a partir de fontes como a Finep, que oferece linhas Inovacred, Inovacred Expresso e Inovacred 4.0.

7.1.8 Agência Regional de Inovação - Coworking

A SEI instituiu a criação de núcleos regionais de inovação em 10 municípios do Paraná. Essas Agências Regionais, também chamados de Espaço *Coworking*, têm como objetivo promover o desenvolvimento nos setores público e privado em todas as regiões do Paraná. Eles foram montados estrategicamente para contemplar todas as regiões do Estado, em Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Foz do Iguaçu, Umuarama, Maringá, Londrina e Jacarezinho. O projeto também prevê investimento de R$ 1,5 milhão por cidade, através de convênio entre Estado e município, para criação de espaços de *coworking* público na sede de cada núcleo, totalmente gratuito para população.

7.1.9 Ambientes promotores de inovação

Através do EDITAL n.º 008/2023 - SETI-SEFA-SEI, de 31 de agosto de 2023, que trata de credenciamento de ambientes promotores de inovação, foram estabelecidos os termos e condições para o credenciamento desses ambientes existentes no Paraná, sendo requisito necessário para viabilizar o acesso dos ambientes aos recursos públicos, no contexto da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Serão R$ 34 milhões para o fomento de ambientes promotores de inovação de todas as regiões do Paraná. Nos novos editais, serão apoiadas 152 propostas distribuídas em três eixos temáticos, de acordo com a classificação dos ambientes de inovação: 30 de parques tecnológicos (em planejamento, em implantação e em operação); 56 de ambientes de incubação (pré-incubadora, incubadora e aceleradora); e 66 de ambientes de colaboração (agência de inovação, hub de inovação, centro de inovação e espaço *maker*).

7.1.10 Criação de Observatório de Transformação Digital e Gestão Sustentável do Estado do Paraná (OTDGS)

Observatório Inovação é um núcleo de pesquisa voltado exclusivamente ao desenvolvimento de projetos sobre tecnologia e ciência. O grupo tem a finalidade de monitorar, analisar tendências e impactos da transformação digital no governo e nos diferentes setores da sociedade, além de promover iniciativas que possam contribuir para a aceleração e desenvolvimento de competências digitais. O observatório abrange diversas linhas de pesquisa prioritárias, como eletromobilidade, gestão sustentável de frota, digitalização de processos e serviços públicos, novas tecnologias em serviços públicos, *Building Information Modeling* (BIM) e comunicação como meio de fortalecimento do ecossistema de inovação, sendo que uma das principais áreas de pesquisa é a que se refere a veículos movidos à eletricidade (eletromobilidade). O Observatório recebeu o auxílio de residentes técnicos da segunda edição do Programa de Residência Técnica em Inovação, Transformação Digital e E-Gov (Restec Integre). Para registrar e compartilhar os avanços, será editada e publicada uma revista especializada dedicada à transformação digital e gestão sustentável. Essa publicação será um espaço privilegiado para divulgar iniciativas, melhores práticas e conquistas, destacando o papel transformador da

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

tecnologia em prol do desenvolvimento sustentável do estado. Ainda não houve publicação neste exercício.

7.1.11 Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná (PECTI)

Em parceria com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, foi aberta uma consulta pública para a elaboração da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná (PECTI). No total, foram mais de 355 contribuições populares. O objetivo é fortalecer os ambientes de negócios e promover o desenvolvimento social inclusivo, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU. A proposta buscou a construção colaborativa, permitindo que os cidadãos paranaenses contribuíssem para o documento, que servirá como guia para as ações nos próximos anos. A estrutura da PECTI é organizada em sete áreas e 12 eixos, abrangendo conceitos e indicações importantes para o desenvolvimento do Estado. Os cidadãos puderam contribuir em um ou mais eixos, propondo objetivos e indicando prioridades na área.

7.1.12 *Building Information Modeling* (BIM)

Em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Logística -SEIL, foram capacitados servidores de diversos órgãos estaduais para utilização de metodologia *Building Information Modeling* (BIM) nas novas obras públicas. O BIM é uma metodologia inovadora com inúmeras vantagens que permite a criação de projetos inteligentes a partir da simulação e construção virtual de empreendimentos. Isso garante mais assertividade na execução de obras ao simular diferentes soluções e corrigir possíveis erros. A modelagem colabora para sustentabilidade através de análises de eficiência, impactos técnicos e financeiros, assim como permite a comunicação através de ferramentas tecnológicas utilizadas pelos setores envolvidos com arquitetura, engenharia e construção. Um exemplo recente de sucesso da utilização do BIM foi a restauração da PRC280 em *whitetopping*, em Palmas, que virou referência de engenharia nacional.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

8. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

8.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O ano de 2023 foi caracterizado por desafios significativos e conquistas notáveis. A reforma administrativa, instituída pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, trouxe mudanças estruturais importantes para a SEAP, como a necessidade do aumento no número de Núcleos Administrativos Setoriais (NAS), com vistas a atender as novas secretarias instituídas. Além disso, a adoção da Nova Lei de Licitações pelo Poder Executivo Estadual em 1º de abril. Previamente à sua obrigatoriedade, que seria somente em dezembro de 2023, representou um grande passo rumo à modernização dos processos de contratação.

No âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), foram realizados investimentos significativos na modernização e padronização do parque tecnológico da SEAP, além de viabilizar a concretização de projetos de integração e modernização dos sistemas estruturantes que são utilizados por todos os Órgãos e Entidades do Poder Executivo, tais como: Sistema de Gerenciamento de Materiais e Serviços - GMS, Sistema de Gestão de Patrimônio Móvel - GPM, Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário - GPI, Sistema RH-PARANÁ/Meta4, Central de Viagens, etc.

8.1.1 Coordenação das Atividades dos Grupos Administrativos Setoriais e Demais Unidades Administrativas

A reforma administrativa, conforme mencionado anteriormente, implementou cisões, fusões e criações de diversos órgãos e entidades, o que levou ao aumento do número de NAS de 19 para 24, isso sem considerar as entidades vinculadas aos órgãos e entidades e a Administração Direta, que seguem a mesma tratativa dos NAS.

Diante deste processo adaptativo e das eventuais alterações futuras nos Núcleos Administrativos Setoriais, a SEAP organizou as orientações em formato de curso para que qualquer servidor que assuma esta atribuição possa ter plena capacidade de gerir seus processos de maneira assertiva.

Além disso, para padronizar e centralizar as demandas e a integração, foi implementado no 1˚ trimestre, o formulário Fale Conosco DOS, canal por onde os NAS e correlatos podem suscitar questões, solicitar informações, pedir a inserção ou exclusão de e-mails nas listas de transmissão, entre outros dados. Desde a implementação do canal até outubro de 2023, já foram respondidas 445 solicitações pelo formulário. A partir dessas informações, é possível identificar quais demandas ou dúvidas são as mais solicitadas ou quais dificuldades são as mais comuns. Inclusive, foi a partir desses dados que puderam ser elaboradas duas cartilhas: uma relacionada a repactuação e outro referente as permissões e proibições das funções de assistente administrativo.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

8.1.2 Definição de Metodologia, Normas e Procedimentos

Ao longo do ano buscou-se desburocratizar procedimentos e simplificar trâmites. Para tanto, foram revogadas normativas que obrigavam a tramitação de processos e a autorização do Secretário de Estado em contratações de água, coleta de esgoto, energia, telecomunicações, serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e vigilância ostensiva.

Outras medidas de melhoria da eficiência pública e desburocratização transitam por: descentralização da gestão dos contratos de telecomunicações (*internet*). Cada órgão e entidade autonomia para realizar sua própria gestão contratual; e b. centralização do suporte ao sistema GMS em um único departamento.

8.1.3 Padronização de Serviços contínuos

A gestão administrativa dos contratos de *internet* é realizada atualmente pela SEAP e a gestão técnica é feita pela CELEPAR. Até outubro foram registrados um total de 72 contratos ativos de telefonia fixa e 40 contratos ativos de telefonia móvel. Nesse mesmo período, foram registrados 536 contratos ativos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo cerca de 23.600 postos de trabalho distribuídos nos 399 municípios paranaenses chegando num valor mensal de cerca de R$ 150 milhões.

8.1.4 Ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A SEAP é responsável pela gestão de diversos sistemas estruturantes que são utilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Para a concretização e atualização desses sistemas, participou de grandes projetos em 2023, tais como: a) a atualização do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) para a nova Lei de Licitações e Contratos; b) a integração do sistema Meta4 às folhas das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); c) a integração do novo SIAFIC (sistema da SEFA) com os sistemas da SEAP eProtocolo, GPM, GPI, Meta4, GMS, Central de Viagens e Central de Estágio; d) a contratação de empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho (SST) com integração no Sistema Meta4.

Além da participação em projetos dos sistemas estruturantes, a SEAP também realizou uma grande reestruturação dos equipamentos, periféricos e *software*s de TIC, destacando-se a aquisição de: 377 computadores de uso comum16 computadores de alto desempenho oito projetores multimídias e duas telas retráteis para as salas de reunião e de cursos e de10 *nobreaks* para switches; além da contratação de oito licenças Zoom Meeting, sete licenças AutoCad 05 licenças AdobeCloud.

Com essas novas aquisições e contratações foi possível realizar a renovação e padronização do parque de computadores da SEAP, além de reforçar a infraestrutura de *software*, adquirindo soluções que ampliam as capacidades de comunicação, design e produtividade dar repartições públicas, assim garantindo que as equipes tenham as ferramentas necessárias para um trabalho eficiente e de alta qualidade.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

8.2 GESTÃO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Audiências públicas têm por objetivo a promoção do aumento da eficiência operacional e a redução dos custos de compra ou contratação. Sob este contexto, a SEAP realizou, em 2023, 10 audiências públicas, entre elas estão: a) concessão da exploração da atividade de modalidade lotérica de Apostas Esportivas; b) prestação de serviços continuados de nutrição cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda dos presídios, cadeias e carceragens; c) locação de equipamentos multifuncionais monocromático e colorido e serviços de cópias de digitalização de *softwares*; d) prestação de serviço continuado de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas; e) aquisição de coletes balísticos; f) armamento; g) contratação de empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho (SST); h) contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC); i) contratação de empresas para a prestação de serviços de regularização documental de imóveis integrantes do patrimônio imobiliário estadual, entre outras. Todas as Audiências Públicas foram realizadas na forma online e transmitidas ao vivo pelo canal do DECON no *YouTube*, de maneira a proporcionar maior participação das empresas e cidadãos.

A SEAP direcionou esforços para a realização do projeto de adequação do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) em atendimento ao Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 27 de setembro de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), tornando o Paraná o primeiro Estado do país a efetuar as adequações necessárias para atender a nova lei e a realizar os processos licitatórios com base no novo regimento desde o final de março.

Durante o ano de 2023, a SEAP ministrou 5 (cinco) cursos de "Formação de Pregoeiros e Agentes de Contratação", para cumprimento do §1º do art. 3º do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022. O Governo do Estado, por meio da SEAP, ofertou até novembro de 2023, 105 procedimentos licitatórios para aquisição e/ou contratação, todos realizados na forma online. A maioria dos processos licitatórios tem como base a oferta de menor preço. Com isso, em referência ao valor máximo dos itens licitados, dentro do praticado no mercado, o Estado obteve uma economia de 31,71%, que equivale a aproximadamente R$ 1,2 bilhões. O valor total dos procedimentos foi de aproximadamente R$ 3,6 bilhões, até outubro de 2023. Desse total, o Estado adquiriu aproximadamente R$ 250 milhões das empresas de porte Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) do Estado do Paraná.

8.3 GESTÃO RECURSOS HUMANOS

Em 2023, foram nomeados 415 servidores em decorrência de aprovação em concursos públicos. Destes, 210 são do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC; 83 do Quadro da Polícia Militar – PM; 60 do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE; nove do Quadro Próprio da Polícia Penal – QPPP; oito do Quadro Próprio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – QPDA; oito do Quadro Próprio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR; dois do Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS e; 35 do Quadro Próprio das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES que integram o sistema RH-Paraná/Meta4.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Foram concedidas 14.235 promoções e progressões no valor mensal de mais de R$ 16 milhões, até outubro do corrente ano, contemplando todos os quadros e carreiras do Poder Executivo.

Foram revisados os quadros e carreiras de pessoal, quais sejam: a) Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE); b) Quadro Próprio de Procuradores (PGE); c) Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná (ADV); d) Carreira Técnica do Quadro Próprio das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); e) Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Saúde (QPSS); f) Quadro Próprio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (QPA); g) Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO) e h) Quadro Próprio da Polícia Civil (QPPC), que beneficiaram aproximadamente 22.176 servidores com um impacto, em 2023, de R$ 477 milhões.

A este respeito, importa esclarecer que as razões de fato que embasam a revisão das carreiras e quadros residiram na necessidade de seguir a linha de modernização da gestão pública utilizando conceitos atuais e contemporâneos, visando sanar problemas de gestão decorrentes da desmotivação do quadro funcional, falta de atratividade, dificuldades na reposição de servidores e da necessidade de modernização dos requisitos de desenvolvimento, além da busca por um corpo técnico mais bem qualificado, resultando na melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados.

Implantação do reajuste de 5,79% na remuneração dos servidores da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, além da implantação de novas tabelas salariais para o Quadro do Magistério (QPM), Quadro Único de Pessoal (QUP) e Quadro da Polícia Militar (PM), cujo impacto em 2023 foi de R$ 651 milhões.

Atuação tanto na implementação do Regime de Previdência Complementar – RPC de que trata a Lei n.º 20.777, de 16 de novembro de 2021, no âmbito do Poder Executivo Estadual, como na implantação da Reforma Administrativa promovida pela Lei 21.352 de 1º de janeiro de 2023.

Adequação do Sistema RHParaná-Meta4 para integração da folha das Universidades Estaduais que possuem sistemas próprios, de modo a integrar as universidades estaduais ao Sistema e a implementação do Programa de Capacitação Continuada e de integração das Unidades de Recursos Humanos.

Ademais, podemos destacar a atuação na proposição dos seguintes atos:

- Decreto n.º 305 de 27 de janeiro de 2023, reajustou o Auxílio-alimentação que trata a Lei n.º 11.034 de 30 de dezembro de 1994;
- Decreto n.º 1412 de 13 de abril de 2023, que altera o §1º, do art. 2º do Decreto n.º 3.828 de 09 de setembro de 2008, que dispõe sobre a gratificação pelo exercício de encargos especiais, concedida a ocupantes de cargos da parte permanente do quadro de pessoal, dos órgãos vinculados à Governadoria do Poder Executivo;
- Resolução SEAP n.º 1539 de 19 de maio de 2023, regulamenta a Promoção por Aquisição de Estabilidade do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE;
- Resolução SEAP n.º 2353 de 20 de junho de 2023, estabelece o procedimento de tramitação e instrução dos protocolos encaminhados às Divisões e Assessoria do Departamento de Recursos Humanos e Previdência da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, relativos à consulta em matéria de pessoal civil e militar, nos aspectos funcional e previdenciário no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Decreto n.º 2.636 de 29 da junho de 2023, acresce parágrafo único ao art. 2º do Decreto n.º 5.283, de 29 de julho de 2020, que regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior;

- Decreto n.º 3.189, de 21 de agosto de 2023, estabelece o percentual de contribuição aplicável aos servidores inscritos automaticamente no plano de benefícios da previdência complementar;
- Decreto n.º 3.188, de 21 de agosto de 2023, regulamenta questões em que especifica, a Lei n.º 20.777, de 16 de novembro de 2021, que instituiu o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná e dispõe sobre medidas referentes aos efeitos da Portaria Previc n.º 1184, de 22 de novembro de 2022;
- Decreto n.º 3.523, de 27 de setembro de 2023, altera o art. 6º e § 3º do Decreto n.º 6.558/ de 06 de abril de 2017, que trata do prazo para solicitar a licença especial remunerada para fins de aposentadoria de que trata a Lei n.º 14.502 de 17 de setembro de 2004;
- Resolução SEAP n.º 3197, de 11 de outubro de 2023, atesta a efetiva disponibilização do Plano de Benefícios de Contribuição Definida dos Servidores do Brasil, CNPB n.º 2021.0029-18, nos termos do §1º do art. 4º do Decreto n.º 3.188, de 21 de agosto de 2023;
- Decreto n.º 3.808, de 26 de outubro de 2023, publica as tabelas de vencimento básico, de subsídio e de vantagens com o índice geral concedido nos termos da Lei n.º 21.586 de 14 de julho de 2023 e demais legislações vigentes;
- Resolução SEAP n.º 3.546, de 09 de novembro de 2023, publica os Perfis Profissiográficos das funções de Engenheiro Mecânico (Agente Profissional), Fiscal Metrológico (Agente de Execução) e alterou o Perfil da função de Técnico de Laboratório (Agente de Execução).

8.3.1 Capacitações

Foram desenvolvidos eventos educacionais para o atendimento à política de formação e profissionalização de recursos humanos do Estado do Paraná.

Os eventos educacionais ofertados estão distribuídos em onze eixos de aprendizagem para que os servidores possam desenvolver suas competências, são eles: a) Agricultura e Meio Ambiente; b) Educação; c) Ferramentas Digitais; d) Gestão e Administração; e) Infraestrutura e Logística; f) Inovação; g) Saúde e Bem-estar; h) Sistemas e Legislação; i) Segurança; j) Liderança e k) Assistência Social.

Ao longo do ano foram realizados 345 eventos nas modalidades de ensino presencial, híbrido e à distância, como ferramenta para a divulgação de Boas Práticas, desenvolvimento dos servidores por meio de cursos presenciais e a distância, bem como seminários, palestras e webinários.

Foram registradas mais de 126.235 inscrições nestas ações de capacitação, dentre estes inscritos haviam servidores dos níveis estratégico, tático e operacional, assim como servidores municipais e federais, e ainda pessoas da comunidade. Desse total, 19,92% das inscrições foram na modalidade de ensino presencial e 80,08% na modalidade a distância ou híbrida. Vale ressaltar que estas ações atenderam aos 399 municípios paranaenses e todos os cursos foram ofertados de forma gratuita.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

É possível verificar um significativo aumento das certificações emitidas, tanto nos eventos presenciais como nos eventos à distância, conforme quadro 1. É importante frisar que estes eventos estão sempre alinhados com a gestão e com o Plano de Governo do Estado.

QUADRO 1 – COMPARATIVO POR ANOS, ENTRE CERTIFICAÇÕES EMITIDAS E INVESTIMENTO DESTINADO À CAPACITAÇÕES

ANO	CERTIFICAÇÕES	VALOR INVESTIDO
2016	10.009	R$ 1.865.471,36
2017	10.316	R$ 3.029.045,82
2018	4.675	R$ 1.856.580,84
2019	4.251	R$ 183.502,50
2020	18.106	R$ 18.005,00
2021	30.265	R$ 400.521,00
2022	34.700	R$ 111.336,89
Até out/23	66.205	R$ 108.464,65

Fonte: Escola de Gestão do Paraná - EGP/SEAP

Vale ainda destacar o crescimento de 1.457% na comparação entre os anos de 2019 e 2023 na expedição de certificados. Este resultado é fruto dos esforços para expandir atividades, quantificado pela expedição das certificações em eventos.

8.3.1.1 Pós-Graduação e Programa de Residência Técnica (RESTEC)

A SEAP apoia o programa de residência técnica (RESTEC) da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que tem por finalidade proporcionar a prática acadêmica-pedagógica aos alunos dos cursos de especialização, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho e da vida cidadã, com a aproximação do cidadão com a academia bem como dos órgãos públicos do Estado do Paraná.

Esta parceria com a SETI e por intermédio das universidades estaduais, possibilitou a oferta de 90 vagas aos servidores públicos do executivo estadual, nos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Cultural (20 vagas), Engenharia e Gestão Ambiental (20 vagas) e em Inovação, Transformação Digital e e-Gov (50 vagas).

8.3.1.2 Programas de Capacitação nos Municípios

No corrente ano, foram apoiados programas de capacitação aos municípios, como por exemplo com as atividades desenvolvidas pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FOPEME), pelo Programa Paraná Produtivo da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL), com o Programa Ame-se - Portal da Mulher Paranaense, que reúne diferentes Secretarias de Estado para integrar ações voltadas ao público feminino em um projeto único, pelo Programa Qualifica Mais, da Secretaria de Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), pelo Programa Paraná em Ação, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU), pelo Programa Capacita Mais da Superintendência Geral de Ação Solidária (SGAS), pelo Programa Caravana Paraná Unido pelas Mulheres da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), Jornada BIM Paraná para municípios com a Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL), Programas Nossa Gente Paraná, SEDEF nos municípios e Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, todos com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), Encontro de Gestores do Esporte do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Estado do Paraná, com a Secretaria de Estado do Esporte (SEES), Programa de Treinamento de Agentes Públicos para Operacionalização de Intermediação de Mão-de-obra e Seguro Desemprego com a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR), dentre outros.

Nesta mesma seara, foram disponibilizados aos 399 municípios paranaenses, por meio de termos de adesão ao Programa de Aprendizagem para Resultados (PAR), o acesso a eventos educacionais nas modalidades presencial, hibrido e à distância.

8.3.1.3 Articulação com Centros Formadores

Por meio das ações de unificação e integração das bases de dados da EGP com os Centros de Formação e Desenvolvimento (CFD) foi possível realizar uma avaliação global dos resultados e melhor empregabilidade dos recursos públicos. Adicionalmente, promoveu-se o alinhamento das ações desses Centros à política de desenvolvimento de recursos humanos, diretrizes e estratégias da gestão estadual, para fins de planejamento integrado, execução financeira coordenada de modo a contribuir com a melhoria da qualidade da gestão.

8.3.1.4 Parcerias

Durante o ano, a SEAP, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, deu continuidade ao maior ciclo de capacitação na temática da Nova Lei de Licitações e Contratos e a sua Regulamentação no Estado do Paraná, ciclo iniciado já em 2022, sendo realizada a emissão de mais de 12.528 certificações, e proporcionando conhecimentos na área de processos licitatórios para aquisições de bens e prestação de serviços, contratos de obras e serviços de engenharia, convênios e termos de cooperação técnica, formação de pregoeiros, leiloeiros e agentes de contratação.

Também foi desenvolvido, em parceria com o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária da Polícia Militar do Paraná (BPEC-PMPR) e com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) o curso "Segurança Escolar", na modalidade a distância. Este curso conta com mais de 13.100 inscritos e 7.112 certificações.

Cabe salientar que é realizada permanentemente a busca pelo estabelecimento de parcerias com as demais unidades das escolas de governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, para intercâmbio de experiências, visando o desenvolvimento de melhores práticas para a capacitação dos servidores públicos. Além de outros entes do executivo há também a parceria com a Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, Escola da Magistratura.

8.3.1.5 Laboratório de Inovação

Por fim, destaca-se o acompanhamento do Laboratório de Inovação em Gestão Pública no Paraná, um espaço virtual de compartilhamento de boas práticas de gestão e produções acadêmicas, elaboradas pelos servidores públicos, que contou até novembro com 197 boas práticas e 239 trabalhos acadêmicos cadastrados.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

8.4 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA ESTADUAL

A PARANAPREVIDÊNCIA aderiu ao programa Pró-Gestão do atual Ministério da Previdência Social em 2020, no nível II. Obteve a certificação, em 2021, e a manteve até 2023, permanecendo, assim, com um representativo nível de qualidade de Governança do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) paranaense. Os trabalhos objetivando a conquista do nível III de aderência ao Pró-Gestão foram iniciados e a meta é conquistar este nível em 2024.

Após 15 anos fazendo uso do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Estado do Paraná obtido pela via judicial, a PARANAPREVIDÊNCIA estabeleceu tratativas com o Ministério da Previdência Social e conseguiu atender às exigências para obtenção desse Certificado pela via administrativa, sendo renovado a cada 06 meses, indo para a 5ª renovação em janeiro de 2024. Esta conquista afasta a possibilidade de penalização do Estado, principalmente em questões financeiras, no seu relacionamento com órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.

O Indicador de Situação Previdenciária (ISP) é um instrumento de avaliação dos RPPS de acordo com as dimensões de cumprimento de normas de organização e funcionamento, transparência e equilíbrio financeiro e atuarial. O RPPS paranaense saiu da pior colocação no Indicador em 2018 – "D", para atingir a melhor colocação em 2022 – "A", mantendo essa posição em 2023, a qual é compartilhada com apenas mais dois Estados da Federação. Por consequência, o perfil de risco atuarial do RPPS continua tendo o nível mais favorável possível - Perfil Atuarial IV.

Os técnicos da PARANAPREVIDENCIA foram convidados pelo Ministério do Trabalho e Previdência/Secretaria de Previdência para ministrar treinamentos na área de compensação previdenciária com o objetivo de capacitar servidores de regimes próprios de previdência de todo o país.

Em razão das alterações legislativas ocorridas, foi revisado o Estatuto Social da PARANAPREVIDÊNCIA. O que oportunizou a criação da Unidade de Planejamento e Orçamento, vinculada à Presidência, proporcionando maior integração entre o Planejamento e Orçamento. Ainda administrativamente, foi iniciada a fase de reteste do seu Plano de Integridade e Compliance.

A PARANAPREVIDENCIA efetuou uma ação que está viabilizando o envio de mais de 30.000 requerimentos de compensação previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e outros Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O total de requerimentos pendentes de análise do RGPS é de mais de 41.000 requerimentos, que, quando aprovados, gerarão um fluxo mensal estimado de R$ 20 milhões e R$ 2,6 bilhões a título de atrasados. Atualmente o estoque está em torno de R$ 113,5 milhões, gerando um pagamento mensal de R$ 1,5 milhões e um fluxo de compensação previdenciária de R$ 8,6 milhões, pagos pelo tempo que durar os benefícios.

Em janeiro de 2023, foi executado o Programa de Aposentadoria Incentivada, que contou com adesão de 13 empregados e resultou em uma economia mensal de folha de pagamento e encargos trabalhistas de R$ 329.182,97.

Durante o primeiro semestre do ano, foi realizada a revisão do Plano de Cargos e Salários da PARANAPREVIDÊNCIA, visando a valorização do corpo funcional, seu desenvolvimento profissional e retenção. A nova proposta foi aprovada pelos Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração, antes de seu encaminhamento para apreciação pelo Conselho de Controle da Empresas Estaduais.

Foi desenvolvida, a nova programação de capacitação continuada para o biênio 2023-2024 e realizadas 462h de treinamentos, participação em eventos e seminários, abrangendo um total de 180 participantes, dentre empregados, diretores e conselheiros. Destacando-se o Curso Preparatório para a Certificação Profissional, programado para dezembro, e que visa proporcionar

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

aos participantes a oportunidade de acessar, discutir e compreender o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no contexto da Previdência Social Brasileira quanto a sua organização, funcionamento e sustentabilidade.

Houve também a implantação do novo Portal da Instituição, com melhorias que facilitam o acesso aos serviços da PARANAPREVIDÊNCIA. Implantação do Portal Educação Previdenciária, voltado aos servidores ativos e inativos. Implantação do PDS Mantis, sendo uma nova base de abertura de demandas à CELEPAR.

Foram ainda iniciados vários projetos, em fase de implantação como o projeto SEFA (SIAFIC) – acompanhamento de especificações que afetam a PRPREV e o Projeto GPREV – entrega das consultorias de quatro módulos e dois módulos implantados em produção para concessão de benefícios.

Atualmente, a PRPREV possui 68 Contratos e 33 Convênios e Termo de Cooperação vigentes e, ainda, credenciamentos de médicos peritos e instituições financeiras.

As novas regras e alíquotas aprovadas na Reforma da Previdência, a quitação do acordo de parcelamento do Estado do Paraná para com o Fundo de Previdência e a antecipação do recebimento de royalties aliados à rentabilidade da carteira de investimentos propiciaram uma capitalização do Fundo de Previdência de R$ 3,31 bilhões, a partir de dezembro de 2020, mesmo considerando o pagamento de R$ 8,64 bilhões de benefícios no mesmo período, fazendo com que o patrimônio atingisse em setembro de 2023, o equivalente a R$ 9,26 bilhões, incluindo imóveis.

8.5 SAÚDE DO SERVIDOR

8.5.1 Perícia Médica – Sistema De Avaliação Pericial Dos Servidores

Com o objetivo de garantir um atendimento de excelência da perícia ao servidor, em 2023, houve avanços na preposição da atualização / elaboração do Manual da Perícia, além da realização de quatro certames licitatórios, a Divisão de Perícia Médica - DPM celebrou 13 aditivos de renovação de contrato com empresas terceirizadas prestadoras de serviço para a Perícia Médica do Estado, garantindo desta maneira a continuidade da prestação destes serviços, sem prejuízo do processo de fiscalização às clinicas prestadoras do serviço que foi aprimorado através de visitas técnicas presenciais.

Em 2023, aforam realizadas a análise, organização e arquivamento de 5.582 prontuários relativos a dossiês de servidores/concursados. A partir de um incremento no quadro de novos profissionais de psicologia, foi possível o atendimento de aproximadamente 325 servidores. O atendimento do Disk Perícia auxiliou na resolução das demandas de mais ou menos 14.656 servidores.

8.5.2 Assistência a Saúde do Servidor e Dependentes (SAS)

A estrutura do Sistema de Saúde do Estado registrou o atendimento de 162.512 beneficiários diferentes. Para tais atendimentos foram registrados 1,9 milhão de procedimentos executados, que correspondem ao atendimento de 45,16% das 359.872 vidas com direito ao benefício no Estado.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Ademais, complementarmente a esta finalidade e com foco na saúde do servidor e dependentes, foram executadas as seguintes ações ao longo do ano:

- Webinários na área de saúde: 13 eventos ao longo de 2023, com frequência mínima mensal.
- Evento Outubro Rosa, realizado em parceria com a SEMIPI: ofereceu às servidoras do Estado um dia especial com aula de Yoga para cuidar o corpo e da mente, e uma palestra leve e informativa sobre a prevenção do câncer de mama.
- Lançamento e implementação do PLANO ODONTOLÓGICO PARA OS SERVIDORES ATIVOS CIVIS;
- Implementação de uma nova Metodologia de Fiscalização de contratos aos Hospitais prestadores do Estado com as seguintes inovações: a) criação de 17 fiscais setoriais para atuar na fiscalização dos Hospitais do interior; b) criação de 12 Núcleos dentro dos Hospitais para atendimento ao servidor; c) inclusão nos Termos de Referências de um indicador de tempo resposta no agendamento do SAS; d) elaboração de calendário de visitas técnicas de fiscalização presencial nos Hospitais prestadores; e) realizadas em torno de 20 viagens para Fiscalização aos Hospitais prestadores do Estado.

8.5.2.1 Núcleo de ouvidoria SAS

Foi instalado o Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO (Resolução 2470 de 1º de agosto de 2023), o qual permite a integração da ouvidoria do Departamento de Saúde do Servidor à ouvidoria da Controladoria Geral do Estado (CGE). Até o dia 21 de novembro de 2023, foram recebidas 8.915 ocorrências, das quais 98% já foram respondidas, com um tempo médio de respostas de cinco dias.

8.5.3 Saúde ocupacional

A Divisão de Saúde Ocupacional foi criada com o objetivo de assegurar a integridade física e emocional dos servidores do Estado do Paraná, por meio do gerenciamento de riscos e promoção de ações, programas e medidas educativas e preventivas destinadas à saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Ao longo de 2023 foram realizadas as seguintes entregas:

- 165 processos referentes a Gratificação de Insalubridade e/ou Periculosidade;
- 32 processos relativos a LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho);
- 17 processos relacionadas aos programas de saúde Ocupacional (PPRA / PCMSO / avaliação quantitativa de agentes agressivos);

Por fim, em consonância ao objetivo de analisar a saúde emocional dos servidores para mapeamento e ações posteriores, foi elaborado e aplicado questionário de "Análise do Ambiente de Trabalho" aos servidores da SEAP.

8.6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Compete à SEAP por meio do Departamento de Patrimônio do Estado, dentre outras atribuições, o gerenciamento do patrimônio estadual imobilizado. Dessa forma, foram gerados no presente exercício, 95 Termos de Vinculação e Responsabilidade de Imóveis aos órgãos integrantes da Administração Direta, usuários de imóveis estaduais, significando o compromisso

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

formal de responsabilizar-se pela guarda, conservação, manutenção, despesas relacionadas ao bem e a sua regularização. O domínio ou titularidade sobre o imóvel permanece sem alteração, ou seja, o proprietário continuará sendo, unicamente, o Estado do Paraná.

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, é necessário que periodicamente os bens passem por um processo de avaliação monetária visando adequar o seu valor contábil de modo a trazê-lo ao valor justo. Neste sentido, a ação desenvolvida pela SEAP reduziu a quantidade de bens nunca avaliados de 110.018, em 2022, para 48.087, em 2023, conforme registros constantes no Sistema GPM.

Cabe destacar entre as atividades no presente ano, o suporte contínuo para a regularização cartorial dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, que são ocupados por unidades escolares estaduais, bem como dos demais órgãos da administração. Desde então, 108 imóveis foram regularizados, além do início dos trâmites junto à PGE de 23 processos de usucapião. Ainda, verifica-se o trâmite de 78 processos de regularização nos diversos órgãos.

Considerando o volume de processos de cessão de uso de imóvel para Unidade Escolar de Ensino Municipal, foi aprovado junto à PGE a instituição de Minuta Padronizada de Termo de Cessão de Uso de Imóvel por Unidade Escolar, para permitir a celeridade e desburocratização dos processos.

A SEAP trabalhou na fase de termo de referência para contratação de empresas para a prestação de serviços de regularização documental. Buscando também a regularização da ocupação dos imóveis estaduais, foram aprovados 92 Projetos de Lei/Decretos de Doação de Imóveis, 24 Decretos de Cessão de Uso de Imóveis; viabilizados 83 Termos de Doação (Vigentes) e 10 Termos de Cessão de Uso (Vigentes).

Em relação ao gerenciamento do patrimônio imobilizado estadual, foi viabilizada a Concorrência Pública n.º 158/2022 (realizada em 2023, em processo de pagamentos), culminando na alienação de 3 imóveis no montante de R$ 7,6 milhões com ágio de 13,50%. Está em processo de homologação a Concorrência Pública n.º 11/2023, da qual resultou a alienação de um imóvel localizado no Município de Londrina, no montante de R$ 150.000,00.

Quanto ao uso oneroso de imóveis, foram elaboradas 70 Autorizações de Uso Oneroso de Imóveis de Propriedade Estadual, resultando na arrecadação de aproximadamente R$ 127,6 pela sua utilização temporária.

Foi aprovado o Decreto n.º 3.810, de 26 de outubro de 2023, que autoriza a permissão de uso precária de imóveis de domínio do Estado do Paraná e da Administração Indireta para eventos de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional. A proposta visou a regulamentação do inciso III do artigo 10 da Constituição Estadual viabilizado em sua aprovação a definição de ritos processuais, bem como a autonomia e transparência dos órgãos na destinação de usos de imóveis para eventos das naturezas citadas.

Ainda quanto ao tema regularização, nos moldes da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017 – REURB, foi desenvolvido o anteprojeto de lei com o objetivo de instituir o Programa Regulariza Paraná (Projeto de Lei n.º 916/2023), estabelecendo normas sobre a regularização fundiária de ocupação de imóveis urbanos de domínio do Estado do Paraná.

Por fim, foram realizados, ao longo do ano, diversos treinamentos para a utilização do Sistema de Gestão Patrimonial Móvel – GPM, tendo sido capacitados 96 servidores de forma presencial, e 78 servidores de forma *online*.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

8.7 GESTÃO DO TRANSPORTE OFICIAL

O Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO) desempenha um papel central na eficiência operacional e na modernização da frota oficial do governo estadual. Portanto, busca-se constantemente por inovações que otimizem os recursos públicos e promovam práticas sustentáveis.

Sob esta ótica, foram implementadas as locações de mais de 2.200 veículos. Ficou comprovada a efetividade do serviço Taxi-Gov com aproximadamente 27.600 deslocamentos, além da assertividade da estratégica de realização de leilões culminando na venda de cerca de 900 veículos e a introdução dos leilões administrativos.

Destaca-se, ainda, o eficiente gerenciamento do sistema centralizado de viagens, registrando mais de 146.000 viagens de servidores e a aquisição de mais de 5.000 passagens aéreas em 2023. Da mesma forma, os serviços de manutenção e abastecimento, com cerca de 44.100 serviços executados e 597.000 transações respectivamente, bem como o aprimoramento constante de ambos sistemas, demonstram o compromisso em oferecer à Administração Direta e autárquica ferramentas para que realizem a gestão adequada de sua frota.

8.8 GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

O Departamento de Arquivo Público - DEAP empenhou-se em aprimorar sua eficiência na gestão documental dos diversos órgãos estaduais. Como parte desse esforço, foram contratados mais dois arquivistas qualificados, reforçando a equipe para atender as necessidades do Estado. Até outubro de 2023 o Programa de Gestão de Documentos realizou mais de 800 atendimentos orientando e supervisionando processos de produção, tramitação, classificação, avaliação e arquivamento dos documentos dos órgãos do Estado do Paraná.

Além disso, foram lançados dois catálogos de pesquisa dedicados à documentação sobre imigrantes. Em abril, foi publicado, em dois volumes, o Catálogo de Imigrantes que contemplam mais 43.475 novos registros, com informações sobre naturalizações, contas-correntes, registros de lotes urbanos, matrículas de imigrantes em colônias paranaenses, entre o período de 1861 e 1984. Ainda, em outubro, foi publicado o Catálogo de Documentos Ofícios e Requerimentos relativos a imigrantes no Paraná (1854-1902), com objetivo de ampliar ainda mais a base de dados sobre imigrantes.

8.9 GESTÃO DE LOTERIAS

Considerando os seus objetivos estratégicos, a LOTTOPAR se associou à CIBELAE (*Corporación Iberoamericana de Loterias y Apuerstas del Estado*), maior associação de loterias da América e à WLA (*World Lottery Association*), maior associação de loterias do mundo, a fim de trazer mais segurança para o mercado lotérico paranaense, além de difundir as boas práticas do jogo seguro e responsável.

Atendendo ao Edital 001/2023, que tem como objeto a exploração de apostas de quota fixa, houve oito empresas credenciadas, sendo que quatro delas já estão com contrato de concessão assinado e realizaram o pagamento de outorga fixa, totalizando R$ 20 milhões arrecadados antes mesmo do início das operações das apostas esportivas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

SECRETARIAS FINALÍSTICAS

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

9. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

A SEAB tem por missão prover políticas públicas para o setor agropecuário visando o desenvolvimento rural sustentável (social, econômico, ecológico, cultural, geográfico), reduzindo as desigualdades regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional à população, qualidade de vida aos agricultores e respeito ao meio ambiente, tendo como referência a inovação tecnológica, bem como a inclusão socioprodutiva do agricultor familiar individual ou em grupos, associações, cooperativas e outras formas de organização. Atua por meio de seus departamentos, núcleos regionais e suas unidades descentralizadas constituindo o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), que trabalham de forma sistêmica e em sincronia, na pesquisa, na prestação de orientação técnica especializada, no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades.

Compõem a SEAB os Departamentos a) de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO); b) de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN); c) de Economia Rural (DERAL).

Vincula-se à SEAB o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR – PR), as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A (CEASA) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).

O IDR-PR resulta da incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), pelo Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Tem como responsabilidades: a) a promoção do desenvolvimento rural, tecnológico, socioeconômico, político e cultural da família rural e seu meio, em atuação conjunta com a população rural e suas organizações; b) a pesquisa e a inovação técnico-científicas no meio rural mediante o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e a execução de políticas públicas que priorizem a inclusão social e produtiva capazes de promover a competitividade da agricultura e o bem-estar do produtor rural e suas famílias; c) a divulgação, o apoio e a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis baseados nos preceitos da ciência agroecológica; d) a coordenação e o provimento de soluções de engenharia rural em empreendimentos voltados ao desenvolvimento agropecuário, na infraestrutura logística de estradas rurais e de armazenagem, do abastecimento e segurança alimentar, de classificação de produtos de origem vegetal e de energias renováveis; e) ações coordenadas visando a produção de alimentos saudáveis e de alta qualidade.

A CEASA é formada por cinco unidades atacadistas de comercialização de hortigranjeiros no Estado: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. As unidades contam com 760 empresas atacadistas, que, além de comercializarem hortigranjeiros, negociam flores e plantas ornamentais. Seu empenho é promover políticas públicas para o abastecimento e proporcionar à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade.

A ADAPAR tem como compromisso manter e promover a defesa agropecuária e a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

9.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As ações e iniciativas da SEAB, bem como sua missão, desafios e transformações desejadas, encontram-se em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em seus princípios e estão pautadas nas seguintes diretrizes estratégicas:

9.1.1 Competitividade e Renda

Trata-se da expansão e consolidação do parque agroindustrial buscando o fortalecimento do cooperativismo, bem como a ampliação, classificação e adequação sanitária das agroindústrias familiares, sobretudo com inclusão de mulheres e jovens agricultores. Foram estabelecidos instrumentos essenciais, principalmente mediante programas que contemplem a modernização, geração, inovação e difusão de processos tecnológicos, assistência técnica, extensão rural, soluções de engenharia e de logística em infraestruturas eficientes. A SEAB atua em parceria com os municípios, buscando integrá-los aos Planos Diretores Municipais, com aval dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como aos demais segmentos organizados da sociedade civil, além do Governo federal e com apoio da Assembleia Legislativa do Estado. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar - Coopera Paraná é voltado para o fortalecimento das pequenas associações e cooperativas da agricultura familiar, que oportunizou ações integradas entre o setor público e privado, por meio de apoio financeiro e também por meio de capacitações e assistência técnica junto às cooperativas. Em 2023 foi publicado o 3º Edital de Chamamento Público disponibilizando R$ 31,5 milhões para o apoio as associações e cooperativas.
- Programa Estradas da Integração - integração das ações de melhoria da infraestrutura de transporte aos aspectos ambientais e de sustentabilidade, enquanto componente do sistema de conservação de solos e água, abrangendo as áreas limítrofes à estrada. No período entre 2019 a 2023, foram investidos cerca de R$ 400 milhões em pavimentação, em aproximadamente 1.200 km, com 302 atendimentos a municípios. Em melhoria da trafegabilidade e adequação foram investidos R$ 15 milhões para aquisição de óleo diesel e contratação de serviços, beneficiando 360 municípios em mais de 4.000 km.
- Implantação na região metropolitana de Curitiba, da certificação da produção de morangos com “Selo ADAPAR”, para possibilitar que o produtor rural, que cumpre todas as leis de defesa agropecuária possa se diferenciar no mercado consumidor por meio da chancela Estadual da ADAPAR.
- Programa Paraná Mais Cidades - consiste no apoio aos municípios na estruturação de cadeias produtivas, visando a elevação da produção e da renda dos agricultores familiares, por meio de convênios para estabelecimento de feiras livres, aquisição de equipamentos para agroindústrias, máquinas, implementos, tratores, veículos, etc. Desde o seu início, no segundo semestre de 2020, o programa já beneficiou praticamente todos os municípios do Estado, com 750 atendimentos. Foram investidos aproximadamente R$ 100 milhões de reais e assim favorecendo mais de 100.000 agricultores familiares

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Patrulhas Rurais – Estão em execução 13 convênios firmados junto aos consórcios Intermunicipais e mais dois consórcios com documentação em andamento para firmar novo convênio. Foram executados mais de 423 km de projetos de adequação, readequação, manutenção e/ou melhorias estradas rurais, atendendo aproximadamente 980 propriedades e 4.900 produtores rurais.
- Programa REVITIS Paraná - visa a revitalização da viticultura paranaense com apoio à cadeia produtiva da uva em quatro eixos: Pesquisa e Produção; Comercialização; Agroindústrias; e Turismo. Foram assinados 38 convênios entre SEAB e prefeituras desde 2019 até novembro de 2023, perfazendo um apoio direto a grupos de produtores organizados no montante de aproximadamente R$ 7,74 milhões beneficiando diretamente 389 produtores familiares que estão recebendo mudas, materiais, corretivos, fertilizantes, conjuntos de irrigação e equipamentos para agroindústria da uva. Todos os benefícios são baseados em projetos técnicos contendo diagnóstico de mercado, projeções econômicas, garantia de assistência técnica e capacitação dos agricultores envolvidos. Servem, além de fonte de renda para as unidades produtivas, também como unidades de referência para demais agricultores. Também já está em produção o viveiro de material propagativo de videiras, em Santa Tereza do Oeste, com capacidade de produção de 100.000 varas por ano a partir de 2024, tendo sido aplicado R$ 748.000,00 até o momento pela SEAB. Em 2023 o viveiro de Santa Tereza do Oeste começou a distribuir os porta-enxertos de videiras para Unidades de Referência do IDR-Paraná. Também foram promovidos diversos eventos ligados a turismo rural, com degustações de vinhos e queijos paranaenses no Show-Rural, Expolondrina e em Foz do Iguaçu, além de eventos de gastronomia regional promovidas pelo IDR-Paraná em todo o estado e a feira de vinhos paranaenses da Vinopar, realizada em Curitiba.
- Em parceria com o SENAR-PR, está sendo promovida capacitação de longo prazo de 60 técnicos do IDR Paraná, prefeituras parceiras e cooperativas do setor. A capacitação iniciou em 2023 e avançará até o primeiro semestre de 2024.
- A ADAPAR intensificou as ações de fiscalização em locais onde estavam sendo fabricados e comercializados fertilizantes sem registro e com a manipulação de matérias primas sem procedência.
- Programa de Apoio às Cadeias Produtivas e Fortalecimento da Agricultura Familiar investiu, por meio de transferências de recursos aos municípios, no período de 2019 a 2023, o valor aproximado de R$ 83 milhões, realizando 650 atendimentos à municípios e à 128.000 agricultores, com ações de melhoria da fertilidade dos solos, aquisição de trator, implementos e equipamentos, veículos, equipamentos rodoviários, entre outros.
- Gerência de Saúde Animal da ADAPAR - realizou o acompanhamento de missões internacionais da União Europeia, Coréia do Sul, México, China com objetivo de abertura de mercados e exportações dos produtos agropecuários paranaenses.
- Levantamento e publicação do Valor Bruto da Produção (VBP) - resultado do índice de frequência anual, é calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses pelos produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca etc.
- Repasse do VBP à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para cálculo do Fundo de Participação dos Municípios - o VBP tem uma participação de 8% no cálculo usado

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

para a determinação do índice final a ser aplicado sobre a arrecadação do ICMS, que resulta na cota-parte devida a cada Município.

- Por meio dos extensionistas do IDR-Paraná foram elaborados 10.500 projetos de crédito rural, viabilizando ao acesso de recursos aos agricultores no valor de R$ 3,3 bilhões.
- Estão em execução 112 projetos de pesquisa permanentes, conduzidos por equipe interna de pesquisadores e analistas do IDR-PR, e por meio de parcerias e redes de pesquisa com outras instituições. Estes projetos têm forte aderência com as diretrizes estratégicas do Sistema Estadual de Agricultura, contribuindo para a geração de Competitividade e Renda, Inclusão Sócio Produtiva da Agricultura Familiar, Produção Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural.
- Por meio das Unidades Armazenadoras de Grãos e Unidades Frigoríficas, o IDR-PR armazenou mais de 16,4 milhões de toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados. Também auditou e classificou produtos para exportação no Porto de Paranaguá.

9.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar

Trata-se do apoio e estímulo ao cultivo de produtos de alto potencial de valor agregado e à estruturação de atividades agrícolas e não agrícolas, assistência técnica, extensão rural e previsões e avaliações da produção agropecuária. Além disto, promove a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares que se encontram distantes do aparato do Estado, por meio de capacitação, pesquisa, ensino agroecológico em seus mecanismos ou instrumentos de apoio a esse público específico. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP/POA) - registrou quatro novos estabelecimentos; atendeu dezenas de outros estabelecimentos com projetos aprovados ou em fase aprovação; realizou mais de 1.700 fiscalizações com o acompanhamento dos Programas de Auto Controle – PAC nos mais de 325 estabelecimentos registrados e ativos; registrou ou renovou aproximadamente 934 produtos de origem animal; realizou auditorias de 131 processos de registro de produtos; coletou aproximadamente 1.600 produtos para análises laboratoriais, destas 976 análises microbiológicas e 612 análises físico químicas.
- O SIP/POA propiciou o ingresso no SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção) de três novas empresas, totalizando 60 estabelecimentos aderidos a esse sistema, possibilitando comercializar seus produtos em todo território paranaense, gerando emprego e renda para o estado e garantindo à população paranaense a continuidade da oferta de alimentos seguros ao consumo.
- Aderência ao SUSAF/PR, de mais 30 municípios e dois consórcios, totalizando 90 municípios. Foram indicadas mais 28 agroindústrias, totalizando 60 estabelecimentos com SIM/SUSAF/PR.
- Programa Compra Direta Paraná, consiste na aquisição de gêneros alimentícios das cooperativas e associações da agricultura familiar e atendimento da rede socioassistencial do Estado, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), restaurantes populares, bancos de alimentos, casas de longa permanência, hospitais filantrópicos, entre outros. Beneficiou cerca de 1.000 entidades filantrópicas em 399 municípios que trabalham com a população mais vulnerabilizada do Estado, atendendo aproximadamente 309.000 pessoas com o recebimento de alimentos

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

diversificados, inclusive orgânicos, interferindo diretamente na imunidade e saúde dos mesmos. Esta ação promoveu também a geração de renda para aproximadamente 19.300 agricultores familiares de 163 associações e cooperativas do Estado, totalizando um investimento de R$ 40 milhões. Os contratos assinados em 2022 finalizaram em setembro de 2023 e a nova Chamada Pública está em fase final e prevê a contratação de R$ 60 milhões em gêneros da agricultura familiar, para os próximos 12 meses.

- Execução do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) - compra de alimentos diversos oriundos da agricultura familiar com doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições à rede pública e filantrópica de ensino, atendendo demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, beneficiou 74 entidades e 298 agricultores, com recursos na ordem de R$ 1,8 milhões. Outras duas portarias foram publicadas pelo Governo Federal em 2023. A primeira destinada exclusivamente para o atendimento da população indígena, totalizará R$ 1,5 milhão e beneficiará 24 municípios. A segunda, em fase de consulta aos municípios, beneficiará 46 municípios e totalizará R$ 4,3 milhões. A execução destas duas portarias começará no início de 2024.
- Programa Trator Solidário, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - financiou aproximadamente 500 unidades entre tratores agrícolas e colhedoras com valor aproximado de R$ 102 milhões.
- Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR) - aplicou R$ 5,9 milhões, com um total de 2.600 apólices aprovadas, assegurando a produção de diversas culturas, como trigo, milho, cevada, uva e feijão.
- Programa Banco do Agricultor Paranaense - instrumento que possibilita ao governo do Estado, através da parceria entre Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Fomento Paraná, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR – Paraná) e instituições financeiras conveniadas, conceder subvenção econômica em financiamentos concedidos a produtores rurais; cooperativas e associações de produção, comercialização e reciclagem; para agroindústrias familiares; projetos que utilizem fontes renováveis de geração de energia; programas destinados à irrigação, entre outros. Foram destinados até o momento aproximadamente R$ 209 milhões em equalização de juros em aproximadamente 4.000 projetos.
- Programa Cestas Solidárias – conecta consumidores a produtores rurais. Pelo programa cerca de 900 cestas foram adquiridas por mês por famílias de consumidores, com hortaliças orgânicas direto de 17 famílias de agricultores.
- A ADAPAR tem trabalhado fortemente no monitoramento, identificação e saneamento de focos: a) de lagartas resistentes a tecnologia Bt (*Bacillus Thuringiensis*) em plantas de soja, contribuindo para a manutenção da sanidade dos cultivos e evitando a aplicações desnecessárias de agrotóxicos; b) as populações de plantas daninhas resistentes a agrotóxicos e desta forma, evitar a sua disseminação para áreas indenes, assim como para evitar o excesso de aplicações de agrotóxicos; c) *Ralstonia Solanacearum* ou chamado Moko da Bananeira, praga quarentenária ausente no Paraná e com grande potencial de causar danos e restrições comerciais para a bananicultura no Estado; d) Cigarrinha do Milho, inseto vetor do Complexo dos Enfezamentos do Milho; e) Resíduo de Glufosinato na cultura do feijão dessecado

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

para colheita, onde houve uma queda para 16% na ocorrência da presença do ingrediente ativo de glufosinato, em relação a 2022.

- Parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), para aperfeiçoamento das ações de prevenção nos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário e propriedades rurais e o desenvolvimento de Plano de Cooperação com a Universidade Federal do Paraná para, dessa forma, auxiliar nos diagnósticos das espécies coletadas em todo o estado. Tais ações demostraram que essa espécie não está presente no Paraná.
- O IDR-PR - por meio das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, realizou 259.000 atendimentos, dos quais cerca de 118.000 visitas a propriedades, 95 atendimentos nos escritórios e 40.000 atendimentos remotos. Como público prioritário foram trabalhados cerca de 92.000 agricultores familiares, com o objetivo de contribuir na solução de problemas, aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar condições de produção e gerar maior lucratividade.
- Programa Renda Agricultor Familiar (Projeto Complementar Nossa Gente Paraná - Família Paranaense), visa alavancar pequenas propriedades e ampliar a qualidade de vidas das famílias com ações como saneamento básico, produção para autoconsumo e apoio a processos produtivos. O programa atua em parceria entre a SEAB, o IDR-PR e a SEDEF na orientação e elaboração de projetos para inclusão socioprodutiva. Em 2023 foram apoiadas 137 famílias rurais com o repasse de recursos no montante de R$ 138.000,00 para investimentos produtivos.
- Capacitação de profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - capacitação com emissão de certificado, com destaque para os cursos de agroindústria, pecuária de leite, cooperativismo e olericultura, envolvendo 1.300 profissionais.
- Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública complementar à reforma agrária, possibilita ao agricultor familiar e trabalhador rural adquirir uma propriedade rural e investir em infraestrutura básica e produtiva, reduzindo assim a vulnerabilidade e melhorando a qualidade de vida no campo. Foram beneficiados 77 agricultores com recursos aproximadamente R$ 12 milhões.
- A Ceasa disponibilizou novos espaços para comercialização de produtos, ampliando o acesso de cooperativas ao Mercado Produtor Rural, em 15 organizações rurais (atingindo 900 sócios) e de 250 novos cadastros de agricultores familiares, ampliando a rotatividade de comercialização.

9.1.3 Produção Sustentável

Trata-se do fomento e incremento de modelos de produção e comercialização com vistas a redução de desgastes dos recursos naturais. Para tanto, busca-se incorporar as melhores formas para minimizar os custos ambientais como: a realização de pesquisas para estimular a produção agroecológica e orgânica, o aproveitamento de potenciais energéticos, o impulsionamento da adoção de boas práticas no manejo integrado e uso de solos e água, na prevenção e no controle racional de pragas e doenças, no uso correto de agroquímicos (agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas), e na coordenação da política de florestas plantadas, como forma de manter ao longo de todo ciclo de vida de bens e serviços garantindo a capacidade produtiva. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- Execução de 112 projetos dos diversos programas de pesquisa, bem como lançamento de oito cultivares desenvolvidas pelo IDR-PR: café (arábica, alvorada e

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

pérola), aveia granífera andrômeda, mandioca paraguainha, cártamo, canola (*Brassica napus*), milho (*zea mays*), beneficiando diretamente centenas de agricultores.

- Projeto Pecuária de Leite - beneficiou 17.000 agricultores rurais com foco na qualidade do produto e manejo de alimentação.
- Projeto Olericultura - com foco em ações para qualidade dos produtos e para plantio direto em hortaliças; beneficiou 16.500 famílias.
- Projeto Grão Sustentável - atua na racionalização no uso de insumos, plantio direto, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, doenças e invasoras, monitoramento de doenças e comercialização dos produtos; beneficiou cerca de 17.300 agricultores.
- Plano Nacional de Controle da Ferrugem da Soja, com ações que permitindo ao produtor rural, melhor planejamento de suas safras além de contribuir com o manejo da ferrugem asiática da soja.
- Ações de prevenção, pesquisa e controle de praga foram realizadas em todo o Estado. A ADAPAR realizou fiscalizações preventivas em propriedades rurais, com inspeção de pulverizadores de agrotóxicos, para diagnóstico dos problemas e notificação para correção. No município de Marialva após as ações preventivas constatou-se a redução no número de denúncias, relativas aos problemas de fitotoxidade na cultura da uva em relação aos anos anteriores.
- Campanha de Atualização de Rebanhos para todas as espécies de animais de produção evidenciou 186.300 explorações pecuárias no estado (animais de produção) em sua maioria em propriedades de pequeno porte.
- Realização de aproximadamente 2.600 ações de fiscalização para vigilância ativa e comprovação da não circulação viral de Influenza Aviária (H5N1) no litoral do Estado.
- Realização de inúmeras atividades que envolvem o controle da Raiva em herbívoros, da Encefalopatia Espongiforme Bovina, Anemia Infecciosa Equina, Mormo, doença e mortalidade das abelhas, vigilância da febre aftosa, doença das aves e suínos, controle da brucelose e tuberculose, fiscalização dos insumos e comércios veterinários.
- Realização de Força Tarefa denominada de “Operação BIG CITROS”, em municípios com produção de citros, nas regiões de Umuarama, Paranavaí e Maringá. Configurou a maior operação de Vigilância Fitossanitária já feita pela ADAPAR, com 40 servidores envolvidos diretamente nas ações em mais de 300 pontos georreferenciados em 13 municípios, em propriedades com plantas hospedeiras, tanto em áreas comerciais como áreas não comerciais, pomares abandonados e plantas isoladas.
- Programa de coleta de amostras vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos, visando a constatação de resíduos de agrotóxicos acima dos limites autorizados ou proibidos pela Anvisa, coletou e analisou 115 amostras em propriedades agrícolas.

9.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural

São fatores fundamentais garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos agropecuários para que se proporcione à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade, bem como ampliar o

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

acesso à moradia, saúde, saneamento e educação, às famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- Manutenção e melhoria do status sanitário dos cultivos e rebanhos do Estado, a ADAPAR vem ampliando as parcerias institucionais com o objetivo de harmonização de procedimentos para a fiscalização do trânsito agropecuário junto às forças de segurança e também outras ações como: a) capacitação de 80 policiais rodoviários federais, com o objetivo de identificar e analisar documentos de trânsito de animais, vegetais, produtos de origem animal e insumos agropecuários na região de fronteira com a Argentina e Paraguai; b) realização da Operação Safra, para orientar motoristas sobre importância dos documentos sanitários em cargas de interesse da defesa agropecuária, o bem estar animal e manutenção adequada dos veículos, mais de 150 ações (barreiras volantes) foram realizadas com apoio da Policia Militar do Paraná, Policia Rodoviária Federal , Secretaria Estadual da Saúde , DETRAN e Departamento de Estradas e Rodagem – DER; c) capacitação de 256 servidores entre assistentes de fiscalização e fiscais de defesa agropecuária que atuam diretamente no monitoramento e controle do trânsito agropecuários nos 32 postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário com o objetivo de atualizar e padronizar os procedimentos.
- Foram emitidas cerca de 24.000 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV, que atestaram a sanidade dos hortifrutis paranaenses, possibilitando o acesso a mercados de todo o Brasil, inclusive a exportação para outros países.
- Estabelecimento de parcerias com prefeituras, a capacitação de produtores, elaboração de plano emergencial para erradicação de focos e o cadastramento de 836 propriedades rurais na região do Vale do Ribeira para o reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Área Livre de Praga Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis pv. citri*) no Vale do Ribeira que visa manter a competitividade e possibilitar o acesso a mercados diferenciados para os frutos cítricos produzidos nessa região do Estado.
- Programa Leite das Crianças - tem por objetivo o auxílio no combate à desnutrição infantil por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite enriquecido às crianças de 06 a 36 meses, em todos os municípios do Estado. Foram distribuídos aproximadamente 39,6 milhões de litros de leite, com atendimento mensal de 111.000 crianças, envolvendo 4.500 produtores rurais como fornecedores, totalizando um investimento de R$ 180 milhões.
- ADAPAR encaminhou ao Ministério da Agricultura e Pecuária propostas de regionalização no Estado para a realização de semeadura da soja na safra 2023/2024, que foi implementada por meio da Portaria SDA/MAPA 840/2023. Tal proposta de regionalização possibilitou a ampliação da janela de semeadura para a cultura da soja no Paraná, propiciando aos sojicultores paranaenses um melhor planejamento na instalação do plantio.
- Programa de Sanidade dos Suínos – PSS, tem a finalidade estabelecer e executar medidas de controle da sanidade do rebanho suíno do Paraná em consonância com o Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) para as enfermidades de interesse e controle oficial. Desempenhou em nível estadual o novo formato de vigilância e monitoramento de doenças de interesse para o SVO na suinocultura, fundamentado em vigilância baseada em riscos, alterando o formato de vigilância ativa e passiva das enfermidades de um sistema quantitativo (gatilho de mortalidade, reprodutor de descarte) para um sistema qualitativo. Houve ainda a inclusão de pesquisa sobre a

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

síndrome respiratória e reprodutiva dos suínos- PRRS, doença exótica no território brasileiro.

- Comercialização de hortifrutigranjeiros - feita pela CEASA, resultou em R$ 1,36 milhão de toneladas, gerando receita superior a R$ 4,7 bilhões, sendo destes 63% comercializados pela unidade Curitiba.
- Conferências Municipais, Regionais e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - O Governo do Paraná, por meio do Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), apoiou a realização das Conferências Municipais, Regionais e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste ano, pela primeira vez, os 399 municípios paranaenses realizaram conferências municipais, e na sequência foram realizadas 22 conferências regionais e a Estadual. Isso se deve ao importante trabalho de parceria entre governo estadual, prefeituras e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, para que as políticas setoriais efetivamente beneficiem a população e à relevância do tema. Sessenta delegados estaduais irão representar o Estado na Conferência Nacional em Brasília, no mês de dezembro. As propostas apresentadas nas conferências irão contribuir na elaboração do IV Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2024 -2027.
- SISAN- Atualmente o Paraná é o estado com maior número de adesões ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com 214 adesões municipais – o que corresponde a 40% do total no Brasil. A adesão ao SISAN reflete o compromisso municipal com as políticas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.
- Formalizado o convênio de feira da agricultura familiar com o Município de Guapirama. Em análise os restaurantes populares de Pato Branco, Cianorte, Quedas do Iguaçu e Campo Mourão.
- Certificação de 101 propriedades como livre de brucelose e tuberculose. A certificação confere confiabilidade à propriedade rural e maior facilidade para o trânsito dos animais e vantagem na hora de comercialização. Para tanto a vacinação das fêmeas bovinas e bubalinas é obrigatória e deve ser realizada na idade de 3 a 8 meses, no Paraná o índice está próximo de 80% e tem apresentado tendência de alta, o que infere uma sensibilização dos produtores rurais na proteção de seu rebanho contra esta zoonose.
- O estado conta atualmente com mais de 1.000 médicos veterinários da iniciativa privada habilitados para fazerem exames de brucelose e tuberculose. Os médicos veterinários cadastrados a fazer vacina contra brucelose são aproximadamente 2.300 e 1.100 vacinadores auxiliares.
- Distribuição de 14.500 toneladas, de merenda escolar aos 399 municípios, por meio de parceria entre o IDR-PR e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR.
- A CEASA, visando o melhoramento de suas unidades, realizou investimentos em obras de infraestrutura construção e conservação, envolvendo pavimentação e melhoramento da eficiência energética e usina solar com placas fotovoltaicas, distribuídas nas cinco unidades na ordem de R$ 12 milhões.
- Programa Banco de Alimentos – Comida Boa, atua em parceria com produtores rurais e permissionários do mercado atacadista por meio de coleta, repasse e doação de hortigranjeiros sem padrão de comercialização, porém ainda em boas condições consumo para repasse a entidades: socioassistenciais, instituições para idosos,

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

organizações religiosas ou filosóficas, serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, instituição de contraturno escolar, associações de moradores que trabalham na defesa de garantia de direitos e comunidades terapêuticas e hospitais. Estão cadastradas junto ao Banco de Alimentos da CEASA Paraná, nas suas cinco unidades, um total de 387 entidades, compostas por orfanatos, creches, hospitais públicos e entidades assistenciais, que atendem em média 168.000 pessoas por mês. Além disso, o Banco de Alimentos da Unidade de Curitiba atende atualmente 312 famílias em estado de vulnerabilidade social que moram no entorno da CEASA, e que recebem semanalmente doações de produtos.

- Programa Renova Paraná – busca auxiliar os produtores rurais de diferentes cadeias produtivas na viabilidade e competitividade de seus negócios, oferecendo as condições para agricultores e empresas promoverem a autoprodução de energia, própria e renovável, com a possibilidade de reduzir custos de produção e ampliar suas atividades. Ao mesmo tempo, podem tratar dejetos animais e resíduos agrícolas e agroindustriais, promovendo a correta destinação dos mesmos e a adequação ambiental das suas atividades, contribuindo com a orientação do agro paranaense em direção à sustentabilidade e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O IDR-PR acatou aproximadamente 7.300 projetos no montante de R$ 1,3 bilhão, envolvendo 663 empresas prestadoras de serviços cadastradas em Energia Solar e 20 em Biogás/Biometano.
- Avanço significativo, nos últimos quatro anos, da regularização das áreas ocupadas (direito de uso dos boxes) e áreas de permissão de uso, por meio de recadastramento e licitação nas cinco Unidades Atacadistas, atingindo a meta de regularização em sua totalidade.
- Firmada parceria entre a CEASA e a *SANEPAR*/CS Bioenergia, para coleta e destinação dos resíduos sólidos orgânicos, dentro de parâmetros definidos pela legislação que regula o setor, para transformação em biogás, corroborando com a destinação ambientalmente adequada e o aproveitamento energético.
- Programa Paraná Mais Orgânico - propõe a orientar e capacitar os produtores, auditar e certificar a produção de alimentos orgânicos. A iniciativa oferta assistência técnica gratuita ao produtor de alimentos orgânicos, para que possa desenvolver e ampliar a sua produção com qualidade. O programa envolve a SETI, por meio das universidades estaduais; o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR, antigo CPRA), vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), que é o órgão certificador. Os agricultores familiares, aderiram a um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz (*WhatsApp*), como alternativa de atendimento ao mercado de orgânicos. A ideia surgiu com a finalidade de facilitar a comercialização da produção de frutas, verduras e hortaliças no período de fechamento do comércio, em diferentes regiões do território paranaense. O número de produtores orgânicos certificados no Paraná totalizam 3.700 certificações.
- Buscando alcançar a sustentabilidade e a preservação para os negócios e manter o equilíbrio com o meio ambiente, sendo competitivo do ponto de vista ambiental a CEASA/PR foi certificada com a ISO 14.001, sendo a primeira CEASA no Brasil a ter obtido a referida certificação, como forma de garantir a perenidade dos negócios da CEASA/PR, fidelizando nossos clientes, potencializando toda cadeia produtiva de suprimentos, promovendo o desenvolvimento sustentável, além de reduzir ao máximo o impacto ambiental. Como parte integrante do planejamento, está prevista

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

para o próximo exercício de 2024, a implantação da certificação nas demais Unidades Atacadistas do interior.

10

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

10. SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES (SECID)

A Secretaria de Estado das Cidades - SECID, sucedeu a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU), no ano de 2023, por meio da Lei n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, com alteração e ampliação das suas competências. A SECID é o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano no Paraná, sendo sua missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, integração e desenvolvimento institucional dos municípios e responsabilidade sobre obras públicas de interesse do Governo do Estado do Paraná. São vinculadas à sua estrutura: a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) a qual sobreveio a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), mediante a Lei n.º 21.353, de 01 de janeiro de 2023; a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); as Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3). O Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) compõe o Nível de Decisão Colegiada da pasta, e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE é vinculado por cooperação, nos termos da Lei n.º 15.211, de 17 de julho de 2006. Até 2022, a Paraná Edificações (PRED), também era um órgão vinculado, e com a Lei estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023 ocorreu a extinção da autarquia, com isso suas atribuições e atividades relacionadas ao planejamento, à coordenação e à execução, centrada no desenvolvimento sustentável de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da Administração Direta e Autárquica, passaram a integrar o âmbito de atuação da SECID.

Já no primeiro semestre, a realização da 1ª. Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades do Paraná - CONCIDADES/PR, marcou o resgate e o fortalecimento da manutenção dos Conselhos Municipais das Cidades. Estes são importantes, pois auxiliam as Prefeituras na identificação de demandas e no encaminhamento de propostas, alcançando os setores da educação, mobilidade, meio ambiente e propondo alterações para o Plano Diretor Municipal (PDM). A atuação da SECID, de seu ente vinculado cooperado, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, juntamente com o CONCIDADES/PR, apoiando as Prefeituras, levou à reativação de 128 Conselhos Municipais naquele semestre, correspondendo a 77% de um total de 166 cidades cujos Conselhos estavam desativados ou que perderiam a vigência.

Sob responsabilidade da SECID e executado com o apoio do PARANACIDADE, os investimentos do Plano de Transferências Voluntárias (Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PAM) ocorrem por transferências de recursos a fundo perdido, na forma de convênios com as Prefeituras. As ações realizadas são obrigatoriamente de cunho urbanístico, local ou regional, e de desenvolvimento institucional dos municípios, inclusive para aquisição de equipamentos, veículos, sistemas digitais, além de grande variedade de obras, reformas, requalificações, intervenções, etc. Ao longo do ano, foram firmados 791 convênios com 323 municípios paranaenses, cujos objetos encontravam-se em efetiva execução para aquele período. A Pasta diligencia ações que concorrem ao desenvolvimento urbano sustentável das cidades, através de transferências voluntárias no âmbito de programas, como: Asfalto Novo Vida Nova; Meu Campinho; apoio aos municípios, compreendendo: centros de eventos e de desenvolvimento econômico, urbanização e calçadas, pavimentação e recapeamento de vias urbanas, escolas municipais, capelas mortuárias, complexos esportivos, modernização da iluminação pública, reformas de terminais rodoviários urbanos, e tantas outras ações que oportunizam melhorias na qualidade de vida dos munícipes, na medida em que ocorrem obras de infraestrutura urbana e sustentável. No decurso do ano, os investimentos totalizaram o valor aproximado de R$ 653,2 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A SECID deu continuidade, em parceria com o PARANACIDADE, ao Programa Integrado de Gestão de Dados Municipais para implantar o Sistema de Gestão de Base de Dados Corporativa e Multifinalitária (SGBD). Realizou capacitações para profissionais da Secretaria, PARANACIDADE e técnicos de Prefeituras para aprenderem a trabalhar com o *software* de georreferenciamento. Durante o treinamento foram abordados os seguintes temas: modernização da gestão municipal; interação dos setores administrativos; democratização de acesso à informação; segurança e credibilidade; e incremento à Receita Tributária e Otimização de Arrecadação. Até o momento do treinamento, dos 399 municípios paranaenses, 347 já haviam assinado o Termo de Adesão ao *Software*.

Outra importante realização foi o "1º Fórum Estadual sobre Nova Lei de Licitações, Contratação Direta e Contratos Administrativos", em parceria com a Casa Civil, Escola de Gestão do Paraná e Prefeitura de Curitiba, ocorrido nos dias 26 e 27 de junho, tendo 1.015 inscritos, entre eles prefeitos e técnicos municipais e estaduais. O tema foi de grande relevância, fundamental no trâmite de projetos de desenvolvimento urbano, visando agilizar e viabilizar convênios de transferência de recursos aos Municípios e contratos com executores de obras ou fornecedores de serviços.

Ainda, devido às chuvas fortes que ocorreram nos meses de setembro e outubro, em diversas localidades do Estado, a Secretaria reforçou a disponibilização do Programa Paraná Recupera, criado com base na Lei Estadual no. 20.164, de 02 de abril de 2020. Fazendo uso desse programa, mediante a SECID, os municípios interessados puderam se beneficiar, solicitando moratória de até 12 meses de pagamentos de contratos em andamento pelo Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM).

Com relação às novas atividades assumidas pela Secretaria em decorrência da extinção da PRED, até 31 de outubro, foram realizados 15 contratos, dentre projetos, laudos, sondagens geológicas, levantamentos planialtimétrico (em andamento, ou concluídos parcialmente). A SECID prestou apoio técnico para a elaboração de 45 Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência para Contratação de Projetos. A equipe de fiscalização de projetos, para aquele período, operava em conjunto com os fiscais de obras em cinco contratos de Contratação Integrada e Semi Integradas. Foram realizadas também análises de aditivos, de elementos técnicos de levantamentos elaborados pelos Escritórios Regionais, Elaboração de Instruções Processuais e Pareceres Técnicos. Os projetos são realizados para diferentes municípios do Paraná, contemplando Conselhos Tutelares, espaços da Polícia Militar, CRAS, Delegacias Padrão I, II e II, Ambulatórios Médicos Especialidades - AME, Maternidade, Penitenciárias, entre outros espaços importantes para a população.

No tocante aos contratos de obras, atuou em 355 contratos de obras, considerando os estágios: em andamento, concluída e outras. Foram 200 contratos em execução ou a iniciar, contratados até 31 de outubro, e 155 concluídos. Das 399 cidades paranaenses, grande parte recebeu obras novas de Delegacias, Hospitais e reformas e/ou ampliações de equipamentos públicos. O total investido corresponde a valores que compõem o orçamento das entidades demandantes, as quais delegam responsabilidades à SECID através dos Termos de Execução Descentralizada (TED's).

Além disso, foram realizados 124 levantamentos de reparos, 15 avaliações para locações de imóvel, e 37 vistorias e *checklists* de terreno.

A Secretaria das Cidades apoia em atividades relacionadas ao planejamento, à coordenação e à execução centrada no desenvolvimento sustentável de projetos, obras e serviços de engenharia, a todas as Secretarias de Estado, autarquias vinculadas e órgãos estatais de administração direta. No decorrer de 2023, considerando as obras próprias concluídas, a Secretaria

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

de Estado da Segurança Pública (SESP) foi a mais atendida, com 67 obras, passando a ser a maior demandante. Em seguida a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), com 16 obras no total. O desempenho deste trabalho corrobora com as políticas públicas, aproximando o Governo do Estado aos anseios da população paranaense.

10.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

O PARANACIDADE coopera com a Secretaria das Cidades em atividades não exclusivas da administração pública na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios. O trabalho é importante para a realização de ações de intervenções urbanísticas e aperfeiçoamento institucional nos 399 municípios do Paraná.

Sua construção jurídica foi instituída pela Lei Estadual n.º 15.211, de 17 de julho de 2006.

O primeiro Contrato de Gestão com a SECID foi firmado em 1996 e se encontra no 14º termo aditivo, subscrito em 2022. Esses instrumentos administrativos/legais conferem ao PARANACIDADE o papel de agente técnico/operacional que intermedia e viabiliza a execução de ações municipais de desenvolvimento urbano, custeadas com recursos estaduais, por meio de convênios e/ou contratos de empréstimo.

10.1.1 Gestão de Contratos de Desenvolvimento Regional

10.1.1.1 Corredor Oeste de Exportação - Nova FERROESTE

O PARANACIDADE concluiu, por contratação, os estudos técnicos e realizou as Audiências Públicas para estruturar a desestatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., dentro do escopo do projeto da Nova FERROESTE, que ligará Maracaju-MS a Foz do Iguaçu e ao Porto de Paranaguá.

No período compreendido até 31 de outubro, encontrava-se em execução a realização de Estudos de Comunidades Indígenas por solicitação complementar a anuência emitida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) concedida no início do ano supracitado.

A conclusão desses estudos, possibilitará a finalização do processo de licenciamento ambiental federal e, a partir desse, o lançamento do Edital para a contratação de projetos e execução das obras. Nessa ação, fez-se a contratação, gestão e fiscalização de dois contratos, sendo que os estudos técnicos nos campos econômico-financeiro, socioambiental e jurídico em análise no órgão licenciador federal - IBAMA, para emissão de Licença Prévia, têm previsão de conclusão para agosto de 2024. Em relação ao contrato de Serviços Técnicos de estruturação do projeto de desestatização da Nova FERROESTE, para o período até 31 de outubro, foram finalizados os seguintes produtos: Planejamento de Atividades; Plano Bancabilidade e pré-certificação Títulos Verdes; Elaboração do Plano Bancabilidade e pré-certificação Títulos Verdes; Etapa de Estruturação e o de Validação Externa – Preliminar.

10.1.1.2 Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais no Estado do Paraná

Ao longo do exercício foram desenvolvidos: Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) das três microrregiões; Audiências Públicas para apresentação e coleta de sugestões para complementação dos PRSB; o evento A Cidade e o Saneamento – Fórum Estadual Fundo Municipal de Saneamento, promovendo a capacitação de gestores municipais em função da previsão contida na Lei Federal, pela qual os municípios podem criar fundos especiais para custear serviços de saneamento básico. Com relação à modelagem, foram obtidos os seguintes produtos: Diagnóstico

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

da situação atual e benchmark; Análise técnico- operacional e ambiental; Estudos de Engenharia; Estudo Ambiental; Situação Fiscal; Diagnóstico de atratividade; Aspectos Econômico-Financeiros da Modelagem; Plano de Comunicação e Modelagem Jurídica.

10.1.1.3 Modelo Inter-regional de Insumo Produto e de Equilíbrio Geral Computável Dinâmico Inter-Regional para Avaliação dos Impactos em Investimentos de Infraestrutura Urbana do PARANACIDADE.

Visando contribuir para o fortalecimento institucional da SECID/PARANACIDADE e oferecer subsídios técnico-científicos para a melhor tomada de decisão na alocação de recursos públicos estaduais, está em elaboração análises dos impactos socioeconômicos regionais e urbanos dos investimentos municipais em infraestrutura urbana e a realização de simulações dos efeitos desses investimentos, supervisionados pelo PARANACIDADE, além do treinamento à equipe de tal modo que viabilize a reprodução e a calibragem dos cálculos para estudos subsequentes.

10.1.1.4 Transporte Urbano da Região Metropolitana de Curitiba

Decorrente do Termo de Cooperação firmado entre a SECID, a Agência de Assuntos Metropolitanos do Estado do Paraná (AMEP) e o PARANACIDADE, está sendo desenvolvido a ação que tem por objetivo auxiliar no desenvolvimento de edital, bem como demais documentos (Estudo Técnico Preliminar, Minuta de Contrato) e processos a ele relacionados. Esta ação refere-se ao procedimento licitatório com o intuito subsidiar tecnicamente o modelo adequado para delegação do serviço público regular de transporte coletivo de passageiros de característica urbana na Região Metropolitana de Curitiba.

10.1.2 Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM)

O PARANACIDADE é o responsável pela supervisão da execução das operações do SFM. As operações financeiras são realizadas em parceria com a Fomento Paraná S/A. Os recursos destinam-se à execução de obras de infraestrutura, como a pavimentação e recape de ruas, urbanização e implantação de calçadas, iluminação pública, esgotamento sanitário, construção de equipamentos públicos como praças, creches, escolas, quadras esportivas e barracões industriais e, também, para a renovação e a expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios.

Os dados de performance apurados pelo diretório de controle informam que foram consolidados, a cabo de outubro, investimentos no valor de R$ 313,5 milhões distribuídos em 945 diferentes ações.

10.1.3 Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

O PARANACIDADE contratou a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado – PDUI's, de três regiões metropolitanas paranaenses: Cascavel, Londrina e Maringá. O PDUI é o instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão, as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes da região metropolitana e aglomeração urbana, segundo Estatuto da Metrópole, Lei Federal n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

No mês de junho, foi feita a entrega oficial dos PDUI's à Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP), que dará seguimento aos trabalhos para a aprovação na Assembleia Legislativa e implantação da Governança.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

10.1.4 Ações de Apoio Institucional

10.1.4.1 Portal dos Municípios

Por meio do Portal dos Municípios, constantemente atualizado e recebendo upgrades, os técnicos e gestores municipais têm acesso online à documentação, informações técnicas e apoio administrativo referentes às diversas fases da execução de um projeto, desde as fases iniciais de análise até as fases finais de medição e conclusão das obras.

10.1.4.2 PARANACIDADE INTERATIVO

O PARANACIDADE oferece o Programa PARANACIDADE INTERATIVO (www.paranainterativo.pr.gov.br), com uma série de aplicativos modularizados (*app's*), estudos e utilitários (*widgets*) construídos para diversas finalidades, que rodam em ambiente WEB e dispositivos móveis (mobile). O objetivo deste projeto, que utiliza um Sistema de Informações Geográficas (SIG), é subsidiar a formulação e monitoramento das políticas públicas urbanas e regionais e melhorar a capacidade de execução de ações e planejamento pela administração pública municipal e estadual.

Como a base de dados do PARANÁ INTERATIVO é bastante ampla, foram criadas aplicações para consultas e análises distintas, como: Ações Gerenciadas pelo PARANACIDADE; Projeto Meu Campinho; Painel dos Municípios; Infraestrutura (Pavimentação, Iluminação Pública e Saneamento); Sistema Rodoviário Estadual; Logradouros Urbanos; Classificação do Sistema Viário; Rotas Acessíveis; Características Urbanísticas dos Municípios; Áreas de Proteção Ambiental; Zoneamento Urbano; Saneamento Básico; Equipamentos Urbanos; Mapas Básicos; e Indicadores Sociais e Econômicos (IDHM, IPDM, PIB, Assentamentos Precários, etc.).

10.1.4.3 Bases Cartográficas

O conhecimento do espaço físico territorial é fundamental para os gestores públicos desenvolverem ações voltadas ao planejamento urbano, permitindo tomadas de decisões que terão impacto na infraestrutura das cidades e no atendimento às demandas da população. Entre 2021 e 2023, o PARANACIDADE realizou a contratação de serviços de engenharia para execução de mapeamento, na escala 1:2.000, de 3.123 km^2 de áreas urbanas, abrangendo 215 municípios. Este objeto está inserido no Programa Paraná Urbano III - Contrato de Empréstimo n.º 4632/OC-BR, entre o Governo do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

10.1.4.4 Planos Diretores Municipais (PDMs)

O PARANACIDADE encaminhou subsídios técnicos e jurídicos para a alteração de dispositivos legais sobre os Planos Diretores Municipais, que se efetivou na Lei estadual n.º 21.051, de 23 de maio de 2022. Essa alteração, ampliou o prazo para 06 de junho de 2025, para que os municípios providenciem a atualização de seus Planos Diretores Municipais, visando a continuidade de acesso a recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná. A ampliação do prazo prevê a realização de conferência, audiências públicas e revisão das etapas do seu plano diretor até a sua atualização completa.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

10.2 AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS (AMEP)

A AMEP foi criada pela Lei estadual n.º 21.353, de 1º de janeiro de 2023, tendo como objetivo coordenar as Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC's), nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento, instituídas no Estado do Paraná.

Sua criação possui como marco legal orientador o Estatuto da Metrópole, que delega ao Órgão Metropolitano a responsabilidade pela garantia da Governança Interfederativa das Unidades Territoriais, promovendo o Planejamento, a Gestão e a Execução das Funções Públicas de Interesse Comum, tais como: Planejamento Urbano, Uso e Ocupação do Solo, Transporte Coletivo Metropolitano, Meio Ambiente e Habitação de Interesse Social.

10.2.1 Uso e ocupação do solo

No decurso de janeiro a outubro, o departamento de uso e ocupação de solo da AMEP realizou análise de 760 processos. Uma média de 3,6 processos analisados por dia útil.

O Órgão elaborou também a cartilha "Regulariza", que apresenta um passo a passo para que os municípios possam dar início ao processo de regularização fundiária.

10.2.2 Planejamento

Já o departamento de Planejamento, foi responsável pela análise de 243 processos. Uma média de 1,15 processos analisados por dia útil.

Foram concluídas também as análises dos Planos Diretores Municipais de Contenda, Colombo e Tijucas do Sul.

Foi promovido ainda um curso de capacitação em geoprocessamento para os técnicos municipais, objetivando a melhoria da gestão urbana.

Outro importante trabalho desenvolvido pelo Departamento foi a contratação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Curitiba, realizada em junho. O PDUI é o maior plano de desenvolvimento urbano da história do Paraná e deverá ser entregue em novembro de 2024, apresentando diretrizes para o crescimento e desenvolvimento da Região para os próximos 10 anos.

10.2.3 Inteligência geográfica

O departamento de Inteligência Geográfica atua na gestão dos trabalhos relativos à pesquisa, ao tratamento, ao armazenamento e à divulgação de informações de interesse das Unidades Territoriais. Durante o ano de 2023, ele foi responsável pela análise de 108 processos. Uma média de 0,5 processos analisados por dia útil.

Além disso atuou na apresentação das propostas de ajustes nos limites territoriais entre Curitiba e São José dos Pinhais, sancionada em fevereiro, e nas propostas de reajustes entre Campo Largo e Balsa Nova, Bocaiúva do Sul e Rio Branco do Sul, e início das tratativas para ajuste entre Curitiba e Araucária.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

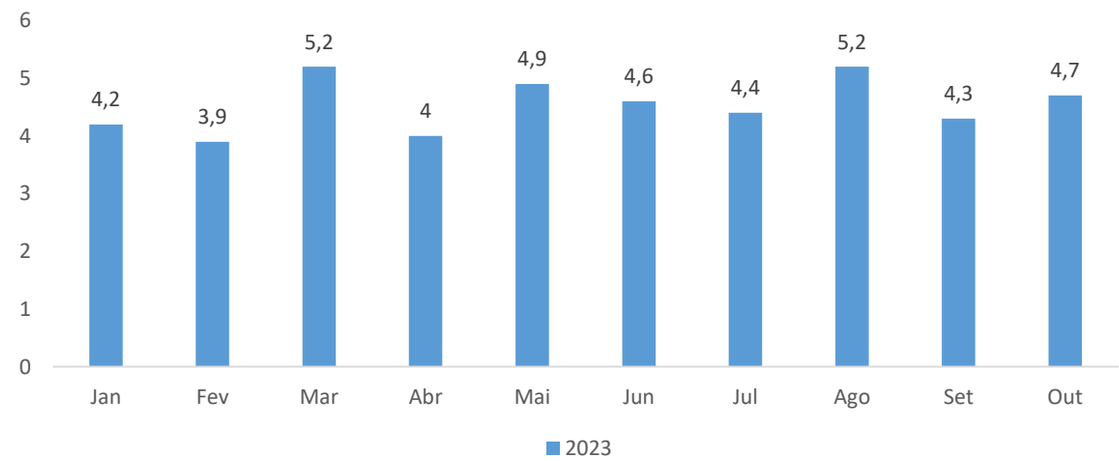
10.2.4 Transporte Coletivo

O sistema metropolitano de transporte coletivo, operado pela AMEP, conecta os municípios da RMC de forma segura, eficiente e integrada. Ao longo do ano, foram realizados mais de 458 ajustes na operação do Transporte Coletivo, entre itinerários, horários e novas linhas, ajustando a operação de acordo com a necessidade da população atendida.

Para o mesmo período, foram repassados ao sistema como forma de subsídio da Tarifa um total de R$ 192 milhões. Além disso, o Governo do Estado repassou outros R$ 35 milhões ao Município de Curitiba como forma de garantir a integração entre os sistemas.

Apesar do gradual, porém lento retorno, o sistema registrou uma média de 226.797 passageiros pagantes transportados por dia útil, representando cerca de 87% do número registrado no período anterior ao da pandemia.

GRÁFICO 1 - VALORES EM MILHÕES DE PASSAGEIROS PAGANTES



10.2.4.1 Linhas

Entre as alterações mais significativas do Sistema, tivemos a ampliação dos itinerários das linhas J62 – CTBA/CAMPO LARGO, tendo como ponto final o Terminal do Guadalupe; a linha C25 – VILA AMÉLIA, tendo como ponto final o Campus do Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Pinhais e as linhas C41-PINHAIS/BAIRRO ALTO (EMILIANO PERNETA), C36-PINHAIS/BAIRRO ALTO, C36-PINHAIS/CENTENÁRIO e C18-JD. TROPICAL/VARGEM GRANDE.

10.2.4.2 Tarifa

Por todo o ano, as tarifas do Transporte Coletivo Metropolitano permaneceram sem reajuste.

10.2.4.3 Novos ônibus

Foi realizada a entrega oficial de 100 novos ônibus para o Transporte Coletivo Metropolitano, atendendo 13 dos 19 municípios que formam a Rede Integrada de Transporte, sendo eles: Araucária, Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba, Quitandinha, Campo Largo, Piraquara e Pinhais.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A aquisição representa um montante investido na ordem de R$ 64,7 milhões.

10.2.4.4 Ônibus movidos a Gás Natural Veicular

Foram realizados também testes com os ônibus movidos 100% a GNV, tecnologia que reduz em quase 90% as emissões de poluentes.

10.2.4.5 Estação Tubo Carlos Gomes

Teve início a reforma e ampliação da Estação Tubo Carlos Gomes, uma demanda histórica dos passageiros do transporte coletivo metropolitano que fazem a conexão de Curitiba com o município de Fazenda Rio Grande. A reforma está sendo executada pela Urbanização de Curitiba S.A., por meio de repasse do Governo do Estado no valor de R$ 699.000,00.

10.2.4.6 Auditoria

A AMEP contratou também uma empresa especializada para a realização de uma auditoria independente no Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Transporte Coletivo. A auditoria está em andamento, devendo ser finalizada em fevereiro de 2024, e representa um investimento do Governo do Estado na ordem de R$ 800 mil.

10.2.4.7 Abrigos para pontos de ônibus

Foram adquiridos e entregues aos municípios de Piên, Campo Largo e São José dos Pinhais, 12 novos abrigos para pontos de ônibus, resultando num investimento cerca de R$ 176.400,00.

10.2.4 Infraestrutura

Em agosto, foi entregue o novo terminal de ônibus metropolitano de Piraquara, num investimento do Governo do Estado no valor de R$ 14,3 milhões. O novo terminal tem 2.467 metros quadrados, quatro vezes maior do que o anterior, construído em 1996, e o dobro de plataformas em relação ao antigo, passando de quatro para oito. A mudança visa evitar a superlotação e garantir o embarque e desembarque de passageiros com mais comodidade, especialmente nos horários de pico.

Já no município de São José dos Pinhais, foi iniciada a obra para a construção do novo terminal de ônibus metropolitano Afonso Pena, num investimento do Governo do Estado de R$ 21,3 milhões, com previsão de entrega em junho de 2024.

Outra importante obra, concluída também em junho, foi a implantação do sistema de iluminação e dispositivos de segurança no Contorno Sul de Curitiba, num investimento do Governo do Estado no valor de R$ 21,6 milhões, contemplando um trecho de 10,6 km de extensão.

A AMEP ainda trabalha em outros projetos de importantes obras de infraestrutura na Região Metropolitana de Curitiba, entre eles a implementação do novo trecho da PR-423 na ligação de Araucária com Curitiba/Fazenda Rio Grande; a pavimentação da rodovia de ligação entre São José dos Pinhais e Mandirituba, e a requalificação da conexão entre Curitiba e Pinhais na continuação da Avenida Maurício Fruet.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

10.3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)

Fundada em 1965 pela Lei n.º 5.113, de 14 de maio de 1965, a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) é uma empresa de economia mista responsável por planejar e executar as políticas públicas no setor de habitação em nível estadual. O principal objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida da população paranaense a partir da oferta de condições dignas de moradia à população, em especial aquelas de menor renda, em parceria com outros órgãos estaduais, municípios, Governo Federal e iniciativa privada.

Além da participação em projetos executados pelo Governo Federal, com contrapartidas estaduais, as ações da COHAPAR são organizadas no âmbito do programa Casa Fácil Paraná, que englobam: a) construção de moradias, b) projetos de regularização fundiária, c) obras de infraestrutura e d) concessão de subsídios financeiros.

1.3.1 Produção de Novas Moradias

Ao longo do ano, o Programa Casa Fácil PR viabilizou atendimento habitacional à 28.174 famílias, por meio da:

Contratação de 165 empreendimentos, através do programa Valor de Entrada, totalizando 21.781 unidades, que representam investimento total no montante R$ 5.326 bilhões, dos quais 19.913 unidades destinam-se ao público da COHAPAR;

Conclusão de 1.864 unidades habitacionais pelas diferentes modalidades estaduais próprias, em parceria com o Governo Federal e com outros órgãos, além de 4.529 unidades habitacionais em construção, em 34 municípios do estado.

10.3.1.1 Valor da Entrada

Solução de atendimento consolidada desde o ano de 2021 e premiada nacionalmente em 2022, a modalidade Valor de Entrada consiste na concessão de subsídios de R$ 20.000,00 por imóvel, em unidades financiadas pela Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS. O programa alcançou, em 2023, o número total de 60.000 unidades em produção ou a serem produzidas, sendo que destas, 40.900 unidades estão habilitadas e serão objeto do subsídio do programa.

As unidades representam a liberação de R$ 620 milhões em investimentos estaduais, sendo que destes R$ 373,1 milhões já foram efetivamente liberados. Ao todo, os empreendimentos aprovados pela Companhia representam um investimento total de cerca de R$ 12 bilhões no Estado, no ano, e a geração de, aproximadamente, 180.000 empregos diretos e indiretos na indústria da construção civil.

10.3.1.2 Viver Mais

Destinados ao atendimento de idosos, a modalidade atingiu, durante o ano, um total de 22 municípios paranaenses. Tratam-se de condomínios residenciais fechados com 40 moradias cada, com ampla infraestrutura de saúde, lazer e acompanhamento social aos moradores, que devem ter 60 anos ou mais e até seis salários mínimos. Os beneficiários são selecionados pela COHAPAR, com prioridade para idosos residentes em áreas de risco, condições precárias ou que pagam aluguel oneroso. Os beneficiários pagam um aluguel social de 15% de um salário-mínimo nacional ao mês, equivalente a R$ 198,00, por tempo indeterminado. Após a desocupação, as unidades são redirecionadas a outros idosos na fila de espera de acordo com os critérios de preferência.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Os condomínios de Jaguariaíva, nos Campos Gerais, Foz do Iguaçu, no Oeste, Prudentópolis, no Centro-Sul e Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro, entregues nos exercícios anteriores, somam 160 moradias. As obras em execução no decorrer do ano, com previsão de entrega para o exercício de 2024, nos municípios de Arapongas, Campo Mourão, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ponta Grossa e Telêmaco Borba, totalizaram 320 moradias.

Em outubro, encontravam-se em fase de licitação os condomínios de Maringá, Toledo, Loanda, São Miguel do Iguaçu, Astorga, Goioerê, Ivaiporã, Guaíra, Assis Chateaubriand e Santo Antônio do Sudoeste, totalizando a viabilização de 10 condomínios com 400 unidades apenas para este exercício.

TABELA 1 - UNIDADES HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO DA MODALIDADE VIVER MAIS

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
RECURSOS DO ESTADO	Licitação - Viver Mais	8	320	Arapongas, Campo Mourão, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ponta Grossa e Telêmaco Borba

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

10.3.1.3 Nossa Gente

Os projetos são executados de forma integrada entre a COHAPAR, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF) e os municípios, com recursos obtidos pelo Governo do Estado em um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O atendimento é focado em famílias em situação de vulnerabilidade social, com a realocação de casas existentes em áreas de risco ou em condições precárias para novas moradias sem custo aos beneficiários. Também estão incluídas obras de infraestrutura, urbanização e recuperação ambiental nas regiões atendidas.

Foram entregues 1.352 unidades habitacionais com infraestrutura em 38 municípios, somando R$ 118 milhões em investimentos para requalificação urbana e redução do déficit habitacional.

No período até 31 de outubro, 85 moradias encontravam-se em construção em dois municípios, Imbituva e Wenceslau Braz, com um investimento acima de R$ 10 milhões, além da perspectiva de conclusão de infraestrutura nessas áreas. Com a conclusão das últimas unidades habitacionais do programa, ele deverá ser gradativamente substituído pelo Programa Vida Nova para o atendimento da faixa de menor renda da população.

10.3.1.4 Vida Nova

A modalidade Vida Nova foi criada com o objetivo de promover o reassentamento de assentamentos precários, em especial naqueles em que as famílias vivem em situação de risco e extrema vulnerabilidade social. Para atingir a escala de atendimento necessária para promover o enfrentamento real do problema da habitação precária, o Governo do Paraná buscou um financiamento junto ao BID na ordem de US$ 150 milhões, o qual obteve em agosto, a aprovação da Assembleia Legislativa do Paraná para a operação de empréstimo, viabilizando na sequência a

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

aprovação dos diretores do banco. Até 31 de outubro, o processo encontrava-se nos trâmites finais de negociação das condições contratuais, com previsão de assinatura para o primeiro semestre de 2024. Com o advento dos recursos desta operação de empréstimo estima-se que será possível atender cerca de 6.000 famílias nesta primeira etapa do programa.

Os projetos atendem famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em assentamentos precários, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). A modalidade possui um empreendimento concluído em 2023, com 10 unidades habitacionais, no município de Floraí, e um empreendimento em construção no citado ano, no município de Jandaia do Sul, cujas 10 unidades habitacionais estão previstas para entrega aos futuros moradores em 2024.

TABELA 2 - UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS MODALIDADE VIDA NOVA

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
RECURSOS DO ESTADO	Licitação – Vida Nova	1	10	Floraí

FONTE: SISTEMA COHAPAR
NOTA: janeiro a outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

TABELA 3 - UNIDADES HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO DA MODALIDADE VIDA NOVA

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
RECURSOS DO ESTADO	Licitação – Vida Nova	1	75	Jandaia do Sul

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

10.3.1.5 Parcerias

O Governo do Estado também atua como fomentador de investimentos da União, da iniciativa privada e dos municípios. São projetos financiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e outras fontes, como a Itaipu Binacional.

Nas ações desta natureza foram entregues 1.644 unidades de janeiro a outubro, enquanto 3.345 moradias localizadas em 12 municípios do Estado, em construção, possuem previsão de entrega para o exercício de 2024. Na modalidade FAR, o Governo Federal selecionou 5.200 unidades para o Estado do Paraná, as quais deverão ser efetivamente contratadas durante o novo ano.

TABELA 4 - UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS DA MODALIDADE PARCERIAS

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
FDS	CONVÊNIO	4	183	Santa Mariana
FGTS FINANCIAMENTO PJ	CHAMAMENTO - FAIXAS 2 e 3	8	1383	Arapongas, Irati, Lapa e Ponta Grossa

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

SUB 50	OFERTA PÚBLICA II	2	78	Inajá e Realeza
	TOTAL	14	1.644	

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

TABELA 5 - UNIDADES HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO DA MODALIDADE PARCERIAS

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
FAR	FOMENTO	1	240	Curitiba
FGTS FINANC. PJ	CHAMAMENTO - FAIXAS 2 e 3	14	2988	Arapongas, Assis Chateaubriand, Cascavel, Cianorte, Japira, Marquinho, Palmas e Ponta Grossa
Parceria	PARCERIA MUNICÍPIO	2	77	Ângulo e Guaraniaçu
SUB 50	OFERTA PÚBLICA II	1	40	Nova Aurora
	TOTAL	18	3.345	

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

10.3.1.6 Financiamento direto pela COHAPAR

Os empreendimentos da modalidade são financiados diretamente pela COHAPAR à população em geral, com renda de até seis salários-mínimos, e oferecem condições facilitadas de pagamento. Os imóveis são isentos de pagamento de entrada, com juros de apenas 2% ao ano e parcelamento em até 420 meses, para facilitar a aquisição da casa própria pela população.

Nesta modalidade, foram entregues 210 casas, (tabela 6) e outras 789 unidades encontram-se em construção, no decurso de janeiro a outubro, em 16 municípios do estado (tabela 7)

As 47 unidades habitacionais no município de Bom Sucesso do Sul têm previsão de entrega até dezembro, e as demais 742 unidades possuem previsão de entrega para o próximo.

TABELA 6 - UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS DA MODALIDADE FINANCIAMENTO PRÓPPRIO

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
RECURSOS DO ESTADO	Licitação - Financiamento	4	210	Curiúva, Moreira Sales e Ventania

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de Outubro de 2023

TABELA 7 - UNIDADES HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO DA MODALIDADE FINANCIAMENTO PRÓPPRIO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
RECURSOS DO ESTADO	Licitação - Financiamento	16	789	Bom Sucesso do Sul, Califórnia, Cap. Leonidas Marques, Cel. Domingos Soares, Cruzeiro do Oeste, Figueira, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jundiaí do sul, Missal, Nova Esperança, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Santa C. M Castelo, São Carlos do Ivaí, e São Jorge do Ivaí

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

1.3.1.7 Obras Rurais

A COHAPAR atua como Entidade Organizadora do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Nos municípios de Diamante do Oeste, Guaraqueçaba, Lapa, Primeiro de Maio e Sertanópolis, 84 unidades habitacionais, em obras, possuem previsão de conclusão em 2024.

TABELA 8 - UNIDADES HABITACIONAIS EM EXECUÇÃO DA MODALIDADE OBRAS RURAIS

LINHA FINANCEIRA	MODALIDADE	EMPRENDIMENTOS	UH	MUNICIPIOS
PNHR	autoconstrução	6	84	Diamante do Norte, Guaraqueçaba, Lapa, Primeiro de Maio e Sertanópolis

FONTE: SISTEMA COHAPAR
Posição em 31 de outubro de 2023
UH – Unidades Habitacionais

10.3.2 Regularização Fundiária

Além da construção de novas moradias, o Governo do Estado tem concentrado esforços na regularização de propriedade a famílias que residem em imóveis sem documentação. A medida gera segurança jurídica aos moradores, que também têm uma valorização do seu patrimônio, e é um ponto de partida para que as prefeituras executem obras e levem mais serviços públicos às regiões regularizadas. Os projetos de Regularização Fundiária estão divididos nas seguintes modalidades: a) Escritura na Mão; b) Escrituração Direta; c) Regularização Fundiária Própria; e d) Morar Legal.

10.3.2.1 Escritura na Mão

As ações de regularização fundiária da COHAPAR, inicialmente denominadas de Morar Legal Paraná, passaram por ajustes na sua forma de operacionalização e envolveram a previsão de execução de regularização de 16.000 imóveis em 48 municípios.

No decorrer do ano, foram entregues 2.102 títulos em 10 municípios e, até 31 de outubro, outros 1.870 estavam-se em processo de registro pelos cartórios, com previsão de entrega nos meses subsequentes às famílias atendidas pela iniciativa, cujo público é composto majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Nos últimos cinco anos, o projeto recebeu investimentos de aproximadamente R$ 13,6 milhões do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para legalização dos lotes e entrega das escrituras aos moradores sem qualquer tipo de cobrança. Com isso, famílias que não tinham condições financeiras puderam ter o direito à casa própria reconhecido pelo poder público, além de verem o patrimônio se valorizar e ter acesso a outros serviços públicos.

A iniciativa conta com um trabalho integrado junto aos municípios, que também foram beneficiados pela regularização das propriedades. O aumento da arrecadação dos municípios está sendo revertido em obras e melhorias dos serviços públicos para as regiões que passaram pelo processo de regularização.

Com a primeira etapa em fase final de execução, a COHAPAR enviou ofícios aos 399 municípios paranaenses oferecendo novas parcerias através do programa. E até outubro, 45 prefeituras manifestaram interesse em aderir. Neste novo desenho, as prefeituras serão responsáveis pelo mapeamento das áreas prioritárias e cadastramento das famílias que poderão passar pelo processo de regularização. A medida tornará os processos de contratação mais eficientes, reduzindo custos dos projetos e evitando a necessidade de revisões contratuais. Com o início das ações da segunda etapa, do Programa Escritura na Mão, para o segundo semestre, foram habilitados 11 municípios que somam 1.127 lotes a serem contratados. O primeiro edital de contratação das empresas especializadas na execução dos serviços de regularização fundiária foi publicado e a data de sua abertura prevista para o dia 21 de novembro.

O indicativo é que os números e entregas cresçam nos próximos anos pelo fomento da adesão dos municípios ao programa.

10.3.2.3 Escrituração Direta

Famílias que já quitaram o financiamento imobiliário com a COHAPAR podem emitir a escritura de suas casas com custos reduzidos e condições facilitadas de pagamento:

O serviço custa até 75% a menos do que os praticados pelos cartórios. A emissão da escritura pode ser paga à vista com desconto ou em quatro ou seis parcelas. Emite-se o documento em até 15 dias úteis após pagamento e é a forma de transferência efetiva da propriedade em face do beneficiário, o qual passa a ter a matrícula da casa no cartório de registro de imóveis em seu nome.

No ano, foram entregues 1.550 escrituras, e até 31 de outubro, 845 encontravam-se em processo de emissão. Desde 2019, foram emitidas 9.899 escrituras através desse programa.

10.3.2.4 Regularização Fundiária Própria

Essa modalidade envolve a regularização fundiária de ocupações consolidadas localizadas em áreas da COHAPAR e de outros órgãos estaduais. São processos executados pela Companhia, especialmente nos casos em que a reintegração de posse se tornou inviável. Cerca de 2.000 famílias serão beneficiadas nas ocupações das áreas denominadas: Vila Zumbi I - Rincão, em Colombo; Trevisan, em Pinhais; Timbu, em Campina Grande do Sul; Âncora, em Piraquara; Porto Seguro, em Paranaguá.

Com a regularização das áreas públicas, a COHAPAR também realizou a cessão de lotes para intervenções que contribuem com o bem-estar da população, como os terrenos cedidos em Pinhais, local onde serão instalados uma escola municipal e um bosque no Bairro Jerivá, e a conclusão da construção de equipamento comunitário em área doada pela COHAPAR no Bonilauri, também em Pinhais, ainda foi cedida área para a construção de uma praça de 15.000 m² em Campo Magro.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

10.3.3 Obras de Infraestrutura

A COHAPAR é responsável pela execução de obras de infraestrutura urbana no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, na Região Metropolitana de Curitiba. Até 31 de outubro, encontrava-se em execução o projeto do PAC Guarituba, em Piraquara, com um montante de R$ 30,1 milhões de investimento em obras de pavimentação, calçamento, galerias de águas pluviais, sinalização, recuperação ambiental e construção de equipamentos comunitários na cidade, com previsão de conclusão em 2024. No exercício de 2023, foi concluído o Parque Linear, Equipamento comunitário no município de Pinhais.

10.4 MICRORREGIÕES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (MRAE-1, MRAE-2 E MRAE-3)

As Microrregiões dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3) têm por finalidade a integração da organização, do planejamento e da execução das funções e serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas. Devem assegurar a manutenção e a instituição de mecanismos que garantam o atendimento da população dos Municípios com menores indicadores de renda; o cumprimento das metas de universalização previstas na legislação federal; e a política de subsídios mediante a manutenção de tarifa uniforme para todos os Municípios que atualmente a praticam.

Em fevereiro, foi realizado o Fórum “Planos Regionais de Saneamento Básico e Modelagem de Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”, com a propositura de identificar os posicionamentos dos municípios paranaenses no tocante às futuras contratações dos serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Nos dias 24 a 28 de julho de 2023 ocorreram as Oficinas de Capacitação, ministradas por integrantes da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE), contando com a participação de 1.172 representantes de 384 municípios e demais instituições. O objetivo das oficinas foi de capacitar gestores, servidores públicos e integrantes da sociedade civil interessada acerca da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em outubro aconteceu o Fórum Estadual do Fundo Municipal de Saneamento, visando capacitar os municípios em relação à Resolução AGEPAR n.º 10, de 12 de maio de 2022 e suas alterações, a qual dispõe sobre critérios e condições do repasse de parcela da receita direta dos prestadores aos Fundos Municipais de Saneamento Básico e Ambiental. Um dos principais resultados desse fórum, foi a assinatura de todos os municípios paranaenses ao compromisso com a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornando o Paraná o único estado brasileiro com 100% de adesão.

No intuito de concretizar as proposituras, as MRAE’s vêm diligenciando diversas ações, envidando esforços às questões cruciais sobre os direitos humanos à agua e ao saneamento básico, transformando esses princípios em ações práticas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

11. SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)

A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem como função coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior, buscando contribuir para o desenvolvimento da sociedade paranaense. Os programas e projetos coordenados por ela são guiados por três eixos temáticos: Desenvolvimento Regional e Popularização da Ciência; Inovação e Competitividade e Reestruturação da Gestão Administrativa.

Integram o Sistema Estadual de Ensino Superior: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e as instituições de educação superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN), Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA), e o Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV), mantidas pelo Poder Público Municipal. Em novembro o sistema contava com 77.689 alunos matriculados, sendo 60.534 regularmente matriculados nos cursos de graduação; 6.833 alunos nos cursos de pós-graduação (Lato sensu) e 10.322 matriculados nos programas de Mestrado e Doutorado (Stricto sensu). O corpo docente é composto por 7.690 professores, sendo 95% deles titulados com Mestrado e Doutorado (74% destes doutores e 21% mestres). Além disso, integram o sistema 3.651 agentes universitários. Ademais, são 436 cursos de graduação, 162 cursos de especialização, 206 cursos de mestrado e 100 cursos de doutorado.

O Paraná se destaca como o Estado que mais investe proporcionalmente em ensino superior no País. Por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e, desta forma, mantém seu compromisso em fortalecer o Sistema de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, além de promover a colaboração entre o setor público, o setor privado e as universidades.

11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

11.1.1 Regulação de Cursos e Instituições

A otimização dos processos de gestão, monitoramento, avaliação, transparência e regulação no âmbito do ensino superior é de fundamental importância para a expansão do acesso a uma educação de qualidade, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação. Esses princípios são norteadores na promoção do fortalecimento do Ensino Superior, da Ciência e da Tecnologia.

No segundo ano de implementação da Lei Geral das Universidades já se constataram impactos positivos, especialmente em mudanças nos procedimentos de gestão de pessoal e financeira. O foco contínuo na eficiência do Sistema Estadual de Ensino Superior ressalta o aprimoramento dos processos em diversos níveis de formação no ensino superior, persistindo o objetivo de ampliar e democratizar o acesso à educação superior pública e de qualidade, com destaque para graduação e pós-graduação, fortalecendo o ensino superior, a ciência e a tecnologia.

Foram autorizados 14 novos cursos, sendo: Ciência de Dados e Inteligência Artificial e Tecnólogo em Gestão Pública – EaD na UEL; Tecnólogo em Mineração – EaD e Tecnólogo em

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Gestão Hospitalar – EaD, na UEPG; Tecnólogo em Gestão Ambiental – EaD e Tecnólogo em Big Data no Agronegócio, Pedagogia EXTENSÃO em Coronel Vivida; Administração – EXTENSÃO em Chopinzinho; Administração – EXTENSÃO em Prudentópolis; História – EXTENSÃO em Coronel Vivida na UNICENTRO; Tecnólogo em Aquicultura – Toledo; Psicologia – Toledo; Tecnólogo em Tecnologias Educacionais com Ênfase em Humanidades – Marechal C. Rondon na UNIOESTE; Tecnólogo em Gestão de Turismo – Loanda; Tecnólogo em Gestão de Agroecologia – Loanda; Tecnólogo em Gestão Produção Industrial – Loanda na UNESPAR.

Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), foi desenvolvido o Grupo de Estudos sobre o aproveitamento da Prova Paraná elaborada pela Secretaria da Educação, como forma de avaliação para ingresso nas IEES e estabelecida parceria para o desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento da Educação (PDE), com a formação continuada de mais de 2.000 professores do Ensino Médio.

11.1.2 Ensino a Distância

A Universidade Virtual do Paraná (UVPR) alcançou marcos significativos, consolidando-se como um ponto central para o avanço da educação superior no Estado, na modalidade EaD. O destaque do ano foi a proposição da Lei de Criação da Universidade Aberta do Paraná, um passo importante para ampliar o acesso de forma significativa à educação superior. Articulações e projetos com as sete universidades estaduais foram intensificados, destacando-se a criação de especializações em rede e parcerias estratégicas, como a Especialização em Medidas Socioeducativas em colaboração com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF).

A UVPR expandiu seu impacto ao viabilizar cursos em rede, como a graduação em Tecnologia em Gestão Pública e ao promover vestibulares unificados para cursos a distância. Iniciativas de formação, como o Programa de Formação de Estudante Empreendedor (PFEE), contribuíram para desenvolver habilidades empreendedoras entre estudantes do ensino superior. O programa também reorganizou o Paraná Empreende Mais, cuja expectativa é capacitar pelo menos 2.800 empresários durante as edições do curso, em todo o Estado.

Outras ações de igual relevância incluíram cursos específicos, como Gestão de Desempenho por Competências e a participação em eventos científicos nacionais e internacionais. A UVPR também esteve envolvida na criação do Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI) Educação do Futuro, buscando contribuir para o desenvolvimento da Educação no Paraná.

A diversificação das iniciativas compreendeu desde a oferta de especializações até a participação em projetos de ciência cidadã. O lançamento da Minha Biblioteca, uma biblioteca digital, trouxe mais de 10.000 títulos para estudantes. Além disso, a presença marcante da UVPR em eventos científicos, como o Paraná Faz Ciência, fortaleceu a cultura de Ciência e Tecnologia no Estado.

O canal da UVPR no *YouTube*, com mais de 51.000 visualizações, se tornou uma ferramenta eficaz para disseminar eventos e projetos, ampliando a visibilidade de suas ações.

11.1.3 Programa de Residência Técnica (RESTEC)

Com base na Lei Estadual n.º 20.086, de 18 de dezembro de 2019, o Programa de Residência Técnica se configura como uma forma avançada de pós-graduação, envolvido na especialização de recém-formados. Essa modalidade inovadora combina teoria e prática, contando com o suporte de Universidades Estaduais e órgãos do poder público, atuando como parceiros institucionais que acolhem estudantes residentes em consonância com suas áreas de atuação. Essa abordagem

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

única confere ao programa o reconhecimento como uma oportunidade singular para aprimoramento profissional e qualificação de futuros gestores públicos.

As atividades de monitoramento, suporte e atendimento atenderam a onze programas, envolvendo um contingente de aproximadamente 1.200 residentes.

11.1.4 Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC)

Foram atualizados os cadastros de instituições credenciadas e classificadas consoante com os critérios vigentes que possam utilizar cadáveres, atingindo 50 instituições entre universidades e faculdades no Paraná.

Foram recebidas cinco doações de cadáveres e entregues, conforme previsto na Lei Estadual n° 15.471, de 10 de abril de 2007, para as instituições (UTFPR/ Campus Dois Vizinhos, Uniguairacá/Guarapuava, Campo Real/Guarapuava, PUC/Campus Curitiba e UFPR/Campus Curitiba).

Além disso, foram promovidas ações de divulgação sobre o uso de corpos no ensino e pesquisa, com o objetivo de fornecer esclarecimentos e reflexões à população.

11.1.5 Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

Merecem destaque as seguintes atividades/realizações: a) foram lançadas sete Encomendas Governamentais (Formação do Estudante Empreendedor, Desenvolvimento da Pós-Graduação, Fomento à Curricularização da Extensão nas Universidades, Programa Paraná Empreende Mais, Programa Paraná Mais Orgânico, Formação de Rede de Laboratório Multiusuários e Programa de Inclusão e Acessibilidade) focadas no desenvolvimento da Educação Superior; b) A 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizada de 23 a 29 de julho de 2023. Ao longo da semana, o espaço foi também utilizado como gabinete itinerante da SETI, sediando 15 reuniões com autoridades nacionais e regionais ligadas à ciência. As universidades estaduais ocuparam uma área de 168 metros quadrados. Nesse ambiente acadêmico, 238 estudantes e professores universitários se revezaram para atender mais de 15.000 alunos de diferentes idades, provenientes de escolas públicas e privadas que visitaram o evento. A edição comemorativa de 30 anos da SBPC Jovem foi especialmente destacada, oferecendo uma programação diversificada, que incluiu oficinas, mesas-redondas, minicursos e exposições; c) A Semana Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Paraná Faz Ciência 2023), uma iniciativa da SETI, ocorrida de 6 a 10 de novembro na Universidade Estadual de Londrina, envolveu 1.500 expositores, diversas oficinas, 20 palestrantes, 397 monitores e guias e abordou seis eixos de programação. Esses eixos abrangeram o Encontro do Ensino Superior do Futuro, a Mostra Interativa de Projetos com 462 projetos e 1.150 expositores, Visitas Técnicas a 65 ambientes da UEL, 114 oficinas, Ações de Cultura e Arte e sete eventos acadêmicos paralelos. Além disso, foram realizados eventos específicos, como o Encontro de Jornalistas e Editores Científicos, o Encontro de Comitês de Apoio à Pesquisa e o Encontro de Docentes e Coordenadores de Pós-graduação das Universidades Paranaenses. O Paraná Faz Ciência 2023 também englobou a II Semana dos NAPIs, apresentando 38 Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação, destacando o comprometimento com o avanço da pesquisa e inovação no Estado. Os eventos institucionais da UEL, como "Por Extenso", "Encontro Anual de Iniciação Científica - EAIC" e "EAIC-Jr" e "Pró-Ensino", foram destaque. O C2 Conexão Ciência publicou 73 matérias multimidiáticas, 17 vídeos e 38 temporadas de *podcasts*, alcançando 69.000 acessos únicos e 137.000 visualizações. O projeto Paraná Faz Ciência atraiu a atenção de 3.300 pessoas e registrou 3.500 visualizações das 96 publicações, enquanto o perfil do Instagram @paranafazciencia alcançou 1.546 seguidores com 119 publicações e 57.657 acessos; d) O evento Operação Rondon Paraná 2023, em parceria com as IEES, contou com a participação de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

15 professoras, 13 professores, 118 acadêmicas e 32 acadêmicos, somando o total de 178 pessoas. Esteve presente em 7 municípios (Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Antonina, Morretes, Paranaguá, Guaratuba e Pontal do Paraná) e durante os 10 dias atendeu 14.732 pessoas em 372 ações de extensão nas áreas de: Cultura (49), Direitos Humanos e Justiça(37), Educação(94), Saúde(131), Comunicação(28), Meio Ambiente(13), Tecnologia e Produção(07), Trabalho(13); e) Desenvolvimento do projeto "Conectando Memória e Inovação: IA para Museus e Centros de Documentação do Paraná" que pretende digitalizar acervos documentais, bidimensionais e tridimensionais dos museus e centros universitários a fim de disseminá-los na plataforma Paraná faz Ciência, estimulando novas pesquisas em âmbito estadual e nacional; f) Na gestão cultural iniciou-se o projeto de circulação de obras do Museu Oscar Niemeyer, que visa integrar os museus universitários no circuito de exposições MON que irá percorrer o interior do nosso Estado no ano de 2024; g) Implantação do Projeto de Laboratório de História Oral da SETI; h) História da SETI, a partir das memórias de ex-funcionários, funcionários, ex-diretores, diretores, ex-secretários e secretário; i) História da Contribuição dos imigrantes Japoneses na Ciência – A partir das memórias dos atores envolvidos – Origem do Projeto Rondon; j) Implantação do Projeto de conservação, preservação e implantação do acervo do TECPAR e da memória de incubação para implantação do Museu e h) Implantação e coordenação do Curso de Especialização em Bens Culturais em parceria com a UEPG/UAB/NETEAD.

11.1.6 Programa de Fomento à Pós-Graduação (*Stricto sensu*) (PFPG)

O programa visa proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e para a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação, mantidos pelas IEES, envolvendo: a) apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação (PPGs), voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, visando ainda oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação e pesquisadores em estágio pós-doutoral; b) utilização dos recursos disponíveis no custeio das atividades científico-acadêmicas relacionadas à titulação de mestres e doutores e ao estágio pós-doutoral; c) apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento e de execução da política institucional de pós-graduação. O valor destinado ao programa foi na ordem de R$ 4,1 milhões.

11.1.7 Vestibular Indígena

A inclusão de estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná e na UFPR é uma prática que vem ocorrendo desde 2002. Com a implementação da Lei Estadual n.º 14.995, de 9 de janeiro de 2006, cada universidade estadual passou a reservar seis vagas para estudantes indígenas, enquanto na Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram destinadas 10 vagas. Para o vestibular de 2023, foram realizados investimentos na ordem de R$ 510.724,00.

11.1.8 Agências para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI)

O Governo do Estado publicou o Decreto n.º 10.769, de 12 de abril de 2022, que regulamenta o Programa de Estímulo às Ações de Integração Universidade, Empresa, Governo e Sociedade, também chamado de Agências para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (AGEUNI). O objetivo é aumentar a competitividade das empresas paranaenses, agregando tecnologia aos processos de produção de bens e serviços. No âmbito da AGEUNI foi lançado o Edital CP n.º 01/2023, tendo sido investidos recursos não reembolsáveis do Fundo Paraná no montante de R$ 28,6 milhões. A chamada envolveu os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e Fundações de Apoio que abrangem geograficamente o setor produtivo de todas as regiões do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Paraná. As demandas da sociedade totalizaram 355 propostas, das quais 217 foram selecionadas já na etapa regional. Após isso, 184 propostas entregaram toda documentação necessária, tendo se transformado em projetos. Destes projetos, 153 foram aprovados previamente por especialistas e submetidos para avaliação final do Comitê Estadual da AGEUNI. Após esta avaliação final, 67 projetos foram aprovados pelo referido Comitê, para recebimento do fomento.

Também fazem parte do escopo da AGEUNI outras iniciativas, tais como: a) Paraná Empreende Mais (PEM), que consiste na capacitação gerencial a micros, pequenos e médios empresários e a MEIs (Microempreendedores Individuais), tendo em vista a criação de novos empreendimentos e o fortalecimento dos existentes. Foram ofertadas 360 vagas, totalizando 720 vagas nos 24 meses de duração; b) Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo (Projetek), utilizando de Tecnologia BIM (Modelagem de Informação da Construção) vem a suprir uma necessidade de municípios de pequeno porte no que diz respeito à captação de recursos financeiros e de corpo técnico habilitado para a elaboração de obras de equipamentos urbanos que atendem às necessidades básicas da população. Consiste em escritórios, nas Universidades, para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia com a finalidade de atender prefeituras de cidades com menos de 30.000 habitantes. Foram entregues 17 projetos e atualmente existem 43 projetos em execução para Prefeituras conveniadas ao programa; c) Habitats de Inovação – cujo objetivo principal é apoiar o aprimoramento de Núcleos de Inovação Tecnológica (ou Agências de Inovação) no Estado do Paraná, fortalecendo o ecossistema de inovação. Foram contabilizados os seguintes números ao término do projeto: participação de oito Agências de Inovação/NITs; 80 encontros individuais ofertados ao todo com as equipes de cada Agência de Inovação/NIT; 160 horas de consultorias disponibilizadas aos 47 membros de equipes das Agências de Inovação/NITs; foram identificadas 495 oportunidades de aprimoramento; d) Propriedade Intelectual com Foco no Mercado (PRIME/2023) – foram 80 inscrições na primeira fase, das quais 20 foram para a segunda fase, ao final restaram cinco vencedores que receberam premiações num montante de R$ 1 milhão.

11.1.9 Rede Paranaense de Laboratórios Multiusuários (RIMPP)

Com o propósito de apoiar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, fornecendo equipamentos e serviços especializados para atender às demandas das Universidades Estaduais, TECPAR e do setor produtivo, mediante o compartilhamento de espaços e equipamentos específicos, foram formalizados o Termo de Cooperação TC n.º 59/2022-SETI-TECPAR-UEPG-Unicentro-Unioeste-UEL-UENP-Unespar-UEM e a Portaria Conjunta n° 03/2022 - TECPAR/SETI, que estabelecem as diretrizes regulatórias da Rede de Infraestrutura Multiusuária de Pesquisa do Paraná (RIMPP).

No ano de 2022, a SETI destinou um investimento de aproximadamente R$ 1,9 milhão à RIMPP. Em 2023, o montante investido foi de R$ 4,4 milhões, ou seja, mais do que o dobro do que o investimento realizado no ano anterior, por meio da encomenda governamental SETI/Fundo Paraná EG n.º 07/2023. Recursos estes destinados ao fortalecimento da Rede de Laboratórios Multiusuários das Universidades Estaduais (RIMPP), abrangendo todas as universidades estaduais e o TECPAR.

Foi lançada uma plataforma online para a captação de demandas da sociedade, visando a utilização e contratação dos Laboratórios vinculados à RIMPP. Foi instituído no período o Comitê Gestor da RIMPP.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

11.1.10 Vale do Genoma e Desenvolvimento de Biomarcadores

O Vale do Genoma atua na promoção da pesquisa genômica no Paraná. Com projetos inovadores, é um marco no mapeamento genético regional. Foram realizadas pesquisas que contribuíram para a compreensão das predisposições genéticas da população paranaense, abrindo caminho para avanços na medicina personalizada.

De maneira sintética, os resultados foram: 1.250 participantes entrevistados e qualificados, 768 amostras biológicas coletadas e processadas, outros 768 participantes com DNA e RNA de sangue extraído e armazenado. Outros participantes foram: 767 com SORO, 759 com PLASMA e 368 com SALIVA armazenados. Foi realizado o I Simpósio de Medicina de Precisão do Vale do Genoma, na cidade de Guarapuava.

O Vale do Genoma concentra esforços significativos no combate ao câncer por meio do estabelecimento da Tese de Investimentos em Biomarcadores. Um dos projetos consiste em identificar marcadores genéticos específicos que permitam evitar o uso de quimioterapia desnecessária em pacientes com câncer de mama.

O Vale do Genoma, por meio do Projeto Genomas Paraná e da Tese de Investimentos em Biomarcadores, tem papel crucial na vanguarda da pesquisa genômica mundial.

11.1.11 Anel de Conectividade para Pesquisa e Inovação

Implantação de uma rede de comunicação de dados de alta velocidade (Infovia) para integração das Instituições de Ensino Superior do Paraná, inclusive os campi. Dividido em fases, o projeto, ao final interligará as IEES, Parques Tecnológicos, TECPAR e outras instituições que necessitem suportar as atividades de pesquisa e inovação com a utilização de computação de alto desempenho. Foi instituído um Grupo de Trabalho (Resolução n.º 079/2023-SETI 15/05/2023), que elaborou um estudo técnico-analítico que resultou no Acordo com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) que a partir de 2024 irá, em parceria com Fundação Araucária e a SETI, dar início à execução do projeto de engenharia para consecução da Infovia do Estado do Paraná.

11.1.12 InovaHUB Paraná - Plataforma Inova Digital (PID)

O Estado do Paraná possui inúmeros sistemas e subsistemas de informação, plataformas e dados que, atualmente, não estão completamente integrados. Com uma plataforma digital, pretende-se aumentar a eficiência/eficácia no processo de tomada de decisão das instituições do Estado que atuam nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, ciência, tecnologia e inovação. Este projeto objetiva o desenvolvimento da plataforma PARANÁ INOVA DIGITAL (PID), como um produto do Programa de Modernização e Inovação do Setor Público no Paraná (PR Eficiente). A primeira ação do projeto está sendo a elaboração de um Termo de Referência para a contratação de empresa que possua a capacidade técnica e operacional de implantação, desenvolvimento, integração e sustentação da plataforma PID. As áreas da gestão estadual envolvidas são: SETI, SEFA, IDR-PR, SECID, IPARDES, SEI, CELEPAR, Fundação Araucária e SEPL.

11.1.13 Geração Paraná Digital

É um programa que irá facilitar o acesso de jovens ao mercado de tecnologia. Reúne órgãos públicos e instituições da iniciativa privada, onde são treinados estudantes do ensino médio e universitários para o desenvolvimento de *softwares*. A iniciativa oferece bolsa durante o período de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

aprendizado. Foi lançada uma turma na cidade de Laranjeiras do Sul, tendo 30 formandos, sendo que destes, 17 conseguiram emprego.

11.1.14 Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia

Assim denominado em razão da Lei Estadual n.º 19.199, de 26 de outubro de 2017, instituído por meio do Decreto n.º 7.745/86 e nos termos do Decreto Estadual n.º 5.364, de 08 de setembro de 2009, funciona há 36 anos como reconhecimento e estímulo a pesquisadores, extensionistas, estudantes de graduação, inventores e jornalistas do Estado do Paraná. Os objetivos são de identificar, disseminar, estimular e premiar a realização de ações de pesquisa e extensão e dar visibilidade à produção científica e tecnológica desenvolvida no Estado do Paraná, valorizando a trajetória acadêmica e científica de pesquisadores.

Foram contempladas, na edição de 2023, as áreas de Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias, com 103 inscrições recebidas e destas 86 foram homologadas, sendo 34 de Ciências Agrárias e 52 Ciências Humanas e Sociais. As submissões ao prêmio são provenientes de 12 instituições do estado (UFPR, UTFPR, UEL, UNICENTRO, UEM, IDR, UEPG, UNESPAR, UNIOESTE, IAPAR, IFPR E UNILA).

11.1.15 Universidade Sem Fronteiras

Iniciado em 2007 e oficializado como política pública de Estado em 2010 pela Lei n.º 16.643, este programa visa promover o desenvolvimento de projetos de extensão, especialmente em municípios do Paraná com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e concentrações de pobreza. Os projetos realizados abrangem áreas prioritárias especificadas em editais, como Inclusão e Direitos Sociais, Educação, Agricultura Familiar e Agroecologia, Diversidade Cultural, Promoção da Saúde e Inovação Social. O investimento totalizou mais de R$ 5,2 milhões em 2023.

11.1.16 Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT/PR)

O Conselho aprovou as seguintes áreas prioritárias, aptas a receberem recursos do Fundo Paraná, a saber: Agricultura e Negócios; Biotecnologia e Saúde; Energias Sustentáveis/Renováveis; Cidades Inteligentes e Sociedade, Educação e Economia, tendo como condicionantes-chave a Transformação Digital e o Desenvolvimento Sustentável.

Com orçamento aproximado de R$ 480 milhões, dentre as ações desenvolvidas merecem destaque: a) apoio às unidades experimentais para o desenvolvimento de pesquisas e inovação (IDR/PR); b) Apoio à Pesquisa de Aptidão cardiorrespiratória e risco cardiometabólico na população da mesorregião norte pioneira paranaense, que visa desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento de pesquisa na área de aptidão cardiorrespiratória e risco cardiometabólico, por meio da aquisição de um analisador de gases portátil, para o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O objetivo é auxiliar nas ações de prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares em pessoas residentes na mesorregião citada; c) Apoio à Pesquisa de Papilomavírus Humano (HPV) e Variantes Genéticas de Via Imunorregulatória: Associação com Risco, Progressão e Prognóstico no Câncer de Colo de Útero realizado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), cujo objetivo é desenvolver ações voltadas à identificação dos tipos de HPV mais prevalentes na região e sua importância epidemiológica, bem como analisar o papel das variações genéticas na infecção pelo HPV e no desenvolvimento das lesões intraepiteliais cervicais e do câncer invasivo, por meio de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

pesquisas e análise de genes que codificam moléculas da resposta imunorregulatória; d) Apoio a Estratégias e Desenvolvimento de insumos farmacêuticos para tratamento de feridas crônicas utilizando a Terapia Fotodinâmica, realizado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), visando promover ações voltadas ao desenvolvimento e caracterização de insumos farmacêuticos, com o objetivo de obter as formulações adequadas para que estes possam ser utilizados no tratamento de feridas crônicas, por meio da Terapia Fotodinâmica (TFD); e) Apoio à infraestrutura aos ambientes multiusuários de pesquisa e ensino do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon; f) Apoio à implementação do Laboratório de Pesquisas e Práticas Avançadas em Gestão da Produção e Operações da Universidade Estatual do Paraná (UNESPAR), Campus Campo Mourão, proporcionando infraestrutura para atividades práticas, pesquisa e extensão no curso de Engenharia de Produção; g) Apoio ao Centro de Pesquisa, Formação e Treinamento em Odontologia Digital, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), desenvolvendo projetos de pesquisa, formando profissionais e promovendo cursos de treinamento para alunos de graduação, mestrado e doutorado, além de profissionais cirurgiões dentistas e técnicos em prótese dental, na área de Odontologia Digital e Usinagem de Peças Protéticas; h) Apoio às ações do Laboratório de Ressonância Magnética Nuclear (RMN), instalado no Departamento de Química da Universidade Estadual de Maringá (UEM), por meio do abastecimento de dois equipamentos de ressonância magnética que tem como foco principal a pesquisa, visando ao correto funcionamento dos aparelhos, essencial para o andamento das várias pesquisas em desenvolvimento na UEM.

11.1.17 Fomento, formação e disseminação

Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e à Inovação; verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores e Disseminação da Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação compõem o eixo a partir do qual os projetos da Fundação Araucária são desenvolvidos.

Dentre as principais realizações nestas áreas, têm-se: a) a realização de eventos científicos, como a 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Semana Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Paraná Faz Ciência 2023. Estes eventos, realizados em parceria com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, visaram discutir a importância da popularização da ciência. Neles, tanto a comunidade científica quanto a sociedade em geral puderam identificar como e onde os recursos em CT&I são aplicados, e como esse processo impacta positivamente no cotidiano das pessoas; b) a II Semana Geral dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs), integrante da programação da Semana Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, teve como objetivo apresentar as iniciativas e resultados já alcançados por 38 dos 62 NAPIs existentes. Esses arranjos atuam em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e aumento da competitividade do Paraná, como agronegócio, agricultura, energia sustentável/renovável, biotecnologia e saúde, cidades inteligentes, transformação digital, desenvolvimento sustentável, sociedade, economia e educação. Em quatro anos, os NAPIs receberam investimentos superiores a R$ 100 milhões; c) A Fundação Araucária fortaleceu suas parcerias internacionais, promovendo missões para o Canadá, Japão, China e Europa. Em julho do ano corrente, lançou a Escola Doutoral (ED) da Cátedra Araucária: Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) - Eixo Capricórnio. A ED é uma colaboração entre universidades de países situados no eixo do Trópico de Capricórnio, com o propósito de fortalecer a formação de estudantes em doutoramento. Ela promove debates sobre o desenvolvimento sustentável direcionado ao território, representando um esforço conjunto da comunidade científica para contribuir para o desenvolvimento do País, gerando renda e qualidade de vida; d) a Fundação Araucária apresentou publicamente os resultados do projeto Paraná 2040 - Rotas Estratégicas dos Ecossistemas Regionais de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I). Esse projeto, fruto de dois anos de pesquisa extensa, lançou seus achados e recomendações em uma coleção de e-books de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

acesso totalmente aberto no portal iAraucária (www.iaraucaria.pr.gov.br/parana-2040/). As publicações delineiam planejamentos de longo prazo, até 2040, para cada um dos nove Ecossistemas Regionais identificados: Campos Gerais, Centro-Sul, Litoral, Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Sudoeste; e) destaca-se também, em 2023, o lançamento da chamada de Pesquisa Básica e Aplicada - edição Outubro Rosa. O principal objetivo é apoiar a pesquisa científica de pesquisadoras diagnosticadas com câncer de mama, estimulando a produção científica, tecnológica e de inovação por meio do fornecimento de apoio financeiro para a execução de projetos de pesquisa vinculados às Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná; f) até o momento, foram lançadas 17 Chamadas Públicas (CPs) e 22 Programas de Inovação (PIs), disponibilizando aproximadamente R$ 120 milhões. Desse montante, os recursos da Araucária totalizaram em torno de R$ 83 milhões, enquanto que os recursos de parceiros atingiram pouco menos do que R$ 37 milhões, indicando um notável crescimento na captação. É relevante ressaltar a participação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) no cofinanciamento de diversas chamadas. Entre as parcerias, a Fundação Araucária continua a colaborar de forma conjunta com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP).

11.1.18 Gestão do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (Separtec)

O Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI) e da Secretaria da Fazenda (SEFA), patrocinaram o Edital de chamamento público 008/2023 - SETI-SEFA-SEI. Este edital estabeleceu termos e condições para que os interessados pudessem requerer o credenciamento junto ao Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), como ambiente promotor de inovação dentro do Ecossistema Estadual de Inovação.

Divididas em dez categorias de ambientes promotores de inovação (Espaço Maker, Agência de Inovação/NITs, Pré-incubadora, Incubadora, Aceleradora, Centro de Inovação, Hub de Inovação, Parques Tecnológicos em Planejamento, Implantação e em Operação), a iniciativa buscou um melhor entendimento sobre a atual composição dos diversos atores participantes do ecossistema de inovação paranaense, cujo resultado foi o credenciamento de 188 ambientes de inovação, distribuídos da seguinte maneira: 11 Parques Tecnológicos em planejamento, 11 Parques Tecnológicos em implantação, 08 Parques Tecnológicos em operação, 38 Incubadoras, 22 Pré-incubadoras, 2 Aceleradoras, 23 Agências de inovação/NITS, 23 HUBs de inovação, 28 Centros de inovação e 22 Espaços Maker.

Nos dias 21 e 22 de novembro, foi realizado o 5º Encontro Estadual de Parques Tecnológicos do Paraná, com o tema central "Academia, Mercado, Sociedade e Governo: conexão para impulsionar a inovação no Estado do Paraná" e neste evento foi realizada a entrega do Prêmio Habitats PR de Inovação/SEBRAE – Prêmio Estadual das melhores boas práticas dos Habitats Paranaenses e ainda a Cerimônia de Entrega do Certificado de Credenciamentos dos Ambientes Promotores de Inovação.

Durante os dois dias de evento, participaram mais de 460 pessoas. Foram lançadas duas chamadas públicas que serão publicadas até o início de dezembro. Um dos editais, no valor superior a R$ 19,2 milhões, será destinado a projetos apresentados por instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas e privadas. O outro edital, de aproximadamente R$ 14,8 milhões, atenderá propostas das demais organizações do setor público e da iniciativa privada. Os recursos para fazer frente a estas ações montam em R$ 34 milhões e visam ao fomento de ambientes promotores de inovação de todas as regiões do Paraná.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

12. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (SEEC)

A Secretaria de Estado da Cultura do Paraná foi fundada em junho de 1979, com sede em Curitiba. Ela passou a existir como Secretaria de Estado de natureza substantiva num ato que manifesta o reconhecimento de sua importância, seja como agente de desenvolvimento da área humanística, seja como instrumento estruturante e agregador de valor na economia da cultura. Um agente de desenvolvimento sócio-econômico-cultural.

O Paraná tem história, tradição, criatividade e talentos em todas as linguagens artísticas para ser referência no Brasil e no exterior. Tem música, teatro, dança, literatura, cinema, museus, artes, patrimônio, folclore e muitas outras potentes manifestações.

A SECC conta com os seguintes equipamentos culturais: Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu Casa Alfredo Andersen, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Museu Oscar Niemeyer, Museu Paranaense. Também compõe sua estrutura o Centro Juvenil de Artes e as unidades vinculadas: Biblioteca Pública do Paraná e Centro Cultural Teatro Guaíra. Além das unidades vinculadas, como o Museu do Expedicionário, instituição administrada pela Legião Paranaense do Expedicionário.

12.1 POLÍTICAS CULTURAIS

No desenvolvimento da ação programática da SEEC, diversas iniciativas foram realizadas por meio de programas e projetos que ampliaram o alcance das políticas públicas de cultura no Estado, em favor da cultura paranaense cidadã, de fruição para lazer, formação de público e plateia, mas também de qualificação de agentes culturais e fortalecimento das cadeias produtivas do setor cultural.

- Ações para a Gestão do Sistema Estadual de Cultura – a) SIC.Cultura: Por meio do contrato administrativo n.º 013/2020 (GMS n.º 2.210/2020), a SEEC mantém com a CELEPAR a manutenção do Sistema de Informações da Cultura – SIC.Cultura, o qual possui diversos módulos que apoiam a cultura paranaense no registro de agentes culturais e seu mapeamento; mapeamento de atividades culturais e equipamentos culturais, públicos e privados; realização de editais para fomento e incentivo à cultura; cadastro dos gestores culturais dos municípios paranaenses;
- Administração do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE: a) PROFICE realizou, a operacionalização, análise e divulgação de resultados (finais e intermediários) de 10 áreas artístico culturais, referentes à 4ª edição do Programa, cujos editais foram publicados no ano de 2022, cujo investimento foi de R$ 40,9 milhões, provenientes em renúncia fiscal de ICMS, em favor da produção cultural;
- Desenvolvimento de políticas culturais afirmativas relacionadas à garantia de Direitos Humanos e ao acesso à cultura: a) Projeto Trilhando pelo Paraná, que realizou apresentações de circo-teatro em 100 municípios do Estado com menos de 5.000 habitantes, de maneira gratuita para a população, especialmente crianças e adolescentes;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Implantou sistema de cotas em seus editais, em especial os realizados no âmbito da Lei Paulo Gustavo, com reserva de vagas no percentual de 10% para indígenas e 20% para negros e negras. Implantou indutor de nota em seus editais no ano de 2023, em especial os realizados no âmbito da Lei Paulo Gustavo, para grupos sociais específicos (minorias e vulneráveis). E também implantou percentual de 10% aplicado em acessibilidade. Implantou busca ativa de agentes culturais em seus editais no ano de 2023, em especial os realizados no âmbito da Lei Paulo Gustavo, para os seguintes grupos vulneráveis: analfabetos; moradores de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiro, povos ciganos, benzedeiros, caiçaras, faxinalenses e outras comunidades e povos tradicionais; população nômade ou itinerante; pessoas em situação de rua; moradores de ocupações; migrantes e refugiadas; pessoas de baixa renda;
- Aprimorou as contrapartidas referentes aos projetos culturais realizados com fomento e incentivo do Estado, em especial os realizados no âmbito da Lei Paulo Gustavo, por meio de contrapartidas sociais e ações formativas culturais gratuitas, voltadas especialmente para Pessoas vinculadas às Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, instituições de acolhimento de crianças e jovens e demais equipamentos públicos de acolhimento e assistência; Pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias; Quilombolas; Indígenas; Áreas rurais; Lares de idosos e casas de repouso; Unidades do sistema prisional; Escolas da rede pública de ensino, especialmente aquelas localizadas em regiões periféricas e/ou que possuam Educação de Jovens e Adultos (EJA); Espaços comunitários de convivência, acolhimento e alimentação. As contrapartidas devem obrigatoriamente se vincular à um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU;
- Promoveu no mês de novembro, dentro da agenda do Governo sobre o novembro negro, ação de seminário com o tema racismo estrutural, para servidores estaduais;
- Agência do Trabalhador da Cultura - Posto Avançado da Agência Central do Trabalhador, da Secretaria de Estado do Trabalho e Renda – SETR, realizou intermediação de 584 vagas; 6.671 atendimentos; cadastrou mais de 70 empresas em seu banco de dados; e realizou a concessão de R$ 183.711,00, por meio de parceria com a Fomento Paraná. A Agência realizou seu primeiro mutirão da empregabilidade, no dia 20/07/2023, realizando 1.390 atendimentos;
- Operação Verão - por meio de ações vinculadas à SEEC, no âmbito da Operação Verão, o Estado do Paraná ofertou shows gratuitos nas cidades de Matinhos e Pontal do Paraná, durante a temporada de veraneio, alcançando um público total, estimado, de 600.000 pessoas;
- Cinema na Praça – fora finalizada a 3ª edição do Programa, que leva uma estrutura móvel de cinema para cidades e regiões que não possuem este tipo de equipamento cultural, ou em que as pessoas têm dificuldade em fruir da experiência em cinemas. Foram realizadas 146 sessões de cinema gratuita em espaços públicos em 54 municípios, de todas as regiões do Estado, atingindo um público estimado de 30.000 pessoas;
- Crianças no teatro – projeto que proporcionou apresentações teatrais gratuitas para alunos da rede pública de ensino de todo o Estado. Foram realizadas apresentações teatrais infanto-juvenis, com acessibilidade, em 16 municípios do Estado, com a

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

presença de alunos de mais de 90 cidades do Estado, atingindo um público aproximado de 100.000 alunos;

- Programa *Film Commission: A* PrFilm *Commission* é uma política pública – institucionalizada pelo Decreto Estadual 3000/2023 e subordinada à Secretaria da Cultura do Paraná – que possui como função primordial transformar o estado em um destino amigável para as produções audiovisuais. Além disso, atua como facilitadora em diferentes pontos da extensa cadeia produtiva cinematográfica: do cadastro de fornecedores à tramitação burocrática de permissões para filmar em local público; de suporte para festivais e distribuição de títulos já finalizados ao incentivo ao ensino, pesquisa e extensão acadêmica. O Programa de Filmagens do Paraná possui um modelo ainda pouco usual no Brasil, de atuar com abrangência estadual. Considerando a imensa diversidade de cenários, além de étnica e cultural, que o Paraná possui, se justifica a existência de um programa de filmagens que não se encontre limitado pelos limites municipais, e atue transversalmente usando o aparato do governo do estado para atrair, facilitar e apoiar produções audiovisual. Ao longo de 2023, primeiro ano de atuação efetiva, a PrFilm *Commission* se dedicou à construção de políticas públicas de financiamento alinhadas com a Lei Paulo Gustavo. Em paralelo atuou atendendo aos pedidos de diversas produções que acontecerem ao longo de 2023. Foram mais de 20 solicitações, que envolveram desde empréstimo de móveis para composição de cenário e edifícios do estado para locação, até a facilitação junto a empresas estatais para captação de recursos via renúncia fiscal, ou mesmo apoio logístico e contato institucional com prefeituras do interior do Paraná;
- Por meio do Fundo Estadual de Cultura (FEC), foi realizado o Programa de Implementação do Sistema Estadual de Cultura – PROSEC, cuja essência é o fortalecimento dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, com apoio da SEEC no sentido de orientar municípios e gestores municipais quanto à importância dos componentes do Sistema (Órgão Gestor; Conselho de Cultura; Fundo de Cultura; Plano de Cultura), bem como a importância do mapeamento de agentes culturais, ações culturais, equipamentos culturais e outras informações imprescindíveis para a construção de indicadores que balizem a execução de políticas públicas de cultura;
- Lei Paulo Gustavo – Lei Complementar n.º 195/2022 – por meio do Fundo Estadual de Cultura, a SEEC está realizando o maior investimento em cultura do Estado do Paraná, com a disponibilização de recursos na ordem de R$ 100 milhões para os agentes culturais do Estado, sendo que estes recursos são operacionalizados por meio do FEC.

12.2 MUSEUS

As unidades museológicas pertencentes à SECC são: Centro Juvenil de Artes Plásticas; Museu Casa Alfredo Andersen; Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu do Expedicionário, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Museu Paranaense e Museu Oscar Niemeyer. Dentre as atividades promovidas pelos Museus destacaram-se: 17 eventos no MUPA, 36 eventos no MON, 29 eventos no MIS, 37 eventos no CJAP, cinco eventos no MCAA e seis eventos no MEXP totalizando 5.123 participantes. Foram realizados 11 eventos virtuais de capacitação (palestras, oficina, mesa redonda). O total de visitantes em 2023 foi de 186.362 pessoas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A COSEM atua diretamente no apoio técnico de instituições museológicas paranaenses, entre as atividades desenvolvidas pelo sistema estão: realização de visitas técnicas, orientação para salvaguarda de acervos, conservação preventiva, curadoria, expografia, gestão de acervos museológicos e orientações técnicas sobre conceitos e padronizações utilizados no campo museológico.

A SEEC fez uma parceria com o Centro Nacional de Arte e de Cultura Georges Pompidou, o qual oportuniza a implantação do Museu Internacional de Arte na cidade de Foz do Iguaçu. Tivemos a visita da equipe francesa ao Brasil e a ida da delegação do Paraná à França. A viagem foi de extrema importância para realização de workshops e visitas técnicas para compreensão da dimensão do Centro Pompidou e outras instituições culturais para intercambio, visando a construção do novo museu no Paraná.

12.3 PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural do Estado por meio da Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) mantém seu monitoramento, avaliação, integração e articulação entre suas unidades que recebem visitas técnicas, com o objetivo de controlar e avaliar suas condições físicas, além de levar informação e apoio aos eventos que acontecem nos espaços culturais. Realiza, ainda, os relatórios técnicos, as avaliações e os pareceres, os quais resultam em decisões sobre procedimentos a serem adotados para a proteção e conservações de todos os bens tombados do Estado. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- 1º Seminário Paranaense do Patrimônio Cultural no auditório da Biblioteca Pública do Paraná, em comemoração ao “Dia do Patrimônio;
- Formação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD da SEEC, em que a CPC participa e realiza uma série de atividades referentes à Gestão de Documentos do seu Acervo Documental;
- Análise e Aprovação de Regularização de intervenções realizadas na casa onde morou Cristiano Osternack;
- Análise do Estudo Preliminar de restauração da Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso – Guaratuba/PR;
- Análise e aprovação do projeto de reforma da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC);
- Desenvolvimento em andamento de medidas compensatórias aplicadas em Castro/PR: criação de Cartilha e Gibis;
- Revisão das averbações em registros de imóveis de bem tombados pelo estado. Foram revistos os processos de tombamento e documentação cartorária de 78 bens particulares tombados individualmente e identificados 33 bens que já possuíam averbação em matrícula. Dos 45 bens sem averbação, 22 não possuem documento de matrícula, 19 estão em processo de averbação nos cartórios e quatro tiveram averbação realizada;
- Apoio as visitas mediação durante a exposição “EspeloArte” e da “Canoa Yga Mîri”;
- Acompanhamento e análise de empreendimentos e licenças ambientais na Área de Tombamento da Serra do Mar - Municípios de Campina Grande do Sul, Morretes e São José dos Pinhais;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Área de Tombamento da Ilha do Mel; - Atendimento à Comunidade de Pescadores da Ponta Oeste quanto à consolidação do território tradicional;
- Criação da PAE (PLANO ATENDIMENTO EMERGENCIA) dos museus em conjunto com COSEM;
- Revisão das localizações dos bens tombados pelas coordenadas geográficas;
- Realização de reuniões com a equipe da CELEPAR sobre alterações para adequar a ficha de tombamento no MAPA VIRTUAL DOS BENS TOMBADOS utilizando o Sistema de Informação da Cultura: Elaboração do projeto para a divulgação de bens tombados;
- Participação com Setor de Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico CPC/SEEC no Projeto "Geoparque Prudentópolis", conforme Decreto n.º 269/2023 que institui o Grupo de Trabalho das instituições parceiras, incluindo a CPC/SEEC;
- Participação e representação da CPC na "17ª Semana de Museus" promovida pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba; Participação do programa Papo Educativa, da Rádio Educativa do Paraná, sobre os "150 anos da Estrada da Graciosa"; Participação de entrevista para a TV Paraná Turismo, sobre os "150 anos da Estrada da Graciosa"; Participação na elaboração das "Normativas de Uso da Estrada da Graciosa, na Serra do Mar".

12.4 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ (BPP)

A Biblioteca Pública do Paraná é uma das maiores bibliotecas públicas do Brasil com acervo reúne cerca de 730.000 livros, periódicos, fotografias, mapas, cartazes e materiais de multimeios e multimídia. Atende em média 2.000 usuários e realizando aproximadamente 500 empréstimos de livros por dia.

- O jornal Cândido publicou 11 edições online mensais, cuja linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura;
- Ler Junto é um projeto que acontece todas as segundas, e já foram realizados 30 encontros, com uma média de 35 pessoas em cada evento;
- Curso gratuito de teatro para crianças voltado para crianças de 7 a 12 anos. No total foram disponibilizadas 15 vagas;
- Bate papo com Paulo Rezzutti Criador da série de livros "A História Não Contada", com público de 45 pessoas;
- Inaugurou a "Estante Afro — Maria Águeda". O acervo possui mais de 500 títulos de autores/as afrodescendentes. 90 pessoas acompanharam o evento;
- Lançamento do livro Um Grande Dia para as Escritoras, com registros do movimento homônimo que fotografou 2.302 escritoras em mais de 50 cidades no Brasil e no exterior e conta com textos de autoras de todo o país. A ação impactou 120 pessoas;
- A Biblioteca Pública realizou o evento com totens com fotos e biografias, que ficou em cartazes gratuitamente durante o mês de julho na BPP, e uma apresentação do grupo de refugiados cegos Vozes da Angola. O evento contou com a presença de 55 pessoas;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Cantateca realizou apresentações na própria Biblioteca e em diversos espaços culturais de Curitiba;
- Primeiro Carnateca, evento pré-carnavalesco teve uma programação que incluiu roda de samba do projeto Samba do Compositor Paranaense e atrações na Seção Infantil, bailinho, pintura facial, decoração de máscaras, distribuição de kits com confete e serpentina e uma oficina ministrada pelas regentes do coral infanto-juvenil da BPP (Cantateca). Passaram pelo evento um total de 130 pessoas;
- No Dia Internacional da Mulher, todo o prédio histórico da BPP se converteu em uma grande exposição temática sobre a presença feminina na literatura, nas ciências, na cultura, no jornalismo e nas artes em geral. Cerca de 200 pessoas foram impactadas pela ação;
- Galeria de Bibliotecárias — Todo mês, as redes sociais da BPP trazem posts com fotos das profissionais e estudantes de Biblioteconomia que trabalham na instituição. Além das postagens, as publicações trazem perfis curtos das homenageadas e descrições sobre seus setores de atuação. A ação impactou um total de 1.160 de pessoas nas redes sociais;
- Ciclo de Contação de Histórias o grupo de contadores da BPP, Era Uma Vez, apresentou duas sessões diárias em que interpretam obras da literatura infantil produzidas por mulheres;
- Rogai Por Nós — Fruto de uma parceria entre o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e o Grupo Folclórico Boi Barroso, a exposição conta com estandartes que resgatam a história e a memória das capelas e igrejas do município de Antonina. Ao todo são 21 peças produzidas por artesãs do litoral paranaense, espalhadas pelo hall térreo da Biblioteca;
- Documentário sobre a Cantateca - Lançamento da série documental Da Capo, sobre o trabalho e a trajetória do Cantateca, o coral de crianças e jovens da instituição;
- Minicurso Escrita Criativa Minicurso presencial Escrita Criativa: 15 vagas foram disponibilizadas;
- Projeto Vox Urbe tradicional encontro de poesia;
- Encontro Regional de Bibliotecas Públicas teve cinco edições este ano;
- 23ª edição do Festival Espetacular de Teatro de bonecos - o festival engloba todas as vertentes da arte milenar, com apresentações como o Teatro de Marionetes, Formas Animadas, Fantoches, Teatro de Sombras e muitas outras variações artísticas. Participaram do evento cerca de 35 pessoas;
- Uma Noite na Biblioteca — acantonamento para crianças de 7 a 10 anos. A programação gratuita começa no fim da tarde de sábado e termina na manhã de domingo, com um café de confraternização para as famílias dos participantes e funcionários da BPP. As atividades incluem apresentações teatrais, contação de histórias e jogos. 50 pessoas participaram;
- A Biblioteca Pública do Paraná promoveu a 7ª edição de sua festa literária anual, a Flibi, que neste ano teve como tema: “Mil vezes literatura”. 550 pessoas passaram pelo evento;
- Ao longo de 2023, a Biblioteca recebeu 40 eventos de lançamentos de livros. Cerca de 1.100 pessoas foram impactadas por essa ação;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- A BPP sediou oito exposições ao longo de 2023: 39 Anos em 39 Imagens de Curitiba (trabalhos de dez fotógrafos convidados pela equipe do jornal Bem Paraná), exposição Rogai Por Nós (21 estandartes, além de fotos e imagens religiosas), mostra Voltar aos Passos que Foram Dados (exposição com textos e imagens que celebram os 25 anos do Nobel de Literatura concedido ao escritor português José Saramago), As Andanças por Terra e Mar do Cavaleiro da Ilha de Vera Cruz (exposição do projeto de HQ virtual do artista gráfico André Caliman), exposição Movimenta Preta (totens com fotos em homenagem às mulheres negras paranaenses no Movimenta Preta), exposição Além-Mar (Exposição de obras, de Adão, que exploram sua relação poética e íntima com o mar), exposição Semana Nacional da Filosofia (promovida pela Nova Acrópole) e exposição ParanÁfrica (com fotografias de Fernanda Castro e Marcelo Weiss). As mostras tiveram entrada gratuita e foram visitadas por mais de 10.500 pessoas;
- Hora do Conto Sessões diárias de contação de história, em dois horários (manhã e tarde), com o grupo Era Uma Vez, formado por funcionários da Seção Infantil da BPP. Suas apresentações, sempre seguidas de atividades lúdicas sobre o conteúdo abordado, atingiram um público de mais de 12.000 pessoas ao longo do ano;
- Cine Pipoca A Biblioteca organiza sessões mensais de cinema para o público infantil — nas férias, a programação é semanal. Além do filme, exibido gratuitamente no auditório, as crianças e os pais recebem pipoca antes do início da sessão. O projeto proporciona uma experiência de cinema em um espaço diferente do habitual e mostra a BPP como um espaço de promoção de várias áreas da cultura. Em 2023, a ação impactou mais de 1.350 pessoas;
- Aventuras Literárias - O projeto reúne autores para um bate-papo com o público infanto-juvenil. Durante os encontros, os autores conversam com os jovens leitores sobre suas trajetórias na literatura e a importância da leitura nas primeiras fases da vida. Os eventos, gratuitos, foram assistidos por cerca de 350 crianças em 2023;
- Samba do Compositor Paranaense - Em 2023, a Biblioteca Pública do Paraná continuou a receber edições mensais do tradicional projeto Samba do Compositor Paranaense. Os encontros acontecem no hall térreo, com entrada gratuita e distribuição de cadernos com as letras das músicas interpretadas. Aberto a poetas, instrumentistas e à comunidade interessada na produção dos compositores do estado, o evento busca fomentar o samba local e destacar suas diferentes facetas. Mais de 1.300 músicas inéditas já foram apresentadas ao longo dos 12 anos do projeto, que já passou por outros espaços culturais de Curitiba — Casa Latino-Americana, Sociedade 13 de Maio, Canal da Música, Centro Juvenil de Artes Plásticas, Centro Cultural do Boqueirão e Teatro Universitário de Curitiba. Na BPP, o evento atraiu um público de 100 pessoas;
- Edital Outras Palavras - voltado para editoras independentes com o objetivo de publicar as obras paranaenses premiadas no Edital de Concurso 005/2020 – Outras Palavras, lançado pelo Governo do Estado com recursos da Lei Aldir Blanc em 2020, como forma de reduzir os impactos econômicos da pandemia. O edital distribuirá ao todo o valor de R$ 1,5 milhão para editoras independentes sediadas no Estado do Paraná há no mínimo seis meses. As obras serão divididas em lotes e esses dirigidos às editoras selecionadas pelo presente edital;
- Prêmio Paraná de Literatura 2023 - Criado para fomentar a produção e circulação de livros inéditos, o concurso literário lançado este ano vai selecionar obras em quatro categorias: Romance, Contos, Poesia e Infantil. O vencedor de cada categoria

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

receberá a quantia de R$ 30.000,00 e terá sua obra publicada pela BPP, com tiragem de 1.000 exemplares;

- Cine Inclusivo Criado pela Seção Braille, o projeto Cine Inclusivo promove sessões diárias de filmes com audiodescrição para pessoas com deficiência visual. A entrada é gratuita, via agendamento por telefone. A ação impactou 80 pessoas em 2023;
- Encontros do grupo de convivência Mulheres Eficientes, voltado para mulheres com deficiência visual ou baixa visão;
- 32 pessoas participaram da ação e exposição "O Mestre Verde" acessível para cegos e portadores de baixa visão. A seção fez toda a acessibilidade transcrevendo para o sistema braille e a descrição das imagens do livro, finalizando com a organização e montagem da exposição do mesmo. Total de 560 pessoas;
- Curso de Braille e Sorobã, na sala da Seção Braille para 14 pessoas;
- Exposição Dia Internacional Surdocego. 111 pessoas;
- Apresentação "Aprendendo a Ver Ouvindo" Parceria da Seção Braille para Associação Maestro da Bola, realizado no *coworking*. A ação atingiu 30 pessoas;
- Formação em Braille para Professores de Rio Branco. A ação atingiu 15 pessoas;
- Exposição de Materiais Adaptados para Pessoas com Deficiência Visual. Um total de 80 pessoas visitaram a exposição;
- Mostra de jogos inclusivos Mostra de jogos inclusivos com o tema: Brincar é Preciso Para Todos, recebeu um público de aproximadamente 300 pessoas;
- Caixa-estante Iniciativa da Divisão de Extensão da Biblioteca Pública do Paraná, o projeto Caixa estante tem por objetivo levar livros para empresas e instituições a fim de incentivar a leitura em novos espaços. A BPP disponibiliza suas caixas-estantes por meio de um termo de compromisso entre a biblioteca e a instituição interessada.

12.5 CENTRO CULTURAL DO TEATRO GUAÍRA (CCTG)

Marco do modernismo paranaense, o Centro Cultural Teatro Guaíra é um dos maiores complexos culturais da América Latina, com 16,9 mil metros quadrados e capacidade para 2,8 mil pessoas. Mantido pelo Governo do Paraná, está sediado na praça Santos Andrade.

Com projeto arquitetônico de Rubens Meister, o edifício do Teatro Guaíra abriga três auditórios: Bento Munhoz da Rocha Netto, Salvador de Ferrante e Glauco Flores de Sá Brito. Além disso, também faz parte do CCTG o Teatro Zé Maria, carinhosamente conhecido como o teatro da classe, localizado no bairro São Francisco.

O Teatro Guaíra possui quatro corpos artísticos: a Orquestra Sinfônica do Paraná, o Balé Teatro Guaíra, o G2 Cia de Dança e a Escola de Dança. De acordo com essas diretrizes, os Corpos Artísticos mantidos pelo CCTG realizaram no corrente ano as atividades listadas, obtendo o número de apresentações e o público atingido conforme descrito:

- O balé teatro Guaíra realizou 26 apresentações com as obras coreográficas “V.I.C.A”, “Piá”, “Anima – Imensidão Adentro”, “Castelo” e “Lendas Brasileiras”. Dessas, seis apresentações foram de espetáculos didáticos dirigidos à rede pública municipal e

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

estadual de ensino, com entrada franqueada aos alunos. As apresentações ocorreram em diversas cidades do Estado, inclusive Uberlândia-MG (duas), João Pessoa-PB (uma) e Recife-PE (uma), sendo prestigiadas por um público total de 11.074 espectadores. Em conjunto com a Orquestra Sinfônica do Paraná levou à cena também as coreografias "Piá", "Outras Estações", "Romeu e Julieta", "Lendas Brasileiras" e "Estação das Águas", realizando 18 apresentações no Grande Auditório do Teatro Guaíra que resultaram na presença de um público total de 32.414 espectadores.

- A Orquestra Sinfônica do Paraná realizou 37 concertos com repertórios diversos, apresentando-se em várias cidades do Estado. No total, os concertos foram prestigiados por um público de 45.020 espectadores.
- A companhia G2 CIA DE DANÇA realizou cinco apresentações com a obra "GAG" no Aud. Salvador de Ferrante do Teatro Guaíra. No total, essas apresentações tiveram um público somado de 2.261 espectadores.
- A Escola de Dança Teatro Guaíra está voltada essencialmente ao ensino do balé clássico e da dança contemporânea para alunos a partir de 0nove anos. Mantém um número estimado de 100 alunos em seis diferentes níveis de formação. A Escola participou de 32 eventos, atingindo um público estimado de 20.413 espectadores.
- Produziu no mês de julho o "23º Festival Espetacular de Teatro de Bonecos" ocasião em que foram levados à cena 54 apresentações de 29 diferentes espetáculos de 27 companhias oriundas de diversas cidades do Estado, inclusive Itajaí-SC (uma) e João Pessoa-PB (uma). O Festival contou com a presença de um público estimado em 6.043 espectadores.
- Produziu a obra "Um Requiem Alemão" de Brahms, que foi apresentado no Grande Auditório do Teatro Guaíra pelo Coro Sinfônico formado por 60 vozes e que contou ainda com a participação de cinco solistas sob a regência do maestro Alexandre Mousquer. O concerto teve um público total de 1.274 espectadores.
- O CCTG viabilizou também em seus três Auditórios (Bento M.R. Netto, Salvador de Ferrante e Glauco F.S. Brito) e no Teatro José Maria Santos um total de 763 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros. Tais apresentações obtiveram um público somado de 346.026 espectadores.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

13. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA (SEDEF)

Criada pela Lei n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF) é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade e risco social e a melhoria da qualidade de vida da população em diversas áreas.

Atua de forma intersetorial no âmbito de quatro grandes políticas públicas: Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Juventude; e Política Estadual de Assistência Social. Observe-se que sua abrangência não se limita apenas a estas áreas, uma vez que cabe à SEDEF a coordenação e proposição de ações transversais no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família, para fomentar a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do Governo.

Além da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e das políticas de assistência social, dentre os programas e projetos sob a responsabilidade da SEDEF estão: o Programa Energia Solidária, o Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa, o Programa Nossa Gente Paraná (parceria BID) e o Programa Paraná Seguro (parceria SESP/BID).

Operacionalmente, além da estrutura central da Secretaria em Curitiba, a atuação da pasta está descentralizada por meio dos 12 Núcleos Regionais de Desenvolvimento Social e Família (NRFs), organizados conforme a Resolução SEDEF n.º 213, de 28 de novembro de 2023, e das 16 Instâncias de Atuação Regional Avançadas (IARAs), instituídas pela Resolução SEDEF n.º 103, de 28 de julho de 2023. Esse conjunto de agentes busca assessorar os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados nas políticas sociais.

E com esse objetivo em mente, durante o ano foi promovida a oficina “SEDEF nos Municípios”, na qual a equipe técnica da pasta levou informações sobre a Secretaria e sua organização, sobre as políticas sob sua gestão e ainda acerca da melhor utilização dos recursos repassados aos municípios. Ao todo, foram 13 capacitações, nas seguintes localidades: Dois Vizinhos, Rio Branco do Sul, Marechal Cândido Rondon, São Mateus do Sul, Tomazina, Pontal do Paraná, Chopinzinho, Jaguapitã, Guarapuava, Leópolis, Serranópolis do Iguaçu, Jesuítas e Porto Rico. Uma edição especial, chamada de “SEDEF na Assembleia”, aconteceu em Curitiba, com o propósito de levar aos parlamentares o conhecimento sobre a atuação nas políticas de desenvolvimento e assistência social e garantia de direitos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

13.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

13.1.1 Políticas de garantia de direitos

13.1.1.1 Pessoas com Deficiências

O ano de 2023 foi um marco na Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a instituição do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (FEPcD), por meio da Lei n.º 21.637, de 16 de setembro. Este visa facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos no desenvolvimento de ações voltadas às pessoas com deficiências.

Em relação às ações desenvolvidas pela SEDEF, um dos destaques fica para a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), instituída por meio da Lei Federal n.º 13.977, de 8 de janeiro de 2022, denominada "Lei Romeo Mion". O documento facilita a identificação de pessoas autistas e garante a prioridade no atendimento em serviços públicos, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social, bem como nos serviços privados, tais quais supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes, lojas em geral, etc. Até novembro de 2023, foram emitidas 12.175 carteiras, uma expansão de 83% em relação a 2022.

Outro documento cuja busca pela população aumentou foi o Passe Livre Intermunicipal, respaldado pela Lei n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, e pelo Decreto n.º 11.973, de 11 de dezembro de 2018. Ele assegura a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e renda familiar *per capita* inferior a dois salários mínimos. Esta isenção se estende às pessoas que possuem as doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência. Foram emitidas 6.541 carteiras de Passe Livre até novembro, alta de 69% frente ao ano anterior.

Na temporada 2022/2023, foram realizados 385 atendimentos nas praias do litoral do Paraná no Projeto Praia Acessível, realizado em parceria com a *SANEPAR* e com a Secretaria de Estado do Esporte (SEES). Esta ação visa o fortalecimento dos direitos das PCDs garantindo o acesso à praia, em condições de igualdade com as demais pessoas, possibilitando o lazer de forma digna e segura. O projeto terá continuidade na temporada 2023/2024, com a ampliação da disponibilidade dos equipamentos para as praias de água doce da costa oeste, nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia, e para a Ilha do Mel.

A SEDEF também destinou R$ 2 milhões do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FIA) para a implantação de Parques Acessíveis em 88 municípios, mediante a aquisição de kits de brinquedos acessíveis que permitem a integração entre crianças com e sem deficiência. O foco do projeto é garantir acessibilidade ao lazer, assegurando a socialização e acesso aos brinquedos de parques no Estado do Paraná.

Com recursos do FIA também foi promovido o Edital de Chamamento Público n.º 001/2023, pelo qual foram destinados R$ 26 milhões para financiamento destinado à realização de pequenos serviços de manutenção na infraestrutura física existente das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Foram classificadas 305 propostas apresentadas por meio do Sistema de Transferências e Apoio à Gestão (SISTAG).

Por sua vez, o Projeto Óculos Acessível seguiu atuante na Biblioteca Pública do Paraná e nas Bibliotecas Municipais de Cascavel e Londrina. A tecnologia assistiva dos óculos *Orcam My Eye*, de visão artificial, proporciona mais autonomia às pessoas cegas ou com baixa visão. O aparelho,

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

acoplado às hastes de um par de óculos, é capaz de ler qualquer texto impresso ou digital em tempo real.

Já no campo da proteção dos direitos das pessoas com deficiência, a SEDEF atuou em conjunto com o Sistema de Denúncia de Violação de Direito da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), que proporciona a participação da sociedade por meio de denúncias anônimas. Foram recebidas, encaminhadas para as diversas redes de proteção dos 399 municípios do Estado e apuradas 108 denúncias de violação de direitos de PCDS até novembro.

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE) também esteve atuante ao longo do ano, para fortalecer o sistema de garantia de direitos. Este órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, agiu em prol do fomento e criação de Conselhos Municipais, resultando na instituição de 164 conselhos.

Finalmente, segue em fase de homologação a Plataforma Paraná Acessível, sistema de informações e serviços voltados às pessoas com deficiência e também de interesse do cidadão de modo geral, mesmo não sendo pessoas com deficiência. Além de informar o público, a solução tecnológica visa servir como base de informações para dados estatísticos, trazer conhecimento acerca das condições de acessibilidade e dos serviços disponíveis nos municípios do Estado, favorecendo o acompanhamento, planejamento, proposição e monitoramento de políticas públicas.

13.1.1.2 Criança e Adolescente

No âmbito da Política Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, um dos marcos do ano foi a realização, no mês de junho, da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no município de Foz do Iguaçu. Organizado em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o evento contou com 383 delegados municipais e natos. Lá também houve a definição dos 39 membros da delegação que irão representar o Estado do Paraná na XII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos dias 02 a 04 de abril de 2024 em Brasília.

Em 2023 também foram retomadas as atividades da Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes. Ao todo foram oito reuniões realizadas pelo grupo. Em maio aconteceu o Seminário de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes, com a presença de 300 participantes. Nele foram abordados os temas cultura da paz; panorama da violência sexual contra crianças e adolescentes no Paraná; e os desafios atuais no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O CEDCA/PR também organizou, em novembro, uma reunião ampliada em Curitiba, transmitida online, com o objetivo de capacitar os atores do Sistema de Garantia de Direitos bem como os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e Adolescente. Participaram aproximadamente 120 municípios desta capacitação.

Outra ação importante foi a organização do Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2014-2023. Foi elaborado e apresentado o relatório anual de acompanhamento dos resultados de 2022, bem como o alinhamento das 280 metas, distribuídas entre 17 órgãos responsáveis, para este ano. E, considerando o fim da vigência deste plano, o CEDCA/PR aprovou as deliberações n.º 26 e 43, as

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

quais totalizam um valor de R$ 2,8 milhões para viabilizar a elaboração do relatório de avaliação final e a elaboração do novo Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ainda no âmbito do CEDCA/PR, também aconteceu a eleição dos representantes das Organizações da Sociedade Civil do conselho para o biênio 2023-2025. Foram eleitas 12 entidades, com a indicação de 24 conselheiros. Ressalte-se que houve um aumento da participação de entidades como candidatas no certame eleitoral.

Dentro das ações recorrentes da SEDEF, foram encaminhadas as denúncias relacionadas a crianças e adolescentes do Disque 181. A Secretaria recebe essas denúncias, realiza o registro no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) para controle, e direciona aos Conselhos Tutelares e, quando necessário, ao Ministério Público do Estado do Paraná. Até 31 de outubro foram recebidas 964 denúncias, sendo identificadas com maior frequência as temáticas de violência física (309), violência sexual (294), negligência/abandono (167), violência psicológica (72), fornecimento/uso de drogas (91) e trabalho infantil (16).

Com relação aos repasses fundo a fundo de recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), foram executados, considerando as diversas fases do processo, os seguintes projetos: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares (estruturas dos Conselhos Tutelares); Programas de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência e Autores de Violência; Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos – Primeira Infância; Apoio à Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de acesso a produtos de Higiene Íntima; Projeto Parque Acessível para Crianças e Adolescentes com Deficiência; Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem Prioritariamente Indígenas e Comunidades Tradicionais em Trânsito no Paraná. Entre janeiro e outubro, foram repassados aos municípios aproximadamente R$ 19,8 milhões.

Durante o ano de 2023 foram aprovados e incluídos no Banco de Projetos do FIA, disciplinado pela Deliberação n° 058/2023 – CEDCA/PR, três proposições apresentadas pelas OSCs. Por meio deste banco, as entidades podem realizar a captação de recursos através da doação direcionada do imposto de renda. E além deste cofinanciamento, houve ainda o direcionamento de valores do Fundo para a execução de projetos apresentados por Instituições Governamentais. Foram formalizados 13 Termos de Cooperação Técnica, que totalizaram mais de R$ 99,7 milhões.

Finalmente, também houve a continuidade do Programa Criança Feliz (PCF), cujo objetivo é promover e apoiar o desenvolvimento integral na primeira infância, através da preparação da família para o nascimento da criança; de orientações nos cuidados pós-gravidez; de promoção do fortalecimento de vínculos; e de esclarecimentos acerca do papel da família no cuidado, proteção e educação de crianças de até seis anos de idade. A SEDEF orienta e assessora os municípios para a aplicação dos recursos advindos do Governo Federal. Mantiveram-se vinculados ao programa 64 municípios, que juntos realizaram 171.807 visitas, contemplando 7.879 famílias.

13.1.1.3 Juventude

A Política Estadual da Juventude tem como objetivo articular e garantir o desenvolvimento de projetos e políticas públicas direcionadas aos jovens paranaenses entre 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013). Soma-se o compromisso de despertar na juventude do Estado o desejo de participação da vida política, como protagonistas das decisões e direcionamentos voltados para a sociedade.

Nesse sentido, uma das realizações da SEDEF em 2023 foi a organização, nos dias 26 e 27 de outubro, da IV Conferência Estadual da Juventude. Promovida em conjunto com o Conselho Estadual da Juventude (CEJUV), estiveram em Curitiba 174 delegados municipais e estaduais, que

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

participaram do debate acerca de demandas da população jovem e de propostas de ações para esse público. Aconteceu também a eleição dos 62 representantes da delegação da IV Conferência Nacional de Juventude, que ocorreu em Brasília entre os dias 14 e 17 de dezembro.

Com este intuito de fortalecer o controle social, a Secretaria atuou na reestruturação organizacional do CEJUV, dando continuidade à elaboração do projeto de lei que regulamenta o Conselho. Além disso, foi feito um levantamento e acompanhamento em todos os municípios do Paraná para apurar a quantidade de Conselhos Municipais instituídos, a fim de mensurar a dimensão da estrutura de políticas da juventude no Estado. Já em dezembro, representantes da pasta participaram de reunião do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Políticas Públicas de Juventude (FONAJUVE), em Brasília, na qual foram debatidas estratégias para a política pública em 2024.

Novos projetos foram desenvolvidos e implementados pela SEDEF em 2023. Em parceria com a AMBEV, através do Programa Paraná Competitivo, foram aprovados o "Bora Juventude do Paraná" (capacitação de 450 jovens) e o "Bora empreender com comida" (capacitação de 2.000 mulheres), ambos voltados ao empreendedorismo jovem.

Em junho aconteceu o I Encontro Estadual dos Gestores dos Centros da Juventude. Realizado de forma híbrida, em Pinhais, seu objetivo foi tomar conhecimento e se apropriar das demandas e necessidades de cada um dos municípios que possuem um Centro da Juventude.

Realizada a "Semana da Juventude", entre os dias 07 e 11 de agosto, em alusão ao "Dia do Estudante" e ao "Dia Mundial da Juventude". A temática principal foi a "Juventude pela Paz", e foram desenvolvidas atividades como palestras informativas, audiências públicas, vídeos, oficinas, torneios, apresentações culturais, passeios ciclísticos e caminhadas, abrangendo jovens de 22 municípios. Outro feito foi a criação da Cartilha da Política da Juventude Paranaense, com o objetivo de fortalecer a participação dos jovens para buscar seus locais de representatividade.

No mês de outubro foi lançado o projeto-piloto "*Podcast* da Juventude", espaço de manifestação dos jovens quanto às suas demandas e debates de políticas públicas. Dois episódios foram ao ar em 2023, com a participação de autoridades e representantes da juventude. E em novembro estreou o "É sobre isso! - Viva Livre das Drogas". Aproximadamente 500 jovens, de cinco escolas da rede estadual de ensino, participaram de palestra informativa e interativa sobre os riscos e consequências do uso de drogas.

A SEDEF ainda esteve presente em uma série de eventos voltados ao público jovem. Nos dias 23 e 24 de novembro aconteceu a 4ª Feira de Profissões no Centro da Juventude do município de Campo Largo. Esta ação levou informações sobre carreiras profissionais aos jovens estudantes, por meio de palestras, oficinas, cadastros, oferta de vagas de estágio e aprendizagem.

A equipe técnica da Secretaria esteve em reuniões para apresentação, divulgação e orientações acerca das Políticas Públicas para a Juventude e de documentos como o Estatuto da Juventude, ID Jovem e Co.liga. Foram visitadas treze escolas, nos municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná, Sarandi e Sertaneja, as quais contaram, ao todo, com a participação de 1.300 jovens. Em agosto, participou do Encontro Anual da União Paranaense de Estudantes Secundaristas.

No Programa "Paraná em Ação", encabeçado pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU), que se caracterizou como feira de serviços públicos gratuitos, a política da juventude esteve nos municípios de Goioerê, Londrina, Sertaneja, Matelândia, Paranaguá, Sarandi e Curitiba, com orientação a aproximadamente 1.000 jovens, no total. Igualmente, atuou no Projeto "Caravana Juventude Negra Viva" - Etapa Paraná, nos dias 17 e 18 de julho, cujo eixo principal foi a busca de meios de comunicação com a juventude negra, quilombola e indígena do Estado.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

13.1.2 Desenvolvimento e Assistência Social

13.1.2.1 Gestão do SUAS, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

A Gestão Estadual da Política de Assistência Social atua no fortalecimento dos municípios e incremento de sua capacidade de gestão para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços específicos, os quais estão previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução n.º 109/2009/CNAS). Também realiza assessoria técnica e apoio às instâncias de gestão em níveis estadual e federal. Seus recursos financeiros são gerenciados no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), instituído pela Lei n.º 11.362, de 12 de abril de 1996, com a finalidade de cobrir despesas com o atendimento e apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito regional ou local.

No contexto desta política, a principal realização de 2023 foi a consolidação do Piso Único de Assistência Social (PAS), o qual entrará em vigor no início de 2024. Estabelecido pela Deliberação n.º 059/2023-CEAS/PR, o Piso Único tem como objetivo proporcionar maior autonomia e flexibilidade aos gestores municipais na aplicação dos recursos disponíveis. Além disso, a responsabilização dos municípios tanto pelo adequado emprego dos recursos quanto pela oferta de serviços de alta qualidade será efetivada. Adicionalmente, a reestruturação para esse modelo contribuirá para o fortalecimento do controle social, conferindo maior eficácia, segurança e eficiência ao processo.

No que tange à perspectiva do controle social, o destaque ficou por conta da convocação e organização da XIV Conferência Estadual de Assistência Social, realizada entre os dias 03 e 05 de outubro em Cascavel, com o tema: "Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos". Promovido juntamente com o Conselho Estadual de Assistência Estadual (CEAS), o evento reuniu 370 delegados municipais e natos. Foram escolhidos também os 108 delegados do Paraná que estiveram em Brasília na XIII Conferência Nacional de Assistência Social, de 05 a 08 de dezembro. Salienta-se que esse processo contou anteriormente com a etapa das conferências municipais, realizadas nos 399 municípios do Estado, e nas quais foram reunidas propostas em cinco eixos de debate, alinhados com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Também nesta seara, em maio ocorreu o processo para eleição de representantes da sociedade civil para o CEAS/PR para o biênio 2023-2025, o qual contou com 128 participantes, entre candidatos e votantes, das cinco Macrorregionais do Paraná. A homologação do resultado se deu por meio do Decreto n.º 2.351, de 02 de junho de 2023, sendo eleitos 60 conselheiros.

Pela Gestão do Sistema Único de Assistência Social, o Estado do Paraná desempenha um papel crucial no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social em todos os municípios paranaenses. Isso é alcançado por meio da prestação de assessoria e apoio técnico, com o objetivo de instrumentalizar os gestores para fortalecer e aprimorar seu trabalho. Isso posto, a SEDEF atuou nas seguintes frentes de trabalho na perspectiva da gestão do SUAS:

- Por meio das Deliberações n.º 29 e n.º 033/2023-CEAS/PR foi feita a expansão do Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS I) para 140 municípios de Pequeno Porte I, garantindo o cofinanciamento estadual aos 312 municípios elencados desta forma. Foram transferidos, fundo a fundo, R$ 8,3 milhões aos municípios que atenderam os critérios de pagamento. O PPAS I representa um aporte financeiro destinado ao cofinanciamento estadual de serviços, programas, benefícios e projetos da assistência social e sua gestão.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Na emissão de 399 Atestados de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF), critério fundamental para os repasses estaduais. As gestões municipais receberam orientações sobre os requisitos e ajustes necessários ao longo do ano, resultando em 100% dos municípios em situação de regularidade.
- Foram feitas 475 análises de solicitações de Organizações da Sociedade Civil para o Programa Nota Paraná. Isso permite que as entidades que atuam na assistência social acessem outros recursos. Até novembro, foram destinados R$ 20,6 milhões às 1.075 OSCs cadastradas.
- Em julho foi iniciado o diálogo com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para a formalização da parceria para a execução do Programa CapacitaSUAS, em sua etapa III. Seu objetivo é garantir a oferta de Educação Permanente aos trabalhadores do SUAS, gestores e conselheiros da rede socioassistencial.
- Em agosto e novembro, aconteceram reuniões do curso de capacitação voltado aos conselheiros do CEAS/PR e dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), proposto pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NEEP/SUAS/PR), em parceria com a Escola de Gestão, com a participação de 190 conselheiros.

No escopo da Proteção Social Básica também foi feito o assessoramento e apoio técnico aos serviços socioassistenciais que a compõem, sendo estes: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. A SEDEF também deu suporte aos programas, projetos e benefícios socioassistenciais vinculados à Proteção Social Básica, além da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Bolsa Família (PBF).

Nesse sentido, observa-se que em outubro, aproximadamente 1,9 milhão de famílias estavam inscritas no CadÚnico no Estado, sendo que destas, 607.133 encontram-se em situação de pobreza, divididas nas seguintes faixas de renda: a) 409.911 com renda mensal *per capita* até R$ 109,00; b) 197.222 famílias com renda mensal *per capita* entre R$ 109,01 e R$ 210,00; c) 445.622 famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo. No mesmo mês, o Bolsa Família pagou a 621.674 famílias no Paraná um benefício médio de R$ 685,66, totalizando R$ 426 milhões repassados aos paranaenses.

Capacitações foram organizadas para aprimorar os profissionais dos municípios do Paraná em relação aos programas do Governo Federal. Foram duas *lives* orientativas abordando a Qualificação Cadastral nos processos de averiguação de renda e famílias unipessoais, além do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social. Também ocorreram oito seminários macrorregionais de Gestão Intersetorial do PBF e Cadúnico, os quais contaram com a participação de mais de 1.600 profissionais e conselheiros municipais de assistência social. Entre os meses de maio e junho, foram ofertadas 13 turmas da Capacitação Operacional do Sistema do Cadastro Único – V7, ministrado pela Caixa Econômica Federal. Participaram 270 profissionais de 198 municípios. E em novembro e dezembro foram ofertadas 125 vagas no curso de operacionalização do Sistema de Gestão de Benefícios, para os profissionais dos municípios que realizam a gestão dos benefícios do PBF.

Nos dias 21 e 22 de setembro, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Paraná sediou o 1º Encontro Regional Sul do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social - PROCAD-SUAS, que contou com a participação de representantes das

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

gestões estaduais do Paraná e Santa Catarina, e das gestões municipais de 14 municípios do Paraná, três do Rio Grande do Sul e quatro de Santa Catarina, totalizando 68 participantes.

A equipe técnica da Proteção Social Básica também apoiou a execução do Programa Bolsa Agente da Cidadania, que tem como objetivo a participação social e cidadã e a inclusão sociocultural, prevendo o pagamento de bolsa-auxílio no valor de R$ 306,00 aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, e que sejam participantes dos Centros da Juventude. Até outubro foram pagas 2.460 bolsas com dinheiro do BID/Paraná Seguro e 2.618 com apoio do FIA, para 853 adolescentes e jovens, totalizando R$ 2,3 milhões.

Além destes, outros recursos também foram operados pela SEDEF nesse segmento da assistência social:

- Com base na Deliberação n.º 03/2023-CEDCA/PR, que garante benefício eventual exclusivamente para famílias indígenas com crianças e adolescentes, foi feito o repasse, em outubro, de R$ 2,8 milhões para 38 municípios. Foram contemplados com valor de referência de R$ 300,00 para cada criança e adolescente constante no Cadastro Único como indígena e em situação de pobreza e extrema pobreza e, para cada família identificada pelos dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) como família vivendo em território indígena, foi adicionado o valor de referência de R$ 200,00.
- Pela Deliberação n.º 50/2023-CEAS/PR, que trata do Incentivo Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais, foram repassados R$ 8,2 milhões para 87 municípios que não recebiam o PPAS I. Foi possibilitada a utilização deste recurso em caráter emergencial considerando os eventos climáticos adversos que assolaram o Paraná.

O acompanhamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) também fica a cargo da Proteção Social Básica. O Paraná conta com 579 unidades nos 399 municípios, identificados no Censo SUAS 2022. Em 2023 houve a aprovação, por meio das Deliberações n.º 37 e 51/2023-CEAS/PR, para a construção de mais 13 equipamentos, na modalidade fundo a fundo, proporcionando mais agilidade e eficiência do uso dos recursos públicos. A SEDEF também iniciou uma pesquisa, direcionada aos CRAS, sobre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Também foi desenvolvido um estudo sobre o ID CRAS, indicador federal de qualidade dos Centros, que levou à definição de metas estaduais que irão balizar os investimentos financeiros e o apoio técnico aos municípios.

Por sua vez, a Proteção Social Especial é referência na oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. De acordo com o nível de proteção, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, se divide em dois níveis de complexidade: Média Complexidade e Alta Complexidade. Em relação ao primeiro, a SEDEF elaborou durante o ano três notas técnicas para orientar Núcleos Regionais de Desenvolvimento Social e Família, Instâncias de Atuação Regional Avançadas e municípios:

- Nota Técnica Conjunta n°001/2023 DPSE/DPSB/CPAS/SEDEF: traz orientações e subsídios técnicos para execução das Deliberações n.º 03/2023 - CEDCA/PR - Incentivo Benefício Eventual exclusivamente para famílias indígenas com crianças e adolescentes e n.º 04/2023-CEDCA/PR - Incentivo para Abordagem Social e Casa de Passagem.
- Nota Técnica 001/2023 DPSE/CPAS/SEDEF: fornece orientações e subsídios técnicos para o atendimento da população em situação de rua que se encontra em risco social e alta vulnerabilidade decorrente do frio intenso.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Nota Técnica n.º 002/2023 DPSE/CPAS/SEDEF: com a finalidade de complementar o estudo "Cuidados Destinados à Pessoa com Deficiência: Cuidador Social, Cuidador, Atendente Pessoal e Curador-Cuidador", realizado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, explicitando sobre os serviços da política da assistência social da Proteção Social Básica e Especial da Média Complexidade que podem ser empreendidos para evitar o acolhimento institucional da pessoa com deficiência.

Ademais, foram realizadas pesquisas de monitoramento com elaboração de dois relatórios técnicos:

- Panorama da execução das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Paraná": seu objetivo principal foi o monitoramento das AEPETI no Paraná, a fim de identificar potencialidades, dificuldades e desafios na atuação dos profissionais diante dessa violação de direitos.
- Panorama sobre as medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Paraná": para conhecer a realidade das medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios do Paraná, incluindo aqueles que não possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para qualificar o serviço.

Também com a finalidade de formação e capacitação, foram promovidas lives formativas:

- "Dialogando com o SUAS: Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil – Falando sobre Diagnóstico e Aprendizagem": realizada no dia 12 de junho, em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, buscou apresentar experiências de municípios no diagnóstico do trabalho infantil nos territórios, a metodologia realizada, as conclusões e planejamento de ações, bem como potencialidades e desafios durante o procedimento, além de fomentar a aprendizagem como estratégia de prevenção, enfrentamento e superação do trabalho infantil.
- "19 de agosto - Dia Nacional de Luta: Dialogando sobre População em Situação de Rua": realizada no dia 28 de agosto para apresentar ações, serviços, programas e benefícios das políticas de Assistência Social e Saúde destinados à população em situação de rua, bem como mostrar a experiência exitosa do município de Londrina no atendimento dessa população.

Na esfera do apoio financeiro, foi mantido o cofinanciamento da expansão regionalizada para execução Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) a 23 municípios, tendo sido repassados cerca de R$ 592.000,00. Foi efetuada também a transferência e controle do cofinanciamento federal aos 23 municípios, no montante de R$ 871.000,00, com recursos de transferência direta do Fundo Estadual de Assistência Social. No Serviço de Centro Dia para Pessoas com Deficiência, o recurso repassado para o município de Curitiba somou R$ 180.000,00 no ano.

Os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centros POP executam exclusivamente serviços especializados para convívio, socialização, garantia de atendimento às necessidades básicas e resgate da autonomia. No Paraná, 15 municípios receberam cofinanciamento, sendo pagos em torno de R$ 1,3 milhões em 2023.

Para o Serviço Especializado de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua, houve a manutenção do cofinanciamento estadual do FEAS para 20 vinte municípios, no montante de aproximadamente R$ 118.000,00/mês. Assim, foram desembolsados no ano cerca de R$ 999.000,00. Em prol da população em situação de rua e como membro do Comitê Intersetorial de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua (CIAMPRUA), a SEDEF participou de ações, debates, elaboração de documentos e grupos de trabalho.

No Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, foram desenvolvidas ações de apoio técnico aos municípios, bem como o acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos nos 131 municípios que foram contemplados com o Programa Estadual Liberdade Cidadã, executados com recursos do FIA. Houve a transferência e controle dos recursos do cofinanciamento federal para 17 municípios, denominado Expansão MSE, que com o equacionamento repassou, até novembro, cerca de R$ 383.000,00. A equipe técnica da Proteção Social Especial ainda participou das reuniões na Comissão de Monitoramento do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.

Em relação às Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, manteve-se o apoio técnico aos municípios cofinanciados e não cofinanciados pelo governo federal, sendo trabalhadas as recomendações das reuniões de acompanhamento com o responsável federal.

A SEDEF atuou ainda na orientação a 200 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em 178 municípios. Acompanhou também a construção de três equipamentos no Estado, nos municípios de Guaraniaçu, Reserva e Anahy. O CREAS constitui-se numa unidade pública estatal, que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Contemplando os serviços da Alta Complexidade, destacam-se inicialmente as medidas adotadas para atendimento dos municípios em situação de calamidades públicas e emergência devido às chuvas e tempestades que atingiram o Paraná em outubro. Foram 22 municípios que tiveram seus decretos homologados pelo Governo Estadual, e que requisitaram recursos do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, sendo pagos cerca de R$ 2,5 milhões para cobertura destas demandas. Realizaram-se acompanhamentos diários do relatório de ocorrência da Coordenação Estadual da Defesa Civil (CEDEC), além de reuniões com NRFs e IARAs e visitas aos municípios mais afetados.

Foi organizada ainda a contratação de hotéis para alocar pessoas em situação de vulnerabilidade, como gestantes, lactantes, idosos, pessoas com deficiência e acamados, que estivessem desabrigados. Três municípios (São Mateus do Sul, União da Vitória e Rio Negro) foram atendidos nessa medida, beneficiando 57 famílias e 139 pessoas. No dia 20 de novembro aconteceu uma reunião com 112 municípios afetados, SEDEF e o MDS, visando orientar e explicar sobre a solicitação dos recursos do Governo Federal e Estadual para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

Em 17 de outubro, promoveu-se o "Workshop para Enfrentamento aos Possíveis Efeitos do *El Niño*". O evento ocorreu na SESP e contou com a presença e falas de vários órgãos e secretarias envolvidas no enfrentamento desse fenômeno. Nos dias 19 e 20 de outubro, a equipe técnica da Proteção Social Especial esteve no "Workshop para elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil da Região Sul", contribuindo no processo participativo de elaboração do referido Plano.

Outro avanço em 2023 foi a elaboração do "Relatório de Monitoramento dos Serviços de Crianças, Adolescentes e Jovens do Estado do Paraná", para apresentação de dados e informações sobre a execução dos Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes do Estado. Como membro da Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes, a Secretaria contribuiu nas discussões e decisões relacionadas à temática.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Com recursos do FIA, foram repassados, por meio da Deliberação n.º 004/2023-CEDCA/PR, mais de R$ 3,4 milhões para o atendimento de crianças e adolescentes, indígenas e de comunidades tradicionais, acompanhadas de suas famílias, e que se encontram em trânsito pela Proteção Social Especial. Realizou-se ainda o acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos municípios contemplados com o Programa Estadual Crescer em Família, destinados às modalidades de Abrigo, Casas Lares e exclusivos para o Acolhimento Familiar.

Para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, houve a continuidade do repasse financeiro do FEAS aos quatro municípios com Residências Inclusivas Municipais implantadas, no valor anual de R$ 240.000,00. Considerando a necessidade de ampliar as possibilidades de atender demandas regionalizadas por este tipo de serviço, algumas estratégias foram empreendidas no ano:

Operacionalização de repasse fundo a fundo para Municípios de Pequeno Porte I e II, por meio da Deliberação n.º 69/2022-CEAS/PR, que prevê o repasse de R$ 3.500,00 mensais por usuário, limitado a 15 metas, para atender demandas emergenciais de acolhimento institucional para pessoas com deficiência ou idosas.

- Elaboração de edital de chamamento público e credenciamento público para firmar novas parcerias com OSCs ou instituições privadas com fins lucrativos que ofertem serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas ou com deficiência, nos parâmetros da política de assistência social, previstas para 20 metas ao todo.
- Ampliação de parcerias com instituições que possuem termo de colaboração com a SEDEF para atendimento da demanda regionalizada, além da manutenção e acompanhamento das parcerias estabelecidas com três OSCs que prestaram serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, e duas que prestaram serviço para pessoas idosas, para garantir o atendimento de 27 pessoas idosas e aproximadamente 158 pessoas com deficiência.
- Contratação de vagas em instituições privadas com fins lucrativos para atendimento da demanda regionalizada de Serviço de Acolhimento Institucional de Jovens e Adultos com Deficiência e Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, além do acompanhamento e monitoramento dos serviços ofertados a dez pessoas com deficiência e duas pessoas idosas, totalizando um investimento anual estimado em R$ 378.000,00.
- Finalização e divulgação de levantamento das instituições de acolhimento para pessoas com deficiência, sejam Organizações da Sociedade Civil ou instituições privadas com fins lucrativos não cadastradas nos sistemas de dados do SUAS, para possibilitar a ampliação da oferta e o monitoramento sobre a disponibilidade da oferta de serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência.
- Realização do Novo Incentivo RI, aprovado pelo CEAS/PR por meio da Deliberação n.º 65/2023-CEAS/PR, tem por objetivo consolidar a ampliação da rede instalada de Residência Inclusiva e impulsionar o desenvolvimento dessas unidades nos municípios como referência para o serviço de acolhimento para pessoas com deficiência.

Também com recursos do FEAS, houve continuidade dos seguintes cofinanciamentos:

- Piso Paranaense de Assistência Social IV (PPAS IV), por meio do repasse continuado para 99 municípios, sendo pagos cerca de R$ 6,5 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Residências Inclusivas Regionalizadas, localizadas no município de Irati, cujo montante repassado foi de R$ 600.000,00. Também foi realizada a transferência e acompanhamento das parcelas do cofinanciamento federal.
- Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, que repassou para quatro unidades, durante o ano todo, cerca de R$ 78.000,00. Nesse serviço, a SEDEF intermediou e analisou as solicitações de vagas de acolhimento para mulheres com ou sem filhos, em situação de violência doméstica e familiar, de municípios de pequeno porte I e II. Também realizou reuniões de apoio técnico para recomendações e orientações anteriores à efetivação do acolhimento nas vagas regionalizadas.

Além disso, ocorreu o estudo e a elaboração da nova proposta de expansão desta modalidade de cofinanciamento, para a ampliação do número de vagas e do valor repassado para R$ 5.000,00 mensais por vaga ofertada. A proposta foi pactuada pela Comissão Intergestores Bipartite do Paraná (CIB) por meio da Resolução n.º 11/2023-CIB/PR e aprovada pelo CEAS através da Deliberação n.º 072/2023-CEAS/PR. O pagamento será iniciado em 2024, após adesão dos municípios interessados. Em paralelo, foi revisado e reformulado o "Guia de Orientações e Fluxo para Acolhimento de Mulheres em Situação de Violência".

No Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, o Governo do Estado prestou apoio técnico e a manutenção do cofinanciamento estadual (PPAS V) para quatro municípios, os quais receberam, no total do ano, aproximadamente R$ 240.000,00. Com relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, foi mantido o cofinanciamento estadual para 20 municípios e foram repassados cerca de R$ 2,3 milhões. Já o cofinanciamento para a Casa de Passagem Regionalizada, com foco no atendimento de migrantes, permaneceu aos municípios de Curitiba e Foz do Iguaçu, tendo sido pagos mais de R$ 682.000,00.

13.1.2.2 Nossa Gente Paraná, Oficina Primeira Infância, Energia Solidária e Comida Boa

O Programa Nossa Gente Paraná tem uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de cofinanciamento, que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias residentes em territórios de maior concentração de pobreza, por meio da articulação de políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo. O contrato se encerrou no dia 31 de dezembro, contudo vários projetos complementares estão sendo continuados com recursos do Tesouro do Estado.

Cabe à SEDEF: a) articulação com todos os comitês intersetoriais, secretarias e órgãos envolvidos; b) administração dos instrumentos de gestão oficial do contrato, como Relatório de Monitoração do Progresso, Plano Operativo Anual, Plano de Execução Plurianual, Plano de Aquisições, Matriz de Resultados e Relatório de Progresso; c) execução, acompanhamento e monitoramento das ações inerentes ao Programa; d) avaliações; e) edições de legislações; f) aquisições, contratações, formalização de parcerias; g) capacitações; e h) prestações de contas.

Em todos os projetos complementares do Programa é utilizado o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (*IVFPR*). Desenvolvido em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), é calculado com base nos dados do CadÚnico, e analisa quatro dimensões (acesso a trabalho e renda, condições de escolaridade, adequação domiciliar e perfil e composição familiar) e 19 componentes. O índice é disponibilizado aos municípios por meio do Sistema de Acompanhamento Familiar, e melhora a focalização do público alvo dos programas sociais, garantindo objetividade e imparcialidade na seleção.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

No Acompanhamento Familiar Intersetorial, é feita a articulação e capacitações para a formalização dos comitês intersetoriais e inclusão de famílias no Sistema para o planejamento de ações intersetoriais e acompanhamento familiar para a superação das vulnerabilidades. Em 2023, foram 23.752 famílias acompanhadas, com 408.414 ações realizadas.

O Programa Nossa Gente, em seu eixo habitacional, é desenvolvido em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), e prevê a construção de moradias e melhorias habitacionais. Atua em duas frentes: Requalificação Urbana, no qual prevê um total de 1.452 moradias e infraestrutura de bairros construídas, e Redução do Déficit Habitacional, em que o município concede o terreno e a infraestrutura ao seu entorno, ao passo que a SEDEF e a COHAPAR fazem a construção de unidades habitacionais que são concedidas gratuitamente às famílias. Em 2023, na segunda frente, foram entregues 34 unidades habitacionais em Santa Cruz de Monte Castelo – 24 casas na sede e 10 no distrito de Ivaína – e 37 em Querência do Norte, fechando a previsão de construção de 917 unidades habitacionais.

Na Requalificação Urbana - Regularização Fundiária, é realizada a regularização fundiária com a requalificação urbana da área, construção de equipamentos e unidades habitacionais e concessão da titularidade dos terrenos sem custos para a família. O projeto atua em áreas irregulares de cinco municípios (Wenceslau Braz, Imbituva, Prudentópolis, Rebouças e Cantagalo), onde as famílias deixam os locais de moradia e recebem aluguel social de R$ 600 enquanto as obras são executadas. De 535 unidades habitacionais previstas, até novembro foram entregues 24 em Wenceslau Braz. Em Imbituva serão entregues ainda 80 unidades até o final do contrato.

Já o Projeto Caixa D´Água Boa, em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná, objetiva proporcionar às famílias em vulnerabilidade o armazenamento de água com a concessão e instalação de caixas d'água. A *SANEPAR* fornece as caixas e suporte para instalação e a SEDEF efetua o pagamento direto às famílias no valor de R$ 1.000,00 para instalação. A Fase V do projeto atendeu 2.000 famílias, de 100 municípios, ao custo de R$ 2 milhões. A meta foi dobrada para a Fase VI, e serão atendidas 4.000 famílias em 2024.

Por sua vez, o Projeto Complementar Renda Agricultor Familiar, realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR-Paraná), promove a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, além da transferência direta de renda de R$ 3.000,00 por família. Cerca de 500 famílias foram atendidas, ao custo total no ano de R$ 800.000,00.

No ano foram realizadas 19 capacitações baseadas na Deliberação n.º 047/2022-CEDCA/PR – Primeira Infância, com a participação de 1.400 participantes, entre técnicos municipais da assistência social, saúde, educação, IDR-PR, Conselheiros Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes. O projeto apoia e fortalece o acompanhamento intersetorial de famílias que tenham dentre seus membros gestantes e/ou crianças de zero a seis anos, e teve a adesão de 347 municípios, representando 98% dos municípios elegíveis. O ano terminou com 4.955 famílias no Sistema de Acompanhamento das Famílias, o que corresponde a 64,85% da meta estabelecida.

Até outubro, o Energia Solidária atendeu 631.719 famílias, com R$ 110 milhões destinados ao pagamento de mais de 3,9 milhões de faturas isentas. O programa é um benefício estadual tarifário destinado às famílias em vulnerabilidade econômica, com objetivo de levar acesso e manutenção do serviço básico de energia elétrica, assim como possibilitar a compra de outros itens pela família com os recursos que não são dispensados com o pagamento das faturas de energia. São beneficiadas famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, inscritas na Tarifa Social, e cujo consumo da residência não ultrapasse 150 kWh. Também, famílias com renda total de até 3 salários mínimos, que tenham portador de doença ou patologia cujo tratamento demande o uso

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

continuado de aparelhos elétricos de alta demanda, e inscrita na Tarifa Social. Neste caso, é pago o consumo máximo correspondente à 400 kWh.

O Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa beneficiou até novembro mais de 222.000 famílias, tendo sido destinados quase R$ 99 milhões às famílias em vulnerabilidade econômica, com objetivo de garantir a segurança alimentar e demais itens inerentes à dignidade humana. O Comida Boa paga R$ 80 mensais, por meio de cartão alimentação que pode ser utilizado nas redes de estabelecimentos comerciais credenciados nos municípios.

13.1.3 Ação Solidária

Em 2023, algumas ações e campanhas de solidariedade foram realizadas pelo Governo do Estado com a participação e incentivo da SEDEF. A campanha “Aquece Paraná”, que estimula a doação de roupas para repasse à população em situação de vulnerabilidade social e econômica, realizada no início do ano, arrecadou mais de 180.000 peças em 270 municípios.

No dia 28 de agosto, em comemoração ao Dia Nacional do Voluntariado, instituído pela Lei n.º 7.352, de 28 de agosto de 1985, foi promovida a ação “Floresce Paraná”. A data registra a importância da solidariedade e do trabalho voluntário na sociedade, através da conscientização e distribuição de mudas florestais nativas do Estado. Ao todo, 61 municípios receberam 5.000 mudas, que foram distribuídas entre as pessoas participantes.

Em outubro, o “Paraná Piá” foi realizado em parceria com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC), para comemoração do Dia das Crianças, com arrecadação de brinquedos e vestuários. Todas as doações foram destinadas às secretarias municipais de assistência social para distribuição às crianças em situação de vulnerabilidade. Esta ação coletou mais de 18 toneladas de brinquedos, e a distribuição foi feita nos 399 municípios paranaenses. Com objetivo semelhante, o final do ano é marcado por mais uma campanha “Natal Solidário”, que tem como propósito arrecadar brinquedos novos e vestuários em geral para atender as famílias em todo o Estado.

Além desses projetos já consolidados, para incentivar empresas e Organizações da Sociedade Civil no fomento à solidariedade, foi criado o "Selo Solidário". Os participantes deverão cumprir os critérios estabelecidos no Decreto Estadual n.º 1.598, de 24 de abril de 2023, os quais incluem a participação nas ações solidárias realizadas pelo Estado, bem como ações sociais em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para promoção e divulgação das ações sociais realizadas no Paraná e para fomentar ainda mais a adesão do setor privado ao “Selo”, houve a criação do "Portal Solidário", um canal desburocratizado e transparente para a participação de qualquer interessado em colaborar com as campanhas sociais.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

14. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEDEST)

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) constitui órgão de primeiro nível hierárquico do Poder Executivo Estadual e, nos termos do art. 37 da Lei Estadual n.º 21.352/2023, tem por finalidade:

- A formulação, coordenação, execução e desenvolvimento de políticas públicas de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural; de gerenciamento dos recursos hídricos; de saneamento ambiental; de gestão territorial e regularização fundiária de terras devolutas; mineral e geológica; cartográfica e de geoprocessamento;
- O acompanhamento da execução de políticas públicas e a integração de atividades de forma a assegurar a proteção e preservação do meio ambiente.

Suas ações e de suas entidades vinculadas, o Instituto Água e Terra (IAT) e o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), estão detalhadas a seguir.

14.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Inicialmente, é relevante salientar que, no ano de 2023, as iniciativas realizadas pela SEDEST e por suas vinculadas foram reconhecidas por instituições que acompanham as boas práticas de gestão pública. O Estado do Paraná ocupa a terceira posição no Ranking de Competitividade dos Estados e, pelo segundo ano consecutivo, liderou como o primeiro colocado no indicador de "Sustentabilidade Ambiental", que considera indicadores ligados à emissão de gases poluentes, desmatamento e manejo do esgoto, resíduos e recursos hídricos.

No que tange ao desmatamento ilegal da Mata Atlântica, por exemplo, um relatório divulgado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com a Arcplan e o MapBiomas revelou que o Estado do Paraná reduziu em 64% a supressão vegetal entre janeiro e agosto deste ano no comparativo com o mesmo período do ano passado. O índice é o segundo melhor do País, atrás apenas de Santa Catarina (66%), e superior à média nacional (59%). Tal resultado é fruto de esforços direcionados à fiscalização, à repressão e à educação, bem como ao uso de tecnologia.

Merecem destaque, ainda, o processo de licenciamento e a licitação da obra da Ponte de Guaratuba e o projeto de Recuperação da Orla de Matinhos; obras aguardadas há anos pela população paranaense e que têm importância fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

14.1.1 Ação Climática

O Estado do Paraná está constantemente buscando iniciativas que promovam e contribuam para a para o entendimento sobre o clima, principalmente dentro das fronteiras do Estado.

É de suma importância que existam espaços para que ocorram debates e discussões sobre o tema "Mudanças Climáticas" e, seguindo esta linha, a SEDEST reativou o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais (FPMC), que estava inativo desde 2016, e ativou o Comitê Intersecretarial de Mudanças Climáticas (CIMC), previsto pela Lei n.º 17.133/2012.

A primeiras discussões do FPMC e do CIMC foram orientadas para aprovação do Plano de Ação Climática do Paraná, 2024 – 2050. Em agosto de 2023, o referido plano foi disponibilizado para consulta pública, e obteve mais de 120 contribuições. A versão final do Plano de Ação Climática será entregue no primeiro semestre de 2024.

Ainda, para embasar a tomada de decisão das instâncias de discussão, foi publicado o Mapeamento de Vulnerabilidade Climática do Estado e o Inventário de Gases de Efeito Estufa do Paraná, com dados de 2005 a 2019, contendo informações municipalizadas e disponibilizadas em um dashboard interativo. Esse material é fruto do trabalho conjunto da SEDEST e do SIMEPAR no âmbito do programa PARANACLIMA.

Destaca-se, também, a realização da 9ª Edição do Selo Clima Paraná, na qual se registrou a maior participação de organizações. O Selo 2023 contemplou 132 instituições, com sedes distribuídas em 78 municípios do Estado. Curitiba teve a participação mais expressiva, contando com 75 instituições, seguida por Ponta Grossa com 18 e Araucária com 11.

Por fim, merece menção a elaboração do Plano de Agricultura de baixo Carbono (ACB +), entregue em junho de 2023, com elaboração coordenada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cujo objetivo é ter uma agricultura mais sustentável, com baixa emissão de carbono e atenta às mudanças climáticas.

14.1.2 Biodiversidade

Dentre as ações de 2023, destaca-se a Consulta Pública para a elaboração da Política Estadual da Biodiversidade, em conformidade com a Convenção da Diversidade Biológica – CDB e o Novo Marco Global da Biodiversidade. A consulta contou com a contribuição de diversos setores e a sistematização das mesmas será encaminhada ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA para análise.

Outra ação importante foi a criação da Rede Estadual de Manejo de Animais em Desastres – REMAD, por meio do Decreto Estadual n.º 3.589/2023. A rede é fruto de um projeto conjunto da SEDEST, da Defesa Civil e do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), que tem como objetivo desenvolver ações de gestão de riscos nas esferas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação para minimizar o impacto dos desastres sobre os animais. Para isso, serão estabelecidos protocolos e diretrizes para atuação integrada dos órgãos envolvidos, bem como para o recrutamento, capacitação e mobilização de voluntários especializados no manejo de animais em desastres.

No âmbito do projeto "Pró-espécies: todos contra a extinção", foram executadas ações prioritárias do Plano de Ação Territorial (PAT) Caminho das Tropas Paraná – São Paulo, tendo como destaque a identificação de populações de espécies-alvo da flora e da fauna, a revisão da lista

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

vermelha da fauna ameaçada e o início do processo de revisão da flora ameaçada no Paraná, além da implementação do plano de comunicação do PAT. Seguindo o caminho de proteção e conservação da fauna e flora do Estado, foi instituído o Programa de Conservação de Grandes Felinos no Paraná - Lei Estadual n.º 21.306/2022.

Destaca-se, também, o projeto Poliniza Paraná, integrante do Programa Paraná mais Verde, por meio do qual o Governo do Paraná realiza a instalação de meliponários (caixas de criação racional de abelhas nativas sem ferrão) em áreas verdes urbanas, sensibilizando a comunidade quanto à importância da biodiversidade e do enfrentamento às mudanças climáticas. No total, 10 Unidades de Conservação receberam os meliponários do projeto, além disso, 40 áreas verdes urbanas, dentre elas, destaca-se o meliponário do Palácio Iguaçu, instalado em março de 2023.

No que tange ao enfrentamento aos maus-tratos animais, foram iniciadas tratativas para implantação do centro de atendimento de galos de rinha, criando local apropriado para destinação dos animais apreendidos, assim como seu atendimento clínico e pacificação do comportamento, a fim de promover o manejo humanitário dos galos resgatados e sua posterior destinação a propriedades de subsistência.

14.1.3 Educação Ambiental

Por ser interdisciplinar e transversal, a Educação Ambiental acaba transpondo diferentes áreas, contribuindo e estabelecendo parcerias em diferentes setores. Para a Educação Ambiental o ano de 2023 foi marcado pela renovação dos membros da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), grupo plurissetorial e com participação social, que visa apoiar o planejamento e a execução de políticas públicas de educação ambiental no Estado. Com a nova gestão tem ocorrido a articulação entre as CIEA de outros estados, permitindo a troca de experiência entre os grupos. Ainda sobre articulações externas, neste ano a SEDEST participou e acompanhou a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente - ABEMA, um marco importante para o avanço da educação ambiental no país.

Além das articulações e ações estruturantes de políticas públicas, a área de Educação Ambiental da SEDEST trabalhou fortemente na elaboração de materiais educativos. Foram produzidos 15 materiais educativos que incluem cartilhas, materiais de apoio, folders, cartazes, jogos, entre outros. Os materiais são direcionados a diferentes públicos e tratam de temáticas diversas, que incluem: biodiversidade, saúde única, recursos hídricos, proteção e bem-estar da fauna, polinização, gestão pública de educação ambiental, entre outros. Ademais foram realizadas diversas ações no âmbito do Projeto Poliniza Paraná, que incluíram a produção de material em parceria com o Serviço de Aprendizagem Rural – SENAR, divulgação do programa em eventos e apoio na implementação de novos jardins de mel.

Ainda, foram realizadas ações de educação e monitoramento ambiental com levantamento de dados ambientais relevantes da Ictiofauna (conjunto das espécies de peixes que existem em uma determinada região biogeográfica) no campo da atividade esportiva, mais precisamente que contemplam a pesca esportiva, através da Superintendência Geral de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas, a saber:

- Participação no Evento 2º Torneio Internacional de Pesca do Tucunaré da PEBRI – 2023 - Município: Pato Bragado – PR; Participação no Evento 17ª edição do Festival Sul Brasileiro de Pesca - Município: Guaratuba – PR; Participação no Evento Lobafest Ilha do Mel - Município: Paranaguá – PR; Participação no Evento de 15º Pesca

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Marechal - Município: Marechal Cândido Rondon – PR; Participação no Evento XXIX Torneio Internacional de Pesca Esportiva de Guaíra – AssisteGuaíra - Município: Guaíra/PR e Participação no Evento 18º Campeonato Santiago Pesca de Esportiva de Traíra - Município: Rio Bonito do Iguaçu/PR.

14.1.4 Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

A administração dos resíduos sólidos no Estado do Paraná representa uma das principais prioridades da Gestão Estadual. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST desempenha um papel fundamental na elaboração e execução de programas voltados para a gestão de resíduos. O objetivo é impulsionar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o tratamento e destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), bem como encorajar a implementação de soluções consorciadas entre municípios para garantir o tratamento e disposição apropriados dos resíduos, incluindo o retorno de materiais com potencial de reaproveitamento à cadeia produtiva.

A SEDEST, em conformidade com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/PR), desenvolveu programas para a gestão de resíduos sólidos, buscando fomentar novas tecnologias de tratamento e destinação de RSU, incentivando a adoção de soluções consorciadas entre municípios para o tratamento e disposição adequados dos resíduos e o retorno de resíduos com potencial de reaproveitamento ao setor produtivo, por meio da Logística Reversa e Reciclagem. Neste contexto, pode-se destacar:

14.1.4.1 Programa de Soluções Regionalizadas

O Programa de Soluções Regionalizadas tem como objetivo incentivar e fortalecer os gestores públicos no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU). Esse gerenciamento, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, apresenta desafios, mas o Estado do Paraná tem apoiado essas localidades e incentivado a formação de consórcios regionais. Os consórcios, ao possibilitarem a implementação de soluções conjuntas para o tratamento de resíduos sólidos, garantem uma utilização mais eficiente dos recursos públicos. Optar pelo consorciamento possibilita a adoção de soluções compartilhadas de longo prazo entre municípios vizinhos, resultando em menor custo e maior sustentabilidade, aproveitando a economia de escala.

Nesse contexto, a abordagem consorciada ou regionalizada é promovida como uma ferramenta essencial para alcançar os objetivos propostos. As iniciativas coordenadas pela SEDEST em parceria com os municípios e outras entidades de fomento destacam a importância de adequar a disposição final dos resíduos. Hoje o Paraná conta com 17 consórcios que possuem permissão legal para atuação com resíduos sólidos. Ao todo, estes consórcios contemplam 241 municípios.

14.1.4.2 Plano Estadual de Resíduos Sólidos

A Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS no Paraná, sob a coordenação da SEDEST, destaca-se como um compromisso estratégico para abordar os desafios crescentes relacionados à gestão de resíduos sólidos. A SEDEST atua de maneira proativa na promoção e formalização de consórcios, facilitando a transferência de tecnologias inovadoras entre municípios e incentivando a adoção de práticas sustentáveis.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Colaborações significativas com o Instituto Água e Terra e com o Ministério Público Estadual, exemplificadas pela Operação Percola, demonstram o comprometimento da SEDEST em monitorar e fiscalizar o manejo de resíduos sólidos. A busca pela adequação da disposição final, aliada às ações conjuntas em 144 municípios, reflete a efetividade dessas iniciativas no alcance dos objetivos delineados pelo PERS, reforçando o importante papel da SEDEST na promoção de uma gestão de resíduos ambientalmente responsável no Estado do Paraná.

Já existem resultados expressivos sobre o recolhimento e destinação adequada de resíduos que demonstram os efeitos positivas do programa:

- Defensivos agrícolas: 94% das embalagens; Baterias pós-consumo: 15.000 toneladas; Pneus inservíveis: 18.000 toneladas; Lâmpadas: 1,1 milhão de unidades; Eletroeletrônico: 1.740 toneladas; Embalagens de aço: 729,6 toneladas; Embalagens de óleo lubrificante 697 toneladas, sendo 645 de plástico, 27 de óleo lubrificante e 25 de rejeitos; Embalagens em Geral: 60.000 toneladas; Embalagens de bebidas: 8.000 toneladas; Filtros automotivos: mais de 16 milhões; Medicamentos Uso Humano, Veterinário e perfuro: 400 kg; Pilhas e Baterias: 446 toneladas; Produtos Saneantes desinfetantes: 37 toneladas.

14.1.4.3 Programa Estadual de Fomento à Reciclagem

O programa Estadual de Fomento à Reciclagem tem como meta estimular a cooperação entre associações e cooperativas de reciclagem, órgãos públicos, iniciativa privada e entidades gestoras. Além disso, busca promover a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis e encontrar soluções para o escoamento sustentável dos produtos pós-consumo.

Considerando que, nos municípios paranaenses de pequeno e médio porte, as associações e cooperativas representam o elo mais vulnerável na cadeia de reciclagem e são fortemente afetadas pela escassez de recursos e falta de equipe técnica para implementar soluções de curto ou médio prazo, visando regularizar seus sistemas de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, o Programa Recicla Paraná está atendendo diretamente as necessidades dessas localidades e dos catadores de materiais recicláveis. Impulsionando a coleta seletiva apropriada, promovendo a inclusão socioprodutiva dos catadores, gerando empregos, renda e fortalecendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, contribuindo para o desenvolvimento da economia circular.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

14.2 INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT)

14.2.1 Unidades de Conservação

As unidades de Conservação (UCs), são áreas de extrema importância para a preservação do meio ambiente, sendo assim, o monitoramento e a vigilância são constantes. Contudo, vale ressaltar que esse trabalho não é executado somente pelo Estado, e sim, existe a valiosa contribuição da sociedade civil através dos voluntários. O trabalho voluntário é uma importante estratégia de envolvimento da sociedade na conservação da sociobiodiversidade e gestão das UCs, de prática da cidadania, além de contribuir para o alcance dos objetivos de criação das UCs.

Nesse contexto, foi criado o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação do Paraná - VOU. O VOU possibilita o ingresso de pessoas, as quais espontaneamente colaboram, em atividades de manejo e gestão para proteger as Unidades de Conservação do Paraná. Todo cuidado dispensado às UCs gera bons reflexos, entre estes reflexos positivos estão o número de visitantes, que este ano ultrapassou 44.000.

A fim de proteger sua biodiversidade contra as queimadas, o Estado conta com o programa PREVINA – Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza. O PREVINA tem o objetivo de prover mecanismos para a prevenção e combate a incêndios florestais nas Unidades de Conservação Estaduais, garantindo a conservação do patrimônio ambiental do Estado. O programa vincula ações a nível de meio ambiente, segurança pública e defesa civil para identificar recursos e organizar a resposta, garantindo que seja rápida e efetiva.

As UCs são verdadeiros laboratórios naturais, onde são realizadas pesquisas cientificas. No Paraná, várias unidades recebem pesquisadores todos os anos, entre elas:

- Cerrado; Guartelá; Monge; Ilha das Cobras; Santa Clara; Serra da Esperança; Guaratuba; Escarpa Devoniana; Palmito; Mata dos Godoy; Mata S. Francisco; Pau Oco; Pico Marumbi; Vila Velha; Boguaçu; São Camilo; Ibiporã; Serra da Baitaca; Lauráceas; Vila Rica Espirito Santo; Campinhos; Graciosa; Guaraguaçu e Ilha do Mel.

Vale dizer que o poder público não atua sozinho, e sempre busca parcerias que possam trazer o melhor para a sua população, por este motivo é que o Estado do Paraná atua com as denominadas Concessões de Uso. Essa ferramenta do poder público é algo viável tanto para o Estado como para a iniciativa privada, pois desonera o Estado, transferindo para a iniciativa privada os investimentos necessários nas UCs. Neste sentindo, pode-se apresentar como exemplo a Concessão Parque Estadual Vila Velha, que gerou entrada de recursos no tesouro do Estado a título de outorga na casa de R$ 1 milhão, desde outubro de 2023.

14.2.2 Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos

Cabe ao Estado a responsabilidade de buscar e implementar medidas e políticas ambientais destinadas não apenas à preservação, mas também à melhoria e promoção da qualidade de vida de toda a população. Entre as ações desenvolvidas:

- Controle de Cheias - através do PAC Prevenção – Gestão de Riscos e Desastres, recurso a fundo perdido, tem por objeto a execução de Bacias de Amortecimento de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Cheias na Bacia do Rio Palmital, bem como respectivo Paisagismo e Trabalho Técnico Social, nos Municípios de Pinhais e Colombo. O termo foi dividido em 5 etapas, a 1ª etapa foi concluída, as etapas 2 e 3 estão em andamento e a 4ª etapa iniciará em 2024. Recentemente, foi homologada a Síntese do Projeto aprovado referente à 5ª etapa.

- Revitalização da Orla de Matinhos - A etapa de engordamento da faixa de praia foi concluída ainda em 2022 e proporcionou mais espaço aos banhistas e segurança à população, evitando que as ondas quebrem diretamente nas ruas e calçadas. Em 2023, as obras em Matinhos continuam em execução através da construção das estruturas marítimas, revitalização urbanística, micro e macrodrenagem, recuperação de pavimentação asfáltica e recomposição da restinga. É importante relembrar que antes das obras, o trecho dos balneários de Matinhos encontrava-se em estágio avançado de erosão marinha. A orla estava completamente degradada e sem condições de acessibilidade à praia para população local e turistas. Pela revitalização urbanística, buscou-se recuperar o ambiente, implementando melhorias na infraestrutura urbana. Além de proteger a população com o alargamento expressivo da faixa de praia, estão sendo executadas pracinhas, ciclovias, pistas de corrida e caminhada, recuperação da pavimentação asfáltica e jardins, de forma a resgatar o passeio público, atendendo às normas e diretrizes da acessibilidade e aumentando o conforto, segurança e qualidade de vida.
- Programa de Combate e Prevenção à Erosão Urbana - o Programa é formalizado por meio de convênios com o objetivo de fornecer os recursos para a execução da obra pelo município, para auxiliar nos serviços de drenagem, minimizando os custos de recuperação e manutenção das vias, gerando maior segurança e conforto com uma infraestrutura de melhor qualidade, bem como possibilitando o desenvolvimento de um efetivo projeto com foco na conservação do meio ambiente, reduzindo erosões provocadas pelas enxurradas, o que gera assoreamento de córregos e rios. Em 2023 foram atendidos 15 Municípios com o programa.
- Água no Campo - O Programa Estadual de Combate à Sede e Acesso a Água, criado por meio da Lei Estadual n.º 18.160, de 18 de julho de 2014, tem como objetivo facilitar o acesso à água por meio da execução de obras de abastecimento de água em propriedades rurais. O abastecimento de água é essencial para a vida, devendo o Poder Público garantir a qualidade e a potabilidade da água coletada para consumo da sua população. Portanto, considerando que o Instituto Água e Terra é responsável pelo suporte institucional, técnico e pela efetivação dos serviços que contemplam o Programa Água no Campo, por meio do auxílio em obras de captação de água, o qual tem como objeto fornecer à população o acesso à água, e a quem compete desenvolver e acompanhar programas, projetos e atividades na área de saneamento, com o objetivo de garantir a qualidade e a potabilidade da água coletada para consumo da sua população. Em 2023, foram perfurados 93 poços tubulares, sete serviços de limpeza/revitalização e dois aprofundamentos por meio do programa Água no Campo.
- Parques Urbanos - O Programa Paraná Mais Verde, instituído pela Lei Estadual n.º 20.738/2021, embasa a proposição do Convênio de Parques Urbanos, esse que tem a finalidade de despertar a consciência ambiental e aliar o desenvolvimento ambiental, econômico e social por meio da educação ambiental, elencando entre seus objetivos a implantação de espaços públicos licenciados e qualificados. Entende-se que a implantação de Parques Urbanos em áreas degradadas de fundo de vale, além de outras áreas prioritárias, como aquelas sujeitas à processos erosivos, ao desmate de vegetação nativa, ao lançamento de resíduos sólidos *in natura* a céu

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

aberto, à riscos de ocupação irregular e entre outras, visa à recuperação ambiental e a proteção da natureza, para salvaguardar a capacidade dos ecossistemas e assegurar o potencial recreativo da paisagem como parte fundamental ao bem-estar humano. Desde o início do projeto, em 2019, 101 convênios para construção foram formalizados, sendo que, no ano, formalizaram-se dois convênios novos. Do total, 25 foram concluídos, tendo sido seis no ano de 2023, 38 encontram-se em execução e 38 aguardam a liberação de recursos ou o início das obras. Estima-se investimento de R$ 140 milhões para construção de todos os parques.

- Gestão de Recursos Hídricos - Atualmente, o Estado do Paraná tem 11 Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH instituídos formalmente por meio de decretos e em funcionamento. Praticamente todo o território do Estado está sob a atuação dos CBHs, sendo necessário adequar a área de abrangência do Comitê do Alto Iguaçu e Afluentes do Rio Ribeira – Coaliar, expandindo até o Rio Ribeira, na Divisa com o Estado de São Paulo, e até o Rio Negro, na divisa com o Estado de Santa Catarina, além de ampliar a área de atuação do Comitê do Rio Jordão abrangendo toda a Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos dos Afluentes do Médio Iguaçu, que atualmente está sendo analisada.
- Patrulha Ambiental - iniciativa da SEDEST e do IAT que celebra convênios com os munícipios para a cessão de equipamentos no auxílio na gestão de resíduos. Em 2023, foram entregues 26 caminhões entre poliguindastes (Resíduo da Construção Civil), baú (materiais recicláveis), compactadores (Resíduos orgânicos), limpa fossa (esgotamento sanitário) e pipas (abastecimento de água e combate a incêndios); além de 36 trituradores de galhos e 14 kits de equipamentos para triagem de materiais de reciclagem.
- Programa Operação Verão / Resíduos Sólidos - Durante o verão, o IAT, por meio da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos, auxilia os municípios litorâneos nas ações que contemplam a execução de serviços de saneamento ambiental, visando contribuir com os serviços de coleta, transporte e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos, gerados durante a temporada, além da limpeza e desassoreamento dos canais.
- ICMS Ecológico - Corresponde a 5% do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios unidades de conservação ou áreas protegidas (Áreas de Terras Indígenas - ATI, Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, e Entornos Protetivos), bem como municípios abrangidos por áreas de mananciais, para abastecimento de municípios vizinhos. Portanto, o ICMS ecológico divide-se em duas categorias: Mananciais e Biodiversidade. São 155 municípios que estão inseridos em áreas de mananciais, com cerca de 1,6 milhão de hectares. Ao longo de 30 anos, mais de R$ 7 bilhões já foram destinados a 282 municípios que hoje são contemplados pelas duas categorias do projeto. De 2019 a outubro de 2023, o recurso destinado aos municípios totaliza o montante de R$ 2,2 bilhões, sendo que 2022 foi o ano com o maior valor acumulado, totalizando mais de R$ 511 milhões repassados aos municípios. No ano, o ICMS na categoria mananciais beneficiou 92 municípios, que possuem em seu território áreas de mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. O repasse efetuado até outubro de 2023, foi da ordem de R$ 223 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

14.2.3 Gestão Territorial

A Gestão Territorial busca principalmente conhecer o Estado de Paraná, através de sua geologia, além de promover estudos e análises que estão ligadas aos limites dos munícipios, zoneamento ecológico econômico e estrutura fundiária.

- Projeto Geoparque Prudentópolis - desenvolvido por uma parceria entre a Prefeitura de Prudentópolis, Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura, Secretaria de Estado do Turismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade do Centro Oeste, Campus Irati e IAT, através de sua Divisão de Geologia, que executa a coordenação dos trabalhos. Em 2023, foi executado: duas Oficinas sobre o projeto para a sociedade local, num total de 24 horas de atividades (palestras e treinamentos); trabalhos de campo para o inventário do patrimônio geológico do município, previsto para terminar em julho de 2024; tombamento e trabalhos geofísicos no Geossítio Pinheiro de Pedra; execução e implantação do Painel Salto São João; elaboração dos folders sobre o Pinheiro de Pedra e sobre o Projeto; trabalhos na área de educação patrimonial com as escolas municipais, enquadramento do projeto no plano decenal da Secretaria Municipal da Cultura, identificação de paleotocas no município e elaboração de artigo científico.
- Regularização Fundiária – no ano, foram produzidas informações, dentre elas, a elaboração de planta e memorial descritivo para instruir pareceres da Procuradoria Geral do Estado em ações de usucapião que tramitam em diversas comarcas, 85 anuências de confrontação, sete pareceres técnicos, elaboração de 66 plantas e memoriais descritivos do imóvel Colônia Jacarandá na cidade de Paranaguá. Foi realizado o georreferenciamento de oito imóveis para fins de regularização fundiária em terras devolutas, 40 revisões de limites municipais com prefeituras e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de atendimento na área de geologia e zoneamento territorial. Foram finalizados e entregues em 2023 um total de 212 títulos de regularização fundiária.
- Projeto Guarapuava - Visando proteger de contaminações os recursos hídricos subterrâneos e fundamentar a tomada de decisões por parte do órgão ambiental, a Divisão de Geologia do IAT propôs um trabalho de gestão relacionado a áreas contaminadas e atividades com potencial de contaminação, na forma de um Projeto Piloto, a ser desenvolvido no âmbito do Município de Guarapuava. O projeto permitirá cadastrar as áreas consideradas contaminadas, bem como apontar aquelas com potencial de contaminação. Os resultados fornecerão subsídios ao gerenciamento do uso do solo e água subterrânea, à regulamentação de atividades, à geração de termos de referência, à otimização e implementação de ações públicas (fiscalização e licenciamento ambiental), considerando sobretudo, a abertura propiciada pela Lei Complementar n.º 140/2011 que prevê a cooperação entre União, Estados e Municípios, com o objetivo de fomentar a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os entes federativos, no combate à poluição em qualquer de suas formas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

14.3 Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – SIMEPAR

A missão do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) é prover à sociedade dados, previsões, produtos e serviços de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, além de promover pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas áreas das ciências atmosféricas e ambientais.

Entre os projetos que estão em andamento, pode-se destacar: Aprimoramento do Sistema de Previsão e Simulação Hidrológica do Rio Iguaçu (SISPSHI); aprimoramento do Sistema Integrado de Estimativa e Previsão de Precipitação (SIPREC); aprimoramento do Sistema de Previsão Probabilística Espacial de Eventos de Descargas Atmosféricas (SIPPER Espacial); Monitoramento Meteorológico UHE Baixo Iguaçu; Monitoramento Meteorológico na UHE Colíder; Monitoramento e Alerta de Eventos Meteorológicos Severos para o Sistema Integrado Nacional (SIN) do Operador Nacional do Sistema (ONS); Elaboração de Estudos e Consistência de Dados Hidrometeorológicos; Sistema de Vigilância de Focos de Calor e Risco de Incêndio em Linhas de Transmissão de Energia Elétrica; Previsão de Velocidade e Direção de Vento para Gestão de Parques Eólicos no Brasil; Sistema de Gerenciamento de Dados Climatológicos (CLIMATOS); Sistema de Gerenciamento de *Websites* (PrognozWeb); Sistema de Informações Hidrometeorológicas e Ambientais para a Gestão de Recursos Hídricos da *SANEPAR* (INFOHIDRO); Sistema de Previsão Hidrometeorológica das Bacias PCJ (SPHM-PCJ); Programa Monitor de Secas do Brasil da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) na condição de instituição autora e representante da região Sul do país; Monitoramento e Previsão de Geadas no Paraná; Monitoramento Ambiental; Monitoramento de Incêndios Florestais; Monitoramento e Previsão de Tempo; Monitoramento e Previsão Climática; Monitoramento e Previsão Hidrológica; Instalação, Operação e Manutenção de Rede de Estações Hidrometeorológicas.

Na mesma esteira dos projetos que estão em andamento, também deve-se trazer ao conhecimento de todos que dois grandes projetos foram finalizados, são eles: Programa Paranaense de Mudanças Climáticas (PARANACLIMA) e o Programa de Gestão e Monitoramento da Biodiversidade (SIGA-Bio).

Ainda, o SIMEPAR juntamente com a colaboração oriunda da parceria com a academia, IAT e *SANEPAR* iniciou o desenvolvimento de um programa que objetiva avaliar, quantificar, qualificar e realizar o monitoramento de recursos hídricos. Nesse sentido, uma das ações se refere à concepção e desenvolvimento de metodologias que incorporam o estado da arte para implantação de Indicadores Ambientais Ativos de bacias hidrográficas utilizadas para abastecimento público. Esta solução incorpora diversas camadas de dados e informações, incluindo, uso e cobertura da terra atual, restrições de uso e ocupação, rede de drenagem (Otto Bacias), outorgas, erodibilidade, monitoramento de sedimentos e algas (em reservatórios), consumo de agrotóxicos, rebanho bovino, resultados de análises de água, dentre outros. Serão vários os indicadores, incluindo o Índice de Conformidade ao Enquadramento (ICE), de acordo com as prerrogativas estabelecidas pelo CONAMA. Os Indicadores Ambientais Ativos (I2A) deverão repercutir a qualidade ambiental das bacias hidrográficas e em função da atualização dos dados, possuem caráter dinâmico permitindo monitoramento constante.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

15. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEED)

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem o papel de administrar a política educacional do Estado, que envolve promover a universalização do acesso à escolaridade e a permanência do aluno na escola; levantar o universo populacional a ser atendido, nas modalidades de ensino regular, profissional, especial e de jovens e adultos; coletar, analisar e divulgar dados educacionais; implantar projetos e tecnologias para a melhoria no ensino e na aprendizagem; elaborar as diretrizes, regulamentos, regimentos e instruções, além de credenciar e autorizar o funcionamento da Rede de Instituições de Ensino da Educação Básica; dar assistência técnica aos docentes da rede de ensino estadual; e gerir a rede física da rede; ofertar apoio adequado aos alunos com necessidades especiais.

Com aproximadamente 64.000 servidores e 17.000 funcionários terceirizados, a SEED atende diariamente mais de 1 milhão de estudantes em 2.104 escolas estaduais, nos 399 municípios do Paraná. Além disso, o Sistema Estadual de Ensino do Paraná conta com 5.131 escolas municipais e 400 instituições parceiras que ofertam a educação especial.

Estão duas vinculados à SEED, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e o Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO; os 32 Núcleos Regionais da Educação (NRE) e um órgão de regime especial, o Colégio Estadual do Paraná (CEP).

O FUNDEPAR assegura adequada infraestrutura escolar aos estabelecimentos da rede estadual, atuando nas áreas de alimentação escolar, transporte escolar, disponibilização de mobiliários, equipamentos e utensílios, repasse de recursos financeiros descentralizados às escolas, construção, ampliação e reparos dos prédios escolares.

O PARANAEDUCAÇÃO, por sua vez, atua como articulador para ações de apoio à Gestão do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, por meio da assistência institucional, técnico-administrativa e de infraestrutura em educação.

15.1. MELHORIA DA APRENDIZAGEM

- **Ganhando o Mundo** - É um programa de intercâmbio para estudantes matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná e que visa o desenvolvimento educacional e cultural do aluno em um país estrangeiro. O programa possibilita o aperfeiçoamento do idioma, da formação pessoal e social, além de contribuir para desenvolver a independência emocional e a autoconfiança. Em setembro de 2023, a Secretaria de Educação finalizou a seleção de 1.000 estudantes para participarem do programa, os quais viajarão em janeiro de 2024 para Austrália (250), Canadá (400), Estados Unidos (50), Inglaterra (50) e Nova Zelândia (250). O intercâmbio é realizado na modalidade *High School*, com permanência em cada país por um período letivo de aproximadamente seis meses. No mês de novembro embarcaram 40 estudantes para um intercâmbio de seis semanas na França.
- **Sistema de Avaliação da Educação do Paraná (SAEP**) compreende três processos avaliativos: a Prova Paraná Mais (avaliação de desempenho); Prova Paraná (três avaliações diagnósticas anuais); e a Avaliação de Fluência (oralidade). A Prova Paraná é uma avaliação diagnóstica que tem por objetivo identificar as dificuldades

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

apresentadas por cada estudante, bem como as habilidades já apropriadas nos processos de ensino e aprendizagem. As provas envolvem em torno de 1 milhão de alunos em cada edição, mobilizando quase todos os alunos da rede.

Uma inovação da Prova Paraná para o ano de 2023, foi a utilização do seu resultado como forma de ingresso na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para os estudantes que estivessem matriculados na 3ª série do Ensino Médio Regular e na 4ª série do Ensino Médio Integrado da Rede Pública do Estado. A seleção contemplou alunos que tivessem participado das três edições da Prova Paraná realizadas em 2023 e realizado suas inscrições optando por utilizar suas notas como parte do processo seletivo da universidade.

- **Registro de Classe Online (RCO**) - sistema que permite o registro das atividades diárias, frequência, conteúdo e avaliação, de forma rápida, pela internet e em tempo real. É um suporte pedagógico que dispõe de planos de aulas prontas para o professor, organizadas de acordo com o currículo. Em 2023 foram cerca de 6.000 planos de aulas com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos para cada componente curricular. O acompanhamento, feito pelo Power BI, revela que 98% dos professores da rede utilizam diariamente os materiais disponíveis no RCO+aulas. A adesão foi totalmente oportunizada a todas as instituições de ensino das redes estadual, municipal e particular, sendo utilizado por mais de 2.100 escolas estaduais e 1.700 escolas municipais.
- **Tutoria Pedagógica** - metodologia de formação continuada das equipes gestoras das escolas estaduais, com ênfase na gestão pedagógica, por meio do desenvolvimento de ações com foco na aprendizagem dos estudantes. O objetivo é viabilizar o acompanhamento pedagógico das escolas, construindo encaminhamentos integrados, que fortaleçam a aprendizagem dos estudantes, reduzam o abandono e a reprovação, bem como oportunizar a socialização das boas práticas observadas.
- **Programa Mais Aprendizagem (PMA**) - atendimento em contraturno dos estudantes com necessidade de superação das defasagens e lacunas de aprendizagem relacionadas às habilidades de leitura, escrita, raciocínio lógico, cálculo, resolução de problemas e problematização. Envolve todos os componentes curriculares, nos estágios de recuperação, reforço e aprimoramento, com o intuito de avançar na alfabetização e no letramento, contribuindo para o aumento da taxa de aprovação e diminuição na taxa de abandono escolar.
- **Presente na Escola** - criado em 2019, tem como objetivo monitorar diariamente a frequência dos estudantes e trabalhar de forma integrada com a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes para combater o abandono e a evasão escolar. Para isso, utiliza-se a ferramenta Power BI que, ao ser alimentada pelos dados do Registro de Classe Online (RCO) evidencia as faltas dos estudantes que estão indo para a escola, mas eventualmente estão faltando sem motivo, às vezes escolhendo em quais das aulas vão faltar, além dos casos que vêm a necessitar de busca ativa e inserção no Sistema Educacional da Rede de Proteção.
- **Formadores em Ação** - Grupo de Estudos Formadores em Ação - lançado em 2020, é uma formação online com encontros semanais síncronos. Tem como essência a formação entre pares, ou seja, de professor para professor.

  No exercício, a oferta de temáticas para formação contou com 68 temas diferentes, incluindo componentes curriculares, trilhas de aprendizagem, educação profissional, educação em tempo integral, educação especial, apoio pedagógico e temas

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

transversais. Com mais de 500 professores e pedagogos atuando como formadores, foram atendidos em torno de 96.700 cursistas da rede estadual.

- **Educação Agrícola** - Nesta temática, ao longo do ano, destacaram-se: a) Aprovação do Projeto de Lei Cooperativa Escola; b) Destinação de recursos para agricultura; c) aquisição de trator; d) entrega de *drones*; e) entrega de GPS para georreferenciamento f) entrega de GPS para trator f) formalização de parceria com SENAR possibilitando 11.400 horas de curso para 1.500 alunos.

  O Estado do Paraná possui 23 Colégios Agrícolas, sendo que 20 escolas possuem áreas agricultáveis capazes de gerar receita. A Lei 21.554, de 06 de julho de 2023 estabeleceu critérios referentes à implantação das Cooperativas Escola, tendo por finalidade tornar estas instituições autossuficientes, ao passo que a participação em um modelo cooperativo permite aos alunos a participação na gestão dos recursos e resultados gerados. A ação abrange 5.000 estudantes.

- **Parque da Ciência Newton Freire Maia** - É o maior centro interativo de divulgação científica do Estado, sendo um dos maiores do país. Está localizado no coração da Área de proteção Ambiental do Rio Iraí, em Pinhais, onde Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura integram-se em um cenário propício a reflexões e descobertas. São mais de 8.000 m² de área expositiva interna, onde maquetes, cenários, painéis comunicativos, experimentos interativos, laboratórios, recursos multimídias e coleções científicas criam uma fascinante jornada pelo processo de construção do conhecimento científico e suas aplicações em nosso cotidiano.

  Ao longo do ano, a instituição recebeu aproximadamente 60.000 visitantes, cuja parcela majoritária são os estudantes da rede estadual de ensino, que participaram de diversas atividades voltadas à educação e à divulgação científica na instituição. Em 2022 o Parque da Ciência ofertou três tipos de visitas temáticas para a comunidade escolar, número que foi triplicado em 2023, atingindo nove programas diferentes para atender às diferentes disciplinas da matriz curricular. Além disso, foram ampliados o atendimento ao público escolar e as ações para a comunidade em geral, com o atendimento aos sábados e na 1ª terça feira à noite de cada mês.

  No que tange a equipamentos, a instituição adquiriu, através de investimentos: dois novos domos infláveis para planetário móvel; computadores e monitores; e bens destinados à contrapartida institucional do Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica.

  Foi dado início a um grande projeto de expansão do Parque da Ciência, com a construção de um novo planetário, que estará entre os maiores do gênero na região Sul e o mais moderno da américa latina, a ser inaugurado em 2025.

- **Educação Profissional** - O fortalecimento e ampliação da modalidade compreendeu:

  a) Expansão da Oferta de Cursos da Educação Profissional – em 2022 a Educação Profissional estava presente em 218 municípios, e um total de 542 escolas somando 23.000 novos ingressos. Para 2023 foram abertas 37.000 novas vagas em cursos técnicos na rede estadual, ampliando o atendimento da Educação Profissional e Técnica para 252 municípios, 640 escolas e 85.000 matrículas;

  b) Implantação de novos Cursos da Educação Profissional e Atualização dos Planos de Cursos - implantação de oito novos cursos técnicos nas áreas de Programação de Jogos Digitais, Planejamento e Controle de Produção, Estética, Farmácia, Gastronomia, Agenciamento de Viagens, Hospedagem e implantação do primeiro curso técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio do Estado, além da

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

atualização do currículo dos planos de cursos técnicos já ofertados na rede estadual em consonância com as novas demandas do mercado de trabalho;

c) Elaboração de material de apoio ao docente para Cursos da Educação Profissional e Técnica - a partir da ampliação da oferta dos cursos técnicos, foram elaborados mais de 2.800 combos de materiais pedagógicos que apoiam os professores nos seis cursos técnicos com maior número de matrículas da rede: Administração, Agronegócio, Desenvolvimento de Sistemas, Farmácia, Formação de Docentes e Programação de Jogos Digitais. Cada combo é composto por uma apresentação de slides e lista de exercícios, elaborados a partir da ementa de conteúdo de cada Plano de Curso e, contemplando propostas metodológicas que relacionam teoria e prática, alinhadas à formação integral do estudante e sua atuação no mercado de trabalho. Estes materiais estão disponíveis no Livro de Registro Online (RCO).

d) Consolidação do modelo de aulas mediadas por tecnologia, com a oferta de componentes curriculares em instituições de ensino onde não havia professores e, em atendimento às instituições onde os professores por algum motivo não puderam permanecer lecionando as suas disciplinas.

- **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** – encerrou-se o 1º semestre de 2023 com uma taxa de aprovação de 52,37% no Ensino Fundamental – Fase II e de 60,44% no Ensino Médio. Para atender aos estudantes trabalhadores, foi implementado em julho de 2023, o EJA EaD, atualmente com 7.293 matrículas.
- **Cooperação Pedagógica com Municípios** - Programa Educa Juntos - Foi disponibilizado material de apoio didático de Língua Portuguesa e Matemática, para alunos e professores, totalizando 2 milhões de livros com um investimento de R$ 11,6 milhões. O Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE foi ofertado a todos os municípios do Estado, permitindo o registro de frequência, avaliações, dados, registro dos relatórios, digitalizados de aprendizagem dos estudantes.

  Também no exercício, foi realizado curso de formação de professores da alfabetização, compreendendo os docentes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. O curso foi intitulado Formadores em Ação Municípios, tendo atendido a 10.200 cursistas com certificação de 40 horas. O Compromisso engloba um conjunto de iniciativas voltadas para formação e disponibilização de materiais didáticos suplementares, com foco na alfabetização, na recuperação da aprendizagem e na Educação Infantil. Essas ações devem ser executadas pelos estados em conjunto com seus municípios, com assistência técnica e/ou financeira do governo federal.
- **Implementação da 1ª série do Novo Ensino Médio (NEM)** - Dando continuidade ao processo de implementação do Novo Ensino Médio, a SEED desenvolveu quatro formações presenciais, denominadas de workshops com pedagogos, compreendendo Trilhas de Aprendizagem, das quais: 26 cursos via *Moodle*, 32 momentos presenciais de formação com professores de Projeto de Vida, além de 2 momentos de pesquisas e escutas por meio de formulário e reunião síncrona com os estudantes e professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná.
- **ENEM -** No segundo semestre, a Secretaria de Estado da Educação, por meio do Departamento de Desenvolvimento Curricular e da Coordenação do Ensino Médio, em parceria com a Coordenação de Articulação Acadêmica, os 32 Núcleos Regionais de Educação - NRE e Instituições de Ensino Superior, organizou o "Projeto ENEM 2023". Este teve como objetivos principais: a) incentivar a participação dos estudantes da rede pública estadual no exame e; b) melhorar os resultados no ENEM, ampliando a possibilidade de ingresso no Ensino Superior.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Neste contexto, o projeto contou com uma série de ações voltadas aos estudantes da rede pública paranaense, e que buscaram prepará-los para o ENEM, com destaque para os aulões presenciais envolvendo os componentes curriculares da Matriz Curricular do Ensino Médio. Estas aulas aconteceram em todo o estado do Paraná, totalizando 79 aulões, sendo 49 presenciais e 30 on-line, entre os meses de agosto e novembro. Cabe destacar que alguns eventos aconteceram presencialmente e com transmissão ao vivo pela internet, podendo ser acessados de forma síncrona ou assíncrona pelos estudantes. Ao final desta ação, foram atendidos aproximadamente 40.000 estudantes.

- **Educação Especial (EE)** - destacam-se as seguintes ações: a) formações realizadas presencialmente, via *meet*, Canal do Professor e Formadores em Ação - foram atendidos aproximadamente 65.000 professores que atuam nos serviços da EE, diretores, tutores, pedagogos e professores dos componentes curriculares que atendem os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio do trabalho colaborativo; b) aplicação da Prova Paraná aos estudantes cegos e de baixa visão, bem como a Prova Paraná Digital para o oitavo ano – foram preparadas 94 provas em Braile, além de arquivos com as provas ampliadas e superampliadas em txt. c) Prova Paraná em Libras - atendendo estudantes surdos da rede estadual nas disciplinas de Português e Matemática, estudantes surdos do quinto ano das redes municipais, bem como foi realizada a Prova Digital em Libras para o oitavo ano; d) ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado Integral para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação nas instituições da rede estadual que ofertam Educação em Tempo Integral; e) implantação do Projeto de Altas Habilidades Paraná - teve como objetivo ampliar a identificação dos estudantes com indicativos de altas habilidades/superdotação, bem como expandir a oferta do atendimento, por meio das salas de recursos multifuncionais, das 20 Escolas de Referência e Turmas Paraná +; f) Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), com atendimento a aproximadamente 5.000 estudantes em tratamento de saúde, que receberam mais de 20.000 atendimentos pedagógicos em 18 Unidades de Saúde; g) atendimento à rede de escolarização domiciliar, com atendimento pedagógico a aproximadamente 735 estudantes afastados do ambiente escolar; h) apoio financeiro às 400 instituições parceiras, referente à escolarização e atendimento educacional especializado, para o atendimento de aproximadamente 44.000 estudantes, além da ampliação no processo de acompanhamento e capacitação das instituições através de *lives*: Dialogando com a Educação Especial e visitas *in loco*.
- **Educação do Campo** - Em 2023, destacaram-se: a) elaboração das ementas da 3ª série dos itinerários formativos integrados para o Novo Ensino Médio das escolas das Ilhas, Assentamento e Itinerantes; b) cursos de aperfeiçoamento profissional contínuo como Formadores em Ação-Multianos; c) Programa Escola da Terra para profissionais que atuam em escolas do Campo Multianos, em Ciclos de Formação Humana e Quilombolas; d) estudo e planejamento semestrais direcionados às escolas do Campo, Ilhas, Multianos e Assentamento Itinerante;
- **Educação em Direitos Humanos** - Ao longo do ano, foram realizadas as seguintes ações: a) produção de materiais, participação e promoção de cursos de formação e estabelecimento de parcerias interdepartamentais e intersetoriais, com o objetivo de promover a saúde mental, prevenir e combater as diversas formas de violências nos contextos intra e extraescolares; b) participação na elaboração do Ato

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Interinstitucional (SEED, SESP, SEJUF, SEAP, CGE, MPPR, Defensoria Pública do Paraná, TJPR e OAB), com o objetivo de estruturar uma Comissão de Perícia Técnico-Pedagógica com integrantes da SEED e dos NRE. O Ato estrutura protocolos para atendimento, apuração e investigação de situações de violência contra estudantes, crianças e adolescentes, ocorridas e/ou noticiadas nas instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná; c) participação na elaboração da Minuta da Resolução para instituição da Comissão de Perícia Técnico-Pedagógica da SEED;

Foram desenvolvidos os seguintes projetos e programas interinstitucionais: a) projeto piloto Estratégias Metodológicas para o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e Prevenção às Violências nas Instituições de Ensino da Rede Pública do município de Paranaguá (Projeto SEED/UNESCO); b) projeto na temática de saúde mental dos estudantes e o desenvolvimento das competências socioemocionais nos NRE de Curitiba, Área Metropolitana Norte e da Área Metropolitana Sul (SEED/UNESCO); c) projeto Ministério Público do Trabalho na Escola - com o objetivo da erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente da rede estadual; entre diversas outras ações; d) TRT- Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem - na temática do Combate ao Trabalho Infantil, realização de Concurso Estadual de Cartazes - SEED/TRT/PCTIR, voltado aos estudantes dos 8º e 9º anos;

- **Educação Escolar Quilombola** - Destacam-se as seguintes ações: a) Elaboração das ementas para a terceira série do Novo Ensino Médio, tendo o atendimento sido feito parcialmente online e parcialmente presencial, com atendimento aos professores nos colégios, possibilitando uma escrita mais eficiente e assertiva. b) Acompanhamento da construção da matriz curricular do colégio quilombola, que passará a fazer parte do Programa Paraná Integral em 2024, assim como acompanhamento e assistência na escrita das ementas do programa, com atendimento aos professores e professoras na própria escola. c) Inclusão de colégios quilombolas no curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, oferecido pela Universidade Federal da Fronteira Sul, que se iniciou em 2023 e tem término previsto para o ano de 2024.
- **Educação das Relações Étnico-raciais** - Realizaram-se ações de Composição de Equipes Multidisciplinares de Educação para as Relações Étnico-raciais (EMERER) e a formação continuada dos componentes das EMERER das escolas, contemplando 22.000 cursistas, entre professores, pedagogas, agentes educacionais, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar;
- **Educação Escolar Indígena** - Foram realizados quatro cursos de formação específicos em Educação Escolar Indígena para profissionais que atuam na parte flexível obrigatória do currículo. Isto possibilitou a implementação do Novo Ensino Médio em duas escolas estaduais indígenas, nos Núcleos Regionais de Educação de Irati e Toledo. Foi criada a função de intérprete para as Línguas Kaingang, Guarani e Xetá, os quais atuarão nas referidas escolas.
- **Programa Saúde na Escola (PSE)** - Política intersetorial que une ações da SEED e da SESA com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. A ação teve adesão de 396 municípios no ciclo 2023/2024, com 5.169 escolas pactuadas (federais, estaduais e municipais públicas). Foram beneficiados 289.419 alunos de creches e pré-escola, 633.921 do Ensino Fundamental e 190.659 dos ensinos médio, EJA e profissional.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- **Programa de Atividade de Ampliação de Jornada Periódica** - Tem como objetivo ampliar o tempo de permanência nos espaços escolares, criando oportunidades de aprendizagem, ressignificando saberes e experiências e possibilitando o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Está presente em mais de 90% das instituições de ensino da rede pública estadual. Os Programas ofertados estão voltados à prática esportiva, à cultura e aprendizagem de idiomas, à tecnologia, ao protagonismo juvenil, à cidadania, ao empreendedorismo, dentre outras áreas do conhecimento, além de outros programas voltados à juventude participativa, visando o fortalecimento da democracia e do papel do cidadão.
- **Plataforma Matific** - Considerando a importância do Componente Curricular de Matemática para a compreensão de diferentes áreas do conhecimento e para a vida cotidiana dos estudantes, desde 2021, os alunos da Rede Estadual de Ensino têm acesso à plataforma Matific, uma ferramenta digital centrada na aprendizagem e que se baseia em jogos de Matemática. Destina-se a estudantes do Ensino Fundamental e visa motivar a aprendizagem da matemática por meio de atividades e métodos inovadores aliados à tecnologia. Para os professores, a plataforma tem como objetivo fornecer recursos essenciais, como o acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes, planos de aula e a busca de atividades alinhadas aos descritores da Prova Paraná, Currículo do Paraná, entre outros. Com esse propósito, a plataforma disponibiliza mais de 2.000 atividades que podem ser selecionadas pelos professores por meio de filtros, permitindo a escolha daquelas que melhor se adequam ao seu planejamento pedagógico. Até o momento, foram realizadas cerca de 17,5 milhões de atividades;
- ***Khan Academy*** - Diante de demandas cada vez mais tecnológicas, da importância para a compreensão de diferentes áreas do conhecimento, das necessidades do mercado de trabalho e da vida cotidiana, um bom desempenho no Componente Curricular de Matemática é fundamental. Por esses motivos, desde 2022 os estudantes da Rede Estadual do Paraná têm acesso à *Khan Academy*. O objetivo da plataforma é promover o aprendizado por domínio, isto é, um estudante precisa dominar totalmente um conceito antes de iniciar outro mais avançado. As atividades visam fortalecer a base de conhecimento dos estudantes e apoiar a recuperação da aprendizagem nos casos de eventuais lacunas observadas ao longo do processo escolar. A plataforma disponibiliza materiais alinhados ao Currículo da Rede Estadual do Paraná. O curso desta ferramenta é dividido por trimestre e aulas, e em cada aula estão incluídos os vídeos, artigos, exercícios, testes e desafios que verificam o nível de compreensão dos estudantes e mostram quanto o seu aluno realmente aprendeu nos temas abordados. Até o momento são aproximadamente 25,4 milhões de tarefas concluídas.
- **Educação Integral** - Nos últimos anos, o Paraná vem ampliando a oferta da Educação em Tempo Integral, por meio da efetivação do Programa Paraná Integral, que envolve um modelo de gestão integrada e uma matriz curricular diferenciada, com carga horária de nove horas diárias. Em 2022 a rede estadual apresentava 167 instituições de ensino com oferta de Educação em Tempo Integral, atendendo cerca de 30.000 estudantes em 103 cidades. Em 2023, a oferta passou a contemplar aproximadamente 50.000 estudantes em 253 Instituições, passando a ofertar também 7 cursos de educação profissional em tempo integral, integrados ao ensino médio.
- **Centro de Artes Guido Viaro** - Houve uma conquista significativa ao serem retomados os cursos de formação continuada presenciais, proporcionando bolsas

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

(transporte, hospedagem e alimentação) para professores de Arte e vagas para profissionais atuantes em Linguagens. Essa iniciativa abrange os 32 Núcleos Regionais de Educação, por meio dos Seminários de Dança, Música e Teatro. Ao longo do ano, foi realizada uma extensa programação de cursos e eventos artísticos, destacando-se: a) Cursos de Formação Continuada para Profissionais da Educação: cursos de artes visuais, dança, circo, literatura, música, teatro, e temáticas relacionadas às tecnologias na escola e os desafios contemporâneos educacionais. Foram ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e EaD para todo o Paraná; b) Cursos de Formação em Arte para Estudantes do Curso de Formação de Docentes: disponíveis na modalidade online para estudantes de todo o Paraná e presencialmente para jovens de Curitiba e municípios da Região Metropolitana; c) Cursos de Arte destinados a estudantes da educação básica e à comunidade em geral; d) Te Encontro no Guido: evento artístico, cultural e pedagógico semanal; e) Visitas Mediadas: promover o acesso à arte paranaense por meio do acervo da instituição e a realização de oficinas de arte para estudantes da educação básica, pesquisadores e demais interessados; f) ExperimentARTE 2023: com o tema "ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", o evento contou com oficinas artísticas, apresentações, exposições, parcerias com a Secretaria do Trabalho (com a participação do ônibus do Emprega Mais) e com a Prefeitura Municipal de Curitiba. Incluiu palestras sobre diversidade, inclusão, acessibilidade, educação étnico-racial, protagonismo da mulher, masculinidade consciente, entre outros, tendo sido destinados a estudantes da educação básica, professores, universitários e à comunidade em geral; g) Espetáculos e Exposições: produções coletivas que resultam em apresentações artísticas de dança, música, teatro e literatura dos estudantes dos cursos livres. Participação no Festival de Teatro de Pinhais, exposições de artes visuais itinerantes e no próprio Centro de Artes; h) Estágios: ações e parcerias com Instituições de Ensino Superior (UFPR, UNESPAR FAP e EMBAP) e IFPR para a realização de estágios, entre outras atividades.

15.2. EFICIÊNCIA NA GESTÃO

- **Escola Legal** - projeto que tem por objetivo realizar a regularização cartorial das escolas da rede estadual, por meio de uma equipe multidisciplinar dedicada à regularização e contando com o apoio da SEAP, FUNDEPAR e NRE. Há 68 escolas com edificações averbadas, ou seja, totalmente regularizadas. Em 2023 foram regularizadas 11 escolas.
- **Escola Segura** - parceria com o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, visando adotar medidas preventivas de segurança em escolas dos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Região Metropolitana de Curitiba. A parceria já ocorre em 84 instituições de ensino com aproximadamente 90.000 estudantes atendidos por um contingente de 106 policiais.
- **Curso de Capacitação em Segurança Escolar** - parceria com o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária que está em funcionamento desde outubro de 2022, contando com mais de 12.000 concluintes, entre professores, servidores da SEED, militares do Paraná e de outros estados e comunidade em geral. Em 2023, a capacitação EAD passou a ser realizada no ambiente virtual de aprendizagem da Escola de Defesa

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Civil, sendo a prática presencial, ministrada por instrutores da Polícia Militar e descentralizada no Núcleo Regional de Educação da instituição de ensino.

- **Censo Escolar da Educação Básica** - Em 2023, o Estado do Paraná declarou ao Censo Escolar pouco mais de 2,7 milhões de estudantes da Educação Básica atendidos em 9.572 escolas nas quatro redes de ensino (federal, estadual, municipal e privada). O Paraná é a maior rede de ensino da Região Sul e a 5º maior do país, oferta a melhor educação do Brasil para os jovens que, em pouco tempo, estarão nas universidades e ingressando no mercado de trabalho. A Meta para 2024 é modernizar o processo de coleta e declaração dos dados do Censo Escolar, trazendo ainda mais transparência e fidedignidade às informações.
- **Matrícula *Online*** – Em 2019 o Estado do Paraná implementou a Matrícula Online na Rede Estadual, trazendo agilidade e praticidade aos pais e escolas. Pensando também na segurança, desde então, vários outros serviços foram disponibilizados de forma online, como o Cadastro de Novos Alunos, Solicitação de Histórico Escolar, Envio de Documentação e Contato Direto com as Escolas. Em 2023, todo processo foi adequado e liberado para a utilização facultativa pela Rede Municipal, sendo que todas as pastas físicas foram substituídas pela Pasta Virtual do Aluno. A economia, apenas em papel e fotocópias ficou em torno de R$ 1,5 milhão/ano, além da liberação de espaço físico para outros fins e a vantagem em melhoria da agilidade em todo o processo.
- **Índice de Qualidade da Educação Paranaense** – Em 2023, o Estado do Paraná incluiu nos Índices de Participação dos Municípios, na cota-parte do ICMS, o critério educacional. O Índice de Qualidade da Educação Paranaense possibilita a aferição dos avanços educacionais e de equidade da oferta do ensino, isto porque observa quatro grandes indicadores: Acesso à educação; Avanços na Alfabetização e Aprendizagem; Oferta da Educação Integral; e Fator Social.

15.3. INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

- **Redação Paraná** - Plataforma de produção textual que permite aos estudantes aprimorar suas habilidades de escrita e argumentação. A inteligência artificial corrige a estrutura da língua e gramática para que, posteriormente, o professor analise a estrutura do texto, sua coerência e coesão. De acordo com o currículo, contempla os gêneros trabalhados no planejamento pedagógico, auxiliando estudantes e professores no desenvolvimento das aprendizagens previstas para cada etapa. Desde sua criação, em 2020, a plataforma contribuiu para a melhoria dos índices de proficiência não só em Língua Portuguesa, mas em todos os componentes curriculares. Só em 2022, os estudantes da rede estadual produziram mais de 3 milhões de redações e, em 2023, já são quase 5,2 milhões de redações concluídas até o momento.
- **Parque Tecnológico** - o parque tecnológico da rede estadual está em fase de robusta ampliação e atualização. Em 2023 foram instalados e disponibilizados para uso dos estudantes, mais de 108.000 dispositivos em todas as escolas da rede estadual, 40.000 desktops, mais de 18.000 kits de robótica com *chromebooks* e a distribuição de 50.000 *tablets*.
- **Inglês Paraná** - Desde 2021 foram contratadas 520.000 licenças de acesso à plataforma de Língua Inglesa *English* Life, 100% online. A proposta seguiu com a

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

formação de professores e depois foi implementada junto aos estudantes. Após o teste de nivelamento, a plataforma indica aos estudantes a trilha de aprendizagem mais adequada a seu nível de estudos. Os estudantes têm acesso aos conteúdos e atividades que atendem ao seu ritmo de aprendizagem e à sua faixa etária, além de poderem acompanhar sua progressão e receber auxílio nas dificuldades de aprendizagem. As atividades são interativas e objetivam desenvolver habilidades de escrita, leitura e conversação na Língua Inglesa, contribuindo especialmente para o desenvolvimento da oralidade. Em 2022, foram registradas mais de 11 milhões de lições realizadas pelos estudantes e, em 2023, já são mais de 23 milhões de lições concluídas.

- **Inglês Professor** - Levando em consideração a importância do ensino de Língua Inglesa e da formação continuada, os professores de Inglês da Rede Pública do Estado do Paraná tiveram acesso a uma nova ferramenta, a plataforma Inglês Professor. Com 4.000 licenças disponíveis, essa plataforma tem como objetivo oferecer aos docentes formação continuada, por meio de aulas de Inglês ao vivo realizadas duas vezes por semana. Cada docente pode agendar a aula para o momento mais oportuno. Ao longo do ano foram quase 100.000 horas de navegação na plataforma.
- **Robótica Paraná** - as aulas de robótica educacional para estudantes do Ensino Fundamental e Médio oportunizam um caminho educacional inovador, pautado nas novas necessidades do mercado de trabalho. Em 2023, iniciou-se a utilização de 18.320 kits de robótica livre, atendendo um total de 101.958 estudantes, distribuídos em 4.658 turmas, nas 2.107 escolas de rede pública estadual de Paraná.
- **Leia Paraná** - A plataforma de leitura Odilo foi disponibilizada em 2023 para mais de 1 milhão de usuários da rede estadual, visando a universalização do acesso à leitura, com a disponibilização de amplo acervo bibliográfico aos estudantes e professores da rede. A plataforma busca atender aos objetivos de melhoria do nível de letramento e proficiência em leitura entre os estudantes da rede estadual, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes pelos professores e podendo ser acessada através de navegador web e aplicativo. Até o momento, registram-se a leitura de mais de 1 milhão de livros completos.
- **Infraestrutura de rede** - Todas as instituições da rede estadual de ensino tiveram melhorias na infraestrutura; Todas as escolas estaduais do Paraná possuem wi-fi nas salas de aula, para acesso de professores e estudantes. Em 2023, 125 escolas com conexão satélite foram migradas para fibra ótica. Nesse grupo, algumas escolas indígenas foram contempladas com fibra ótica de 100 MBPS.
- **Reconhecimento Facial** - Implantação de solução para registro da frequência dos alunos por meio de reconhecimento facial, integrado ao aplicativo de Registro de Classe do professor. Em 2023 a solução de reconhecimento facial foi disponibilizada para todas as escolas com conexão por fibra ótica, o que beneficia mais de 1.600 estabelecimentos.
- **Cenários de (*Business Inteligence*) BI** - Foram desenvolvidos cenários de BI para a gestão administrativa e pedagógica da SEED, tais como: Presente na Escola, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Plataforma de Tarefas, Mais Aprendizagem, Prova Paraná, Gestão de Equipamentos, Colégios Cívico-Militares.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

15.4. INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- **Alimentação Escolar** - foram investidos cerca de R$ 448 milhões para a aquisição de 21.000 toneladas de alimentos não perecíveis, carnes, ovos, pães, frutas e temperos in natura. Outros R$ 122 milhões para aquisição de 11.000 toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar, dos quais 1 a cada 4 alimentos é orgânico. Isto permite beneficiar alunos com produtos in natura, saudáveis, produzidos localmente por 17.000 famílias de pequenos agricultores, que encontram nesta ação a ampliação da geração de renda familiar. Foi ampliada a oferta de carnes nos cardápios e mantido o Programa Mais Merenda, com a oferta de lanches na entrada e saída de cada turno, além das refeições tradicionais no intervalo das aulas, melhorando a segurança alimentar e nutricional. Ao todo, foram cerca de 32.000 toneladas de alimentos distribuídos. São servidas diariamente 2 milhões de refeições aos quase 2.200 estabelecimentos de ensino do Paraná.
- **Mobiliário, Equipamentos e Suprimento Escolar** - foram investidos cerca de R$ 89 milhões para aquisição de mobiliário e equipamentos para salas de aula, ambientes administrativos e refeitórios, tais como: armários, estantes, conjuntos escolares, aparelhos de ar-condicionado, conjuntos para refeitórios (utensílios em inox), toner, refrigeradores, mesa de reunião, mesa escrivaninha, cadeira giratória; bem como suprimentos como papel sulfite, produtos de limpeza e vales gás.
- **Obras - Obras Concluídas**: Foram realizadas 157 obras, totalizando R$ 91 milhões. Destas, 16 escolas foram contempladas com a substituição de 64 salas de madeira por *woodframe*, no valor de R$ 15 milhões. Obras em andamento: 149 obras encontram-se em andamento, sendo quatro unidades escolares novas, totalizando um investimento de R$ 213 milhões, que contemplam reparos, melhorias, ampliações e construções. Destas, 16 escolas foram contempladas com a substituição de 60 salas de madeira por *woodframe,* no valor de R$ 14 milhões. Programa Escola Mais Bonita 3: Com a finalidade de atender às demandas de serviços de engenharia emergenciais e urgentes, adequação de espaços físicos e pequenos reparos nas estruturas físicas das escolas, foram disponibilizados aproximadamente R$ 130 milhões para o atendimento de 1.715 instituições de ensino.
- **Fundo Rotativo** - Foram investidos mais de R$ 148 milhões em recursos destinados às unidades da rede estadual de educação, isso por meio do atendimento de Cotas Normais, Cotas Extras e Cotas Especiais. PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola – Investimento de mais de R$ 90 milhões. O programa objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos às contas das Unidades Executoras, de acordo com o número de alunos e, baseado no censo escolar do ano anterior ao do repasse.
- **Transporte Escolar** - Foram repassados, aos 399 municípios, um total de R$ 213,5 milhões para o custeio do transporte escolar de 201.000 alunos da rede estadual.
- **Mãos Amigas** - O Programa consiste em realizar consertos, manutenção, revitalização e conservação dos prédios escolares, tendo como mão-de-obra pessoas privadas de liberdade (PPL), que além da remição (a cada três dias trabalhados diminuem um dia de pena), adquirem renda para sua futura liberdade e a ressocialização.
- **Brigadas Escolares** - O Programa Brigadas Escolares desenvolve ações articuladas entre a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – CEDEC, a Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria da Segurança Pública – SESPR, por intermédio do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR e pelo Instituto FUNDEPAR, que é responsável pelas ações de engenharia nas edificações escolares públicas estaduais. De acordo com o SISBRIGADAS (informação extraída do *Business Intelligence* em 21/11/2023), aproximadamente 89,8% das instituições de ensino estadual e conveniadas possuem certificado de conformidade válido pelo Programa. Em 2023, foi realizada a 17ª oferta de Formação de Brigadistas Escolares e 1ª oferta de Formação de Monitor de Segurança Escolar, totalizando 11.098 cursistas capacitados na modalidade EaD. Na parte prática (modalidade presencial), até a presente data está ocorrendo formação nos Núcleos regionais de Educação. Referente aos exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar, foram realizados em 2023 aproximadamente 9.968 simulados nas instituições de ensino do Estado e conveniadas.

15.4.VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- **Bem Cuidar** - criado em 2022, o programa é uma parceria entre SEED e UEL que oferece consultas psicológicas e psiquiátricas, por meio de tele consultas via aplicativo, a todos os servidores da rede estadual de educação, efetivos ou temporários. A atual capacidade do programa é de realização de até 522 consultas psicológicas e 40 consultas psiquiátricas por semana. Desde o início do programa foram realizados mais de 24.000 consultas psicológicas e 915 consultas psiquiátricas, sendo 70% delas executadas em 2023.
- **Processo Seletivo Simplificado (PSS)** - desde 2021 a SEED tem aprimorado a contratação de professores em Regime Especial (CRES). Os processos passaram a realizar provas objetivas, além de prova de títulos. O PSS realizado em 2022, para contratação no ano letivo de 2023, também realizou prova didática, por vídeo, como forma de classificação, visando garantir a qualidade da educação paranaense.
- **Piso do Magistério** - em 2023 os vencimentos básicos dos professores da rede estadual foram reajustados de R$ 3.903,32 para R$ 4.420,55, de acordo com o piso Nacional do Magistério.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

16. SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE (SEES)

A Secretaria de Estado do Esporte (SEES) constitui órgão auxiliar do Governador, com as suas competências definidas pelo art. 48 da Lei Estadual n.º 21.352, de 1˚ de janeiro de 2023, dentre as quais destacam-se a formulação e implementação de políticas públicas para o esporte; o planejamento, organização e acompanhamento da execução das políticas para esporte, lazer e qualidade de vida; a promoção do desenvolvimento do esporte; o desenvolvimento de programas para massificar a atividade física, esporte e lazer, elevando padrões de organização e gestão; o alinhamento de objetivos e metas da Educação Básica com a Política de Esportes, com foco em estágios de formação, transição, excelência e inclusão; a articulação com áreas competentes para a universalização do acesso ao esporte, priorizando práticas inclusivas; e o fomento a estudos e pesquisas estatísticas para qualificar e promover a competitividade do esporte estadual.

16.1 PROGRAMAS ESTRUTURANTES

16.1.1 O ESPORTE QUE QUEREMOS

Programa de desenvolvimento estrutural e aprimoramento das políticas públicas estaduais e municipais de acordo com as premissas e a legislação vigente do Sistema Esportivo Federal, o qual, possibilita o desenvolvimento esportivo do Paraná de forma perene e com processos de gestão, balizados por dados e capacitação. Iniciado a partir de um diagnóstico realizado com os municípios do estado por meio de uma plataforma de dados (*Business Intelligence*), intitulada Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM), construída pelo Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ao longo do ano, foram realizados quatro circuitos de capacitação, contando com a participação de 322 gestores locais, abrangendo os 399 municípios. O objetivo foi capacitar os gestores municipais, de acordo com as regionais do Estado do Paraná, sensibilizando-os sobre a importância de elaborar o Planejamento Municipal Institucional e consolidar o Plano de Desenvolvimento Esportivo Municipal.

Atualmente, 100% dos municípios do Paraná já aderiram ao Programa, com a participação efetiva no Cadastro Esportivo Municipal, e ainda, 33,33% já avançaram com o desenvolvimento de suas Políticas Municipais, Conselhos e Fundos Municipais para o Esporte.

16.1.2 ENCONTRO DE GESTORES

O Programa Encontro de Gestores tem como objetivo reunir os 399 gestores municipais do Esporte, anualmente, para compartilhar e oficializar o planejamento do esporte para o Estado do Paraná, onde no exercício de 2023, o programa contou com a participação efetiva de 600 gestores, de 255 municípios. Busca-se ainda, por meio do referido programa a apresentação das principais

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

entregas do ano anterior e do quadriênio, de acordo com as metas do Plano de Governo e instrumentos de governança, bem como a gestão por resultados dos municípios, e módulos de capacitação alinhada ao Programa o Esporte Que Queremos.

16.1.3 O PARADESPORTO QUE QUEREMOS

O Paradesporto Que Queremos é um programa que permite o aprimoramento das políticas públicas (estadual/municipais), inovando com a estruturação de uma rede de desenvolvimento do Paradesporto para atendimento aos municípios com infraestrutura adequada. Por meio da utilização de metodologia específica, materiais adaptados e capacitações, o objetivo é promover a integração social paradesportiva e o desenvolvimento integral do cidadão paranaense com deficiência, como ser social, autônomo, democrático e participante, contribuindo assim para o pleno exercício da cidadania.

Em sua última edição o Programa reuniu mais de 2.364 atletas em diversas modalidades esportivas, alcançando 59 municípios paranaenses.

16.1.4 ESCOLA DO ESPORTE

A Escola do Esporte foi instituída com o objetivo de promover, organizar e executar diversos cursos e ações de aprendizagem aos gestores e técnicos esportivos e paradesportivos. A referida capacitação ocorre em parceria com o Sistema Esportivo Estadual, na modalidade a EaD e presencial.

Em 2023, por meio de convênio entre a Paraná Esporte, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), foram ofertados cursos de pós-graduação em Gestão Pública do Esporte, beneficiando em torno de 300 gestores públicos, servidores municipais e estaduais graduados em ensino superior; curso de extensão em Gestão Pública no Esporte para não graduados. Também sob o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), 190 profissionais de educação física foram beneficiados através do Projeto de Extensão “Formação de Treinadores”. Ainda, foram ofertados treinamentos com vistas ao aprimoramento e qualificação de 82 profissionais nas modalidades de Handebol, Punhobol e Tiro com Arco, cursos de capacitação para 46 pareceristas e 385 pretendentes ao edital do Programa PROESPORTE, capacitação para 322 gestores municipais do Programa O Esporte Que Queremos, treinamento para 136 técnicos e gestores dos Jogos de Integração dos Idosos, treinamento para 74 usuários das plataformas dos Jogos Oficiais do Estado e capacitação para 400 acadêmicos inscritos para Operação Verão Maior 2023/2024. No total, um alcance de 1.935 pessoas atendidas de 192 municípios do Estado.

16.2 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

16.2.1 Verão Maior Paraná

O programa é uma ação integrada do Governo do Estado, que visa aprimorar a infraestrutura das praias e balneários paranaenses, garantir a saúde, segurança, lazer e entretenimento aos turistas e moradores locais. Voltado aos veranistas e comunidade local, com atividades esportivas

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

e de lazer, aulas de ginástica, dança, caminhada, recreação infantil, torneios e eventos esportivos, além uma série de outras práticas relacionadas ao entretenimento.

Previsto para acontecer de 26 de dezembro de 2023 a 04 de fevereiro de 2024, a edição 2023/2024, está em vias de estruturação para atender em torno de 820.000 pessoas com as ações do programa.

16.2.2 Jogos De Aventura E Natureza

Os Jogos de Aventura e Natureza, são idealizados para impulsionar a economia e o turismo local, consistido em um conjunto de atividades e competições esportivas de variadas modalidades, atreladas ao potencial natural e turístico do Paraná.

Em 2023, os JANs concluíram as quatro etapas da edição: Londrina, no Norte do Paraná; no Litoral, no Corredor das Águas (Noroeste) e em Angra Doce, Norte Pioneiro. Foram realizadas 47 ações sediadas por 7 municípios (Marialva, Marialva, Maringá, Nova Londrina, Paranavaí, Porto Rico, São Pedro do Paraná e Terra Rica), totalizando a participação de 70.975 pessoas.

16.2.3 Jogos Regionais

Competições regionais realizada por diferentes instituições, que têm o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Esporte (SEES), e tem como objetivo incentivar e apoiar a execução de projetos com vocação regional, valorizando o esporte de acordo com as preferências locais.

No exercício de 2023, foram realizados os Jogos Abertos da Região de Cantuquiriguaçu (4.092 participantes), Jogos da Reforma Agrária (950 participantes), e Jogos da Primavera (5.271 participantes).

16.2.4 Jogos da Terceira Idade

Os Jogos da Terceira Idade têm por objetivo estimular a participação, o prazer e a ludicidade por meio de atividades esportivas adaptadas, recreativas, artísticas, socioculturais e de integração, garantindo melhor qualidade de vida aos idosos.

Neste ano, a 17ª edição reuniu a participação de 75 municípios do Paraná, nos municípios sedes de Guaratuba e Pontal do Paraná, totalizando 2.000 participações efetivas, entre atletas, comissões técnicas, professores, enfermeiros e colaboradores, organizados em 692 times que competiram em dez modalidades: basquetebol relógio, handebol por zona, peteca, vôlei câmbio, vôlei de praia, tênis de mesa, vôlei no escuro, dominó, dama e xadrez-relâmpago.

16.3 JOGOS OFICIAIS

Com especial enfoque no desenvolvimento regional e na universalização do atendimento, os Jogos Oficias do Estado é uma importante ferramenta para manutenção das práticas esportivas

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

nos municípios paranaenses, abrangendo o esporte em todas as suas dimensões, desde a formação, ao aperfeiçoamento esportivo, incluindo na prática continuada. Além disso, vale ressaltar a grande quantidade de serviços e benefícios econômicos e sociais diretos que os Jogos fomentam em toda a sua abrangência e organização.

Cumpre mencionar que, com a reformulação dos eventos, a continuidade dos Jogos Oficiais assegura a participação esportiva de todos os municípios do Estado que receberam diretamente os eventos como municípios sedes, contribuindo significativamente na sua aferição de receitas.

Em 2023, foram realizados 15 Jogos Oficiais, totalizando a participação de 167.368 pessoas, de 396 municípios, sendo eles: Jogos Escolares do Paraná (JEPS), 87.951 participações (atletas e delegações), Jogos Escolares Bom de Bola Paraná (JEPS BB), 21.086 participações, Jogos Escolares Brasileiros (JEBS), 262 participações, Jogos da Juventude – Comitê Olímpico do Brasil, 202 participações, Campeonato Brasileiro de Futsal Escolar, 24 participações, Paralimpíadas Escolares, 235 participações, Jogos Abertos do Paraná (JAPS), 18.713 participações, Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS), 17.274 participações, Jogos Universitários do Paraná (JUPS), 1.770 participações, Jogos Paradesportivos do Paraná, 2.018 participações, Paraná Bom de Bola, 10.719 participações, Paraná Combate, 2.608 participações, Jogos Abertos Master do Paraná, 1.226 participações, Jogos Escolares Eletrônicos, 3.280 participações.

16.4 INCENTIVO E FOMENTO

16.4.1 GERAÇÃO OLÍMPICA E PARALÍMPICA DO PARANÁ

O Programa Geração Olímpica e Paralímpica é o maior programa do país de incentivo ao esporte na modalidade bolsa-atleta. Distribuído em seis categorias, sendo eles: atleta de base e estudantil, atleta nacional, atleta internacional, atleta olímpico ou paralímpico, o programa conta, ainda, com o patrocínio exclusivo da Companhia Paranaense de Energia (*COPEL*).

O Programa tem como objetivo oportunizar aos atletas e técnicos representantes do Estado do Paraná, que tenham a intenção de construir uma carreira esportiva, permitindo que eles se dediquem às suas modalidades esportivas, através do oferecimento de bolsa-auxílio, com base em critérios de desempenho técnico.

Em sua 12ª edição seu investimento foi de mais de R$ 5,2 milhões, concedendo 1.276 bolsas, e como desempenho, obteve nos Jogos Pan-Americanos 19 medalhas, sendo 10 de ouro, 6 de prata e 3 de bronze, e nos Jogos Parapan-Americanos 23 medalhas, sendo 4 de ouro, 9 de prata e 10 de bronze.

16.4.2 NOTA PARANÁ

O Nota Paraná é um programa para incentivar o consumidor a exigir o documento fiscal no momento de uma compra e, assim, poder receber parte do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recolhido pelo estabelecimento.

Por meio do Nota Paraná, no exercício de 2023, 70 municípios e 120 entidades paranaenses, sem fins lucrativos, na área do esporte, foram beneficiadas somando créditos e prêmios o valor de R$ 3,1 milhões.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

16.4.3 PROESPORTE

Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte, instituído por meio da Lei Estadual n.º 17.742, de 30 de outubro de 2013, e regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.560, de 20 de dezembro de 2023. A referida lei permite que o contribuinte do imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) destine parte do valor de imposto a recolher para projetos esportivos credenciados pela Secretaria de Estado do Esporte. Este ano, 225 projetos, de 75 municípios, foram contemplados, totalizando o valor de R$ 9 milhões.

16.5 INFRAESTRUTURA E EVENTOS

16.5.1 PROJETOS DA SEDE

Desenvolvidos no espaço da Sede da SEES no Complexo Esportivo, por meio de cooperação técnica com diversas entidades esportivas, o complexo é disponibilizado gratuitamente à prática esportiva aos alunos Paranaenses, além de propiciar espaços para o treinamento de alto rendimento. Em 2023, foram contabilizados 14.815 atendimentos

16.5.2 PEDALA PARANÁ

O Pedala Paraná é um Programa que, com a cooperação dos municípios participantes, instala e equipa ciclorrotas, e tem como principais objetivos incentivar a prática da atividade física e o lazer através da bicicleta, além de contribuir com o desenvolvimento regional, atraindo recursos ao pequeno empreendedor, promovendo através dos parceiros a capacitação de todos os envolvidos.

Em sua 3ª edição, o programa conta com 45 ciclorrotas instaladas, o que proporcionou um número de 5.733 atendimentos em eventos recorrentes destas instalações, além de ações pontuais como a campanha de arrecadação intitulada Pedala Aquece Paraná que contabilizou 9.853 participantes.

O Programa realizou ainda o Primeiro Censo de Ciclistas e Bicicletas nas escolas públicas estaduais do Paraná, no período de 22 de maio a 6 de junho de 2023. Este censo teve como objetivo coletar informações essenciais para propor, repensar, informar e subsidiar o poder público de modo geral, em vários aspectos relacionados a esse modal de transporte. Os números expressivos de participações alcançaram um total de 206.580 respostas que estão contempladas no site www.esporte.pr.gov.br e fornecem uma visão valiosa das tendências e realidades relacionadas aos ciclistas em nosso Estado.

16.5.3 GINÁSIO DO TARUMÃ

O Ginásio Professor Almir Nelson de Almeida, conhecido como Ginásio do Tarumã, espaço público com capacidade para 4.550 pessoas, fornece estrutura adequada para a promoção de eventos, principalmente esportivos aos finais de semana, contribuindo para a difusão das modalidades esportivas participantes, seja por cessão onerosa ou contrapartida esportiva.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Neste ano, o ginásio foi palco para circulação de mais de 88.000 pessoas em diversos eventos/competições à nível nacional, estadual e municipal.

Além de sediar eventos, o ginásio propiciou aos alunos da rede paranaense a prática esportiva, e aos atletas esportivos um espaço para treinamento de alto rendimento, totalizando, ao longo do ano, 7.200 atendimentos pontuais.

16.5.4 GRANDES EVENTOS

Competições de nível nacional ou internacional organizadas ou vinculadas às entidades qualificadas como de administração do Desporto, vinculadas aos subsistemas esportivos nacionais, no território estadual, que envolvam a participação indireta de ao menos 2.000 pessoas e que possuam comprovada capacidade de promover e impulsionar o esporte do Estado, além de contribuir para a divulgação da cultura e do turismo regional e desenvolvimento econômico do Estado.

Em números, com o apoio do Estado em infraestrutura esportiva, mais de 6.800 pessoas, de seis municípios foram atendidas, para o desenvolvimento de iniciativas/práticas esportivas.

16.5.5 CENTRO NACIONAL DE TREINAMENTO EM ATLETISMO (CNTA)

Complexo esportivo vinculado ao Ministério do Esporte, localizado no município de Cascavel, é um dos cinco centros de excelência e referência na modalidade de atletismo do país, sendo o único do Sul do Brasil.

Voltado a projetos esportivos na área da saúde e educação física, o complexo, no exercício de 2023, realizou mais de 26.544 atendimentos em diferentes projetos, sendo eles: Projeto Segundo Turno Integral (170 crianças atendidas semanalmente/2040 no ano), Projeto PROESPORTE (40 crianças atendidas semanalmente/480 no ano), Projeto de Rendimento (30 atletas semanalmente/360 no ano), Projeto Paradesporto (13 crianças/253 adolescentes, semanalmente/3036 no ano).

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

17. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

A Secretaria de Estado da Fazenda, órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 27 da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar o desempenho da política econômico-tributária e fiscal, a gestão orçamentária, a gestão dos recursos financeiros, a gestão contábil estadual e as atividades pertinentes à gestão corporativa da Pasta.

Na busca por equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer frente às despesas de custeio e aos investimentos necessários ao Plano de Governo Estadual, destacam-se os resultados e os avanços mais importantes, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão.

17.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES

17.1.1 Diretoria de Orçamento Estadual (DOE)

Das ações realizadas pela Diretoria de Orçamento, à qual compete analisar e avaliar o comportamento da despesa e de suas fontes de financiamento, promovendo a gestão dos recursos orçamentários de acordo com os programas de governo e as disponibilidades financeiras, podemos destacar os seguintes temas:

- Monitoramento de matérias com implicações orçamentárias visando o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e o equilíbrio das contas públicas;
- Avanço na implementação do Orçamento por Resultados com a contratação da consultoria Publix para desenvolvimento da metodologia;
- Implantação da ferramenta SIAFIC no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- Apoio à Secretaria do Planejamento na elaboração do Plano Plurianual 2024-2027;
- Preparação do ambiente no novo sistema SIAFIC para operar integralmente a gestão orçamentária do Paraná a partir de 2024;
- Além destes, há tarefas recorrentes de controle e monitoramento do orçamento estadual, elaboração das peças orçamentárias e do relatório de execução físico financeiro do orçamento.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

17.1.2 Gestão da Dívida Pública e Operações de Crédito

A Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Diretoria do Tesouro Estadual, teve participação nas seguintes ações em 2023:

- Contratação de operação de crédito com o Banco do Brasil, denominada Avança PR II, no valor de R$ 1,485 bilhão, destinando-se a obras de infraestrutura rodoviária em todo o Estado do Paraná;
- Manutenção da Capacidade de Pagamento (CAPAG) B pelo Estado do Paraná. A nota CAPAG mensura os índices de poupança, liquidez e endividamento do ente. Apenas os entes federativos com notas A e B podem obter garantia da União em suas operações de crédito. Além disso, o baixo nível de endividamento e alta liquidez trazem uma perspectiva de alcançar a nota A na CAPAG do Paraná em 2024;
- A agência de classificação de risco Moody's conferiu ao Estado do Paraná a nota AAA, a mais alta na escala nacional, indicando confiança na capacidade do governo de cumprir suas obrigações financeiras. Um fator determinante para essa classificação, destacado em seus relatórios, é a sustentabilidade da dívida pública, mantida em um patamar controlado e estável. Além disso, os níveis da dívida do Paraná em relação à receita corrente são considerados baixos em comparação com outros estados;
- Acordo da Dívida com o Itaú, em que a obrigação do Estado com a instituição, de aproximadamente R$ 4,5 bilhões, foi negociada para pagamento de R$ 1,7 bilhão em três parcelas. O passivo reduziu, portanto, em torno de R$ 2,8 bilhões, gerando efeitos positivos nos indicadores fiscais da dívida pública;
- Redução do saldo devedor da dívida do Pasep, a partir do projeto de Recuperação de Ativos, na ordem de R$ 554 milhões, decorrente de revisão dos valores (pela Receita Federal do Brasil) devidos pelo Estado do Paraná;
- Compensação parcial pelas perdas de arrecadação do ICMS. Após negociações entre os estados e o Governo Federal, ficou definido que o Paraná receberá um total de R$ 1,83 bilhão até 2025, sob a forma de abatimento das parcelas das dívidas do Estado com a União. A compensação iniciou em junho do presente exercício, e, ao todo, o Estado compensará R$ 458 milhões em 2023, R$ 458 milhões em 2025 e o previsto para 2024, de R$ 917 milhões, será adiantado sob forma de transferência da União ainda este ano;
- Negociações dos estados com o Governo Federal trarão ao Paraná a compensação pelas perdas, ocorridas entre os meses de julho e agosto de 2023, de receita do Fundo de Participação dos Estados – FPE; assim, o Tesouro estima que receberá cerca de R$ 78 milhões via transferência da União a título de compensação das perdas do FPE.

17.1.3 Sistemas do Tesouro Estadual

- Inovação e automatização do Sistema de Pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV), em produção desde março de 2023, nos pagamentos das RPVs, proporcionando ao cidadão maior rapidez e transparência do pagamento, menos burocracia e a possibilidade de acompanhar o processo;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Modernização do sistema da Guia de Recolhimento (GRPR), em produção a partir deste exercício, permitindo a emissão de guia para diversas formas de pagamentos (tributos estaduais, taxas de inscrições de concurso, restituições, etc.), ocasionando assim, maior clareza nas informações, oferecendo segurança ao contribuinte no acesso para a emissão de guias, além de uma interface intuitiva;
- Entrega da primeira fase do Sistema de Gestão da Dívida Pública, referente aos cadastros e negociação, assim como da segunda fase, de simulação. O sistema encontra-se em fase final de desenvolvimento, com a expectativa de entrar em produção em 2024. Sua implementação visa modernizar os processos manuais de gestão de dívida, possibilitando, por exemplo, o acompanhamento automatizado dos contratos de operação de crédito, a emissão de relatórios gerenciais da dívida e a realização de simulações do nível de endividamento ao longo de todo o período dos contratos firmados.

17.1.4 Diretoria de Contabilidade Geral do Estado (DCG)

- Avanço significativo no Ranking da Qualidade da Informação Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional. O Paraná pelo segundo ano consecutivo atinge conceito A, com 96,01%, das verificações possíveis atendidas, referente ao exercício de 2022 (https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/estados);
- Diminuição significativa do número de ressalvas, recomendações e determinações em relação a parte contábil, na análise das contas do Chefe do Poder Executivo se comparada com exercícios anteriores;
- Diminuição significativa em relação a itens para contraditório específicos de contabilidade pública, pela Instrução da Coordenadoria de Gestão Estadual - TCE/PR;
- O Estado não recebeu apontamentos quanto ao prazo de entrega dos dados ao Sistema SEI-CED, o que vinha ocorrendo desde 2017;
- Consistências nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público- DCASP (PCA) com o apurado pela unidade Técnica do TCE, através dos dados do Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED);
- Abertura do sistema SIAF para execução orçamentária em meados de janeiro de 2023, resultado do trabalho conjunto das áreas de Contabilidade, Tesouro e Orçamento. Desde a implantação do Novo SIAF, esta é a terceira vez que o sistema é liberado durante o mês de janeiro. Em anos anteriores ao de 2021, a liberação ocorria em fevereiro ou março;
- Execução e transparência exitosa de recursos em ações contra a COVID-19;
- Publicação de normativos contábeis para fins de se buscar a devida confiabilidade da informação contábil, sendo: 10 Comunicados Contábeis, 02 Orientações Técnicas Contábeis, 02 Notas Técnicas Contábeis, os quais auxiliaram, cada qual a sua medida, na melhoria do atendimento dos prazos legais, na confiabilidade do Novo SIAF e do resultado contábil do ente. Foram realizadas transmissões áudio visuais (lives), treinamentos presenciais e cursos, com temáticas de fundamental importância para a transparência, eficiência e integridade contábil, e não foram medidos esforços para

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

capacitar todos os servidores atuantes nos Núcleos Fazendários Setoriais - NFS e congêneres que buscaram esclarecer dúvidas e entendimentos equívocos à correta aplicação de cursos;

- Notas Explicativas: realizada análise com objetivo de verificar se as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Paraná, atenderam às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª edição) referente ao exercício de 2023;
- Aproximadamente 90% das unidades contábeis do Estado enviaram as Notas Explicativas, em cumprimento ao art. 4º da Resolução n.º 869 de 2019 – SEFA, onde se efetua análise das mesmas, com objetivo de verificar se as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Paraná, atenderam às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª edição) referente ao exercício de 2022;
- Projeto de Implantação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC-PR) - o sistema contemplará a realização das escriturações contábeis com fins de emissão dos relatórios de demonstrações contábeis, para tomada de decisão estratégica no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com as legislações Federais e Estaduais vigentes e atendendo o Decreto n.º 10.540, de 05 de novembro de 2020. Em 2023, foram feitas configurações e parametrizações da solução básica em estágio avançado para a implantação do novo SIAFIC, no exercício de 2024. Foram realizados treinamentos de formação em SIAFIC para servidores das unidades da Administração Direta e Indireta, funcionários e equipe do projeto da Secretaria da Fazenda. A LOA de 2024 já foi implantada no SIAFIC para sua execução em 2024. As rotinas que possibilitam a execução do SIAFIC foram testadas, e, em alguns casos, sofreram os ajustes necessários buscando seu pleno funcionamento;
- Continuidade da comissão para implementação uníssona da Portaria da STN n.º 548, de 24 setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, sob a presidência da Contabilidade-Geral do Estado;
- Importante destacar que houve diversas ações decorrentes da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - IN RFB n.º 2.145, de 27 de junho de 2023, que atualizou a IN RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, no que se refere à retenção do Imposto sobre a Renda - IR oriunda dos pagamentos realizados pelos órgãos e entidades da Administração Estadual. Tais ações ensejaram a publicação de Ofícios Circulares desta Secretaria, bem como no atendimento personalizado por intermédio dos meios de comunicação, como e-Protocolo, e-mail e telefone, bem como culminou na criação do Grupo de Trabalho - GT que elaborou um manual técnico, a ser publicado em breve, e que versa sobre o tratamento e as contabilizações referentes às referidas retenções.

Todas essas ações realizadas pela Diretoria de Contabilidade Geral têm como objetivo primordial a melhoria na qualidade da informação contábil. Essa incansável iniciativa não apenas visa subsidiar as decisões dos gestores públicos, mas também almeja proporcionar informações de alta qualidade à população paranaense.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

17.1.5 Assessoria de Assuntos Econômicos-Tributários (AAET)

Por meio da AAET, a SEFA concentrou esforços no trabalho de acompanhamento e participação em reuniões de técnicos e de Secretários de Fazenda no âmbito do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária - e no COMSEFAZ - Comitê Nacional de Secretários de Fazenda - para estudos e elaboração de propostas durante o processo de discussão da reforma tributária, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, auxiliando na tomada de decisões.

Em parceria com as Secretarias do Planejamento e da Indústria, Comércio e Serviços do Paraná, a AAET vem exercendo papel fundamental nos estudos para viabilizar incentivos fiscais e estimular investimentos em infraestrutura adequada para a diversificação da matriz energética do estado, fator essencial para o desenvolvimento da cadeia energética do gás natural a partir do biogás ou biometano gerado por usinas de biomassa das indústrias paranaenses.

A iniciativa também visa promover e impulsionar o desenvolvimento da energia renovável e sustentável no Estado do Paraná. Também busca fomentar a pesquisa e inovação, facilitando a integração entre instituições de pesquisa, empresas e órgãos governamentais para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções em energia renovável.

Estudos estão sendo realizados para as normatizações necessárias, sendo que um dos principais objetivos é promover o desenvolvimento econômico e social sustentáveis, e assim auxiliar que o estado do Paraná consiga reduzir as emissões de gases poluentes e mitigar os impactos ambientais causados pela produção e uso de energia.

17.1.6 Repasses de Recursos aos Municípios

Até a última semana de novembro de 2023, foram transferidos aos municípios o montante líquido de R$ 11 bilhões, sendo que do valor bruto foi deduzida a cota parte destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

No que se refere ao Índice de Participação dos Municípios (IPM), foram implementadas algumas melhorias no sistema de cálculo do IPM para o exercício de 2024 (ano-base 2022), com destaques para: a) intervenções no ambiente mainframe para contemplar as alterações da Lei Complementar n.º 249, de 23 de agosto de 2022; b) aprimoramento da seleção de produto primário quando a operação for efetuada por produtor rural; c) melhoria da visualização e do fornecimento de informações dos Relatórios de Resumo de Cálculo, disponíveis aos municípios na SEFANET; d) emissão de Relatórios IPM em formato .csv, o que facilita a exportação de dados e sua usabilidade.

Ademais, no ano de 2023, foi o primeiro ano de vigência e aplicação da Lei Complementar n.º 249, de 23 de agosto de 2022, a qual reduziu o peso do critério do Valor Adicionado Fiscal - VAF de 75% para 65%, abrindo espaço para a inserção do critério “Educação”, no peso mínimo previsto de 10%. Ressalta-se, no entanto, que cabe à legislação ordinária estadual regulamentar sobre os “indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos”, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação - SEED, o que foi feito por meio da Lei Estadual n.º 21.359, de 05 de janeiro de 2023.

Ainda, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO II, o setor trabalhou junto à Assessoria de Modernização Fazendária, Assessoria de Tecnologia de Informação e Comunicação e CELEPAR, com o objetivo de desenvolver Novo Sistema do IPM (PE-0045-2021),

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

baseado majoritariamente na Escrituração Fiscal Digital - EFD. Nesse ponto, houve uma mudança de paradigma no projeto em virtude da Reforma Tributária, a qual, por ora, não possuirá o VAF como critério de rateio e, portanto, abandonou-se a ideia de se utilizar majoritariamente os DF-e.

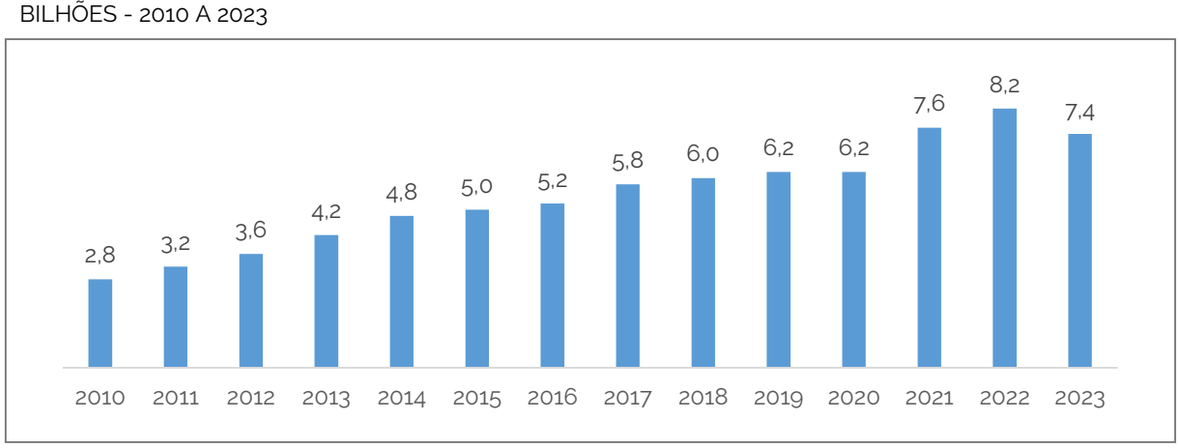
Além dos pontos acima elencados, também é fundamental ressaltar as melhorias que estão sendo implementadas para garantir maior transparência ao processo de apuração e elaboração do Índice, como a atualização constante de todo o material Assessoria de Assuntos Econômico-Tributários disponível no Portal da SEFA/PR (https://www.fazenda.pr.gov.br/), acessível mediante o seguinte caminho: "Serviços para você! > MUNICÍPIO > ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM";

Podemos elencar avanços quanto às diversas decisões judiciais por meio do trânsito em julgado e outras aguardando decisões e em vias recursais, porém, o ponto de destaque é o mapeamento, monitoramento e a atuação técnica tempestiva junto à PGE-PR dessas decisões.

Outrossim, em mais um ano, o trabalho de auditoria do IPM se mostrou muito efetivo, posto que houve uma alteração de cerca de R$ 10,5 bilhões no VAF do estado, o que representa 2,03%, tendo-se um resultado quantitativo de alteração no montante aproximado de R$ 143,5 milhões.

Os repasses de ICMS efetuados pela SEFA aos 399 municípios paranaenses apresentou crescimento em 2022, o qual se manteve neste exercício de 2023, apesar dos efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, e das LC n.º 192, de 11 de março de 2022 e LC n.º 194, de 23 de junho de 2022, conforme demonstra o quadro a seguir:

GRÁFICO 1 – REPASSE LÍQUIDO DE ICMS AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, VALORES NOMINAIS EM R$ BILHÕES - 2010 A 2023



FONTE:: Trabalhado a partir dos dados do repasse do governo estadual aos municípios. Disponível em: http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/4/100;jsessionid=wk5XVklZq9DDY4k6w_ojx9HyPUxjdmzKanWCgQ-.ssecs75004?origem=3

17.1.7 Programa Paraná Competitivo

O Programa Paraná Competitivo vem proporcionando a atração de vários investimentos e novos negócios para o Estado do Paraná. Em 2023, até outubro, foram deferidos pedidos de enquadramento no programa de 67 empresas, cujos projetos de investimentos chegam a R$ 7,26 bilhões, com a expectativa de geração de 19.334 novos empregos. Ainda há 50 projetos em análise, com potencial de investimentos e geração de empregos de R$ 5,63 bilhões e 3.530 empregos diretos. É importante ressaltar que esses investimentos também têm impacto na geração de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

empregos e contratos indiretos nas regiões onde as empresas estão localizadas. Essa dinâmica contribui para impulsionar a economia local e fortalecer o desenvolvimento regional do Paraná.

Destaca-se, no ano de 2023, a ampliação dos incentivos proporcionados pelo programa, relativos à concessão do tratamento diferenciado de transferências de créditos de ICMS acumulados na "conta investimento", das cooperativas e empresas integradoras paranaenses, como contrapartida à construção tanto de usinas de energia renováveis (biomassa e fotovoltaicas), quanto de silos metálicos de armazenagem de grãos, estes últimos com o intuito de solucionar o expressivo déficit da capacidade estática de armazenagem de grãos no território paranaense, causado pela elevada safra de grãos 2022/2023 e simultaneamente agravado pela limitação do tráfego nas rodovias estaduais devido às fortes chuvas ocorridas no mesmo período.

A adesão das cooperativas foi de aproximadamente R$ 413 milhões em investimentos, para construção de 63 silos metálicos, que ampliarão a capacidade estática de armazenagem no Estado em 434.727 toneladas de grãos, e também, para construção de 82 usinas de energia fotovoltaica, com capacidade total estimada de geração de energia de 5,825 Megawatts.

Outro fato importante foi o elevado número de projetos sociais implementados com recursos de reinvestimentos de empresas enquadradas no Programa Paraná Competitivo, em conformidade com os programas gerenciais do Estado. Neste exercício, a previsão é de sejam alcançados 13 Termos de Reinvestimentos assinados, que representam aportes de sete empresas, num montante de aproximadamente R$ 29 milhões em importantes projetos nas áreas do desenvolvimento social e da família, do trabalho, qualificação e renda, do esporte, da saúde, e da cultura. Dentre os projetos implementados destacam-se o "Carretas do Conhecimento" e o "Bora Paraná", que têm por objetivo a oferta de cursos profissionalizantes, por meio de unidades móveis do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-PR, bem como o "Cinema na Praça" e o "Crianças no Teatro", que têm por objetivo oportunizar às comunidades e crianças dos municípios sem acesso a bens culturais, as experiências desses entretenimentos, buscando promover formas de acesso, inclusão social e formação de plateia.

Acrescenta-se, no âmbito do Programa Paraná Competitivo, a publicidade no Portal de Transparência do Estado, dos dados relativos aos incentivos fiscais concedidos desde 2018, respeitadas a observância do sigilo fiscal expressamente consignado no Código Tributário Nacional.

17.1.8 PROFISCO e Modernização Fazendária

O PROFISCO II PR - Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná, com contrato de financiamento assinado em 30/09/2020 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, realizou no exercício de 2023, terceiro ano de execução, a segunda missão de supervisão, contemplando a avaliação e planejamento das aquisições e da execução dos projetos, inclusive dos produtos obrigatórios, e constatou que a execução do cronograma físico-financeiro está adequada ao planejamento do contrato de financiamento.

- Contratações no âmbito do PROFISCO II: Foram executadas 40 novas contratações, resultando num total acumulado de 99 contratações até novembro/2023, com vigências desde 2021 até 2025, prazo final do contrato de financiamento, resultando em um valor contratado de R$ 204 milhões, ou US$ 41 milhões, o que equivale a 75% do total do financiamento. Desses contratos, cabe destacar que 73 deles foram concluídos, 26 estão em execução e outros cinco estão com os processos licitatórios iniciados, devendo ser contratados no primeiro semestre de 2024. Acumuladamente,

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

o PROFISCO II contratou, executou e pagou 50% do programa. Os contratos assinados totalizam 75% do programa, restando 22 meses para a conclusão do contrato de financiamento;

- Planejamento Estratégico: Com o objetivo de iniciar a implantação de uma metodologia de Gestão por Resultados na Secretaria, foi realizado um projeto piloto utilizando OKR (*Objectives and Key Results*) na Receita Estadual do Paraná - REPR. O OKR é uma abordagem colaborativa usada na definição e no acompanhamento de metas de organizações, equipes e indivíduos e tem contribuído com os resultados dos órgãos públicos;
- Realização da terceira Reunião de Análise da Estratégica (RAE), envolvendo todas as diretorias e contemplando a análise dos objetivos e dos projetos estratégicos, em linha com a modelo de Gestão Integrada que engloba Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Processos e Gestão de Riscos. Nesta RAE o foco foi a Gestão por Resultados e o estabelecimento dos 14 OKRs e os mais de 40 resultados-chave que a secretaria planeja alcançar em 2024;
- Gestão de Riscos: desenvolvido o Sistema de Gestão de Riscos, a criação e institucionalização de uma política de Gestão de Riscos, a criação do Comitê de Gestão de Riscos, estabelecimento dos riscos estratégicos, levantamento dos planos de controle, monitoramento e acompanhamento dos riscos, reuniões bimestrais do comitê para deliberações, um *workshop* de levantamento dos riscos e de controles;
- Gestão de Projetos: Foi realizada nova contratação de empresa de consultoria, visando suporte da solução de Sistema de Gestão de Portfólio e Projetos da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, agora com o foco da migração da solução para ambiente em nuvem, o que irá trazer uma série de melhorias e novas funcionalidades de Gestão. Também, durante o ano, os servidores vinculados a AMF – Assessoria de Modernização Fazendária, foram treinados pela FGV em Gestão Ágil de Projetos melhorando a capacidade da equipe em contribuir com os projetos de modernização fazendária;
- Modernização dos Processos Fazendários em finalização: no mês de maio, do projeto de Implementação da Gestão por Processos por meio da contratação de consultoria. Foram mapeados mais de 141 processos de trabalho; elaboração de 25 manuais (Procedimento Operativo Padrão) de trabalho, estando disponíveis no site da AMF; foi estruturado o Escritório de Processos visando a continuidade da gestão por processos na SEFA; foram automatizadas cinco atividades nos processos mapeados utilizando ferramentas de RPA. Além disso, foi contratada a realização de um workshop para fomentar a automação de processos, por meio de protótipos nos processos de negócio da secretaria. Também, com o objetivo de contribuir com a transformação dos processos e com a gestão orientada a dados, cinco servidores da AMF iniciaram um MBA em Ciência de Dados ministrado pela USP/ESALQ.

17.1.9 Nota Paraná e Paraná *Pay*

O Programa Nota Paraná distribuiu no ano de 2023, mais de R$ 300 milhões em retorno do ICMS, um crescimento de aproximadamente 120% em relação ao ano anterior, tendo entregue mais de R$ 50 milhões em prêmios para contribuintes e entidades sociais, além de mais de R$ 9 milhões em prêmios no âmbito do Programa Paraná *Pay*;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O programa passou a contar, a partir de setembro de 2023, com a função de doação automática de notas fiscais a entidades à escolha do cidadão, atendendo à Lei n.º 21.216, de 31 de agosto de 2022, proposta para facilitar o recebimento de créditos pelas instituições, além de reduzir a digitação manual das notas fiscais pelas entidades.

O Nota Paraná alcançou, em novembro de 2023, a marca de R$ 3 bilhões devolvidos aos consumidores que solicitaram CPF nas notas fiscais em compras realizadas no Estado (desde agosto de 2015). Do montante, mais de R$ 2,61 bilhões correspondem à devolução de créditos do ICMS e R$ 371,9 milhões foram destinados aos prêmios dos sorteios mensais.

17.1.10 Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Por meio da Assessoria de Tecnologia da lnformação e da Comunicação (ATIC), a SEFA faz a gestão e fiscalização do Contrato n.º 5.154 de 2021 firmado entre SEFA e CELEPAR, que contempla mais de 35 serviços com ampla abrangência, desde a infraestrutura básica de tecnologia da informação até o desenvolvimento e manutenção dos sistemas utilizados pelos servidores do Estado, contribuintes e o cidadão. Este contrato inclui definições de novos parâmetros de boas práticas de governança, permitindo maior transparência e gestão dos serviços contratados, além de amparar as ações necessárias para o apoio e desenvolvimento dos projetos previstos no PROFISCO II. Dentre as ações, estão:

- Gestão e fiscalização junto a uma nova prestadora de serviços para viabilizar a sustentação do contrato do Sistema lntegrado de Gestão Tributaria (SGT). Este sistema atende aos principais processos de negócio do ciclo de vida do IPVA e ITCMD e permite maior integração, com ampliação dos serviços prestados aos cidadãos, de maneira *online* e incorporando a visão 360˚ do contribuinte, facilitando a pesquisa das transações com a SEFA e ampliando a acessibilidade aos serviços;
- Gerenciamento do desenvolvimento de uma ferramenta de Gestão lntegrada de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil (SIAFIC) cuja implantação está prevista para janeiro de 2024 e com um piloto iniciado em janeiro de 2023;
- Contratação e gestão dos contratos de infraestrutura e projetos da SEFA e REPR, sendo: Aconselhamentos do *Gartner*, Servidores HPE, Servidores Lenovo, *Software* Oracle, Fitoteca IBM, *Software* IBM, Oracle ZFS, *Software* AG, Oracle PSRM, *Suite* Adobe *Creative Cloud*, *Hardware Superdome* X, 3PAR, *Switches* e licenciamento VMware OEM, SERPRO lnfoconv-WS, Certificado Digital lnfoconv-WS, *Software* Red Hat, SUSE Linux *Enterprise Server*, *Trovale* Solução de Análise de Vínculos, Solução b-cadastros (SERPRO), Oracle *Exadata*, suporte do ambiente do Datacenter da SEFA, Virtual Tl, aquisição e instalação/substituição de estação de trabalho em todas as unidades da SEFA e Receita Estadual, Projeto de Gestão de Competência e Conhecimento, aquisição e distribuição de 302 notebooks para todas as unidades;
- Contratação e concretização das aquisições de soluções: Vídeo Wall para sala de situação da lnspetoria Geral de Fiscalização, Equipamentos para Sala de Conferencia do 17º andar da SEFA, continuidade do Projeto de Renovação, atualização e modernização das redes de acesso da Receita Estadual e SEFA/PR;
- Início do projeto de desenvolvimento da Solução de tecnologia em nuvem, no modelo Saas, para gerenciamento de serviços empresariais (ESM) e serviços de TIC (ITSM);

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Assessoramento de TI nos projetos: PRPV, GRU-única, Dívida Pública, *WhatsApp* Cidadão, Portal de Malhas, SIAFIC, lntegração CADIN, Estabilização Novo SIAF, lntegração EFD-REINF, REDESIM, Sistemática, CONFIA PR;
- Planejamento e desenvolvimento do Projeto Transformação do Modelo Estratégico e Operacional de TI da SEFA, cujo objetivo é estabelecer as bases e os requisitos iniciais para a implantação do Modelo Estratégico e Operacional e o Plano Diretor de TI, visando a modernização da infraestrutura de TI e a transformação digital da gestão fazendária estadual;
- Criação do Comitê Permanente de Transformação Digital (CPTD), órgão consultivo e deliberativo dos assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação, e constituir o Comitê de Governança Digital (CGD), em caráter temporário, responsáveis por coordenar e conduzir a implantação do Plano de Transformação do Modelo Estratégico e Operacional de Tecnologia da Informação - TI da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

17.1.11 Comunicação Institucional

- Fortalecimento da comunicação interna da secretaria com a divulgação de ações locais como operações das Delegacias Regionais da Receita Estadual, bem como de outros setores da secretaria. Ainda no âmbito da comunicação interna, foi criado o "Isso é SEFA Paraná" um *podcast* publicado nas redes sociais e intranet com entrevistas exclusivas com servidores e destaques com as principais realizações da pasta;
- Criação do informativo destaque para as redes sociais SABE DA ÚLTIMA que destaca as principais notícias dos últimos 15 dias;
- Elaboração de um novo grupo no *WhatsApp* dedicado a todos os servidores, terceirizados, residentes e estagiários. O objetivo é tornar o acesso às notícias mais fácil e manter todos informados sobre as últimas atualizações relacionadas ao ambiente de trabalho;
- Produção de uma cartilha abordando os pontos-chave da proposta de reforma tributária que tramitou no Congresso Nacional, quando a PEC ainda estava em fase de votação na Câmara dos Deputados;
- Aumento do engajamento das redes sociais com as transmissões dos sorteios do Nota Paraná pela Página no *Facebook* e *Instagram* da SEFA. Especificamente no mês de novembro, realizamos uma edição especial do sorteio do Programa Nota Paraná nos estúdios do Canal da Música, localizados em Curitiba, com transmissão pelos canais oficiais do Governo do Estado;
- Divulgação da medalha do mérito fazendário, uma Outorga do Mérito Fazendário, com ênfase no equilíbrio das finanças públicas, para o desenvolvimento econômico e social, em âmbito municipal, estadual ou nacional;
- Ações em Andamento: Elaboração da Campanha do IPVA 2023 com a novidade da opção de pagamento via PIX e a possibilidade de pagar em até 12x no cartão de crédito;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Divulgação das ações do PROFISCO II e a elaboração do evento da Semana de Transparência Fazendária, bem como um balanço das realizações ao longo desses 4 anos de gestão;
- Desenvolvimento de pesquisa pública sobre o Nota Paraná e Educação Fiscal para nova campanha do Nota Paraná.

17.1.12 Escola Fazendária do Paraná (EFAZ)

- Execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento da SEFA, com realização de capacitações desenvolvidas por interações síncronas, utilizando sistemas de videoconferência, com alcance de 1.661 servidores;
- Realização de eventos online, como a IV Semana da Conscientização Tributária e a XXIV edição do Seminário Paranaense de Educação Fiscal, atendendo o disposto na Lei n.º 19.862, de 06 de junho de 2019, sob o tema "Controle Social e Reforma Tributária: E eu com isso?", com total de 2.500 visualizações no *YouTube*;
- Ampliação do conteúdo disponível no *YouTube* da EFAZ, alcançando 17.500 visualizações no ano de 2023, com 8.200 horas de tempo de exibição;
- Continuidade de ações, capacitações e desenvolvimento de projetos do Programa de Educação Fiscal nas Escolas, com o objetivo de promover e institucionalizar a Educação Fiscal nos ambientes escolares para o exercício da cidadania, visando a constante colaboração entre Estado e cidadão.

17.2 RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ (REPR)

A REPR é um órgão de Regime Especial, conforme especificado no artigo 113 da Lei n.º 8.485, de 3 de junho de 1987, cuja denominação foi alterada para Receita Estadual do Paraná (REPR), conforme especificado no artigo 91 da Lei n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, integrante da estrutura organizacional básica da SEFA, nos termos do Decreto n.º 5.233, de 05 de outubro de 2016 e alterações introduzidas pelos Decretos n.º 6.905, de 17 de maio de 2017, 9.112, de 26 de março de 2018 e 10.216, de 27 de junho de 2018.

Sua estrutura é composta por um nível direção e assessoramento, a Administração Central da REPR, e em nível de execução, por Delegacias Regionais da Receita, Delegacia de Julgamento e Delegacia de Contribuintes Localizados em outros Estados.

17.2.1 Gestão Tributária

A Receita Estadual obteve expressivos resultados nas suas áreas de atuação, graças ao esforço e comprometimento de suas equipes na execução de ações proativas em busca pela excelência dos serviços e melhoria da gestão tributária.

Em 2023, a atual gestão do órgão continuou priorizando a execução dos projetos de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO II), amplo processo de modernização que vem sendo executado pela pasta desde 2019, pautado na construção de uma nova administração tributária, ágil e eficiente, com foco na simplificação e facilitação do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

cumprimento das obrigações tributárias e na transformação digital dos serviços oferecidos ao contribuinte, sem prejuízo das ações de cobrança e fiscalização, com foco estratégico sobre devedores contumazes, omissão de declarações de impostos e combate à sonegação por setores econômicos.

Estas medidas contribuíram sobremaneira para a obtenção de resultados expressivos em relação à arrecadação tributária, que alcançou, no ano de 2023, em valores nominais, o montante de R$ 51,3 bilhões, considerando estimativas de novembro e dezembro de 2023, resultado que corresponde a um crescimento nominal de 4,5% em relação a 2022. Este cenário compensou toda a variação inflacionária, mesmo diante do ambiente econômico e jurídico instável, com redução significativa na arrecadação do ICMS relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, em função das alterações promovidas pelo Governo Federal nas alíquotas destes produtos.

Destaques para as medidas de desburocratização, vetor de simplificação e melhorias no ambiente de negócios no estado, com: lançamento do Aplicativo Receita Paraná, disponibilizando serviços facilitados de IPVA e CADIN para o cidadão; redução do tempo médio de espera do Call Center da Receita, de 5 minutos em 2022 para 2 minutos em 2023; conclusão do Projeto GRPR Única, possibilitando o recolhimento de recursos públicos de outras secretarias e órgãos estaduais; credenciamento de novas empresas prestadoras de serviços online de pagamentos para quitação de débitos do IPVA com o uso de cartão de crédito; concessão de inscrição estadual para contribuinte enquadrado no MEI; derrubada de sites falsos na internet, que induziam os cidadãos a recolherem tributos por meio de boletos ilegítimos; liberação dos módulos "Relatório de Produtor Rural", "Relatório Meios de Pagamento" e "Relatório Melhor Compra" no Portal dos Municípios.

Ainda, obteve-se expressivos resultados nas ações de cobrança e fiscalização, configurando lançamentos de ofício da ordem de R$ 1,7 bilhão, projetos de autorregularização com valor estimado de recuperação de R$ 177 milhões, e notificações a devedores contumazes com potencial de regularização de R$ 118 milhões.

Somando-se a isso, a Receita está contratando empresa para implementar o Projeto Confia Paraná, com o objetivo de deixar o Estado na vanguarda de conformidade tributária, revolucionando o relacionamento entre Contribuinte/Fisco e criando um tratamento diferenciado para os bons contribuintes, com incentivo à autorregularização.

17.2.2 Fiscalização

No âmbito das ações de fiscalização tributária, destacaram-se:

- Coordenação das atividades de fiscalização e auditorias fiscais, encerramento da 8ª Programação Fiscal e elaboração e acompanhamento da 8ª Programação, com montante de lançamento de ofício na ordem de R$ 1,7 bilhão;
- Elaboração do Plano Anual de Trabalho, aprovado pela Direção da Receita Estadual e pelo Secretário da Fazenda, contemplando projetos de autorregularização em vários segmentos, com base nos levantamentos de malhas fiscais, destacando-se os projetos específicos de fiscalização a seguir: a) Setor de Autopeças, no valor estimado de R$ 100 milhões de imposto a recuperar; b) Setor de Bebidas Quentes, no valor estimado de R$ 42 milhões; c) Setor de Fármacos, no valor estimado de R$ 35 milhões; d) Declaração de Informações de Meios de Pagamentos (DIMP), a ser registrada no Portal de Malhas; e) ICMS-ST destacado e não recolhido por contribuintes não inscritos, a ser também registrado no Portal de Malhas;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Projetos de Fiscalização: a) Cobrança de Complemento ADRC-ST, estimado em R$ 50 milhões; b) Fiscalização com base na ECD – fase II, com autuações na ordem de R$ 135 milhões; c) Análise Fiscal da CFOP 5.929, com valor estimado R$ 38 milhões; d) Projeto Supermercados e desdobramentos, com valor estimado de R$ 250 milhões; e) Auditoria em Empresas Interdependentes, com valor estimado de 175 milhões;
- Agenda Fiscal das delegacias regionais: a) Autos de Infração lavrados decorrentes de fiscalizações de auditorias fiscais nas Delegacias Regionais da Receita (DRRs) - lavrados 636 Autos de Infração no valor aproximado de R$ 1,2 bilhão; b) fiscalizações de mercadorias em trânsito através de operações volantes e de carga e descarga, realizadas pelas DRRs - lavrados 2.101 Autos de Infração no valor aproximado de R$ 26,3 milhões;
- Outros: a) Utilização massiva do Sistema de Monitoramento Fiscal de Emissores – SiMFE – identificação e bloqueio do sistema emissor de documentos fiscais eletrônicos de 1.432 empresas Noteiras; b) SISCRED - analisados 101 processos, com créditos habilitados na ordem de R$ 1,2 bilhão;
- Projeto CONFIA PARANÁ: projeto de vanguarda de conformidade tributária, que irá revolucionar o relacionamento entre Contribuinte/Fisco, criando um tratamento diferenciado para os bons contribuintes, com incentivo à autorregularização.

17.2.3 Tributação

Nas ações de assessoramento da construção da política tributária paranaense, destacaram-se:

- Gestão do Projeto Processo Administrativo Fiscal Eletrônico (e-PAF) com o lançamento no sistema e-paf da lavratura de autos de infração decorrentes de ITCMD, de fiscalização volante e o aperfeiçoamento do sistema e-paf com a implementação de 13 releases até o momento, incluindo a disponibilização de consultas não sigilosas no Portal Público;
- Visando aperfeiçoar a publicidade, a usabilidade e os processos de manutenção da Base de Legislação Tributária Estadual, iniciou-se o projeto para aquisição de uma plataforma estruturada e automatizada para a gestão da Base, que permita a disponibilidade dos documentos em ambiente web. A nova ferramenta para gestão da base de dados da legislação tributária, prevê uma plataforma unificada de sistematização para as consultas internas e externas;
- Início da elaboração do novo Regulamento do ICMS, contendo as atualizações ocorridas na legislação, revisão textual, melhoria na redação, modernização dos dispositivos para a realidade dos documentos fiscais eletrônicos;
- Prorrogação de diversos tratamentos tributários diferenciados.

17.2.4 Arrecadação

Na área que centraliza a gestão dos sistemas de declaração de impostos e recolhimento de valores ao Estado, destacaram-se:

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Em parceria com a SEFA, foi concluído o Projeto GRPR Única, que consiste na implementação nos sistemas de gestão e arrecadação tributária, especificamente na GRPR, para possibilitar o acolhimento de recursos públicos de outras secretarias e órgãos estaduais, estabelecido na premissa de implantar a Guia Única do Estado, art. 38 da Lei 18.468, de 29 de abril de 2015;
- Integração, no âmbito do projeto da Projeto GRPR Única, com o SIAFICPR - Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Paraná - novo sistema Contábil e Financeiro do Estado do Paraná;
- Implementação no âmbito do projeto da Nova Sistemática de Arrecadação de novas ferramentas e processos de controle dos recursos arrecadados, proporcionando maior segurança e agilidade no dia a dia do Setor;
- Em parceria com os Gestores Nacional GNRE e os Correios, iniciou o recolhimento de ICMS de importação relativo ao Programa Remessa Conforme (PRC);
- Credenciamento de novas empresas prestadoras de serviços online de pagamentos para quitação de débitos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA com o uso de cartão de crédito;
- Ações de combate aos golpistas que falsificavam sites na internet, copiando o layout oficial do Estado, para induzir as pessoas a pagar boletos falsos dos Tributos Paranaense;
- Implementação no âmbito do projeto da Nova Sistemática de Arrecadação um Novo Portal de Pagamento de Tributos com uma interface amigável - clareza nas informações, segurança no acesso e uma interface mais amigável e parametrizável - permite implementar novas receitas voltados para a entrada de recursos extraordinários ou não recorrentes, como taxas e devoluções a serem restituídas aos cofres públicos;
- Reuniões com o DETRAN/PR para alinhamentos de novos processos, visando apropriação do pagamento de IPVA e a obtenção do CRLV de forma instantânea;
- Auditoria em concessões de isenções de IPVA, a fim de identificar possíveis fraudes neste procedimento, no período de 2021 e 2023;
- Projeto auditoria de IPVA em empresas locadoras de veículos - objetivando a identificação de fraudes na concessão de alíquota de 1% para essas empresas;
- Alinhamentos relativos a Convênio que será firmado entre DETRAN/PR a SEFA, para que o Departamento Médico daquela autarquia faça a avaliação dos aspirantes a benefícios tributários que dependam de laudos médicos, inclusive quando não condutores, bem como a automação da concessão de isenções de IPVA para PCDs;
- Integração com a Redesim para recebimento de informações de enquadramento/desenquadramento de contribuintes enquadrados no Simples Nacional e no MEI;
- Entregues as estimativas de valores dos imóveis urbanos para os municípios do Paraná, fase de ajustes no modelo estatístico utilizado pelo FIPE e pré-implantação por parte de REPR. Projeto de modernização da avaliação de bens imóveis para fins de incidência do ITCMD - a partir da contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de estudo para o desenvolvimento e aplicação de metodologia para a estimação de valores de referência de imóveis urbanos nos 399 municípios do Estado do Paraná, que servirão de referência ao contribuinte no momento de preenchimento da Declaração do ITCMD;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Projeto Doações RFB 2022, fatos geradores 2018 - em fase de autuação dos casos remanescentes;
- Projeto Doações RFB 2023, fatos geradores 2019 e 2020 - em fase de processamento de informações com o banco de dados da REPR;
- Fase de piloto do Convênio REPR/TJ-PR em andamento - Fase 1 - processos de arrolamento sumário (art. 659, § 2º, CPC) - integração PROJUDI e banco de dados da REPR já implantada. Ajustes finais para ampliação em nível Estadual.

17.2.5 Cobrança

No âmbito da cobrança administrativa tributária, destacaram-se:

- Execução da 7ª fase da notificação e inclusão de empresas no regime especial de Devedores Contumazes, considerando créditos de EFD relativas ao exercício 2022 - foram notificadas 23 empresas, com potencial de regularização de R$ 118 milhões, montante total dos débitos inscritos em dívida ativa das empresas notificadas. No momento, o Grupo Gestor Devedores Contumazes encontra-se na fase de contato com as empresas notificadas, diligências e análise das medidas a serem aplicadas no caso de não regularização das pendências;
- Participação em reuniões do Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA) - formado pela Coordenação da Receita do Estado e pela Procuradoria-Geral do Estado, de 20 grupos empresariais com histórico de dívida ativa de grande montante. Até 31/10/2023, os recolhimentos de débitos pendentes das empresas acompanhadas atingiram um montante de R$ 14 milhões;
- Participação em reuniões do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) - comitê formado entre Secretaria de Estado da Fazenda, Ministério Público do Paraná e Procuradoria-Geral do Estado. O Grupo Operacional realizou oito reuniões ordinárias de trabalho no período de janeiro a outubro de 2023, destacando-se a criação de uma força tarefa, conforme Ofício n.º 002/2023 – CIRA-PR, para atuação em dois cases envolvendo diversas empresas que se utilizam de esquemas fraudulentos para suprimir o pagamento do ICMS. Além disso, 20 grupos econômicos são objeto de análise, acompanhamento e atuação conjunta das três instituições, tendo sido recolhido, a título de débitos em atraso, o montante de R$ 9,1 milhões;
- Atuação, em conjunto com a PGE, em estudos de casos de grandes devedores, que, utilizando-se ilicitamente de grupos econômicos e sucessão empresarial, visam ocultar patrimônio em detrimento da quitação de dívidas tributárias;
- Elaboração minuta de Decreto, ajustes de sistemas, implementação e gestão do Parcelamento DeSTDA, Decreto n.º 2.218, de 25 de maio de 2023, que resultou no parcelamento de R$ 25,6 milhões em débitos decorrentes de DeSTDA, em especial referentes ao Decreto n.º 442, de 06 de fevereiro de 2015, tendo sido recolhidos aos cofres públicos, até o momento, R$ 6,3 milhões;
- Acompanhamento do projeto Novo Modelo de Gestão de Cobrança, vinculado ao PROFISCO II.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

17.2.6 Tecnologia e Inteligência Fiscal

No âmbito da área responsável pelo "Fisco orientado a dados", em iniciativas conjuntas com os demais setores da Receita, destacam-se:

- Alavancagem da capacidade analítica do auditor fiscal (Iniciativa 02.01 PE SEFA), por meio de programas de treinamentos e mentoria; ampliação da disponibilização de dados internos e externos (Iniciativa 02.02 PE SEFA), seja na base de dados analítica *Data Warehouse* ou na camada de acesso *Business Intelligence*, para visualização e análise de dados; garantia da sustentação e modernização do *analytics*, hardware, *softwares* e serviços (Iniciativa 02.03 PE SEFA);
- Implementação da ciência de dados para melhorar a eficiência dos processos (Iniciativa 02.04 PE SEFA);
- Disponibilizados produtos de acompanhamento e monitoramento de indicadores corporativos (Monitoramento Setorial e SEFA 360);
- Projetada e construída arquitetura de identificação de empresas emissoras de notas frias, com bloqueio automatizado de emissão de documentos fiscais para contribuintes do Simples Nacional (SiMFE-SN);
- Projetada e construída arquitetura de pós validação de EFD, visando análise detalhada dos dados escriturados com foco no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Projetada e construída arquitetura de pós validação de ADRC-ST, visando análise detalhada dos dados de ressarcimento de imposto de produtos sujeitos a ST, com foco em automação de processos institucionais;
- Desenvolvido módulo de "Relatório de Produtor Rural" e "Relatório Meios de Pagamento" para o Portal dos Municípios.

17.2.7 Relacionamento com o Contribuinte

- Lançamento do aplicativo Receita Paraná – Serviços rápidos em janeiro de 2023, com disponibilização de serviços facilitados para o cidadão com relação ao IPVA e CADIN;
- Ações de gerenciamento do serviço do *Call Center*, com redução no Tempo Médio de Espera de 5:35 minutos em 2022 para 2:20 minutos em 2023;
- Ações que resultaram na melhora da Pesquisa de Satisfação do canal Fale Conosco. A Satisfação aumentou de uma média de 69% no 1º semestre de 2023 para 77% no 2º semestre de 2023;
- Trabalho em conjunto com a ATIC em Comissão para implantação da ferramenta de *WhatsApp* para o atendimento/serviços ao cidadão.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

18. SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (SEIC)

A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SEIC) foi criada em 01 de janeiro de 2023, pela lei estadual n.º 21.352, sendo o órgão finalístico que formula políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento produtivo integrado, além de estratégias para incentivar o crescimento econômico. Também coordena as ações de governo relativas aos interesses do Estado do Paraná no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e em outros países, realiza a prospecção de investimentos em setores prioritários, promove a produtividade, a competitividade e a qualidade dos produtos locais, interage com órgãos federais para a obtenção de financiamento de projetos estratégicos, planeja, desenvolve, incentiva e fomenta ações para a promoção do desenvolvimento econômico estadual, além de executar os serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e da política nacional de Metrologia e Avaliação da Conformidade dos Produtos e Serviços.

O Objetivo geral da secretaria é fazer com que o Paraná tenha o melhor ambiente de negócios do Brasil, com participação ativa do Poder Público Estadual e parcerias com os agentes sociais de desenvolvimento econômico, sendo reconhecido como a melhor região para investimento privado da América Latina. A SEIC tem como missão: Executar os programas estruturantes deste plano de trabalho com a máxima eficiência de gestão, criando pontes com o poder público, entidades auxiliares e parceiros privados, simplificando processos e dando a máxima atenção aos industriais, comerciantes e prestadores de serviços do Estado do Paraná, respeitando as diretrizes políticas e governamentais.

A Administração Indireta da SEIC é constituída pela autarquia Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) e a autarquia estadual, Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM), para auxiliar na viabilização de suas competências legais, a SEIC conta, ainda, com o suporte especializado do Serviço Social Autônomo Invest Paraná, que se vincula à pasta por contrato de gestão.

18.1. Principais realizações

18.1.1 Trabalho direto com os municípios

Ao longo do ano, buscou-se a aproximação com os 399 municípios do Estado por meio do fomento às economias locais, com políticas públicas focadas no aumento da renda e da empregabilidade, bem como na estruturação dos negócios presentes em cada munícipio e na atração de novos empreendimentos. Para tanto, foram realizadas, em conjunto com a Invest Paraná, Rodadas de Negócios nos municípios, envolvendo a cadeia produtiva local e o setor público.

Além disso, por meio da JUCEPAR, a SEIC implementou o Programa Descomplica Paraná nos 399 municípios, o qual agiliza o processo de abertura e operação das empresas enquadradas como de baixo risco. Deste modo, as empresas passam a poder operar em suas atividades mais rapidamente, configurando um ambiente atrativo à instalação de novos empreendimentos, e consequentemente, à geração de empregos.

Mobilização de convênios da Secretaria – InvestPR, JUCEPAR, Sistema S.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

18.1.2 Núcleos Regionais da SEIC.

Considerando que o Estado do Paraná possui as mais diversas características econômicas, sociais, ambientais e culturais é necessária uma abordagem personalíssima e diferenciada com base na vocação produtiva de cada região.

Desta forma, os núcleos regionais visam um contato direto do Governo do Estado com cada uma das regiões, filtrando necessidades dos setores e dando o encaminhamento necessário aos órgãos competentes.

Até o momento foram implantados e estão em operação 14 núcleos regionais, que contam com assessores, lotados em 12 municípios estratégicos, os quais: Toledo, Farol, São Miguel do Iguaçu, Paranavaí, Santa Helena, Francisco Beltrão, Morretes, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Ibaiti. Com estes núcleos regionais estabelecidos, é possível atender a pelo menos 370 municípios, sendo uma verdadeira Central de Relacionamento.

18.1.3 Promover o desenvolvimento econômico com maiores incentivos em regiões de menores IDH's

Trata-se da elaboração de projetos de incentivo com panoramas diferenciados a cada região do estado, atrelando industrialização necessária com um incentivo ao desenvolvimento social pretendido. Ou seja, quanto menor o IDH Regional, maior a prioridade para atração de investimentos, o que pode ser feito utilizando ferramentas e programas já existentes, como o Paraná Competitivo, buscando aproximar grandes indústrias e empresas do Paraná para que possam ser indutoras do desenvolvimento nessas regiões, com parcerias em áreas educacionais, sociais e culturais.

18.1.4 Certificado Paraná Reconhece.

Certificado de reconhecimento e incentivo aos empreendedores paranaenses que tem como foco o desenvolvimento de seus negócios em seus municípios, estabelecendo como critérios, empresas com CNPJ ativo; tempo de atuação no Estado do Paraná; comprovante de endereço em nome da empresa, no Estado do Paraná. Atualmente, o projeto já se encontra aprovado pelo Governador, aguardando a liberação de recursos para a execução.

18.1.5 Descomplica Paraná Baixo Risco.

O programa tem como intuito promover, em conjunto com entes públicos municipais e a sociedade civil organizada, a simplificação dos processos relacionados a registros e liberações empresariais. O programa está estruturado em três vertentes: liberação do CNPJ e das autorizações para empresas de baixo risco em menos de 24 horas, soluções para fechamento de empresas e a instalação de um comitê permanente de desburocratização com a participação da sociedade civil.

Foi promulgado o Decreto n.º 3.434, em 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre a Lei de Liberdade Econômica e institui parâmetros para classificação das atividades econômicas consideradas de Baixo Risco.

18.1.6 Barracões Industriais.

A ação objetiva implantar modelos de construções de barracões industriais, com recursos destinados a fundo perdido, priorizando municípios menores e com baixo IDH, com o objetivo de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

impulsionar o desenvolvimento social regional. Esta ação é viabilizada pelo estabelecimento de parcerias com a SECID e o Paranacidade.

Aliado a esta iniciativa, a SEIC tem agido também com papel articulador, buscando auxiliar as prefeituras na interação para atração de indústrias que se mostrem interessadas em se instalar na região, além de indicar as necessidades do setor produtivo para o poder público.

Em cooperação com o Plano Paraná Cidades, através das políticas realizadas pela Secretaria à SEIC conseguiu obter, no ano de 2023, junto ao Governo do Estado a liberação de R$ 40 milhões, para a construção de Barracões Industriais para atender os municípios de baixo IDH. Estes recursos foram destinados para a construção, no decorrente ano, de 100 barracões, nos municípios de: Almirante Tamandaré, Anahy, Andirá, Arapongas, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Bom Jesus do Sul, Cambará, Campina do Simão, Campo do Tenente, Campo Largo, Cândido de Abreu, Capanema, Cascavel, Centenário do Sul, Cerro Azul, Céu Azul, Chopinzinho, Cidade Gaúcha, Colombo, Congonhinhas, Contenda, Corbélia, Coronel Vivida, Corumbataí do Sul, Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzmaltina, Dois Vizinhos, Fazenda Rio Grande, Floraí, Flórida, Francisco Alves, Francisco Beltrão, Guaraci, Guaratuba, Ibema, Ibiporã, Imbituva, Iporã, Itapejara d'Oeste, Itaperuçu, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Londrina, Luiziana, Mandaguaçu, Mangueirinha, Mato Rico, Mirador, Paiçandu, Paranacity, Paranapoema, Paula Freitas, Peabiru, Pinhão, Piraquara, Pitangueiras, Pontal do Paraná, Quatiguá, Quatro Barras, Quedas do Iguaçu, Quinta do Sol, Quitandinha, Rancho Alegre, Rio Negro, Sabáudia, Santa Antônio da Platina, Santo Inácio, São João, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São José dos Pinhais, São Sebastião da Amoreira, Tamarana, Terra Roxa, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, Turvo, Ubiratã e Vitorino, nos quais já estão em tramite com o Programa Paraná Cidades.

18.1.7 Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná – FOPEME.

Coordenado pela SEIC em parceria com o SEBRAE/PR, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FOPEME, é um órgão colegiado integrado por representantes de instituições públicas e privadas e instância governamental estadual competente para cuidar dos aspectos não tributários relativos ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Regimentalmente, são realizadas reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias ao longo do ano, contando ainda com reuniões dos grupos de comitês temáticos para levantamento e acompanhamento de demandas. Ao longo do ano de 2023 foram realizadas 4 reuniões ordinárias, 1 reunião extraordinária, 2 reuniões plenárias. A cada 15 dias, a secretaria técnica do FOPEME, composta por membros da SEIC e SEBRAE se reúnem para tratar das ações desenvolvidas e planejar os eventos do calendário anual.

Além dos eventos constantes no regimento interno, o FOPEME participa institucionalmente de eventos para divulgar o trabalho desenvolvido no Fórum, como o Evento de Políticas Públicas realizado pelo Sebrae em Foz do Iguaçu e a Semana da Micro e Pequena Empresa realizada pelo SEBRAE e FAMPEPAR em 5 municípios do Paraná: Maringá, Cascavel, Sarandi, Apucarana e Foz do Iguaçu.

Por fim, cabe destacar que, este ano foram realizadas duas rodadas de negócios com apoio da SEIC, em Campina Grande do Sul e Lapa.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

18.1.8 Competitividade Energética do Estado sobre a ótica ESG.

A ação consiste em uma força-tarefa, envolvendo a Secretaria de Planejamento, Casa Civil, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e *COPEL* para a adequação de incentivos voltados à geração de energia limpa e renovável no Estado do Paraná.

Foi criado um grupo de desburocratização do estado, buscando atrair indústrias de transformação de dejetos industriais, urbanos e rurais para a consequente transformação energética almejada. O objetivo é desenvolver uma minuciosa análise e diagnóstico sobre a competitividade dos nossos produtos paranaenses e diferentes variáveis energéticas que implicam em um custo maior ou menor comparativamente a outros Estados da Federação, bem como, auferindo a qualidade energética industrial que possuímos no Paraná. Com isso, é possível sugerir medidas que venham a impactar no custo de produção sem necessariamente implicar em diminuição da arrecadação do Estado.

A ação, ainda está em andamento, no entanto, tendo ocorrido a estruturação tributária inicial com as adesões aos convênios ICMS 63/15, ICMS 112/13, ICMS 151/21 para a implantação de Biodigestores. Além disso, as linhas de créditos já foram efetivadas, estando o programa aguardando a aprovação do Governador.

18.1.9 Marketplace

Foi estruturada a Plataforma *Citymatch* que divulga ao público em geral, por meio de vídeos institucionais, os dados geográficos e econômicos dos munícipios, além das estruturas e condições oferecidas por estes para os potenciais investidores. Esta plataforma tem o objetivo de potencializar a atração de investimentos privados, promovendo e incentivando ao empreendedorismo.

Atualmente o *Citymatch* encontra-se implantado, tendo sido assinado convênio que permite ao estado subsidiar a contratação pelo Governo do Paraná.

18.2 JUCEPAR

Criada pela Lei Estadual n.º 32, de 02 de julho de 1892 e transformada em entidade autárquica pela Lei Estadual n.º 7.039, de 19 de outubro de 1978, e regulamentada pelo Decreto n.º 1876, de 30 de maio de 1996, a Junta Comercial do Paraná é entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, com personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita própria, é responsável pelo registro e cadastramento de empresas no Estado. Dessa maneira, é o órgão que analisa a documentação que dá personalidade jurídica às empresas para que possam atuar legalmente dentro de determinado segmento. Cabem à JUCEPAR o controle e o encaminhamento dos processos de abertura, alteração e baixa de empresas que funcionam no Paraná, com autonomia administrativa, técnica e financeira, estando vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SEIC, conforme Lei n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023. Está tecnicamente integrada ao Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, atualmente integrante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, fazendo parte da estrutura da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo, nos termos da Lei Federal n.º 8.934 de 18 de novembro de 1994 e Decreto 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

18.2.1 Descentralização do Atendimento

A descentralização do atendimento da JUCEPAR ocorre há vários anos, por meio de convênios com Entidades Empresariais (Associações Comerciais) ou Sindicatos Patronais (Sindicatos de Contabilistas ou Sindicatos de Comércio Varejista) e com as Prefeituras Municipais.

No decorrer do exercício de 2023 foram mantidos os Convênios para a manutenção das Agências Regionais no Estado do Paraná.

Atualmente a JUCEPAR possui 67 unidades descentralizadas, nas principais cidades do Estado e uma unidade própria (Sede Central) em Curitiba, com a redução da pandemia a JUCEPAR reativou o atendimento em todas as agências do interior e região metropolitana.

1.1.2 RedeSIM / Empresa fácil

18.2.2.1 Implantação

Com a criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), em 2007, ficou mais fácil abrir ou fechar uma empresa no Brasil. No Paraná, a JUCEPAR se tornou a responsável pela integração dos sistemas de todas as instituições de registro (Receita Federal, Receita Estadual, Prefeituras) e licenciamento (Corpo de Bombeiros, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Saúde etc.) das quais o empresário precisa para desempenhar suas atividades.

Para garantir a integração dos sistemas das diferentes instituições, através da Redesim, a JUCEPAR criou o programa Empresa Fácil Paraná, o canal dos empresários paranaenses para qualquer movimentação de registro de empresas. Fácil, rápido e sem complicações.

Isso transformou a Junta Comercial na porta única de entrada de dados para a formalização de uma empresa no Estado, não sendo mais necessário fazer o protocolo em vários órgãos. Esta integração economiza tempo e recursos, pois o solicitante pode acompanhar pela internet todas as etapas, inclusive as avaliações de outros órgãos reguladores e licenciadores. O tempo para abertura, alteração ou fechamento de empresas foi reduzido com a integração na Redesim. Em alguns casos, requerer ou cancelar um registro empresarial leva apenas três dias úteis (conforme o segmento e as autorizações necessárias). Para empresas consideradas de “baixo risco” o registro pode ser feito em algumas horas.

Há que se destacar que o sistema Empresa Fácil no Paraná representa para todos os órgãos, o controle total do registro de empresas abertas, alteradas e extintas, proporcionando mais segurança nas informações, o compartilhamento de dados, clareza e transparência nos procedimentos adotados, além de redução de tempo e custo para os empresários.

Conforme informações do portal empresafacil.pr.gov.br, ao final de 2023 todos os 399 munícipios paranaenses estavam integrados à Redesim. O tempo de abertura de empresas no Paraná é de até 12 horas. A integração com os órgãos de licenciamento e legalização está 100% implantada para: Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Instituto Água e Terra (IAT), Secretaria da Fazendo Estadual (SEFA), OAB, Cartório de Registro Civil e PJ e demais Juntas Comerciais.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

18.2.2.2 Ferramenta de Acesso a Informações e Estatísticas de Empresas no Paraná e reestruturação do site da JUCEPAR.

A Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) disponibilizou na data de 15/10/2021 a ferramenta Empresas PR. O sistema torna mais moderna e ágil a divulgação de informações completas sobre empresas do Estado. Será possível conhecer o número de aberturas e baixas de empresas, com pesquisas dinâmicas por município, região geográfica, atividade econômica, natureza jurídica e porte empresarial.

ATENDER DEMANDAS - Os dados são atualizados mensalmente. A ferramenta atende às frequentes demandas vindas da imprensa, órgãos públicos, estudantes, empresários ou interessados em geral. Isso colabora na convergência entre as diretrizes do Governo do Estado e a missão da Junta de agilizar trâmites, desburocratizar e possibilitar a transparência e rapidez dos processos de forma 100% digital.

Os relatórios disponibilizados contêm dados dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 e foram retirados do sistema Empresa Fácil, administrado pela JUCEPAR, na qualidade de Integrador Estadual.

PESQUISAS - Com o sistema, é possível pesquisar, por exemplo, quantas empresas abriram ou encerraram as atividades, em determinado mês ou ano, cidade ou região geográfica. Também pode ser pesquisado o volume de empresas abertas ou fechadas por seção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o que permite saber quais atividades estão em crescimento ou redução nos municípios ou no Estado.

Outro tipo de pesquisa disponibilizada é sobre o porte, trazendo os números de microempresas, empresas de pequeno porte ou MEIs abertos ou baixados no Estado, por município e período. Também poderá ser conhecido o volume de empresas abertas ou fechadas, por natureza jurídica, trazendo dados de quantas sociedades empresárias, sociedades anônimas, cooperativas, empresas públicas, MEIs ou outras naturezas jurídicas abriram ou fecharam no período solicitado, por cidade ou no Estado. Segue o painel de acompanhamento quantitativo de empresas:

18.2.3 Digitalização

A digitalização dos arquivos de documentos para a JUCEPAR é um processo indispensável, diante disso foram iniciados os trabalhos de digitalização de todo o acervo documental através do Pregão Eletrônico 82/2020. Foram contabilizados, no ano de 2019, cerca de 11,6 milhões de laudas a serem digitalizadas.

O processo, sob protocolo n.º 16.343.149-1, foi homologado e a empresa ganhadora do certame, executou os trabalhos na sede da Junta Comercial do Paraná desde 06/10/2020, sendo que em junho de 2023 conclui o trabalho gerando 10,7 milhões de imagens.

18.2.4 Decreto de baixo risco

Decreto de Baixo Risco, regulamentado pela Lei Estadual n.º 20.436, de dezembro de 2020, conhecida como Lei de Liberdade Econômica, dispensou mais de 770 atividades econômicas da emissão de licenças na abertura e em algumas alterações de empresas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O decreto permitiu melhorar o ambiente de negócios a partir da desburocratização, com o objetivo de gerar mais emprego e renda. Com a nova regra, o empreendedor cuja atividade econômica se enquadre como de baixo risco vai abrir sua empresa de forma efetiva e rápida. Hoje, sendo o Paraná um dos mais céleres na abertura de empresas, com tempo médio de 12 horas em agosto. Com o decreto, o empreendedor poderá emitir Nota Fiscal e contratar colaboradores, entre outras atividades, ainda mais rápido, poucas horas após dar entrada no processo na JUCEPAR.

Como resultado desta ação, o Paraná vai saltar da última para as primeiras colocações do *Ranking* Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Isso porque até o segundo semestre de 2023 o Estado enquadrava apenas 254 atividades econômicas como de baixo risco. Esse volume subiu para mais de 770 com a publicação do decreto.

De acordo com o Sebrae, esse segmento representa 96% de todas as empresas formalizadas no Paraná, com atuação nos 399 municípios. As micro e pequenas empresas também geraram nos sete primeiros meses do ano 75% das vagas de trabalho no Estado, totalizando 58.600 empregos. Ou seja, de cada 10 empregos no Estado, pelo menos sete vêm de micro e pequenos estabelecimentos. Deste modo a ação causa grande impacto naqueles que são os maiores gerados de emprego do Estado.

18.3 INVEST PARANÁ

A Diretoria de Mercado e Novos Negócios da Invest Paraná, responsável pela prospecção de novos investimentos por meio do Programa Paraná Competitivo, realizou mais de 120 prospecções presenciais com empresas já instaladas no Estado do Paraná e também de outros Estados, que buscavam alternativas para expansão das atividades e maior competitividade no território brasileiro.

Em relação às prospecções realizadas junto às empresas Paranaenses em diversas regiões do Estado, estas tiveram por objetivo apresentar a vertente de incentivos fiscais do Programa voltados para expansão, modernização, reativação, diversificação de produção, importação para revenda, comércio eletrônico, transferência de créditos para cooperativas para investimentos em usinas de biomassa, fotovoltaicas e construção de silos metálicos.

O acompanhamento das incursões de prospecção (*follow-up*) até a concretização dos pedidos de ingresso no Programa para concretização dos investimentos, proporcionou uma atração de investimentos de quase R$ 60 bilhões para o Estado do Paraná, desde o ano de 2019.

O sucesso da manutenção dos investimentos e do incentivo fiscal concedido possui alicerce, em parte, na realização do *aftercare* (acompanhamento) da empresa durante o período de utilização do benefício, promovendo o auxílio técnico-tributário na utilização do Programa no cotidiano (por exemplo, necessidade de inserção de novos NCM´s após a concessão inicial do benefício, em projetos de importação para revenda), dentre outras situações diárias demandadas pelas empresas à Diretoria de Mercado, principalmente no aspecto fiscal.

Em 2023, foram realizadas presencialmente nas empresas em diversas localidades do Paraná, videoconferências, feiras, eventos, workshops e rodadas de negócios em empresas de ao menos 15 munícipios das mais diversas regiões do Estado. Além disso, o Programa foi levado ao conhecimento do empresariado nacional, ampliando as possibilidades de atração de investimentos para o Estado. Foram protocolados cerca de R$ 5 bilhões em investimentos, com potencial de

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

geração de aproximadamente 4.500 postos de trabalho e mais de 20 novas empresas implantadas no território Paranaense.

A atração de novos investidores também se deve, em parte, à promoção da imagem do Estado como um destino de investimentos, que foi realizada por meio de missões internacionais institucionais (Estados Unidos, Portugal, Japão e Coreia), bem como comerciais (Itália, Canadá, Alemanha e China). Durante o período, foram também recepcionadas cinco missões internacionais (Suíça, Dinamarca, China, Canadá e Polônia) com foco comercial de promoção do comércio bilateral. Além disso, destacam-se acordos de cooperação com a Zona Especial Econômica de Katowice (KSSE), Invest Alberta, *Heroes* e Pro Cordoba, voltados à troca de experiências e promoção de exportação, e com a Engie, para ações no âmbito ESG, principalmente quanto à hidrogênio renovável.

A fim de prospectar novos investimentos e divulgar o potencial do Estado do Paraná, a INVEST PR possui uma rede de mais de 120 contatos com instituições diplomáticas e comerciais espalhadas por todos os continentes. No mesmo sentido, também participa e promove eventos, tendo participado em 21 eventos no ano de 2023, como o Workshop sobre ZPE, Fórum Lide Paraná de Competitividade e Oportunidades, Rodada de Negócios AHK, Evento de negócios Brasil - Paraguai, e Brasil *Investment Forum* - BIF, e promovido 11, como o 1º Fórum de Hidrogênio Sustentável e Paraná Day em diversas localidades.

Quanto às ações de internacionalização, foram atendidas em torno de 20 empresas, das quais foram realizados diagnósticos quanto à maturidade de exportação, por meio do PNCE (Programa Nacional da Cultura Exportadora), e conexões com o PEIEX (Programa de Qualificação para Exportação), da Apex Brasil, e instituições como Fomento Paraná, Apex Brasil e Câmaras de Comércio internacionais. Por fim, foram realizadas ações de acompanhamento das empresas atendidas.

De acordo com o plano de governo, a Invest Paraná é responsável pela coordenação do processo de criação de uma Zona de Processamento de Exportações de Umuarama e, durante o ano de 2023, foi realizada a juntada de documentos de todos os demais atores envolvidos (Prefeitura, administradora, órgãos locais, investidores e indústrias âncora), bem como análise dos mesmos para verificação do atendimento da disposição legal. Na sequência foi protocolado o pedido de criação da ZPE Umuarama junto ao Ministério da Indústria e Comércio via Sistema Eletrônico de Informações da instituição. Até o momento do presente relatório, está sendo realizado o acompanhamento do processo que se encontra em análise. Durante o período também foram realizadas ações de promoção da ZPE como destino de investimentos, através de reuniões com potenciais investidores.

A fim de fornecer informações de qualidade aos possíveis investidores, foi realizada a reestruturação do website da Invest Paraná. Atualmente tem-se um novo projeto gráfico para a Home Page e página de notícias. No mesmo sentido, atualizou-se o folder e o vídeo institucional do Paraná com tradução para inglês, chinês, japonês e alemão. Além da criação de apresentações customizadas em vários idiomas.

Em relação ao programa InovaInvest, que tem como principal objetivo fomentar negócios das empresas de inovação paranaenses e permitir que o estado funcione como um ambiente de testes para produtos inovadores e um receptivo para novas tecnologias, foram realizadas duas bancas de avaliação para as *startups* inscritas, além de diversas conexões das *startups* parceiras com o setor público e com o ecossistema de inovação. Como principais destaques, podemos citar as conexões realizadas de startups com grandes empresas como Repinho, Klabin e Volkswagen; a contratação do serviço da plataforma *CityMatch* pela CELEPAR, incorporando a ferramenta no setor

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

público; e o projeto piloto com a *startup* Repenso, com ênfase na neutralização da pegada de carbono.

Desde o ano de 2021, está em andamento o Programa de Apoio às Vocações Regionais Sustentáveis (VRS), que tem como objetivo incentivar as cadeias de valor e abrir mercados a produtos típicos paranaenses, produzidos de forma sustentável e de maneira tradicional. Inicialmente, considerando a extensão dos estudos necessários para aplicar o VRS em uma região, ele foi lançado como um projeto piloto na área da Mata Atlântica situada no litoral do estado, abrangendo os municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Morretes. Nesse contexto, são explorados os conceitos de turismo de natureza e base comunitária, bem como a promoção de produtos regionais. O resultado dessa iniciativa levou à sua expansão para outras regiões do estado, que agora englobam os projetos VRS Erva Mate, VRS Pinhão, VRS Miringuava e VRS Vale do Ribeira.

Para todos os territórios, houve a participação de 848 famílias nas oficinas realizadas, e o impacto de aproximadamente 2.000 pessoas dos municípios atendidos pelo programa, com as seguintes cadeias de valor:

- VRS Mata Atlântica: banana, mandioca, pupunha, juçara e frutos sazonais, e turismo;
- VRS Erva Mate, na região Centro-Sul;
- VRS Pinhão, na região Centro-Sul;
- VRS Vale do Ribeira: mel, mandioca, tangerina e economia criativa;
- VRS Miringuava: hortaliças, agroindústria e turismo rural.

Com a parceria de Fundações Universitárias foram construídas análises sociais, ambientais, econômicas e estruturais de cada território, de acordo com a metodologia *Value Link*s, assim como a definição do Plano de Implementação e Ações de Apoio, e entrega de ferramenta de análise apoiada em geoprocessamento.

Para o fortalecimento da estratégia do programa, houve a formalização de Acordo de Cooperação Técnica com 25 parceiros, como entidades públicas e privadas, de todas as esferas de governança, para ações em todos os territórios.

Em 2023 também houve o lançamento de um novo site do programa, com uma plataforma mais interativa para aproximar os pequenos produtores e empreendedores do VRS com possíveis compradores, focando na comercialização e na promoção da bioeconomia paranaense. Com a reformulação, foram adicionados ao site novos elementos, de promoção e mesmo de identidade visual para a venda da marca do Paraná como estado mais sustentável do Brasil.

Para a continuidade das ações do território VRS Mata Atlântica, foi criado o projeto "Desenvolvimento de cadeias de valor da agrosociobiodiversidade por meio de Marca Coletiva" com uma captação da Invest Paraná de cerca de R$ 1 milhão atualmente tramitando na Unidade Executiva Fundo Paraná, e devendo ser iniciado em fevereiro de 2024.

Como forma de salvaguardar todas as informações acerca do trabalho no território, foi elaborado o E-book do VRS Mata Atlântica, que permite tanto aos parceiros, bem como ao público-alvo do programa, o acesso às informações sobre o trabalho realizado e o plano de ação. Também foram elaborados protótipos de rótulos e embalagens para os produtos da marca coletiva, os quais foram apresentados no evento internacional FIT Cataratas, e incluídos em kits de lembranças protocolares do Governo do Estado.

Ainda para a implementação do Módulo B do programa VRS Mata Atlântica houve: apresentação do projeto do Centro de Referência, Processamento e Pesquisa da Mata Atlântica à Secretaria das Cidades; alinhamento com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Investimentos – Apex; promoção da futura marca coletiva Rota Caiçara por meio de uma palestra no 75º Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; promoção comercial por meio da participação da feira internacional Sial Canadá. Como marco de finalização do módulo A do programa, foi organizado o I Encontro de Parceiros do VRS, que reuniu as entidades envolvidas para discussão dos planos de ação para o Módulo B do território Mata Atlântica.

Também na área de captação para a continuidade do VRS, em 2023, foram celebradas parceiras para captação de recurso na Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e de Inovação (AGEUNI), sendo aprovados dois projetos voltados ao VRS Erva Mate. Uma inciativa é realizada junto a FUNESPAR - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná - e trará desenvolvimento de tecnologia para rastreabilidade do mate, e outra, realizado junto a FAU – Fundação de Apoio a Universidade Estadual de Londrina - desenvolverá padrões de qualidade para a erva-mate. No total, os dois projetos captaram aproximadamente R$ 1 milhão para financiamento dos projetos.

Abrangendo todos os territórios VRS, foram formalizadas duas parcerias com empresas multinacionais: para a promoção dos produtos regionais das cadeias de valor trabalhadas, foi desenvolvido um programa de incubação para vendas online inédito junto ao *marketplace* Shopee. E com objetivo de fortalecer a promoção do turismo e o desenvolvimento das comunidades locais, respeitando e valorizando o patrimônio natural e cultural, houve a parceria para a entrada dos destinos do VRS no projeto Rotas Airbnb.

Outra importante ação desenvolvida pela diretoria de desenvolvimento econômico foi a construção do novo curso técnico integrado ao ensino médio em Bioeconomia, reunindo habilidades voltadas à produção, turismo, sustentabilidade e negócios inclusivos.

O curso técnico, que é o primeiro do Brasil, foi construído junto com a Secretaria Estadual de Educação (SEED) e será ofertado inicialmente às escolas da rede estadual de ensino de alguns municípios do litoral Paranaense como 'piloto'. Com a aprovação e validação pelo Ministério da Educação, a aposta é que o novo curso passe a integrar o catálogo nacional de Cursos Técnicos e seja ofertado a muitos outros jovens.

Originário do modelo Michi-no-eki , o projeto Ponto Paraná partiu de uma colaboração em 2020 com a província de Hyogo no Japão e, comemoração aos 50 anos de irmandade com o Estado do Paraná. Tal obra visa integrar a cultura paranaense, por meio de experiências cômodas, seguras e sustentáveis; ser referência como instrumento de desenvolvimento regional sustentável e promoção do turismo; sinônimo de transparência, comprometimento, inclusão, responsabilidade, cooperação e confiabilidade.

Para o referido projeto, foi finalizado e impresso o Caderno de Especificações Projeto Ponto Paraná, contendo 96 páginas, com todas informações levantadas a partir da cooperação com o Governo de Hyogo, manuais do Banco Mundial e consultas as Instâncias de Governanças Regionais do Turismo. O conteúdo inclui dados sobre as regiões turísticas, o histórico do projeto, municípios pilotos para desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, modelo de gestão, e simulação da implementação em três regiões piloto.

Foi realizada também uma reunião na Secretaria de Estado das Cidades, onde estiveram presentes todos os municípios interessados, acompanhados de seus secretários e Deputados. Na ocasião, foi formalizado o pedido de apoio para a construção e viabilização da obra, que dependerá de convênio a ser firmado via Estado (Secretaria de Estado das Cidades) e Município que receberá o empreendimento.

De acordo com o disposto na Lei Estadual n.º 17.016, de 16 de dezembro de 2011, a Invest Paraná tem por missão identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre as soluções

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios e fomentando a economia das regiões, com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

Dentro desse contexto, o Programa Invest Cidades, da Diretoria de Desenvolvimento Econômico, tem por objetivo ofertar aos municípios do Estado do Paraná o conhecimento necessário para a melhora do desenvolvimento (sustentável, econômico e social), do ambiente de negócios, aumento da atratividade a investimentos e segurança do investidor.

Em 2023, 58 Municípios participaram de oficinas onde é compartilhada a metodologia do Programa, bem como ações executadas pela Invest Paraná. Além disso, foram prestados diversos atendimentos presenciais e virtuais, cujo relacionamento tem se mostrado importante para a disseminação de ações e projetos de importância para o Estado.

No tocante ao Invest *Pass*, Programa da Invest Paraná que tem por objetivo selecionar soluções que podem acelerar o desenvolvimento sustentável do Estado, oportuno mencionar que no referido quadrimestre o edital de seleção foi reformulado.

A necessidade surgiu em razão de solicitação de apoio formulada pela FUNDEPAR – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, no sentido de atender demandas específicas, em especial, de infraestrutura, como por exemplo: projetos de saneamento básico em ilhas e áreas rurais, soluções para escola sem acesso a rede elétrica, atendimento a acessibilidade nas escolas da rede estadual de ensino (rampas de acesso, piso tátil, calçamento, etc.), soluções alternativas aos materiais utilizados nas instalações elétricas, etc.

O edital foi reformulado para atender, não só a solicitação formulada pela FUNDEPAR, como também soluções para o tratamento de resíduos e indústria. O novo edital, que contemplou ao mesmo tempo três bancas com as temáticas: construções sustentáveis; resíduos e economia circular e processos e tecnologias sustentáveis para a indústria.

18.4 IPEM

18.4.1 Metrologia Legal e Avaliação de Conformidade

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná – IPEM/PR, criado pela Lei Estadual n.º 5.652 de 06 de outubro de 1967, é entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, dotado de patrimônio e receita próprios, com autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à SEIC, e tendo por finalidade executar, no âmbito do Estado do Paraná, a política nacional de Metrologia e Avaliação da Conformidade dos Produtos e Serviços conforme a legislação Federal.

Consoante a Legislação Federal e Convênio de Cooperação, o IPEM/PR vincula-se técnica e administrativamente ao INMETRO, fazendo parte da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade Industrial - RBMLQ-I. Logo, por efeito de suas atribuições, responde por duas grandes missões no Estado do Paraná: o apoio à qualidade industrial e a defesa do consumidor, as quais se realizam mediante orientação, suporte técnico, verificação e fiscalização competente dos instrumentos de medição e medidas materializadas, mercadorias pré-medidos e pré-embalados, produtos têxteis e de certificação compulsória em todo o território paranaense.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O IPEM/PR, com base em regulamentações técnicas, presta um serviço fundamental nos setores do comércio, da indústria, da saúde, da segurança, do controle ambiental e da defesa do consumidor, cuja confiança nas medições é necessária para evitar conflitos que possam afetar, direta ou indiretamente, a economia do Estado. Propiciando a sociedade paranaense, por meio da verificação e fiscalização metrológica e da qualidade, à justa concorrência entre as empresas, protegendo as relações comerciais da indústria com o comércio e deste com o consumidor final.

O IPEM/PR na condição de Órgão Delegado vem percorrendo um caminho permanente de atualização e modernização de seu parque de equipamentos e estrutura físicas. Para execução de todas as suas atividades, este instituto conta com laboratórios acreditados pelo INMETRO e, equipamentos com rastreabilidade metrológica, tanto em sua Sede em na cidade de Curitiba/PR, como em suas Gerências Regionais instaladas nas cidades de Cascavel, Guarapuava, Londrina e Maringá/PR.

Destaca-se que no Plano de Trabalho do IPEM/PR previsto para o exercício de 2023, foram realizados as seguintes ações: Verificações metrológicas em instrumentos de medir e medidas materializadas entregues nas quantidades de 156.534 serviços de ensaios; Produtos Pré-embalados, nas quantidades de 25.273 de serviços de ensaios/exames; qualidade (fiscalização e certificação compulsória em produtos, serviços e procedimentos com a conformidade avaliada) nas quantidades de 8.907 de serviços de fiscalização e, calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas nas quantidades de 1.441 de serviços de ensaios.

Cabe mencionar que após a criação do novo posto de verificação de caminhão-tanque no município de Araucária/PR, realizada no mês de agosto/23, foi possível atender toda à demanda represada de aproximadamente um ano de fila de espera que existia no antigo posto localizado no bairro Atuba, havendo desta forma, um aumento significativo de 157% na prestação deste serviço. Atualmente está prestação de serviço é realizado por meio de agendamento e, atende todo o Estado do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19. SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL)

A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná (SEIL) é o órgão de Estado com a missão de promover ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, cujas finalidades e competências incluem:

- Possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança e eficácia.
- Redução de custos operacionais.
- Oferta de infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroviária condizentes com a demanda da sociedade paranaense.
- Priorização de investimentos.
- Integração dos diversos modais no conceito de rede de mobilidade sustentável, voltada para o desenvolvimento socioeconômico ambiental.

De maneira descentralizada, a SEIL também atua por meio de suas unidades vinculadas: o Departamento de Estradas de Rodagem (DER); a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A (FERROESTE); e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - Portos do Paraná (APPA).

19.1. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Os departamentos da SEIL correspondem às áreas de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística (DGPIL), Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e a Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras (DGI).

19.1.1 Gestão e Planejamento

O DGPIL, com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implementar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, forneceu apoio Técnico para a coordenação do Programa de Infraestrutura e Logística, financiado pelo BID no valor de US$ 435 milhões. Paralelamente, está em estruturação uma segunda rodada deste programa multimodal, estimado em US$ 266 milhões, além da contratação do Plano Estadual de Logística e Transporte Sustentável do Paraná (PELTS). As principais atividades desenvolvidas em 2023 foram:

19.1.1.1 Modal Rodoviário

Regulamentação do Sistema Rodoviário Estadual (S.R.E), coordenando ações de municipalização, estadualização e federalização de rodovias. Foram realizadas 37 municipalizações, 20 encontram-se em andamento; e segue em tramitação no Governo Federal a federalização das Rodovias PR-082 e PR-682, que coincidem com a BR-487 (Estrada da Boiadeira).

19.1.1.2 Modal Aeroviário

Alimentação e acompanhamento do movimento aéreo fornecido pelos municípios no contexto do Programa Voe Paraná, incluindo aeronaves, passageiros e carga, dos aeroportos do Estado do Paraná. Apoio técnico e institucional junto aos municípios paranaenses, em coordenação

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

com a Secretaria de Turismo do Paraná, em relação às potencialidades de parceria dos aeroportos municipais para administração dos mesmos pela Infraero. Acompanhamento das tratativas junto à concessionária do aeroporto Afonso Pena em relação à execução da pista para voos internacionais.

19.1.1.3 Modal Aquaviário

Apoio técnico na realização das atividades de fiscalização do Convênio de Delegação nº 01/2021, firmado entre a SEIL e a Prefeitura de Pontal do Paraná para o transporte de travessia de passageiros entre o balneário de Pontal do Sul e a Ilha do Mel - Paranaguá. Estruturação de novos editais de Chamamento Público para a autorização de embarcações e prestadores de serviços atuantes na travessia, com ênfase para criação de critérios técnicos na seleção de embarcações, bem como atividades de gestão em processo de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) junto às comunidades tradicionais da Ilha do Mel. Suporte nas tratativas entre AGEPAR e a Prefeitura de Pontal do Paraná no que tange ao lançamento do novo Edital de Licitação para gestão do Terminal Público de Pontal do Sul. Planejamento e ações de melhoria e modernização dos serviços prestados na travessia, ante a participação e discussão em projetos de dragagem, modernização do Terminal e afins, bem como a viabilização de relatório de vistoria dos trapiches de Pontal do Sul, Nova Brasília e Encantadas.

19.1.1.4 Modal Ferroviário

Apoio técnico na elaboração das complementações do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento Nova Ferroeste, atendendo às solicitações do órgão licenciador IBAMA, para obtenção da licença ambiental prévia do empreendimento. Realização de ações complementares ao processo de licenciamento ambiental, tal como visitas técnicas a comunidades indígenas localizadas próximas ao traçado; e de ações de promoção do empreendimento junto a sociedade civil organizada e outros. Publicação do Decreto nº 3.807/2023 que regulamenta o regime de autorização para exploração de infraestrutura e dos serviços ferroviários no Estado, de que trata a Lei nº 21.330/2022.

Elaboração de termos de referência para a contratação do PELT PR – Plano Estadual de Logística de Transportes do PR e obtenção de propostas técnicas para contratação imediata no início de 2024. Elaboração de instrumentos administrativos e jurídicos para a contratação de consultoria multimodal especializada para atuação nas áreas de regulamentação, execução e fiscalização inerentes à SEIL.

19.1.2 Fomento Municipal

As ações desenvolvidas na DFIL envolvem a celebração, acompanhamento e gestão de convênios e parcerias firmadas pela SEIL.

Encontram-se em execução 98 convênios celebrados em anos anteriores, que totalizam outros R$ 748 milhões de obras em andamento. Até 10 novembro de 2023, foram celebrados 25 convênios, que correspondem a R$ 72,2 milhões que serão aplicados nos diferentes modais.

19.1.2.1 Modal Rodoviário

Celebrados 25 convênios no valor de R$ 72,2 milhões para execução de obras de infraestrutura em vias sob jurisdição municipal, envolvendo pavimentação e recape asfáltico. A SEIL também celebra termos de cooperação para fornecimento e transporte de vigas, lajotas e guarda-

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

rodas para aplicação em pontes. Até a presente data, foram contemplados 17 municípios com os seguintes investimentos:

- Construção de calçada: Inácio Martins - R$ 437.389,00;
- Construção de ponte: Iretama e Maringá – R$ 5,6 milhões;
- Implantação de ciclovia: Cantagalo – R$ 107.016,00;
- Implantação de trevo de acesso: Chopinzinho e Três Barras do Paraná – R$ 6 milhões;
- Pavimentação asfáltica: Campina da Lagoa, Campina Grande do Sul, Chopinzinho, Mallet, Morretes e São Mateus do Sul – R$ 29,7 milhões;
- Pavimentação poliédrica: Iretama e Mallet – R$ 3 milhões;
- Recape asfáltico, revitalização e infraestrutura: Cantagalo, Curiúva, Guaíra, Imbituva, Moreira Sales, Santo Antônio da Platina e Ubiratã - R$ 27,2 milhões.

19.1.2.2 Klabin

O protocolo de intenções firmado em 2019 entre o Governo do Estado, a Klabin e a Secretaria de Estado da Fazenda, acordou em realizar investimentos em infraestrutura para manter benefícios fiscais. A SEIL, como entidade interveniente no processo, formalizou termo de compromisso em 2022, que previu um valor máximo de R$ 450 milhões em obras. Dentre as obras selecionadas, as terceiras faixas na PR-160 Telêmaco Borba – Imbaú foi concluída em outubro de 2023.

As demais, respeitando o cronograma físico-financeiro, encontram-se em elaboração e análise de aprovação de projeto, quais sejam:

- Reforço e alargamento de ponte na PR-151 Jaguariaíva - R$ 16,5 milhões;
- Restauração, terceiras faixas e 2 pontes na PR-340 Telêmaco Borba: Tibagi - R$ 64 milhões;
- Adequação e aumento da capacidade urbana na PR-160 Imbaú - R$ 21 milhões;
- Reforço de pavimento e terceiras faixas na PR-340 (Estrada Minuano) entre a BR-376 e a Klabin - R$ 26,7 milhões;
- Contorno de Arapoti entre a PR-092 e PR-239 - R$ 54,7 milhões;
- Interseção na PR-160 para acesso ao distrito logístico e expansão urbana de Telêmaco Borba - R$ 29 milhões;
- Pavimentação da Estrada Margem Direita - R$ 50 milhões.

19.1.2.3 Itaipu

A Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional é a líder mundial em produção de energia limpa e renovável, cuja colaboração com a União e o Governo do Estado deu frutos importantes para o desenvolvimento da infraestrutura de suas regiões lindeiras e de todo o Paraná. O total de investimentos supera R$ 1,1 bilhão.

- Ponte Internacional da Integração, entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Presidente Franco (Paraguai), com 760m: Concluído;
- Acesso da nova ponte à BR-277, inclusive aduanas Brasil-Paraguai e Brasil-Argentina: 26,1% de execução, total de R$ 155,6 milhões;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Duplicação BR-469 (Avenida das Cataratas) em Foz do Iguaçu, conectando a nova ponte, a Ponte Internacional Tancredo Neves (Brasil-Argentina) e o Parque Nacional do Iguaçu: 24,7% de execução, total de R$ 129 milhões;
- Restauração e pavimentação da Br-487 (Estrada Boiadeira): Concluído;
- Duplicação da BR-277, com vias marginais e interseções, em Cascavel: 81% de execução, total de R$ 77,6 milhões;
- Readequação da BR-163 (Contorno Oeste de Cascavel): 98,2% de execução, total de R$ 129,6 milhões;
- Rodovia entre Ramilândia e Santa Helena: 5,7% de execução, total de R$ 20,4 milhões;
- Iluminação da BR-277 em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu: 70% de execução, total de R$ 9,9 milhões;
- Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental (EVTEA) com estudos de engenharia para construção de Ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos entre as cidades de Taquarussu/MS e Entroncamento da PR-577 com a BR-376 - Porto São José/PR: 22,3% de execução, total de R$ 2,9 milhões.

19.1.3 Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras Públicas

O DGI desenvolveu ações para promoção da inovação e melhoria da gestão de projetos e obras públicas, no âmbito da SEIL, destacando-se as ações a seguir.

19.1.3.1 Inovação Tecnológica

Coordenação da execução das ações previstas na Estratégia BIM PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas para o Fomento e Implantação do Building Information Modeling (BIM), instituído pelo Decreto nº 3.080/2019 com a finalidade promover a inovação tecnológica e transformação digital para melhoria da qualidade de projetos e obras públicas, com destaque para:

Apoio técnico especializado à equipe da CELEPAR para viabilização do Ambiente Comum de Dados como ferramenta estratégica para o cumprimento da implantação do BIM na esfera pública estadual conforme estabelecido pela Estratégia BIM PR, bem como para o atendimento ao Decreto Estadual nº 10.086/2022 que define que a gestão da informação de todos os ativos públicos deverá ser realizada por meio de Ambiente Comum de Dados (CDE) único do Estado do Paraná. A adoção dessa nova tecnologia busca unificar e padronizar todos os processos vinculados à contratação de obras e serviços de arquitetura e engenharia, facilitando a gestão dos empreendimentos públicos do Estado do Paraná.

O apoio técnico do DGI/SEIL à CELEPAR teve como principais objetivos: (i) subsidiar o aperfeiçoamento e os ajustes necessários para o adequado funcionamento do CDE antes de sua disponibilização às Secretarias e órgãos estaduais responsáveis pela elaboração, contratação, gestão e fiscalização de projetos e obras públicas e (ii) apoiar a CELEPAR na revisão da tabela de custos dos serviços para a contratação do Ambiente Comum de Dados do Governo do Estado do Paraná.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.1.3.2 Ações de Fomento ao BIM e Aceleração Digital nas Obras Públicas Estaduais

Coordenação das ações promovidas pelo Grupo Técnico BIM (GTEC-BIM) visando (i) a capacitação técnica BIM de servidores dos órgãos integrantes da Estratégia BIM PR (Capacita BIM PR) e (ii) a caracterização e regulamentação do conceito de "Alta Relevância Técnica", previsto no artigo 518, inciso I, alínea "a" do Decreto Estadual nº 10.086/2022 referente às contratações de obras e serviços de arquitetura e engenharia com a exigência da metodologia BIM.

- Coordenação e promoção, em parceria com a Escola de Gestão do Paraná, do curso Capacita BIM PR visando sensibilizar e alinhar os conceitos sobre a metodologia BIM, conforme as Ações de Aceleração da Estratégia BIM PR, instituída pelo Decreto Estadual nº 3.080/2019 e as novas exigências estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022. Os servidores estaduais foram capacitados em três módulos de formação em BIM: Módulo 1: Sensibilização; Módulo 2: Alinhamento Conceitual; Módulo 3: Elaboração de Edital e Termo de Referência para contratação de projetos em BIM; Módulo 3.1: Workshop: Elaboração de TR para Contratação de Projetos de Edificações em BIM e Módulo 4: Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas;
- Apoio técnico para readequação dos fluxos de trabalho de fiscalização de projetos em BIM da COHAPAR referentes às contratações de projetos e obras do empreendimento Condomínio do Idoso a serem implantados nos municípios de Arapongas, Campo Mourão e Guarapuava;
- Apoio técnico na elaboração do projeto piloto em BIM do Ministério Público do Paraná;
- Realização de palestras e reuniões técnicas com equipes de prefeituras municipais para orientação do processo de implantação BIM em nível municipal.;
- Atualização do Portal BIM Paraná, principal canal de comunicação das ações de implantação do BIM promovidas pelo Governo do Estado do Paraná.;
- Execução de atividades previstas no Termos de Cooperação Técnica BIM com as empresas desenvolvedoras de ferramentas - Trimble, Del Isola, SEABRA, TBN2NET CONSULTORIAS E PLUGINS PARA ENGENHARIA, QISAT, Graphisoft - para apoiar a implantação do BIM no âmbito da Estratégia BIM PR;
- Execução de atividades Termo de Cooperação Técnica com o SENAI PR para promover ações conjuntas de inovação, fomento e implantação da tecnologia BIM visando melhorias na gestão de projetos e de obras públicas com destaque para (i) a promoção do evento INOVA BIM: Construindo o Paraná Digital com a participação do especialista internacional Bilal Succar para tratar da adoção do BIM no setor público e (ii) a elaboração do material técnico de apoio aos municípios BIM nas Prefeituras: primeiros passos para inovação digital nas obras públicas;
- Lançamento da nova edição do Caderno BIM para Edificações, publicado em 2018, e que atualiza as diretrizes para a contratação de projetos de edificações públicas utilizando a metodologia BIM. O novo documento foi desenvolvido considerando os conceitos e inovações introduzidos pela série ABNT NBR ISO 19650:2022, buscando orientar os órgãos estaduais no papel de contratantes de estudos e projetos de obras públicas;
- Concepção e execução da Jornada BIM Paraná, projeto itinerante que percorreu mais de 4.000 km em todas as regiões do Estado com o objetivo de fomentar a adoção da metodologia BIM em prefeituras municipais e anunciar as ações do Governo do Estado em prol do processo de transformação digital na construção civil, por meio do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

uso da metodologia BIM. Todos os eventos de capacitação foram promovidos com recursos próprios da Secretaria e participação dos Parceiros da Jornada BIM PR: Escola de Gestão do Paraná, Associação de Municípios do Paraná – AMP, Fomento Paraná, SENAI PR, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Secretaria de Estado da Inovação, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Londrina.

- Coordenação, juntamente com o Estado de Santa Catarina, da Câmara Temática BIM do Consórcio Sul e Sudeste para implantação do BIM no âmbito dos Estados membros;
- Execução das atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica entre SEIL, DER e DNIT, com o objetivo de promover trocas de informações entre as instituições, para implementação da metodologia BIM e padronização das exigências dos entregáveis nos processos licitatórios;
- Coordenação das atividades práticas profissionais dos Residentes técnicos da Residência Técnica em Projetos e Obras Pública (RESTEC POP) 2022-2024;
- Representação do Governo do Estado do Paraná em eventos técnicos BIM, em nível nacional, para divulgação da Estratégia BIM PR.

19.2. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)

O DER é a autarquia estadual responsável por garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual (SRE). Conforme os dados mais recentes, a malha rodoviária federal e estadual sob sua responsabilidade contempla 12.205 km de extensão.

QUADRO 1 - RODOVIAS ESTADUAIS SOB RESPONSABILIDADE DO DER NO ESTADO DO PARANÁ (QUILÔMETROS),2023

NÃO PAVIMENTADA	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL
	Pista simples	Pista dupla	Total pavimentada	Pista simples	Pista dupla	Total em obras	
1.488,56	10.062,14	411,42	10.473,56	175,90	67,77	243,67	12.205,79

FONTE: SRE. Elaboração: DER.

19.2.1 Obras Rodoviárias

Os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado investiu R$ 1,4 bilhão até setembro de 2023, nos contratos de obras rodoviárias.

- Implantação de pavimento, contorno e duplicação: R$ 463 milhões
- Conservação de rodovias (PERC II): R$ 405 milhões
- PROCONSERVA: R$ 338 milhões

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- PROSEG: R$ 144 milhões
- Integra Paraná: R$ 43 milhões;
- Outras obras de recuperação de pavimento: R$ 91 milhões;

  • Conservação da Malha Rodoviária: o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC II) engloba serviços de conservação e manutenção e abrangendo toda a malha rodoviária estadual sob responsabilidade do DER. São executados serviços de conservação e manutenção, como: reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros, entre outros. O programa é subdividido em três subprogramas, somados apresentam investimento de R$ 405 milhões, em 2023.
- Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP): 4.179 km;
- Conservação Rotineira de Pavimentos (COP): 6.057 km;
- Conservação da Faixa de Domínio: 11.581 km.

O DER também atua através do Programa de Conservação de Pista por Parâmetro de Desempenho aos Contratos de Conservação Rodoviária em Rodovias Pavimentadas do Estado do Paraná (PROCONSERVA), que investiu R$ 338 milhões em 2023.

19.2.2 Programa de Seguranças Viária das Rodovias Estaduais (PROSEG)

Criado em 2021, atua em 9.965 km de rodovias divididas em 8 lotes, com intervenções adotadas conforme critérios geométricos, de uso do solo e de composição do fluxo de veículos para a definição de materiais e soluções propostas. É constituído de elementos que estabelecem as diretrizes a serem empregadas na elaboração dos Projetos Executivos de Segurança Viária.

Em 2023, os investimentos somaram R$ 144 milhões, e incluem:

- Micro desenvolvimento regional através da sinalização de rotas turísticas
- Manutenção e ampliação dos elementos de sinalização viária na malha estadual
- Constante adequação técnica dos dispositivos as normas vigentes
- Adesão às Metas da Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2021-2030)

19.2.3 Rodovias Concessionadas

No ano de 2021 houve o encerramento dos contratos de concessão do Anel de Integração e dos Convênios de Delegação firmados com a União; os trechos estaduais antes concessionados, retornaram para a administração estadual e, considerando o lapso temporal até a nova concessão, criou-se o programa Integra Paraná, para a conservação rotineira do pavimento destas rodovias e de suas respectivas faixas de domínio. O programa foi estruturado em cinco lotes subdivididos entre as Superintendências Regionais do DER/PR, compreendendo os trechos das rodovias PR-407, PR 090, PR 151, PR 239, PRC 373, PR 427, PR 438, PR 323, PR 444, PR 855, PR 862, PR 986, totalizando 964 km. Os trechos federais antes concessionados passaram para a administração do DNIT.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.2.4 Integra Paraná

Execução de serviços de conservação e manutenção, em trechos estaduais pertencentes ao anel de integração, incluindo-se trechos de oferta, que retornaram ao Estado do Paraná ao final do prazo contratual das concessões.

O objeto contempla reparar ou sanar defeitos no pavimento através da sua conservação rotineira de pista e da faixa de domínio, totalizando 964 km de rodovias subdivididos em cinco lotes, e R$ 43 milhões de investimentos em 2023.

19.2.5 Operação de Tráfego Rodoviário

Em rodovias sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, estão sendo executados serviços divididos em seis lotes nas rodovias do Anel de Integração através dos Contratos 148/2022 (lote 01), Contratos 007/2022 (Lote 02), 005/2022 (Lote 03), 018/2022 (Lote 04), 009/2022 (Lote 05) e 006/2022 (Lote 06).

Serviços: Inspeção de Tráfego, Socorro Mecânico com Guincho Leve, Socorro Mecânico com Guincho Pesado, apoio operacional, apoio ao Corpo de Bombeiros no combate a incêndios, apreensão de animais, com investimento de R$ 90 milhões.

19.2.6 Centro de Operações Integradas (COI)

Investimento de R$ 8,5 milhões em 2023 com o centro de operação para atendimento, apoio, informação e orientação, através da operação e consolidação de dados operacionais de trânsito com a implantação de sistemas corporativos de comunicação interna e externa para apoio às atividades operacionais do DER/PR, através do canal de atendimento 0800 400 0404, 24 horas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.3. ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE (FERROESTE)

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. é uma empresa de sociedade mista que tem no Estado do Paraná seu maior acionista. A empresa detém a concessão de uma ferrovia entre Guarapuava e Dourados (MS), embora o trecho construído e em operação seja de 248 km entre Cascavel e Guarapuava.

Até novembro de 2023, circularam por sobre os trilhos 989,2 mil toneladas de produtos, a maioria grãos (soja e milho) e contêineres refrigerados com destino ao Porto de Paranaguá. No sentido importação, chegam insumos agrícolas como adubos, fertilizantes e cimento. Neste período, o faturamento foi de R$ 16,7 milhões.

19.3.1 ESTRUTURA

CASCAVEL

- Terminal Ferroviário de Cargas: 1,6 milhão de m^2; 17 empresas instaladas; capacidade estática para 520 mil toneladas. - Terminal de Armazenamento e Transbordo: capacidade de 6 mil toneladas, associada à parceira Cargill com mais 40 mil toneladas de operação. - Concessionários e suas capacidades: Moinho Iguaçu, 120 mil toneladas; AB Insumos, 86 mil toneladas; Bunge, 70 mil toneladas; Yara Fertilizantes, 60 mil toneladas; Coopavel, 50 mil toneladas; Votoran, 2 mil toneladas. - Sede administrativa: gestão de operações da empresa.
- PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: Projeto assinado entre *COPEL* e FERROESTE, com um aporte de mais de R$ 700.000,00 no projeto, sem custo para a FERROESTE. Substituição de itens de iluminação e motores da moega em Cascavel. Instalação de usina fotovoltaica com capacidade de geração de mais de 131 kWp (quilowatt-pico). Previsão de economia anual de energia elétrica: mais de R$ 100.000,00.

GUARAPUAVA

- Estação Ferroviária: operações, oficina mecânica e via permanente.
- Posto de locomotivas e vagões: 14 locomotivas, 252 vagões e 30 operadores.
- Clientes: Cooperativa Agrária, com o maior silo de capacidade estática em toda a América Latina, de 300 mil toneladas; Lustosa Agrologística, com terminal intermodal privado para carregamento de cimento e grãos.
- Sede administrativa: gestão de operações da empresa.
- REFORMA PML E ADM: Espaços foram reformados para melhoria da qualidade do ambiente de serviço dos colaboradores (sala de jogos, churrasqueira, 5S no posto e no estoque). Com o alto controle e redução de estoque operacional em Guarapuava, a Ferroeste obteve redução anual de R$ 1,5 milhões em compra de peças de reposição nos últimos três anos.
-

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.3.2 NOVA FERROESTE

Os recentes estudos para a criação do Corredor Oeste de Exportação tiveram início em 2020, com a contratação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica (EVTEA-J), que apontou a necessidade da diversificação do modal logístico do transporte de cargas, especialmente aquelas que transitam entre o estado do Mato Grosso do Sul, a região oeste do Paraná e o Porto de Paranaguá.

19.3.2.1 Revitalização E Ampliação

O projeto visa ampliar sua extensão nas duas pontas, num total de 1.304 km de estrada de ferro, com a construção de um novo traçado entre Guarapuava e Paranaguá, e entre Cascavel e Maracaju (MS), além da implantação de um ramal entre Cascavel e Foz do Iguaçu; o traçado existente será substituído ou revitalizado. A intenção é licitar a Nova FERROESTE após a obtenção da licença ambiental prévia - processo atualmente em análise pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O consórcio vencedor será responsável pelas obras e pela operação da ferrovia por 65 anos. O investimento é estimado em R$ 29,4 bilhões, considerando a implantação dos trechos e ainda a aquisição de material rodante (locomotiva e vagões) para operação durante todo o período de contrato. Quando a ferrovia estiver concluída, terá potencial para ser um dos principais corredores de transporte de grãos e contêineres do País Estima-se que devem passar sobre os trilhos cerca de 37 milhões de toneladas no primeiro ano de operação plena. No último ano do contrato de operação, com todo o empreendimento já concluído, a ferrovia deve transportar aproximadamente 84 milhões de toneladas de carga.

19.3.2.2 Acesso ao Porto de Paranaguá

O EVTEA-J indicou a necessidade de melhorias na estrutura urbana da cidade para receber as locomotivas. A construção de um viaduto ferroviário na Avenida Roque Vernalha e um viaduto rodoviário na Avenida Coronel Santa Rita vão oferecer maior fluidez ao trânsito. O investimento também prevê a requalificação de 10 km da linha férrea atual até o acesso ao Porto, com a troca completa de trilhos e dormentes. O investimento neste município está previsto em R$ 240 milhões para a construção de viadutos rodoviário e ferroviário. A conexão ferroviária entre o porto e a tríplice fronteira torna possível a captação de carga de países vizinhos como a Argentina e especialmente o Paraguai. Com os investimentos previstos para o Porto de Paranaguá, o eixo potencializará a redução em 28% do custo logístico, refletindo na elevação da produtividade e competitividade da agroindústria e demais setores produtivos, segundo o EVTEA-J.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.4. PORTOS DO PARANÁ - APPA

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, denominada Portos do Paraná, empresa pública estadual responsável pela gestão dos portos paranaenses, localizados nas cidades de Paranaguá e Antonina, sendo o segundo maior Complexo Portuário do Brasil em volume de movimentação de cargas. Além da delegação da administração dos portos paranaenses, em 2019, por meio do Convênio de Delegação de Competências nº 001/2019, a União concedeu a primeira delegação de competências do país ao Paraná, em reconhecimento à competência técnica, à eficiência operacional e a sólida gestão da estatal. O Convênio, renovado até 2025, delega à Portos do Paraná as competências para conduzir os procedimentos licitatórios para exploração das áreas e instalações portuárias, bem como gerir e fiscalizar os contratos de arrendamento. Para além do aspecto operacional, a Portos do Paraná vem envidando esforços para desenvolver ações sustentáveis e ambientais para solidificar a relação Porto-Cidade, tal como ações para melhorar as condições operacionais, com a implantação de obras de infraestrutura portuária e de acesso, sendo as principais ações relacionadas abaixo:

19.4.1 RELAÇÃO PORTO-CIDADE

Reconhecido como um dos motores do crescimento econômico do Paraná, o Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina preconiza o desenvolvimento sustentável, atento aos impactos sociais da área em que opera, sendo responsável por 44% dos empregos locais. Além de expressiva geração de empregos e renda, a Portos do Paraná investe em infraestrutura viária, mitigando os efeitos da movimentação de veículos, constantemente envolvendo a sociedade civil na tomada de decisões que envolvam os municípios de sua área de influência.

Considerando a relação do porto com as comunidades do seu entorno, a Portos do Paraná executa o Programa de Educação Ambiental (PEA), uma das condicionantes do licenciamento ambiental. Por meio desse programa, ela interage com as comunidades, buscando trazer melhorias de renda e de qualidade de vida para a população. Nesse sentido, em 2023, a Portos promoveu cursos de capacitação em informática básica e de assistente administrativo a 44 jovens dessas comunidades em parceria com o SENAI. Outro curso ofertado em 2023 foi o de corte e costura, em parceria com o SESC e a Prefeitura de Paranaguá, contemplando 10 alunas das comunidades marítimas de Piaçaguera e Ilha dos Valadares.

Dentro do programa Porto em Ação, foram prestados mais de 200 atendimentos à comunidade marítima de Amparo, incluindo ações de meio ambiente, educação, saúde, segurança, higiene, beleza e cidadania.

Das ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental, a Portos do Paraná está investindo na melhoria do saneamento básico das comunidades ilhadas da baía de Paranaguá, considerando que o tratamento do esgoto sanitário é um grande desafio nessas comunidades.

Considerando essa situação, em parceria com a Universidade Federal do Paraná - UFPR, a Portos do Paraná promoveu a instalação de sistemas alternativos de tratamento de esgoto na associação de moradores e na escola estadual da comunidade marítima de Eufrasina, capacitando a comunidade por meio da implantação em formato de mutirões. Depois dessa primeira implantação, três residências de Eufrasina também foram contempladas com esses sistemas, contando sempre com a participação dos moradores locais.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A Portos do Paraná desenvolve na Ilha do Mel o Projeto Compostar para Cultivar, por meio do qual desenvolve ações de promoção da compostagem dos resíduos orgânicos nas residências, estabelecimentos comerciais e nas escolas da localidade. Por meio do projeto, cerca de uma tonelada de resíduos orgânicos foram compostados pelas escolas ao longo do ano, diminuindo a quantidade de resíduos enviada ao aterro sanitário, outra importante contrapartida para a comunidade local.

Outra importante ação desenvolvida pela Portos do Paraná e a limpeza de praias e manguezais localizados no entorno dos portos de Paranaguá e Antonina. Em 2023, foram realizadas três grandes limpezas, uma delas em Antonina, quando foram retiradas cerca de 2,5 toneladas de resíduos, e outras duas na comunidade de Ponta Oeste, na Ilha do Mel, removendo mais de uma tonelada de resíduos da localidade.

No município de Antonina, a Portos do Paraná está desenvolvendo o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, que tem como objetivo principal realizar a recuperação de 40 hectares de áreas degradadas em pequenas propriedades rurais por meio da implantação de sistemas agroflorestais. Ao longo de 2023, foram implantados sistemas agroflorestais cerca de 20 hectares nas quatro bacias hidrográficas atendidas pelo programa, que correspondem aos rios Pequeno, Cacatu, Faisqueira e Cachoeira.

Buscando aprimorar a relação Porto-cidade, a Portos do Paraná participou da 16ª Semana do Meio Ambiente da Prefeitura de Paranaguá, com apresentações sobre os programas desenvolvidos pelo porto e distribuição de materiais didáticos para os visitantes. Foram apresentadas as ações relacionadas à compostagem, ao saneamento básico e à recuperação de áreas degradadas desenvolvidas pela empresa pública. O evento durou quatro dias e contou com visitas de todas as escolas do município, além da participação do público em geral.

Ainda, a Portos do Paraná desenvolve o Projeto Porto Escola – Educação para Sustentabilidade, uma ação voluntária do porto que, em conjunto com as prefeituras de Paranaguá e Antonina, recebe os alunos da 5º série fundamental de ambos os municípios para uma palestra educativa e visita à área portuária. Durante a palestra, são apresentadas informações sobre os cuidados com o meio ambiente, a importância da baía de Paranaguá, a correta gestão de resíduos, além da história dos municípios e dos portos, explicando também como ocorre a operação de ambos atualmente. Na visita guiada, os alunos são apresentados a área operacional de ambos os portos. São atendidas pelo projeto as escolas municipais de ambos os municípios, totalizando cerca de dois mil alunos por ano.

Em 2023, o trabalho de gestão ambiental da Portos do Paraná, incluindo a interação com as comunidades locais, foi reconhecido pela Organização de Portos Marítimos Europeus (ESPO), que certificou o Porto de Paranaguá com o selo Ecoports, a mais importante certificação do mundo voltada à gestão ambiental portuária. Assim, o Porto de Paranaguá é o primeiro porto público brasileiro a conquistar esse certificado internacional, sendo referência mundial em gestão e boas práticas ambientais.

O trabalho de desenvolvimento sustentável realizado no litoral paranaense, aliando proteção ao meio ambiente à crescente movimentação de cargas no comércio exterior, foi reconhecido novamente pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo convidada, como a única autoridade portuária do planeta, a palestrar pelo quarto ano consecutivo, com presença na COP25, realizada em Madrid (Espanha), na COP26, em Glasgow (Escócia) e na COP27, em Sharm el-Sheikh (Egito), e na COP-28, em Dubai.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

19.4.2 ILHAS DA BAÍA DE PARANAGUÁ

No início de 2023, foram finalizadas as obras de reforma e renovação de dois trapiches em Antonina, e de três trapiches em Paranaguá, na Ilha dos Valadares e do Rocio, totalizando o investimento de R$ 14,5 milhões.

Em 2023 foi dado início também à construção de mais seis trapiches nas ilhas situadas no entorno do porto: Piaçaguera, Eufrasina, Ilha do Teixeira, Amparo, Europinha e Vila Maciel. O valor total do investimento será de R$ 19,3 milhões, com previsão de término no primeiro semestre de 2024.

19.4.3 MOEGÃO

Em 2023, foi finalizado o projeto executivo do Moegão, que centraliza a descarga ferroviária de grãos dos terminais que ocupam o cais Leste do Porto de Paranaguá, e que pretende reduzir o tempo gasto no processo de descarregamento do modal ferroviário e aumentar a capacidade de recebimento de vagões de 550 para 900 por dia. O objetivo será reduzir o fluxo de caminhões, diminuir as interferências rodoferroviárias de 16 para 5, melhorar o trânsito na região e aumentar a participação do modal ferroviário. A previsão é de que as obras sejam iniciadas em breve.

Ainda, em 2023, foi também realizada a licitação para a realização das obras de Reestruturação Rodoferroviária da Região Leste do Porto de Paranaguá, visando ao reordenamento do sistema viário e implantação de pera ferroviária para centralização da descarga de trens no Moegão. O valor do investimento será definido com a homologação do certame; entretanto, o valor máximo da licitação foi de R$ 59,9 milhões, com obras a iniciar em 2024.

19.4.4 PROJETOS ESTRUTURANTES

Durante os últimos quatro anos, os Portos do Paraná realizaram o maior conjunto de recuperação, repotenciamento e reformas de sua história, abrangendo a infraestrutura marítima, os acessos e a infraestrutura terrestre do complexo

19.4.4.1 INFRAESTRUTURA MARÍTIMA

As obras relacionadas à recuperação e manutenção nos berços de atracação, nos canais de acesso e na bacia de evolução e de manobras incluem:

- Dragagem de manutenção do canal de acesso, com remoção do assoreamento para manter profundidade adequada à movimentação de embarcações de maiores calados e com elevado nível de segurança; investimentos em 2022 de aproximadamente R$70 milhões, e R$85 milhões até novembro de 2023; com valor contratual máximo de R$ 491 milhões, previstos para os cinco anos de vigência; a manutenção das profundidades nestes anos, garantem a autoridade marítima segurança na tomada de decisões.
- Derrocagem para remoção de formações rochosas que interfiram na navegação na entrada do porto; com investimento de R$ 27,5 milhões. A obra já possibilitou um aumento parcial da profundidade do canal, que gera um ganho de produtividade de 2.100 toneladas por navio graneleiro ou até 600 mil toneladas adicionais por ano; e após o término da obra previsto para fevereiro de 2024, o calado do canal de acesso ao porto de Paranaguá superará a barreira dos 13 metros, aumento ainda mais a capacidade de movimentação do porto.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Dragagem de aprofundamento Berço 219, concluída em 2022, foram investidos R$ 28 milhões para berço com dedicação exclusiva para navios de transporte de veículos, o que especializa o porto ainda mais nesse tipo de carga.
- Recuperação e reforço do Píer Público de Granéis Líquidos do Porto de Paranaguá; investimento aproximado de R$ 19,9 milhões, o primeiro passo do processo de repotencialização que otimizará as operações realizadas.

19.4.4.2 INFRAESTRUTURA TERRESTRE

Obras relacionadas à operação portuária em áreas operacionais e de acesso, destinadas ao aprimoramento da segurança e rapidez na movimentação e transbordo de cargas. Em 2023, a APPA realizou:

- Projeto Executivo da Nova Moega Ferroviária, denominada Moegão, com investimento máximo de aproximadamente R$ 593 milhões, e início das obras em breve. Prevê o aumento da participação do modal ferroviário, com a ampliação da capacidade de recepção de cargas para 24 milhões de toneladas anuais, redução no fluxo de caminhões e diminuição das interferências ferroviárias nas vias urbanas da cidade de Paranaguá.
- Licitação das obras de Reestruturação Rodoferroviária da Região Leste do Porto de Paranaguá, visando ao reordenamento do sistema viário e implantação de pera ferroviária para centralização da descarga de trens no Moegão, com investimento máximo de R$ 59,9 milhões e com obras a iniciar em 2024. O valor do investimento será definido com a homologação do certame.
- Licitação das obras de revitalização do acesso ao Porto de Antonina, incluindo pavimentação em concreto, ciclovia, calçadas, terraplanagem, drenagem, sinalização e demais serviços complementares em vias importantes para o fluxo de caminhões que acessam o Porto Barão de Teffé e o Porto Ponta do Félix no Município de Antonina, com início das obras esperado para 2024.
- Manutenção viária nas vias de acesso ao Porto de Paranaguá, com aproximadamente R$ 3,8 milhões investidos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

20. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJU)

A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) desempenha um papel fundamental na concepção e execução de diretrizes e políticas voltadas para assegurar os direitos fundamentais, promover a justiça, fortalecer a cidadania e preservar a dignidade do ser humano, com o propósito de aprimorar a qualidade de vida mediante a garantia de direitos.

A atuação da SEJU atinge diversas áreas abrangentes, incluindo Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Política Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; e Sistema de Atendimento Socioeducativo.

A estrutura central da SEJU é complementada pela gestão direta de instituições relevantes, tais como 19 Centros de Socioeducação, nove Casas de Semiliberdade, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM), a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) e o PROCON-PR, localizado em Curitiba. Essa abordagem abrangente visa atender às necessidades e demandas relacionadas à justiça, cidadania e direitos humanos em todo o âmbito do Estado do Paraná.

20.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

20.1.1 Garantia de Direitos

A SEJU é a Secretaria que reúne o maior número de Conselhos, sendo: cinco Conselhos de Direitos, dois Conselhos de Gestão de Programas, e cinco Comitês, que tratam de diferentes áreas do interesse público, funcionando como espaços de participação e monitoramento social. Os Conselhos ligados à SEJU que receberam apoio, assessoramento técnico e custeio de despesas (estrutura, viagens, diárias) foram: a) Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (CONDEL PROVITA PARANÁ); b) Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR); c) Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); d) Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (CEG/FEID); e) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); f) Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (CONGES-PPCAAM/PR); g) Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED).

Sobre as Políticas de Garantia de Direitos, a SEJU desempenha atividades relacionadas à criação e implementação de diretrizes e políticas. Além das demais atividades, a Secretaria envolve-se na articulação, fornecimento de orientação técnica, capacitação e execução de ações especializadas. A SEJU também é responsável pelo gerenciamento dos repasses de recursos destinados às políticas vinculadas à Secretaria. Essas ações são segmentadas com base no público-alvo prioritário dessas políticas, e é importante destacar que uma única ação pode impactar múltiplos públicos-alvo devido à sua natureza transversal.

Além da base estrutural, uma de suas vinculadas é a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), que possui como missão o planejamento e realização de programas de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos estaduais e municipais que atuam com demandas sob responsabilidade da SEJU. A escola elabora, em conjunto com as

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

equipes técnicas, os conteúdos, metodologias e procedimentos a serem adotados em cursos de formação, capacitação e reciclagem sintonizados aos interesses, estratégias e objetivos da SEJU.

A Escola de Educação em Direitos Humanos realizou em 2023 um total de 24 eventos de capacitação de servidores, dos diversos setores da SEJU, inclusive da sociedade civil organizada, até o mês de outubro, incluindo os Escritórios Regionais e, totalizando assim 1.869 participantes certificados em vários municípios do Estado do Paraná.

Até dezembro estão previstas de serem realizadas outras quatro capacitações, nas quais se espera capacitar por volta de 300 pessoas. Cabe destacar que, em 24 de agosto de 2023, a ESEDH realizou, no município de Santo Antônio da Platina, o Primeiro Seminário Regional de Socioeducação do Norte Pioneiro, na modalidade presencia. Teve como principal objetivo: discutir as especificidades do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo e a execução no contexto regional. O evento alcançou profissionais como: psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, advogados, conselheiros tutelares, enfermeiros, professores e policiais, oportunizando a certificação de mais de 350 participantes. O trabalho da ESEDH, neste contexto, visa a formação continuada dos servidores e a participação da comunidade externa, promovendo a Educação em Direitos Humanos.

A Unidade Técnica do Projeto Paraná em Ação, vinculada à SEJU, tem a finalidade de oferecer serviços que promovam cidadania, defesa de direitos e inclusão social da população. Instituído através da Lei nº 16.583, de 29 de setembro de 2010, o projeto realizou, em 2023, a oferta de diversos serviços públicos gratuitos indispensáveis para população através de 22 edições. Um dos destaques é a confecção de documentos, tais como Carteira de Identidade (RG), CPF e certidões, entre os demais serviços estaduais, municipais, do poder judiciário e sociedade civil, para promoção social e de cidadania da população.

Na feira de serviços Paraná em Ação, é realizado o Programa Criança e Adolescente Protegido, que foi instituído pela Lei nº 19.634, de 24 de agosto de 2018. O programa é pioneiro no propósito de atender crianças e adolescentes para a confecção de documento de identidade biométrico. Para isso, conta-se faz com o apoio do Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR, do Instituto de Identificação do Paraná – IIPR e instituições de ensino público. O objetivo, ao inseri-los no sistema biométrico do Instituto de Identificação do Paraná, é assegurar os direitos de cidadania e fortalecer a rede pública de segurança contra desaparecimentos, diminuindo os crimes contra a criança.

Em 2023, foram prestados 97.000 atendimentos a um público de 25.000 pessoas, o que gera a média aproximada de quatro atendimentos por pessoa. Foi realizada a emissão de 12.000 carteiras de identidade. As entregas de serviços para população Paranaense foram feitas através de 22 feiras nos seguintes municípios: Terra Boa, Sarandi, Sertaneja, Pontal do Paraná, Paranaguá, Matelândia, Curitiba, Goioerê, Londrina, Peabiru, Cascavel, Salto do Lontra, Maringá, Rio Branco do Ivaí, Irati, Quedas do Iguaçu, Cafelândia, Maringá, Reserva, Missal, Itaperuçu, São Sebastião da Amoreira

20.1.2 Migrantes e Refugiados

O Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná (CEIM), tem o objetivo de fornecer informações e encaminhamentos quanto ao acesso aos serviços públicos estaduais e municipais ao público em questão, respeitando as especificidades dessas populações, bem como prestando o atendimento necessário a fim de assegurar-lhes a integração no território paranaense e a promoção de direitos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

As atividades do CEIM são realizadas de forma integrada e intersetorial, com órgãos públicos e organizações da sociedade civil. A informação e o apoio para a regularização documental são os principais serviços requeridos, pois viabilizam o acesso da pessoa migrante aos seus direitos e aos serviços públicos essenciais.

No ano de 2023, foram realizados mais de 6.000 atendimentos. Entre atendimentos registrados e novos cadastros estão mais de 40 nacionalidades. No ano em questão, as feiras do projeto Paraná em Ação, realizadas no interior do Estado e nos bairros da Capital, registraram 523 atendimentos e encaminhamentos para demais órgãos de prestação de serviços públicos, oferecendo assistência àqueles que necessitavam de orientações acerca de regularização documental.

Ainda no exercício, foi consolidado o “Programa de Integração e Dignidade para as Migrações”, o qual, fundamentado em princípios de respeito, igualdade e dignidade, adotou uma abordagem intersetorial para atender às necessidades de migrantes e refugiados, por meio de três projetos distintos.

O "Projeto Migração em Rede" que focou na capacitação de servidores estaduais e municipais para um atendimento mais eficiente aos migrantes. Ao mesmo tempo, o "Projeto Universidades Além dos Muros e das Fronteiras" estabeleceu uma ponte entre o CEIM e universidades públicas e privadas, proporcionando aos estudantes a compreensão da atuação do Estado no acolhimento de migrantes e refugiados.

Outro destaque foi o "Projeto Dignidade Alimentar Para a População Migrante", que surgiu da análise minuciosa da situação das pessoas migrantes atendidas pelo CEIM, estabelecendo parcerias com organizações locais da sociedade civil para intermediar doações de cestas básicas a famílias migrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e abordando questões como acesso a alimentos, segurança alimentar e dietas culturais.

Além dessas iniciativas, o CEIM lançou o "Migra Paraná", um programa que buscou oferecer serviços gratuitos para migrantes, refugiados e apátridas. Este inclui a regularização documental, cursos, intermediação de mão de obra, microcrédito e diversos serviços sociais. A implementação do “Migra Paraná” ocorrerá em parceria com prefeituras, órgãos governamentais e organizações internacionais, reforçando o compromisso do CEIM com a integração e dignidade das populações migrantes no estado.

20.1.2.1 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

A parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), aliada ao engajamento em eventos nacionais e à preparação para campanhas de conscientização, destaca o compromisso do Paraná em enfrentar o tráfico de pessoas de maneira abrangente e efetiva. O Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas demonstrou papel fundamental no acompanhamento e atendimento de casos específicos, refletindo o comprometimento do Estado em lidar proativamente com essa grave violação dos direitos humanos.

Com esta colaboração estreita com a OIM e o MJSP, o Estado do Paraná lançou o “Fluxo de Atendimento a Vítimas de Tráfico de Pessoas”. Durante o período em análise, foram acompanhados 481 casos, dos quais o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Paraná dedicou atenção a 63 casos específicos.

No decorrer dos meses de maio e junho, uma parceria estratégica com o MJSP foi formalizada para a realização da 9ª Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Este evento marcou o início da preparação para a Campanha Coração Azul 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O mês de julho foi especialmente dedicado à ampliação do conhecimento e da conscientização sobre o tráfico de pessoas. Focando em Curitiba, Região Metropolitana e Foz do Iguaçu, e à realização de ações de capacitação de rede, mobilização e palestras de prevenção. Essas iniciativas visaram fortalecer o fluxo de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas, garantindo uma resposta eficaz e coordenada.

20.1.3 Defesa dos Direitos Humanos

Em 2023 a educação em Direitos Humanos foi impulsionada por um inédito Termo de Cooperação entre órgãos do Governo do Estado, do Sistema de Justiça e da UFPR. Esta colaboração visa formular o plano estadual e implementar o primeiro curso interinstitucional nessa área. Participaram ativamente diversas instituições, desde as Secretarias da Justiça e Cidadania, Segurança Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, OAB-PR e UFPR.

Houve também, no ano em questão, a criação do Observatório Estadual dos Direitos Humanos, vinculado à SEJU, que terá como missão sistematizar dados para embasar políticas públicas e combater desigualdades socioeconômicas, discriminação étnica, religiosa, de orientação sexual e identidade de gênero.

Na esfera da proteção de crianças e adolescentes, o Ministério dos Direitos Humanos contribuiu com a entrega de veículos e equipamentos, um investimento de R$ 3 milhões, destinado aos Conselhos Tutelares de 24 municípios.

No campo atuante de defesa dos direitos humanos, foram realizados dois seminários no Paraná, focados na Política LGBTQIAPN+ e no combate à LGBTFobia. Esses eventos tinham como objetivo ampliar discussões, apresentando medidas e estratégias para criar um ambiente mais inclusivo e seguro para a comunidade LGBTQIAPN+.

20.1.4 Proteção a vidas

A Secretaria de Justiça e Cidadania, por meio dos programas de proteção, desempenha um papel crucial na preservação da integridade e segurança de vítimas, testemunhas, crianças e adolescentes ameaçados, contribuindo ativamente para a promoção de um ambiente mais seguro e protetivo no Estado.

O Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada tem como função principal resguardar a integridade física e psicológica de vítimas e testemunhas que sofreram ameaça, especialmente aquelas cujos depoimentos são cruciais em processos criminais. Em 2023, o programa atendeu seis núcleos familiares interessados em ingressar, realizou avaliações multidisciplinares, e atualmente, acompanha 11 núcleos protegidos, incluindo seis audiências e um júri. O investimento total foi de R$ 1,5 milhão, com contrapartidas do Estado e da União.

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte tem como objetivo preservar a vida de crianças e adolescentes sob ameaça, assegurando a integridade física e psicológica, reintegração familiar, social, comunitária e escolar. No ano de 2023, foram recebidos 109 pedidos de avaliação, resultando na proteção de 48 casos e totalizando 139 vidas protegidas, incluindo 97 jovens do sistema socioeducativo e 42 adultos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

20.1.5 População em Situação de Rua

Durante o ano de 2023 a secretaria apresentou uma série de ações fundamentais, visando o acompanhamento e monitoramento da política da população em situação de rua. Uma das principais ações foi a apresentação do relatório circunstanciado das pessoas em situação de rua, abordando a monitorização da política estadual da população em situação de rua em todo o Paraná.

Houve também a continuidade na elaboração do Plano Decenal Estadual da População em Situação de Rua, com ênfase nos eixos de moradia, habitação, cidadania e direitos humanos.

A SEJU atuou também na campanha de solidariedade "Dignidade nas Ruas" que visa sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades vividas pela população em situação de rua, em decorrência do inverno. Sobre o mesmo tema houve a "Operação Inverno PSR 2023", incluindo o envio de diretrizes de medidas de proteção às baixas temperaturas aos municípios, com incentivo ao envolvimento da população e a atuação em rede para a proteção da População em Situação de Rua durante o frio.

Em 19 de agosto, na celebração o Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua, houve o evento de conscientização, com participação de parceiros para proporcionar documentação, trabalho, cursos e acesso a direitos às pessoas em situação de rua.

20.1.6 Consumidor

Foram atendidos pelo PROCON-PR, de janeiro a outubro de 2023, um total de 82.000 consumidores, conforme dados extraídos dos sistemas de acolhimento de reclamações ProConsumidor e SINDEC. Atualmente este último é utilizado apenas para atendimento do serviço "Procon Responde".

Além dos atendimentos mencionados, o PROCON-PR vem investindo cada vez mais no oferecimento de canais online para o consumidor apresentar suas reclamações, de modo a facilitar sua jornada e trazer resultados mais rápidos e satisfatórios. Um bom exemplo é a plataforma consumidor.gov.br, responsável por aproximadamente 95.000 atendimentos no ano de 2023.

A Plataforma consumidor.gov.br faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando registrar a reclamação online, de forma rápida e eficaz. No exercício, foram realizados 95.565 registros na plataforma, com índice de resolutividade de aproximadamente 78%.

Foram aplicadas 409 multas no valor total de R$ 6,9 milhões (incluídas multas de decisões administrativas proferidas em 2022 e que tiveram a informação da multa aplicada incluída no sistema em 2023). Foram recebidos os pagamentos de 71 multas, perfazendo R$ 473.000,00, com a inscrição em dívida ativa de 92 procedimentos administrativos que totalizam R$ 2 milhões.

Foi realizada a inclusão de 18.000 reclamações no Cadastro de Defesa do Consumidor, nas categorias "Fundamentada Atendida" e "Fundamentada Não Atendida", em observância ao disposto no artigo 44 do Código de Defesa do Consumidor.

Foram elaborados 6.200 pareceres e 6.300 decisões administrativas. Entre as decisões administrativas, 296 correspondem a processos com aplicação de sanção de multa.

Até o mês de dezembro foram enviadas 33 Informações para a Assembleia Legislativa sobre projetos de lei na área da Defesa do Consumidor.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

20.1.7 Socioeducativo

O Sistema estadual da política de assistência socioeducativa é responsável pela gerência dos 19 Centros de Socioeducação e nove Casas de Semiliberdade, distribuídas regionalmente em 16 municípios do Estado do Paraná. Segundo dados extraídos do *Business Intelligence* (BI), de janeiro a novembro de 2023 foram atendidos 2.200 adolescentes, sendo 593 em Internação Provisória, 175 em abrigamento provisório, 1.100 em Medida Socioeducativa em Internação e 263 em Semiliberdade. Até a elaboração deste relatório, o panorama de vagas das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná encontrava-se com 573 vagas para medida de internação, 76 destinadas à internação provisória e 76 vagas para cumprimento de semiliberdade, sendo destas, 51 específicas para atendimento ao público feminino.

Em setembro, foi inaugurada a nova casa de Semiliberdade Feminina de Curitiba Regina Fisher Pessuti. O espaço conta com 481 m² de área construída e 1.848 m² de área total, sendo planejado para atender todas as diretrizes estruturais estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e assim, garantindo com qualidade o fornecimento de 18 vagas.

Visando o fortalecimento do direito à convivência familiar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, é mantido o Projeto Aproximando Famílias, o qual adquire passagens rodoviárias e municipais para realizar deslocamentos entre residências e Unidades Socioeducativas. Este projeto objetiva que adolescentes e familiares que residem fora do município sede destas Unidades Socioeducativas possam realizar visitas semanais. De abril a novembro de 2023 foram realizadas 274 visitas familiares.

O desenvolvimento e oferta das atividades nas Unidades Socioeducativas pauta-se na premissa da incompletude institucional e a intersetorialidade das políticas públicas, fortalecendo a rede de atendimento, com a articulação constante com as Secretarias de Educação, Saúde, Defensoria Pública, Ministério Público, CEDCA, Sociedade Civil, Tribunal de Justiça e Sistema Judiciário, entre outras. A exemplo disso, apresenta-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), que define, por meio da Portaria 1.082, de 23 de maio de 2014, as diretrizes para garantia e ampliação do acesso aos cuidados em saúde dos adolescentes em conflito com a lei.

No ano, foram desenvolvidas ações nas 28 Unidades Socioeducativas, conforme definições descritas nos Planos Operativos Municipais delineados entre Unidade Socioeducativa e Rede Municipal. Os Planos de Ação construídos conjuntamente incluem, para além das capacitações, matriciamento e outras formas de intervenção compartilhadas, garantindo a qualificação do atendimento, partindo as especificidades de cada Unidade de atendimento socioeducativo.

Já a garantia de oferta da escolarização é realizada segundo o Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE), em parceria com a SEED. Neste contexto, a oferta da Educação Básica aos adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa em unidades de internação e internação provisória são realizadas pela SEED dentro dos Centros de Socioeducação. Os adolescentes que cumprem medida nas Casas de Semiliberdade são matriculados na rede estadual de educação, próximo às Unidades, tendo em vista as especificidades do cumprimento da medida de semiliberdade.

Ainda no exercício, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta N° 10, que estabelece as diretrizes para oferta, qualificação e consolidação do atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, assim como aos egressos. A estratégia empregada para consolidação dos novos fluxos foi a realização de duas reuniões técnicas para pedagogos, diretores, técnicos e demais membros da equipe, alcançando 108 participantes.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

No mês de outubro, 254 adolescentes participaram do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA/PPL), que certifica quanto à conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio e 74 adolescentes foram inscritos para o Exame Nacional do Ensino Médio para Jovens sob Medida Socioeducativa ENEM PPL (Pessoas Privadas de Liberdade), aplicado em dezembro de 2023.

Referente à formação para o mercado de trabalho, cada Unidade Socioeducativa contou com a oferta de 88 horas para usufruir de cursos presenciais fornecidos em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), nos ramos de capacitação pessoal e formação profissional escolhidos pela equipe de cada Unidade, levando em consideração os anseios dos adolescentes atendidos. Tais formações foram executadas durante as férias letivas de janeiro e julho.

Concluiu-se em julho o Programa Estadual de Aprendizagem, em atendimento à Lei do Aprendiz n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000, pelo qual foram ofertadas 350 vagas para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de qualquer natureza, egressos, bem como adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Por meio do Acordo de Cooperação Técnica n.º 027/2021 DP-DA, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Instituto Mundo Melhor, encontram-se disponibilizados em Ambiente Virtual (AVA), 150 cursos em diversas áreas de qualificação profissional, aos adolescentes das Unidades, os quais contam com validação acadêmica pela UNOPAR Ponta Grossa. Tratam-se de cursos de curta duração, escolhidos pelos próprios educandos entre diversas áreas, com vistas à autonomia juvenil, para desenvolvimento e consolidação de interesses e aptidões pessoais.

O Clube de Leitura da Socioeducação do Paraná é um projeto iniciado durante a pandemia (2020) que objetiva tratar temas atuais e que, intrinsecamente, tem correlação com os atos infracionais. Os livros são distribuídos para as Unidades e ocorre um encontro online com o autor do livro e os adolescentes de todas as Unidades para conversarem sobre o tema e sobre o conteúdo. Tal prática permite que os adolescentes tenham visibilidade além de seu ato infracional, propiciando o acesso a livros de qualidade e a seus autores.

Conforme planejamento do Projeto "Encontros e (dez) Encontros", encontra-se em pleno vapor a oferta das 10 palestras organizadas em parceria com o Núcleo Estadual de Políticas sobre Drogas – NEPDS/SESP. Com abordagem de temas sensíveis aos adolescentes, a oferta acontece de maneira remota, o que possibilita a participação de educandos de todas Unidades Socioeducativas do Paraná.

Quanto à qualificação profissional de servidores, foram retomadas as capacitações presenciais com o Seminário "Ressignificando a Gestão de Atendimento Socioeducativo", realizado em dois dias e com a participação dos diretores das 28 Unidades Socioeducativas, com o apoio da Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR), pelo recuso Fundo Especial para Infância e Adolescência (FIA).

Foi realizada uma nova capacitação presencialmente, em Curitiba, e com transmissão *online* nos dias 11 e 12 dezembro, intitulada "Práticas e Saberes em Socioeducação do Estado do Paraná - Edição 2023", a qual se destinou a 150 servidores oriundo de todas Unidades do Estado. Também foi aberta para participação de servidores que atuam junto ao município no acompanhamento medidas em meio aberto.

Foram contratados através do Concurso Público 028/2020- DRH/SEAP, 36 candidatos para agregarem ao quadro profissional da CGS, entre Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros, Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais. Os novos servidores já passaram por formação inicial e encontram-se e pleno desempenho de suas funções nos Centros Socioeducativos do Estado.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

21. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA (SEMIPI)

A Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) é o órgão responsável pelo planejamento, formulação, implementação e execução de políticas públicas focada na garantia dos direitos da mulher, dos povos originários e comunidades tradicionais, na igualdade racial, e na garantia dos direitos da pessoa idosa. Seu escopo de atuação abrange a articulação e promoção da transversalidade e integração da pasta às demais políticas públicas estaduais.

Estão vinculados à SEMIPI o Conselho Estadual de Direitos das Mulheres, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa, Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná e Conselho Estadual de Povos Indígenas do Paraná, refletindo o compromisso do Estado com a participação social na construção e monitoramento das políticas públicas.

A criação da pasta demonstra o compromisso do governo com o fortalecimento das políticas voltadas a estes segmentos, já tendo refletido em grandes avanços nas políticas públicas. Pela primeira vez na história, o Estado do Paraná construiu um Plano Plurianual sensível a gênero e raça, mobilizando todas as áreas do governo a planejarem ações para os próximos quatro anos com olhar específico para a promoção da igualdade e da equidade. A mobilização resultou na construção de um PPA com entregas específicas, que se somam aos compromissos já traçados em planos setoriais.

Uma demanda antiga do Conselho Estadual da Mulher era a criação de um Fundo Estadual, que foi sancionado pelo governador já nos primeiros cem dias de gestão da Secretaria (Lei 21.370, de 21 de março de 2023). O Fundo foi não apenas criado, como já está efetuando repasses fundo a fundo aos municípios do Estado, totalizando mais de R$ 5 milhões em investimento na política da mulher. Na política da pessoa idosa, os repasses de recurso fundo a fundo aos municípios alcançaram números recordes, fechando o ano de 2023 com cobertura de 87% do Estado, e investimento de quase R$ 11 milhões.

Ainda no primeiro semestre de 2023, o Estado criou o Conselho dos Povos Indígenas, que vinha sendo pleiteado há 20 anos. A demanda foi concretizada com a sanção da Lei n° 245, de 19 de abril de 2023, que criou o órgão colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador.

21.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

21.1.1 Políticas Públicas para as Mulheres

Foram significativos os avanços das políticas públicas da mulher no primeiro ano de atividade da diretoria. No primeiro semestre o governo lançou o pacote Mulheres por um Paraná sem Violência. Entrou em funcionamento a Ouvidoria da Mulher, com diminuição no prazo de respostas para as denúncias. O Estado todo foi mobilizado com as Caravanas Paraná Unidos pelas Mulheres, e também na luta contra o feminicídio, com o Programa permanente de mobilização e de articulação denominado de Paraná Unido no Combate ao Feminicídio.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Destaca-se a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, que já repassou mais de R$ 5 milhões para fortalecimento da gestão municipal na garantia dos direitos das mulheres.

21.1.1 Fomento ao Protagonismo Feminino

O Paraná lançou no primeiro semestre a Caravana Paraná Unido Pelas Mulheres, realizando 10 encontros macrorregionais que mobilizaram mais de 4.000 pessoas. Teve como objetivo orientar gestores municipais sobre a importância da criação de estrutura de gestão própria como Organismos Próprios de Políticas para Mulheres (OPM's), Conselhos Municipais de Políticas para Mulheres e Fundos Municipais de Políticas para Mulheres para o fortalecimento do sistema de governança estadual e municipal através de abordagem contributiva e dialogada.

Considerando ser uma Secretaria recém-criada, a Caravana também apresentou a SEMIPI como avanço significativo promovido pelo Governo do Estado, beneficiando as 5,8 milhões de mulheres do estado, com intuito de fortalecer ações para o protagonismo e empoderamento feminino nos territórios, bem como, articular a indução das redes de proteção locais. Estabeleceu Acordo de Cooperação com a Associação de Municípios do Paraná – AMP, o que permitiu o fortalecimento do municipalismo e o apoio neste processo de mobilização, orientação e discussões sobre políticas públicas para as mulheres em conjunto às 19 associações de municípios. Participaram efetivamente desta formação, 3.685 pessoas e 304 municípios, perfazendo um total de 76% de municípios atingidos.

Dos 399 municípios do Paraná, 191 já realizaram a implementação de Conselhos Municipais (47,9%). Destes, 116 municípios instituíram também Fundos para a Política da Mulher (29%). Ainda, 41 municípios instituíram os organismos próprios de Políticas para Mulheres (10,2%) aderindo ao Paraná que Respeita as Mulheres e Unido no Combate ao Feminicídio. Esta rede cresceu significativamente com a criação da SEMIPI e fomento à estruturação municipal para a garantia de direitos das mulheres. Até 2022, apenas 106 municípios possuíam esse conselho instalado, podendo ser verificado, portanto, um crescimento de 80% no número de municípios com conselho.

Com foco no Empoderamento Feminino e também no enfrentamento às violências, duas Unidades Móveis denominadas "Ônibus Lilás" realizaram, entre março a novembro de 2023, participação em 114 eventos, em 92 municípios do Estado. Ao todo, 10.609 pessoas foram impactadas com as ações de prevenção e conscientização, e 335 mulheres foram atendidas com relação ao enfrentamento às violências. Estão inclusas as participações do Ônibus Lilás em 17 eventos do Programa Paraná em Ação e Justiça nos Bairros.

Foi firmado o Acordo de Cooperação com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), que objetiva representar, fomentar, desenvolver, capacitar e promover socialmente o cooperativismo por meio de ações empreendedoras para as mulheres nos municípios do Estado do Paraná. Estão em desenvolvimento projetos especificamente voltados aos povos e comunidades tradicionais do litoral e às regiões com baixo IDHM e que possuem potencial já identificado de desenvolvimento sustentável. Para fortalecer conceitos, princípios, diretrizes e ações voltadas ao protagonismo feminino, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional, bem como fortalecer o cooperativismo como ferramenta indutora de desenvolvimento e inclusão social, colaborando com mulheres que tem interesse no modelo cooperativista como uma alternativa social no acesso ao trabalho, emprego e geração de renda está em desenvolvimento a ampliação em escala estadual de formação para uma prática cooperativista em âmbito estadual.

A SEMIPI atuou em iniciativas inéditas que estão em desenvolvimento sendo: Salas de Apoio à Amamentação; oferta de Formação Continuada para servidores municipais e estaduais chegando a formatação da Especialização em Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas que será

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

ofertada em 2024; cooperações com coletivos e organizações de mulheres cooperações para ampliação de ofertas com Universidades Públicas e Privadas.

Em parceria com outras Secretarias e Órgãos, a Coordenação iniciou Programas, Projetos e iniciativas de prevenção e promoção aos Direitos das Mulheres Paranaense sendo destaque a elaboração de estratégias para a prevenção e combate ao assédio e violência contra as mulheres no Turismo, a qualificação e oferta de oportunidades de empoderamento e autonomia no acesso à carteira nacional de habilitação,

O desenvolvimento de ações preventivas às violências de gênero na Educação e a organização de um Programa de Dignidade Menstrual.

21.1.2. Enfrentamento às Violências contra as Mulheres

O Estado do Paraná tem se destacado pelo comprometimento na formulação, implementação, articulação e acompanhamento de ações, programas e projetos voltados ao enfrentamento e à eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, dentre outras atividades correlatas por meio da Coordenação de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres (CEVIM). No ano de 2023, foram desenvolvidas várias iniciativas que demonstram o compromisso do Paraná com a garantia de direitos das mulheres no Estado.

Criação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, instituído pelo Decreto n.º 2791, de 13 de julho de 2023, objetivando congregar e fortalecer as políticas públicas setoriais por meio da reorganização e atualização do funcionamento de serviços e fluxos, com saberes, conceitos, instrumentos e experiências na perspectiva de ações de prevenção, combate e atendimento às mulheres em situação de violência e/ou risco.

A Campanha Estadual "Paraná Unido no Combate ao Feminicídio" foi lançada como um apelo à conscientização, uma chamada para agir e transformar nossa sociedade em um lugar livre de qualquer violência contra as mulheres, por meio da mobilização em ruas, fóruns de debates, caminhadas. Foi realizada no dia 22 de julho de 2023, dia estadual de combate ao feminicídio, a Primeira Caminhada do Meio-Dia, ação que compõe a Campanha Estadual Paraná Unido no Combate ao Feminicídio, que contou com a participação de mais de 70 municípios paranaenses, representando mais de 60% da população do Estado lutando pela vida e no combate à violência contra a mulher, caminhando no mesmo propósito - o fim do feminicídio. Além disso, contou a produção de vídeo institucional cartelado da Campanha Paraná Unido no Combate ao Feminicídio, com a utilização de imagens e locução, explicando de maneira didática o que é o feminicídio, inserindo dados sobre o crime no Paraná, divulgação de informações e os canais de denúncia.

Considerando o Pacote de Dez Medidas da Campanha Estadual Mulheres Por Um Paraná Sem Violência, o Paraná firmou o compromisso para formação continuada de seus servidores, terceirizados, residentes e estagiários, posto que foram realizadas as palestras: "Prevenção contra as práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho" em maio e "Combate à violência contra a mulher no ambiente de trabalho" em junho, palestras estas voltadas à conscientização dos participantes, líderes, chefes de setor, supervisores e gestores sobre a promoção de um ambiente de trabalho seguro, respeitoso e igualitário.

Nesse sentido, cumpriu-se a meta da ação 3.3.2 do Plano Estadual de Direitos das Mulheres que prevê a promoção de campanhas no âmbito de instituições públicas e empresas privadas para informar a sociedade sobre os direitos das mulheres, com foco na prevenção ao assédio sexual e moral e combate à violência Institucional.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Além disso, foram desenvolvidas falas específicas referentes a conteúdos sobre as mulheres, como por exemplo, o Webinário "Paraná Unido no Combate à Violência contra a Mulher" realizado em parceria com a Escola de Gestão em alusão ao agosto Lilás com o tema "Violência doméstica: a importância de uma escuta generosa quando a mulher rompe o silêncio e busca ajuda". Bem como, fala no evento "Direitos das Mulheres e Políticas Públicas sobre Drogas" realizado em parceria com o Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas no mês de junho.

Nesse contexto, foram criados três Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMs), em Irati, Loanda e Quatro Barras, um aumento de 23%, totalizando 16 CRAM's municipais no Paraná. Por conseguinte, dessas construções foi elaborado um Caderno Orientativo para nortear e apoiar os Municípios na implementação, melhorias e normatização de protocolos dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher.

A CEVIM também realizou 18 visitas técnicas nos municípios do estado do Paraná, onde a equipe desenvolveu orientações e subsídios sobre Políticas Públicas de atendimento às mulheres em situação de violência e prevenção da violência. Os municípios visitados foram: Apucarana, Araucária, Campo Mourão, Cianorte, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ibiporã, Irati, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Pinhais, Ponta Grossa, Rio Negro, Sarandi, Toledo, Umuarama. Além da participação em eventos externos realizados em outros Estados, como o Seminário Internacional sobre Monitoração Eletrônica – Tecnologia, Ética e Garantia de Direitos, do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília/DF, no mês de junho; o 1º Encontro Nacional Das Casas Da Mulher Brasileira, em Brasília/DF, em julho; o IV Seminário de Violência Doméstica com o tema Guardiã Maria da Penha: Educar para Romper a Cultura Da Violência em São Paulo/SP, no mês de agosto.

Ademais, foram realizadas diversas reuniões intersetoriais com outros órgãos do Poder Executivo, responsáveis pelas políticas da saúde, segurança, educação, justiça, trabalho e assistência social, e também com órgãos do Sistema de Justiça, permitindo a implementação de políticas mais integradas e eficazes para prevenir e combater a violência contra as mulheres.

Ainda, a CEVIM atua como apoio técnico na Comissão de Enfrentamento às Violências e na Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), fortalecendo a atuação do controle social.

A equipe técnica no CEVIM esteve na coordenação dos procedimentos para operacionalização do cofinanciamento estadual fundo a fundo aos municípios em Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher, aprovada pela Deliberação CEDM nº 008/2023 – CEDM, que disponibilizou aporte de recursos financeiros para aprimoramento de sistema de governança (Organismo de Política para Mulheres – OPM) e da rede de serviços (Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM ou similar e Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência – Casa Abrigo), como cota variável e de forma cumulativa, aos municípios habilitados.

21.2 Política da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais

Neste primeiro ano de atividades da Diretoria da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, o governo do Estado estabeleceu uma linha clara de defesa e garantia de direitos, combate às violências e promoção da igualdade e equidade. Importantes iniciativas demonstram o avanço da pauta, como a constituição do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo, o apoio à execução dos jogos indígenas, o atendimento sistemático às situações de emergência em segurança, além da aguardada criação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, seguido do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

apoio a Conferências livres no interior do Estado, e da execução, neste mês de dezembro, da primeira Conferência Estadual dos Povos Indígenas do Paraná.

21.2.1 População Negra

Foi criado o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo, com o objetivo de analisar, debater e elaborar estudos e alternativas de combate ao Racismo no estado do Paraná. Uma ação que está incorporado ao Grupo de Trabalho está o lançamento da "Campanha Paraná Unido contra o Racismo", realizada de forma intersetorial, no dia 21 de novembro – Dia da Consciência Negra, no Congresso de Governança Pública da Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE), que contou com a participação de 950 participantes. Também foi realizado o Seminário Racismo Estrutural, em parceria com a Secretaria da Cultura, no qual se abordou o fator histórico do racismo estrutural e os elementos importantes para combatê-lo.

Foi realizada a parceria no Lançamento da Rede Brasil Afro Empreendedor PARANÁ (REAFRO), organização sem fins lucrativos focada no fomento, apoio e fortalecimento do afroempreendedorismo.

Além disso, foram promovidos dois Encontros das Mulheres Negras. O 1º Encontro teve o objetivo de acolher as demandas e propostas das mulheres negras em relação ao mercado de trabalho, saúde e violência. Já o 2º Encontro buscou acolher as demandas da sociedade civil organizada, para a construção coletiva de políticas públicas para a igualdade racial e da defesa das mulheres negras, além do demonstrativo das ações e propostas contidas no plano do Conselho de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR).

Ademais, foi realizada a Caravana Juventude Negra Viva – Etapa Paraná, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, que contou a presença de 130 jovens participantes, bem como, organizações não governamentais, autoridades governamentais, acadêmicos, e membros da sociedade civil. Os objetivos foram elaborar diagnóstico sobre a situação atual da violência e vulnerabilidades sociais que afetam população negra paranaense entre 15 e 29 anos, assim como, propor diretrizes e estratégias orientadoras do Nacional Plano Juventude Negra Viva. O evento aconteceu nos dias 17 e 18 de julho.

Em parceria com o grupo de Trancistas será realizado I Encontro de Trancista em dezembro. O evento contará com a participação de trancistas de Curitiba, onde serão desenvolvidas várias técnicas de tratamento de cabelos trançados e cuidados com os mesmos. Ao final terá premiação para a trança melhor desenvolvida.

21.2.2. Povos Indígenas

No mês de abril foi sancionada a Lei nº 21.430/2023, a qual instituiu o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná (CEPI), pleiteado há quase 20 anos pelas comunidades indígenas paranaenses. Foram realizadas, pelas aldeias indígenas, com apoio da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa e Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, as Conferências Livres dos Povos Indígenas, nos quais foram indicados(as) representações de cada comunidade/aldeia e definidos 103 delegado(as) para a etapa estadual.

A Conferência Estadual ocorreu em Foz do Iguaçu entre 1 e 3 de dezembro, com a eleição dos membros representantes dos povos indígenas no Conselho Estadual. A Conferência foi

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

marcada pela união das três etnias indígenas do Paraná (Kayganges, Guaranis e Xetas), marco inédito e histórico, reconhecido e comemorado por todas as lideranças indígenas presentes.

No âmbito do papel articulador do Estado, foi realizada a Frente interinstitucional Xetá pela SEMIPI, junto com a FUNAI, MPPR, DPU, DPE, UFPR e representantes indígenas pertencentes à etnia Xetá, no qual estabeleceu a frente de atuação em prol deste povo, com o objetivo de dar visibilidade e mediar conflitos e demandas do grupo.

Em parceria com a Secretaria de Estado do Esporte, foram promovidos os Jogos Indígenas nos municípios de Paranaguá e Maringá, abrangendo um total de 850 indígenas. O evento teve representação das Aldeias: Marreca, da cidade de Turvo; Terra Indígena Faxinal, de Cândido de Abreu; Ivaí, de Manoel Ribas; Terra Indígena, de Mangueirinha; Mococa, de Ortigueira; Rio das Cobras, de Nova Laranjeira; e Terra Indígena Tamarana, de Tamarana.

Em parceria interinstitucional com a Defesa Civil e prefeituras municipais, foram distribuídas um total de 8.594 cestas básicas de alimentos, em 30 municípios, a pessoas e famílias dos povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade e em insegurança alimentar do Estado do Paraná, com acompanhamento. Esta ação foi realizada pela Defesa Civil do Paraná, contudo, a Diretoria da SEMIPI fez o levantamento das famílias indígenas em situação de vulnerabilidade, organizou a logística para a entrega das cestas básicas, bem como, o monitoramento das referidas entregas, efetuados na chegada e durante a distribuição. Destaca-se que esta é uma ação emergencial devido à dificuldade pontual de atendimento dessa natureza pelo órgão federal responsável.

21.2.3. Povos Ciganos

Foi promovido o 1º Encontro Estadual dos Povos Ciganos, no qual foram apresentadas as demandas e definidos eixos temáticos para a construção de políticas públicas que considerem as suas especificidades. O evento teve a presença de lideranças ciganas e representantes de diferentes grupos étnicos, Roms e o Calons, representantes das associações dos povos ciganos do Paraná: Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI); Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil (COMCIB); e Confederação Brasileira Cigana, com a participação de cerca de 60 pessoas.

Nos dias 05 e 06 de julho, a Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais (DIRPCT) recebeu a Caravana Brasil Cigano, iniciativa do Ministério da Igualdade Racial tendo como objetivo conhecer a realidade das comunidades ciganas Calons e Roms do estado do Paraná. Foram realizadas visitas nos acampamentos ciganos em São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e a família cigana Lovanovitchi Rom, contando com a presença de 60 pessoas. Além disso, foi realizado o encontro Caravana Brasil Cigano, no qual foi apresentado o plano de políticas públicas para esta política, que está sendo construído pelo Ministério da Igualdade Racial. O evento aconteceu em Curitiba e contou com a presença de representantes do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, lideranças dos povos ciganos, bem como representantes Secretarias de Estado: SEED, SEEC, SEMIPI, SESP, SETI, SEJU e SEDEF.

21.2.4. Povos Matriz Africana

Foi promovida em comemoração ao Dia da África, em 21 de março, a exposição "A África e o Legado Afro-Brasileiro" e apresentação de Dança Africana e do Coral Negro de Curitiba. Além disso, foi realizada a 1ª Roda de Diálogo com as lideranças dos Povos das Religiões de Matriz Africana no

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Paraná, com o intuito de construir políticas públicas para este segmento populacional, desconstruir estereótipos e promover respeito à herança africana.

21.2.5. Comunidades Quilombolas

Foram realizadas visitas técnicas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, a saber, Comunidade de Palmas, Comunidade de Maria da Trindade Batista, Comunidade Tobias Ferreira e Comunidade Manoel Ciríaco. Tais visitas tiveram por objetivo verificar as demandas e reivindicações, para garantia de direitos e geração de renda, na construção de programas, direcionados ao desenvolvimento dos povos e comunidades que utilizam o solo de modo sustentável e preservam o meio ambiente.

21.3. Políticas Públicas para a Pessoa Idosa

A divulgação do Censo Demográfico 2022 confirmou a tendência de envelhecimento populacional, mobilizando o poder público a ajustar políticas para promoção de um envelhecimento saudável e ativo, e a garantia dos direitos da pessoa idosa.

O Governo do Estado promove, incentiva e fomenta que os municípios estejam aptos a propiciar uma longevidade saudável, ativa, sustentável, baseada no "Guia Global: Cidade Amiga do Idoso" e "Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas", elaborados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O Paraná é o estado brasileiro que possui o maior número de municípios pertencentes à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigáveis da Pessoa Idosa, reconhecidos pela OMS. Ou seja, um trabalho coletivo para implantar em todo o Estado ações em nove dimensões que asseguram o compromisso de uma vida justa e digna para a população idosa. São elas: espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; e apoio comunitário e serviços de saúde, além de Escolhas Locais, tudo pensado para atender as demandas próprias do envelhecimento e garantir "vez e voz" a quem envelhece.

As instâncias de garantia de direitos e o controle social são essenciais, desta forma, 100% dos municípios possuem conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa, 98% possuem fundo municipal para arrecadação e destinação de recursos específicos da política e 91% possui Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. O Estado tem seu próprio Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, e neste mês de novembro foi lançada a campanha de captação de recursos de pessoas físicas e jurídicas por meio de uma parcela do Imposto de Renda. Esses recursos são direcionados a projetos, programas e serviços que visam a promoção, prevenção, proteção e garantia dos direitos da população idosa no Paraná, e são repassados fundo a fundo aos municípios, inclusive para fortalecimento dos Centros de Convivência, Centros Dia e Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas.

21.3.1. Fortalecimento e Descentralização de Direitos da Pessoa Idosa

No contexto da proteção, promoção e defesa dos direitos, em consonância com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR) foram deliberados recursos no montante de R$ 10,9 milhões, em duas Deliberações:

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- 019/2023-CEDI/PR, no valor de R$ 7,4 milhões para Centros-Dia, com quatro linhas de ação e 100% de adesão para 157 municípios: I - ações para a implantação/implementação de projetos, programas e/ou serviços de prevenção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, incluindo o Serviço de Centros-Dia, para a população idosa com idade igual ou superior a sessenta anos e/ou; II – aquisição de materiais de higiene (geral e íntima) para garantia dos direitos a saúde e integridade da pessoa idosa (fraldas geriátricas e congêneres, bem como produtos de higiene complementares e/ou materiais de proteção e segurança) e/ou; III – ações de enfrentamento às violências contra a pessoa idosa e/ou; IV – ações de promoção de cuidados para cuidadores familiares na perspectiva da manutenção do cuidado familiar e proteção da pessoa idosa.
- 024/2023 – Incentivo ao Turismo, Lazer e Cultura - PARANÁ VIAJA MAIS 60 – Turismo Rodoviário no Estado do Paraná, no valor total de R$ 3,5 milhões, com 100% de adesão dos 346 municípios habilitados.

Esses pagamentos estão em fase de efetivação ainda no corrente ano. Destaca-se ainda que outros eventos e ações significativas também compõem a implementação de políticas públicas para a população idosa do Paraná.

21.3.2. Disque Idoso Paraná

Trata-se de um serviço telefônico estadual gratuito ligado a um banco de dados que colocam à disposição da população nos 399 municípios, orientações sobre os direitos da pessoa idosa, registro de denúncias, encaminhamentos, informações e sugestões sobre serviços públicos. Foram registrados, até 30 de outubro, um total de 5.381 atendimentos, sendo 2.532 denúncias e 2.849 orientações e informações com encaminhamentos à Rede de Proteção à População Idosa.

2 1.3.3. Inclusão Digital para a pessoa idosa

Em atenção ao 2º Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, a promoção da inclusão digital para a pessoa idosa, em parceria com a CELEPAR ocorreu nos municípios de Contenda, Quitandinha, Flor da Serra do Sul, Planalto, Capanema, Califórnia, Marilândia do Sul, Mercedes, Terra Roxa, Engenheiro Beltrão, Cianorte, Cascavel, Maringá, Toledo, Mariluz, Brasilândia do Sul, Assis Chateaubriand, Mariluz, com um total de 16 cursos de smartphones 60+ e workshops em diversos municípios. No período de 15 de maio a 31 de julho, o curso ConfiPAR – Conselho e Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Paraná com a participação efetiva de 555 pessoas de vários municípios.

21.3.4. Autonomia e Lazer

Visando a contínua aprendizagem das pessoas idosas, foi conduzida a Ação de Empregabilidade 50+ em Curitiba. Outra ação significativa foram os Jogos de Integração do Idoso que ocorreram no município de Guaratuba e Pontal do Paraná, com a participação de 75 municípios e 2.000 pessoas idosas bem como o evento Paraná em Ação em Peabiru, Salto do Lontra, Maringá, Missal e na Associação Batista de Ação Social de Curitiba, durante o período de junho a outubro.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Destaca-se, ainda, o I Seminário Paraná Amigo da Pessoa Idosa, ocorrido em Curitiba nos dias 12 e 13 de setembro, com a participação de representantes de 129 municípios.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

22. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

À Secretaria de Estado da Saúde (SESA) compete a formulação, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação da Política Estadual da Saúde, almejando a organização e a regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Paraná e a promoção, prevenção, atenção, recuperação e a vigilância em saúde com qualidade e igualdade, por meio de uma gestão estratégica e participativa, articulada com outras áreas governamentais e a sociedade civil, e com resultados para a saúde da população paranaense. Respeitando o princípio da universalidade, o seu público-alvo é a população que aqui se encontra (residente ou de passagem).

As ações prioritárias que a SESA desenvolve têm como base o seu Mapa Estratégico e as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná (PES) 2020-2023, instrumentos guia para as principais realizações. Ressalta-se que o Mapa Estratégico da SESA foi revisado em 2023, com a finalidade de alinhar aos objetivos do Plano de Governo.

A Saúde no Paraná está focada em Regionalizar a assistência, levando o direito à saúde próximo dos cidadãos, o que exige planejamento, coordenação e parcerias. Oferecer serviços de qualidade ao cidadão é um desafio constante, por isso, planejar, executar e avaliar é uma tarefa permanente e que deve ser realizada a partir das realidades locais, com a participação dos usuários. Nesse sentido, o Planejamento Regionalizado Integrado (PRI) é um compromisso constante neste Governo e é organizado respeitando e reconhecendo os avanços já conquistados.

A promoção da equidade em saúde busca garantir o acesso aos serviços e ações de saúde, considerando as condições de vida e necessidades das populações específicas que vivem em contexto de vulnerabilidades, como as comunidades tradicionais e os povos indígenas, população negra, migrantes, refugiados e apátridas, pessoas privadas de liberdade, em situação de rua, comunidade LGBTQIAPN+, ciganos e adolescentes em conflito com a lei.

Para promover a Regionalização, foram definidas as prioridades sanitárias em conjunto com os gestores municipais, trabalhando nas quatro macrorregiões do Estado. Esse movimento resultou na definição de quatro Linhas de Cuidado Prioritárias, que serão implementadas, com enfoque na Saúde Mental, na Assistência Materno Infantil, na Atenção às Condições Crônicas e na Saúde do Idoso. A adoção desta estratégia na orientação ao processo de Regionalização no Paraná, vem como resposta aos desafios que resultam das transformações demográficas, sociais e epidemiológicas do Paraná, de modo que se busca, constantemente, a superação de vazios assistenciais e a redução da desigualdade.

Durante o ano, foi reestruturado o Grupo Condutor Estadual para a condução do Planejamento Regional Integrado (PRI). Foram realizadas reuniões de alinhamento técnico com os consultores externos da Beneficência Portuguesa, do Ministério da Saúde, dos municípios e da SESA. Também houve pactuação e realização dos Encontros Macrorregionais de Saúde, em oito etapas, sendo quatro presenciais e quatro remotos, bem como foi estabelecido o cronograma para 2024. Por fim, foi formalizada a constituição dos quatro Grupos Condutores Macrorregionais (GCM), que serão responsáveis pela implementação das Linhas de Cuidado priorizadas.

Quanto à prevenção de violências e acidentes e à promoção da saúde e da cultura de paz, foram destaques a realização do III Simpósio de Cultura da Paz e Promoção da Saúde: Direitos Humanos e Desenvolvimento Integral e do VIII Fórum Estadual do Programa Vida no Trânsito do Paraná: Promoção da Saúde e Mobilidade Segura e Sustentável.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A SESA manteve as ações que contribuem para a redução das iniquidades em saúde, com destaque para: a) repasse anual de incentivo financeiro estadual no valor de cerca de R$ 309.000,00 destinados a 18 municípios, que possuem nos seus territórios 43 Comunidades Quilombolas e/ou Negras Tradicionais; b) repasses de recurso de custeio, referente à contrapartida estadual para o cuidado em saúde das pessoas privadas de liberdade no valor anual de mais de R$ 410.000,00, para manter as Equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) credenciadas pelo Ministério da Saúde; e c) realização de oito seminários intersetoriais do Programa Bolsa Família, envolvendo trabalhadores municipais da saúde, educação e assistência social dos 399 municípios do Estado.

Também se destacaram ações com vistas à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças crônicas como: a) disponibilização de aproximadamente 1 milhão de kits para coleta do exame citopatológico do colo do útero para 398 municípios do estado, perfazendo cerca de R$ 2 milhões; b) disponibilização de 847 agulhas para biópsia de mama, com investimento de aproximadamente R$ 30.000,00; c) emissão de 158.100 carteiras de saúde da mulher; d) organização e divulgação da Campanha Paraná Rosa 2023; e) disponibilização de 31 cursos na área de oncologia em parceria com a Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE); f) capacitação sobre Legislação e Controle do Tabaco; g) capacitação sobre tratamento de cessação do tabagismo, em parceria com o INCA, para profissionais de saúde da rede SUS do Paraná, com 257 profissionais certificados; h) viabilização da capacitação virtual sobre Prevenção à Iniciação ao Tabagismo, proposta pelo INCA, para profissionais da saúde e educação, vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) ou à Atenção Primária à Saúde e estabelecimento de ensino, com 652 inscritos; i) distribuição de medicamentos para apoio à cessação do tabagismo; h) apoio à Operação Safra, em parceria com outros órgãos da administração pública, com ações e serviços de promoção e educação em saúde, voltadas aos caminhoneiros; e f) realização de oficina com os profissionais que atuam nos 32 Núcleos Regionais de Educação e nas 22 Regionais de Saúde para fortalecer as ações do Programa Saúde na Escola.

A SESA, por meio do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (APS), reiterou o compromisso do Paraná em fortalecer a APS como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde, via repasse aos municípios do incentivo de custeio, perfazendo um montante na ordem de R$ 43,5 milhões, nas competências de janeiro a outubro de 2023, aos 391 municípios elegíveis, bem como repasse de R$ 15 milhões, conforme Resolução SESA n.º 1.466/2023, para atender ações e serviços de saúde em prol do fortalecimento dos Atributos da APS, em especial as atividades de educação permanente do PLANIFICASUS PARANÁ. Ainda, foi realizada a habilitação dos municípios para o recebimento de incentivo financeiro de investimento na modalidade fundo a fundo, para a implantação do transporte sanitário, no valor de cerca de R$ 276 milhões, bem como investimento para aquisição de equipamentos para estabelecimentos da RAS, no valor de aproximadamente R$ 55,1 milhões e a doação de 15 veículos para as equipes de Saúde da Família.

Visando à qualificação dos profissionais de saúde da APS, ocorreram capacitações na 9ª, 16ª e 19ª Regionais de Saúde, sobre a estratégia e-SUS (e-SUS APS) – Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e indicadores do Previne Brasil, tendo sido realizada visita técnica sobre os indicadores de desempenho da APS do Previne Brasil nos municípios de Guaraqueçaba e Teixeira Soares. Também foi realizado evento híbrido de acolhimento com os profissionais médicos do Programa Mais Médicos para o Brasil, no Paraná, e capacitações para multiplicação da avaliação neurológica simplificada de hanseníase para os técnicos das 22 Regionais de Saúde.

Para o fortalecimento das ações em Saúde Bucal, foi realizado investimento da ordem de R$ 26,9 milhões em equipamentos odontológicos, destinados às unidades de saúde dos municípios. A Resolução n.º 105/2023 estipulou a distribuição de 250 consultórios odontológicos completos, a serem adquiridos. Para a implementação da Linha de Cuidado em Saúde Bucal, foi concluído o

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

processo de validação do Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Bucal e criado o sistema de informação para a implantação da nova Estratificação de Risco em Saúde Bucal (ERSB) no estado, além da capacitação presencial de cirurgiões-dentistas da atenção primária sobre Prevenção e Detecção Precoce do Câncer Bucal nas quatro macrorregiões do estado. Com a continuidade dos Programas Estratégicos, distribuiu-se insumos necessários, sendo 218 frascos para biópsia, 350.000 sachês de fluoreto de sódio e 4.136 kits de cimentos de ionômero de vidro.

Em relação à saúde materno-infantil, foi mantido o Projeto de Educação Permanente "Terça Tece Linha", para alinhar as informações sobre a Linha de Cuidado Materno Infantil. Também foram realizadas capacitações presenciais e online para a Qualificação da Atenção Pré-Natal na 1ª, 3ª e 4ª Regionais de Saúde, com participação de cerca de 300 profissionais. Ademais, foram coordenadas reuniões a respeito de ações de prevenção do óbito materno, para atualização e orientações aos hospitais pertencentes à Linha de Cuidado Materno Infantil e à qualificação da notificação e monitoramento do *Near* Miss Materno, para fortalecimento dos serviços hospitalares notificadores nas quatro macrorregiões.

Também foi elaborada a Nota Orientativa n.º 01/2023 – Chikungunya, que orienta sobre o manejo de gestantes e recém-nascidos no Estado, e a Nota Técnica n.º 7/2023 – DAV/SESA-PR (Del CIB PR n.º 47/2023), que estabelece o fluxo para a realização de Esterilização Cirúrgica Feminina-Laqueadura e Esterilização Cirúrgica Masculina-Vasectomia no Estado do Paraná. Outras ações da Linha de Cuidado Materna Infantil foram: a) confecção e distribuição de 97.500 mil carteiras de gestante, para as 22 Regionais de Saúde do Paraná; b) descentralização do processo de dispensação da imunoglobulina ante e pós-parto, para gestantes Rh negativo; c) formatura de 34 enfermeiros obstetras da 1ª, 2ª, 10ª e 20ª Regionais da Saúde, pela SESA e ESPP-PR, com investimento total de R$ 572.000,00; e d) aquisição de equipamentos para a implantação do Centro de Simulação Realística, no valor de cerca de R$ 4,9 milhões, para programas de capacitação profissional.

Em relação à Saúde da Criança e do Adolescente, em abril foi realizada a formação de tutores na Estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta, junto ao Ministério da Saúde, para todas as Regionais da Saúde, com 18 novos tutores. Essa estratégia visa fortalecer, promover e garantir o direito à continuidade do aleitamento materno após a licença e retorno ao trabalho.

Entre os meses de abril e maio, ocorreu a sensibilização do Método Canguru, junto à referência estadual no método para 11 serviços com UTI neonatal do estado, com aproximadamente 60 profissionais. O método visa o contato pele a pele prolongado ou pelo maior tempo possível e estímulo ao aleitamento materno, reduzindo e otimizando a manipulação do bebê para procedimentos. Esse método reduz o estímulo à dor, promove o vínculo entre mãe e bebê, além da redução do tempo de internação e buscando a não reinternação após a alta.

Também ocorreu o evento do "Agosto Dourado" – capacitação em aleitamento materno, com participação de aproximadamente 150 profissionais da saúde e o lançamento da Caderneta da Criança, que traz orientações quanto ao nascimento da criança e dados maternos, entre outras informações a respeito da saúde materna e infantil.

Com o objetivo de qualificação do atendimento ao adolescente na APS, foram realizados o Seminário da Saúde do Adolescente e a capacitação do Teste do Pezinho – teste biológico da triagem neonatal, abordando todos os aspectos envolvidos, com aproximadamente 130 participantes.

A fim de melhorar as condições de saúde da população com a promoção de hábitos de vida mais saudáveis e acompanhamento e prevenção à obesidade, a SESA realizou capacitação sobre Cuidado às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade, bem como a formação em Acupuntura para médicos da APS e a formação de tutores da Estratégia Amamenta e Alimenta. Também houve

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

implementação junto aos municípios da Estratégia Nacional de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA) e do Programa Saúde na Escola.

Com o intuito de ampliar o atendimento em saúde às pessoas com deficiência, foi dado continuidade ao Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Aquisição de Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional, para a Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência e Reabilitação da Síndrome Pós-COVID-19, com o repasse iniciado em 2022, totalizando cerca de R$ 7 milhões até novembro de 2023, atendendo a 232 municípios.

Entre as ações de educação permanente, destacaram-se a Capacitação Multiprofissional em Análise do Comportamento Aplicada, voltada ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e a Capacitação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pais, cuidadores e educadores, em parceira com The Scott Center for *Autism Treatment*/Florida *Institute of Technology*, atualmente com 45.500 alunos inscritos. Destacam-se também as capacitações em Puericultura realizadas, com aproximadamente 2.600 visualizações, e que tratam sobre Doenças Raras e pessoas com deficiência.

No que se refere à Linha de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, destaca-se: a) manutenção de capacitações para a identificação precoce e manejo da Fragilidade Multidimensional com o uso do instrumento denominado Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20 (IVCF-20), por meio de webconferências mensais e encontros presenciais; b) ampliação da divulgação do Manual de Prevenção de Quedas para Idosos e da Cartilha de Exercícios Físicos para Você Fazer em Casa; c) continuidade das ações conforme a Nota Orientativa n.º 4, com Medidas de Prevenção, Controle e Testagem para COVID-19 nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), nas quais o estado obteve resultados melhores que países de primeiro mundo na taxa de mortalidade; d) disponibilização de 800 vagas do curso da Habilitação ao Uso do IVCF-20 aos profissionais da SESA/Regionais/Municípios e os Ambulatórios Especializados; e) desenvolvimento do Sistema de Monitoramento da Pessoa Idosa; e f) lançamento da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.

Para o fortalecimento da Linha de Cuidado em Saúde Mental, manteve-se o financiamento de Serviços Integrados de Saúde Mental (SIMPR), que é a modalidade de serviço de um Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS AD III) e uma Unidade de Acolhimento (UA), com repasse aos municípios no valor da ordem de R$ 5,2 milhões anual. As Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental (eMAESM) que aderiram ao cofinanciamento estadual receberam incentivo para custeio mensal desde setembro, o que totaliza um valor previsto de R$ 604.000,00 até dezembro, investidos em 31 eMAESM. Também em setembro teve início o custeio mensal dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), com adesão de 4 SRT ao cofinanciamento estadual, implicando em R$ 160.000,00 investidos até dezembro. A SESA permaneceu com repasse financeiro aos Serviços de Reabilitação Psicossocial Assistida, totalizando no ano um valor de aproximadamente R$ 5,6 milhões. A complementação do valor das diárias para hospitais especializados em psiquiatria, até a competência de setembro de 2023, foi no valor de aproximadamente R$ 32 milhões. Na educação permanente em saúde mental, foi lançada a 2ª Turma do Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental para a APS.

A SESA continuou trabalhando na implementação da Linha de Cuidado às Doenças Cardiovasculares, Cerebrovasculares e Traumatismos, que se baseia no uso de trombolíticos, tratamento mecânico e o cuidado do trauma que, no Atendimento Pré-Hospitalar, é atendido de forma unificada pelo SAMU/SIATE (Serviço Móvel de Urgência/Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência), UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e com PEH (Porta de Entrada Hospitalar), conforme Regulação de Urgência 192. O atendimento é realizado por médicos capacitados que usam o Plano Diretor Regional para definições, com a regra do paciente e local certos e tempo oportuno. De maio de 2022 a 1˚ de novembro de 2023, foram utilizadas 748 ampolas de Tenecteplase®, totalizando investimento de mais de R$ 4 milhões. Cita-se, ainda, a capacitação

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

do AMLS *Advanced Medical Life Support*, no formato imersão, para 1.000 profissionais da saúde que atuam na atenção às urgências, sendo médicos e enfermeiros, com investimento de R$ 4,5 milhões.

Foram entregues 65 novas ambulâncias aos municípios paranaenses, a maior renovação de viaturas de atendimento do SIATE. Ademais, as operações de atendimento aeromédico atenderam Curitiba, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa, além das modalidades BPMOA Curitiba e PRF Curitiba, totalizando, até outubro, 3.195 atendimentos e 17 transplantes.

A SESA apresentou o Plano Estadual pelo fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública 2020-2023, na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), após ser escolhida pelo Ministério da Saúde como uma experiência exitosa, tendo promovido a capacitação dos serviços para distribuição do teste LF-LAM para diagnóstico da tuberculose em PVHA. Além disso, participou da Rede Brasileira de Comitês da Tuberculose, deu início às atividades do Comitê Estadual de Controle da Tuberculose CECT/TB e realizou sensibilização com os profissionais das regionais para oferta dos testes IGRA, para diagnóstico da infecção latente de tuberculose (ILTB). Atualmente seis regiões já contam com essa tecnologia.

A respeito das Doenças Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCIT), foram realizadas as seguintes ações: a) descentralização da prevenção após exposição (PrEP) para 566 serviços no estado; b) descentralização de autotestes para as 22 regionais da saúde; c) reunião sobre Protagonismo Juvenil e seis webinários; d) participação nas reuniões da Comissão Nacional de Validação da Transmissão Vertical do HIV/Sífilis; e) continuidade do projeto piloto para detecção da clamídia e gonococo, com a inclusão de um sítio sentinela do corrimento uretral masculino na cidade de Curitiba; f) participação e monitoramento dos casos suspeitos de hepatite aguda grave de etiologia a esclarecer com registros no Redcap nacional; g) participação de reuniões do Comitê STORCH-Z, em integração com a APS; h) incentivo ao projeto da microeliminação da hepatite C nas clínicas de hemodiálise; i) ampliação da rede laboratorial de biologia molecular com a doação de um equipamento GeneXpert para a População Privada de Liberdade (PPL); j) participação de reuniões para controle e planejamento de ações referentes ao *Monkeypox*; k) seminário de mobilização para o enfrentamento da sífilis no Paraná, presencial e virtual, com mais de 800 visualizações online; e l) ação extramuro no centro de Curitiba, com orientações e acesso ao diagnóstico do HIV por meio de testes rápidos para a população em geral.

O evento "Protagonismo Juvenil" foi realizado em junho, com participação de 200 jovens presencialmente e mais de 600 visualizações no *YouTube*, com o tema "Saúde e Sexualidade do Jovem Paranaense, educar para prevenir". Em alusão ao dia mundial de combate às Hepatites Virais, no "Julho Amarelo", foram realizadas testagem e distribuição de preservativos internos e externos para profissionais da Secretaria do Trabalho, no Palácio das Araucárias.

Também foram realizadas reuniões online do Grupo Técnico de Agilização do Óbito (GT – ARO), para investigar os óbitos maternos, identificar a evitabilidade e recomendar ações de melhoria dos pontos de rede de atenção à saúde. O GT-ARO infantil e fetal foi constituído para identificar a evitabilidade de óbitos em menores de um ano. Com o monitoramento e a avaliação da qualidade dos dados, observou-se que a Razão de Mortalidade Materna em 2023 apresentou uma redução de 16,8% – caindo de 42,7/100.000 nascidos vivos em 2020 para 35,5/100.000 nascidos vivos em 2023 – e a taxa de Mortalidade Infantil apresentou um acréscimo de 5,6% – passando de 10,3/1.000 nascidos vivos em 2022 para 10,9/1.000 nascidos vivos em 2023 (dados atualizados em 07/11/2023).

Foram realizadas capacitações presenciais com 49 participantes, visando instrumentalizar os interlocutores regionais dos Sistemas de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Nascidos Vivos (SINASC) sobre o uso da ferramenta *Tabwin* para tabulação de dados epidemiológicos.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A vigilância das Doenças Transmissíveis realizou a divulgação semanal do Informe Epidemiológico de COVID-19 e do Informe Epidemiológico da Vigilância da Síndrome Gripal e Síndrome Respiratória Aguda Grave, além de capacitação in loco com equipe técnica da 17ª e 19ª Regionais de Saúde – Londrina e Jacarezinho – e seus municípios de abrangência e equipe técnica da 18ª RS – Cornélio Procópio –, sendo também realizada a participação nas reuniões com o Instituto Água e Terra e disponibilização dos dados das Doenças Diarreicas Agudas para construção do Painel do Paraná Eficiente. Houve também o monitoramento e avaliação dos indicadores de qualidade das Doenças Exantemáticas e das Paralisias Flácidas Agudas/Poliomielite, ações e recomendações para contenção do surto de doença meningocócica (DM) do sorogrupo C no município de Quatro Pontes-PR e participação na visita técnica da equipe de vigilância das síndromes gripais do Ministério da Saúde, da Fiocruz-RJ e a equipe de vigilância de síndromes gripais da COVID/CDC Atlanta.

Para o ano de 2023, com o objetivo de ampliar a vacinação, os municípios paranaenses adotaram no dia 15 de abril (conforme Deliberação CIB/PR n.º 48/2023), estratégias para a manutenção das salas de vacinas abertas, horário estendido de vacinação e aplicação extramuros de doses em *drive-thrus*, escolas, asilos, entre outros, para aplicação das vacinas contra a COVID-19 e Influenza a grupos prioritários, e vacinas para atualização de carteira vacinal ao público em geral. Para tanto, foram realizadas parcerias com o Ministério da Saúde e entidades civis e governamentais. Dessa forma, no dia 15 de abril foram aplicadas 300.281 doses de vacinas, sendo 174.357 de vacina contra a Influenza, 95.263 de vacina contra a COVID-19 e 31.201 de vacinas de rotina no Calendário Nacional de Vacinação.

A vacinação no Paraná contou com a realização da Campanha de Vacinação para Influenza em todos os municípios, distribuindo cerca de 4 milhões de doses. Em abril, o Governador assinou o Pacto Nacional Pela Consciência Vacinal, a fim de conscientizar a respeito da importância, segurança e eficácia das vacinas, considerando o risco de retorno de doenças transmissíveis já erradicadas. Nos meses de agosto e setembro, a SESA realizou capacitações junto aos municípios, alcançando 948 profissionais, com o intuito de qualificar as equipes para a Campanha de Multivacinação, realizada em outubro. Essa proposta buscou implementar ações efetivas para incrementar a cobertura vacinal estabelecida pelo PNI e o resultado foi uma Campanha bem-sucedida, com aplicação de mais de 500.000 doses de vacina, no período de 14 a 28 de outubro.

O Paraná manteve as atividades de educação em saúde e ações de vacinação em escolas de diversos municípios como uma estratégia para adesão das crianças e adolescentes à vacinação. Em parceria com o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Argentina, Uruguai e Paraguai, o Estado participou do Programa Fronteiras Saudáveis e Seguras, por meio da intensificação da vacinação na Tríplice Fronteira, em Foz do Iguaçu.

Em relação à Vigilância das Arboviroses, a SESA, em iniciativa pioneira no Brasil, implementou 65 Unidades Sentinelas de Arboviroses em 59 municípios, com foco na detecção, por biologia molecular, dos quatro sorotipos de dengue, zika, Chikungunya, febre amarela, vírus Mayaro e Oroupouche, de forma efetiva e precoce. Em outra parceria inédita entre a SESA, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) e o Instituto Água e Terra (IAT), foi publicada resolução para a realização da logística reversa das embalagens dos inseticidas utilizados no controle químico do vetor Aedes aegypti, responsável pela transmissão da dengue, zika e febre Chikungunya.

Também foi realizada uma parceira da SESA com a Itaipu Binacional e o Instituto Butantan para coleta de amostras das principais espécies de peixes peçonhentos, na área do reservatório da Itaipu, e caracterização das toxinas produzidas e suas ações fisiopatológicas envolvidas em acidentes, buscando o aprimoramento do manejo clínico nos atendimentos aos acidentados.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

O Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde (PROVIGIA PARANÁ) promove o desenvolvimento e fortalecimento da Vigilância em Saúde e sua atuação integrada e transversal com as áreas da Atenção e Promoção da Saúde, como condição essencial para a integralidade no cuidado e alcance de resultados efetivos. Por essa estratégia, são repassados aos municípios recursos estaduais que envolvem também o alcance de metas para 12 ações estratégicas. No ano, o Estado investiu um total de R$ 35 milhões para o componente fixo, com previsão de repasse de mais R$ 15 milhões no início de 2024, com base no desempenho dos municípios.

No Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST), destaca-se a elaboração e disponibilização do Curso EAD sobre Saúde do Trabalhador para os profissionais da saúde da rede de atenção e vigilância em saúde, em conjunto com a ESPP/PR.

O Laboratório Central do Estado (LACEN) implantou a Metodologia Molecular para detecção dos vírus Mayaro e Oropouche para todas as amostras recebidas para pesquisa de Arbovírus, que está disponível à população desde janeiro, agilizando a emissão de resultados. Destaca-se também o sequenciamento de bactérias multirresistentes e tipagem molecular de estreptococos causadores de doenças invasivas. A tecnologia de sequenciamento genético de última geração (*Next Generation Sequence*) foi ampliada para abranger arboviroses, vírus Monkeypox, bactérias hospitalares multirresistentes, Tuberculose multirresistente e estreptococos que causam doenças invasivas, para identificação das cepas circulantes e prevenção dos casos. Essa tecnologia permite que o LACEN realize a pesquisa de metagenômica, tendo sido realizados dois estudos de metagenômica em conjunto com a Fiocruz RJ. O LACEN também realizou o importante trabalho de capacitação dos laboratórios da rede que atende o SUS no Paraná, com 25 capacitações ao longo do ano. Além disso, houve investimentos em equipamentos laboratoriais no valor de aproximadamente R$ 922.400,00.

O Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos produziu, até 30 de setembro de 2023, o quantitativo de 44.982 tubos de Meio de Transporte Viral MTV-COVID-19, insumo que compõe o kit para diagnóstico pelo teste RT-PCR. Foram enviados para a rede de laboratórios públicos estaduais 62.992 meios de cultura para diagnóstico de diversas patologias e 103 unidades de reativos laboratoriais (80,1 litros). Em parceria com a Fundação Ezequiel Dias e com o Instituto de Pesquisa Pelé, do Hospital Pequeno Príncipe, após o processamento industrial de 120 litros de plasma hiperimune no ano anterior, foram iniciados os preparativos para realização de testes não clínicos do Soro AntiCovid para uso humano (casos graves e moderados). Foram produzidos material de partida (matéria-prima) para a retomada do processo de industrialização dos medicamentos para tratamento de acidentes com aranha-marrom (Soro Antiloxoscélico), de jararacas (Soro Antibotrópico) e prosseguidas as fases de pesquisa para retomar a produção do Antígeno de Montenegro (diagnóstico da Leishmaniose).

Foram concluídas obras em 45 Unidades Básicas de Saúde (15 de reforma, 17 de ampliação e 13 de construção), além das obras que continuaram em andamento, sendo elas: a) 86 obras e Unidades Básicas de Saúde (16 ampliações, 24 reformas e 46 construções); b) 9 obras de Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME), em Ponta Grossa, Irati, União da Vitória, Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Cornélio Procópio, Jacarezinho e Ivaiporã, totalizando o valor da ordem de R$ 167,3 milhões; c) 3 obras de Unidades Mistas (UM), em Maria Helena, Quatro Pontes e Ivaté, totalizando R$ 9 milhões; e d) 12 obras em Pronto Atendimentos Municipais (PAM), em Pontal do Paraná, Campo Magro, Sengés, Inácio Martins, Realeza, Peabiru, Paraíso do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Curiúva e Reserva, totalizando cerca de R$ 31,9 milhões de investimento. Destaca-se, ainda, a abertura de um pronto-socorro no Hospital Regional da Lapa São Sebastião (HRLSS), em abril, reduzindo a busca por assistência em Curitiba.

No ano, foi realizada a avaliação e o monitoramento dos programas e incentivos de média e alta complexidade e dos estabelecimentos que recebem a produção da média complexidade

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

ambulatorial e da média complexidade hospitalar, mediante a avaliação das metas estabelecidas nos contratos. Para tanto, de janeiro a outubro, solicitou-se o pagamento de aproximadamente R$ 695 milhões: R$ 285 milhões com recursos estaduais e R$ 410 milhões com recursos federais.

A Central Estadual de Transplantes (CET/PR), por meio da Portaria de Consolidação GM/MS 04/2017 – Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes, é responsável pela coordenação e fiscalização, em nível estadual, da captação e distribuição de órgãos e tecidos para transplante humano. Para tanto, a CET/PR conta com o apoio das Organizações de Procura do Órgãos, sediadas nos municípios de Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá, que atuam no fortalecimento das ações de doação de órgãos e tecidos junto aos hospitais notificantes das macrorregiões.

A CET voltou a atingir os resultados do período pré-pandêmico (2019) nas ações de doação e transplante, o que demonstrou a eficiência e a consolidação das políticas implementadas no Estado. Destaca-se que, em comparação com o mesmo período do ano passado (janeiro-outubro), houve aumento no número de notificações de morte encefálica (997), com 394 doações de órgãos, representando 623 transplantes de órgãos sólidos. Com esses resultados, o Paraná se manteve como destaque nacional em doação e transplantes, alcançou a liderança nacional na doação de órgãos, com 43,1 doadores por milhão de população (pmp) e ficou em 2° e 3° em transplante de fígado e rins (26,2 e 43,0 pmp, respectivamente). A CET/PR, como ação direta, manteve o fortalecimento do líquido de preservação de córnea aos bancos de tecido ocular do Estado, garantindo manutenção das ações de doação e transplante de córnea, as quais resultaram, até outubro, em 1.085 transplantes.

No aspecto logístico, foi possível fomentar, diariamente, as ações integradas entre as Organizações de Procura de Órgãos, Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante e Centros Transplantadores, viabilizando as atividades de diagnóstico de morte encefálica, doação e transplante de órgãos. Além disso, foi iniciado o processo de renovação do convênio com a Casa Militar, para transporte aéreo de órgãos destinados ao transplante, sendo este de grande importância para o Sistema Estadual de Transplantes, com a realização, até outubro, de 69 missões de transporte de órgãos, com 168 órgãos transportados, além da manutenção das parcerias com o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas e com o Serviço Aeromédico do Estado.

Para ampliação do custeio da assistência ambulatorial e hospitalar, a SESA realizou o pagamento dos atendimentos que extrapolam o limite financeiro de média e alta complexidade (Teto MAC), contratualizou prestadores para realização de procedimentos não constantes da Tabela SIGTAP, para complemento do valor daqueles em que a tabela é insuficiente ou ainda, da quantidade de serviços, assim como para repasse de incentivos nos programas estaduais.

Em 2023, estavam vigentes cinco programas estaduais principais para custeio da assistência hospitalar no Estado do Paraná:

- Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS (HOSPSUS), instituído em 2011, com quatro fases, integrando 185 hospitais, que visa promover a melhoria da qualidade da assistência, aumento da sua eficiência, eficácia e equidade, foi repassado, de janeiro a novembro de 2023, valor da ordem de R$ 174,5 milhões;
- Incentivo de Custeio para a Estruturação das Portas de Entrada da Rede Paraná Urgência, instituído em 2016. Foram nove municípios contemplados com repasses no último quadriênio, totalizando o valor de R$ 11,8 milhões (Resolução n.º 166/2016);
- Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos – Opera Paraná, instituído em 2021, com três fases e repasse de cerca de R$ 39,9 milhões para a primeira fase e estimativa de repasse de R$ 150 milhões para a segunda fase. Na segunda fase, além dos recursos de R$ 150 milhões para a

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, há outros R$ 150 milhões para custeio de consultas médicas, exames diagnósticos e de pré-operatório, com repasse fundo a fundo para todos os gestores municipais. Para potencializar o acesso de forma regionalizada e o mais próximo da residência dos paranaenses, foi instituída a 3ª Fase do Programa, com estimativa de recursos a serem utilizados o valor de R$ 40 milhões, tendo-se o objetivo de ampliar o acesso regulado, principalmente às consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica, aos munícipes de todo o Estado, por meio da realização de atendimentos itinerantes, operados por Unidades Móveis Terrestres. Essa fase tem Programa de Qualificação Hospitalar para os internamentos de Caráter Eletivo dos usuários do SUS – HOSP Mais e a Estratégia de Qualificação Hospitalar para Internamentos de Caráter de Urgência dos usuários do SUS-EQH-EU, instituídos em 2023.

- No Âmbito do Sistema de Regulação Estadual, a SESA contou com acesso à fonte de dados de pacientes e estabelecimentos sob sua gestão, o que não inclui dados similares oriundos dos diferentes gestores do teto MAC Federal. Logo, para o desenvolvimento de estratégia global capaz de induzir à maior efetividade do Sistema de Saúde e obter uma base integrada de dados, a SESA iniciou, junto à CELEPAR, um processo de interoperabilidade de dados dos vários sistemas de regulação, a fim de garantir a integração das informações e ampliar a capacidade de gestão de toda a Rede Assistencial. No âmbito da Regulação, destaca-se também a elaboração de fluxos de encaminhamentos e Protocolos, que proporcionam a classificação por critério clínicos, otimizando as agendas e garantindo equidade, a partir do critério de necessidade.

Para fortalecer a gestão das Unidades Próprias da SESA, foram investidos cerca de R$ 13,3 milhões em equipamentos, tornando o parque tecnológico da saúde mais eficiente e resolutivo. Paralelamente, houve avanço em número de leitos gerais com crescimento de 22%. Com o acréscimo, os Hospitais, próprios e universitários, continuaram sendo referência regional em suas localidades, tanto na assistência como na formação acadêmica e em pesquisas.

Nesse contexto, destaca-se na atenção hospitalar, o Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT), que se consolidou por seu formato organizacional e modelo de gestão voltado à eficiência assistencial. O CHT teve obras iniciadas para reforma do Centro Cirúrgico Eletivo e na nova central de material, além de Protocolos que tiveram andamentos para a aquisição de aparelhos. Na atenção ambulatorial merece menção o Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio Palatal (CAIF), por proporcionar à população uma assistência integral, com equipe multidisciplinar e interdisciplinar, composta por profissionais especializados. Ademais, o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná alcançou a importante marca de 92% de leitos assistidos, com investimentos em infraestrutura física, equipamentos e novas tecnologias.

Houve um aprimoramento assistencial do Hospital de Reabilitação, com a ampliação do serviço de neurocirurgia, realizado com a contribuição do Ministério Público do Trabalho, que firmou um termo de cooperação com a SESA para a compra de equipamentos com a melhor tecnologia, totalizando um investimento de R$ 9,5 milhões. Isto possibilitou a criação de um centro especializado em neurocirurgia. Do início do ano até outubro, foram realizadas 336 cirurgias e cerca de 1.500 consultas médicas na especialidade.

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná – FUNEAS prosseguiu com seu papel de mantenedora de 12 unidades hospitalares, mediante Contrato de Gestão com a SESA, visando a assistência hospitalar e ambulatorial especializada, com foco em ações para o incremento do atendimento eletivo cirúrgico e assim, promovendo um serviço integral. Destaca-se, ainda, o Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná - HDSPR, ambulatório especializado na área da

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Dermatologia, Hansenologia e Estomaterapia, além do programa de residência médica em dermatologia que está em vigor, aumentando a disponibilidade de consultas e tratamentos.

Em relação ao fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, até outubro foram distribuídos pela SESA 284,6 milhões de unidades de medicamentos, com valor financeiro correspondente a R$ 1,7 bilhão. Referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foram celebrados dois convênios com o Consórcio Paraná Saúde para aquisição de medicamentos básicos, destinados aos 398 municípios consorciados: a) Contrapartida Federal - convênio nº 131/2023 – no valor de R$ 228,5 milhões (vigência 07/2023 a 07/2027); e b) Contrapartida Estadual – convênio nº 308/2023 – no valor de R$ 172,1 milhões (vigência 11/2023 a 11/2027). Ainda em relação ao Componente Básico, foram transferidos ao município de Curitiba (não consorciado), o montante de R$ 11 milhões, referente à contrapartida estadual, exercício 2023. Essas ações contribuem para aumentar o acesso da população a medicamentos.

Quanto ao número de pacientes cadastrados para recebimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, até novembro havia pouco mais de 411.000 cadastros ativos. Até essa mesma data, o serviço "Remédio em Casa" contava com 19.497 pacientes cadastrados em diversos municípios. Foi implantado, ao longo do exercício, o serviço de monitoramento remoto de temperatura e umidade nos ambientes e nos equipamentos que armazenam medicamentos nas farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico das 22 Regionais de Saúde e do CEMEPAR. A assistência farmacêutica também contou com cerca de 500 pontos de monitoramento em tempo real em funcionamento, possibilitando maior segurança no armazenamento dos produtos.

Nas ações de Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), foram realizadas formações para Agente de Combate à Endemias e Cuidador de Idosos, totalizando 227 alunos formados. No ensino técnico profissionalizante foram 218 profissionais formados. Na formação de profissionais especialistas foram ofertados cursos de Especialização nas áreas de Enfermagem Obstétrica e Modelagem de Processos Aplicada à Saúde Pública, com 72 especialistas formados. Na formação de profissionais em Programas de Residência, seguiram em andamento sete programas da SESA, com 48 residentes matriculados: a) cinco programas na área de Residência Médica, sendo o último iniciado em 2023, conforme credenciamento do MEC; b) programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, e c) Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica.

Ofertou-se três cursos de aperfeiçoamento nas áreas de Auditoria do SUS, Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde e Qualidade e Segurança do Paciente, com 1.200 profissionais formados e 631 em formação. No 5˚ ano da ESPP com cursos na modalidade EAD, houve 121 cursos ativos e mais de 98.000 inscritos na plataforma ESPPRVIRTUAL, com mais de 9.700 profissionais capacitados e 68 eventos transmitidos no canal institucional do *YouTube*, com 28.000 participantes.

A ESPP apoiou o desenvolvimento de mais de 50 projetos de educação permanente em saúde, propostos por áreas/setores, com oferta de 11.105 vagas em cursos ou eventos técnico-científicos nas modalidades presencial, remota e/ou híbrida para trabalhadores do SUS do Paraná. Na disseminação do conhecimento científico, pela Revista de Saúde Pública do Paraná, foram publicados 34 artigos científicos nas áreas de saúde pública, saúde coletiva e educação em saúde.

Por meio das Ouvidorias de Saúde, que utilizam o Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO), foram acolhidas, até outubro, 54.287 manifestações, sendo que o assunto mais abordado foi "Medicamentos não padronizados pelo SUS – esfera estadual". A Ouvidora-geral de Saúde (OUV) é um instrumento de gestão e cidadania que coordena as ações e o desenvolvimento das Ouvidorias do SUS. Suas atuações incluíram visitas nas regionais da saúde para reuniões técnicas, treinamentos, capacitações e reciclagens do sistema SIGO, além de três encontros realizados com

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

ouvidores nas macrorregionais – de acordo com a previsão do Plano Estadual de Saúde. Por fim, a OUV deu prosseguimento ao projeto de implantação de Ouvidorias da Saúde nos hospitais que possuem contratualização com a SESA, nos consórcios/associações e municípios, bem como forneceu assistência a todas as Ouvidorias já implantadas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, por meio de órgãos instituídos pela União e pelos Estados. As principais ações estão descritas a seguir:

23.1. DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

23.1.1. Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG)

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) são entidades estaduais que representam grupos de pessoas de uma mesma comunidade que se reúnem para discutir, planejar, analisar e acompanhar as soluções de seus problemas, no que se reflete na segurança pública local, sendo meios para estreitar as relações entre comunidade e as instituições policiais, fazendo com que cooperem entre si.

A Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG) tem como missão fomentar a gestão dos anseios comunitários junto aos CONSEGs, com o foco na prevenção situacional ao crime, vinculados aos conceitos de polícia comunitária, no cumprimento dos deveres e na proteção e defesa dos direitos do cidadão.

Como visão, almeja ser referência nacional na Coordenação Estadual dos CONSEGs, a partir da capacitação plena dos membros dos CONSEGs, para o pleno exercício da cidadania nas questões relacionadas à segurança das comunidades.

Seus valores compreendem: respeito aos direitos humanos, senso de comunidade, comprometimento, valorização da vida, responsabilidade, profissionalismo, cultura da paz, planejamento, competência, honestidade, cidadania e ética.

As principais ações desenvolvidas pela Coordenação Estadual dos CONSEGs levaram em consideração como indicadores de gestão: a produção de conteúdo, a participação comunitária, o público-alvo alcançado, as cartas constitutivas emitidas e o número de CONSEGs ativos por região.

Foram emitidas no exercício 90 cartas constitutivas sendo 39 com entrega solene. O total de CONSEGs ativos no Estado é de 139 sendo quatro no litoral, cinco na Região Metropolitana de Curitiba, 25 na capital e 105 no interior. Outras ações em destaque:

- construção de Minuta de Decreto para alteração do Regulamento dos CONSEGs:
- criação dos CONSEGs Rurais;
- integração de forças de segurança pública e outros órgãos do poder público aos CONSEGs;
- ampliação da circunscrição dos CONSEGs unindo bairros e municípios;
- possibilidade de cooperação interestadual dos CONSEGs;

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- simplificação do processo eleitoral;
- divulgação de campanhas de conscientização.
- Orientações gerais aos Presidentes de CONSEGs:
- captação de recursos oriundos de prestações pecuniárias no âmbito do Poder Judiciário do Paraná;
- procedimentos para instituição e a regulação do cadastro de entidades sem fins lucrativos para reversão de bens e recursos oriundos da atuação institucional da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região;
- análise jurídica: consulta e orientação da constituição de CONSEG temático e uso regular do nome "Conselho Comunitário de Segurança", abreviatura "CONSEG" e seus símbolos;
- realizadas 35 reuniões e solenidades com destaque para entrega de carta constitutiva em diversos municípios do Estado;
- Seminário sobre Segurança no Trânsito para os CONSEGs;
- Dia dos CONSEGS " Assembleia Legislativa do Paraná";
- Reunião Junho Paraná sem Drogas " FAPI".

23.1.2 Centro Integrado de Denúncias - 181

O Disque-Denúncia 181 tornou-se uma ferramenta eficaz a disposição das forças policiais no combate, no planejamento e na prevenção de diversos crimes. A Central de Atendimento do 181 registrou, em média, 3.800 denúncias todos os meses, com média de 330 ligações por dia.

- As ações das polícias, em resposta às denúncias, levaram a mais de 799 prisões de pessoas ligadas diretamente ou associadas ao crime, tiraram de circulação mais de 96 armas de fogo e foram responsáveis pela apreensão de mais de 3 toneladas de entorpecentes.
- Foi feita a apresentação do Programa 181 para o Conselho Integrado de Segurança e Inteligência Empresarial (CISIE) e palestra em Tibagi.
- A Coordenação do 181 foi designada para averiguar a possibilidade de regionalização do Disque-Denúncia 181 no Estado do Paraná, em cidades que possuem comandos regionais da Polícia Militar e/ou Subdivisões da Polícia Civil. Para tanto, foram realizadas visitas técnicas nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, Maringá e Matinhos. Nestas localidades, foram averiguadas questões referentes a pessoal e infraestrutura e sanadas dúvidas de alguns usuários do programa.

23.1.3 Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR)

Foram realizadas, com o apoio operacional do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR), gestões de crises e operações de abrangência nacional e regional, em conjunto com órgãos federais e estaduais destacando-se: a) Gabinete de Crise – manifestações sociais em 08 de janeiro; b) Gabinete de Crise – Escolas Seguras; c) Operação SHAMAR - enfrentamento à violência doméstica e familiar; d) Operação 7 de Setembro; e) Operação ENEM 2023; f) Operação

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Verão 2022/2023; g) Operação Integrada I; h) Operação Integrada Centro Seguro; i) Operação Rachadores; j) Operação Resgate aeronave Piper PA-28R *Cherokee Arrow* II.

Foram realizados 10.253 atendimentos sendo: Polícia Militar – 9.230; Polícia Civil – 109; Guarda Municipal - 722; Polícia Rodoviária Federal - 7; Polícia Federal - 04; Polícia Militar de outros estados - 147; Polícia Civil de outros estados - 2; DEPPEN - 32. Esses atendimentos resultaram em 354 prisões sendo, 273 por cumprimento de mandado de prisão e 81 prisões em flagrante.

A Reestruturação do CICCR foi realizada com investimento de R$ 3,3 milhões, na atualização tecnológica dos equipamentos que compõem o *Videowall* do CICCR, e representou importante realização propiciando a Modernização e Expansão do Centros Integrados de Comando e Controle, integrando junto ao Programa "Olho Vivo", aperfeiçoando a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de Segurança Pública, fortalecendo as instituições.

O projeto possibilitou a modernização da infraestrutura tecnológica da SESP, proporcionando uma visão abrangente e integrada, permitindo a tomada de decisão mais assertiva e ágil.

23.1.4 Mediações de Conflitos da Terra

As operações policiais com disponibilização de efetivo, em apoio aos Oficiais de Justiça responsáveis pelo cumprimento dos mandados de reintegração de posse decorrentes de ocupações coletivas, ocorreram de forma gradual e pacífica, em consonância com o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou novas regras para a realização de despejos e desocupações após a pandemia, fixando desta maneira uma regra de transição, com vistoria dos magistrados às áreas ocupadas e realização de audiências de conciliação.

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) participou do seminário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) denominado "Soluções Fundiárias: perspectiva de atuação do Poder Judiciário no regime de transição", quando foi apresentada aos magistrados de outros Estados da Federação a diretriz que trata da atuação da PMPR nos casos de emprego de tropa, em apoio aos oficiais de justiça responsáveis pelo cumprimento de mandados judiciais ou outras situações que envolvam conflitos fundiários coletivos, urbanos ou rurais.

A diretriz da PMPR inova ao trazer procedimentos técnicos de mediação de conflitos adotados na Corporação, desde o recebimento da requisição de força policial expedida pelos magistrados, previsão da etapa de audiências de mediação conduzidas pelo próprio Poder Judiciário até a disponibilização de efetivo policial em si, em apoio aos oficiais de justiça.

A Coordenadoria de Mediação de Conflitos da Terra participou de 12 audiências de conciliação presenciais e/ou virtuais ocorridas nas diversas Comarcas do Estado do Paraná com vistas a instruir os processos judiciais, auxiliar na promoção do acesso à Justiça aos ocupantes dos imóveis cuja ordem judicial esteja pendente de cumprimento e evitar o desgaste do Estado, decorrente de possíveis confrontos entre ocupantes dos imóveis e o efetivo policial.

A disponibilização de reforço policial em apoio aos Oficiais de Justiça responsáveis pelas reintegrações de posse coletivas ocorreu em seis processos (cinco ocupações urbanas e uma ocupação rural) e além disso, foram registradas quatro ações policiais caracterizadas pelo desforço imediato (aplicação de efetivo nos casos de flagrante delito), nas ocorrências geradas por ocupações coletivas de imóveis públicos e privados.

Por fim, foi dada continuidade no apoio às atividades promovidas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC Fundiário/TJPR), cuja parceria entre o Poder Judiciário

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

e Governo do Estado do Paraná, busca resolução consensual de conflitos fundiários coletivos com respaldo no Código de Processo Civil e no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).

23.1.5 Núcleo Estadual de Política sobre Drogas

O Núcleo Estadual de Políticas sobre Drogas (NEPSD), visando nortear as ações até o ano de 2026, lançou o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas – 2023-2026, em junho, mês instituído para reforçar as ações contra o uso e abuso das drogas lícitas e ilícitas "Junho Paraná sem Drogas".

Pautado nos preceitos da democracia participativa e dividido em eixos temáticos, o plano foi estabelecido com diretrizes, objetivos, metas e indicadores, consolidando estratégias de estímulo aos fatores de proteção, com foco prioritário em intervenções voltadas ao público jovem. Referido documento foi encaminhado a todos os municípios do Estado servindo como um parâmetro a ser seguido nesta importante temática.

Visando reverter os recursos adquiridos dos leilões oriundos de processos relacionados ao tráfico de drogas em investimento nas forças de segurança estaduais, o NEPSD conta com um setor denominado Gestão de Ativos, tendo sido realizados, em parceria com a Secretaria Nacional de Drogas (SENAD), 63 leilões com o objetivo de venda de 774 bens apreendidos em processos relacionados ao tráfico de drogas, arrecadando em torno de R$ 14,5 milhões.

Foram ministradas 175 palestras para 20 municípios (Antônio Olinto, Arapongas, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Ivatuba, Lapa, Londrina, Maringá, Matinhos, Paranaguá, Piraquara, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Rancho Alegre, São José dos Pinhais, Sertaneja e Uraí).

Ainda visando atender a todos os públicos e de diversas formas, o NEPSD iniciou três projetos consolidando estratégias de estímulo aos fatores de prevenção e proteção, com foco prioritário em intervenções voltadas para adolescentes e mulheres privadas de liberdade:

- Projeto Vida Nova – realizado em parceria com o Centro de Integração Feminino DEPPEN/SESP, o projeto versa sobre os direitos das mulheres na política sobre drogas, com foco associado ao uso abusivo de drogas e o aliciamento pelo tráfico. Centra-se na realização de palestras e rodas de conversa que promovem a reflexão das mulheres privadas de liberdade, fomentando alternativas à sua ressocialização quando do término do cumprimento da pena. Foram realizados 12 encontros conduzidos por meio do método de "12 passos da Pastoral da Sobriedade".
- Projeto Encontros e (10) Encontros – realizado em parceria com a Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo / SEJU, o projeto oferta atividades, palestras e rodas de conversa dentro das unidades socioeducativas do Estado, com a finalidade de promover a reflexão dos adolescentes em medidas privativas de liberdade sobre diversos assuntos que transversalizam a temática das drogas e do álcool e os impactos da dependência química.
- Projeto É Sobre Isso – em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), o projeto atende a ação do eixo prevenção do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas 2023-2026, com o objetivo de planejar estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades das populações, bem como, das diferentes drogas utilizadas, conectando lideranças jovens para fortalecer a participação na comunidade.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.1.6 Coordenação de Operações Integradas

A Coordenadoria de Operações Integradas de Segurança Pública (COISP) foi criada com a responsabilidade de integração dos trabalhos das Forças de Segurança e Bombeiro Militar, além de coordenar o Núcleo de Atenção aos Grupos Vulneráveis, desenvolvendo e participando de ações de políticas públicas aos grupos supracitados.

23.1.6.1 SULMASSP

Por iniciativa do Secretário da Segurança Pública do Paraná, foi iniciado no mês de março um consórcio entre as secretarias da Segurança Pública dos Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Mato Grosso do Sul e São Paulo, integrando as forças de segurança a fim de proporcionar cooperação técnica e operacional entre eles, maior fortalecimento nas regiões de fronteira e estabelecer procedimentos relativos ao planejamento e execução das ações em combate aos crimes com maior incidência. O SULMASSP divide-se, atualmente, em três frentes de atuação:

Encontro dos Secretários da Segurança Pública – consiste em reuniões estratégicas dos referidos secretários, comandantes e/ou diretores das forças de segurança, bombeiros militares e diretores de inteligência para estratégias e tomadas de decisão para ações de enfrentamento à criminalidade.

Operações – realização de operações, especialmente nas regiões fronteiriças, com integração das forças policiais de todos os Estados. Na última operação realizada no mês de novembro, comandada pelo Estado de Mato Grosso do Sul, foram apreendidas 56 toneladas de drogas; 424 armas; 4.508 veículos irregulares ou com ocorrências de furtos ou roubos, além do cumprimento de 422 mandados de busca e apreensão e a prisão de 1.258 pessoas.

Grupos Permanentes de trabalho – foram criados grupos de trabalho, com representantes de todos os Estados, para propor alterações legislativas em diversas áreas no âmbito da segurança pública.

23.1.6.2 Programa Mulher Segura

Foi criado o Programa Mulher Segura, com ciclos de palestras, inicialmente realizado para mais de 150 servidoras do Estado. O referido programa tem diversas frentes de enfrentamento, sendo uma delas de caráter preventivo, através de circuitos de palestras e ações educativas aos direitos da mulher, empoderamento feminino, autodefesa e de prevenção de crimes, bem como, ações de enfrentamento da violência doméstica, realizando orientação sobre os órgãos paranaenses que atuam na rede de proteção à mulher. Insta ressaltar que a proposta da SESP é firmar parcerias com empresas, sindicatos e/ou prefeituras, a fim de somar esforços para o enfrentamento da violência contra a mulher. Outra frente de enfrentamento é de cunho repressivo, cujo projeto está em andamento e alinha o monitoramento eletrônico simultâneo do agressor e da vítima com Medida Protetiva de Urgência (MPU) ao acionamento imediato dos órgãos de Segurança Pública, a fim de proporcionar maior segurança às vítimas de violência.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.1.6.3 Gabinete de Gestão Integrada

Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) – realizada a abertura oficial do referido Gabinete, com reunião de todos os órgãos públicos que o integram, reafirmando o compromisso de integração na atuação deste Gabinete. Além disso, foi apresentado Plano Estratégico de Atuação Integrada do GGIF, o qual contém a contextualização do que é o Gabinete, suas competências, composição e funcionamento. Ademais, realizado levantamento dos dados estatísticos da região de fronteira e traçadas estratégicas de combate à criminalidade na região supracitada.

Gabinete de Gestão Integrada Litoral (GGIL): No mês de setembro, foi criado o referido Gabinete em atenção ao litoral paranaense apresentando o reforço policial da Força Nacional na cidade de Paranaguá, para reforçar o policiamento ostensivo e judiciário do litoral, a fim de diminuir o índice de criminalidade na região. No segundo semestre foi criado o grupo de trabalho "Vazadas em Paranaguá", promovido pela SESP, com representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público, Administração dos Portos de Paranaguá (APPA) e Prefeitura Municipal de Paranaguá (Secretaria da Segurança Pública Municipal e Guarda Civil), a fim de coibir a prática de furtos e roubos de cargas nas vias de acesso ao Porto de Paranaguá. Constatou-se que após o início da Operação Vazada, 106 veículos tiveram envolvimento com essa prática delituosa, já antes da operação o número era de 208, representando uma redução de quase 50%.

23.1.6.4 Operação Cidade Segura

Para lidar com o aumento da criminalidade e melhorar a sensação de segurança, a SESP lançou um programa abrangente de "Operações Integradas Cidade Segura". Esse programa envolve a colaboração entre diferentes agências de segurança pública e também incorpora tecnologia avançada para melhorar a eficiência e eficácia das operações. Ademais, intensifica o policiamento ostensivo nas cidades do Estado, com ações preventivas e repressivas por meio de patrulhamento (terrestre e aéreo), bloqueios de trânsito, bloqueios táticos, saturação de área, abordagens policiais, fiscalizações de veículos e pessoas que se deslocam nas principais vias urbanas e rurais e áreas de maior circulação de pessoas e de maior incidência criminal. Iniciada em setembro, duas cidades já foram atendidas, Curitiba e Maringá.

23.1.6.5 Operação Safra

Operação realizada no período março a abril, a fim de promover integração dos órgãos da segurança pública, em conjunto com a Secretaria da Saúde (SESA), Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Departamento de Trânsito (DETRAN), dentre outros colaboradores, visando ações de prevenção, fiscalização, conscientização e promoção de bem-estar social aos caminhoneiros. As operações ocorreram diariamente por 29 dias, sendo vistoriados o total de 4.163 veículos, sendo 710 autuados, 924 infrações registradas e apreensão de uma arma de fogo, além de 10.858 kg de maconha.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.2 DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

O Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP), é órgão central do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Paraná (SEINSP), composto pelos Subsistemas de Inteligência da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento Penitenciário e Polícia Científica.

Com atribuições de assessoramento ao Secretário de Segurança Pública no cumprimento do Decreto Estadual nº 11.615/2018, que cria o SEINSP, tem por incumbências planejar, coordenar, executar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, destinadas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade e as principais atividades desenvolvidas, foram:

- Capacitações do efetivo por meio de cursos de especialização em atividades de inteligência de segurança pública junto à Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e demais Órgãos.
- Desenvolvimento de ferramentas de auxílio à identificação de pessoas de elevada periculosidade, subsidiando as Forças de Segurança da SESP.
- Suporte de inteligência às ações do Comitê Intersetorial de Prevenção, Monitoramento e Segurança em Escolas: o DIEP organizou um grupo de analistas de inteligência para atuar na coleta de dados, análise e difusão de conhecimentos sobre ameaças contra escolas no Paraná. As atividades desenvolvidas têm a participação de diversos órgãos de inteligência da estrutura da SESP em cooperação com a Comunidade de Inteligência e têm por objetivo promover o subsídio à tomada de decisões em relação à segurança escolar.
- Criação de Grupo de Trabalho para revisão normativa do SEINSP - profissionais de inteligência das polícias Científica, Civil, Militar, Penal e do Corpo de Bombeiros realizaram diversas reuniões a fim de promover atualizações e melhorias no arcabouço legal e doutrinário de inteligência de segurança pública do Paraná. O Grupo trabalha para concluir propostas, já em estágio avançado de redação, de uma Política Estadual de Inteligência de Segurança Pública e de uma Estratégia de Inteligência para o SEINSP, além de revisar o Plano Estadual de Inteligência de Segurança Pública e o próprio Decreto de criação do SEINSP.
- Atuação efetiva do DIEP no processo de renovação do Acordo de Cooperação Técnica nº 0335/2023, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da SESP, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SC), disponibilizando Acesso ao Sistema de Consultas da SSP-SC, o SISP-Conecta, aos policiais que atuam nas atividades finalísticas de suas instituições, sendo que até a renovação, tais acessos eram restritos a Atividade de Inteligência de Segurança Pública, possibilitando assim que a informação oriunda do Estado de Santa Catarina, seja acessada em tempo real, pelos Servidores das Forças de Segurança.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23. 3. DIRETORIA DE GESTÃO EM SEGURANÇA

23.3.1 Planejamento Estratégico e Projetos

- Elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública, com vistas a estabelecer as ações, metas e indicadores para a Segurança Pública no Paraná num horizonte de 10 anos.
- Parceria, através de Termo de Cooperação com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), para a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.
- Elaboração da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, baseada na Política Nacional de Segurança Pública.
- Elaboração da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, em consonância com o Plano Plurianual 2024 – 2027.
- Elaboração da Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, baseada no Plano de Governo atrelado a Segurança Pública.

23.4 DIRETORIA ESTRUTURAL

24.4.1 Prumos

O Estado do Paraná disponibiliza aos servidores da Segurança Pública e seus familiares atendimento e tratamento psicossocial por meio do Programa PRUMOS. Dentre os diversos objetivos do programa estão a melhoria da qualidade de vida dos policiais, a avaliação, identificação e classificação de risco nos casos de ideação suicida, a prevenção de estresse pós-traumático e a prevenção e identificação do uso abusivo de substâncias psicoativas.

São 47 Seções de Atendimento Psicossocial (SAP) distribuídas por todo o território paranaense, além de cinco Centros de Atendimento Psicossocial (CAP), sendo dois em Curitiba, um em Londrina, um em Maringá e um em Cascavel.

Para a viabilização do Programa, no final do ano anterior foi lançado o edital para a realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de 70 psicólogos e 15 assistentes sociais, o qual encontra-se em processo de renovação.

De janeiro até 15 de dezembro, o programa realizou 32.265 atendimentos aos policiais e seus dependentes, além de diversas palestras sobre manejo do estresse, prevenção ao suicídio, qualidade de vida e assédio moral e sexual.

No mês de setembro foi lançada a “Operação Re-Conhecer”, com o objetivo de realizar a avaliação psicológica em todos os servidores das forças de segurança, o que corresponde a aproximadamente 28 mil pessoas no período de dois anos, para possibilitar que as instituições tenham, ao final do processo, uma visão mais ampla de como estão se relacionando com seus servidores, bem como, os caminhos necessários para a melhoria da qualidade de vida de cada um.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.4. 2 Programa Paraná Seguro – BID

O Programa Paraná Seguro é uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visa reduzir os índices de criminalidade em determinadas regiões do Estado, com um foco maior na segurança pública e no atendimento à população em situação de risco.

A área de abrangência do Programa Paraná Seguro – BID consiste em 27 municípios de três regiões do Estado do Paraná, apontados pelo BID e Governo do Estado devido aos índices de criminalidade dos mesmos, sendo oito municípios da Região Metropolitana de Curitiba (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais), sete municípios da Fronteira (Barracão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Umuarama) e 12 municípios do Eixo Norte-Noroeste (Apucarana, Arapongas, Astorga, Cambé, Cornélio Procópio, Ibiporã, Jacarezinho, Londrina, Marialva, Maringá, Rolândia e Sarandi).

Desde o ano de 2012 foram aplicados recursos na eficácia policial para a "Prevenção da Criminalidade Urbana", com investimentos de R$ 160 milhões em veículos policiais para as forças de segurança pública, e mais de 2 mil veículos entregues para atendimento à população.

Foram capacitados mais de 4 mil profissionais de segurança pública entre as forças da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal e Polícia Científica em cursos de Especialização e Capacitação nos temas de polícia comunitária, mediação de conflitos e análise criminal, de forma a aperfeiçoar as capacitações dos policiais para atendimentos de ocorrências.

Os investimentos em sistema integrado de inteligência possibilitaram o desenvolvimento de aplicativos, aquisição de smartphones e impressoras térmicas, como ferramenta para o atendimento policial.

O Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências (SADE), software de integração do Boletim de Ocorrências Unificado (B.O.U), teve o projeto-piloto iniciado em 2021, na cidade de Apucarana, junto ao 10º Batalhão de Polícia Militar, seguido da 1ª Cia do 12º BPM, na região central da Capital. As estatísticas colhidas pela Polícia Militar do Paraná no período de implantação do sistema puderam constatar que nos locais onde o SADE foi implantado, houve a diminuição nos tempos de angústia, tempos de despacho, tempos de deslocamento das equipes policiais e tempos de atendimento de ocorrência em mais de 50%, alcançando, ainda, uma diminuição expressiva de cerca de 80% no tempo de conclusão dos Termos Circunstanciados de Infração Penal, promovendo qualidade no atendimento ao cidadão e potencialização do efetivo disponível. Da mesma forma os dados apresentados mostram uma estimativa de economia para o Estado do Paraná de cerca de 10 milhões de reais anuais, comparando a utilização do SADE e do meio convencional, com os registros feitos em papel.

Com vistas ao aperfeiçoamento do atendimento policial da mulher, o Programa Paraná Seguro iniciou o processo para contratação de um curso de Especialização em Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência, a fim de qualificar profissionais que atuam ou atuarão em programas, projetos e ações, da garantia e defesa dos direitos humanos das mulheres e no enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, proporcionando-lhes contato com as disciplinas afetas a essa atuação, com incentivo à pesquisa e ao aprimoramento de suas atividades.

Foram entregues, em 2023, as obras de construção da Delegacia Cidadã, Padrão III, de Cascavel, da sede do 9º Grupamento de Bombeiros de Foz do Iguaçu e do Corpo de Bombeiros de Colombo.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.5. FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

23.5.1. Polícia Militar

Com suas atribuições esculpidas na Constituição Federal e Estadual, cabe à Polícia Militar, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Na medida em que as ações dos órgãos de Segurança Pública precisam ser mensuradas adequadamente, a fim de que ocorra o desdobramento operacional das suas atividades voltadas para a repressão e prevenção da criminalidade com efetividade, abrangendo toda a complexidade relacionada ao tema e assim permitindo ao gestor versatilidade para o emprego do efetivo em conformidade com o mapeamento criminal de determinada área, foi estabelecida uma metodologia de avaliação das atividades operacionais da Polícia Militar do Estado do Paraná, com base na mensuração de indicadores finalísticos e de esforço, correlacionados ao desempenho das Unidades de Polícia Militar, Comandos Regionais e Especializados, por meio de reuniões de monitoramento e avaliação. Desta forma, tem-se a otimização na aplicação de recursos e efetiva redução de incidência criminal.

Realizou-se a 1ª edição do Curso de Capacitação de Análise Criminal contemplando matérias relacionadas às ferramentas de análise criminal em uso na PMPR (BI – Business Intelligence – e CAPEGEO), além do novo Sistema de Atendimento e Despacho de Ocorrências (SADE), contemplando também a teoria do crime e a qualidade de informação relacionada ao Boletim de Ocorrência Unificado (BOU), que é base de extração de dados estatísticos e de análise criminal.

O curso foi direcionado aos militares estaduais que atuam na seção de planejamento dos Comandos Intermediários e das Unidades Operacionais e teve como objetivo o aprimoramento e difusão dos conhecimentos voltados à análise criminal, além da padronização na utilização das ferramentas, garantindo a aplicação correta de técnicas e procedimentos relativos ao gerenciamento de dados inerentes à segurança pública.

Foram realizadas, também, atualizações e produções de diversos Procedimentos Operacionais Padrões (POP's), bem como a produção de novas diretrizes dos mais variados temas a fim de padronizar ações e atuações.

As principais atividades realizadas pelo Comando de Policiamento Especializado (CPE), no cumprimento de suas missões institucionais foram:

- Diminuição do efetivo administrativo, com a contratação de empresas terceirizadas para a execução de atividades específicas, possibilitando o aumento do efetivo operacional a fim de atender a população paranaense.
- Ampliação e capacitação de atendimentos específicos para a população tais como equoterapia para pessoas com necessidades especiais.
- Ampliação do parque de semoventes internamente através de cruzamentos, gerando, assim, economia ao erário.
- Capacitação do efetivo na área ambiental de forma a absorver conhecimento em novas tecnologias como RPA (Drones), geoprocessamento, acompanhamento de áreas via satélite entre outros.
- Construção da Unidade da Patrulha Escolar de forma a melhorar o atendimento nas escolas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Criação de planos e capacitação avançada em Segurança Escolar direcionada a todos os diretores, pedagogos, técnicos dos Núcleos Regionais de Educação e das escolas.
- Planos de proteção a ambientes escolares de forma a inibir ataques.
- Planos educativos contra drogas, revendo os modelos de forma a entender a nova perspectiva da sociedade quanto condição social atual.
- Novos modelos de atuação de forma a reduzir os índices de mortos e feridos em sinistros de trânsito e mesmo evitá-los, tanto no trânsito rodoviário como no urbano.
- Implantação de novos sistemas de atendimento à população paranaense, modernizando os sistemas de recebimento de demandas, seja ele via telefonia, aplicativo ou outros meios de comunicação, criando uma gama de possibilidades e trazendo uma maior interação junto à comunidade.
- Implantação de processos versáteis de forma a atender demandas gravosas como atendimento prioritário às mulheres em situação de violência doméstica.
- Desenvolvimento de novas ferramentas de elaboração de documentos administrativos de trânsito, de forma a agilizar o atendimento à população.
- Nesse modelo destaca-se que todas as unidades do CPE possuem atuação junto a crianças e adolescentes, contribuindo para a melhoria cultural e social:
- O Regimento de Polícia Montada (RPMON), atuando com projeto voltado a equoterapia e equitação para competição.
- O Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) com o Projeto Policial Rodoviário Mirim, em parceria com as Prefeituras, com atividades que contemplam a realização de palestras e atividades práticas, com ênfase na educação no trânsito, visando orientar crianças e adolescentes sobre a importância de agir com consciência e responsabilidade, bem como desenvolver comportamentos seguros e solidários com ênfase nos valores e atitudes para o exercício da cidadania.
- O Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN), através do projeto trânsito nas escolas, tem realizado palestras, interagindo com crianças e adolescentes de forma a conscientizar quanto as ações maléficas no trânsito, como uso de bebidas e a direção.
- Quanto ao Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde (BPAMB FV), tem implantado o projeto Força Verde Mirim, promovendo a conscientização ambiental para crianças e adolescentes.

Todos os processos implantados junto a Escolas têm trazido grandes resultados sociais e culturais, desde a conscientização para o tema específico como a proteção da criança, evitando o contato com drogas e outros malefícios.

No âmbito da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), foi concluído o processo de inclusão de 88 novos Cadetes na Polícia Militar do Paraná, os quais iniciaram o processo de formação de três anos na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) e 92 novos Aspirantes foram classificados para início do Estágio Operacional, após conclusão do Curso de Formação de Oficiais na APMG. Concluíram também o Curso de Formação de Praças 2.484 novos Soldados da Corporação, os quais foram classificados nas diversas unidades operacionais no território do Estado do Paraná.

O Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) finalizou o concurso público para provimento de cargos de Cadete, realizando o ingresso regular de 73 Cadetes PM. Também foi aberto novo

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

concurso público para o cargo de Cadete para ingresso no Curso de Formação de Oficiais para o ano de 2024, que visa o chamamento de 50 novos militares estaduais para o próximo ano.

A Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF), em conjunto com a Quarta Seção do Estado-Maior (PM/4), no cumprimento de suas missões institucionais, realizou as seguintes atividades em prol da Corporação:

- Distribuição de armamento de porte, sendo 20.382 pistolas de marca Beretta, calibre 9x19 mm, modernizando a PMPR para o calibre mais utilizado entre as forças policiais mundiais, paralelamente, ocorreu a aquisição de coldres de uso ostensivo.
- Realização de registro de preços e contratação de empresa para fornecimento do novo fardamento operacional permitindo, após o recebimento, a padronização da tropa com fardamento moderno, de maior conforto e resistência, trazendo um maior benefício no desempenho das atividades de atendimento a sociedade paranaense, sendo esses contratos no montante de R$ 54,7 milhões.
- Realização de leilões de viaturas policiais militares, cujos recursos são revertidos em investimento para aquisição de materiais permanentes destinados às Unidades da Corporação.
- Ampliação do quantitativo de viaturas locadas, o qual passou de 375 para 800, das quais 343 contém blindagem parcial, tornando o Estado do Paraná inovador na locação de veículos blindados, no valor mensal de R$ 4,0 milhões.
- Aquisição de 175 novas viaturas, ao custo total de R$ 28,2 mi, sendo que destas, 47 possuem blindagem parcial, 42 destinadas ao fortalecimento da Patrulha Rural Comunitária e, visando ao melhor atendimento do litoral do Estado durante o período da Operação Verão, houve a aquisição de 14 UTVs e seis quadriciclos.
- Em prol das diversas atividades policiais militares, foram adquiridos 679 itens de equipamento de informática, desktops, monitores e workstation, no montante de R$ 4,2 milhões, cinco aeronaves remotamente pilotadas (DRONES), no montante de R$ 2,0 milhões, quatro embarcações ao custo de R$ 3,4 milhões e 462 escudos balísticos, nível II, no valor de R$ 3,9 milhões, além do recebimento e distribuição de 9.527 coletes balísticos nível III-A, no valor de R$ 14,0 milhões.
- Pagamento do auxílio remoção, beneficiando 569 militares estaduais, no montante de R$ 7,3 milhões.

Foi publicado o edital do Pregão Eletrônico nº 635/2023, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de operação e gestão de *call center* emergencial, ativo e receptivo, para o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM). Além da economia aos cofres públicos, a atuação de pessoal específico representa uma melhora considerável na prestação do serviço de atendimento de chamadas de emergência.

Também foi definido o padrão de estilo arquitetônico, identidade visual e programa de necessidades das novas edificações operacionais da PMPR.

A Diretoria de Projetos (DPROJ) planejou e coordenou o 1º Curso de Planejamento e Projetos (CPPROJ) - Categoria Oficiais, de forma conjunta com a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), contando com a participação de 41 Oficiais-Alunos, incluindo representantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo e Polícia Militar do Pará.

A Diretoria de Inteligência (DINT), através da Escola de Inteligência, elevou a capacidade técnica e profissional de seus integrantes, com a oferta de cinco cursos de capacitação que formaram 157 agentes, dois cursos de especialização que formaram 70 sargentos e subtenentes.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Ainda a participação de 48 profissionais em eventos científicos, simpósios e visitas técnicas ligadas à atividade de Inteligência de Segurança Pública. Ainda, ampliando também a integração da PMPR com a comunidade de inteligência, foram formados 87 militares estaduais em 17 cursos de capacitação em outras instituições e um formado em curso de especialização em outras corporações. Em andamento, há três policiais militares cursando especializações em outras corporações e a 1ª Edição do Curso de Capacitação em Operações de Inteligência, que formará 36 policiais militares.

Já através da seção de inteligência, foi produzido conhecimento e coordenadas ações que compuseram as Operações SULMASSP, que resultaram em 246 cumprimentos de mandados de prisão.

No âmbito de contrainteligência, entre outras atividades de segurança e proteção dos ativos da inteligência foram desenvolvidas ações relacionadas ao Programa PM Vítima, resultando em 64 operações, 42 mandados judiciais, 41 presos e 17 armas apreendidas, assim como foram realizadas 2.526 análises sociais para fins diversos, como Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV), ingressos na corporação PMPR e outras corporações.

Os trabalhos desenvolvidos pela Seção de Operações de Inteligência resultaram em diversas ações integradas por todo estado, através de trabalhos realizados pela própria DINT, como pelas agências de inteligência existentes em todas as unidades policiais militares, resultando na prisão de centenas de pessoas e apreensão de inúmeras armas e drogas.

Com investimento da ordem de R$ 1,0 milhão, foram concluídas as obras de construção da sede do Destacamento da Polícia Militar, de Mandaguaçu, no 4º Batalhão, com 331,4 m².

Em execução as obras de construção da sede do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), com área de 3,6 mil m² e investimento de R$ 36,0 milhões; da sede da Ronda Ostensiva de Natureza Especial (RONE), com área de 761,8 m² e investimento de R$ 11,5 milhões; da reforma do 9˚ Batalhão de Paranaguá, com área 2,6 mil m² e investimento de R$ 4,7 milhões; de construção de muro para fechamento de divisas do 15˚ Batalhão de Rolândia, com área de 1,4 mil m² e investimento de R$ 645,0 mil; de reparos na 1ª Companhia do 22˚ Batalhão de Colombo, com área de 217,1 m² e investimento de R$ 135,0 mil; de construção da Sede do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), em Curitiba, com área de 4,3 mil m² e investimento de R$ 24,6 milhões; de construção do Batalhão de Polícia Militar de Fronteira (BPFRON), de Marechal Cândido Rondon, com área de 8,7 mil m² e investimento de R$ 36,7 milhões.

Foram licitadas as obras de construção da Sede do 7˚ Batalhão, em Cruzeiro do Oeste, com área de 1,6 mil m2 e investimento de R$ 7,5 milhões; de reformas na 3ª Companhia Independente de Loanda (calçamento de vias/pátios), na sede do 16˚ Batalhão de Guarapuava e na Diretoria de Inteligência (DINT), com área total estimada de 8,3 mil m² e investimento de R$ 2,9 milhões.

Foi, também, contratada a obra de reparos na sede da Seção de Assistência Social (SAS), com área de 407,88 m² e investimento de R$ 217,4 mil.

23.5.2. Corpo de Bombeiro Militar

Em termos gerais, de janeiro a outubro, no primeiro ano após a emancipação, o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) atendeu 94.197 ocorrências das mais diversas naturezas em todo o estado, retratando um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

De forma atípica, todas as estruturas de defesa civil do estado atuaram diretamente na gestão de risco e desastre em mais de 596 ocorrências específicas de defesa civil, que afetaram 250 municípios e mais de 475 mil pessoas, em sua grande maioria, ocorrências decorrentes de desastres climatológicos por excesso da pluviosidade, historicamente superior aos anos anteriores.

Neste cenário, em solidariedade aos Estados do Sul, o CBMPR enviou força-tarefa com mais de 50 militares, binômios e equipamentos para apoiar os eventos ocorridos nos estados do Rio Grande do Sul (Vale do Taquari) e em Santa Catarina (Rio do Sul).

Durante as Campanhas "Aquece Paraná", "Paraná Piá", "Donativos para o RS", "Juntos pelo Paraná" e "Natal Solidário Paraná", em apoio CEDEC e Superintendência Geral de Ação Solidária (SGAS), o CBMPR deixou seus quartéis a disposição para recebimento de donativos, auxiliando na coleta e transporte das doações, a fim de garantir um suporte às famílias afetadas pelos desastres e, ainda, as que estão em situação de vulnerabilidade social.

Na Operação Verão 22/23, que se desenvolveu de 12 de dezembro de 2022 a 1º de março de 2023, foram realizadas mais de 104.000 ações de orientação e advertência a banhistas, nos 115 Postos de Guarda-Vidas (PGV's), distribuídos nas regiões balneárias oceânicas e de águas interiores em todo o estado. Foram realizadas, ao todo, 886 ações de salvamento aquático envolvendo vítimas nos diversos graus de afogamento.

Na importante área da prevenção de incêndio e pânico o CBMPR realizou, de janeiro a outubro, 19.611 análises de projetos de prevenção, mais de 13.574 ações de fiscalização preventiva e o gerenciamento de 226.581 processos de licenciamento.

Na área de qualificação e treinamento, o CBMPR realizou 11 cursos ao todo, formando, especializando e aperfeiçoando 904 alunos, entre civis, voluntários, militares e militares originários de outras nacionalidades. Destes, destaca-se a inclusão de 419 bombeiros para complementação do efetivo e a formação de 142 novos socorristas, mediante parceria com a SESA.

Para reforçar o compromisso do governo com a excelência em serviços de emergência e resgate, e colocar o Paraná no mapa global de competências de salvamento, o CBMPR, com apoio do Governo do Estado, enviou uma equipe de salvamento veicular do 4º Grupamento de Bombeiros para o prestigiado Desafio Mundial de Resgate Veicular em Lanzarote, Espanha, projetando o Estado na vanguarda do conhecimento técnico do assunto e alcançando um patamar internacional inédito.

Em termos de investimentos para a área operacional, foram empenhados mais de R$ 18,7 milhões, o que possibilitou, entre outras, a aquisição de oito caminhões para combate a incêndios, seis motos-aquáticas para salvamento, cinco implementações de superestruturas de caminhões de combate a incêndios, três Vans para apoio logístico, repetidoras para digitalização e ampliação do sistema de radiocomunicação, implantação de tecnologia VOIP e aquisição de tecnologia para o programa Protege Fácil.

Por meio do Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE), de janeiro a outubro, foram atendidas mais de 83 mil vítimas em 70 mil ocorrências. Houve um avanço considerável na regularização do SIATE, com a adesão de 45 municípios ao Termo de Cooperação Técnica 135/2021, o que representa atendimento direto a mais de 60% da população.

Foram entregues 60 novas ambulâncias mediante parceria estabelecida com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA), sendo a maior entrega de ambulâncias da história do SIATE, contribuindo significativamente para a capacidade operacional, um investimento de mais de R$ 30,0 milhões. Além dessas, um processo para aquisição de mais 17 ambulâncias já está em tramitação, com entrega prevista para 2024.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Com visão de futuro, o recém-emancipado CBMPR trabalha em diversos projetos para estruturação e para isso reformulou o extinto Programa "Descomplica BM", renovando o portfólio de projetos vinculados às principais demandas institucionais em termos de segurança contra incêndios, tendo sido realizadas visitas técnicas e consultas aos BM's de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, com o intuito de avaliar e somar as boas práticas destes Estados, bem como benchmarking do processo evolutivo das atividades nos Estados. Neste contexto, oito projetos estão em andamento, todos com previsão de término até julho de 2024 e envolvem a digitalização dos serviços de vistoria, fiscalização e análise de planos de segurança, a confecção de manuais para padronizar o serviço dos bombeiros militares em todas as unidades do estado e o desenvolvimento de um novo sistema de gerenciamento do serviço de segurança contra incêndios.

O SADE BM, projeto da SESP com investimento total de aproximadamente R$ 4,5 milhões, desenvolveu um aplicativo que atuará em conjunto com a plataforma online, e permitirá a implantação de *smartphones* e *tablets* nas viaturas. Neste horizonte, se vislumbra então, o atendimento 193 sendo feito com auxílio de robô de atendimento, usando a metodologia de árvore de despacho, agilizando de forma expressiva a coleta de informações e permitindo a emissão de boletins de forma muito mais ágil.

No sistema Protege Fácil, avançou-se no aprimoramento do processo de cadastro de pessoas e edificações, ampliando a capacidade de incorporação destas informações no banco de dados, além de integrar-se à REDESIM, sistema integrador do Estado, o que colaborou com o processo de dispensa de licenciamento para empresas de baixo risco e contribuiu para que o Estado do Paraná alcançasse a segunda posição no ranking de Estados que mais facilita empresas de baixo risco a operacionalizarem suas atividades.

Ademais, com a desvinculação da PMPR e o aprimoramento dos processos internos, foi possível iniciar grande parte dos trabalhos de absorção de sistemas legados da Polícia Militar e desenvolvimento de sistemas próprios, como SISCOGER, SIGAP, CPP, sistema de concursos, Intranet BM, repositório de normativos internos e legislações, biblioteca de manuais e publicações bombeiro militar, banco de permutas, dentre outros.

Quanto a modernização das instalações, no mês de setembro foi inaugurada a obra da sede do 9º Grupamento de Bombeiros, em Foz do Iguaçu-PR, uma estrutura com 5,8 mil m2 de área construída em dois pavimentos, com diversos ambientes que visam o aperfeiçoamento técnico dos profissionais, a integração dos serviços SIATE e SAMU, tecnologia para gestão de emergências e videoconferência com um investimento de mais de R$ 27 milhões. Em outubro foi inaugurada a obra da sede do 7º Grupamento de Bombeiros, em Colombo, com 1,5 mil m2 de área construída e investimento final da ordem de R$ 6,5 milhões. Na mesma esteira, no mês de junho, foi inaugurada a sede do 1º Subgrupamento de Bombeiros Independente, em Ivaiporã, com área construída de 2,0 mil m2 e investimento de R$ 8,5 milhões.

Em execução, as obras de construção da Escola de Bombeiros em São José dos Pinhais, com área de 6,7 mil m2 e investimento de 21,7 milhões.

Foram licitadas as obras de construção do Corpo de Bombeiros de Pato Branco, com área total de 1,2 mil m² e investimento de R$ 7,8 milhões e de reparos na Sede do 1° Comando Regional, com área de 1,8 mil m2 e investimento de R$ 524,5 mil.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.5.3. Polícia Penal

A Polícia Penal, instituição permanente e essencial à Segurança Pública, possui incumbência de manter a ordem e disciplina de todo o sistema prisional, tanto no âmbito externo (recaptura, monitoração e escoltas) quanto no âmbito interno (proteção das unidades e afins), além dos serviços de custódia, desempenha missões táticas de escoltas prisionais.

No ano de 2023, o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN) realizou um investimento significativo em melhorias estruturais e de segurança nas unidades penais e cadeias públicas do estado. Com um total aproximado de 36.000 (trinta e seis mil) pessoas privadas de liberdade (PPLs), custodiadas e distribuídas em 34 (trinta e quatro) penitenciárias e 84 (oitenta e quatro) cadeias públicas, o DEPPEN por meio da SESP, destinou recursos consideráveis para melhorar a infraestrutura, segurança e condições de trabalho para os Policiais Penais, bem como para o atendimento aos presos e visitantes.

Com um investimento de aproximadamente R$ 24 milhões (vinte e quatro milhões), cita-se a aquisição de 37 scanners corporais por modalidade raio X, com vistas a aprimorar os procedimentos de revistas pessoais em visitantes, bem como a aquisição de 1.400 (mil e quatrocentos) coletes balísticos individuais e fardamentos, para garantir a segurança e integridade física dos policiais penais.

Somados a isto, foram adquiridos equipamentos de segurança de alta tecnologia, como TVs para o sistema de CFTV, portais e raquetes detectores de metais e equipamentos de prevenção e combate a incêndio, bem como, aquisições de veículos para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário do Paraná (ESPEN).

Os investimentos abarcaram também melhorias nas áreas administrativas, incluindo aquisição de notebooks, desktops, mobiliários, aparelhos de ar condicionado, exaustores para áreas de convívio das PPLs custodiadas em cadeias públicas, além de equipamentos para os canteiros de trabalho.

Tais investimentos são fundamentais para aprimorar a segurança e a eficiência do sistema penitenciário, além de proporcionar um ambiente mais adequado para o trabalho dos profissionais e para a ressocialização das PPLs.

Importante ressaltar que ocorreu autorização governamental para abertura de concurso público para contratação de Policiais Penais, do Quadro Próprio da Polícia Penal.

No mês de maio, foram contratados 372 (trezentos e setenta e dois) funcionários terceirizados para trabalhar na área administrativa das Unidades Penais do Paraná e na sede da Polícia Penal.

Saliente-se que no segundo semestre, 1.267 (mil duzentos e sessenta e sete) Policiais Penais foram contemplados com a primeira promoção por tempo de serviço, conforme estabelecido no Quadro Próprio da Polícia Penal.

Por intermédio da Divisão de Operações Aéreas, foram ministrados 09 (nove) Cursos de Operadores de Aeronaves Remotamente Pilotadas (COARPs), habilitando 103 (cento e três) Policiais Penais e 80 (oitenta) oriundos de outras forças de segurança, tais como: Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF), Exército Brasileiro (EB), Polícia Militar do Paraná (PMPR), Polícia Civil (PC) e Guardas Municipais (GMs) de todo o Estado. Foram distribuídas 21 (vinte e uma) Aeronaves Remotamente Pilotadas em 09 (nove) regionais administrativas, reforçando a segurança dos estabelecimentos prisionais.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A Divisão de Monitoração Eletrônica (DME), presta suporte às políticas de Segurança Pública, fiscalização de medidas protetivas e gestão das agendas dos mais de 14 (catorze) mil monitorados por meio dos Postos de Avançados de Monitoração em todo o Estado.

Através da Assessoria de Comunicação, a Polícia Penal busca apresentar à sociedade, um tratamento penal de qualidade e que apresenta resultados positivos, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, formando, capacitando e reinserindo pessoas ressocializadas na sociedade, com significativa diminuição de reincidência criminal.

A Polícia Penal tem ainda estabelecido diversos convênios com empresas públicas e privadas que possibilitem ao apenado o estudo, estendendo-se além da grade curricular obrigatória, abrangendo ao ensino superior e aos cursos técnicos.

O trabalho educacional dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), tem obtido resultados significativos. Participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2.500, 00 (duas mil e quinhentas) PPLs e os números também foram expressivos na prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que registrou próximo de 10 (dez) mil inscritos oriundos do sistema penal.

Tem sido crescente a aprovação de apenados e egressos em provas de vestibulares dos mais diferentes cursos de universidades. A aprovação, mesmo que sem a possibilidade de usufruto da vaga por consequência do regime de pena cumprido, dá ao encarcerado a perspectiva de uma alternativa educacional muitas vezes impensada.

Por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN) foram capacitados servidores em diversos cursos voltados à área de Segurança Pública. A qualidade técnica dos instrutores credenciados à ESPEN tem sido inclusive referência para as forças de segurança, sendo que outras instituições, inclusive de outros países, têm buscado o treinamento ofertado pela Polícia Penal.

A Polícia Penal, tem ainda participado de ações filantrópicas, campanhas beneficentes e firmado convênios com instituições de atendimento social, arrecadando alimentos, roupas e fazendo distribuição de artesanatos produzidos nas unidades penais.

Com investimentos da ordem de R$ 22 (vinte e dois) milhões foram concluídos 5 (cinco) mil m2 referentes às obras de construção das Cadeias Públicas de Arapongas e de Piraquara (Cadeia Pública de Jovens e Adultos), gerando 518 (quinhentos e dezoito) novas vagas.

Encontram-se ainda em execução, as obras de reparos na cobertura da Penitenciária Industrial de Cascavel – Unidade de Progressão (PIC-UP), com área de 6.500 (seis mil e quinhentos) m2; obras de construção das Casas de Custódia de Umuarama e Laranjeiras do Sul e da Penitenciária Estadual de Ribeirão do Pinhal, com área total de 33,6 mil m2 e obras de ampliação da Penitenciária Estadual de Cascavel, com área de 2,5 mil m2.

Ocorreu ainda investimentos em reformas na Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão, ampliando a capacidade em mais 288 (duzentos e oitenta e oito) vagas.

Foi ainda licitada a obra de reparos estruturais na Casa de Custódia de Maringá, com área de 6,9 mil m2.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

23.5.4. Polícia Civil

A Polícia Civil, instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública, possui incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

Visando cumprir sua missão institucional, a Polícia Civil realizou ações, visando a prevenção e a repressão criminal, bem como o planejamento e a execução de atividades no âmbito de suas competências administrativas e de polícia judiciária.

Na área operacional foram registrados 1.204.784 boletins de ocorrência, cumpridos 5.094 mandados de prisão, recuperados 9.826 veículos e confeccionados 94.125 inquéritos policiais.

A Corregedoria Geral da Polícia Civil realizou um total de 1.385 atividades, sendo 449 investigações preliminares instauradas, 473 investigações preliminares concluídas, 71 correições ordinárias e extraordinárias executadas, 112 inquéritos policiais especiais instaurados, 43 inquéritos policiais especiais relatados, 116 procedimentos disciplinares instaurados e 121 procedimentos disciplinares concluídos.

Na área de identificação civil e criminal, entre o dia 01 de janeiro e o dia 31 de agosto, o Instituto de Identificação emitiu 957.645 carteiras de identidade e expediu 351.910 atestados de antecedentes criminais.

A Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) ofertou cursos para aperfeiçoamento, especialização, atualização e integração funcional dos policiais civis, que resultaram na formação de 5.807 servidores policiais, além de cursos de formação técnico-profissional para as carreiras policiais para Delegados, Agentes de Polícia Judiciária e Papiloscopistas.

A Agência de Inteligência recebeu comunicação sobre 523 operações policiais realizadas entre 01 de janeiro e 22 de novembro, as quais resultaram na prisão de pessoas envolvidas em crimes tais como homicídio, roubo, tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo, furto qualificado, receptação, estelionato, pornografia infantil, estupro de vulnerável, violência doméstica e familiar contra a mulher e fraude em licitações. Entre 01 de janeiro e 31 de dezembro foram expedidos 750 documentos de inteligência.

Através do projeto PCPR na comunidade, que surgiu a partir do Plano Estratégico 2019-2023, com o objetivo de aproximar a sociedade e a Polícia Civil, trazendo excelência no atendimento ao público e promovendo agilidade, eficiência e integração, a Polícia Civil realizou as seguintes atividades: participação no evento em homenagem ao Dia das Mulheres, em Campo Largo, com ações voltadas às mulheres; participação no evento Mulheres em Ação, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na Praça Rui Barbosa, em Curitiba, cuja ação reuniu instituições da área da segurança pública e proteção da mulher; participação no Fórum Estadual Ordinário da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que teve como tema a segurança nas escolas; participação no evento de abertura da Campanha Maio Amarelo, que trata da conscientização sobre acidentes e mortes no trânsito, onde levou informações sobre segurança no trânsito para mais de 2 mil pessoas; participação na XI Conferência Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente em Foz do Iguaçu; participação no evento em comemoração ao Dia das Crianças, no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), em Curitiba.

Também através do projeto PCPR a Polícia Civil realizou os seguintes eventos: Dia de oficinas para mulheres vítimas de violência, em Cascavel; ato simbólico alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil, em shopping de Curitiba; conscientizou pessoas sobre a importância do combate ao câncer de mama e da próstata; realizou a doação de kits para 500

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

crianças, em Quedas do Iguaçu, bem como doação de brinquedos para crianças carentes, em Campo Mourão e Luiziana; conscientizações sobre combate e prevenção ao uso de drogas.

A Polícia Civil atendeu mais de 58 mil pessoas através de eventos do PCPR na Comunidade, que aconteceram em mais de 45 municípios do Estado, quando foram confeccionados, também, mais de 22 mil Registros Gerais de Identidade.

A Polícia Civil integra o projeto Reconstruir, em parceria com a Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Universidades, cujo objetivo é oferecer atendimento multidisciplinar a vítimas de crimes e atos infracionais em Curitiba, em especial a vítimas de estelionato que desejam a reparação financeira.

Foram realizadas ações visando à implementação das seguintes propostas previstas no Plano de Governo:

- Acesso simplificado e transparente aos serviços oferecidos pela Polícia Civil: Com objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços prestados pela Polícia Civil, evitando burocracias desnecessárias e aproximando o cidadão da Polícia Judiciária. Alguns projetos estão sendo desenvolvidos em conjunto com a CELEPAR, dentre eles o novo PPJ-e que está em fase de desenvolvimento; a Nova Delegacia Eletrônica, englobando também a possibilidade de expedição de guias de exames periciais, e o projeto para expedição de alvarás e taxas de forma eletrônica.
- RG Fácil: O Instituto de Identificação (IIPR) possui um serviço pioneiro no Brasil para a solicitação da 2ª Via da Carteira de identidade, denominado 2ª VIA FÁCIL, pelo qual o cidadão pode fazer a solicitação da segunda via da sua Carteira de Identidade no Paraná, com a inclusão ou alteração de informações biográficas e/ou biométricas, de forma remota, através do seu aparelho celular ou computador, restando apenas um deslocamento até o IIPR para retirar o documento, sem agendamento ou filas.
- Centrais de Flagrantes: Com o objetivo de padronizar a metodologia de atendimento e os procedimentos feitos, de forma a otimizar o uso do efetivo policial, diminuir o tempo de resposta e aprimorar a entrega dos trabalhos de polícia judiciária com o uso da tecnologia, no mês de fevereiro foi finalizada a implantação das Centrais de Flagrante, sendo 13 no total, das quais 11 localizadas no interior do Estado, uma na Região Metropolitana de Curitiba e uma na Capital. As Centrais de Flagrante funcionam diuturnamente e são operadas por autoridades policiais plantonistas e seus agentes, designados.
- Centro Integrado de Processamento e Análise de Dados e Laboratórios de Combate à Lavagem de Dinheiro: Visando combater de forma efetiva a corrupção, o tráfico de drogas, os crimes de "colarinho branco", os crimes de estelionato e outros crimes que necessitem da lavagem de dinheiro, está em andamento a implementação de um Centro Integrado de Processamento de Dados em ambiente colaborativo entre a Polícia Civil e a Polícia Científica, cuja estrutura necessária está sendo criada na nova sede da Divisão Estadual de Combate à Corrupção (DECCOR), bem como estão sendo estruturados dois Laboratórios de Combate à Lavagem de Dinheiro que funcionarão na Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC) e na Divisão Estadual de Combate à Corrupção (DECCOR), estes com previsão de início de funcionamento no 1º trimestre de 2024.
- Realizar concursos anuais e renovação da frota: na área de recursos humanos foram contratados Delegados, Escrivães, Investigadores e Papiloscopistas. Encontram-se em andamento, concursos públicos para contratações de novos policiais civis.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- A frota da Polícia Civil teve significativa renovação com a incorporação de 1.290 novas viaturas, sendo 85 de aquisição própria, 26 de convênio federal, 36 de aquisição parlamentar, 12 de doação do Ministério da Justiça (MJ) e 1.131 locadas. A incorporação dos novos veículos permitiu o recolhimento de veículos com tempo de uso superior a 5 anos.
- Atualização da Lei Orgânica e revisão do Estatuto da PCPR, promovendo a reestruturação das carreiras e a correção da tabela de subsídios: Objetivando a modernização institucional e a valorização dos policiais civis foi publicada a Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023, que fez uma reforma administrativa estruturante nas carreiras policiais, transformando os cargos de Investigador e Escrivão em cargos de Agente de Polícia Judiciária, os quais, juntamente ao cargo de Papiloscopista, passaram a ser categorizados como cargos técnico-científicos, de nível superior e exclusivos de Estado. A referida Lei Complementar também fez alterações na Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), e promoveu a revisão da tabela de subsídios.

Com investimentos da ordem de R$ 8,3 milhões foram concluídos 1,8 mil m2 referentes às obras de construção da Delegacia Cidadã Padrão III, em Cascavel. Foram realizadas, também, obras de construção de muro na Coordenação de Informática (COIN) - Tarumã, com área de 58,4 m2 e investimento de 46,7 mil, além de reparos no Instituto de Identificação de Curitiba, com área de 3,2 mil m2 e investimento de R$ 242,9 mil.

Em execução as obras de construção das Delegacias Cidadãs de Colombo, Guaíra, Londrina, Maringá e Ivaiporã, com área total de 7,5 mil m2 e investimento de R$ 38,8 milhões e de reparos na Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (DECRISA), Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM), Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor (DELCON) e no 1º Distrito Policial da Capital, com área total de 2,5 mil m2 e investimento de R$ 313,8 mil.

Foram licitadas as obras de reparos na 6º SDP de Foz do Iguaçu e na Delegacia de Marmeleiro, com área total de 1,2 mil m2 e investimento de R$ 241,5 mil e contratadas as obras de reforma da 5ª SDP de Pato Branco e de reparos na Delegacia de São Miguel do Iguaçu, com área total de 2,4 mil m2 e investimento de R$ 2,4 milhões.

23.5.5. Polícia Científica

Desde o advento da Lei nº 21.117, de 30 de junho de 2022, a Polícia Científica vem passando por diversas mudanças organizacionais, uma vez que com a unificação dos serviços de Medicina legal e de Criminalística, a gestão dos recursos humanos, materiais e de estruturas físicas passaram por aprimoramentos de forma a melhorar o serviço prestado à população.

Foram realizadas várias ações no intuito de reformular os processos internos e, para tal, foi criada uma série de Procedimentos Operacionais Padrões para as atividades periciais, criações de manuais e definições de fluxos dos setores administrativos, bem como inovações, como o caso da criação de um *dashboard* para o setor de compras, no qual é possível a visualização de qualquer item do estoque em tempo real, mostrando a necessidade de ressuprimento, refletindo o uso progressivo de ferramentas de sistema de informação em âmbito institucional, visando aprimoramento de gestão e melhoria de eficiência.

Nesta mesma linha, está em construção o planejamento estratégico institucional, objetivando conduzir esforços para o aprimoramento dos mecanismos de governança institucional, pautando-se pelo desenvolvimento tecnológico, otimização de procedimentos, aperfeiçoamento

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

e capacitação do quadro de servidores, gestão profissional e reforço das atividades de divulgação do trabalho da Polícia Científica.

Na área de recursos humanos, há dois concursos em andamento que garantirão a reposição do quadro próprio: o de Técnicos de Perícia, que já está na fase final e o de Perito Oficial Criminal que já foi autorizado, com banca definida e na iminência da publicação do edital. Estes concursos são passos importantes para incremento de pessoal ao quadro, que hoje conta com 437 Peritos Oficiais Criminais e 137 Técnicos de Perícia. Ainda, no mês de julho foi aprovada a Lei Complementar nº 258, e 14 de julho de 2023, que reestruturou as carreiras da Polícia Científica.

Houve também a promulgação da Lei nº 21.640, de 25 de setembro de 2023, a qual instituiu o Código de Ética e Conduta para os servidores da Polícia Científica do Paraná.

Os investimentos em equipamentos foram na casa de R$ 10 milhões, podendo ser citada a aquisição de dois microscópios comparadores balísticos e de 100 workstations. Os microcomparadores balísticos fazem parte do plano de governo e serão instalados nas Unidades Técnico-Científicas de Londrina e Maringá, diminuindo o tempo da entrega dos laudos nas regiões abrangidas por estas unidades. As workstations avançadas destinam-se à substituição do parque tecnológico da Seção de Computação Forense e as demais workstations distribuídas entre as vinte Unidades Técnico-Científicas, melhorando a qualidade dos equipamentos de trabalho dos peritos.

Durante o ano foram recebidos e instalados alguns equipamentos importantes para as atividades periciais, os quais:

- dois Sistemas de Cromatografia Gasosa Acoplado a Espectrometria de Massas, para o Laboratório de Química Forense, através do Convênio n.º. 894219/2019 – Em Frente Brasil. Os equipamentos já foram incorporados à central analítica da Unidade de Execução Técnico-Científica (UETC) do Tarumã e são destinados à identificação de compostos orgânicos como drogas, medicamentos, pesticidas, combustíveis e bebidas;
- uma Plataforma Integrada de Sequenciamento para a Seção de Genética Molecular Forense. É o primeiro equipamento com esta tecnologia instalado na Polícia Científica e possibilita a realização de análises de misturas complexas de DNA em vestígios de crimes sexuais e em amostras com quantidade e qualidade comprometidas, como o caso de amostras ósseas submetidas a longo tempo de exposição a intempéries;
- dois *scanners* profissionais destinados à Comissão de Documentos, constituída para sanar os problemas com o acervo histórico institucional de documentos emitidos e também aqueles recebidos de outros órgãos. Os equipamentos serão utilizados na digitalização dos documentos, o que proporcionará a guarda adequada e a fácil consulta quando necessário;
- cinco tanques balísticos para a coleta de projéteis instalados e em uso nas UETCs de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Londrina e Ponta Grossa;
- 200 estantes metálicas destinadas às centrais de custódia de todas as vinte UETCs.

A Academia de Ciências Forenses ofertou cursos de capacitação aos servidores nas mais diversas áreas de especialidades e também promoveu reuniões científicas mensais, as quais têm o propósito de estudar casos periciais e abrir o diálogo entre os profissionais sobre o tema proposto. Já o Museu Paranaense de Ciências Forenses divulgou o trabalho da Polícia Científica através de exposições itinerantes, exposições temáticas e visitas guiadas ao antigo Instituto Médico Legal.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

A Polícia Científica garantiu um novo recorde de produtividade com a conclusão de mais de 126 mil laudos periciais, resultado do trabalho e dedicação dos Peritos Criminais, com apoio do governo do Estado.

Com investimentos da ordem de R$ 22,9 mil foram concluídos 510,0 m² referentes às obras de reparos na Polícia Científica de Ponta Grossa.

Em execução as obras de reparos com área total de 13,2 mil m² e investimento de R$ 745,1 mil no Instituto de Criminalística de Curitiba, na sede da Operação Verão da Polícia Científica de Matinhos e na sede da Polícia Científica, no município de Curitiba, bairro Tarumã. Além disso também em execução a obra de construção da sede do Instituto Médico Legal (IML) em Ponta Grossa, com área de 2,8 mil m² no valor de R$ 13,9 milhões.

Foi licitada a obra de reparos no Instituto Médico Legal (IML) e no Instituto de Criminalística (IC) de Guarapuava, com área de 506,0 m² e custo máximo de R$ 645,1 mil.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

24. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA (SETR)

A Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda no Paraná, desempenha um papel crucial na formulação e execução de políticas para o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda. Suas competências incluem impulsionar a geração de trabalho e renda, desenvolver a economia solidária, coordenar a qualificação profissional e gerenciar as Agências do Trabalhador. A SETR busca parcerias para promover o emprego digno e coordena a política de microcrédito em colaboração com a Agência de Fomento do Paraná. Além disso, administra os recursos do Fundo de Apoio ao Trabalho e cria políticas específicas para grupos especiais, como pessoas com deficiência.

24.1. Rede do Sistema Nacional de Emprego – SINE/PR

A Rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE), é regulamentada pela Lei n.º 13.667, de 17 de maio de 2018, tendo o Governo do Estado do Paraná feito à adesão, conforme Termo de Adesão formalizado em 04 de julho de 2019. Suas principais orientações incluem otimizar o acesso ao trabalho decente em condições de liberdade, equidade, dignidade e segurança, além de incluir ações e serviços em diferentes esferas governamentais. Busca sistematizar informações sobre o mercado de trabalho, ajustar a oferta e demanda de força de trabalho, integrar-se a sistemas educacionais e de qualificação profissional, e padronizar atendimento considerando particularidades regionais. Prioriza a melhoria constante da qualidade dos serviços, a eficiente aplicação de tecnologias e a articulação contínua com políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para populações em situação de vulnerabilidade social.

No Estado do Paraná, a Rede SINE/PR é composta por 216 unidades, popularmente conhecida como Agências do Trabalhador, que são administradas e geridas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda. Acerca das realizações, pode-se resumir que as Agências do Trabalhador são responsáveis pelo encaminhamento e colocação dos cidadãos aos postos de trabalho, seguro-desemprego e políticas públicas de qualificação profissional, sendo assim, mister se faz apresentar seus resultados:

24.1.1 Resultados Rede SINE/PR

Colocados: refere-se à contratação de cidadãos em situação de desemprego em postos de trabalho abertos nas Agências do Trabalhador, que ocorre após a fase de encaminhamento. Até o mês de setembro de 2023, a Rede SINE/PR foi responsável pelo total de 109.027 colocados no mercado de trabalho formal, tendo disponibilizado no mesmo período o número de 250.364 vagas de emprego formal.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

24.1.1.1 Mutirões e Eventos de Emprego

Os resultados obtidos foram, de forma positiva, influenciados pelas ações de empregabilidade realizadas por esta Secretaria de Estado no âmbito da Rede SINE/PR, que tem por objetivo promover o encaminhamento de um grande número de pessoas às vagas de emprego, em dias ou semanas específicas, disponibilizando um grande número de vagas de emprego formal. Até o momento, em relação aos eventos de grupos sociais minoritários, foram realizados sete eventos, sendo eles:

Eventos: Semana da Mulher, com 1.833 vagas abertas; Mutirão LGBTQIA+, com 4.212 vagas abertas; Dia internacional da mulher negra, latino-americana e caribenha, com 2.088 vagas abertas; Dia da juventude, com 1.832 vagas abertas; Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, com 1.400 vagas abertas; Dia da Pessoa Idosa e Empregabilidade dos 60+, com 1.943 vagas abertas; Outubro Rosa, com 3.600 vagas abertas. Cabe ressaltar que nestes dias houve também o encaminhamento geral, por esta razão não foi possível registrar o número de encaminhamentos ou colocados especificamente de tais grupos sociais.

Além dos eventos que ocorreram em toda Rede SINE/PR, a SETR realizou grandes mutirões de emprego na Agência do Trabalhador Central de Curitiba, que tem por objeto mercados de trabalho específicos, ou grupos sociais específicos. Até o mês de setembro, foram realizados 21 eventos de encaminhamento e abertura de vagas, com o auxílio de 467 estabelecimentos contratantes, promovente a criação de 14.616 vagas e 24.621 atendimentos.

24.1.1.2 Emprega Mais

A "Ação Emprega Mais" consiste na intermediação de mão de obra, isto é, atendimento, encaminhamento e colocação no mercado de trabalho, realizada a partir de uma Unidade Móvel da Secretaria de Estado, que promove as atividades de uma Agência do Trabalhador, ou seja, Unidade da Rede SINE/PR. Por óbvio, o Emprega Mais realiza ações prioritariamente em locais e municípios que não possuem Unidade da Rede SINE/PR, no entanto, a Secretaria de Estado do Trabalho costuma participar de ações e eventos em todo Paraná, promovendo o atendimento, atualização de cadastro do SINE/PR e encaminhamento de cidadãos às vagas de trabalho.

Até o mês de outubro, a Unidade Móvel da Ação Emprega Mais esteve presente em 75 eventos, atendendo um total de 6.004 pessoas.

"Programa Seguro-Desemprego": O Seguro-Desemprego é um dos benefícios da Seguridade Social do Governo Federal e tem a finalidade de garantir assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente (sem justa causa). Atualmente a habilitação e requisição do Seguro-Desemprego ocorre por intermédio da Rede SINE/PR ou de forma online. Entre janeiro e setembro, esses foram os resultados: total de requerentes: 102.661; total de habilitados: 95.468; total de beneficiados: 84.090; valor total desembolsado: aproximadamente R$ 601 milhões.

24.2. Programa Cartão Futuro

O Programa Cartão Futuro, instituído pela Lei n.º 20.084, de 18 de dezembro de 2019, tem por objetivo fomentar a empregabilidade de jovens entre 14 e 24 anos, que se encontra em situação de vulnerabilidade social, isto é, que sejam membro de famílias com renda mensal total de até três

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

salários mínimo, considerando o piso nacional. O fomento ocorre a partir do desembolso de subvenções econômicas destinadas aos estabelecimentos contratantes (de direito público e privado) ou entidades de qualificação profissional, no valor de R$ 300,00 a R$ 450,00 por mês, durante o período de até dois anos, enquanto o contrato de aprendizagem encontra-se vigente.

Anteriormente à exposição dos resultados obtidos a partir do Programa Cartão Futuro, deve-se salientar que a adesão e pagamento de novas empresas só foi possível após o mês de maio de 2023, em razão da alteração da organização administrativa do Estado, tendo a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda consolidado seu Núcleo Fazendário Setorial no referido mês. Sem mais, expõe-se que até o mês de setembro de 2023, o programa Cartão Futuro beneficiou 235 jovens aprendizes e 41 estabelecimentos contratantes e entidades de qualificação profissional, tendo sido pagos ou empenhados o montante de R$ 912.724,00. Nota-se ainda que, além dos aprendizes e estabelecimentos já beneficiados, encontram-se em fase de validação de documentos cerca de 230 aprendizes e 135 estabelecimentos.

24.3. Economia Solidária.

Na esfera da Geração de Renda, conforme tipifica o art. 49, inciso IV da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda é responsável também pelo desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária. A política de economia solidária, por sua vez, é regulamentada pela Lei n.º 19.784/2018, de 20 de dezembro de 2018. Em conjunto com o Conselho Estadual de Economia Solidária, a Secretaria de Estado do Trabalho tem desenvolvido e elaborado uma série de ações a fim de atender a este propósito, dentre elas:

24.3.1 A mostra Paranaense de Economia Solidária

Consiste em um evento de exposição e exibição que tem por objetivo reunir empreendimentos que comercializam e/ou produzem produtos econômicos solidários, que podem ser dos gêneros alimentícios, agroecológicos e trabalhos manuais, ou artesanais. Na exposição, os participantes podem divulgar e comercializar seus produtos e trabalhos, fortalecendo a promoção dos produtos e empreendimentos solidários e consequentemente, gerando renda. Até o mês de setembro foram realizados três eventos para mostra e exposição de economia solidária, nos seguintes municípios: Londrina, Curitiba e Paranaguá. Ao todo foram comercializados 2.043 produtos, resultando em um valor de 35.935,00, que beneficiou 80 empreendimentos.

24.4. Fomento Paraná – Microcrédito Fácil

Conforme tipificado no art. 49, inciso X, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, a SETR também é responsável pela coordenação da política de microcrédito com a finalidade de dar acesso ao microcrédito orientado e assistido, ao trabalhador empreendedor, em parceria com a Agência de Fomento do Paraná. Nesse sentido, em cooperação Técnica com a Fomento Paraná, no âmbito da Rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE/PR), isto é, em grande parte das Agências do Trabalhador do Paraná ficam disponíveis agentes de crédito que promovem a acessibilidade às políticas de crédito geridas pelo Fomento Paraná, com o objetivo de oportunizar o acesso ao mercado do trabalho e ao empreendedorismo aos cidadãos residentes no Estado do

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Paraná, em um mesmo local. Até outubro, aproximadamente 195 municípios contavam com espaços compartilhados, tendo realizado um total de 6.851 contratos, resultando no valor global de mais de 71 milhões em créditos concedidos.

24.5. Qualificação Profissional

Quanto à Qualificação Profissional, também de competência da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, foram desenvolvidos e executados grandes ações e cooperações técnicas, com enfoque no ramo da indústria, comércio e serviços, bem como na aprendizagem profissionalizante, conforme exibir-se-á:

24.5.1 Qualifica Paraná

O Qualifica Paraná é uma ação de qualificação profissional com enfoque na área da indústria, executada pela Secretaria de Estado do Trabalho a partir da Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Paraná – Senai/PR e suas unidades móveis, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. A referida contratação foi feita pelo valor global de R$ 779.371,20. A previsão é de atendimento a 13 municípios até junho de 2024, com a disponibilização de 506 vagas gratuitas em cursos de: Mecânica de Automóveis, Mecânica de Motocicletas, Costura Industrial, Elétrica Industrial, Panificação, Eletricista Veicular, Operador de Processos e Refrigeração Residencial. Até o mês de dezembro, já foram 264 alunos formados em 13 localidades diferentes, estando ainda aguardando a formação de novas turmas.

24.5.2 Carretas do Conhecimento

Também voltado à qualificação profissional, com vagas gratuitas em cursos profissionalizantes nas áreas da indústria e serviço, as Carretas do Conhecimento são ações realizadas em parceria com a Fundação Volkswagen do Brasil e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Paraná – Senai/PR proveniente de recursos do Programa Paraná Competitivo. Para o exercício de 2023, foi prevista a oferta de 1.848 vagas, atendendo 51 regiões. Até o mês de dezembro foram 1.056 alunos formados em 34 regiões diferentes. Ainda se encontram em andamento 15 turmas.

24.5.3 Bora Paraná

Também objeto do Programa Paraná Competitivo, o Projeto “Bora Paraná” é uma parceria realizada com a Empresa Ambev e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Paraná – Senai/PR, com recursos reinvestidos para qualificação profissional de 356 indivíduos. O Projeto iniciou no mês de outubro e já teve turmas iniciadas no mesmo mês, no entanto, não houve a conclusão de tais turmas, impossibilitando a contabilização e apuração dos alunos formados, no entanto, foram registradas 338 matrículas até o mês de dezembro de 2023. A previsão é de que os cursos de qualificação profissional sejam disponibilizados em 10 regiões distintas.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

24.5.4 Mais Qualificação

Trata-se de uma cooperação técnica executada desde o ano de 2022 e continuada no ano de 2023, com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP/PR), a partir do SENAI e SESI, e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO/PR) e do SENAC/PR. A Ação, executada em 31 municípios tem por objeto a disponibilização gratuita de vagas para cursos de aprendizagem profissional e educação para formação de jovens e adultos. A referida política foi ampliada no ano de 2023 para disponibilização de 6.742 vagas em cursos gratuitos de qualificação profissional nos setores da indústria, serviços e comércio. Os cursos podem ser presenciais ou à distância, sendo que de janeiro a novembro de 2023 foram 1.954 matrículas realizadas e 862 alunos formados. As vagas continuarão sendo ofertadas até 2024, período de vigência da cooperação e, considerando o número de vagas remanescentes, serão prorrogadas para 2025.

24.5.5 Plataforma Êxito

A partir da Cooperação Técnica entre o Instituto Êxito e o Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho (FONSET), a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda promoveu a adesão à plataforma, visando a conjugação de esforços para a disponibilização de cursos, palestras e mentorias de empreendedorismo, de forma online e gratuita, para jovens e adultos. Os cursos online e o cadastro dos interessados devem ocorrer no sítio eletrônico do instituto êxito: https://exito.app.toolzz.com.br/setr. A ação, que iniciou oficialmente no final do mês de outubro, já teve 328 alunos inscritos e 93 matrículas em, pelo menos, um dos cursos ofertados na plataforma, isso até o mês de novembro.

24.5.6 Projeto Educação Empreendedora -

A partir de emendas parlamentares direcionadas ao Fundo Estadual do Trabalho para contratação da organização da sociedade civil Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional – GERAR, a Secretaria de Estado do Trabalho direcionou esforços para execução do Projeto "Mega" – Movimento Empreendedorismo Gerando Alternativas. O Projeto tem por objetivo aumentar a participação do SINE/PR nas contratações realizadas em todo território do Estado do Paraná, a partir da promoção de ações de qualificação social e profissional alinhada com as demandas do setor produtivo. As qualificações também são direcionadas aos conhecimentos e estímulo para apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide social, levando em consideração a condição socioeconômica dos jovens interessados. Em 2023 já se formaram o total de 360 alunos, número proposto em termo de fomento, por esta razão a Secretaria de Estado ampliará o número de vagas para o exercício de 2024.

24.6. Aluno de Sucesso

Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda tem juntado esforços para a inserção de alunos da Rede Pública Estadual de Ensino no mundo formal do trabalho, através da Rede do Sistema Nacional de Emprego SINE/PR, bem como, incentivar o referido público às vagas de capacitação e qualificação profissional e às

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

demais políticas de emprego, empreendedorismo e renda intrínsecas ao desenvolvimento econômico e social de jovens e adultos. O Projeto consiste na realização de eventos, reuniões e propagandas que contem com informações acerca da política estadual de trabalho, qualificação e renda, com o objetivo de direcionar os alunos da Rede Pública de Ensino às vagas de emprego de aprendizagem e aos cursos de qualificação. O projeto encontra-se em fase piloto, tendo sido iniciada no mês de setembro e até o mês de outubro e esteve presente em 10 estabelecimentos de ensino, atendendo cerca de 2.500 alunos.

24.7. Empregabilidade

Em atenção aos programas, projetos e ações apresentados, pode-se afirmar a grande influência nas atividades realizadas por esta Secretaria de Estado nos índices de empregabilidade do Estado do Paraná. Destarte, deve-se informar que, segundo a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Paraná tem a 5ª menor taxa de desemprego do país, com 4,9%, a menor desde o 1º trimestre de 2015, e 3,1 pontos percentuais abaixo da média nacional de 8%.

Além disso, o Paraná apresentou a 4ª menor taxa de informalidade do país, em 31,9%, 7,3 pontos percentuais abaixo da média nacional. Tal resultado por ser observado também pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), onde, de janeiro a setembro do ano de 2023, o Paraná obteve o 3º maior número de admissões, com aproximadamente 1,4 milhão de pessoas admitidas e o 4º maior saldo positivo, com 100.283 novos postos de trabalho. Por fim, informa-se ainda que, também segundo o CAGED, o Grande Setor de Serviços é destaque na geração de postos de trabalho, com um saldo de 56.684, 56,5% do saldo total e 30% maior do que a soma do saldo de todos os outros setores, seguido dos serviços, o Grande Setor da Indústria, com saldo de 14.494, Construção, com 13.552, Comércio, com 11.462 e Agricultura, com 4.092.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

25. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETU)

A Secretaria de Estado Turismo (SETU), criada pela Lei n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, possui como missão incentivar, valorizar, cuidar e articular a atividade e a identidade turística, contribuindo com o desenvolvimento sustentável do estado do Paraná e a satisfação da população e dos visitantes.

Para tanto, realiza ações voltadas à gestão e sustentabilidade, qualificação, promoção e inovação, e inteligência turística que contribuam para posicionar o Paraná como um destino turístico inteligente e competitivo.

Nesse sentido, sua estruturação marca um avanço significativo, principalmente com a implantação de oito novos Núcleos Regionais que possibilitam uma maior capilaridade e fortalecimento da abordagem estratégica e descentralizada para impulsionar o desenvolvimento turístico em todo o estado.

25.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Com atuação precípua na formulação e execução da Política Estadual de Turismo de forma integrada e articulada com as organizações que atuam no setor, a SETU buscou fomentar, ao longo de 2023, o desenvolvimento do turismo estadual dentro de uma gestão colaborativa regional e municipal, promovendo o ordenamento territorial e o incremento da oferta e demanda turística, por meio de investimentos e a construção de um ambiente de negócios que favorecesse a cadeia produtiva do turismo e a sustentabilidade.

Além da atuação na área da gestão e sustentabilidade, houve investimento em projetos de infraestrutura e também no desenvolvimento de estratégias para fomentar e ampliar a qualificação turística no Paraná, por meio de ações voltadas à educação para o turismo e capacitações no setor. Tais ações incentivaram processos de certificação e adequação às boas práticas, o que promoveu a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos demandantes e da eficiência e eficácia dos processos. Tudo isso em conjunto possibilitou o aumento da competitividade das empresas e contribuiu para a melhoria de produtos, destinos e serviços, com impacto direto no aumento da empregabilidade e da disponibilidade de mão de obra qualificada para o setor. Entre janeiro e outubro de 2023 foram gerados 6.502 novos empregos com carteira assinada (CLT), segundo dados do CAGED, do TEM (2023).

Outra estratégia de atuação foi a promoção e inovação turística, que visou a estruturação e realização de ações e projetos com foco no marketing turístico do Paraná, principalmente voltados à promoção e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos paranaenses, a partir da criação de um portfólio de roteiros orientado por segmentos, vocações e maturidade dos produtos, tendo como norteador o turismo criativo e experiencial, a produção associada, a acessibilidade e a inclusão. Esta abordagem acompanhou tendências nacionais como a multiculturalidade e o conceito de Destino Turístico Inteligente, buscando o posicionamento e o fortalecimento da identidade turística do Paraná e de seus produtos junto aos mercados emissores e *prospects*, tanto no lazer quanto no segmento MICE, com ampliação das estratégias de marketing digital e de promoção direta.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

Por fim, de forma estratégica, a SETU atuou fortemente em ações que promoveram a inteligência turística no Paraná, por meio da realização de pesquisas, estudos e indicadores, que contribuíram para a melhoria das competências tecnológicas e para as governanças do turismo, baseada em dados e informações disponibilizadas no Sistema Estadual de Inteligência Turística, resultando em estratégias de desenvolvimento turístico especializadas.

Por meio dessas ações, destacaram-se as seguintes entregas:

- Realização de Jornadas de Turismo nas regiões turísticas Cinturão Verde: Encontro das Águas; Biomas e Águas do Arenito Caiuá, visando a atualização dos Planos Operacionais Paraná Turístico.
- Assinatura de quatro Termos de Fomento com as IGRs (Instância de Governança Regional) das regiões turísticas: Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago Itaipu; Vales do Iguaçu; Litoral do Paraná e Terra dos Pinheirais, visando o desenvolvimento e fortalecimento do turismo regional.
- Promoção do Encontro de Gestores Municipais do Turismo: em 14 de março de 2023, com a participação de aproximadamente 350 pessoas.
- Inclusão de 210 municípios no SisMapa do Mapa do Turismo Brasileiro 2023.
- Assinatura do Protocolo de Intenções com o IAT para ações de compensação "Carbono Zero" em parceria com Curitiba *Convention & Visitors Bureau*, nos eventos de turismo do Paraná.
- Realização do Fórum do Turismo Religioso em Paranaguá.
- Confecção e divulgação do Guia de Boas Práticas: Turista Responsável.
- Estruturação e aprovação dos Projetos de Lei "Paraná Mais Infra", "Paraná Mais Viagens" e "Paraná Mais Eventos" para compor o catálogo da SETU no Plano Paraná Mais Cidades da Assembleia Legislativa.
- Estruturação e publicação do Guia de Orientação para Atração de Investimentos e do Guia de Captação de Recursos para as OSC.
- Parceria com a Fomento Paraná nas Caravanas de Crédito Fomento ao Turismo, com visita a 10 municípios e atendimento a 70 empresas interessadas no FUNGETUR, além da parceria no desenvolvimento da linha de financiamento do turismo náutico e de pesca junto a Fomento Paraná.
- Implantação da Sinalização Turística da Rota do Rosário. São 38 placas de sinalização turística rodoviárias, nos municípios de Arapoti, Bandeirantes, Ibaiti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Joaquim Távora, Piraí do Sul, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos e Tomazina. Os 18 Santuários e Templos religiosos da região foram sinalizados com o objetivo de qualificar, orientar e facilitar o fluxo e circulação de visitantes e peregrinos.
- Elaboração do Guia do Viajante Responsável (versão um) e do Guia de Boas Práticas Sustentáveis para a gestão interna da SETU.
- Elaboração da cartilha "Turismo na Escola" com conteúdo referente ao turismo e seus segmentos.
- Capacitação de 60 professores do ensino fundamental da rede pública de ensino de 12 municípios da região turística Vales do Iguaçu. Capacitação Básica em Turismo (Conceitos e Segmentação) para sensibilização do tema e também para que os professores trabalhem com projetos junto com os alunos durante o ano de 2023.

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

- Estudos, estruturação e assinatura do Termo de Cooperação com a FECOMÉRCIO/SENAC para divulgação e preenchimento de 2.000 vagas em 27 cursos em áreas relacionadas ao turismo, em 42 municípios do Estado.
- Participação no Projeto Autistas da Ilha em parceria com a ABITUR (Associação Brasileira de Ilhas Turísticas) com a capacitação de 97 pessoas de empreendimentos turísticos na Ilha do Mel
- Realização de 4.687 cadastros no CADASTUR entre iniciais e renovações.
- Realização de 10 capacitações para os colaboradores (da sede e das regionais) da SETU, com temáticas variadas envolvendo o turismo, a organização da instituição e temas sociais e trabalhistas importantes.
- Capacitação dos envolvidos no Verão Maior Paraná (2023/2024) nos municípios do litoral e noroeste do Paraná.
- Participação em 62 Eventos Promocionais Turísticos (inter e intraestadual) para divulgação do Paraná (sendo 20 para profissionais do setor).
- Estruturação e Gestão do Calendário de Eventos do Estado.
- Identificação dos 40 principais resorts do estado.
- Identificação de 18 operadoras que comercializam produtos do Paraná e 300 agências de receptivo que atuam em diferentes regiões do estado.
- Elaboração e apresentação de briefing de campanhas publicitárias para agências especializadas identificadas pela SECOM: “Paraná Estações”; “Paraná Negócios e Eventos” (MICE); “Paraná *for You*”; “Identidade Paraná”; “Turismo Náutico”; e “Turismo Rural”.
- Preparação e divulgação de 19 paradas do Navio de Cruzeiros Lírica da MSC: para embarques e desembarques no Porto de Paranaguá na temporada 2023/2024, entre dezembro e abril.
- Atualização e ampliação do banco de dados turísticos oferta e demanda.
- Criação e gestão da rede estadual de dados turísticos com seis observatórios do Paraná.
- Criação e disponibilização *online* do Sistema de Inteligência de Turística do Paraná (SITU).
- Assinatura do Termo de Cooperação com o IPARDES para desenvolvimento do Índice de Desempenho da Atividade Turística no Paraná.
- Produção e elaboração de oito informes e boletins de inteligência turística.
- Realização de quatro pesquisas e estudos primários e seis baseados em ciência de dados.
- Receptivo para Temporada de Navios Cruzeiros da MSC .

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45

PR.GOV.BR

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Inserido ao Protocolo 21.650.354-6 por Alyf de Ramos Melo em: 30/01/2024 16:13. Download realizado por Alyf de Ramos Melo em 02/02/2024 15:45